



# Tendências da Contabilidade Contemporânea 2

 **Editora**  
**Atena**

Ano 2018

Atena Editora

# **Tendências da Contabilidade Contemporânea 2**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte e Capa:** Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T291	Tendências da contabilidade contemporânea 2 [recurso eletrônico] / Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. 2.622 kbytes  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-09-3 DOI 10.22533/at.ed.093183108  1. Empresas. 2. Contabilidade. I. Atena Editora.  CDD 657
------	--

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONTROLADORIA NA GESTÃO HOSPITALAR: UM ESTUDO EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PÚBLICO NO PARANÁ	
<i>Maico Schnell</i> <i>Roberto Francisco de Souza</i> <i>Delci Grapegia Dal Vesco</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>20</b>
A PERÍCIA ATUARIAL E O REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA EM PLANOS DE SAÚDE ANTERIOR AO ESTATUTO DO IDOSO	
<i>Idalberto José das Neves Júnior</i> <i>Ana Luiza Sallai</i> <i>Kátia Aparecida Alves Pacheco</i> <i>Marcelo Daia Barreto</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>37</b>
AS FUNÇÕES DE CONTROLADORIA EM ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DIFERENCIADAS	
<i>Vanessa Fernanda Rios de Almeida</i> <i>Ederlei da Silva Miranda</i> <i>Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de Lima</i> <i>Ernani Marques de Almeida</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>52</b>
ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA	
<i>Rodrigo Oliveira Miranda</i> <i>Lucas Gurgel Mota Saraiva</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>69</b>
CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO AHP PARA A GESTÃO DE RISCOS NO PLANEJAMENTO DA AUDITORIA	
<i>Sandro Augusto Martins Bittencourt</i> <i>Adriana Gabbi</i> <i>Renata Lúcia Basso</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>87</b>
CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS: A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
<i>Israel Dal Ri</i> <i>Maria Ivanice Vendruscolo</i> <i>Ismael Paulo Heissler</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>108</b>
DETERMINANTES DE REAL EARNINGS MANAGEMENT: O CASO DAS EMPRESAS NÃO COTADAS EUROPEIAS	
<i>Cristina Gaió</i> <i>Tiago Gonçalves</i> <i>Ana Castelhana</i> <i>ISEG, Universidade de Lisboa</i>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>129</b>
FATORES DISCRIMINANTES ENTRE O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E OS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE ENERGIA E PAPEL E CELULOSE	
<i>Cleston Alexandre dos Santos</i> <i>Inês Francisca Neves Silva</i> <i>Marialva Tomio (In Memoriam)</i>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>147</b>
FATORES EXPLICATIVOS DA REDUÇÃO DE CUSTOS PÚBLICOS DOS PRODUTOS CONTRATADOS POR PREGÃO ELETRÔNICO NO MERCADO BRASILEIRO	
<i>Silvio Paula Ribeiro</i> <i>Clari Schuh</i>	



	<i>Clóvis Antônio Kronbauer</i>	
	<i>Viviane da Costa Freitag</i>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....		<b>163</b>
INFLUÊNCIA DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 NO CONSERVADORISMO CONTÁBIL DAS EMPRESAS BRASILEIRAS		
	<i>Bradlei Ricardo Moretti</i>	
	<i>Bianca Cecon</i>	
	<i>Roberto Carlos Klann</i>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....		<b>183</b>
MODELO DECISÓRIO NO MERCADO FINANCEIRO:		
UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DOS PROSPECTOS E DA RACIONALIDADE LIMITADA		
	<i>Alex Diego Souza Queiroz</i>	
	<i>Joseílton Silveira da Rocha</i>	
	<i>Marília Oliveira dos Reis</i>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....		<b>203</b>
MOTIVOS DA NÃO SOLICITAÇÃO DE RESSARCIMENTO DO ICMS PELAS EMPRESAS		
	<i>Oderlene Vieira de Oliveira</i>	
	<i>Marcella Gonçalves Furtado</i>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....		<b>216</b>
PROPOSTA DE USO DE FILMES SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS		
	<i>Wellington Silva Porto</i>	
	<i>Fernanda de Assis Dutra</i>	
	<i>Marco Túlio José de Barros Ribeiro</i>	
	<i>Umbelina Cravo Teixeira Lagioia</i>	
	<i>José Arilson de Souza</i>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....		<b>242</b>
SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA E ESTRATÉGIA:		
UMA ANÁLISE QUALITATIVA DE MODELOS DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO		
	<i>Solange Garcia</i>	
	<i>Fernanda Dandaro</i>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....		<b>263</b>
TARGET COSTING: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE OS ANOS 2006 E 2015		
	<i>Laiane Silva Santos</i>	
	<i>Kleber da Silva Cajaíba</i>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....		<b>279</b>
TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL:		
UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E SOCIOMÉTRICA DE PERIÓDICOS INTERNACIONAIS		
	<i>Juliano Francisco Baldissera</i>	
	<i>Clóvis Fiirst</i>	
	<i>Denis Dall Asta</i>	
	<i>Udo Strassburg</i>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....		<b>300</b>
TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA: APLICAÇÃO DA LAI NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL SOB A ABORDAGEM DA TEORIA CONTINGENCIAL		
	<i>Juliano Francisco Baldissera</i>	
	<i>Clóvis Fiirst</i>	
	<i>Ivan Rafael Defaveri</i>	
	<i>Everton Luiz Folador</i>	
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....		<b>320</b>

## A CONTROLADORIA NA GESTÃO HOSPITALAR: UM ESTUDO EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PÚBLICO NO PARANÁ

**Maico Schnell**  
**Roberto Francisco de Souza**  
**Delci Grapegia Dal Vesco**

**RESUMO:** Este estudo objetiva caracterizar os sistemas de informações e de controles gerenciais, que subsidiam a gestão em um Hospital Universitário (HU) público, localizado no estado do Paraná. O marco teórico contempla aspectos inerentes à teoria Contingencial, na visão de autores considerados seminais. Trata-se, portanto, de uma pesquisa é descritiva, com procedimentos de estudo de caso múltiplo, e, quanto à abordagem do problema, caracteriza-se como qualitativa. A coleta de dados deu-se a partir das proposições fundamentadas na base teórica e da aplicação de entrevista semiestruturada, direcionada a três gestores responsáveis pelos controles gerenciais do HU. Para análise dos dados utilizou-se o software *Atlas.ti*. De modo geral, os principais fatores contingências que contribuíram para a implantação de sistema de informação e controle estão diretamente ligados às demandas do próprio Governo do Estado. O HU utiliza tecnologia padronizada, porém o acesso ao banco de dados é restrito aos seus usuários, e, ao necessitarem de relatórios gerenciais, precisam da autorização e liberação, por parte de cada setor. O Sistema de Controle

Gerencial (SCG) demonstrou a existência de ferramentas tradicionais, orientados de forma combinada, recíproca e sequencial. O SCG possui características distintas no HU, não garantido, conforme preceitua a literatura, quanto as informações gerenciais são capazes de fornecer apoio ao processo de gestão, tendo como característica no conteúdo, precisão, frequência, adequação à decisão, confiabilidade, oportunidade, entre outros fatores. Por fim, os Sistemas de Informações Gerenciais atendem de forma parcial às necessidades dos usuários do HU.

**PALAVRAS CHAVE:** Sistema de Controle Gerencial; Sistema de Informações Gerenciais; Teoria da Contingência; Hospital Universitário.

### 1 | INTRODUÇÃO

O setor hospitalar apresenta particularidades e isso faz com que se evidencie estudos sobre a temática, uma vez que a produção científica para o setor é escassa e carece de trabalhos para auxiliar aqueles que necessitam de ferramentas para a tomada de decisão (LUCENA; FREIRE; BRITO, 2015). Os Hospitais Universitários (HUs) são instituições complexas, e os sistemas de informações existentes não possibilitam a otimização do processo (PADOVEZE; BENEDICTO; SOUSA,

2005).

Conforme Martins e Junior (2012), os hospitais sofrem para equilibrar receitas e custos e, principalmente, no caso de HU, cuja receita depende de orçamento público, a dificuldade está em administrar custos internos. Padoveze (2010), informa que, em relação ao setor hospitalar, existem diversas características e particularidades que o diferenciam de outros setores. Uma delas é a estruturação em atividades, setores e departamentos e a complexidade é a mesma de uma empresa industrial.

Segundo Macedo (2015), a controladoria, dentro de uma instituição hospitalar, mostra-se necessária para que as informações sejam construídas e tratadas de forma precisa, com o objetivo de desenvolver relatórios simples, a fim de que a administração hospitalar tenha subsídios suficientes para a gestão hospitalar.

Portanto, apesar de ser um fenômeno dinâmico, seu estudo torna-se complexo por existirem vários caminhos diferentes adotados pela controladoria na gestão hospitalar dos fatores contingenciais. Por isso, este trabalho procura responder a seguinte questão de pesquisa: **como os fatores contingenciais contribuem nos sistemas de informação e controle gerencial na gestão de um Hospital Universitário?**

Objetiva-se caracterizar os sistemas de informação e de controle gerenciais que subsidiam a controladoria na gestão hospitalar de um Hospital Universitário, sob a perspectiva da Teoria da Contingência.

A pesquisa justifica-se em função do SCG configurar-se como um importante instrumento de ligação entre os objetivos de longo e curto prazo da organização Frezatti, Rocha e Nascimento (2009), além de fornecer informações para auxiliar a Controladoria na tomada de decisão e pela carência de produção científica para o setor.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

A base teórica do tema proposto engloba os três tópicos principais: a bibliografia sobre teoria da Contingência, SCG e Hospitais.

### 2.1 Teoria contingencial

Para compreender as influências dos fatores contingenciais e seu papel para fornecer informações para auxiliar os *controllers* em decisões, Kaplan e Atkinson (1989) destacam o seu papel tradicional. Mas, Ittner, Larcker e Randall (2003), dão nova ênfase na identificação dos fatores críticos de sucesso financeiro, ajudando gestores no alcance de objetivos estratégicos para as organizações.

Alinhado aos fatores contingencias enfrentados pelos gestores hospitalares públicos, é fundamental que estejam atentos as decisões a serem tomadas. As situações decisórias, influenciadas pelos fatores contingenciais, são: (I) o ambiente, Burns e Stalker (1961); (II) a estratégia, Chandler (1962); (III) o porte, Child (1975) e Pug e Hinigs (1976); (IV) a estrutura Burns e Stalker (1961); (V) a tecnologia da

informação, Woodward (1965), Merchant (1984), e Dunk (1992). Eles podem afetar positiva ou negativamente e a controladoria pode ser a base para o sucesso da gestão pública hospitalar.

Em virtude dos fatores contingências em hospitais públicos, é importante compreender as variáveis internas e externas que modelam as instituições (MCKINLEY; MONE, 2003). Quanto aos arranjos contingências, tratam-se de combinações que conduzem a um desempenho superior entre as variáveis contingenciais (ESPEJO, 2008). Neste trabalho, esses fatores contemplarão as influências da controladoria na gestão hospitalar.

Assim, a controladoria existe dentro de um contexto, influenciada por mudanças ambientais, exigindo uma transformação organizacional concomitante às circunstâncias apresentadas nesse ambiente. Dessa forma, a Teoria da Contingência, como referencial teórico, procura explicar as variáveis contingenciais envolvidas na organização (JUNQUEIRA, 2010).

A seguir, são apresentados estudos sobre a Teoria da Contingência. Ressaltamos que a seleção não é exaustiva e tem por objetivo indicar trabalhos nessa abordagem.

Quanto à pesquisa sobre a aplicação da abordagem contingencial, sua evolução, no decorrer dos anos, perpassa por pesquisadores que analisaram a teoria como uma variável influenciadora da gestão pelas organizações (ESPEJO, 2008; MORGAN, 2007; KHANDWALLA, 1972).

Junqueira (2010) reúne as principais pesquisas sobre a Teoria da Contingência. A figura 1 apresenta as principais contribuições dessa teoria para os controles gerenciais:

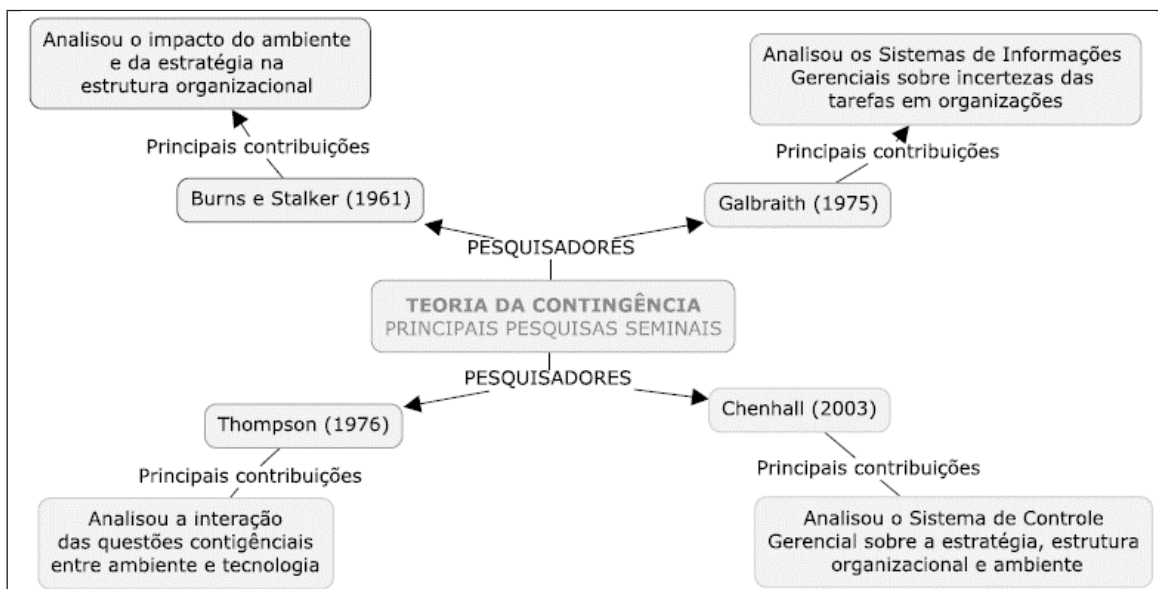


Figura 01- Principais pesquisas seminais da teoria da contingência

Fonte: Adaptado de Junqueira (2010).

Considerando a Figura 01, sobre as principais pesquisas seminais acerca da Teoria da Contingência, as contribuições se restringem às questões contingenciais e ao comportamento das pessoas nas organizações (THOMPSON, 1967).

Quanto à associação entre fatores contingências e controle gerencial, parte-



se de um sistema mecanicista ou orgânico, alinhado à tecnologia e à estrutura organizacional, de Woodward (1958; 1965) e Burns & Stalker (1961), e chega-se uma contabilidade gerencial voltada para a Controladoria, direcionada a gerar informações para a tomada de decisão em ambiente com estrutura organizacional e com Sistemas de Controle Gerencial.

## 2.2 Sistema de Controle Gerencial

Para Simons (1987), os sistemas de controles referem-se aos procedimentos e aos sistemas que utilizam informações para manter ou alterar os padrões de atividades organizacionais. Chenhall (2003) acrescenta que o SCG centra-se na prestação de informações, financeiramente quantificáveis, para ajudar na tomada de decisões gerenciais.

Tais itens fornecem informações precisas, oportunas e pertinentes sobre a economia e o desempenho das empresas, que são cruciais ao sucesso organizacional (KAPLAN et. al, 2000). Para Guerreiro (2009), o SCG é um processo incorporado às demais rotinas organizacionais.

Para Anthony e Govindarajan (2006), o controle gerencial é o processo pelo qual os executivos influenciam outros membros da organização para que obedeçam às estratégias adotadas.

O controle gerencial inclui várias atividades, como: (1) planejar o que a organização deve fazer; (2) coordenar as atividades de várias partes da organização; (3) comunicar a informação; (4) avaliar a informação; (5) decidir se deve ser tomada a decisão, ou que decisão tomar; e, por último, (6) influenciar as pessoas para que alterem seu comportamento (ANTHONY; GOVINDARAJAN, 2006).

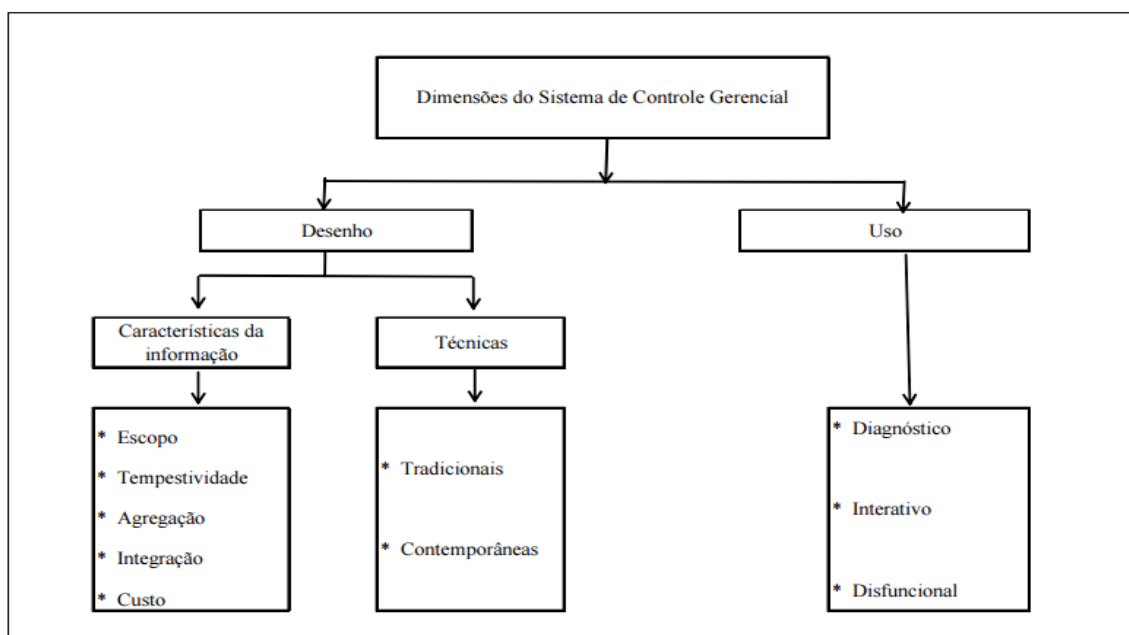
Frezatti, Rocha e Nascimento (2009), as ferramentas de controle gerencial representam um conjunto de elementos de natureza distinta que vão compor a característica do SCG, transmitindo os valores institucionais.

Ferramentas do SCG	
Tradicionais	Contemporâneos
Planejamento estratégico	Balanced Scorecard
Orçamento	Custeio baseado em atividades
Análise Orçamentária	Orçamento baseado em atividades
Técnicas Tradicionais de Custeio	Custeio alvo
Análise da Lucratividade do produto	Análise lucrativa do cliente
<i>Tableau de bordo</i>	Valor econômico adicionado
Lucro residual	Análise do ciclo de vida do produto
Retorno sobre investimento	<i>Benchmarking</i>
Análise de custo/volume/lucro	
Técnicas de pesquisa operacional	

Quadro 01 - Ferramentas do SCG

Fonte: Adaptado de Junqueira (2010).

É importante ressaltar que as ferramentas contemporâneas de controle gerencial são normalmente utilizadas não em substituição, mas de forma complementar às ferramentas tradicionais (WICKRAMASINGHE; ALAWATTAGE, 2007).



A Figura 02 – Ilustração de um SCG, suas dimensões e características.

Fonte: Adaptado de Montavoni (2012)

Na figura 2 Montavani (2012) descreve as dimensões do SCG, que compõe-se, do desenho e do uso. O desenho compreende as características da informação contendo o escopo, a tempestividade, a agregação, a integração e o custo. Já as técnicas, são tradicionais e contemporâneas. A dimensão uso é depreende-se o diagnóstico, o interativo e disfuncional.

Conforme Martins e Junior (2012), nos HUs, a grande dificuldade para a implementação de um SIG eficaz se deve ao fato de requerer uma cooperação de todos os profissionais envolvidos, como médicos, enfermeiros, assistentes sociais, entre outros profissionais da área. Nesse sentido, na próxima subseção, apresenta-se o conceito e subdivisões dos hospitais.

## 2.3 Hospitais

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2015), o conceito de hospital é aplicado para todos os estabelecimentos com pelo menos cinco leitos para a internação de pacientes que garantam um atendimento básico de diagnóstico e tratamento, com equipe clínica organizada e com prova de admissão e assistência permanente prestada por médicos.

No Brasil, hospital pode ser conceituado como uma entidade de natureza administrativa pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, que presta atendimento conveniado ao SUS ou não. Sua finalidade é a prestação de serviços de diagnóstico,

prevenção, tratamento, hospedagem, educação e pesquisa (SILVA, 2006). Com outras palavras, o Manual Brasileiro de Acreditação Hospitalar (1998) define hospitais como “todo estabelecimento dedicado à assistência médica de caráter estatal ou privado, de alta ou baixa complexidade, com ou sem fins lucrativos”.

Conforme Silva (2006), os hospitais dividem-se em dois grandes grupos: Hospitais Gerais e Hospitais Especializados. Os hospitais gerais atendem às diversas patologias e, neste grupo, classificam-se a maior parte dos hospitais de ensino. Já os hospitais especializados atendem a patologias específicas como, por exemplo, ortopedia e psiquiatria.

Atualmente, conforme dados estatísticos disponibilizados no site do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2016), o número de hospitais no país, é de 6.657 hospitais, sendo 1995 os de natureza pública representam 30%, e, 4.659 são privados, totalizando 70%.

Distribuição dos hospitais de ensino públicos e privados		
Municipais	1.397	21%
Estaduais	532	8%
Federais	4.659	1%
Privados	67	70%
Total	6.657	100%

Quadro 02 - Hospitais públicos e privados

Fonte: Adaptado do Conselho Nacional de Saúde (2016).

Quanto aos hospitais de ensino, conforme dados estatísticos disponibilizados no site do Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino - ABRHAUE, o número de hospitais de ensino no país era de 117 hospitais, sendo, a maioria, da rede pública, com 66,67%, e 33,33% eram privados, formando uma relação inversa aos hospitais gerais (ABRAHUE, 2016).

Distribuição dos hospitais de ensino públicos e privados		
Municipais	03	2,56%
Estaduais	30	25,64%
Federais	45	38,46%
Filantrópicos	39	33,33%
Total	117	100%

Quadro 03 - Hospitais de ensino públicos e privados

Fonte: Abrahue (2016).

Os hospitais de ensino brasileiros têm a necessidade de atender às demandas da saúde, mas possuem um desafio importante em desempenhar sua principal função: formar profissionais na área de saúde (MACHADO; KUCHENBECKER, 2007). Para tanto, a Teoria da Contingência, em pesquisa sobre os SCG, é discutida a seguir.

## 2.4 Teoria Contingencial em Pesquisas sobre Sistemas de Controle e Informação Gerencial

Quanto às pesquisas sobre controles gerenciais e fatores contingências, a pesquisa em contabilidade gerencial de Scapens (1994) ressalta a importância de unir a teoria com a prática para iniciar estudos efetivamente voltados para o que está sendo feito nas organizações. Apesar dessa recomendação, as pesquisas nacionais, quanto à expectativa e ao comportamento das organizações a reagirem aos fatores contingenciais de seu meio, passam por inúmeras mudanças, buscando alcançar eficiência organizacional para se manterem no mercado competitivo (RAIMUNDINI; SOUZA, 2003).

A seguir, abordam-se alguns estudos internacionais e nacionais, envolvendo os controles gerenciais, e os fatores contingências que foram utilizados como base para este estudo.

Abernethy e Lillis (2001) desenvolveram um estudo para avaliar as interdependências nas escolhas de gestão e implantação de estruturas e processos de gestão que facilitem o processo decisório em hospitais. Os resultados dos estudos apontaram que os hospitais estão sob crescente pressão para contenção de custos e aumentar a qualidade no atendimento. Como consequências, podem ser reduzidos por meio de uma combinação de sistemas de responsabilização com base em mecanismos de controle gerencial, capaz de controlar a tomada de decisões entre gestores responsáveis pela administração.

Raimundini e Souza (2003) trataram a gestão financeira em organizações hospitalares, abordando os problemas relativos à estrutura organizacional e as questões mais frequentes sobre a Teoria da Contingência. Eles concluíram que a gestão financeira de hospitais públicos brasileiros enfrenta graves dificuldades em função de problemas relativos à estrutura organizacional e ao uso das ferramentas de gestão como, por exemplo, o sistema de custeio.

Naranjo-Gil e Hartmann (2007) realizaram um estudo experimental sobre os diferentes níveis de eficácia na percepção de uso dos SCG no processo decisório dos gestores administrativos e dos gestores do corpo clínico em hospitais, aplicando a pesquisa em 218 hospitais públicos da Espanha. Concluíram que a experiência dos profissionais e o grau de titulação desses gestores afetam o sistema de gestão disponíveis e inibe a implementação de metas estratégicas entre o arranjo estrutural e os SCG.

Beuren, Dal Magro e Dias (2014) investigaram a percepção de uso dos SCG no processo decisório dos gestores administrativos e dos gestores do corpo clínico em hospitais. Os resultados apontaram diferenças sistemáticas na utilização dos SCG, no uso de informações financeiras e na implantação de estratégias hospitalares entre os

profissionais envolvidos como corpo técnico ou clínico.

## 2.5 Proposições da pesquisa

No que se refere à influência de SCG, que subsidiam a controladoria na gestão hospitalar nos Hospitais Universitários, sob a perspectiva da Teoria da Contingência, Haldama e Laats (2002) associaram que a abordagem contingencial assume os SCG adotados para auxiliar os gestores no cumprimento de metas, sendo o SCG útil para o fornecimento de informações para os gestores.

Entre os diversos fatores contingenciais, a literatura destaca, como relevantes, a incerteza do ambiente, estratégias, estrutura e tecnologias da informação Burns e Stalker (1961), Chandler (1962), Woodward (1965), Merchant, (1984), Dunk (1992). Assim, têm-se as proposições teóricas que norteiam o estudo.

A primeira proposição está centralizada no ambiente e, para Burns; Stalker (1961), as condições do ambiente, nas estruturas organizacionais, possuem autoridade centralizada, padronizações como estruturas organizacionais e coordenação de equipes multifuncionais, ocasionando descentralização, autonomia e poucos controles burocráticos. Isso remete à primeira proposição teórica:

**P1** – Os Hospitais Universitários são sistemas abertos que precisam ser cuidadosamente administrados para satisfazer o equilíbrio das necessidades internas e se adaptar às circunstâncias ambientais.

Quanto ao fator contingencial da estratégia, para Chandler (1962), as escolhas estratégicas de uma organização e influenciam o desenvolvimento de sua estrutura.

**P2** - A modificação da estratégia da organização contribui para alterações nos SCG.

**P3** – Uma estrutura funcional ajusta-se a uma estratégia não diversificada, enquanto uma estrutura divisional é mais adequada para uma estratégia de diversificação que demanda gerenciamento efetivo da complexidade de produtos e serviços diferentes.

Na sequência da formulação das proposições teóricas, têm-se as características da informação no SCG sobre a influência da tecnologia da informação. Para Chenhall (2003), as estruturas mecanicistas predominam na centralização dos controles gerenciais. Logo, a Teoria da Contingência preconiza que ambientes com maior grau de incertezas tendem a ter uma estrutura mais orgânica, oportunizando aceitação pela tecnologia da informação.

Woodward (1965) indica que a tecnologia e o ambiente são as principais fontes de incerteza, pois as diferenças entre essas dimensões resultariam em fontes de



incerteza, resultando, portanto, em diferentes estruturas, estratégias e processos de decisão, a serem gerenciados pelos diversos níveis hierárquicos da organização.

**P4** – As tecnologias da informação correspondem às interdependências entre os setores da organização de forma combinada, sequencial e/ou recíproca.

As proposições teóricas P5 e P6 destacam as características da informação e técnicas, orientadas pelos SCG. Anthony (1970) e Chenhall (2003), que incluem os seguintes aspectos: escopo, tempestividade, nível de agregação, nível de integração e as técnicas tradicionais e contemporâneas.

**P5** - As ferramentas dos SCG representam um conjunto de elementos de natureza distinta nos HUs e, por sua vez, institucionalizados.

**P6** – As ferramentas dos SCGs dos HUs sofrem alterações tradicionais e contemporâneas. Para Stair (1996) e O'Brien (2004), a dimensão tempo caracteriza-se por informações oportunas, fornecidas a seus usuários.

**P7** – Os SIG resultam em informações oportunas e tempestivas para a organização.

Outra questão a ser investigada pela Teoria da Contingência, relacionada ao fato de que uma organização necessita de informações/conteúdo seguras para a tomada de decisões, Stair (1996) e O'Brien (2004) destacam que todo conteúdo da informação precede de precisão, livre de erros e consistente.

**P8** – O conteúdo das informações gerenciais possibilitam a segurança, livre de contaminação deliberada, para a organização.

Por fim, a última proposição teórica organiza-se na questão do SIG quanto a sua dimensão forma. Em conformidade com Stair (1996) e O'Brien (2004), pode ser ordenada em sequências predeterminadas pelo usuário e apresentada de várias formas. Por exemplo, em documento de papel, através de monitores de vídeo, entre outras.

**P9** – A forma clara e precisa do SIG deve ser de fácil compreensão para seus usuários.

No tópico seguinte, abordam-se o método e os procedimentos de pesquisa utilizados para aplicar a Teoria da Contingência e o SCG.

### **3 | METODOLOGIA**

Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, pois os fatos serão analisados sem manipulação. Scapens (1990) menciona que os estudo com essa abordagem caracterizam-se por descrever sistemas, técnicas e procedimentos contábeis utilizados

atualmente

No que se refere aos procedimentos, caracterizam-se como um estudo de caso. A abordagem de estudo de caso não é um método propriamente dito, mas uma estratégia de pesquisa (HARTLEY, 1994). Nessa mesma linha, entre os principais benefícios na condução de estudo de caso, destacam-se o aumento da compreensão e do entendimento sobre os eventos reais contemporâneos Miguel (2007), além de permitir uma descrição Eisenhardt (1989), e Roesch (1999). O teste de uma teoria existente, de acordo Eisenhardt (1989), em razão da literatura, propõe que casos múltiplos são mais convincentes e permitem maiores generalizações (YIN, 2005).

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa. Para Creswell (2010, p. 43), a abordagem qualitativa é “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Os principais procedimentos qualitativos, nesse tipo de pesquisa, são classificados e interpretados sem que o pesquisador interfira neles (CRESWELL, 2010).

A Tabela 02 elenca os constructos da pesquisa e tiveram como fundamento teórico as proposições da pesquisa a serem analisadas.

Teoria	Categoria de análise	Proposições	Categoria de análise operacional	Referências
(TC)	Ambiente	P1	- autoridade centralizada - coordenação de equipes multifuncionais - descentralização - autonomia - controles burocráticos	B u r n s ; S t a l k e r (1961)
	Estratégia	P2	- escolha - autonomia	C h a n d l e r (1962)
	Estrutura	P3	- estrutura funcional - estrutura divisional	B u r n s ; S t a l k e r (1961)
	Tecnologia da informação	P4	- combinada - sequencial - recíproca	W o o d w a r d (1965); D o n a l d s o n (2001)
(SCG)	Características da Informação	P5	- escopo - tempestividade - nível de agregação - nível de integração	A n t h o n y ( 1 9 7 0 ) ; C h e n h a l l (2003)
	Técnicas	P6	- tradicionais - contemporâneas	C h e n h a l l (2003)
(SIG)	Tempo	P7	- tempestividade	S t a i r (1996); O ´ B r i e n (2004)
	Conteúdo	P8	- segurança - precisão	S t a i r (1996); O ´ B r i e n (2004)
	Forma	P9	- operacionalização	S t a i r (1996); O ´ B r i e n (2004)

Tabela 02 – Constructo da pesquisa

Fonte: dados da Pesquisa

Estando formuladas as nove proposições da pesquisa, na sequência, apresenta-se o delineamento metodológico adotado para, depois, proceder-se à análise dos resultados do caso.

O software *Atlas.ti* gerou as figuras contendo os trechos das entrevistas que foram codificadas em cada uma das categorias utilizadas para a análise e discussão dos resultados.

Quanto à seleção da organização de estudo de caso, ocorreu em um Hospital Universitário, no qual foram entrevistados três gestores responsáveis pelos SCG. As entrevistas, por sua vez, ocorreram após o agendamento por telefone e por meio de visitas, realizadas aconteceram aos diretores. Foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Quanto ao objeto de estudo da presente pesquisa, trata-se de um Hospital Universitário, localizado no Estado do Paraná. Possui 212 leitos, 834 funcionários efetivos e, aproximadamente, 400 contratados, incluindo estagiários, totalizando 1.234, distribuídos em três turnos.

## 4 | RESULTADOS

Nesta seção, realiza-se a análise das proposições teóricas no contexto da gestão do Hospital Universitário investigado.

### 4.1 Teoria da Contingência

As proposições a serem avaliadas na Teoria da Contingência são: ambiente, estratégia, estrutura e tecnologia da informação, sendo subdivididas as proposições: P1, P2, P3 e P4. Para auxiliar na análise da proposição P1, na Figura 03, criada pelo software *Atlas.ti*, mostram-se as unidades de dados selecionadas, agrupadas em torno da categoria de análise denominada ambiente.

A primeira proposição a ser avaliada é a **P1 - Os Hospitais Universitários são sistemas abertos que precisam ser cuidadosamente administrados para satisfazer o equilíbrio das necessidades internas e se adaptar às circunstâncias ambientais**. Conforme os entrevistados, o HU sofre modificações no ambiente de acordo com os controles burocráticos, no que diz respeito à centralização dos planos de ação e gestão centralizada..

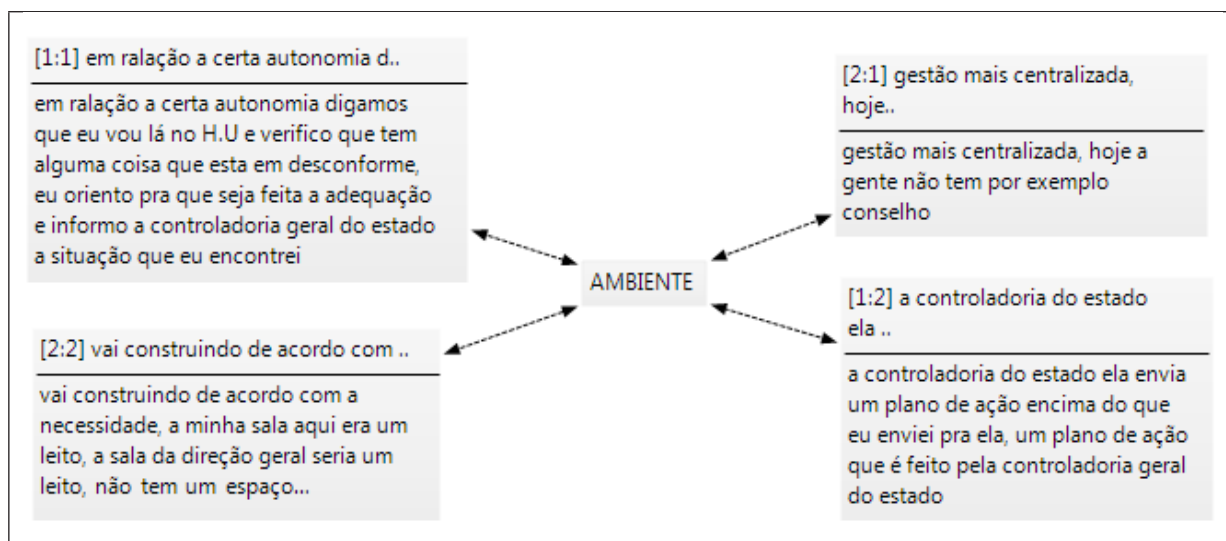


Figura 03 - Relatos sobre Ambiente (P1).

Fonte: dados da Pesquisa

Uma característica presente nos relatos foi a busca por autonomia dos colaboradores em seus setores de trabalho, pois os relatos destacaram a sua pouca autonomia, o que pode ser visualizado pela falta de conselhos específicos para os setores gerencias do HU. Por tais motivos, encontram-se dificuldades para satisfazer o equilíbrio das necessidades internas a se adaptar às circunstâncias ambientais.

Quanto à segunda proposição: **P2 - A modificação da estratégia da organização contribui para alterações nos sistemas de controle gerencial**, com o auxílio do software *Atlas.ti*, a Figura 04 gerada torna clara a percepção quanto às estratégias da organização e influenciam o desenvolvimento de sua estrutura (CHANDLER, 1962).

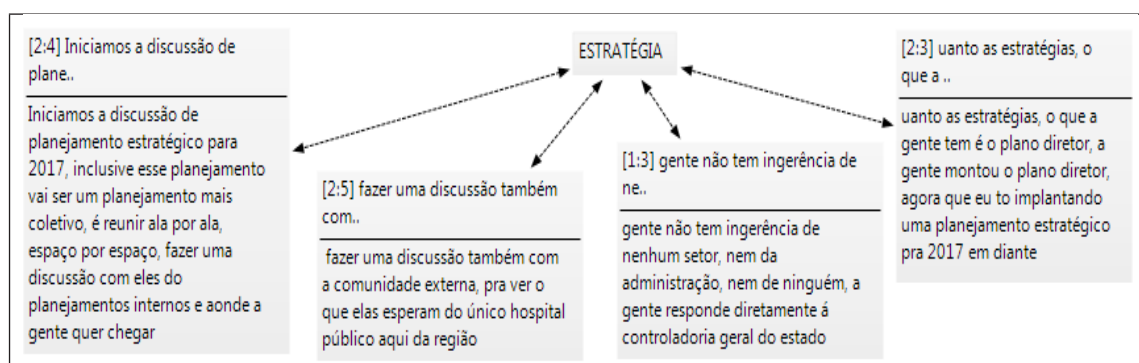


Figura 04 – Relatos relacionados à Estratégia (P2).

Fonte: dados da Pesquisa

A respeito da estrutura, contida na **P3 – Uma estrutura funcional ajusta-se a uma estratégia não diversificada, enquanto uma estrutura divisional é mais adequada para uma estratégia de diversificação que demanda gerenciamento efetivo da complexidade de produtos e serviços diferentes**, conforme descrito na revisão da literatura, o tamanho da organização afeta o nível de sofisticação, requerido dos SCG (BURNS; STALKER, 1961; CHENHALL, 2003). Nos depoimentos explicitados na Figura 04, torna-se claro que a estrutura divisional se dá através de um sistema que controla, por exemplo, convênios, medicamentos, empenhos. Quanto

ao porte da organização, alinhado à sua demanda, cresceu muito, porém “o prédio continua parecido. ... não cresceu”. Quanto à estrutura física, porém, destaca-se a falta de profissionais habilitados para operar os equipamentos existentes. Nesse sentido, quando uma organização aumenta de tamanho, sua estrutura organizacional, geralmente, torna-se mais complexa e, conseqüentemente, necessita de mais funcionários para controlar a gestão da instituição (MERCHANT, 1981; GERIN, 2005).

Para tanto, na organização analisada, a sua estrutura funcional impactou, principalmente, para a demanda de mais funcionários. O que se destaca é sua demanda, conforme relato dos entrevistados na Figura 05, a seguir:

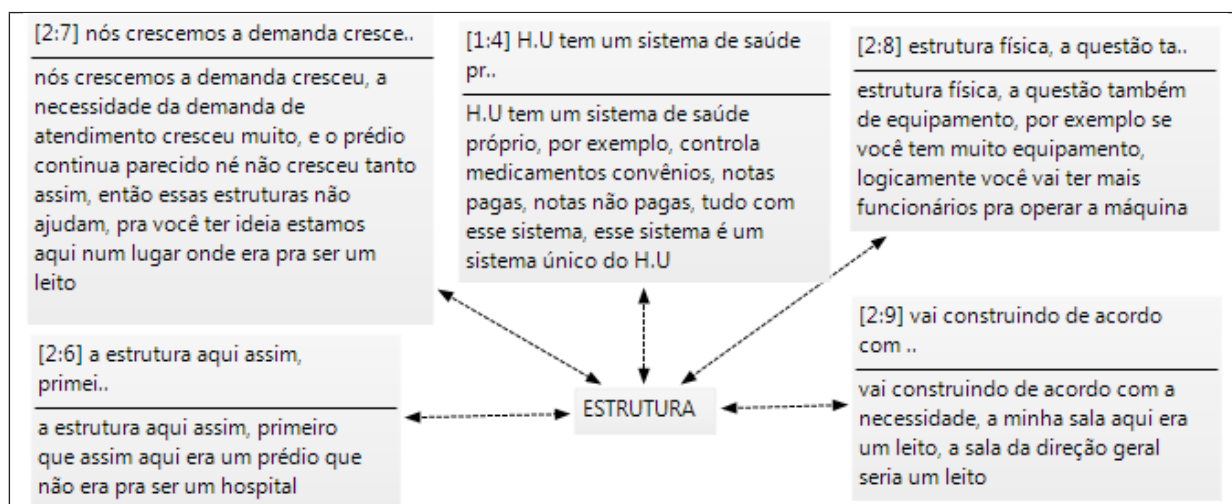


Figura 05 – Relatos relacionados à Estrutura (P3).

Fonte: dados da Pesquisa

Por fim, quanto à abordagem contingencial, referente à tecnologia da informação, têm-se as características da informação no SCG, influenciadoras da tecnologia da informação. Para Chenhall (2003), as estruturas mecanicistas predominam na centralização dos controles gerenciais, logo, a Teoria da Contingência preconiza que ambientes com maior grau de incertezas tendem a possuir uma estrutura mais orgânica, oportunizando aceitação pela tecnologia da informação.

Para tanto, com o auxílio do software *Atlas.ti*, o fator contingencial da tecnologia da informação está presente na proposição **P4 – As tecnologias da informação correspondem às interdependências entre os setores da organização de forma combinada, sequencial e/ou recíproca**. Conforme descrito na revisão da literatura, Woodward (1965) indica que a tecnologia e o ambiente são as principais fontes de incerteza, e que as diferenças entre essas dimensões resultariam em diferentes estruturas, estratégias e processos de decisão que deveriam ser gerenciados pelos diversos níveis hierárquicos da organização.

Nesse sentido, um dado relevante para a análise da P4 é evidenciado no relato de que não há o acesso interligado das informações gerenciais, conforme destacado por um entrevistado: *eu não tenho interligado aqui informações que eu possa pegar direto*. Ademais, a partir dos dados coletados, infere-se que a organização utiliza tecnologia



padronizada. Entretanto, o acesso a esse banco de dados é restrito aos seus usuários que, ao necessitarem de relatórios gerenciais, precisam da autorização e liberação por parte de cada setor. Quanto ao SCG, demonstrou-se a existência daqueles de natureza tradicional, orientados de forma combinada, recíproca e sequencial confirmando a P4.

A seguir, apresentam-se as proposições teóricas P5 e P6 sobre SCG.

#### 4.2 Sistema de Controle Gerencial (SCG) e Sistema de Informações Gerenciais (SIG)

Os SCG, segundo Anthony (1970) e Chenhall (2003), incluem os seguintes aspectos: escopo, tempestividade, nível de agregação e nível de integração para as técnicas tradicionais e contemporâneas.

Para a primeira proposição do SGC, **P5 - As ferramentas dos Sistemas de Controle Gerencial representam um conjunto de elementos de natureza distinta no HU, e por sua vez institucionalizados**, de acordo com a Figura 06, gerada pelo software *Atlas.ti*, ilustra-se que a categoria de análise “Características da Informação” apresenta as unidades de dados voltadas para um SCG *online*. Todavia, os entrevistados relataram que o sistema precisa ser melhorado pois não atende as especificidades necessárias a gestão. Por exemplo, as que envolvem os convênios hospitalares. A partir dos dados coletados, infere-se que os SCGs possuem características distintas no HU, não garantido, conforme preceitua a literatura, quantas são as informações gerenciais com capacidade de fornecer apoio ao processo de gestão com conteúdo, precisão, frequência, adequação à decisão, confiabilidade, oportunidade, entre outros fatores (PADOVEZE; BENEDICTO; SOUSA, 2005).

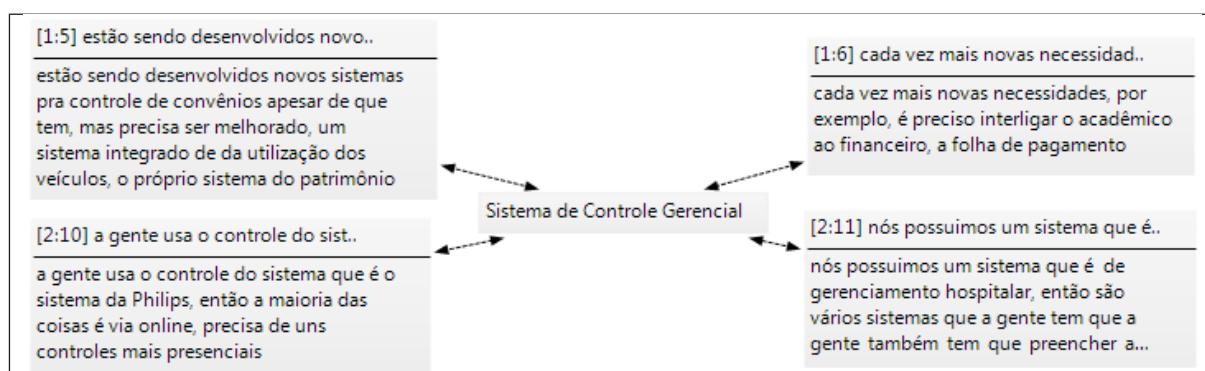


Figura 06 – Relatos relacionados às características da informação do SCG (P5).

Fonte: Dados da Pesquisa

Para a análise da **P6 – As ferramentas dos Sistemas de Controle Gerencial dos HU sofrem alterações tradicionais e contemporâneas**, a Figura 06 evidencia a necessidades de alterações no SCG, a organização utiliza SCG tradicionais (MAJOR, 2009). Para tanto, passamos agora para a análise do SIG, alinhado às proposições teóricas P7, P8 e P9.

As organizações, geralmente, estão em constante movimento, readequando-se às tendências competitivas, que são necessárias para o aprimoramento dos serviços

prestados. Tal fato requer adequar-se às contingências e encontrar mecanismos capazes de contribuir para a decisão de gestores quanto aos SIG de forma tempestiva e eficiente.

Nesse sentido, as proposições teóricas P7, P8 e P9 foram tratadas e respondidas nas entrevistas, referente ao SIG, e são parcialmente ilustradas na Figura 07. Sobre a proposição **P7 – Os sistemas de informações gerenciais resultam em informações oportunas e tempestivas para a organização**, as declarações dos entrevistados do HU, explicitadas na Figura 07, segregam a categoria de análise em informações capazes de atender às necessidades dos usuários da organização.

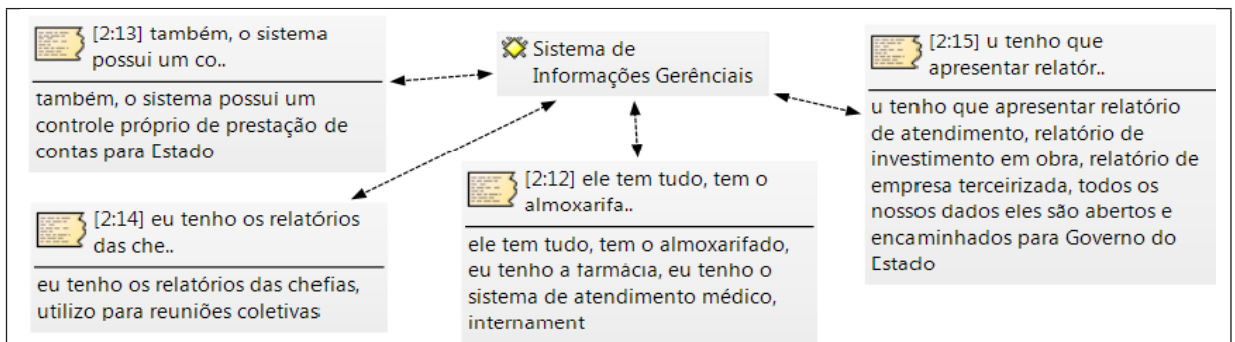


Figura 07 – Relatos relacionados às características da informação do SCG (P7).

Fonte: Dados da Pesquisa

No que se refere ao SIG, a respeito de informações/conteúdo seguro, para a tomada de decisões, procede-se à análise da oitava e nona proposições: **P8 – o conteúdo das informações gerenciais possibilitam a segurança, livre de contaminação deliberada para a organização; e P9 – A forma clara e precisa dos sistemas de informações gerenciais devem ser de fácil compreensão para seus usuários.** Para tanto, agruparam-se, com o auxílio do software *Atlas.ti*, unidades de dados que contribuíram para o entendimento sobre a temática abordada na proposição teórica. Na figura 08, é possível visualizar a SIG de acordo com a forma e segurança.

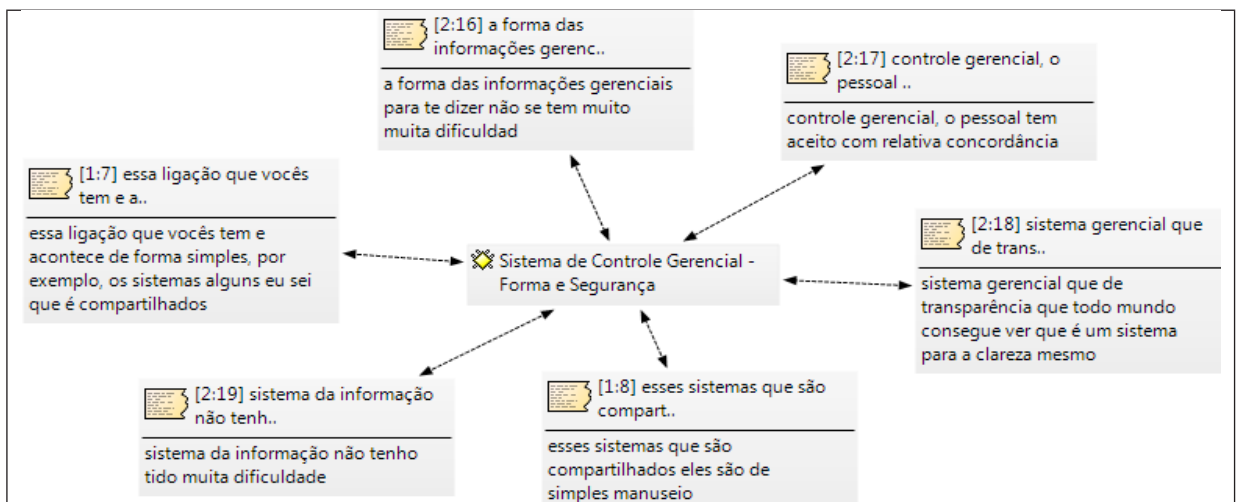


Figura 08 – Relatos relacionados à forma e segurança do SCG (P8)

Fonte: Dados da Pesquisa

Por meio das respostas obtidas e parcialmente ilustradas, na Figura 08, vislumbra-se a convicção dos entrevistados a respeito da utilização do SIG. Esses achados são similares, em conformidade com Raimundini e Souza (2003), Naranjo-Gil e Hartmann (2007), Beuren, Dal Magro e Dias (2014), pois, embora houvesse reportes a várias questões contingências internas, em sua maioria, associados aos controles estratégicos, o SIG indicava que a necessidade de transparência e de compartilhamento do manuseio dos sistemas atendiam, de forma parcial, às suas necessidades. Mas, conclui-se que os fatores contingenciais externos impactaram na operacionalização do SIG.

## 5 | CONCLUSÃO

Como todas as organizações sofrem e reagem, em meio às constantes mudanças, para manter-se no mercado completamente competitivo, Instituições Públicas não têm como escapar. Nesse sentido, os Hospitais Universitários caminham juntos para adequar-se às contingências apresentadas aos gestores e funcionários. Para responder à questão de pesquisa, elaboram-se nove proposições destinadas a investigar os sistemas de informação e de controle gerenciais que subsidiam a controladoria na gestão hospitalar de uma unidade pública universitária sob a perspectiva da Teoria da Contingência. De maneira resumida, conclui-se que os principais fatores contingenciais que contribuíram para a implantação de sistemas de informação e de controles estão diretamente ligados às demandas do próprio Governo do Estado. Assim, para as proposições P1, P2, P3 e P4, infere-se que a organização de saúde utiliza-se de tecnologia padronizada. Entretanto, o acesso a esse banco de dados é restrito aos seus funcionários, e, ao necessitarem de relatórios gerencias, precisam da autorização e liberação por parte de cada setor. Quanto aos SCG, demonstrou-se a existência de SCG tradicionais, orientados de forma combinada, recíproca e sequencial, confirmando a P4.

Quanto as proposições P5, P6 e P7, a respeito do SCG, constatou-se características distintas no HU, não garantido a capacidade de fornecer apoio ao processo de gestão, cujas características deveriam ser: conteúdo, precisão, frequência, adequação à decisão, confiabilidade, oportunidade, entre outros fatores (PADOVEZE; BENEDICTO; SOUSA, 2005).

Por fim, sobre o SIG, referente às proposições P7, P8 e P9, conclui-se que ele atende de forma parcial às necessidades dos funcionários do HU. Destacam-se os fatores contingências externos que mais impactaram na operacionalização do SIG. Nesse sentido, torna-se relevante para as pesquisas futuras comparar a controladoria de hospitais públicos com a de hospitais privados.

## REFERÊNCIAS

- ABERNETHY, Margaret A.; LILLIS, Anne M. **Interdependencies** in organization design: a test in hospitals. *Journal of Management Accounting Research*, v. 13, n. 1, p. 107-129, 2001.
- ANTHONY, R. N. **Management accounting**. 4 ed. Illinois: Irvin, 1970
- ANTHONY, Robert N.; GOVINDARAJAN, Vijay. **Sistemas de controle gerencial**. AMGH Editora, 2006.
- BEUREN, Ilse Maria; DAL MAGRO, Cristian Baú; DIAS, Dirceu Rodrigues. **Uso De Sistemas de Controle Gerencial no Processo Decisório Em Hospitais: Um Comparativo entre os Gestores Responsáveis Pela Administração E Pelo Corpo Clínico**. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 8, n. 20, 2014.
- BRUNS, William J.; WATERHOUSE, John H. **Budgetary control and organization structure**. *Journal of accounting research*, p. 177-203, 1975.
- BURNS, Tom. Stalker. GM (1961) *The Management of Innovation*. Tavistock: London, 81.
- BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. **O desenvolvimento do Sistema Único de Saúde: avanços, desafios e reafirmação dos seus princípios e diretrizes**. Editora MS (2002).
- CHANDLER JR, A. D. **Strategy and structure: chapters in the history of the American industrial enterprise**. Cambridge, MA: MIT Press, 1962.
- CHENHALL, Robert H. **Management control systems design within its organizational context: findings from contingency-based research and directions for the future**. *Accounting, organizations and society*, v. 28, n. 2-3, p. 127-168, 2003.
- CHILD, John. **Managerial and organizational factors associated with company performance-part ii. A contingency analysis**. *Journal of Management Studies*, v. 12, n. 1-2, p. 12-27, 1975.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. In: *Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2010.
- DONALDSON, Lex. **The contingency theory of organizations**. Sage, 2001.
- DUNK, Alan S. **Reliance on budgetary control, manufacturing process automation and production subunit performance: a research note**. *Accounting, Organizations and Society*, v. 17, n. 3-4, p. 195-203, 1992.
- ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci. **Perfil dos atributos do sistema orçamentário sob a perspectiva contingencial: uma abordagem multivariada**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- FREZATTI, Fabio; ROCHA, Welington; DO NASCIMENTO, Artur Roberto. **Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico**. Editora Atlas SA, 2000.
- HALDMA, Toomas; LÄÄTS, Kertu. **Contingencies influencing the management accounting practices of Estonian manufacturing companies**. *Management accounting research*, v. 13, n. 4, p. 379-400, 2002.
- ITTNER, Christopher D.; LARCKER, David F.; RANDALL, Taylor. **Performance implications of strategic performance measurement in financial services firms**. *Accounting, organizations and society*, v. 28, n. 7-8, p. 715-741, 2003.
- LUCENA, Wenner Glaucio Lopes; BRITO, Leide Adriana da Silva Nery. **Perfil dos artigos sobre**

**custos voltados para área hospitalar publicados nos Anais do Congresso USP período de 2001-2007.** Revista de Ciências Gerenciais, v. 14, n. 19, p. 223-238, 2015.

KHANDWALLA, Pradip N. **The effect of different types of competition on the use of management controls.** Journal of Accounting Research, p. 275-285, 1972.

KAPLAN, R.S.; ATKINSON, A.A. - **Advanced Management Accounting.** Prentice Hall, 1989.

KAPLAN, Robert S. et al. **Contabilidade gerencial.** São Paulo: Atlas, 2000.

MACEDO, Daniel Osório. **Utilização da Controladoria na Administração em instituições hospitalares.** 2015. 68 f. Dissertação (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado) - FECAP, São Paulo.

MACHADO, Sérgio Carlos Eduardo Pinto; KUCHENBECKER, Ricardo de Souza. **Desafios e perspectivas futuras dos hospitais universitários no Brasil. Ciência & saúde coletiva.** Rio de Janeiro. Vol. 12, n. 4 (jul./ago. 2007), p. 871-877, 2007.

MAJOR, Maria João; RIBEIRO, João. **A teoria institucional na investigação em contabilidade. Contabilidade e controlo de gestão: teoria, metodologia e prática. (Cap. 2, pp. 37-59).** Lisboa: Escolar Editora, 2008.

MARTINS, Vidigal Fernandes; JÚNIOR, Sandoval Mendonça Ferreira. **Perfil dos artigos sobre Sistemas de Informações Gerenciais voltados para hospitais universitários publicados em congressos relevantes no período de 2007 a 2011.** Revista GeTeC, v. 1, n. 1, 2012.

MANTOVANI, Flavio Roberto. **Desenho e uso de sistemas de controle gerencial focados nos clientes: um estudo em empresas brasileiras sob a perspectiva da teoria da contingência.** 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MCKINLEY, William; MONE, Mark A.; MOON, Gyewan. **Determinantes e desenvolvimento de escolas na teoria organizacional.** RAE-revista de administração de empresas, v. 43, n. 3, 2003.

MERCHANT, Kenneth A. **The design of the corporate budgeting system: influences on managerial behavior and performance.** Accounting Review, p. 813-829, 1981.

MERCHANT, Kenneth A. **Influences on departmental budgeting: An empirical examination of a contingency model.** Accounting, organizations and society, v. 9, n. 3-4, p. 291-307, 1984.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização.** São Paulo, Atlas: 2007

NARANJO-GIL, David; HARTMANN, Frank. **How CEOs use management information systems for strategy implementation in hospitals.** Health Policy, v. 81, n. 1, p. 29-41, 2007.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial.** IESDE BRASIL SA, 2010.

PADOVEZE, C.L.; BENEDICTO, G.C.; SOUZA, J.E.R. **Sistema de Informação Gerencial: Uma proposta de avaliação econômica da cadeia de valor.** In: Souza, J.E.R. (Org). Estratégia Organizacional. 1 ed. Campinas: Editora Alínea, 2005.

PUGH, Derek Salman; HICKSON, David John. **Organizational structure in its context: The Aston Programme I.** Lexington Books, 1976.

RAIMUNDINI, Simone Letícia; DE SOUZA, Antônio Artur. **Análise do estado atual da gestão financeira em hospitais públicos no Brasil.** Contabilidade Vista & Revista, v. 14, n. 1, p. 49-74, 2009.

SIMONS, Robert. **Accounting control systems and business strategy: an empirical analysis.**



Accounting, organizations and society, v. 12, n. 4, p. 357-374, 1987.

SCAPENS, Robert W. **Never mind the gap: towards an institutional perspective on management accounting practice.** Management accounting research, v. 5, n. 3-4, p. 301-321, 1994.

SILVA, Marcia Zanievicz da. **Mensuração dos custos de procedimentos médicos em organizações hospitalares: sistematização de um método de custeio híbrido à luz dos ABC e da UEP.** Dissertação de Mestrado em Contabilidade. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Brasil. (2006).

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W.; DA SILVA, Flávio Soares Corrêa. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial.** 2006.

THOMPSON, James D. **Organizations in action: social science bases of administration.** 1967.

WICKRAMASINGHE, Danture; ALAWATTAGE, Chandana. **Management accounting change: approaches and perspectives.** Routledge, 2007.

WOODWARD, Joan. **Management and technology.** HM Stationery Off., 1958.

WOODWARD, J. **Industrial organization: theory and practice.** London: Oxford University Press, 1965.

## A PERÍCIA ATUARIAL E O REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA EM PLANOS DE SAÚDE ANTERIOR AO ESTATUTO DO IDOSO<sup>1</sup>

**Idalberto José das Neves Júnior**

Universidade Católica de Brasília (UCB)

Brasília – DF

**Ana Luiza Sallai**

ITCP Cursos & Pós-Graduação e Faculdade Mauá

Distrito Federal

Rio de Janeiro – RJ

**Kátia Aparecida Alves Pacheco**

ITCP Cursos & Pós-Graduação e Faculdade Mauá

Distrito Federal

Rio de Janeiro – RJ

**Marcelo Daia Barreto**

ITCP Cursos & Pós-Graduação e Faculdade Mauá

Distrito Federal

Brasília – DF

**RESUMO:** É sabido que quanto mais idade uma pessoa possui, maior sua propensão a doenças e gastos com saúde, elevando seus custos, o que gera, por sua vez, preços maiores para aquisição e possibilidade de utilização de um plano de saúde. Plano de saúde tem características de seguro, pois envolve risco, probabilidades e possui lógica mutualista. Adiciona-se a isso o fato de que há diferenciação de custo decorrente da idade, daí, portanto, a necessidade de existir faixa etária. O objetivo principal desta pesquisa é evidenciar

se os resultados de laudos periciais de litígios sobre os reajustes de planos de saúde por faixa etária - contratados anteriormente a Lei 9.656/98, marco regulatório dos Planos de Saúde no Brasil, e o Estatuto do Idoso que não permite o aumento do plano de saúde por faixa etária a partir de 60 anos – estão sendo refletidos nas decisões judiciais. Para desenvolvimento deste trabalho, foram obtidas 15 ações judiciais ajuizadas em desfavor de uma grande operadora de saúde suplementar, sobre a questão da aplicação do reajuste por faixa etária em beneficiário com sessenta anos ou mais de idade. Os resultados evidenciaram que em 93% dos laudos periciais o reajuste aplicado pela operadora estava adequado ao contrato, às regras atuariais e regulatórias, mas pouco houve reflexo nas decisões dos juizes. Os temas de maior relevância nas ações foram os relativos a questão da nulidade da cláusula de faixa etária e a restituição dos valores pagos em dobro. Em 73% dos casos analisados houve atuação do perito atuário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde suplementar. Faixa etária. Perícia judicial.

**ABSTRACT:** It is known that the older a person is, the greater are their propensity for diseases and health expenses, raising their costs, which

<sup>1</sup> Trabalho publicado nos anais do 2.º Congresso UnB de Contabilidade e Governança realizado em Brasília (DF) no período de 23 a 25/ novembro/2016.

in turn generates higher prices for acquisition and the possibility of using a health plan. Health insurance has insurance features as it involves risk, probabilities and has mutualistic logic. It adds to this the fact that there is differentiation of cost due to age, hence, the need to exist age group. The main objective of this research is to show if the results of expert reports of litigation on health plan adjustments by age group - previously contracted under Law 9,656 / 98, regulatory framework of Health Plans in Brazil, and the Elderly Status allows the increase of the health plan by age group from 60 years - are being reflected in the judicial decisions. For the development of this work, 15 lawsuits were filed against a large supplementary health care provider, regarding the issue of the application of the adjustment by age group in beneficiary aged sixty years or over. The results showed that in 93% of the expert reports the adjustment applied by the operator was adequate to the contract, to the actuarial and regulatory rules, but there was little reflection in the decisions of the judges. The topics of greatest relevance in the actions were those related to the nullity of the age group clause and the restitution of amounts paid in double. In 73% of the analyzed cases there was actuation of the actuary expert.

**KEYWORDS:** Supplementary health. Age group. Expertise.

## 1 | INTRODUÇÃO

Até a publicação da Lei 9.656/98, marco regulatório dos Planos de Saúde no Brasil, não havia regulação dos planos de saúde, apenas para o seguro-saúde havia regulamentação pela SUSEP, mas a grande maioria das empresas ficava à margem. (BRASIL, 1998).

De acordo com Sallai (2003), o primeiro grande marco no Brasil do sistema previdenciário e de assistência médica foi o Decreto 4.682/23, denominado “Lei Eloy Chaves”. Apesar disso, o mercado sempre foi muito fragmentado e sem regulamentação específica envolvendo todos os atores e as mudanças que ocorriam no mercado, não tendo sido marcado por muitas produções acadêmicas. Assim, a produção acadêmica desse mercado tão específico começou a aumentar com a publicação da Lei 9.656/98 e criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 2000. Com relação à perícia atuarial em saúde suplementar, nicho ainda mais específico, não foi identificado estudo sobre o tema em análise aqui, o reajuste por faixa etária em planos antigos, nem assuntos correlatos.

Após a vigência da Lei, a partir de 01/01/1999, as regras para os planos de saúde aos celebrados ou adaptados após o início de vigência da referida lei, se tornaram mais claras a todos os atores envolvidos, com definição de coberturas mínimas, regras de reajustes, de inclusão e exclusão dos beneficiários e limitações ao aumento do reajuste por faixa etária.

Já os contratos dos planos anteriores à Lei, denominados de planos antigos ou não regulamentados, não possuíam regras previamente definidas pelo órgão regulador, pois, à exceção do seguro saúde, não havia regulamentação do setor. Dessa forma,

cabia à operadora de planos de saúde a definição das regras, o que podia gerar algumas lacunas e abusos, como a limitação de cobertura de dias de internação, por exemplo. Ainda assim, deveriam ser observadas as normas estabelecidas no Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.

Diferentemente do mercado de seguros de danos, em saúde não é possível precificar um plano considerando o risco individual de cada um, mas sim o risco coletivo. Assim, a única diferenciação possível é a do reenquadramento etário ou mais comumente chamado de reajuste por faixa etária.

O estabelecimento de faixa etária nos planos de saúde sempre gera muita polêmica junto aos órgãos de defesa do consumidor, Judiciário, ANS, operadoras de saúde e atuários. Tendo em vista as mazelas de nosso país em que o idoso tem, em geral, perda do poder aquisitivo após a aposentadoria, o que coincide com o momento de maior necessidade de utilização do plano de saúde e com o reajuste por faixa etária.

Em planos de saúde antigos essa situação se agrava, pois não havia faixas etárias pré-fixadas pela legislação, nem limitações quanto ao percentual de reajuste contratual, o que passou a ocorrer a partir de janeiro de 1999, com a publicação da Resolução CONSU nº 06/98. Além disso, a partir daí são várias Medidas Provisórias alterando a Lei 9.656/98, a ADIN 1931-8/03 e a Lei 10.741/03 e por fim o Estatuto do Idoso, que veio a temperar ainda mais essa discussão.

A precificação dos planos de saúde é baseada essencialmente no mutualismo e no regime financeiro de repartição simples. Neste regime financeiro, não existe reserva individual de cada um, o que existe é um fundo mútuo que visa a cobrir os gastos decorrentes do risco coberto. Para esse sistema ser viável, ele deve ter pouca gente utilizando muito e muita gente não utilizando ou utilizando pouco.

Com a publicação do Estatuto do Idoso, fixando em seu Art. 15 que não seria permitido aumento por faixa etária a partir de 60 anos, foi necessária a alteração dos limites e das faixas pela ANS. (BRASIL, 2003) A partir daí, foi publicada a RN 63/03, criando novas faixas etárias, bem como limitação entre elas.

De acordo com Bustamante (2013), o Estatuto do Idoso ajudou a potencializar a demanda por novas ações judiciais de beneficiários de planos antigos contratados antes de sua publicação, exigindo a não aplicação do reajuste por faixa etária a partir dos 60 anos, ou seja, exigindo a retroatividade do referido diploma legal.

Conforme Cardoso e Hirai (2009), embora o reajuste por mudança de faixa etária seja tecnicamente necessário e previsto em Lei, frequentemente observam-se decisões judiciais favoráveis à sua suspensão em favor de beneficiários, mesmo que o contrato com a Operadora/Seguradora o preveja e tenha sido assinado antes da vigência do novo regramento.

Tal medida, se tomada repetidas vezes tende a causar impacto na coletividade, na manutenção da solvência, pois o preço do contrato foi calculado tendo por base os reenquadramentos etários.

Com isso, torna-se importante responder a algumas questões centrais deste tipo de ação judicial, portanto, o objetivo principal deste trabalho é, a partir de casos concretos, responder a essas perguntas: Existe um alinhamento de entendimento entre os laudos periciais ou mesmo uma visão majoritária? Em caso positivo, o juiz está acolhendo o laudo pericial? Quais são os pleitos mais comuns neste tipo de ação? Será que no caso concreto estão sendo requisitados peritos? Os peritos são atuários de formação? Sabemos que essa discussão, reajuste de planos de saúde para beneficiários com sessenta anos ou mais normalmente tem viés assistencialista em vez de técnico, uma vez que a situação concreta evidencia uma situação financeira frágil do idoso.

Diante dessas perguntas, este trabalho torna-se relevante ao direcionar seus estudos para os planos de saúde anteriores a Lei 9.656/98, ao Estatuto do Idoso que não permite o aumento do plano de saúde por faixa etária a partir de 60 anos e ao contexto de sentenças judiciais favoráveis aos beneficiários dos planos de saúde determinando às Operadoras/Seguradoras o não reajuste por faixa etária. Essas circunstâncias indicam situação problema – lacunas de aplicação da Lei e/ou abusos das Operadoras/Seguradoras – que tem resultado em ações judiciais que exigem a produção de prova técnica, onde o objeto da perícia é a verificação desses fatos com cálculos de valores visando subsidiar as decisões dos magistrados e/ou permitir a liquidação da sentença.

Dessa forma o objetivo principal desta pesquisa é evidenciar se os resultados de laudos periciais de litígios sobre os reajustes de planos de saúde por faixa etária - contratados anteriormente a Lei 9.656/98, marco regulatório dos Planos de Saúde no Brasil, e o Estatuto do Idoso que não permite o aumento do plano de saúde por faixa etária a partir de 60 anos – estão sendo refletidos nas decisões judiciais. Como objetivos específicos, este estudo pretende identificar o pleito dos autores das ações judiciais quanto ao reajuste do plano de saúde por faixa etária, revelar se os peritos que atuaram nos litígios são atuários e evidenciar os achados dos peritos para esses casos.

Com relação ao proceder metodológico, esta pesquisa foi classificada pela sua finalidade e os meios necessários para sua investigação (VERGARA, 2000). Assim, a partir do exposto, este trabalho pode ser classificado como exploratório, de abordagem qualitativa e de natureza documental. Os sujeitos da pesquisa são 15 (quinze) ações judiciais com análise das seguintes peças processuais: petição inicial, laudo pericial e sentença.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O escopo do referencial teórico contempla aspectos dos planos de saúde e seguros, reajuste de preços por faixa etária e perícia atuarial em planos de saúde.



## 2.1 Planos de Saúde e Seguros

Segundo Lima, Carneiro, Bianco e Mendes (2009), a estrutura de financiamento de seguros baseada no mutualismo é denominada regime de repartição simples. Este é o regime financeiro utilizado na totalidade dos ramos de seguro de danos (por exemplo, seguros patrimoniais, seguros de responsabilidade civil e seguros de automóveis) e na maioria dos seguros de pessoas (por exemplo, seguros de saúde, seguros de acidentes pessoais e seguros de vida em grupo).

Nesse regime, todos os beneficiários pagam prêmios independente da ocorrência ou não do risco durante o prazo de vigência do contrato e não há formação de reservas individuais em nome de cada segurado. O equilíbrio financeiro de longo prazo do mercado de planos de saúde depende de uma relação adequada entre os prêmios e os riscos cobertos. O prêmio pago pelo segurado foi utilizado para pagar, em parte, os eventos ocorridos com os demais segurados. Em um seguro usual, o segurado paga o valor mais próximo a seu verdadeiro risco. Em saúde, não é possível diferenciar preço em função dos riscos, apenas por causa da idade do segurado e da região geográfica de comercialização do produto.

De acordo com matéria divulgada no sítio Exame.com, que faz referência a estudo do IESS (Instituto de Estudos em Saúde Suplementar), a premissa é de que não há como deter o passar do tempo: os gastos com saúde avançam com o envelhecimento. Segundo o estudo, beneficiários de planos privados no Brasil com menos de 18 anos custam cerca de R\$ 1 mil por ano. A conta com idosos acima de 80 passa de R\$ 1 mil por mês, o que evidencia o aumento de custos com o passar da idade.

Estudo de 2007 da entidade representativa das empresas de autogestão, a UNIDAS, mostra a elevação do custo médio em decorrência da idade, como apresentado no Gráfico 1:

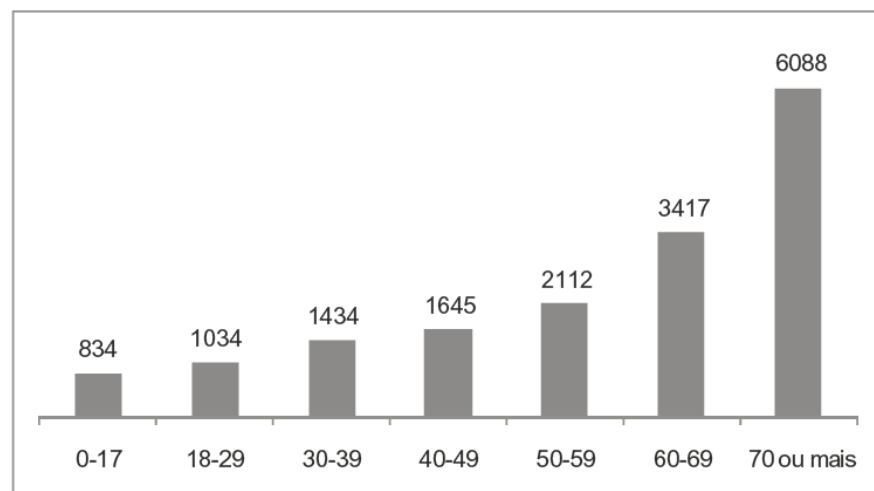


Gráfico 1: Custo Médio Assistencial / Beneficiário/Ano – Faixa Etária – Pesquisa UNIDAS 2007

Fonte: Lima, Carneiro, Bianco e Mendes (2009)

Observa-se pelo gráfico que a variação de custo médio entre a última e a primeira faixa etária é de 7,30 vezes, evidenciando mais uma vez a evolução do custo conforme vai se avançando na idade. Diante da elevação do custo médio do plano de saúde em decorrência da idade, é importante conhecer os aspectos legais que regulam esse tema.

## 2.2 Reajuste por faixa etária

Antes da Lei 9.656/98 não havia restrições com relação aos limites dos reajustes por faixa etária, nem definição prévia dos intervalos de cada faixa.

A Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, entrou em pleno vigor em 1º de janeiro de 1999. Até então, as operadoras podiam comercializar contratos de assistência à saúde com as cláusulas livremente pactuadas. Nesses contratos celebrados até o final de 1998 - conhecidos como “planos antigos” - cada operadora definia as faixas etárias e os percentuais de variação do preço a cada mudança de faixa, observando as regras, quando aplicáveis, da SUSEP e outras vigente à época. Durante a discussão no Congresso Nacional da legislação para o setor de saúde suplementar, a questão da variação de preço por faixa etária se mostrou um ponto de grande preocupação e resultou na inclusão, em lei, de dispositivos buscando sua regulação.

O art. 15 da Lei nº 9.656/98 permite que as operadoras estabeleçam preços diferenciados conforme a idade do consumidor, desde que as faixas etárias e os percentuais de variação do preço estejam previstos no contrato celebrado com o consumidor. Adicionalmente, vedou-se a variação do preço por faixa etária para consumidores com mais de sessenta anos de idade que participem há mais de dez anos do mesmo plano de saúde (ou sucessores). A lei 9.961/00 conferiu competência à ANS para regulamentar este tema.

A Lei, em seu art. 35-E criou, para os planos antigos, o instituto da repactuação, que consistia em não aplicar o reajuste por faixa etária diretamente, mas sim diluí-lo, proporcionalmente, no mesmo período da faixa etária, limitando ao máximo de 10 anos.

Além disso, planos muito antigos, não traziam com clareza todas as obrigações dos consumidores, situação que veio a ser corrigida com a publicação do CDC. Tinham normalmente no contrato a definição das faixas etárias, sem os percentuais de forma explícita, ficando vinculados à variação existente na tabela de vendas na ocasião da assinatura do contrato. Para estas situações, foi necessária aprovação prévia da SUSEP das faixas e percentuais para posterior aplicação.

Importante ressaltar que as autorizações emitidas pela Susep ocorreram em 1999, enquanto havia entendimento de que o parágrafo único do art. 15 da MP nº 1.801-10 seria aplicável a todos os planos independente da data de contratação, o que fez com que a SUSEP restringisse a aplicação das variações a beneficiários com 60 ou mais e que estivessem no plano há mais de 10 anos.

“Parágrafo único. É vedada a variação a que alude o caput para consumidores com mais de sessenta anos de idade, se já participarem do mesmo plano ou seguro, ou sucessor, há mais de dez anos.”

Tal interpretação só veio a ser corrigida pelo Senado com a edição da Medida Provisória nº 1.908-18, de 24 de setembro de 1999 que tornou claro o objetivo do legislador e o alcance da vedação da aplicação da faixa etária especificamente aos planos novos com as características lá descritas. Não alcançando, assim, os beneficiários de planos antigos.

“Parágrafo único. É vedada a variação a que alude o caput para consumidores com mais de sessenta anos de idade, que participarem dos produtos definidos no inciso I e no § 1º do art. 1º desta Lei, ou sucessores, há mais de dez anos.”

Por restar extremamente clara esta nova redação e por ser autoaplicável, a SUSEP, à época, entendeu corretamente ser desnecessária a retificação dos ofícios expedidos a todas as operadoras que solicitaram a aprovação das variações, pois uma Lei tem poder superior a um ofício.

A edição da MP tornou possível a aplicação do reajuste a todos os beneficiários de planos antigos independente da faixa etária e do tempo de plano.

Então veio a ADIN 1.931-8 de 21/08/03, suspendendo a eficácia dos artigos que tratavam dos planos antigos, dispensando as operadoras de manter a repactuação, desta forma poderiam ter sido aplicadas, de uma única vez, as parcelas vincendas. Além disso, para as cláusulas de reajuste passou a valer o estipulado em contrato, sem necessidade de aprovação prévia da ANS.

Dadas as características dos planos de saúde, o seu reajuste de preço por faixa etária, têm-se discussões técnicas sobre o tema que podem resultar em demandas judiciais que exigem a produção de prova técnica realizada por perito com conhecimentos na área de atuária. Nesse sentido, apresenta-se aspectos da perícia atuarial.

### **2.3 Perícia atuarial em planos de saúde**

No Brasil, a profissão de atuária ou Ciências Atuariais é regulamentada pelo Decreto-Lei nº806/69, Decreto 66.408/70 e normas complementares. Para atuar como atuário é necessário ser graduado em Ciências Atuariais (conforme art. 2º do D-L nº806/69 e art. 9º do D 66.408/70) e estar inscrito, em livro próprio, no Ministério do Trabalho e Emprego. (BRASIL, 1970)

Em 2005, o IBA (Instituto Brasileiro de Atuária) instituiu uma prova de habilitação para seus novos membros. De acordo com dados do Instituto, apontam que existem no Brasil cerca de 850 atuários, dois terços deles trabalhando em Fundos de Pensão ou Seguradoras.

A graduação em Ciências Atuariais é relativamente nova no Brasil e alcançou maior crescimento após a estabilização da economia brasileira, com o fim do período de grande inflação no país, exigindo-se, a partir daí, melhoria na gestão e mensuração

adequada dos riscos, que é a *expertise* do atuário.

Assim sendo, observa-se que é uma graduação ainda pouco conhecida do grande público e também do Judiciário. Isso tem mudado com o passar dos anos e verifica-se que os juízes estão cada vez mais exigindo peritos com conhecimento atuarial para ações que envolvam previdência privada, seja entidade aberta ou fechada, bem como em saúde suplementar.

Na análise das ações para este trabalho, verifica-se que das 15 ações analisadas, apenas em quatro delas o perito não era atuário de formação.

Observa-se também nas ações selecionadas que as empresas de saúde possuem assistente técnico com formação atuarial que auxilia na formulação dos quesitos ao perito.

### **3 | METODOLOGIA**

A metodologia da pesquisa apresenta sua classificação, a seleção de casos para o estudo e os procedimentos de coleta e de análise de dados.

#### **3.1 Classificação da pesquisa**

A presente seção aborda a descrição da pesquisa no que diz respeito aos seus aspectos fundamentais, sendo apresentadas as etapas de planejamento que viabilizaram a realização do estudo e os achados da pesquisa.

Quanto aos meios de investigação, a pesquisa tem caráter documental, tendo sido realizada por meio da obtenção de documentos de ações relacionadas ao tema proposto e informações públicas existentes sobre os processos. A abordagem do problema é natureza qualitativa com o uso da estatística descritiva para a compilação dos dados.

#### **3.2 Casos Selecionados para a Pesquisa**

A pesquisa foi composta por processos cujo pleito principal é a suspensão do reajuste por faixa etária quando o beneficiário de um plano antigo completa sessenta anos ou mais, podendo ter em comum a alusão ao Estatuto do Idoso contra operadoras de planos de saúde.

Oteve-se acesso a um rol de ações judiciais de uma importante operadora de saúde suplementar, por meio do assistente técnico dessa operadora e a amostra não-probabilística foi obtida após análise de alguns documentos, como a petição inicial, parecer do assistente técnico e o laudo pericial, que serviram de balizadores para o julgamento do pesquisador.

Assim, foram selecionados casos que pudessem contribuir diretamente para o assunto aqui abordado. Neste momento, não foram analisadas as sentenças proferidas pelos juízes, esta etapa ficou para a etapa de análise dos resultados.

A pesquisa documental foi realizada em 15 processos judiciais, impetrados no

período de 2009 a 2013 na cidade do Rio de Janeiro referentes a contratos celebrados entre 1978 e 1994 em que o objeto da ação tinha em comum a questão do reajuste por faixa etária para planos de saúde não regulamentados.

Tendo em vista o sigilo solicitado na divulgação dessas ações, optou-se por não divulgar os quatro primeiros números da ação judicial, sendo listadas no Quadro 1:

Nº	Ação	Ano da ação
1	XXXX948-22.2011.8.19.0209	2011
2	XXXX426-07.2012.8.19.0001	2012
3	XXXX716-53.2013.8.19.0208	2013
4	XXXX150-21.2012.8.19.0001	2012
5	XXXX896-23.2010.8.19.0001	2010
6	XXXX480-18.2009.8.19.0209	2009
7	XXXX173-19.2013.8.19.0001	2014
8	XXXX065-40.2013.8.19.0001	2013
9	XXXX664-32.2012.8.19.0001	2012
10	XXXX393-16.2010.8.19.0001	2010
11	XXXX.001.101978-0	2003
12	XXXX024-22.2011.8.19.0208	2012
13	XXXX033.34.2012.8.19.0001	2012
14	XXXX117-51.2012.8.19.0001	2012
15	XXXX825-34.2010.8.19.0001	2012

Quadro 1: Ações Judiciais

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

Buscou-se, dentro do material recebido, buscar as ações restritas ao tema deste trabalho e que possuíam material suficiente para análise. Assim, a amostragem é não probabilística e a análise realizada não pode ser considerada conclusiva, mas servir para reflexão sobre o tema.

### 3.3 Coleta de documentos e *check-list*

Foram obtidos documentos relativos a ações judiciais de uma grande operadora de saúde suplementar. A partir daí, foi realizada análise do material obtido e feita a triagem daquelas que se encontram no escopo deste trabalho. Foi feito um *check-list* mínimo para que a ação fosse considerada, em que se verificou se o pleito principal era relativo a reajuste por faixa etária de contratos antigos para beneficiários com sessenta anos ou mais e se havia laudo pericial. Para algumas ações, foi necessário buscar no *site* dos tribunais informações mais atualizadas sobre o processo.

Em todos os processos, foi feita a leitura integral da petição inicial, do parecer do assistente técnico quando havia, do laudo pericial e da sentença judicial, quando havia.

A partir daí, foram extraídas as partes mais relevantes para a análise aqui proposta e organizados de forma a serem verificadas as compatibilidades e as diferenças em relação a três tópicos: pleito do autor, análise técnica do perito e se a decisão judicial

foi seguindo a mesma linha do laudo pericial.

### 3.4 Procedimentos adotados

Foi realizado um levantamento bibliográfico em relação à parte técnica relativa ao tema. Num primeiro momento, buscou-se fazer uma triagem dos processos, a fim de identificar aqueles cuja motivação tenha sido o reajuste por faixa etária para os beneficiários com sessenta anos ou mais de planos contratados até 31/12/1998, antes da vigência das Lei dos Planos de Saúde e do Estatuto do Idoso. A partir daí, buscou-se identificar características da ação, em que tipo de regra de reajuste a ação se enquadra, análise do laudo pericial, a fim de identificar a linha de fundamentação técnica adotada pela perícia e verificação da sentença, se seguiu o laudo do perito ou se foi contrária.

## 4 | RESULTADOS

Os resultados apresentados foram estruturados com o objetivo de verificar:

- Num primeiro momento, como tem sido o pleito dos autores das ações em relação ao reajuste por faixa etária em planos antigos;
- Se peritos têm sido nomeados para esse tipo de ação e se estão nomeando atuários;
- Como tem sido a visão majoritária no laudo dos peritos; e
- Se as sentenças judiciais estão alinhadas com o laudo dos peritos.

### 4.1 Pleito dos autores

Observa-se que os autores das 15 ações estudadas entraram no plano de saúde há mais de 20 anos, tendo firmado seus contratos entre os anos de 1978 e 1994, sendo, portanto, todos beneficiários de planos antigos.

Em 100% das ações, os beneficiários possuíam em seus contratos as faixas etárias pré-definidas, mas sem percentual explícito na cláusula contratual, estando vinculados à tabela de vendas à época da contratação, ou ainda à Nota Técnica Atuarial submetida à SUSEP. Situações em que a ANS reconhece a possibilidade da aplicação dos percentuais, com entendimento trazido com a Súmula Normativa nº 3/01.

- “4. Considerando a legislação específica para as sociedades seguradoras, nos casos em que as cláusulas de variação de faixa etária dos contratos já tenham sido submetidas à SUSEP antes da edição da Medida Provisória nº 1.908-18, de 1999, a ANS dispensará o seguinte tratamento:
  - a. Seguradoras: Serão consideradas previamente aprovadas desde que não tenha havido restrição da SUSEP quanto às condições contratuais e Notas Técnicas;



- b. Operadoras: Serão consideradas previamente aprovadas desde que tenha havido aprovação expressa pela SUSEP.”

Tendo em vista que o contrato mais novo é de novembro de 1994, esse comportamento contratual se deve ao fato de que era uma época de grande inflação no país, gerando novas tabelas de vendas mensais. Todas as ações têm por objeto a variação a partir dos 60 anos. Na Tabela 1 é apresentada a distribuição da faixa etária dos contratos.

Intervalo de faixa etária	Nº ações	%
0-17, 18-59, 60-69, 70-99	12	80%
0-5,6-19,20-39,40-59,60-69,70-99	1	7%
De 0-59, 60-69,70-99	2	13%

Tabela 1: Distribuição das faixas etárias nos contratos

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

Em todos os contratos, a operadora utilizou do instituto da repactuação, diluindo o percentual de reajuste por faixa etária em 10 anos, o que era obrigatório para esses contratos antes da ADIN 1931-8/03, sendo suspensa a partir de então.

Em 14 contratos, se utiliza a questão da publicação do Estatuto do Idoso para fundamentar a solicitação de nulidade da cláusula de faixa etária.

Os pedidos nas ações foram sobre antecipação de tutela, nulidade da cláusula de faixa etária, aumento máximo de 10% por variação etária, restituição de indébito e danos morais, distribuídos como demonstrado no Gráfico 2.

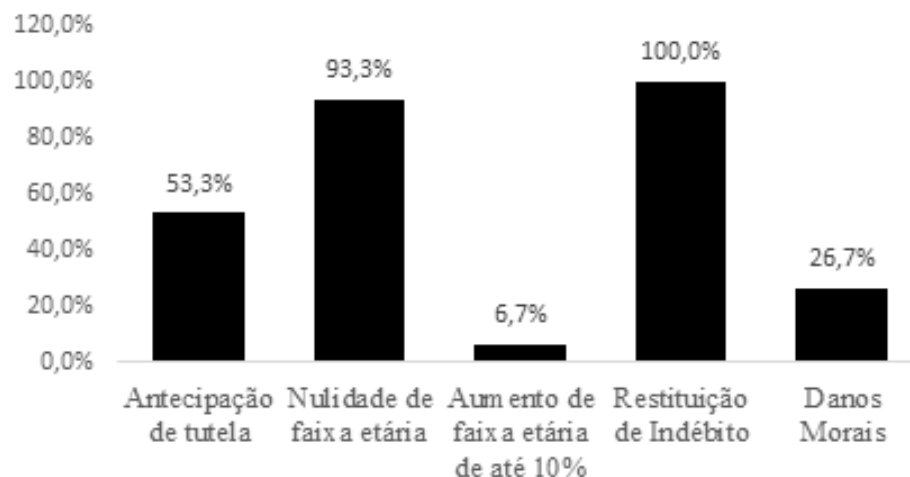


Gráfico 2: Temas abordados nos pedidos das ações judiciais

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

## 4.2 Nomeação de Peritos e o Laudo Pericial

Em todas as ações se observou nomeação de peritos, sendo que em quatro delas os peritos não eram atuários de formação. Tendo em vista que as quinze ações são de varas diferentes, o resultado sugere que há conhecimento geral sobre o profissional de atuária e em que nesse tipo de pleito é o profissional adequado para dar o parecer

técnico.

Observou-se, também, a existência de quesitos tanto da parte do autor como do réu. Foram identificadas as seguintes questões mais abordadas:

- Sobre os índices de reajuste aplicados aos contratos, se estão de acordo com a legislação;
- Sobre a previsão contratual dos reajustes, se havia previsão da cláusula de faixa etária e dos percentuais de reajuste;
- Sobre a autorização do reajuste por faixa etária pela SUSEP;
- Sobre a evolução dos gastos em saúde em razão da idade;
- Se o não aumento causará desequilíbrio ao contrato;
- Se a carteira de planos a que pertence o autor está envelhecida;
- Sobre a comparação com o preço médio dos planos de saúde no mercado; e
- Sobre a validade da repactuação.

De todos os laudos, apenas um não respondeu sobre as questões de possível desequilíbrio atuarial, envelhecimento, evolução de gastos em saúde, alegando ser questão de mérito. Os demais peritos responderam a quesitos dessa natureza utilizando fundamentação técnica.

**a. Sobre os índices de reajuste aplicados aos contratos, se estão de acordo com a legislação; sobre a previsão contratual dos reajustes, se havia previsão de cláusula contratual de faixa etária e percentuais de reajuste; e sobre a autorização do reajuste por faixa etária por parte da SUSEP**

Apenas um perito não quis se manifestar sobre a competência de reajuste, afirmando tratar-se de questão de mérito.

Os demais afirmaram haver dois tipos de reajuste, o reajuste pela inflação (ou variação de custos) e o reajuste por faixa etária. Informaram que para os planos adquiridos por pessoa física, os chamados planos individuais, caso dos processos em questão, foram aplicados desde 2000 os percentuais determinados pela ANS. A Tabela 2 apresenta a compilação desses resultados.

Ano	Percentual aprovado pela ANS
2000	5,42%
2001	8,71%
2002	7,69%
2003	9,27%
2004	11,75%
2005	19,23%
2006	11,46%

2007	6,64%
2008	6,24%
2009	6,76%
2010	7,30%
2011	7,15%
2012	7,93%
2013	9,47%

Tabela 2: Percentuais aprovados pela ANS

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

Sobre o reajuste por faixa etária, os peritos se manifestaram no sentido de informar que os percentuais de reajuste foram aprovados pela SUSEP e que estão de acordo com a Nota Técnica e Tabela de Vendas. Utilizaram para evidenciar o posicionamento, uma Carta de autorização da SUSEP com os percentuais e a comparação com seus próprios cálculos, não tendo sido observadas distorções nos valores.

**b. Sobre a evolução dos gastos em saúde em razão da idade, se o não aumento causará desequilíbrio no contrato e se a carteira de planos a que pertence o autor não está envelhecida**

Foi unânime o posicionamento dos peritos sobre a questão da evolução dos gastos em saúde com o passar da idade. Todos concordaram que os custos médicos crescem com o passar da idade e que o preço do plano e os percentuais de faixa etária são calculados pensando na manutenção e longevidade do plano pela coletividade de beneficiários e o equilíbrio atuarial do plano e, por consequência, da operadora. Abaixo algumas explicações sobre o tema:

“Sabe-se, à medida que a idade avança no tempo, o risco cresce e, conseqüentemente, a responsabilidade aumenta em relação às idades inferiores.

(...)

Quando é estabelecido o percentual de crescimento por mudança por faixa etária, considerando os princípios atuariais, é no sentido de que o equilíbrio atuarial do plano ficará prejudicado se as regras estabelecidas na elaboração do plano não forem seguidas, o que poderão ocasionar a derrocada do plano e conseqüentemente a falência do plano de saúde.”

“Em via de regra, o beneficiário do plano de saúde quando fica mais velho utiliza mais os serviços de saúde e conseqüentemente eleva o custo, havendo então a necessidade de adequar a mensalidade ao novo perfil de risco do beneficiário e o estabelecimento de faixas etárias torna o plano mais equilibrado. A título de exemplo, identificamos na apresentação da ANS que a adequação do custo por faixa etária da CASSI representa 8,7 vezes entre a primeira e a última faixa.”

Tal apresentação da ANS mencionada evidenciou o crescimento como apresentado no Gráfico 3:

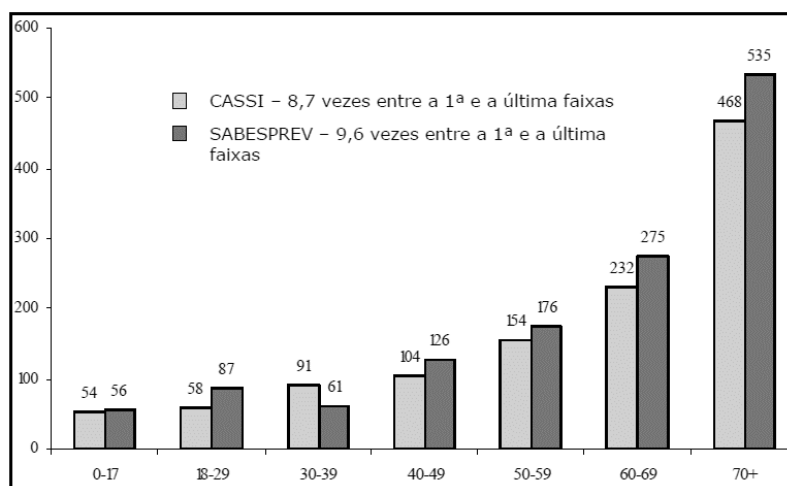


Gráfico 3: Evolução de custos em saúde suplementar com o passar da idade

Fonte: Lopes (2007)

Sobre o fato da carteira a que o autor pertence estar envelhecida, os peritos afirmaram que o §5º do art. 35 da Lei 9.656/98 proibiu a comercialização de novos entrantes nesses planos e previu que a manutenção dos contratos tem caráter personalíssimo, sendo permitida apenas a entrada de filhos e cônjuges. Dessa forma, sem a entrada de novos beneficiários, a carteira tende a envelhecer e ir diminuindo com o tempo. Somando-se a isso que os planos quando foram criados e calculados levavam em consideração uma certa proporção entre jovens e idosos, os custos, para estes planos, tendem a crescer com o tempo, trazendo ainda mais a necessidade do reajuste por faixa etária estabelecido no contrato.

### c. Sobre a comparação com o preço médio dos planos de saúde no mercado e a validade da repactuação

Quanto à questão da repactuação ou diluição do reajuste, os peritos informaram que após a ADIN 1931-8/03, a operadora poderia ter aplicado o percentual de reajuste integralmente, sem necessidade de diluição e que mesmo assim utilizou do instituto da repactuação, por sua liberalidade, beneficiando o autor da ação.

Em relação aos preços médios do mercado, desconsiderando por ora a questão temporal, os peritos informaram preços de planos individuais comercializados à época da elaboração dos laudos e como exemplo pode-se citar (acima de 59 anos):

Amil (Linha Medial) – Entre R\$ 586 e R\$ 978

Assim – Entre R\$ 839 e R\$ 1.739

Unimed Rio – Entre R\$ 1.336 e R\$ 1.874

Os preços variam de acordo com o tipo de rede e acomodação.

Sem efeitos conclusivos, apenas para ilustrar um pouco mais a questão e poder ter uma ideia do preço que os beneficiários das ações pagavam antes de terem o reajuste por faixa etária aos 60 ou 70 anos, foram obtidas as informações de valores

das mensalidades que permite observar que os beneficiários pagavam em média R\$ 419, sendo distribuídos na forma do Gráfico 4.

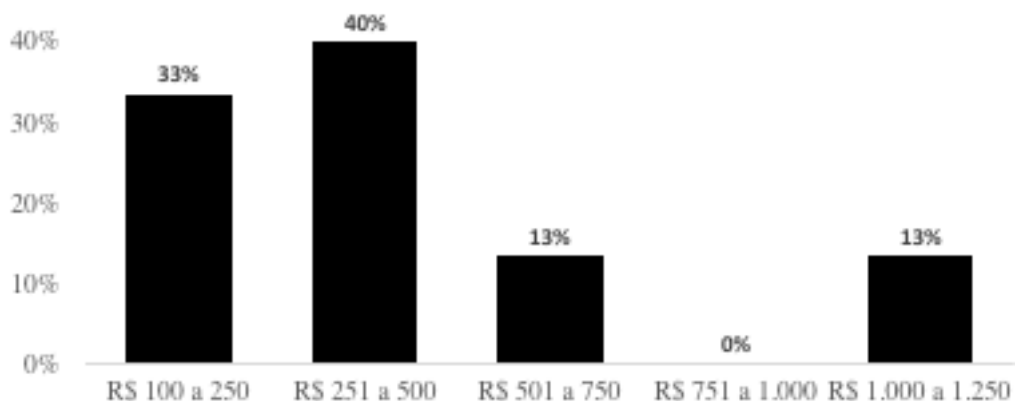


Gráfico 4: Distribuições do valor do plano de saúde dos beneficiários das ações imediatamente antes do reajuste por faixa etária

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados.

Observa-se que 73% dos autores pagavam até R\$ 500 antes de terem o reajuste por faixa etária. Assim, esse fato aponta para uma informação relevante, a de que na verdade o reajuste por faixa etária parece muito elevado, mas em contrapartida, os beneficiários destes planos, em geral, pagam parcela considerada baixa para o padrão de utilização.

#### 4.3 Sentença Judicial e alinhamento com o laudo pericial

Após verificação da existência de sentenças dos processos, o Gráfico 5 apresenta os resultados.

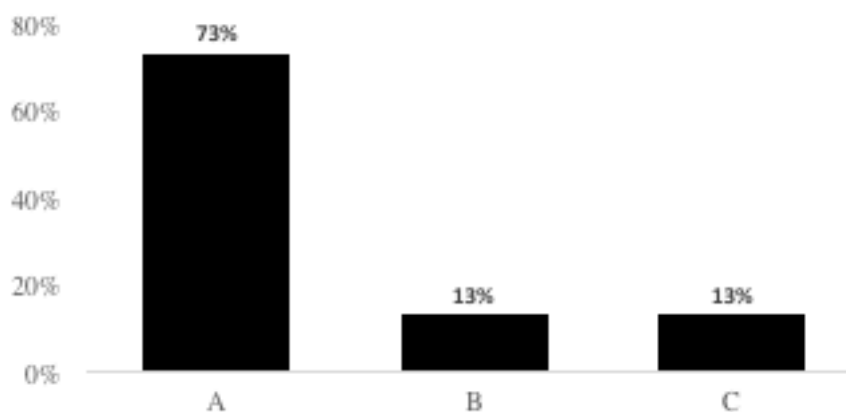


Gráfico 5: Distribuições dos resultados das ações

Fonte: gráfico criado a partir da análise das ações

Onde:

A: Declarada nulidade da cláusula de reajuste por faixa etária e devolução dos valores pagos em dobro

B: Julgado improcedente o pedido

C: Sem sentença

Na grande maioria das ações, a decisão foi de anular a cláusula de reajustes e determinar a devolução dos valores. Das 15 ações, apenas em duas delas (Decisão B), a decisão do juiz foi alinhada à do perito, sendo julgado improcedente o pedido. Em 13 ações (Decisão A), o julgamento do juiz foi contrário à conclusão do laudo pericial, em boa parte anulando-se o reajuste por faixa etária e com restituição dos valores em dobro. Não foi possível acesso ao conteúdo integral da sentença judicial, a fim de se verificar exatamente sob qual fundamento se baseou tal decisão. Contudo, pode-se inferir que em vários casos os juízes acabaram por utilizar-se do Estatuto do Idoso para declarar a nulidade do reajuste por faixa etária para pessoas com sessenta anos ou mais. Isso porque é de conhecimento dos estudiosos do assunto que a questão da retroatividade do Estatuto do Idoso trata-se de tema não pacificado no Judiciário, existindo atmosfera de insegurança no mercado de saúde suplementar, ainda mais pelo número de idosos nesta condição.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após toda exposição realizada ao longo deste trabalho foi possível evidenciar o que vem sendo pleiteado nas ações judiciais relativas ao reenquadramento etário para beneficiários de planos antigos, o que vem sendo relatado nos laudos periciais e a linha de decisão do juiz.

Observou-se que em 93% dos laudos periciais, o reajuste aplicado pela operadora estava adequado ao contrato, às regras atuariais e regulatórias, entretanto, em apenas 13% dos casos, a decisão do juiz foi alinhada com a do perito.

Uma razão para essa realidade é que a questão da retroatividade do Estatuto do Idoso ainda não está pacificada, causando insegurança no mercado de saúde suplementar, tendo em vista o expressivo número de beneficiários idosos em tal condição. Além disso, a questão é complexa, dados os aspectos técnicos relativos ao risco desses contratos e à utilização de regime de mutualismo desses contratos.

Em âmbito jurídico, essas teses vêm sendo sustentadas em que, de um lado se defende a questão do ato jurídico perfeito, o direito adquirido das operadoras de saúde e a data da pactuação anterior à publicação do referido Estatuto. Por outro lado, defende-se a proteção ao consumidor em que se consideram os reajustes por faixa etária como abusivos e que afrontariam o art. 15 do Estatuto, cuja aplicação deveria ser imediata e automática independente da data da celebração dos contratos.

Essa conclusão é preocupante, visto que a lógica mutualista desses contratos visa o equilíbrio para a coletividade e tais decisões individuais contrárias à boa prática atuarial, visando o benefício econômico do autor, pode, ao longo do tempo, causar desequilíbrios no sistema, inviabilizar a comercialização de novos planos, visto que o reajuste por faixa etária se trata de reenquadramento etário do risco e foi avaliado dentro de determinadas premissas para a sustentabilidade do plano.



Adicionalmente, verificou-se que em 73% das ações o perito possuía formação atuarial, o que permite inferir que a ciência atuarial pode estar mais difundida no Judiciário, o que é importante para que a qualidade da técnica no laudo pericial seja observada e o reconhecimento desses profissionais. Os temas de maior relevância nas ações foram os relativos a questão da nulidade da cláusula de faixa etária e a restituição dos valores pagos em dobro.

Com relação a limitação desta pesquisa, é importante indicar o número pequeno da amostra de 15 casos utilizados. Contudo, os achados deste estudo, poderão ser confirmados em trabalhos futuros. De futuro, este estudo poderia ter a amostra de pesquisa ampliada e seus resultados poderiam ser cotejados com os achados desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Lei 66. 408 – Exercício da Profissão de Atuário.** Brasília, DF, 1970. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D66408.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D66408.htm)>. Acesso em: 23 nov 2015.

BRASIL. **Lei 9.656 – Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde.** Brasília, DF, 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9656.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9656.htm)>. Acesso em: 23 nov 2015.

BRASIL. **Lei 10.741 - Estatuto do Idoso.** Brasília, DF, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)>. Acesso em: 23 nov 2015.

BUSTAMANTE, R. A. **A Retroatividade do Estatuto do Idoso nos Contratos de Plano de Assistência à Saúde: Violação ou Manutenção de um Ato Jurídico Perfeito?** 2013. 68 f. TCC (Graduação) - Curso de Pós-graduação em Direito Público e Direito Privado, Escola de Direito da AMPERJ, AMPERJ, Rio de Janeiro, 2013.

CARDOSO, A., HIRAI, P. **Impacto do descumprimento de cláusulas contratuais e não aplicação de reajuste por mudança de faixa etária.** MILLIMAN, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://documents.scribd.com/s3.amazonaws.com/docs/5xicyb0y803pqj6n.pdf>>. Acesso em: 23 nov 2015.

LIMA, I. R., CARNEIRO, L. A. F., BIANCO, D. D., MENDES, R. S. **Diferenciação de Risco e Mensalidade ou Prêmio entre Faixas Etárias em Planos e Seguros de Saúde.** FIPECAFI, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://documents.scribd.com/s3.amazonaws.com/docs/5xicyb0y803pqj6n.pdf>>. Acesso em: 23 nov 2015.

LOPES, C. V. **Agência Nacional de Saúde Suplementar - Reajuste Seminário Saúde.** Rio de Janeiro, 2007.

SALLAI, A. L. **Análise da Evolução do Mercado de Saúde Suplementar Brasileiro.** 2003. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2000.

## ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

### **Vanessa Fernanda Rios de Almeida**

Fundação Universidade Federal de Rondônia –  
UNIR, Departamento de Ciências Contábeis do  
*Campus José Ribeiro Filho – Rondônia*

### **Ederlei da Silva Miranda**

Fundação Universidade Federal de Rondônia –  
UNIR, Departamento de Ciências Contábeis do  
*Campus José Ribeiro Filho – Rondônia*

### **Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de Lima**

Fundação Universidade Federal de Rondônia –  
UNIR, Departamento de Ciências Contábeis do  
*Campus José Ribeiro Filho – Rondônia*

### **Ernani Marques de Almeida**

Faculdades Integradas Aparício Carvalho –  
FIMCA, Departamento de Ciências Contábeis –  
Rondônia

**RESUMO:** A Tomada de Contas Especial (TCE) refere-se a uma ferramenta legal, de caráter excepcional, com o fim de identificar prejuízos na guarda e na aplicação dos recursos públicos, tendo como principal objetivo o ressarcimento do erário e responsabilização do agente malversor. Dada à importância que este instrumento legal tem perante a sociedade em geral, uma vez que esta é a maior interessada em obter informações acerca do controle das finanças públicas, principalmente no que diz respeito às medidas promovidas para apurar os casos de desvios de recursos ou

irregularidades, o presente estudo teve como objetivo verificar a efetividade das Tomadas de Contas Especiais do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Por meio de uma pesquisa com abordagem quantitativa, descritiva de corte transversal, bem como análise de dados em bancos secundários, foram realizadas buscas no sistema de Processo de Contas Eletrônico (PCe) disponível no sítio do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, e análise individual de 216 processos de TCEs que estavam classificados no estágio “decisão” e “transitado e julgado”. Os resultados evidenciam que a adoção da TCE como mecanismo de controle e responsabilização fica comprometida pela morosidade de sua tramitação no Tribunal, comprometendo sua efetividade enquanto instrumento de resguardo ao erário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tomada de Contas Especial; Erário; Teoria de agência.

**ABSTRACT:** The Special Setting of Accounts (SSA) refers to an exceptional legal tool with the objective of identifying losses in the custody and application of public resources, with the purpose of reimbursing the treasury and making the agent responsible for the offender. Given the importance of this legal instrument vis-à-vis society in general, since it is the most interested in obtaining information about the control of public funds, especially with regard to the

measures taken to investigate cases of misuse of funds or irregularities, the present study had the objective of verifying the effectiveness of the Special Setting of Accounts of the Court of Auditors of the State of Rondônia. Through a quantitative, descriptive cross-sectional survey, as well as data analysis in secondary source, searches were performed on the Electronic Accounts Process (APE) system available on the website of the Court of Auditors of the State of Rondônia, and analysis 216 cases of Special Setting of Accounts that were classified in the “decision” and “transited and tried” stages. The results show that the adoption of Special Setting of Accounts as a mechanism of control and accountability is compromised by the slowness of its processing in the Court, compromising its effectiveness as an instrument of protection to the treasury.

**KEYWORDS:** Special Setting of Accounts; Treasury; Theory of agency.

## 1 | INTRODUÇÃO

Preliminarmente, é importante registrar que a abordagem sobre a função do Controle na Administração Pública tem origem na premente necessidade de evitar e reprimir desvios a finalidade precípua da Administração, quais sejam, o interesse público e o bem-estar social.

Consustanciado na demanda social por transparência da coisa pública, surge à figura do Tribunal de Contas, cuja normatização de funcionamento e definição de competência estão previstas, *latu sensu*, na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE-RO), criado pelo Decreto-Lei nº 47, de 31 de janeiro de 1983, é encarregado de exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial externa das entidades da administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios de Rondônia quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e publicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas, dentre outras definidas no Regimento Interno da Corte (TCE-RO, 2010). Dessa forma, sempre que surgirem no exercício da fiscalização situações como a omissão no dever de prestar contas, não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou, ainda, prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que resulte em danos ao Erário, à autoridade competente do próprio órgão ou entidade jurisdicionada, ou seja, responsável pela gestão dos recursos, o TCE-RO irá averiguar.

Depois de esgotadas as providências administrativas internas com vistas à recomposição do erário, o gestor deverá promover a tomada de contas do responsável de modo especial, o que tipifica a Tomada de Contas Especial (TCE), encaminhando-a posteriormente ao Tribunal de Contas para julgamento da conduta dos agentes públicos responsáveis (FERNANDES, 2009). Entretanto, a TCE pode ser instaurada por recomendação dos órgãos de controle interno ou por determinação do próprio

Tribunal, nos casos de omissão na prestação de contas ou inércia na instauração da TCE pelo gestor. A TCE pode ser, ainda, oriunda de conversão de outros processos de controle externo, tais como, denúncia, representação, inspeção, auditoria e processos de registro de atos de pessoal (BRASIL, 1992).

Nesse contexto, por ser uma ferramenta de auxílio ao controle das finanças públicas, surge a problemática da presente pesquisa, voltada para a efetividade das Tomadas de Contas Especiais do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia: Os processos de TCE, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia são efetivos ao cumprimento de seu objetivo. Desta forma, com o intuito de responder o problema citado, este estudo teve como objetivo geral a verificação da efetividade dos processos de Tomada de Contas Especial instaurados e julgados entre os anos de 2010 a 2016, no âmbito do TCE-RO. Para tanto traçou-se como objetivos específicos as seguintes etapas: Mapear os processos de Tomada de Contas Especial instauradas no Tribunal de Contas do estado de Rondônia entre os anos de 2010 a 2016; Verificar o total de processos tramitados e julgados em comparação a quantidade de processos de TCE instaurados; e Apontar as ações dos julgamentos da Tomada de Contas Especial, relacionando os processos transitados e julgado no período de 2010 a 2016.

A presente pesquisa justifica-se pela relevância do tema abordado como instrumento orientador aos profissionais da área, gestores públicos, bem como a sociedade em geral, uma vez que esta é a maior interessada em obter informações acerca do controle das finanças públicas, principalmente no que diz respeito às medidas promovidas para apurar os casos de desvios de recursos ou irregularidades. Além disso, após buscas realizadas, de forma que a pesquisa importa também aos acadêmicos dos cursos relacionados à área: Ciências Contábeis, Direito, Economia, entre outros.

O texto está estruturado em cinco seções, a primeira é esta introdução, a segunda seção é o referencial teórico que aborda o conceito de TCE como também seu tramite e os fundamentos normativos. Na terceira seção apresenta-se a metodologia do estudo, na quarta trata dos resultados e discussões, e é neste ponto onde os objetivos da pesquisa são demonstrados, que são o mapeamento das TCEs no âmbito do TCE-RO, análise dos processos julgados e tramitados bem como as ações desses julgamentos. No final, na quinta apresenta-se as considerações finais do estudo na qual se sintetiza os argumentos analíticos construídos durante a pesquisa.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Ao passo que uma sociedade se organiza, surgem necessidades que devem ser preenchidas sem que os direitos e liberdades individuais sejam comprometidos. Assim, surge a figura do Estado que se organiza como um sistema de funções que disciplinam e coordenam os meios para atingir determinados objetivos de modo a cumprir com seu papel de atender as necessidades públicas (ROCHA, 2003).

O Estado relaciona-se permanentemente com a sociedade. Dessas relações surgem as funções que lhe são próprias, exercidas por meio dos seus órgãos – instituições burocráticas que prestam serviços públicos, ligados a uma das funções fundamentais: executiva, legislativa ou jurídica. O conjunto de órgãos constitui, formalmente, a administração pública. O Estado submete-se, então, à ordem e à eficiência administrativas, e à eficácia dos seus atos. Esses princípios criam mecanismos ou sistemas de controle das atividades estatais, defendendo tanto a própria administração pública, como os direitos e garantias coletivos (ROCHA, 2003).

Pó e Abrucio (2006), preconizam que controle tem a ver com a capacidade de um ator em fazer que outro atenda às demandas daquele, pela imposição de restrições, penalidades e incentivos. Por meio dele, busca-se garantir que os governantes atuem, de fato, como representantes do povo (ARANTES *et al.*, 2010) e possam ser responsabilizados por suas ações e omissões (BOVENS, 2005), o que inclui as decisões relativas à definição da agenda pública e ao uso dos recursos públicos disponíveis no orçamento.

Neste sentido, Quintão e Cordeiro (2015) afirmam que a responsabilização pode ser exercida por meio de diferentes formas de controle, e dentre as quatro formas existentes destaca-se o controle por resultados, que âncora na avaliação a *posteriori* do desempenho da administração pública, tendo em vista a melhoria de aspectos relacionados com a eficiência, eficácia e efetividade nas ações de governo. Segundo Torres (2004) eficiência tem foco na relação custo/benefício, enquanto efetividade se concentra na qualidade do resultado e na própria necessidade de certas ações públicas.

Coelho (2010) afirma que um controle externo efetivo é, antes de tudo, aquele que cumpre sua principal missão: fiscalizar a arrecadação e aplicação dos recursos públicos. Para o dicionário da língua portuguesa Houaiss (2007) Efetividade é a capacidade de atingir o seu objetivo real. Conforme se infere da polissemia do termo efetividade pode-se identificá-la na maximização dos resultados das ações de controle, como o aprimoramento da gestão dos recursos por parte dos gestores, bem como na consolidação da imagem das instituições responsáveis pela fiscalização perante a sociedade. Em última análise, é possível afirmar que a efetividade traduz a finalidade implícita do controle externo: contribuir, zelando pela regular aplicação dos recursos públicos para a concretização dos direitos e garantias fundamentais e dos objetivos constitucionais (COELHO, 2010).

No tocante, Campos (1990) adverte que “a eficácia de qualquer controle requer a autonomia do controlador diante do controlado”. Requer também não só que a informação prestada por quem esteja obrigado a prestar contas seja adequada o suficiente para permitir a avaliação da conduta adotada, mas que seu processamento pela agência de controle seja compatível com os requisitos exigidos para fins de uma responsabilização objetiva, e não meramente formal (MOSHER, 1982; PINHO; SACRAMENTO, 2009). Outro aspecto relevante remete à capacidade de *enforcement*

das agências de controle, significando a capacidade de impor sanções efetivas e perda de poderes àqueles que violarem os deveres públicos.

É nesse contexto de regulação que surgem os chamados conflitos de interesse entre os atores desse setor, que pode ser avaliada à luz da teoria da agência, a qual procura analisar as relações e conflitos existentes entre os diversos atores de uma determinada rede de relacionamento. A Teoria da agência é a base teórica que busca analisar as relações entre os envolvidos em um sistema, em que propriedade e controle são designados a pessoas distintas, o que pode resultar em conflitos de interesse entre os indivíduos.

De acordo com Jensen e Meckling (1976), a teoria da agência trata do relacionamento entre agentes nas trocas econômicas, onde um ator (o principal) tem poder sobre o comportamento de um outro ator (o agente) em seu favor, e o bem-estar do principal sofre influência das decisões do agente.

Para Hendriksen e Breda (1999), Teoria da Agência é um modelo de tomada de decisão para mais de um indivíduo, tem um enfoque prescritivo, embasado num modelo normativo que envolve a teoria da utilidade. Nesse modelo, no qual um dos indivíduos é o agente e o outro é o principal, o primeiro cumpre certas tarefas para o segundo, que se compromete a remunerá-lo. O principal é o avaliador das informações e o responsável pela escolha do sistema de informação, e o agente assume o papel de tomador de decisão, optando pelas melhores alternativas de decisão do ponto de vista do proprietário e das informações que a eles estarão disponíveis.

A partir do exposto, chega-se ao chamado “conflito de agência”, sobre o qual IBGC (2015) expõe que a hipótese fundamental é a que agente e principal são pessoas diferentes e, sendo assim, os interesses daquele que administra a propriedade nem sempre estão alinhados com os de seu titular. Dessa forma, no “conflito de agência”, ocorre a incongruência entre o comportamento desejado pelo principal e o comportamento apresentado pelo agente.

A fim de proteger os interesses dos principais, é necessária a instituição de mecanismos que reduzam a possibilidade de os agentes agirem em desacordo, e para tal, os problemas de agência são resolvidos normalmente de duas maneiras: monitoramento e penalização. Para Clegg, Hardy e Nord (1996), o monitoramento envolve a observação da performance dos agentes, e a penalização é a punição por um comportamento não desejado dos agentes. Com vistas ao controle e responsabilização daqueles que descumprem essa obrigação, destacam-se os Tribunais de Contas (TCs), com a competência de fiscalização administrativo-financeira das ações governamentais (MORAES, 2008). As competências exercidas pelos TCs são executadas no âmbito federal pelo Tribunal de Contas da União – TCU, e a fiscalização na esfera estadual é exercida pelos Tribunais de Contas Estaduais.

A princípio registra-se que a adoção da Tomada de Conta Especial não foi prevista no texto constitucional (GUERRA, 2005), porem o legislador preocupou-se em apontar a necessidade de um procedimento específico para apurar prejuízos causados ao



erário (FIRME, 2002).

De acordo com Ferraz (2002, p. 10) uma Tomada de Contas Especial consiste em “... procedimento administrativo que visa apurar responsabilidade daquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte em danos ao erário ou que não cumpra o dever de prestar contas”.

Para Fernandes (2009, p. 36), “... é um processo excepcional de natureza administrativa que visa apurar responsabilidade por omissão ou irregularidade no dever de prestar contas ou por dano causado ao erário”.

Na mesma linha, Candeia (2005, p. 111) entende que consiste em “...procedimento adotado para identificar os responsáveis, quantificar o valor a ser ressarcido e apurar os fatos, sempre que houver irregularidade na aplicação de recursos públicos”.

Nesse viés entende-se que a Tomada de Contas Especial é a via administrativa para se apurar, em caráter excepcional, fatos relativos aos supostos danos ocasionados nas contas públicas, tendo como principal objetivo o ressarcimento do erário.

A Tomada de Conta Especial passou a constar em dispositivos legais a partir da Lei nº 8.443/92 — Lei Orgânica do TCU (BRASIL, 1992). Em 2012 passou a vigorar a Instrução Normativa – TCU nº 71, a qual baliza a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial, posteriormente atualizada pela Decisão Normativa - TCU Nº 155 de 2016. A normatização definida na Lei Orgânica do TCU foi seguida por quase todos os TCS estaduais, de um modo geral, e pelo TCE/RO, em particular. Porém o TCE/RO ainda não atualizou sua normativa as novas regulamentações já aplicadas no âmbito do TCU.

Nos termos disposto na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia nº 21 do ano de 2007, de forma um tanto análoga com a maioria dos Tribunais de Contas, estabelece através do seu art. 1º, *verbis*:

Art. 1º Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Estado ou Município, da ocorrência de desfalque, pagamento indevido ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração de Tomada de Contas Especial, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano (TCE-RO, 2007).

Extraí-se do texto em tela cinco situações que ensejam a instauração da TCE, quais sejam: 1. omissão no dever de prestar contas; 2. ausência de comprovação da aplicação de recursos repassados mediante Estado ou Município; 3. ocorrência de desfalque; 4. pagamento indevido ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos; e 5. Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário. Ainda conforme o artigo 1º da IN nº 21/2007/TCE-RO, os administradores públicos deverão tomar providências necessárias à instauração da TCE quando verificado qualquer uma das ocorrências descritas alhures, sob pena de responsabilização

solidariamente perante as Cortes de Contas.

A conjuntura a instauração da TCE é a ocorrência de dano ao erário, tendo o instrumento caráter de exceção (Fernandes, 2009), ou seja, é cabível depois de esgotadas as medidas administrativas internas com vistas à regularização das contas ou de ressarcimento do dano. Nessa esteira, conforme disposto o art. 13 da IN nº 21/2007/TCE-RO têm se que o valor de alçada abaixo do qual não se instaura TCE é na monta de R\$10.00,00 (dez mil reais), reajustado anualmente pelo índice oficial de inflação do governo. Isso se justifica pelo alto custo de um processo de TCE que, em regra, mobiliza os órgãos repassadores de recursos, na denominada fase interna, com feições de um inquérito, e, assim que concluída, mobiliza o TCE/RO, formando-se de fato um processo.

Caso o dano verificado seja abaixo do valor de alçada, deverá ser apresentado o processo juntamente com a Prestação de Contas Anual do gestor público, para julgamento em conjunto, conforme o Parágrafo único do art. 13 da IN nº 21/2007/TCE-RO. A instauração de TCE se dá por determinação da autoridade máxima do órgão repassador do recurso, com a formalização de um procedimento administrativo de investigação para apurar os fatos, identificar os possíveis responsáveis, quantificar o dano e tentar obter seu ressarcimento. Na fase externa, realizada no âmbito do TC, ao final, as contas tomadas são julgadas como regulares; regulares com ressalvas; e irregulares.

O julgamento Regular das contas ocorre quando estas expressarem a exatidão dos demonstrativos contábeis e a legalidade, a legitimidade, a economicidade e a razoabilidade dos atos de gestão do responsável, e o Tribunal dará quitação plena ao responsável consoante o artigo 17 da Lei Complementar (LC) nº 154/96. O Regular com ressalvas ocorre quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário conforme disposto no artigo 18 da LC 154/96. E será irregular quando houver débito, e o Tribunal condenará o responsável ao pagamento da dívida atualizada monetariamente, acrescida dos juros de mora devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe a multa em acordo com o artigo 19 da LC 154/96 (TCE-RO, 1996).

O ressarcimento ao erário configura uma obrigação que recai ao responsável (e herdeiros, se for o caso) ou ao seu sucessor, podendo, ainda, ser determinado o encaminhamento dos autos ao Ministério Público, para promoção da ação civil ou penal cabível, e, também, ao Ministério Público Eleitoral, com vistas à arguição de inelegibilidade perante o Juízo Eleitoral competente (MILESKI, 2003), sofrendo os efeitos da denominada Lei da Ficha Limpa (BRASIL, 2010). Cumpre ressaltar, quanto ao julgamento das contas que, segundo Medauar (2012), se trata de uma decisão de natureza administrativa, que pode ser revista em sede judicial.

## 2.1 Estudos anteriores sobre as Tomadas de Contas Especiais

Tem havido preocupações acadêmicas sobre as Tomadas de Contas Especiais, como pode-se observar nos estudos desenvolvidos por Quintão e Cordeiro (2015), Silva (2015), Cestari *et al* (2016) e Vieira (2017).

Quintão e Cordeiro (2015) analisaram dados relativos à adoção da TCE, no do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), aplicadas a convênios celebrados pelo Executivo de Minas Gerais com municípios entre os anos de 2002 a 2011. Os resultados apontaram intempestividade no processamento do instrumento e reduzido alcance das decisões no tocante à responsabilização dos agentes causadores de danos ao erário, indicando que este não tem sido capaz de atender aos propósitos de sua instituição.

Com o objetivo de analisar o mérito de algumas TCEs instauradas por conta de convênios entre a União e o Estado, o estudo desenvolvido por Silva (2015) trouxe resultados que indicam que a quantidade de falhas e ocorrências em relação à irregularidade na execução dos convênios, e a demora pelos trâmites que antecedem o julgamento, causando o atraso no ressarcimento aos cofres públicos, implicando aos Tribunais a necessidade de repensar uma agilidade na aplicação de sanções, uma vez que o órgão no qual o agente público deu perda não poderá se manifestar na aplicação de sanções.

O estudo desenvolvido por Cestari *et al* (2016) teve por finalidade demonstrar as vantagens da utilização da TCE como forma de apuração eficiente e célere de irregularidades cometidas por aplicadores de recursos públicos. Dentre os resultados apresentados destacou-se que a Tomada de Conta Especial é uma ferramenta de grande valia para eficiência e probidade administrativa, uma vez que o retorno potencial aliado à coibição da conduta ímproba, além de facilitar a organização gerencial da administração pública.

Vieira (2017) buscou, através de um estudo de caso do Fundo Nacional de Saúde, identificar como ressarcir os custos dos processos de Tomada de Contas Especial à Administração Pública Federal. Verificou-se a necessidade de que os órgãos adotem adequem e refinem as informações lançadas aos sistemas para que seja possível apurar os custos da TCE, principalmente a longo prazo, e, por meio de uma entrevista aplicada, a maioria dos respondentes consideraram pertinente a cobrança do custo do processo de TCE aos responsáveis, desde que tenha uma legislação prevendo a cobrança, sendo uma das sugestões desse trabalho.

## 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os métodos e técnicas de pesquisas utilizados neste estudo são apoiados nas orientações de Creswell (2010) e Siena (2011). Adota-se uma abordagem quantitativa,

descritiva de corte transversal para estudar as questões ora indicadas. A população e a amostra têm como princípio identificar os indivíduos que serão pesquisados no estudo, a quantidade, qualidade e características (CRESWELL, 2010). Deste modo, tem-se como a população desta tarefa todas as TCEs instauradas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, enquanto as amostras, são as TCEs instauradas entre janeiro de 2010 e maio de 2016.

Foi aplicado o Método de Pesquisa Documental e os procedimentos compatíveis, conforme recomendado por Siena (2011). O autor afirma que este tipo de pesquisa é elaborado utilizando materiais (documentos, banco de dados, etc.) que não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados pelo pesquisador sendo que a análise depende dos objetivos da pesquisa.

Para a obtenção dos dados necessários à consecução do estudo proposto, inicialmente solicitou-se, por meio de memorando, ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia cópia de relatórios mensais, trimestrais e anuais referente aos processos de Tomada de Contas Especial, julgados e em trâmite, dos últimos 10 (dez) anos, contudo a resposta obtida foi de que a Corte de Contas não possui este controle. Buscou-se então dados disponíveis no sítio eletrônico do TCE-RO, através do sistema Processo de Contas Eletrônico (PCe). As buscas no site foram realizadas no período de março a maio de 2016.

Salienta-se por oportuno a existência de processos não eletrônicos, principalmente entre os anos de 2010 a 2014, que tramitavam em meio físico, logo, não têm todos seus documentos digitalizados, e para fins desse estudo, só foram analisados os documentos e decisões digitalizadas. Os dados obtidos através do sistema Processo de Contas Eletrônico – PCe compreendeu uma planilha em Excel, contemplando informações referentes aos processos distribuídos no período de 2010 a maio de 2016, os dados foram classificados, tratados. Separou-se todos os processos que se encontravam com estágio “Decisão” verificando-se para cada um destes processos o seu resultado. Esta verificação foi realizada por meio de nova consulta ao Site do Tribunal incluindo o número de cada Processo para acessar os acórdãos e decisões de cada. Estes procedimentos indicarão a efetividade das Tomadas de Contas Especial instauradas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, ou seja, verificou os estágios dessas TCEs de acordo com seu objetivo.

#### **4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A Tabela 1 apresenta os processos de TCEs instaurados pelo TCE-RO entres os anos de 2010 e maio de 2016, em diferentes estágios.

ESTÁGIO	QUANTIDADE DE PROCESSOS	PORCENTAGEM
Arquivados	7	1,4%
Decisão	216	43,2%
Defesa	77	15,4%
Em análise	82	16,4%
Estágio desconhecido	2	0,4%
Formalizado	103	20,6%
Julgado	3	0,6%
Recurso	10	2%
<b>TOTAL</b>	<b>500</b>	<b>100%</b>

Tabela 1. Estágio das TCEs dispostas no sítio eletrônico do TCE-RO

Fonte: Dados da Pesquisa.

Dos 500 processos disponíveis para fins de análise, só foram estudados os processos em estágio “julgado” e “decisão”, totalizando 219 processos, pois eram os que se enquadravam na proposta da pesquisa.

A partir dos processos informados no sítio do Tribunal como em estágio “decisão”, houve análise individual dos processos de acordo com a proposta de Cresweell (2010), da qual verificou-se que eram processos que possuíam algum tipo de decisão, demonstrando assim que esses autos ainda não cumpriram todo rito processual, logo o correto, para fim dessa pesquisa, seria trata-los como estágio “em análise”, surgindo a necessidade de nova alocação dos estágios desses processos com decisão, que se delinea na Tabela 2.

Análise atual	Quantidade	Percentual
Em análise	164	75,9%
Extinção sem resolução de mérito	6	2,8%
Encaminhado para TCU	1	0,5%
Transitado e Julgado	45	20,8%
<b>TOTAL</b>	<b>216</b>	<b>100,0%</b>

Tabela 2 - Realocação dos estágios das TCE que continham algum tipo de decisão.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Da nova classificação dos estágios das TCEs que continham algum tipo de decisão (216) verificou-se que 164 processos (75,9%) estão ainda em análise, 6 processos (2,8%) deles foram extintos sem resolução do mérito, 1 processo (0,5%) foi encaminhado para o TCU, e que 45 processos (20,8%) processos tiveram sentença transitada e julgada, completando todo rito processual, que, somando aos outros 3 processos inicialmente já informados como “julgados”, totalizando 48 processos transitados e julgados, e esses últimos são os que realmente computam para apreciação desse estudo. A baixa quantidade de processos finalizados (48), das 500 TCEs distribuídas no TCE-RO no período 2010 a 2016, alinha-se com os resultados constantes no estudo realizado por Quintão e Cordeiro (2015).

Como já observado, dos 500 processos instaurados no período analisado apenas 48 processos findaram seu rito processual. O Gráfico 1 demonstra a quantidade de processos de TCEs que foram instaurados entre 2010 a maio de 2016 e quantos foram julgados.

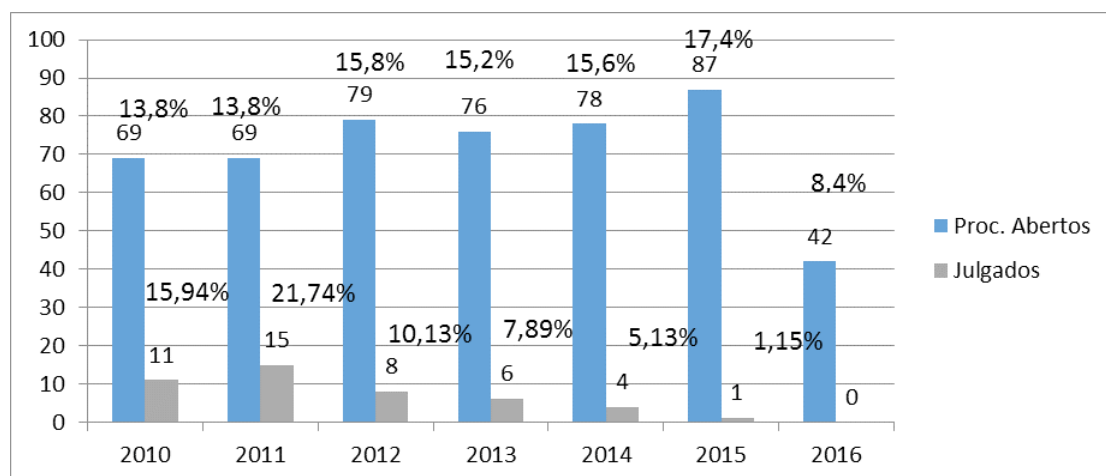


Gráfico 1 – Comparativo dos Processos de TCE abertos com os julgados.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Como se pode constatar, todas as TCEs instauradas no TCE-RO de 2010 a maio de 2016, foram distribuídas para fins de análise e julgamento. Implica ressaltar que, o quantitativo de processos julgados em cada ano nenhum foi instaurado no mesmo ano. No entanto, o número de TCEs com decisão final revela-se ínfima, evidenciando uma relação desproporcional entre os processos que chegam ao Tribunal e os que são deliberados. Dos 500 processos autuados como TCE, constava, até 2016, com decisões transitadas em julgado exarada pelo Tribunal em apenas 48 processos, o que representa 9,6% do total.

Como informação adicional, foi feito um levantamento dos dias corridos que os processos de TCE tramitam pelo TCE-RO, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tempo	Quantidade de dias Corridos	Meses
Menor	393	1 ano e 28 dias
Media	1.440	3 anos 11 meses e 15 dias
Maior	2.212	6 anos e 22 dias

Tabela 3: Quantidade de dias corridos que as TCEs tramitaram no TCE-RO

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se que, em média, o tempo transcorrido das TCEs no âmbito do TCE-RO é de 1.440 dias, equivalente a aproximadamente 4 anos, chegando alguns processos a transitar no tribunal por mais de 6 anos (2212 dias). Esses resultados convergem com a morosidade nos processos de TCE, de acordo com os estudos desenvolvidos por Silva (2015).

Além das 48 TCEs que tiveram voto decisivo pela regularidade do processo,



constatou-se também que alguns outros processos foram findados como demonstrará o Gráfico 2.

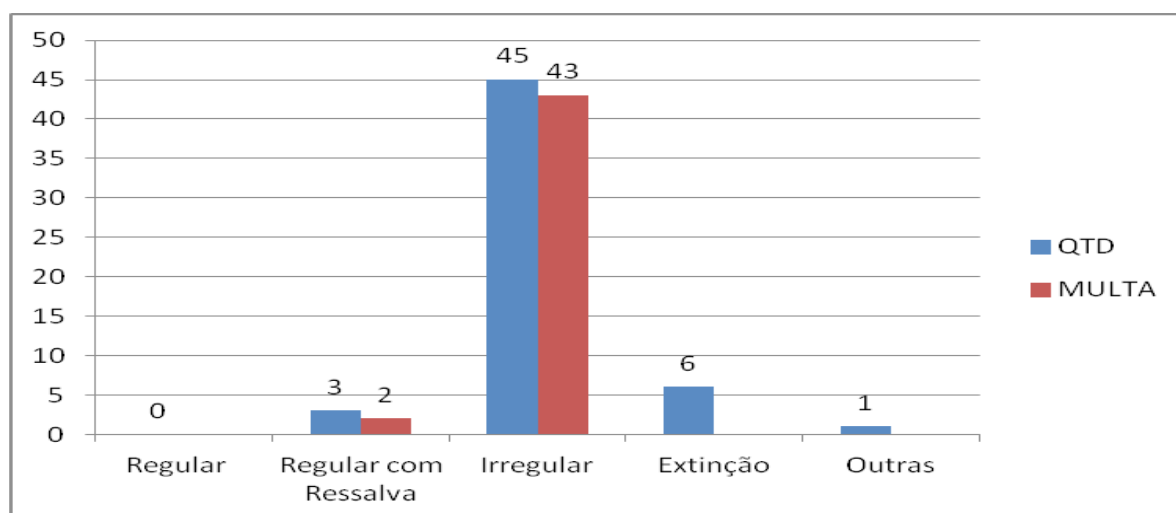


Gráfico 2 - Tipos e quantidade de decisões proferidas pelo TCE-RO nos processos de TCEs, com decisões julgadas e tramitadas entre 2010 a 2016.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Do total dos 48 processos com decisões de julgamento, 45 tiveram as contas consideradas irregulares, o equivalente a 93,75% desses processos, com imputação de responsabilidade aos gestores pelo descumprimento de determinação emanada pelo TCE-RO, bem como a aplicação de multa como medida de coibir novas condutas irregulares, havendo, nesses casos, a plena efetividade dos processos de TCEs quanto ao ressarcimento ao erário e a responsabilização dos agentes malversadores de recursos públicos. Contudo, salienta-se mais uma vez, que o número é inexpressivo em comparação a quantidade total de Tomada de Contas Especial, cabendo observar o proposto por Vieira (2016) que é identificar o custo que um processo de TCE traz aos cofres públicos para que possam ser ressarcidos não apenas o dano ao erário que deu causa ao processo, mas também todo desembolso com as custas processuais, tentando dessa forma coibir o ato bem como a morosidade a completa análise e julgamento desses processos.

Verificou-se ainda que houve 1 (um) processo que foi encaminhado para o TCU por “incompetência para apreciação do mérito”, e 6 processos que foram extintos sem resolução de mérito conforme dispõe o art. 29 da Resolução nº 05 (TCE-RO, 1996) a qual diz que “o Tribunal determinará o arquivamento do processo de tomada ou prestação de contas, sem julgamento do mérito, quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo”, demonstrando nesses casos que houve gastos do dinheiro público com todo trâmite processual que requer as TCEs, sem contar o possível dano ao erário que originou-as. Os desfechos das decisões analisadas no presente estudo confrontam-se aos resultados apresentados no trabalho de Cestari et al (2016).

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados analisados, é possível afirmar que a adoção de TCE como mecanismo de controle e responsabilização fica comprometida pela morosidade de sua tramitação no Tribunal, comprometendo sua efetividade enquanto instrumento de resguardo do erário, isso sem considerar o tempo transcorrido entre o fato ocorrido, a instauração da TCE na sua fase interna no órgão competente, até ser protocolado no TCE-RO.

A efetividade, na área pública, afere em que medida os resultados de uma ação trazem benefício à população. Ou seja, ela é mais abrangente que a eficácia, na medida em que esta indica se o objetivo foi atingido, enquanto a efetividade mostra se aquele objetivo trouxe melhorias para a população visada. No caso em tela a efetividade das TCEs no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia vê-se prejudicada uma vez a quantidade de processos findados são mínimos em vista dos instaurados.

Sabendo-se que fica ainda mais oneroso a medida em que o tempo para o julgamento desses tipos de processo aumenta, acrescido do alto custo que envolve as TCEs ainda em sua fase interna, vê-se aí um auto gasto de verbas pública, bem como o atraso no ressarcimento aos cofres públicos.

Posto isto, verifica-se a necessidade do questionamento da efetividade da TCE como instrumento de guarda ao erário, ressarcimento, controle e responsabilização, e mesmo como instrumento pedagógico, pois o agente causador de dano ao erário se vê escudado pelo transcurso de tempo a seu favor. Ficou evidente a importância da adoção de ações mais céleres na apuração de irregularidades que levam a instauração das Tomadas de Contas Especiais, tendo em vista a responsabilização de agentes causadores de danos ao erário, sem a qual o uso do instrumento dificilmente avança além de mera formalidade.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, R. B.; LOUREIRO, M. R.; COUTO, C.; TEIXEIRA, M. A. C. Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, Tribunais de Contas, Judiciário e Ministério Público. *In* Loureiro, M. R., Abrucio, F., Pacheco, R. **Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, p.104-147, 2010.

BOVENS, M. 8.1 The concept of public accountability. **The Oxford handbook of public management**, 182, 2005.

BRASIL. Lei 8.443/1992. **Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8443.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8443.htm). Acesso em: 10 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988** (Vol. 1). Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar n. 135/2010. **Altera a Lei Complementar n. 64, de 18 de maio**

de 1990, que estabelece, de acordo com o §9 do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm). Acesso em: 27 abr. 2016.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?. **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990.

Candeia, R. S. **Convênios Celebrados com a União e suas Prestações de Contas**. São Paulo: Editora NDJ, 2005.

CESTARI, Renata Constante et al. Tomada de contas especial. Um importante mecanismo de controle no âmbito dos tribunais de contas. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 111, p. 587-613, 2017.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook of organization studies**. SAGE Publications Ltd., 1996.

COELHO, Hamilton Antônio. O papel dos Tribunais de Contas na busca da efetividade do controle externo. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Minas Gerais**, v. 75, n. 2, p. 68-69, 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERNANDES, Jorge U. J. **Tomada de contas especial: processo e procedimento na administração pública e nos Tribunais de Contas**. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

Ferraz, L. (2002). Poder de coerção e o poder de sanção dos tribunais de contas: competência normativa e devido processo legal. **Revista Fórum Administrativo**, v. 14, n. 2, p.437-440.

FIRME, Luciano Wagner. O procedimento de tomada de contas especial na administração pública do Distrito Federal. **Revista Jus Navigandi**, ano 7, n. 54, 2002.

Guerra, E. M. **Os controles externo e interno da administração pública**. Editora Fórum, 2005.

Houaiss, A. **Dicionário eletrônico da língua portuguesa: Versão 2.0a**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

HENDRIKSEN, E. S.; BRENDA, M. F. V. (1999). **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5.ed. São Paulo: IBGC, 2015. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/index.php/publicacoes/codigo-das-melhores-praticas>. Acesso em 9 mai. 2016.

JENSEN, M. C.; MECKLING, W. H. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

MEDAUAR, O. **Controle da administração pública**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MILESKI, H. S. **O Controle da Gestão Pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

Moraes, A. de. **Direito constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Mosher, F. C. **Democracy and the public service**. Oxford University Press on Demand, 1982.

PINHO, José António Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 43, n. 6, 2009.

PÓ, Marcos Vinicius; ABRUCIO, Fernando Luiz. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 4, p. 679-698, 2006.

QUINTÃO, Cynthia Magalhães Pinto Godoi; CARNEIRO, Ricardo. A tomada de contas especial como instrumento de controle e responsabilização. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 2, p. 473-491, 2015.

Rocha, C. A. A. Especialização e autonomia funcional no âmbito do Tribunal de Contas da União. **Revista de informação legislativa**, v. 40, n. 157, p. 223-251, 2003.

Siena, O. **Metodologia da pesquisa científica**: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos/Osmar Siena. Porto Velho: [s.n.], 2011.

Silva, A. C. O. da. Tomada de Contas Especial e a Reparação do Dano. **Revista Controle-doutrinas e artigos**, v. 13, n. 1, p. 80-107, 2015.

TORRES, M. D. F. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

Rondônia. Decreto Lei nº 47 de 31 de janeiro de 1983. **Instituiu o Tribunal de Contas do Estado e outras providências**. Disponível em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 154/1996. **Dispõe sobre a lei orgânica do tribunal de contas do estado de Rondônia, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/LeiComp-154-1996.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

TCE-RO – Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. Resolução Administrativa nº 005/TCER-96 - Regimento Interno, 13 de dezembro de 1996. **Aprova o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**. Disponível em: <http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/RegInterno-5-1996.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. (2007). Instrução Normativa Nº 21/TCE-RO-2007. **Dispõe sobre a instauração e composição de processos de Tomada de Contas Especial e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/InstNorm-21-2007.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 70/TCE-RO-2010. **Aprova o Manual de Organização do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia**. Disponível em: <http://www.tce.ro.gov.br/tribunal/legislacao/arquivos/Res-70-2010.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

VIEIRA, M. D. F. **Apuração e reembolso do custo do processo de tomada de contas especial: estudo de caso no Fundo Nacional de Saúde**. 147Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública – FACE. Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2017.

## AS FUNÇÕES DE CONTROLADORIA EM ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DIFERENCIADAS

### **Rodrigo Oliveira Miranda:**

Professor da Faculdade Fametro; Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Integrada do Ceará; Mestrado em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará; Doutorando em Administração de Empresa pela Universidade Fortaleza; E-mail para contato: ro.miranda87@hotmail.com

### **Lucas Gurgel Mota Saraiva:**

Professor da Faculdade Fametro; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú; Mestrado em Ciência Contábeis pela FUCAPE; E-mail para contato: lgmsaraiva@gmail.com

**RESUMO:** Em resposta às exigências de um mercado cada vez mais competitivo, as empresas estão passando por processos de mudanças profundas como, por exemplo, novas tecnologias, nível mais alto de qualidade, baixo custo, inovações de produtos. O presente estudo tem por objetivo identificar as funções de controladoria em empresas que se diferenciam pela formalização ou não de uma unidade administrativa de controladoria em suas estruturas organizacionais. A pesquisa é de natureza descritiva e qualitativa, utilizando-se de pesquisas bibliográficas e de campo, com a aplicação de questionário e roteiro de entrevista como instrumentos de coleta de dados primários encaminhados. Levando em

conta a teoria da contingência, observou-se que o porte da empresa representa um nível de complexidade organizacional que requer a realização de funções de controladoria de forma mais sistemática a fim de que as metas da organização possam ser alcançadas. Concluiu-se que nas empresas pesquisadas há a presença das funções de controladoria, tanto nas empresas que possuem a área formalmente estruturada quanto nas empresas em que não possuem a controladoria formalmente estruturada. As empresas buscam adaptar-se as mudanças que ocorrem constantemente no ambiente externo, em que o grande desafio da controladoria ou da área que exerce suas funções é gerar informações que atendam às necessidades dos gestores para o processo de tomada de decisão, em especial alinhando-se com as necessidades de informações requeridas pelos gestores no momento das decisões estratégicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Controladoria. Funções de controladoria. Teoria da contingência.

**ABSTRACT:** As a response to an increasingly competitive market, companies are going through a process of deep change such as the implantation of new technologies, higher standards of quality, lower costs, and product innovation. The present study aims at analyzing controllership functions in companies which

stand out for the formalization or not of a controllership administration unit in their organizational structures, while taking into consideration the Contingency Theory, which states that there is no fit-for-all solution for organizational problems because structural optimization will always depend on contingent factors such as organizational strategy, environmental uncertainty, size and so on. This research is of qualitative and descriptive nature. It employs literature searches and field techniques such as the application of questionnaires and interviews as instruments for gathering primary data which had been sent to four company managers. It was observed that there are indeed controllership functions in companies which are provided with this structured area as well as in companies which are not provided with formally structured controllership functions, which confirms the research presupposition. It has been concluded that companies intend to adapt to changes which constantly occur in external environments, in which the greatest challenge faced by the controllership area or the area responsible for such functions consists of generating information which will provide an answer to the necessities of managers in their decision-making process, especially in alignment with the needs for information required by managers when they make strategic decisions.

**KEYWORDS:** Controllership. Controllership functions. Contingency Theory.

## 1 INTRODUÇÃO

Em resposta às exigências de um mercado cada vez mais competitivo, as empresas estão passando por processos de mudanças profundas como, por exemplo, novas tecnologias, qualidade, baixo custo, inovações de produtos. Desses processos, em que se busca o aproveitamento e o domínio das oportunidades emergentes, depende a continuidade das organizações. É nesse ambiente que as empresas buscam cada vez mais métodos e técnicas que possibilitem maximizar seu desempenho econômico.

A controladoria tem foco na dimensão estratégica das empresas na medida em que prepara a empresa no presente para que ela possa estar viva e rentável no futuro. Essa ênfase faz com que a controladoria, naturalmente, incorpore instrumentos e técnicas de projeção e exploração futura das variáveis ambientais (internas e externas), melhorando o suporte informacional sobre a realidade e, dessa forma, propiciando decisões melhores e mais conscientes. Sua atuação no processo de gestão proporciona aos gestores o suporte para atingir a eficácia organizacional, em que as decisões são tomadas com base nos objetivos traçados, com os gestores atuando de forma sincronizada no sentido de gerar, com suas ações, os melhores resultados possíveis (BIANCHI; BACKES; GIONGO, 2006; MARTIN, 2002; NASCIMENTO; REGINATO, 2010; PELEIAS, 2002).

Há diversas pesquisas empíricas apresentando conceitos e funções de controladoria, gerando muitas vezes pontos de vista confusos. Porém, apesar das diferenças constata-se que há definição de funções similares tais como planejamento, controle, elaboração e interpretação de relatórios, gerenciamento do sistema de informações, demonstrando uma tendência que a controladoria está ligada



ao planejamento tanto no nível estratégico como nos níveis tático e operacional (CARVALHO, 1995; LUNKES; GASPARETTO; SCHNORRENBERGER, 2010; TEIXEIRA, 2003).

Ainda que não exista uma unidade (área/departamento) administrativa específica com essa denominação na empresa, as funções de controladoria encontrar-se-ão disseminadas pela organização. Desta forma, a controladoria – representada por suas funções – existirá em qualquer empresa ou negócio, organizada formalmente ou não, de forma voluntária ou involuntária, devendo acompanhar todas as fases do processo de gestão na busca pela eficácia organizacional (MOSIMANN; FISCH, 1999; BORINELLI, 2006; CAVALCANTE et al., 2012). Diante do exposto, esse estudo visa responder a seguinte questão de pesquisa: Quais as funções de controladoria em contextos organizacionais que se diferenciam pela formalização ou não de uma unidade administrativa de controladoria?

Considerando as recomendações da literatura, o presente estudo parte do pressuposto que as funções da controladoria permeiam, de forma semelhante, qualquer contexto organizacional em que possua ou não a controladoria formalmente estruturada. O objetivo do estudo consiste, portanto, em identificar as funções de controladoria em empresas que se diferenciam pela formalização ou não de uma unidade administrativa de controladoria.

A pesquisa poderá ser útil como referência a estudos futuros que abordem temas iguais ou correlatos, evidenciando a realidade dos vários aspectos de empresas com estruturas organizacionais diferenciadas. Adicionalmente, poderá subsidiar os gestores e suas equipes com conhecimento acerca da situação da controladoria ou dos órgãos que exercem suas funções, contribuindo para aprimorar as condições de atuação desses profissionais.

## **2 | CENÁRIO DA CONTROLADORIA**

O aparecimento da controladoria se deu em decorrência da necessidade de melhores práticas gerenciais, devidamente suportadas por um controle de informação gerencial mais eficaz, exigindo assim, uma melhor adequação da contabilidade (BORINELLI et al., 2005; LUFT, 1997; MACDONALD; RICHARDSON, 2002).

O campo de atuação da controladoria são as organizações econômicas, caracterizadas como sistemas abertos, inseridos e interagindo com outros sistemas em um dado ambiente (ALMEIDA; PARISI; PEREIRA, 2001; FREITAS; LUNKES, 2011; GUERREIRO; CATELLI; DORNELLES, 1997; MARTIN, 2002; RIBAS; MACIEL; KELM, 2008).

Para melhor compreensão da sua abrangência, a controladoria deve ser cindida em dois vértices: o primeiro como ramo do conhecimento responsável pelo estabelecimento de toda base conceitual, e o segundo como órgão administrativo respondendo pela disseminação de conhecimento, modelagem e implantação

de sistemas de informações. Pereira e Nagano (2002) estreitam os dois enfoques em uma mesma definição ao afirmarem que a controladoria tradicional, como órgão administrativo e como corpo de conhecimentos, tem sido a responsável pela apresentação, aos gestores, de um plano de ação que aperfeiçoe todos e cada um dos resultados individuais e das diversas áreas de responsabilidade em que se organizam as empresas.

Por meio da ótica de unidade organizacional, a controladoria funciona como órgão de observação e controle da cúpula administrativa, cabendo administrar o sistema de informações econômico financeiro da empresa e coordenar os esforços dos gestores de cada área no intuito de maximizar os resultados globais da empresa. As atividades do órgão de controladoria da empresa são identificadas com base nas etapas de planejamento, controle e execução (ANDREATTA; SILVEIRA; OLINQUEVITCH, 2009; BEUREN; GOMES; LUZ, 2012; BEUREN; PINTO; ZONATTO, 2008; FAGUNDES et al., 2010).

A controladoria desempenha papel importante na eficácia empresarial, gerando informações transparentes e seguras para as tomadas de decisões dos gestores no âmbito da organização, assegurando o melhor resultado econômico. Porém deve ser cuidadosamente adaptada à cultura e a própria missão da organização na qual está.

## 2.1 Hierarquia da controladoria

Existe uma corrente de autores (ANTHONY; GOVINDARAJAN, 2008; FIGUEIREDO; CAGGIANO, 2008; NASCIMENTO; REGINATO, 2009) que defendem que ela deva ser órgão de assessoria ligado diretamente à presidência, isto para evitar influência e confronto com os demais órgãos da organização. Para esses autores, a controladoria não deve controlar as demais áreas, deve prestar assessoria, informando os gestores sobre os resultados da empresa.

Já outra corrente (CROZATTI, 2003; JOHNSON; FRANCISCO FILHO, 2002; LUNKES; SCHNORRENBERGER, 2009; MOURA; BEUREN, 2000; PELEIAS, 2002) sugere que ela deva ser um órgão de linha, com posição intermediária, subordinada ao diretor de finanças e contabilidade. Para tais autores, a controladoria toma decisões e encontra-se na mesma posição dos demais gestores, na linha da diretoria ou alta administração, embora possa desempenhar funções de assessoria para as demais áreas.

Para melhor entendimento, os órgãos de linha (execução) caracterizam-se pela autoridade linear, possuem ação de comando, e os de *staff* (assessoria) prestam aconselhamento, consultoria, assessoramento, recomendações, orientações e serviços especializados nas unidades de comando no desempenho de suas atividades. Os cargos de linha participam das tomadas de decisões e, portanto são corresponsáveis por elas. Já os órgãos de *staff* apenas oferecem subsídios, assessorando, sem participar do processo efetivo de tomada de decisão (BORINELLI, 2006; COELHO;

LUNKES; MACHADO, 2012).

Mosimann e Fisch (1999) explicam que o órgão controladoria exerce, ao mesmo tempo, função de órgão de linha e de *staff*, pois, dentre outras atribuições, compete: buscar informação a respeito dos problemas de ordem econômica, propor soluções aos gestores sobre os problemas constatados de suas áreas e coordenar o processo de planejamento e controle, tendo em vista a gestão econômica.

Wilson, Roehl-Anderson e Bragg (1995), preocupados com a classificação que se faz da controladoria como sendo órgão de linha ou de *staff*, afirmam que não existe uma estrutura ideal. Cada empresa deve adaptar a estrutura às suas necessidades. Devem ser considerados o tamanho e a natureza do negócio, experiência dos executivos e assessores, empregados, locação física, filosofia de administração e os objetivos dos negócios. Em uma média empresa, os autores propõem que o *controller* seja subordinado ao presidente, em linha na estrutura hierárquica.

Constata-se, dessa forma, que não haverá um modelo único de estrutura organizacional em que se insira a atividade de controladoria, e que servirá para todas as empresas. A teoria da contingência enfatiza que não há uma fórmula única na gestão das organizações, e que cada uma deve buscar a sua melhor maneira de se estruturar para atingir suas metas e objetivos.

### 2.3 Atuação e funções da controladoria

Borinelli (2006, p. 189) preocupa-se com a seguinte questão: “Há, ou deve haver, de fato, no sistema formal das organizações, uma área que recebe a denominação Controladoria?”. O autor explica que as atividades de controladoria podem acontecer de forma disseminada por toda a organização, se materializando por meio de diversas atividades, devendo haver, no sistema formal das organizações, uma unidade organizacional que realize as atividades de controladoria de caráter corporativo ou divisional as quais precisam ser desenvolvidas de forma macro, consolidando as atividades realizadas de forma descentralizada.

A controladoria se materializa dentro das organizações atuando nas seguintes áreas: contábil; gerencial estratégica; custos; tributária; proteção e controle de ativos; controle interno; controle de riscos; gestão da informação; outras atividades, como auditoria e tesouraria; processo de gestão, que abrange o planejamento, elaboração do orçamento, execução, controle, ações corretivas e avaliação de desempenhos; controle interno e tesouraria (MOSIMANN; FISCH, 1999; NASCIMENTO; REGINATO; 2009; OLIVEIRA; PEREZ JR.; SILVA, 2011; ROEHL-ANDERSON; BRAGG, 2000).

Nascimento e Reginato (2010) destacam que à medida que as organizações crescem e suas atividades tornam-se mais complexas, passam a exercer uma gestão descentralizada, surgindo à necessidade por maiores controles internos e instrumentos de gestão que busquem a eficácia organizacional. Os resultados revelam que a área de controladoria é um importante componente para uma organização, visando

manter o controle organizacional, proporcionando informações precisas e tempestivas decorrentes dos atos e fatos administrativos para o processo decisório.

Andreatta, Silveira e Olinquevitch (2009) estudaram a controladoria nas grandes indústrias têxteis do Vale do Itajaí (Santa Catarina), em uma amostra composta por 18 empresas. A existência do órgão controladoria foi constatada em 13 empresas e apenas cinco não apresentavam um setor de controladoria. Dentre as empresas que não possuem um órgão de controladoria, a pesquisa revelou que o gerente financeiro é o responsável pelas informações em duas, o setor de contabilidade em outras duas e, na última, o gerenciamento das informações é dividido entre as áreas de contabilidade, custos e orçamento.

Diante desses benefícios e da importância das funções da controladoria nas organizações, realizadas por uma unidade administrativa estruturada ou não, apresentada pelos vários autores até aqui citados, ratifica-se a justificativa do presente estudo.

### **3 | MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA**

Para atender aos objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa descritiva, que tem como objetivo a descrição das características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência. Espera-se assim um maior conhecimento acerca do tema permitindo que o pesquisador se aproxime mais da realidade social (ANDRADE, 2008; GIL, 2008).

Para a execução desta pesquisa, adotou-se o estudo de casos múltiplos, realizado em quatro empresas, sendo duas empresas que possuem formalmente a unidade administrativa controladoria estruturadas e duas que não possuem o órgão formalmente estruturado. As empresas objeto de estudo estão estabelecidas com sede em Fortaleza – Ceará, e são consideradas de médio e grande porte, segundo a quantidade de empregados, baseado nos critérios adotados pelo SEBRAE (2016), em que a empresa de médio porte é aquela que possui entre 100 a 499 empregados, na indústria, e entre 50 a 99, para comércio e setor de serviços. Já as empresas de grande porte são aquelas com 500 ou mais empregados na indústria e com 100 ou mais empregados nos setores comércio e de serviços. As unidades de análise foram selecionadas por acessibilidade, e ainda pela intencionalidade, que corresponde àquela em que o pesquisador se dirige intencionalmente a grupos de elementos dos quais deseja saber a opinião, e são escolhidos de acordo com uma estratégia adequada às características estabelecidas.

Elaborou-se um questionário, encaminhado por correio eletrônico para aos gestores (gerentes, coordenadores, supervisores) que atuam dentro do órgão denominado controladoria ou área que exerce as funções de controladoria. As entrevistas foram realizadas com o gestor diretamente responsável pela unidade de controladoria da empresa ou área que exerce as funções inerentes à controladoria.

Os dados de cada respondente foram analisados com enfoque qualitativo, buscando descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais – nesse estudo, representados pelas funções inerentes à controladoria nos ambientes empresariais com a unidade administrativa controladoria estruturada e não estruturada (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Realizou-se a análise de conteúdo, que compreende um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos a condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 2011; FLICK, 2008).

Para a interpretação dos dados, foi utilizada a análise por categoria. Assim, as perguntas das entrevistas foram categorizadas em dois grandes temas principais, que se subdividem em temas secundários, conforme apresentado no Quadro 1.

Tema	Sub-Categorias
Unidade administrativa controladoria	- Posição da unidade; - Autoridade, subordinação, composição e estrutura.
Funções da controladoria	- Objetivos e atividades desempenhadas.

Quadro 1 – Categorização dos temas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para não revelar a razão social das empresas pesquisadas, conforme solicitado pelas mesmas, foi atribuída às denominações de empresa A, empresa B, empresa C e empresa D.

## 4 | RESULTADOS DA PESQUISA

### 4.1 Caracterização das unidades de análise e a Controladoria

A empresa A possui um órgão formal denominado de controladoria, atua no segmento de engenharia de infraestrutura por 36 anos, operando com mais de 5.000 colaboradores, aliando experiência às técnicas mais modernas de execução e acompanhamento dos seus negócios para superar as expectativas de seus clientes quanto à custo, prazo, qualidade dos serviços prestados e relações interpessoais.

A empresa B também conta com uma unidade administrativa de controladoria. É uma empresa considerada pioneira na industrialização e comercialização de ferro no mercado cearense para construção e derivados, além do setor siderúrgico voltado para o mercado da construção civil há 30 anos.

Na empresa C a área denominada de gestão de negócios é a que exerce as funções de controladoria. A empresa atua no desenvolvimento de soluções tecnológicas para a gestão empresarial há 48 anos, conta com uma carteira de milhares de clientes

e uma rede de atendimento, que inclui franquias e representações em vários estados do Brasil.

Na empresa D a área responsável pelas funções de controladoria é a diretoria financeira. A empresa atua na produção e venda de tintas, oferecendo produtos para residências, estabelecimentos comerciais e industriais há 24 anos.

Diante do exposto, verifica-se que, além da denominação controladoria, as áreas nomeadas de gestão de negócios e diretoria financeira exercem as funções de controladoria, registrando-se, assim, que as funções de controladoria existirão em uma empresa, independente de sua unidade formalizada na estrutura organizacional.

#### 4.2 Unidade administrativa de controladoria

As organizações estudadas possuem estruturas diferenciadas e essa estrutura organizacional define como as atividades são distribuídas além de influenciar o controle gerencial das mesmas. As entrevistas com os gestores responsáveis pelas áreas de controladoria ou área que exerce as funções da controladoria nas unidades de análise investigadas, além dos documentos analisados (organogramas e relatórios de gestão), permitiram verificar características como a posição da controladoria nas empresas, sua composição, estrutura e nível hierárquico.

Na empresa A, a controladoria é um órgão de linha, pois executa as atividades que são de sua responsabilidade: fornecer informações e diretrizes para o negócio. Não se caracteriza como uma área que busca influenciar a decisão da diretoria, nem apontar as ações que devem ser tomadas e as atividades que devem ser praticadas no dia a dia da organização. A visão do *controller* da empresa A contrasta com o achado de Cavalcante et al., (2012), em que a maioria das empresas, uma amostra de 86 companhias listadas na BM&FBovespa que fizeram parte o ranking da Exame Melhores e Maiores, edição 2010, aponta a controladoria como uma área estreitamente relacionada à diretoria, na medida em que a assessora diretamente, justificando assim, o predomínio da controladoria como órgão de *staff*, no tocante à sua posição na empresa.

Na empresa B a posição de *staff* e de linha da unidade controladoria é explicada por Borinelli (2006), ao afirmar que a controladoria pode ser um órgão de *staff*, que atua como uma área que informa a cúpula administrativa sobre os resultados das áreas, assessorando-a, além de ser qualificada como um órgão de linha, que toma decisões, executa atividades e posiciona na mesma linha da diretoria ou da cúpula administrativa.

Na empresa C a unidade denominada gestão de negócios é a área que exerce as funções de controladoria, tratando-se, na visão do entrevistado (diretor da área gestão de negócios), de um órgão de linha e de *staff*. Quanto às razões que levam uma empresa a definir a posição da unidade controladoria como órgão como de linha ou *staff*, Borinelli e Rocha (2007) afirmam que como órgão de linha devem ser



destacados aqueles em que a controladoria participa do processo de tomada de decisão da organização, e de *staff* quando dá suporte ao processo decisório.

A visão de *staff* da empresa C corrobora com os achados deste estudo, onde o órgão atua apoiando o processo decisório, assim como a visão de órgão de linha já que os entrevistados consideram como sendo de linha o órgão que executa as atividades de sua responsabilidade, possuindo uma linha produtiva de informações, participando no processo de tomada de decisão.

Já na empresa D a diretoria financeira exerce as funções de controladoria, representando um órgão tanto de linha quanto de *staff*. Por tratar-se do nível mais alto da empresa, ficando abaixo apenas dos sócios administradores, configura-se como órgão de linha, pois, de forma que possa assegurar a continuidade dos negócios pela geração contínua de resultados econômicos favoráveis. Ainda conforme a entrevistada, para atingir os objetivos traçados é necessário assumir uma função de gestão empresarial de um autêntico consultor interno (numa visão de *controller*), atualizando-se com a melhor tecnologia de informação, pois as informações devem ter a velocidade das necessidades decisórias das organizações. No Quadro 2 apresenta-se a posição adotada pela controladoria ou área que exerce suas funções e a justificativa dos entrevistados.

Empresa	Posição adotada	Justificativa
A	Linha	A controladoria não está relacionada a um órgão de <i>staff</i> , por não se tratar de uma área consultiva (consultor interno) em relação a alguma atividade específica, mas uma área que executa todos os seus processos. No seu escopo, a unidade controladoria assume a posição de linha, pois executa, trata e repassa informações gerenciais dentro do modelo de gestão mais adequado ao negócio.
B	Linha e <i>staff</i>	A primeira porque possui sua linha produtiva de informação, e <i>staff</i> já que assume uma postura de suporte e consultora aos gestores de todos os níveis da empresa, ou seja, desempenha atividades e funções de apoio e assessoria.
C	Linha e <i>staff</i>	Trata-se de órgão de linha na medida em que realiza a coleta e a análise das informações para a diretoria executiva, além de também realizar estudos de viabilidade de novos investimentos, e também de <i>staff</i> , pois trabalha assessorando os diversos gerentes das várias áreas da organização repassando <i>feedbacks</i> e orientando quais ações devem ser seguidas.
D	Linha e <i>staff</i>	É responsável pela formulação de objetivos quanto à seleção dos cursos de ação a serem seguidos para a sua consecução, levando em consideração as condições externas e internas à empresa e sua evolução esperada, mantendo a coerência e sustentação decisória. Também é <i>staff</i> , pois atua como órgão consultor no nível mais alto da empresa, ampliando e disseminando o entendimento do processo de gestão, identificando os fatores que estão contribuindo ou não, para a eficiência e eficácia das operações da organização.

Quadro 2 – Posição adotada pela controladoria ou área que exerce suas funções

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Os entendimentos de Oliveira (2002) e Lunkes e Schnorrenberger (2009) corroboram com os entrevistados das quatro empresas participantes da pesquisa ao defenderem que a controladoria é um órgão de linha já que é responsável por diversos trabalhos rotineiros, atuando na coordenação do planejamento, controle e sistema de informações, possuindo missão específica e objetivos a serem alcançados. A visão de *staff* e linha é bem representada na percepção de Anthony e Govindarajan (2008), onde a controladoria é gestora do sistema de informações, mas os executivos de linha é que fazem uso delas, ou seja, a controladoria não toma decisões, não reforça decisões de outros executivos, nem exerce autoridade direta sobre os departamentos de linha; apenas fornece serviços especializados aos outros gestores.

Considerando a expectativa de que a controladoria ou a área que exerce suas funções seja responsável pela coordenação do alinhamento estratégico dos esforços a serem empreendidos, entende-se que deva atuar em uma posição, *staff* ou linha, que lhe permita ter livre acesso a todas as áreas da organização para garantir o cumprimento dos seus objetivos.

### 4.3 Funções de controladoria

Por meio dos roteiros de entrevistas buscou-se analisar as semelhanças e diferenças das funções de controladoria, levando em conta seus objetivos e atividades desempenhadas e identificando o papel dos gestores responsáveis pelas funções de controladoria nas empresas objeto de estudo.

Na unidade de controladoria da empresa A não há uma missão escrita ou definida formalmente, mas há o entendimento pelo o *controller* que a atividade do órgão é cuidar para que o resultado projetado pelo grupo aconteça, disponibilizando o máximo de informações possível para o negócio atingir os resultados que os acionistas e diretores compactuam. Os três principais produtos da controladoria são: I) a apuração de resultados mensais que envolvem uma série de atividades cíclicas; II) coordenação e revisões anuais do orçamento; e III) análise de viabilidade de novos negócios, já que a empresa constantemente procura novas oportunidades de mercado.

Diante do exposto pelo *controller* da empresa A, pode-se afirmar que a participação da controladoria é semelhante ao que é encontrado na pesquisa de Biachi, Backes e Giongo (2006), em que se constatou a participação da controladoria com ênfase no processo de fornecimento de informações, seguido da sua participação na discussão dos cenários econômicos e na formulação da estratégia.

Na empresa B não há uma missão escrita formalmente para a controladoria, porém existe uma missão disseminada internamente na unidade controladoria. A missão envolve conhecer detalhadamente a empresa, ou seja, sua atividade, seu contexto interno e externo perante as outras empresas, entendê-la economicamente em um contexto nacional para vislumbrar oportunidades, realizar estudos e fazer cumprir as obrigações. Atualmente o foco da controladoria está mais voltado em fomentar

recursos intelectuais para decisões de alto nível, para a presidência, vice-presidência, e de fato contribuir para uma tomada de decisão eficaz.

O gerente de controladoria da empresa B afirma que a controladoria participa de maneira ativa na tomada de decisões, sugerindo, votando inclusive, mas a decisão final é da alta administração. A controladoria busca entender a empresa como um todo, numa visão sistêmica e corporativa. Nota-se divergência com os achados no estudo de Siqueira e Soltelinho (2001), em que as funções de controladoria mais requisitadas eram relatórios para o governo, relatório e interpretação e administração tributária. Percebe-se, portanto, no estudo dos autores, um foco mais voltado para regulamentação e obrigações, do que para gerenciamentos e resultados.

Anteriormente a área não era denominada controladoria porque, na visão do gerente de controladoria, não havia orçamento e, na opinião dele, uma das coisas que caracteriza a controladoria é a gestão orçamentária. Com a criação formal da unidade controladoria se incorporou a figura do orçamento e do reporte, sendo a área de reporte a que mais se aproxima da célula da controladoria geral, já que envolve todas as áreas.

A relação controladoria e orçamento fica bem compreendida em Lima et al (2011), em que a unidade de análise do estudo é uma instituição financeira, sendo de responsabilidade da controladoria elaborar as projeções e simulações, inclusive com utilização de diferentes cenários, avaliando os orçamentos das diversas áreas, bem como o orçamento consolidado, a fim de verificar se atendem as definições dos planos estratégico, tático e operacional.

Na empresa C as funções de controladoria são realizadas pela área denominada gestão de negócios. Segundo o diretor da área, seu trabalho baseia-se em informações do passado, analisando os relatórios gerados pelas várias áreas que compõem a empresa, como comercial, contabilidade, financeiro, marketing, planejamento e controle. As análises da unidade gestão de negócios são encaminhadas para a diretoria executiva que faz sua análise e devolve com as decisões e ações que devem ser tomadas. As ações voltam como um *feedback* para os gerentes das diversas áreas, que devem adequar suas ações conforme decisões tomadas pela diretoria executiva.

Na empresa D as funções de controladoria são realizadas pela área denominada diretoria financeira que monitora todas as atividades da organização. A área de contabilidade oferece subsídios necessários para a tomada de decisões, já que esta acompanha constantemente as informações econômicas financeiras. O setor contábil auxilia no acompanhamento das atividades, na checagem das finanças, na gestão de materiais e equipamentos, no controle de estoques, nas atribuições do departamento de administração e de departamento pessoal, na área de gestão empresarial abrigando sistemas de informações, planejamento de sistemas e informações, desenvolvimento e manutenção de sistemas de informações e processamento de dados.

Lunkes, Schnorenberger e Gasparetto (2010), em seu estudo comparativo visando identificar um conjunto básico de funções de controladoria, baseado em

estudos empíricos sobre o tema nos Estados Unidos, Alemanha e Brasil, concluem que, no Brasil, percebe-se uma orientação clara sobre as funções da controladoria, com destaque para o planejamento, elaboração e interpretação de relatórios, controle, contábil e controle interno. O Quadro 3

Empresa	Unidade administrativa	Funções desempenhadas
A	Controladoria	Prestar informações com qualidade e rapidez, que permitam decisões mais esclarecedoras em todos os âmbitos da empresa, e assim criar condições para exercer o controle, garantir informações adequadas ao processo decisório, coordenar a elaboração do planejamento estratégico e operacional, zelar pelo bom desempenho da organização e sugerir indicadores de desempenho, financeiros e não financeiros.
B	Controladoria	Verifica-se a essencialidade da controladoria no tocante ao apoio estratégico e operacional, auxiliando os gestores diretamente no processo de planejamento, execução e controle das atividades administrativas da organização. A contabilidade é de total responsabilidade da controladoria, participando no desenvolvimento de gerenciamento do sistema contábil de informação, acompanhamento dos registros contábeis, elaboração das demonstrações contábeis e realização da análise interpretativa das demonstrações.
C	Gestão de negócios	Monitora os vários setores como comercial, contabilidade, financeiro, marketing, planejamento e controle. Por meio de reuniões com os gerentes, a área busca analisar as decisões, verificar o andamento dos negócios, as ações praticadas para o alcance dos objetivos. Posteriormente é emitido um relatório com o resumo das atuações de cada setor, informações que serão compartilhadas em futuras reuniões com os executivos para a tomada de decisão.
D	Diretoria financeira	Sua atuação percorre os departamentos de produção, vendas, financeiro, recursos humanos, planejamento e controle. Através de contato direto com a alta administração, no caso os sócios administradores, a área busca gerar informações úteis e efetivas para o processo decisório. O seu modelo decisório baseia-se em informações passadas e presentes, à medida que o passado e o presente são estimadores válidos daquilo que poderá acontecer no futuro, em situações comparáveis às já ocorridas.

Quadro 3 – Funções de controladoria

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Tanto na empresa A, B, C e D constata-se que as funções de controladoria não se limitam a elaborar ou divulgar informações contábeis, que é de fato necessário, mas também a participar do processo de gestão da entidade como um todo. Por ser a única área da empresa que reúne informações de natureza econômico-financeira sobre todas as outras, a controladoria proporciona uma visão global, assessorando os gestores e os induzindo à congruência dos objetivos organizacionais.

A Tabela 1 apresenta um resumo geral do nível de participação das áreas de controladoria ou das áreas que realizam suas funções nas empresas investigadas, levando em conta as respostas obtidas por meio dos questionários e aplicação do roteiro de entrevista.

Funções	Empresa A				Empresa B				Empresa C				Empresa D			
	Nunca participa	Raramente participa	Participa às vezes	Participa quase sempre	Participa sempre	Nunca participa	Raramente participa	Participa às vezes	Participa quase sempre	Participa sempre	Nunca participa	Raramente participa	Participa às vezes	Participa quase sempre	Participa sempre	
Análise do ambiente externo (identificação de oportunidades e ameaças)				x					x					x		
Avaliação da empresa como um todo				x					x				x			
Elaboração de planejamento			x						x				x			
Coordenação e controle do planejamento			x					x					x			
Elaboração de orçamento				x					x				x			
Coordenação e controle do orçamento				x					x				x			
Realizar avaliação de desempenho da organização			x						x				x			
Coordenar os esforços dos gestores das áreas (sinergia)				x					x				x			
Realizar análises financeiras				x					x				x			
Analisar os processos organizacionais				x					x				x			
Sugerir medidas corretivas			x						x				x			
Interpretação do impacto econômico dos eventos sobre o patrimônio da empresa			x						x				x			
Estudos de análise da viabilidade de projetos de investimentos				x					x				x			
Realizar controle interno			x						x				x			
Apoio à tomada de decisão			x						x				x			
Desenvolver e gerenciar o sistema contábil de informação	x								x	x				x		
Gerenciar o departamento de contabilidade	x								x	x				x		
Elaboração e análise interpretativa das demonstrações contábeis	x								x	x				x		
Desenvolver e gerenciar o sistema de custos		x				x						x			x	
Proteção, registro e controle patrimonial (ativos fixos)		x					x					x			x	
Assessorar auditoria externa																
Realizar auditoria interna	x				x					x				x		
Gestão do sistema de informações gerenciais				x									x		x	
Subsidiar o processo de gestão				x									x		x	
Realizar planejamento tributário	x					x					x			x		

Mensuração do resultado econômico	x									x					x							x	
Desenvolver condições para a realização da gestão econômica										x					x								x

Quadro 4 – Resumo geral do nível de participação das áreas das empresas investigadas no desempenho das funções de controladoria

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Apesar das diferenças existentes entre a literatura e a realidade das organizações, percebe-se que há algumas funções apresentadas na literatura que são encontradas mais facilmente na realidade empresarial como, por exemplo, as funções inerentes às atividades de planejamento, orçamento e controle, indicando que grande parte das preocupações da controladoria ou da área que exerce suas suas funções deve estar voltada para a visão de futuro da organização, com uma postura proativa em relação à empresa. Destaca-se ainda que, mesmo não havendo o órgão controladoria, as funções de controladoria estão inseridas no contexto da gestão. A sua eventual implantação depende da necessidade e da estrutura organizacional e, em sendo necessário, está vinculada à mudança de comportamento e atitudes dos gestores.

## 5 | CONCLUSÃO

Para atingir o objetivo da pesquisa, partiu-se do pressuposto de que as funções da controladoria permeiam, de forma semelhante, qualquer contexto organizacional em que possua ou não a unidade administrativa controladoria formalmente estruturada. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, cujos dados, referentes a quatro empresas, foram coletados por meio de questionário, entrevista e documentos das empresas, utilizando-se a análise de conteúdo como procedimento de análise.

Por meio da análise de resultados conclui-se que nas empresas pesquisadas há a presença das funções de controladoria, tanto nas empresas que possuem a área formalmente estruturada quanto nas empresas em que não possuem a controladoria formalmente estruturada. Nesse contexto, percebeu-se que as empresas buscam adaptar-se às mudanças que ocorrem constantemente no ambiente externo, em que o grande desafio da controladoria ou da área que exerce suas funções é gerar informações que atendam às necessidades dos gestores no momento da tomada de decisão, alinhando-se com as necessidades de informações requeridas pelos gestores.

As empresas pesquisadas com a unidade administrativa controladoria e sem a unidade controladoria apresentam nível estratégico e operacional, contando com a utilização de sistema de informações e utilização de instrumentos gerenciais. As funções de controladoria manifestam-se através de técnicas que possibilitam planejar, executar e controlar de forma eficaz a gestão empresarial, objetivando manter o gestor informado sobre os eventos empresariais de cada área e da empresa como um todo.

O ambiente competitivo, a relevância das informações e dos sistemas de



informações bem com o alinhamento das decisões com os objetivos estratégicos são fundamentais na definição da prática das funções de controladoria. Notou-se que a controladoria ou a área que exerce as suas funções funciona principalmente como órgão apto a unir e direcionar os esforços dos gestores dos diversos departamentos organizacionais para alcançar a maximização dos resultados da organização como um todo.

A principal diferença entre as empresas pesquisadas é a sua estrutura organizacional, tanto nas que possuem a unidade controladoria como nas que não a possuem. A estrutura orienta as atividades das empresas e, conseqüentemente, define planos e controles que influenciam na determinação das funções de controladoria necessárias para o processo de gestão. Esse fato corrobora o que preconiza a teoria da contingência, base teórica da presente pesquisa, na qual não existe modelo único ideal para questões organizacionais, pois fatores contingenciais como, por exemplo, a estratégia, tamanho e idade, podem influenciar a estrutura da empresa.

Esta pesquisa não esgota as descobertas acerca do tema, mas intenciona, com seus achados, colaborar no direcionamento e no estímulo de novas pesquisas sobre a temática. Dessa forma, sugere-se novas pesquisas, ampliando o número de empresas a serem pesquisadas e a utilização de outras teorias organizacionais, além da teoria da contingência. Recomenda-se aprofundar e ampliar a pesquisa em empresas de pequeno e médio porte, comparando os resultados aqui obtidos com as práticas de controladoria nessas empresas, e ainda, identificar diferenças da controladoria entre empresas do terceiro setor, privadas e públicas, apontando os fatores que determinam a aplicação do modelo de controladoria para cada tipo de organização.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. B.; PARISI, C.; PEREIRA, C. A. Controladoria. In: CATELLI, A (Coord.). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica** – Gecon. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 343-355.
- ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- ANDREATTA, A.; SILVEIRA, A.; OLINQUEVITCH, J. L. A controladoria nas grandes indústrias têxteis do vale do Itajaí/SC. **Revista Caminhos**, Rio do Sul, v. 1, n. 10, p. 221-240, jan./dez. 2009.
- ANTHONY, R. N.; GOVINDARAJAN, V. **Sistemas de controle gerencial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. rev. e amp. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BEUREN, I. M.; GOMES, E. C. O.; LUZ, R. M. Motivações para implantar a área organizacional de controladoria em grandes empresas. **Gestão & Regionalidade**. São Caetano do Sul, v. 28, n. 82, p. 19-34, 2012.
- BEUREN, I. M.; PINTO, J.; ZONATTO, V. C. S. Abordagens da Controladoria nos trabalhos do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade: um enfoque nas perspectivas conceitual, procedimental e organizacional. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO FEA-USP-, 11., 2008. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.

- BIANCHI, M.; BACKES, R. G.; GIONGO, J. A participação da controladoria no processo de gestão organizacional. **Contexto**, Porto Alegre, v. 6, n. 10, p. 1-23, 2º semestre, 2006.
- BORINELLI, M. L.; SOUTES, D. O.; ZAN, A.; FREZATTI, F. *RelevanceLost*: uma releitura. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005. **Anais...** São Paulo: Usp, 2005. 1 CD-ROM.
- BORINELLI, M. L. **Estrutura conceitual básica de controladoria**: sistematização à luz da teoria e da *práxis*. 2006. 341 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BORINELLI, M. L.; ROCHA, W. Práticas de controladoria: um estudo nas cem maiores empresas privadas que atuam no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007. **Anais...** São Paulo: Usp, 2007.
- CARVALHO, M. F. **Uma contribuição ao estudo de controladoria em instituições financeiras organizadas sob a forma de banco múltiplo**. 1995. 251 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- CATELLI, A (Coord.). **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica - GECON. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- CAVALCANTE, D. S.; DE LUCA, M. M. M.; PONTE, V. M. R.; GALLON, A. V. Características da controladoria nas maiores companhias listadas na BM&FBovespa. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n.3, p. 113-134, jul./set. 2012.
- COELHO, E.; LUNKES, R. J.; MACHADO, A. O. A controladoria na hierarquia organizacional: um estudo nas maiores empresas do estado de Santa Catarina. **Revista Enfoque Contábil**, v. 31, n.2, p. 33-46, maio./ago. 2012.
- CROZATTI, J. Planejamento estratégico e controladoria: um modelo para potencializar a contribuição das áreas da organização. **Contexto**. Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 1-20, 2003.
- FAGUNDES, J. A.; MARLY, P.; LAVARDA, R. B.; RODRIGUES, M. R.; LAVARDA, C. E. F.; SOLLER, C. C. Estrutura organizacional e gestão sob a ótica da teoria da contingência. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 26, n. 78, set./dez. 2010.
- FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. **Controladoria**: teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- FREITAS, C. L.; LUNKES, R. J. Factores que interfieren en la toma de decisiones de los contadores gerenciales o *controllers* de los hoteles: Um estudio em el sector hotelero de Florianópolis, Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 20, n. 3. p. 542-562, 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUERREIRO, R.; CATELLI, A.; DORNELLES, J. A. A controladoria sob o enfoque gecon - gestão econômica: a experiência da Caixa Econômica Federal do Brasil. **Revista de Contabilidade CRC-SP**, São Paulo. p. 45-51, abr. 1997.
- JOHNSON, M. E.; FRANCISCO FILHO, V. P. Controladoria. In: MENDES, J. T. G. (Coord.). **Finanças empresariais**. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002. p. 59-68.
- LIMA, F. B.; DE LUCA, M. M. M.; SANTOS, S. M.; PONTE, V. M. R. P. A Controladoria em instituições financeiras: estudo de caso no Banco do Nordeste do Brasil S.A. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 43-72, jan./mar. 2011.
- LUFT, J. L. Long-Term change in management accounting: perspectives from historical research. **Journal of Management Accounting Research**, v. 9, p. 163-197, 1997.

LUNKES, R. J.; GASPARETTO, V.; SCHNORRENBARGER, D. Um estudo sobre as funções da controladoria. **Revista de Contabilidade e Finanças**, v. 4, n. 10, p. 106-126, set./dez. 2010.

LUNKES, R. J.; SCHNORRENBARGER, D. **Controladoria na coordenação dos sistemas de gestão**. São Paulo: Atlas, 2009.

MACDONALD, L. D.; RICHARDSON, A. J. Alternative perspectives on the development of American management accounting: Relevance Lost induces a renaissance. **Journal of Accounting Literature**. Gainesville, v. 21, p. 120-156, 2002.

MARTIN, N. C. Da contabilidade à controladoria: a evolução necessária. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 28, p. 7-28, jan./abr. 2002.

MOSIMANN, C. P.; FISCH, S. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOURA, V. M.; BEUREN, I. M. O suporte informacional da controladoria para o processo decisório da distribuição física de produtos. **Revista de Contabilidade e Finanças**, n. 31, p. 45-65, jan./abr. 2003.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. **Controladoria: um enfoque na eficácia organizacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. **Controladoria: instrumento de apoio ao processo decisório**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, L. M. **Controladoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Futura, 2002.

OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria estratégica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PELEIAS, I. R. **Controladoria: gestão eficaz utilizando padrões**. São Paulo: Saraiva, 2002.

PEREIRA, E.; NAGANO, M. S. Gestão estratégica de custos. In: SCHMIDT, Paulo (Coordenador.). **Controladoria: agregando valor para a empresa**. Porto Alegre: Bookman, 2002. p. 103-130.

RIBAS, M.; MACIEL, E. R.; KELM, M. L. Os caminhos percorridos pela ciência contábil e os desafios contemporâneos da controladoria. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 18., 2008, Gramado. **Anais...** Brasília, DF: Cfc, 2008.

ROEHL-ANDERSON, J. M.; BRAGG, S. M. **The controller's function: the work of the managerial accounting**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, Inc., 2000.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Critérios de classificação de empresas: EI – ME - EPP**. 2016. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

SIQUEIRA, J. R. M.; SOLTELINHO, W. O profissional de controladoria no mercado brasileiro – Do surgimento da profissão aos dias atuais. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 27, p. 66-77, set./dez. 2001.

TEIXEIRA, O. C. **Contribuição ao estudo das funções e responsabilidades do controlador nas organizações**. 2003. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

WILLSON, J. D.; ROEHL-ANDERSON, J. M.; BRAGG, S. M. **Controllership: the work of the managerial accountant**. 5. ed. USA: John Wiley & Sons, Inc., 1995.

## CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO AHP PARA A GESTÃO DE RISCOS NO PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

### **Sandro Augusto Martins Bittencourt**

Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA)

sandrob@vision-rs.com.br

Santa Maria – RS

### **Adriana Gabbi**

Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA)

adriana@vision-rs.com.br

Santa Maria – RS

### **Renata Lúcia Basso**

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

renatalucia91@hotmail.com

Santa Maria – RS

**RESUMO:** Este artigo apresenta as contribuições do método multicriterial *Analytic Hierarchy Process* (AHP) na detecção de áreas e atividades sujeitas a risco e que devem ser priorizadas no planejamento de auditoria. A estratégia adotada para o desenvolvimento da pesquisa foi o estudo de caso único, descritivo e exploratório, com abordagem combinada. Os resultados identificados demonstraram que as aplicações do AHP possibilitaram a ordenação das áreas da empresa auditada conforme seu grau de exposição a risco. A área que apresentou maior nível de risco foi estoque, pois conforme os auditores, os riscos de não conformidades são de 31,01% e para os gestores 35,70%. Na sequência, os resultados referentes a área de

estoque, apontaram as atividades de sobras e faltas com 24,30%, seguida por ordens de serviço com 14,01%, as quais obtiveram maior escore na escala de risco, tornando-as prioritárias para os processos de auditoria. Após todos os ranqueamentos definidos e os níveis de risco conhecidos, foram elencados os principais procedimentos de auditoria: entrevista, inspeção, recálculo, reexecução, observação e confirmação, os quais, foram atribuídos a cada um dos dez processos da área de estoque, conforme o grau de risco. Os resultados da pesquisa demonstraram que a utilização do AHP durante as atividades da auditoria, proporcionou maior segurança nas decisões dos auditores quanto a riscos, bem como, facilitou a elaboração do planejamento da auditoria, pois ao conhecer áreas e processos prioritários permitiu que a intensidade da aplicação dos procedimentos fosse direcionada para os locais mais importantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Auditoria. Riscos em Auditoria. Planejamento da Auditoria. Método AHP.

### 1 | INTRODUÇÃO

A busca constante por estratégias competitivas diferenciadas faz com que, as organizações direcionem esforços para profissionalizar constantemente seus processos

de gestão, por meio do monitoramento dos desempenhos e da implantação de instrumentos que garantam maior segurança das operações e dos controles. Neste cenário, a auditoria vem se demonstrando uma importante ferramenta para certificar as ações empresariais, bem como, para proporcionar as partes interessadas, garantia que os resultados apresentados pela gestão, são fidedignos e abrangentes. (AVRAM; GROSANU; RACHISAN, 2015).

Este contexto faz com que a auditoria ofereça uma relevante contribuição para a correta condução dos negócios e das atividades empresariais, pois vem se tornando cada vez mais frequente no dia a dia das organizações, tendo em vista que, para gerir seus negócios com maior segurança, os gestores necessitam a garantia de que os planejamentos estão sendo executados, com a mínima ocorrência de erros ou fraudes (LAMOREAUX; MICHAS; SCHULTZ, 2014).

Este cenário fez com que a auditoria passasse a ser percebida de forma diferenciada pela sociedade e pelos auditados, pois, em períodos passados era vislumbrada sob um enfoque punitivo, sendo contratada somente em empresas legalmente obrigadas. No entanto, a mudança no contexto dos negócios, tornou-a um instrumento que agrega valor aos processos empresariais, proporcionando melhor nível de segurança para os usuários internos e externos das organizações. (CREPALDI, 2010; HASSINK, MEUWISSEN, BOLLEN, 2010)management versus employee fraud, statutory versus voluntary audit and external versus internal fraud.

Para se adaptar a este mercado abrangente os auditores precisaram qualificar seus processos de execução dos serviços, valendo-se cada vez mais de instrumentos confiáveis para detecção de níveis de riscos, elaboração de planejamentos e aplicação de testes e procedimentos de auditoria, pois a redução de riscos a níveis razoáveis de segurança é uma das principais premissas da auditoria. (LONGO, 2015).

A edição de normas internacionais de auditoria (ISA) e normas brasileiras de auditoria (NBC TA), em especial a ISA 300 que no Brasil é equivalente a NBC TA 300, que se refere ao planejamento da auditoria das demonstrações contábeis, e, ISA 315 que no Brasil equivale a NBC TA 315 que se refere a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente, introduziram procedimentos específicos para determinação dos riscos e como devem ser tratados no planejamento. (CRCRS, 2015).

Com objetivo de aumentar o rigor na execução de trabalhos de auditoria e na elaboração do planejamento, alguns modelos são apresentados na literatura: Nelson (2009), sugere que variáveis como experiência do auditor, habilidades pessoais, incentivos financeiros, capacidade de julgamento e de tomar decisão afetam diretamente o nível de ceticismo do profissional e a qualidade dos trabalhos de auditoria. Akresh (2010), descreve um modelo para determinação de risco de auditoria sobre os controles internos, pois o autor advoga que em caso de auditorias integradas, os modelos de mensuração de risco de auditoria de demonstrações contábeis não são aderentes para os trabalhos sobre controles internos. Hammersley (2011) apresenta um modelo



que identifica um fator para determinar o grau de risco de um auditor elaborar um planejamento de auditoria que não detecte fraudes. Brandas; Stirbu e Didraga (2013) argumentam que o advento da tecnologia da informação (TI), aumenta o risco de controle e dos sistemas de informação, defendendo um modelo de abordagem integrada de riscos em auditoria que contempla três etapas dos processos de negócios: ciclo de compras, ciclo de vendas e ciclo de dinheiro, os quais tem o objetivo de melhorar a governança de tecnologia da informação (TI), bem como, garantir a integridade das demonstrações contábeis.

Mesmo com a utilização de modelos, a auditoria, necessita ainda de ferramentas de natureza quantitativa, para reduzir o nível de risco durante os trabalhos. A literatura apresenta estudos seminais e atuais sobre a utilização de um destes métodos. Lin, Mock e Wrigt (1984), demonstram como o método *analytic hierarchy process* (AHP) auxilia na construção do planejamento de auditoria e na determinação da natureza e extensão dos procedimentos. Mizrahi e Ness-Weisman (2007) utilizam o AHP como método para avaliar a eficácia da auditoria em municípios Israelenses, considerando o número de problemas corrigidos com base nas detecções da auditoria. Sueyoshi, Shang e Chiang (2009), utilizam os métodos multicriteriais AHP e análise envoltória de dados (DEA) para identificar as unidades de negócios mais críticas dentro de uma organização, combinação que apresenta vantagens em relação a outros métodos convencionais, pois incorpora uma gama maior de critérios quantitativos e qualitativos, fornecendo um estudo mais detalhado e completo. O estudo de Hamid (2012) desenvolveu uma técnica funcional com base no AHP para determinar um índice de risco para cada unidade organizacional que pode ser auditada. Usando este índice, o estudo determina o nível de intensidade de auditoria em cada unidade, a fim de atingir o critério benefício e custo. Mu e Carroll (2016) utilizaram o AHP em uma indústria da área de mineração e fabricação de metais para identificar áreas sujeitas à fraude, as quais devem ter maior prioridade na alocação de recursos de auditoria e na rapidez com que medidas devem ser tomadas.

Este contexto expõe ainda que para determinar riscos e priorizar áreas e processos empresariais a serem auditados com maior profundidade, os auditores precisam valer-se de critérios fundamentados para justificar suas escolhas. Desta forma, o AHP pode ser utilizado como ferramenta integrada aos processos de auditoria toda a vez que os auditores detectarem que somente o julgamento profissional não é suficiente. (DESHMUKH; MILLET, 2011).

Neste sentido, a utilização de ferramentas multicriteriais, pode aumentar o nível de segurança na aplicação dos procedimentos de auditoria e reduzir o risco de agência, tendo em vista que o resultado dos trabalhos de auditoria demonstram os resultados das ações da agência e dos agentes, fato este que por vezes expõe os auditores a questionamentos sobre suas escolhas. (THOMAS, 2012). Frente ao cenário discutido, o presente artigo tem por objetivo demonstrar como o método multicriterial AHP contribui com a auditoria nos processos de detecção de áreas e atividades sujeitas a



risco e que devem ser priorizadas no planejamento de auditoria.

A presente pesquisa está dividida em quatro etapas, a primeira apresenta-se através da introdução. A segunda trata da fundamentação teórica, metodologia e resultados. Na terceira são apresentadas as conclusões e por fim, na quarta etapa, são descritas as referências bibliográficas.

## **2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A seguir serão tratados os principais assuntos pesquisados na literatura sobre auditoria, riscos em auditoria, planejamento de auditoria, teoria da agência e AHP.

### **2.1 Contexto da Auditoria**

Os trabalhos de auditoria sofreram importantes mudanças nos últimos anos, pois mais de 100 países passaram a adotar as normas internacionais de contabilidade. Este fato promoveu fortes mudanças nos padrões contábeis a nível mundial, inclusive no Brasil, que desde o ano de 2008 iniciou o processo de adaptação. (LONGO, 2015). Tais padrões passaram a privilegiar a essência sobre a forma e aumentaram o nível de subjetividade das informações contábeis, exigindo dos profissionais da contabilidade habilidades para promover julgamentos de ordem técnica e aptidão para constituir provisões ativas e passivas, que anteriormente eram exigidas somente pelos auditores (CASKEY, 2013).

Este cenário proporcionou também mudanças na condução dos trabalhos de auditoria, pois, com a possibilidade de realização de julgamentos por parte das organizações no que tange a seus direitos e obrigações, o nível de subjetividade cresceu e o risco acompanhou este crescimento, fazendo com o que os auditores adotassem maior rigor em seus trabalhos. Em conjunto a este contexto, as organizações contratantes de serviços de auditoria também passaram a exigir mais dos seus auditores, não mais se limitando a receber uma opinião sobre a posição das suas demonstrações contábeis, mas também, passaram a utilizar os relatórios de auditoria como oportunidade para identificar e solucionar problemas de gestão (BITTENCOURT et al., 2015).

Para se alinhar a este novo mercado, as auditorias, necessitaram conhecer cada vez mais a realidade e os negócios dos seus clientes, pois, empresas que são especializadas nos negócios e atividades das auditadas, obtêm preferência no momento da contratação e superam barreiras como localização geográfica e porte, bem como, seus relatórios de auditoria demonstram-se mais efetivos nos processos de tomada de decisão (DAO; PHAM, 2014).

Proporcionar as partes interessadas grau de confiabilidade razoável sobre as informações financeiras de uma entidade é um dos principais objetivos da auditoria. A opinião dos auditores possui forte influência nas intenções dos investidores, e, em casos que os auditores apresentam parecer adverso sobre a qualidade dos controles

internos da entidade, os analistas de investimento elevam o grau de risco, fato que pode comprometer as estratégias da organização auditada (SHELTON; WHITTINGTON, 2008).

A necessidade de oferecer trabalhos cada vez mais relevantes para os processos de tomada de decisão, com elevado grau de independência, que proporcione aos agentes internos e externos alto nível de confiança sobre as informações das entidades são desafios que as auditorias modernas vêm enfrentando, pois notoriamente o mercado vem vislumbrando a auditoria como instrumento de agregação de valor aos negócios.

## **2.2 Risco em Auditoria**

As normas internacionais e brasileiras de auditoria que tratam especificamente sobre risco, ISA 315 e NBC TA 315, determinam que os auditores devem avaliar riscos de distorção relevante no âmbito das demonstrações contábeis e no entendimento da entidade e seus controles internos, sendo que estas informações devem servir de base para elaboração de um planejamento que responda aos riscos identificados.

Frente ao texto legal, observa-se que o processo de avaliação de risco necessita identificar, mensurar e estabelecer prioridades, para que o foco seja sobre as áreas mais importantes dentro do escopo da auditoria. Estes procedimentos permitem que o auditor planeje um programa de auditoria que teste os controles mais relevantes com mais profundidade e rigor. (MCNAMEE, 1997).

Esta extensão de aplicação de procedimentos determinada pelos auditores também passa pela existência de normas internas formalizadas para gestão de riscos das entidades auditadas, as quais devem abranger todas as áreas de negócio, garantindo que os controles internos estão livres de distorções relevantes que possam comprometer as políticas de segurança empresarial. (MIHRET, 2014).

Pesquisas recentes apontam para o fato que os riscos de auditoria em empresas que possuem controles e regras rígidas para gerenciamento de risco, vêm se demonstrando bastante inferior àquelas que não adotam estas práticas. Desta forma, quanto menor o risco, menor a necessidade de alocação de horas e de procedimentos de auditoria e conseqüentemente os relatórios tendem a conter menos ressalvas e observações. (DEFOND; LIM; ZANG, 2015).

Diante o contexto do risco nos trabalhos de auditoria, os auditores também vêm se valendo de ferramentas que lhes proporcionam maior rigor e segurança para determinação de áreas a serem auditadas, bem como, para determinação dos tipos e extensão de procedimentos de auditoria a ser utilizados. Pesquisas como as de Mizrahi e Ness-Weisman (2007), Sueyoshi, Shang e Chiang (2009), Hamid (2012) e Mu e Carroll (2016), demonstram que frequentemente os auditores utilizam ferramentas multicriteriais como o AHP para mensuração de riscos no âmbito empresarial e na auditoria.

## 2.3 Planejamento da Auditoria

O planejamento pode ser entendido como instrumento de gestão da auditoria, pois, para definir a estratégia a ser implementada, precisa contemplar todas as informações sobre a entidade auditada, suas partes interessadas e os agentes internos e externos com quem esta transaciona. Esta fase do trabalho pode ser desenvolvida em duas etapas, sendo uma onde é definida a estratégia global e outra onde é descrito o programa da auditoria.

A importância do planejamento evidencia-se ainda na organização do trabalho e nas ações da equipe, definindo claramente aspectos como o que será auditado, como será, quem executará e quais riscos devem ser respondidos com a execução dos procedimentos selecionados. Ainda, tem a função de auxiliar o auditor a identificar e priorizar as principais áreas a serem auditadas, organizar e gerenciar os trabalhos e alocar os membros da equipe, facilitar a supervisão e revisão, responder aos riscos identificados e determinar os tipos e extensão dos procedimentos de auditoria. (GEORGIADES, 2010).

Também, uma das características do planejamento é a flexibilidade, podendo ser revisado, alterado, reduzido ou aumentado, conforme as necessidades impostas pelos trabalhos executados. Um dos fatores que influencia no planejamento é o ambiente de controle, o qual pode apresentar níveis de riscos não detectados no início dos trabalhos, mas que ficam evidentes durante a execução, forçando com que a estratégia inicial seja revista e adaptada. (BEDARD; GRAHAM; JACKSON, 2005).

A relação entre o planejamento e risco no âmbito da auditoria demonstra-se próxima, pois as variações nestes níveis afetam diretamente a abrangência do planejamento. Em situações onde auditores percebem maiores níveis de risco em clientes durante a execução da auditoria, a natureza, extensão e quantidade de procedimentos a serem aplicados sobre os controles da entidade auditada, devem variar na mesma proporção. (ABDULLATIF, 2013).

## 2.4 Teoria da Agência e Auditoria

Os resultados dos trabalhos de auditoria normalmente apontam aspectos positivos e negativos dos processos de gestão, impactando diretamente nos interesses da agência e dos agentes, os quais, vêem o resultado das suas ações ser avaliado e questionado. A realização de um estudo sobre critérios adotados por auditores na determinação de risco e na elaboração dos planejamentos de auditoria remete ao pressuposto teórico da agência, pois as escolhas das prioridades podem afetar diretamente as partes interessadas. (WISEMAN; CUEVAS-RODRÍGUEZ; GOMEZ-MEJIA, 2012).

No contexto da auditoria, observa-se a ocorrência de riscos de agência principalmente pelo fato que o foco principal da teoria da agência está no relacionamento

entre agente e principal, no qual o agente dispõe de informações privilegiadas e suas ações afetam o bem-estar entre as partes, sendo dificilmente observáveis pelo principal. Este tipo de relação coloca em cena o problema de assimetria de informações entre o agente e o principal, que beneficia o primeiro em detrimento do segundo (JENSEN; MECKLING, 1976). Desta forma, os auditores precisam estar embasados na legislação vigente sobre os trabalhos de auditoria, bem como, devem reduzir significativamente o nível de subjetividade ou arbitrariedade de suas decisões, sob pena de ter seu nível de independência questionada pelos agentes envolvidos no processo. (YE; CARSON; SIMNETT, 2011).

## 2.5 Método AHP

O método multicriterial AHP (Analytic hierarchy process), foi desenvolvido por Saaty (1980) com objetivo de auxiliar a tomada de decisão em ambientes complexos. Por meio de comparações por pares e de opiniões de peritos, são desenvolvidas escalas de julgamentos absolutos que demonstram quanto um elemento domina o outro em relação a um determinado atributo. (SAATY, 2008).

Nos últimos anos o AHP vem sendo utilizado nos mais diversos ramos de atividades e conforme Vaidya e Kumar (2006) destaca-se principalmente nas áreas de educação, engenharia, governo, indústria, gestão, manufatura, pessoal, político, social e desportivo. Sipahi e Timor (2010) identificaram ampla utilização do AHP em segmentos como: indústrias, gestão ambiental, agricultura, energia, transporte, construção civil, energia, hospitalar, educação, logística, e-business, TI, P&D, telecomunicações, finanças, bancário, gestão urbana, indústria militar, governo, marketing, turismo, arqueologia, auditoria e indústria de mineração.

A ampla utilização do AHP é explicada por Saaty, Peniwati e Shang (2007), os quais, defendem que este fato se deve principalmente a sua simplicidade de aplicação e utilização, grande flexibilidade e capacidade de ser integrado ao outras técnicas. Subramanian e Ramanathan (2012), afirmam que a utilização desta ferramenta determina a construção de um modelo hierárquico dividido em quatro etapas, sendo que a primeira baseia-se na estruturação do problema em um modelo hierárquico, onde o problema objeto da tomada de decisão precisa ser decomposto em elementos com base em suas características comuns em modelo hierárquico com diferentes níveis, divididos em objetivo, critérios e alternativas. Na segunda etapa devem ser realizadas as comparações por pares e a construção da matriz, onde os elementos de um nível são comparados em relação a um elemento no nível superior imediato. Como resultados da comparação são obtidos os pesos dos elementos que serão confrontados com os pesos finais no futuro. Neste momento a opinião do decisor é obtida para comparar os elementos. Para quantificar a comparação devem ser usadas escalas numéricas, ou a escala padrão do modelo AHP, sugerida por Saaty, Peniwati e Shang (2007), abaixo apresentada no Quadro 1.

Valor	Definição	Explicação
1	Igual Importância	os dois critérios contribuem de forma idêntica para o objetivo
3	Pouco mais Importante	a análise e a experiência mostram que um critério é um pouco mais importante que o outro
5	Muito mais Importante	a análise e a experiência mostram que um critério é claramente mais importante que o outro
7	Bastante mais Importante	a análise e a experiência mostram que um dos critérios é predominante para o objetivo
9	Extremamente mais Importante	sem qualquer dúvida um dos critérios é absolutamente predominante para o objetivo
2,4,6,8	Valores Intermediários	se necessários podem ser utilizados

Quadro 1- Escala fundamental de Saaty

Fonte: Os autores, baseado em Saaty (1980).

Na terceira etapa, são determinados os pesos e consistência das comparações, os quais são calculados por meio do método *eigenvector*, onde o próprio vetor normalizado corresponde aos principais valores do julgamento e a matriz fornece os pesos dos elementos envolvidos.

Na quarta e última etapa, é realizada a agregação de pesos em vários níveis para obter os pesos finais das alternativas, sendo que quando os pesos dos elementos da etapa 3 estiverem calculados, devem ser agregados para se obter os pesos finais das alternativas de decisão, e, ao final, as alternativas com maior peso serão as melhores.

Após a execução das etapas, Saaty (2005), sugere que seja calculado o índice de consistência para apurar se as respostas dos decisores são consistentes. O cálculo é realizado com base na equação (1):

$$CI = \frac{\lambda_{Max} - n}{n - 1} \quad (1)$$

Onde, CI é o índice de consistência e n o número de critérios avaliados na matriz. Nesta linha, Saaty (2005), propôs ainda verificar se o CI encontrado é adequado ao problema estudado, desta forma, apresentou a taxa de consistência (CR), a qual apura a razão entre o CI e o índice de consistência aleatória (RI). O cálculo do CR é realizado conforme a equação (2):

$$CR = \frac{CI}{RI} < 0.1 \sim 10\% \quad (2)$$

Para que o cálculo seja considerado consistente, Saaty (2005) defende que o resultado deve ser menor que 10%, ao contrário, a matriz com a opinião dos tomadores de decisão deverá ser revista. No contexto do cálculo, o autor propõe uma tabela de valores fixos para determinar o RI a partir do número de critérios estudados, conforme apresentado na Tabela 1.

N	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
RI	0	0	0.58	0.9	1.12	1.24	1.32	1.41	1.45	1.49

Observa-se nas etapas de construção do AHP sua capacidade de tratar elementos complexos e classificá-los em um sistema de diferentes níveis, facilitando a interpretação e utilização dos resultados, os quais são demonstrados por meio das prioridades.

### 3 | METODOLOGIA

A estratégia de pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo de caso único, o qual possui somente uma unidade de análise e permite análises mais profundas sobre os fenômenos estudados (YIN 2010). Quanto aos seus objetivos, apresenta caráter descritivo e exploratório (NAKANO, 2010), e, com base em uma abordagem combinada, engloba aspectos qualitativos e quantitativos das variáveis estudadas. (MARTINS, 2010).

O estudo foi desenvolvido junto a uma empresa de auditoria, no ano de 2015, a qual se encontrava na fase de planejamento dos trabalhos para realizar uma auditoria em um cliente. Neste momento, foi apresentada aos auditores a proposta de aplicar o AHP para determinar quais as áreas da empresa auditada estão mais expostas a riscos de não conformidades.

Todas as aplicações do AHP aconteceram através de matriz 10 x 10, pelo fato que o número máximo de critérios de consistência previstos na Tabela 1, é 10 (dez). Na primeira etapa foram selecionadas as dez áreas principais, passíveis de serem auditadas. Na segunda etapa, dois grupos focais foram realizados, um com três auditores que realizaram os levantamentos preliminares e outro com os três sócios da empresa auditada. Nestas etapas, a matriz AHP 10 X 10, foi aplicada em cada uma das reuniões.

Na terceira etapa, a área identificada como prioritária nas etapas anteriores, foi escolhida para ser inicialmente auditada. Neste momento, foram identificadas as dez principais atividades desta área, as quais integraram a estrutura da matriz AHP 10 X 10, que foi aplicada em um grupo focal com cinco gerentes de cada uma das unidades da empresa auditada.

Na quarta etapa, as prioridades identificadas foram consideradas para elaboração do planejamento da auditoria e para determinação dos tipos e quantidades de procedimentos aplicáveis a cada atividade com base no percentual de exposição a risco de não conformidade. A Figura 2 representa graficamente as etapas da pesquisa.



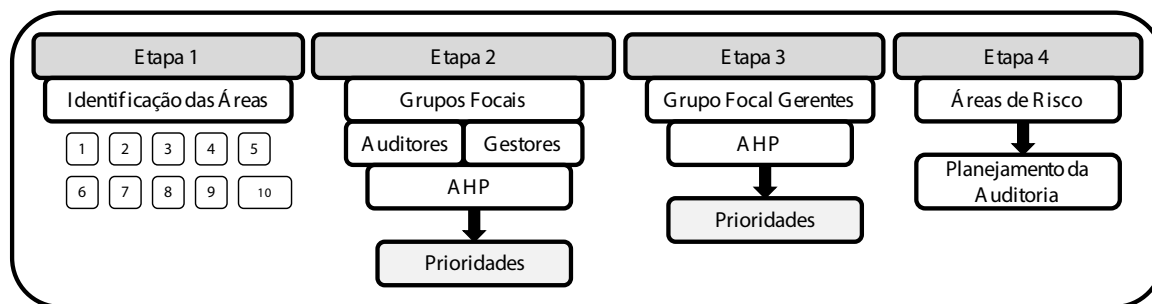


Figura 2- Etapas da pesquisa

Fonte: Os autores, 2016.

A Figura 2 demonstra as principais etapas metodológicas do trabalho, descrevendo o roteiro adotado para execução do estudo.

## 4 | RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos com a execução da estratégia de pesquisa demonstrada na Figura 2, que é realizada e apresentada detalhadamente nos subitens a seguir:

### 4.1 Identificação das Áreas de Risco

Para consecução da pesquisa, foi acompanhado o trabalho de levantamento preliminar realizado por três auditores, os quais, inicialmente verificaram as áreas a serem auditadas e que estão inseridas dentro do escopo de trabalho contratado com a empresa auditada. A referida empresa atua no segmento do comércio de veículos automotores, possuindo cinco unidades localizadas em diferentes cidades. Face as particularidades do negócio, foram identificados pelos auditores os seguintes departamentos: contábil, estoques, financeiro, pessoal, tributário, serviços ao cliente, vendas de novos e peças, vendas de usados, patrimônio e compras de material. Estas áreas foram elencadas para que se estabeleça a prioridade para execução dos trabalhos de auditoria, conforme opinião dos auditores e gestores da auditada.

### 4.2 Aplicação do AHP para Auditores e Gestores

Com base nas áreas identificadas, foi elaborada uma matriz AHP com 10 critérios, a qual foi aplicada em dois grupos focais. O primeiro grupo focal foi realizado entre os próprios auditores que elaboraram os levantamentos preliminares e conheceram detalhadamente as operações da empresa. Na condução dos trabalhos, as respostas foram baseadas na perspectiva da opinião de cada membro sobre quais áreas apresentadas estão sujeitas a maior risco. Para obtenção das respostas, foi utilizada a escala fundamental de Saaty, apresentada no Quadro 1. Os resultados estão apresentados na Tabela 2.

	Contábil	Estoques	Financeiro	Pessoal	Serviços ao cliente	Tributário	Vendas de Novos	Vendas de Usados	Patrimônio	Compras Materiais	total	pesos	%
Contábil	1	1/3	1	1	3	1	1/3	3	3	5	<b>0,86</b>	0,086	<b>8,58%</b>
Estoques	3	1	5	9	9	1	5	9	9	9	<b>3,10</b>	0,310	<b>31,01%</b>
Financeiro	1	1/5	1	1	3	1	1/5	1	5	5	<b>0,79</b>	0,079	<b>7,93%</b>
Pessoal	1	1/9	1	1	1	1/3	1/5	3	1	5	<b>0,57</b>	0,057	<b>5,71%</b>
Serviços ao cliente	1/3	1/9	1/3	1	1	1/3	1/9	5	5	5	<b>0,63</b>	0,063	<b>6,31%</b>
Tributário	1	1	1	3	3	1	1/3	3	5	5	<b>1,20</b>	0,120	<b>12,05%</b>
Vendas de Novos	3	1/5	5	5	9	3	1	5	5	5	<b>2,07</b>	0,207	<b>20,72%</b>
Vendas de Usados	1/3	1/9	1	1/3	1/5	1/3	1/5	1	1	1	<b>0,30</b>	0,030	<b>2,97%</b>
Patrimônio	1/3	1/9	1/5	1	1/5	1/5	1/5	1	1	1	<b>0,26</b>	0,026	<b>2,60%</b>
Compras Materiais	1/5	1/9	1/5	1/5	1/5	1/5	1/5	1	1	1	<b>0,21</b>	0,021	<b>2,12%</b>
<b>total</b>	<b>11,20</b>	<b>3,29</b>	<b>15,73</b>	<b>22,53</b>	<b>29,60</b>	<b>8,40</b>	<b>7,78</b>	<b>32,00</b>	<b>36,00</b>	<b>42,00</b>	<b>10,00</b>	<b>1,000</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 2- Matriz AHP com prioridades dos auditores

Fonte: Os autores, 2016.

Após o cálculo da matriz e a identificação dos percentuais com as prioridades dos auditores, o grau de consistência dos resultados apurados pelo AHP foi testado com base nas Equações 1 e 2 e na Tabela 1, anteriormente apresentadas. Neste sentido, o grau de consistência CR foi de 9,28%, enquadrando-se abaixo do mínimo de 10% defendido por Saaty (1980), demonstrando que os valores apurados são consistentes. Com base na opinião dos auditores, apresentada na matriz 10 x 10, a área que enseja maior nível de risco é o departamento de estoques, o qual apresenta o percentual de 31,01%.

No segundo momento desta etapa, foram reunidos os três sócios da empresa auditada, os quais exercem cargos de gestão e foram os responsáveis pela contratação da auditoria. Durante os levantamentos preliminares identificou-se que os sócios possuem participação diferenciada no capital da empresa, desta forma, na condução do grupo focal, as respostas foram sempre definidas após consenso entre as partes, com vistas a não distorcer os resultados. As respostas foram baseadas na perspectiva da opinião de cada membro sobre quais áreas apresentadas estão sujeitas a maior risco. Para obtenção das respostas, foi utilizada a escala fundamental de Saaty, apresentada no Quadro 1. Os resultados estão apresentados na Tabela 3.

	Contábil	Estoques	Financeiro	Pessoal	Serviços ao cliente	Tributário	Vendas de Novos	Vendas de Usados	Patrimônio	Compras Materiais	total	pesos	%
Contábil	1	1/3	1	1	1	1	1/3	3	3	5	<b>0,76</b>	0,076	<b>7,61%</b>
Estoques	3	1	9	9	9	3	5	9	9	9	<b>3,57</b>	0,357	<b>35,70%</b>
Financeiro	1	1/9	1	1	3	1	1/5	1	5	5	<b>0,77</b>	0,077	<b>7,67%</b>
Pessoal	1	1/9	1	1	1	1/3	1/3	3	1	5	<b>0,56</b>	0,056	<b>5,62%</b>
Serviços ao cliente	1	1/9	1/3	1	1	1	1	5	5	5	<b>0,82</b>	0,082	<b>8,25%</b>
Tributário	1	1/3	1	3	1	1	1/3	3	5	5	<b>0,91</b>	0,091	<b>9,10%</b>
Vendas de Novos	3	1/5	5	3	1	3	1	9	9	9	<b>1,84</b>	0,184	<b>18,36%</b>
Vendas de Usados	1/3	1/9	1	1/3	1/5	1/3	1/9	1	1	1	<b>0,27</b>	0,027	<b>2,67%</b>
Patrimônio	1/3	1/9	1/5	1	1/5	1/5	1/9	1	1	5	<b>0,33</b>	0,033	<b>3,27%</b>
Compras Materiais	1/5	1/9	1/5	1/5	1/5	1/5	1/9	1	1/5	1	<b>0,18</b>	0,018	<b>1,76%</b>
<b>total</b>	<b>11,87</b>	<b>2,53</b>	<b>19,73</b>	<b>20,53</b>	<b>17,60</b>	<b>11,07</b>	<b>8,53</b>	<b>36,00</b>	<b>39,20</b>	<b>50,00</b>	<b>10,00</b>	<b>1,000</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 3- Matriz AHP com prioridades dos gestores

Fonte: Os autores, 2016.

Após o cálculo da matriz e a identificação dos percentuais com as prioridades dos gestores, o grau de consistência dos resultados apurados pelo AHP foi testado com base nas Equações 1 e 2 e na Tabela 1, anteriormente apresentadas. Neste sentido, o grau de consistência CR foi de 8,60%, enquadrando-se abaixo do mínimo de 10% defendido por Saaty (1980), demonstrando que os valores apurados são consistentes. Com base na opinião dos gestores, apresentada na matriz 10 x 10, a área que enseja maior nível de risco é o departamento de estoques, o qual apresenta o percentual de 35,70%.

#### 4.3 Aplicação do AHP para os Gerentes

Após a determinação da área prioritária a ser auditada, foram elencadas as dez principais atividades ocorridas no departamento de estoque. Neste sentido, foi construída uma matriz AHP 10 x 10 para aplicação no grupo focal com os gerentes deste setor de cada uma das cinco unidades da empresa auditada.

	sobras e faltas	ordens de serviço	garantias	demonstrações	remessa uso externo	baixas uso interno	itens promocionais	transferências	peças em usados	formação do custo	total	pesos	%
sobras e faltas	1	3	5	5	1	3	5	5	5	3	<b>2,43</b>	0,243	<b>24,30%</b>
ordens de serviço	1/3	1	5	5	1	1	1	5	3	3	<b>1,40</b>	0,140	<b>14,01%</b>
garantias	1/5	1/5	1	1/3	1/3	1/3	1/5	1	1/5	1/5	<b>0,27</b>	0,027	<b>2,65%</b>
demonstrações	1/5	1/5	3	1	1/3	1/5	1/3	3	3	1/3	<b>0,59</b>	0,059	<b>5,89%</b>
remessa uso externo	1	1	3	3	1	1	3	3	1	1	<b>1,25</b>	0,125	<b>12,49%</b>
baixas uso interno	1/3	1	3	5	1	1	1	5	1	1	<b>1,07</b>	0,107	<b>10,74%</b>
itens promocionais	1/5	1	5	3	1/3	1	1	3	1	1	<b>0,87</b>	0,087	<b>8,69%</b>
transferências	1/5	1/5	1	1/3	1/3	1/5	1/3	1	1/5	1/3	<b>0,27</b>	0,027	<b>2,71%</b>
peças em usados	1/5	1/3	5	1/3	1	1	1	5	1	3	<b>0,98</b>	0,098	<b>9,80%</b>
formação do custo	1/3	1/3	5	3	1	1	1	3	1/3	1	<b>0,87</b>	0,087	<b>8,71%</b>
<b>total</b>	<b>4,00</b>	<b>8,27</b>	<b>36,00</b>	<b>26,00</b>	<b>7,33</b>	<b>9,73</b>	<b>13,87</b>	<b>34,00</b>	<b>15,73</b>	<b>13,87</b>	<b>10,00</b>	<b>1,000</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 4 - Matriz AHP com prioridades dos gerentes

Fonte: Os autores, 2016.

A consistência da matriz foi testada com base nas Equações 1 e 2 e na Tabela 1, anteriormente apresentadas. O grau de consistência CR foi de 9,05%, enquadrando-se abaixo do mínimo de 10% defendido por Saaty (1980), demonstrando que os valores apurados são consistentes. A opinião dos gerentes, apresentada na matriz 10 x 10, afirma que a atividade que apresenta maior risco é aquela relacionada a sobras e faltas de estoque, a qual apresentou um percentual de 24,30%, seguida pelas ordens de serviço que apresentaram um percentual de 14,01%.

#### 4.4 Alocações das Áreas de Risco no Planejamento da Auditoria

Apartir das conclusões obtidas na matriz AHP, os resultados foram elencados no Quadro 2, conforme sua ordem de prioridade de risco para fins de elaboração do planejamento e para determinação dos procedimentos aplicáveis a cada um dos processos.

1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
sobras e faltas	ordens de serviço	remessa uso externo	baixas uso interno	peças em usados	formação do custo	itens promocionais	demonstrações	transferências	garantias
24,30%	14,01%	12,49%	10,74%	9,80%	8,71%	8,69%	5,89%	2,71%	2,65%

Quadro 2- Ordem de prioridade de exposição a risco

Fonte: Os autores, 2016.

Na sequência, foram utilizados os julgamentos dos auditores e os procedimentos de auditoria constantes na NBC TA 315, para construir uma minuta para compor o planejamento de auditoria. O foco da auditoria obedeceu as prioridades encontradas na matriz AHP.

processos	entrevista	inspeção	recálculo	reexecução	observação	confirmação	outros
1° sobras e faltas	O	O	O	O	O	O	O
2° ordens de serviço		O	O	O	O	O	
3° remessa uso externo	O		O	O		O	
4° baixas uso interno	O	O	O				
5° peças em usados		O			O	O	
6° formação do custo		O	O	O			
7° itens promocionais		O		O	O	O	
8° Demonstrações		O			O	O	O
9° Transferências		O			O	O	
10° Garantias	O	O			O	O	

Quadro 3- Determinação dos procedimentos de auditoria

Fonte: Os autores, 2016.

O Quadro 3 demonstra que quanto maior o grau de risco de cada processo, maior a quantidade de procedimentos aplicados sobre cada um e, quanto menor o risco, menor o número de procedimentos.

## 5 CONCLUSÕES

Considerando que objetivo do estudo é demonstrar como o método multicriterial AHP contribui com a auditoria nos processos de detecção de áreas e atividades sujeitas a risco e que devem ser priorizadas no planejamento de auditoria, foi revisado o estado da arte sobre a utilização do AHP na auditoria, e as conexões deste método multicriterial com a auditoria e os aspectos específicos destes trabalhos, como risco e planejamento. Também, identificou-se a teoria da agência como base teórica para consecução do trabalho, tendo em vista que seus conceitos são amplamente identificados na auditoria.

Os resultados da utilização do AHP nos trabalhos de auditoria, demonstraram que a primeira aplicação para determinação das áreas prioritárias a serem auditadas,

proporcionou que os auditores identificassem a prioridade de cada uma destas no que se refere à exposição a risco, bem como, disponibilizou a estes a possibilidade de identificar se suas percepções sobre o ambiente da empresa e suas principais necessidades estavam alinhadas com a opinião dos gestores da auditada. Este achado demonstra-se importante para que os auditores possam utilizar ferramentas deste tipo, pois, visualizam-se numericamente as percepções e foco do auditor e do auditado, fazendo com que os trabalhos sejam desenvolvidos prioritariamente nas áreas que oferecem maior exposição a riscos de problemas, fraudes ou erros. Observou-se também que os resultados obtidos no AHP confirmam os resultados das pesquisas de Sueyoshi, Shang e Chiang (2009) e Hamid (2012), as quais utilizaram esta ferramenta para detectar áreas críticas e índices de risco para definir a intensidade da auditoria.

A segunda aplicação do AHP para determinar os processos do departamento de estoque que oferecem maior nível de risco, também foi consistente, pois ofereceu aos auditores o direcionamento inicial sobre qual processo merece maior foco. A visualização da percepção dos especialistas do setor das diferentes unidades da empresa auditada proporcionou que os auditores pudessem definir os procedimentos de auditoria aplicáveis a cada caso, variando sua amplitude conforme o nível de risco calculado pela ferramenta multicriterial. Estes resultados encontram subsídio também nos resultados da pesquisa realizada por Mu e Carroll (2016), os quais também utilizaram o AHP para identificar áreas com maior possibilidade de ocorrência de fraudes, fazendo com que estas áreas obtivessem prioridade de auditoria e ganhassem agilidade na implantação das medidas corretivas.

Por fim, observa-se que a utilização do AHP proporcionou ganhos para o processo de auditoria, pois os auditores tiveram a possibilidade de testar seus julgamentos, os quais geralmente embasam decisões sobre risco, com a utilização de um modelo matemático inserido em uma ferramenta multicriterial. Neste contexto, confirmaram por meio do AHP que suas prioridades de risco estão alinhadas com aquelas vislumbradas pelos gestores da empresa auditada, bem como, obtiveram subsídios para elaboração do planejamento de auditoria, pois de posse das atividades com maior exposição a risco, puderam determinar quais e quantos procedimentos são necessários para auditar cada uma, diminuindo sensivelmente a ocorrência de falhas nesta identificação.

## REFERÊNCIAS

ABDULLATIF, Modar. Fraud risk factors and audit programme modifications: Evidence from Jordan. **Australasian Accounting Business & Finance Journal**, v. 7, n. 1, p. 59, 2013.

AKRESH, Abraham D. A risk model to opine on internal control. **Accounting Horizons**, v. 24, n. 1, p. 65-78, 2010.

AVRAM, Cristina B.; GROSANU, Adrian; RACHISAN, Paula R. Does country-level governance influence auditing and financial reporting standards? Evidence from a cross-country analysis. **Current Science**, v. 108, n. 7, p. 1222, 2015.



- BEDARD, Jean C.; GRAHAM, Lynford E.; JACKSON, Cynthia. Information systems risk and audit planning. **International Journal of Auditing**, v. 9, n. 2, p. 147-163, 2005.
- BITENCOURT, Sandro A.M; GABBI, Adriana.; BASSO, Renata L.; AMBROS, Francesca R. Estudo do contexto da auditoria em pequenas e médias empresas brasileiras: motivos para contratação e efetividade dos relatórios dos auditores. In: **CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, XV**, 2015, Bento Gonçalves. *Anais...* Bento Gonçalves: CRCRS, 2015. v. 1, p. 1–14.
- BRANDAS, Claudiu; STIRBU, Dan; DIDRAGA, Otniel. Integrated Approach Model of Risk, Control and Auditing of Accounting Information Systems. **Informatica Economica**, v. 17, n. 4, p. 87, 2013.
- CASKEY, Judson. Discussion of “The Economics of Setting Auditing Standards”. **Contemporary Accounting Research**, v. 30, n. 3, p. 1216-1222, 2013.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC Nº. 1.211/03 - Aprova a NBC TA 300 - **Planejamento de Auditoria de Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2009/001211](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001211)>. Acesso em: 29 mar.2016.
- \_\_\_\_\_. Resolução CFC Nº. 1.212/09 - Aprova a NBC TA 315. - **Identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente**. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2009/001212](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001212)>. Acesso em: 29 mar. 2016.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - CRCRS. **Normas brasileiras de contabilidade. Auditoria Independente, Auditoria Interna e Perícia Contábil**. Porto Alegre, 2015.
- CREPALDI, Silvio A. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- DAO, Mai; PHAM, Trung. Audit tenure, auditor specialization and audit report lag. **Managerial Auditing Journal**, v. 29, n. 6, p. 490-512, 2014.
- DEFOND, Mark L.; LIM, Chee Y.; ZANG, Yoonseok. Client conservatism and auditor-client contracting. **The Accounting Review**, v. 91, n. 1, p. 69-98, 2015.
- DESHMUKH, Ashutosh; MILLET, Ido. An analytic hierarchy process approach to assessing the risk of management fraud. **Journal of Applied Business Research (JABR)**, v. 15, n. 1, p. 87-102, 2011.
- GEORGIADES, George. Standards, AICPA Statement on Auditing Standards, Planning an Audit. **Gaas Update Service**, v. 10, n. 21, 2010.
- HAMID, Esmail. The Application of Analytic Hierarchy Process (AHP) for risk-based allocation of internal audit resource. **Advances in Asian Social Science**, v. 1, n. 4, p. 343-345, 2012.
- HAMMERSLEY, Jacqueline S. A review and model of auditor judgments in fraud-related planning tasks. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 30, n. 4, p. 101-128, 2011.
- HASSINK, Harold; MEUWISSEN, Roger; BOLLEN, Laury. Fraud detection, redress and reporting by auditors. **Managerial Auditing Journal**, v. 25, n. 9, p. 861-881, 2010.
- JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.
- LAMOREAUX, Phillip T.; MICHAS, Paul N.; SCHULTZ, Wendy L. Do Accounting and Audit Quality Affect World Bank Lending?. **The Accounting Review**, v. 90, n. 2, p. 703-738, 2014.
- LIN, W. T.; MOCK, T. J.; WRIGHT, A. The use of the analytic hierarchy process as an aid in planning

the nature and extent of audit procedures. **Auditing-A Journal of Practice & Theory**, v. 4, n. 1, p. 89-99, 1984.

LONGO, Claudio G. **Manual de auditoria e revisão de demonstrações financeiras**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MCNAMEE, David. Risk-based auditing. **Internal Auditor**, v. 54, n. 4, p. 22-27, 1997.

MARTINS, Roberto A. Abordagens Quantitativa e Qualitativa. In: MIGUEL, P. A. C. **Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MIHRET, Dessalegn G. How can we explain internal auditing? The inadequacy of agency theory and a labor process alternative. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 25, n. 8, p. 771-782, 2014.

MIZRAHI, Shlomo; NESS-WEISMAN, Idit. Evaluating the effectiveness of auditing in local municipalities using analytic hierarchy process (ahp): A general model and the Israeli example. **International Journal of Auditing**, v.11, n.3, p.187-210, 2007.

MU, Enrique; CARROLL, James. Development of a fraud risk decision model for prioritizing fraud risk cases in manufacturing firms. **International Journal of Production Economics**, v. 173, p. 30-42, 2016.

NAKANO, Davi. Método de pesquisa adotados na engenharia de produção. **Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

NELSON, Mark W. A model and literature review of professional skepticism in auditing. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 28, n. 2, p. 1-34, 2009.

SAATY, Thomas L.; PENIWATI, Kirti; SHANG, Jen S. The analytic hierarchy process and human resource allocation: Half the story. **Mathematical and Computer Modelling**, v. 46, n. 7/8, p. 1041-1053, 2007.

SAATY, Thomas L. **The Analytic Hierarchy Process**, New York: McGraw-Hill, 1980.

\_\_\_\_\_. **Theory and applications of the analytic network process: decision making with benefits, opportunities, costs, and risks**. RWS publications, 2005.

\_\_\_\_\_. Decision making with the analytic hierarchy process. **International journal of services sciences**, v. 1, n. 1, p. 83-98, 2008.

SHELTON, Sandra W.; WHITTINGTON, Ray O. The influence of the auditor's report on investors' evaluations after the Sarbanes-Oxley Act. **Managerial Auditing Journal**, v. 23, n. 2, p. 142-160, 2008.

SIPAHI, Seyhan; TIMOR, Mehpare. The analytic hierarchy process and analytic network process: an overview of applications. **Management Decision**, v. 48, n. 5, p. 775-808, 2010.

SUBRAMANIAN, Nachiappan; RAMANATHAN, Ramakrishnan. A review of applications of Analytic Hierarchy Process in operations management. **International Journal of Production Economics**, v. 138, n. 2, p. 215-241, 2012.

SUEYOSHI, Toshiyuki; SHANG, Jennifer; CHIANG, Wen-Chyuan. A decision support framework for internal audit prioritization in a rental car company: A combined use between DEA and AHP. **European Journal of Operational Research**, v. 199, n. 1, p. 219-231, 2009.

THOMAS, Wayne B. Agency conflicts and auditing in private firms Ole-Kristian Hope University of Toronto John Christian Langli BI Norwegian Business School. **Accounting, Organizations and**

**Society**, v. 37, p. 500-517, 2012.

WISEMAN, Robert M.; CUEVAS-RODRÍGUEZ, Gloria; GOMEZ-MEJIA, Luis R. Towards a social theory of agency. **Journal of Management Studies**, v. 49, n. 1, p. 202-222, 2012.

VAIDYA, Omkarprasad S.; KUMAR, Sushil. Analytic hierarchy process: An overview of applications. **European Journal of operational research**, v. 169, n. 1, p. 1-29, 2006.

YE, Ping; CARSON, Elizabeth; SIMNETT, Roger. Threats to auditor independence: The impact of relationship and economic bonds. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**, v. 30, n. 1, p. 121-148, 2011.

YIN, R. K.. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Bookman. Porto Alegre, Brasil. 4<sup>a</sup> ed. 2010.

## CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS: A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

### Israel Dal Ri

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre - RS

### Maria Ivanice Vendruscolo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre - RS

### Ismael Paulo Heissler

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre - RS

**RESUMO:** A convergência das normas contábeis é um assunto em evidência no cenário contábil. Normativas emitidas pelos organismos internacionais são emitidas e atualizadas continuamente e o Brasil vem se adaptando a elas. No caso da IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*, a adoção por parte do Conselho Federal de Contabilidade foi realizada em 2009 pela NBC TG 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e alterações posteriores que dispõe sobre o conjunto completo das demonstrações contábeis, incluindo a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). O presente estudo tem por objetivo investigar a estrutura e divulgação da DRA pelas empresas de capital aberto em suas demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A amostra do estudo foram as companhias que compõem o índice IBrX-50 da B3. Adotou-

se a metodologia qualitativa de análise, que permitiu verificar que em 100% das companhias analisadas foi divulgada a DRA quando da publicação de suas Demonstrações Financeiras Padronizadas na CVM. Em 10,2% da amostra não ocorreram operações relacionadas com os itens dos Outros Resultados Abrangentes. O item divulgado mais recorrente entre as companhias refere-se aos “ganhos/perdas derivados de conversão de demonstrações de operações exterior”. A variação provocada pelos Outros Resultados Abrangentes no resultado consolidado da amostra pode ir de menos de 1% a mais de 100%.

**PALAVRAS-CHAVE:** Convergência das normas contábeis. Demonstração do Resultado Abrangente. Normas Brasileiras de Contabilidade.

**ABSTRACT:** The convergence of accounting standards is an issue highlighted in the book scene. Regulations issued by international organizations are issued and continuously updated and Brazil has been adapting to them. In the case of IAS 1 - *Presentation of Financial Statements*, the adoption by the Federal Accounting Council was held in 2009 on NBC TG 26 - *Presentation of Financial Statements*, as amended. NBC TG 26 (R1) provides for the complete set of financial statements, including the Comprehensive Income Statement (DRA).

The present study aims to investigate the structure and distribution of the DRA by publicly traded companies in its financial statements for the year ended 31 December 2013. The study sample were companies that compose the IBrX-50 index of B3. Adopted the qualitative methodology of analysis, which showed that 100% of the companies analyzed was the DRA disclosed when publishing its Financial Statements Standardized the CVM. In 10.2% of the sample did not occur operations related to the items of other comprehensive income. The item disclosed most recurrent among the companies refers to “gains / losses derived from conversion of statements of foreign operations”. The variation caused by other comprehensive income in the consolidated sample result can range from less than 1% to over 100%.

**KEYWORDS:** Convergence of accounting standards. Statement of Comprehensive Income. Brazilian Accounting Standards.

## 1 | INTRODUÇÃO

Com a globalização das economias mundiais, a internacionalização do mercado de capitais e o crescimento das operações multinacionais surgiu, portanto, a necessidade de uma convergência no que se refere às demonstrações contábeis (*financial reports*). Nesse sentido, o *International Accounting Standards Board* (IASB), organismo regulador internacional, edita as Normas Internacionais de Contabilidade. No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), tem entre os principais objetivos e funções o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos que permitam a emissão de normas convergentes ao padrão internacional pela entidade reguladora brasileira, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que edita as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

A norma IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*, emitida pelo IASB, dispõe sobre as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas e divulgadas pelas entidades. Exercendo sua função, o CPC aprovou a emissão do Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, que foi elaborado a partir da IAS 1. Por fim, o CFC, através da Resolução 1.185/09, aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, que está em vigor desde 15 de setembro de 2009. Dentre as demonstrações elencadas, nas normas supracitadas, encontra-se a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Alguns estudos correlatos sobre a DRA foram identificados (SOUTES; SCHVIRCK, 2006, LIN; RONG, 2012, MELO, 2013, CURCINO; LEMES; BOTINA, 2014). Soutes e Schvirck (2006) entenderam que o lucro líquido é melhor indicado para avaliação da eficiência da administração de alguma empresa do que o lucro abrangente. De forma similar, Lin e Rong (2012) verificaram que a Demonstração do Resultado Abrangente pode estar negativamente ligada com o gerenciamento de resultados. Melo (2013) traz, ainda, que no ano de 2011, dois após a publicação da Resolução 1.185/09, cerca de 40% das empresas, de determinada amostra, apresentavam a

DRA em suas Demonstrações Financeiras Padronizadas. Finalmente, Curcino, Lemes e Botina (2014) verificaram o impacto da evidenciação do resultado abrangente sobre os indicadores financeiros de rentabilidade de determinadas empresas.

Após a pesquisa do estado da arte sobre o tema, verificou-se, entretanto, carência de publicações e de material acadêmico sobre a DRA, que sejam de fácil interpretação e, ao mesmo tempo, didáticos. Logo, questiona-se: Qual a evidenciação dos seus resultados abrangentes pelas companhias brasileiras?

Para responder essa questão, o objetivo do presente trabalho é investigar a estrutura e divulgação da DRA pelas empresas de capital aberto em suas demonstrações financeiras, de acordo com a legislação atual (NBC e IAS). Sendo assim, busca-se, além de aumentar em quantidade e qualidade do material sobre o assunto, de certa forma, incentivar a produção de novas pesquisas.

O trabalho está organizado em mais três seções adicionais a essa introdução. A seção 2 aborda o referencial teórico, a qual contém tópicos sobre a convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional e os fundamentos teóricos sobre a Demonstração do Resultado Abrangente. A seção 3 apresenta a descrição dos procedimentos metodológicos utilizados (caracterização do tipo de pesquisa e da amostra de empresas selecionada) para atingir os objetivos do trabalho. Na seção 4 são apresentadas as análises e os resultados da pesquisa. E, finalmente, a seção 5 aborda as considerações finais sobre o estudo e sugere futuras investigações sobre o tema.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção estão dispostos os fundamentos teóricos sobre a Demonstração do Resultado Abrangente, contemplando os normativos contábeis que a estipulam.

### 2.1 Informações Contábeis e a Convergência das Normas Contábeis

Um sistema contábil deve ser capaz de produzir um conjunto básico e padronizado de informações úteis para um bom número de usuários. Ele deve ser capaz de comunicar usuário das informações contábeis, informações requeridas e adequadas às necessidades deste (IUDÍCIBUS, 1997).

O profissional contábil é o responsável por gerá-las, organizá-las e transmiti-las aos destinatários: (i) pertencente à organização: gestores, auditores internos ou (ii) não pertencente à organização: governo, auditores externos, credores, etc.. Os dois agentes (profissional contábil e destinatário) têm seus papéis bem definidos. A forma como a informação é tratada e disponibilizada porém, pode variar de acordo com o ambiente em que ambos estão inseridos.

A Contabilidade é uma ciência social e, por esse motivo, não pode ser analisada em desconjunção com o ambiente em que está inserida. Cada ambiente pode apresentar características que influenciem a formação de seu sistema contábil. Dessa forma, a



convergência das normas contábeis tornou-se importante na medida em que a interação entre empresas, governos, acionistas e outros *stakeholders*, de ambientes distintos, encontra-se em constante mutação e evolução (WEFFORT, 2005, NYAMA, 2008). Assim, embora a Contabilidade tenha o mesmo fim, em todos os países, os meios para que ele seja alcançado podem se tornar diferentes (SANTOS; FERNANDES; SCHMIDT, 2006; WEFFORT, 2005).

Alguns dos fatores que afetam a informação produzida podem ser visualizados no Quadro 1.

Razões Genéricas	Exemplos de Razões Específicas
Características e necessidades dos usuários das demonstrações contábeis	Nível de educação e sofisticação dos usuários; Tipo de sistema de financiamento; Características das empresas.
Características dos preparadores das demonstrações contábeis (contadores)	Sistema de educação profissional; <i>Status</i> , idade e tamanho da profissão contábil.
Modos pelos quais se pode organizar a sociedade sob a qual o modelo contábil se desenvolve	Sistema político; Sistema econômico; Sistema jurídico; Sistema fiscal.
Aspectos culturais	Valores culturais; Religião; Linguagem.
Outros fatores externos	Históricos; Geográficos; Laços econômicos e políticos.

Quadro 1 – Fatores que afetam a informação contábil

Fonte: Weffort (2005).

Considerando os fatores elencados e levando em consideração que na atual perspectiva a internacionalização dos mercados encontra-se em seu ápice, a competição global entre as empresas aumenta a cada ano. Exemplificando, pelos estudos do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - Cepea, o agronegócio brasileiro bateu seu recorde de receita com exportações – U\$ 101,5 bilhões em 2013 (BARROS; ADAMI; ZANDONÁ, 2014).

O mercado de capitais apresenta um aumento nas transações, desde a década de 1990, sendo de extrema importância que os profissionais contábeis disponibilizem informações que sejam úteis, comparáveis e transparentes para sua rede de usuários (RURALBR, 2014).

Antecipando-se a isso, a sociedade contábil internacional tomou iniciativa e, desde 1973, com a criação do *International Accounting Standards Committee* (IASC) que promulgou um número substancial de pronunciamentos, interpretações, e *frameworks* conceituais que foram base para estruturação contábil de muitos países,

em relação à convergência das normas contábeis em nível mundial. Em 2001 o IASC foi transformado em *International Accounting Standards Board* (IASB), que tem como atual missão o desenvolvimento, sem fins lucrativos, de normas internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards - IAS/International Financial Reporting Standard - IFRS*) para que as demonstrações contábeis atendam às necessidades dos seus usuários. Espera-se, por benefícios da existência do IASB, uma maior comparabilidade das informações contábeis produzidas pelas empresas de diferentes países, sendo possível a compreensão e interpretação de dados de companhias de diferentes ambientes (NYAMA, 2008).

No Brasil a convergência veio à tona um pouco mais tarde. As ações mais efetivas foram a criação da Lei nº 11.638/07 e, posteriormente, da Lei nº 11.941/09, que alteraram alguns dispositivos da legislação societária, a Lei nº 6.404/76 e também da Lei nº 6.385/76, sobre a autorização da realização de um convênio entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), organismo contábil destinado à emissão de normas às companhias de capital aberto e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tem por objetivos a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Pode-se dizer que, pela necessidade de apadronização das demonstrações financeiras ser cada vez maior, organismos como o IASB e o CPC se beneficiam disso e acabam se destacando. É o que escreve a Deloitte em seu relatório anual “IFRS ao seu alcance”:

[...] o IASB em sua curta história passou de um “*start-up* inovador internacional” para um “órgão regulador internacional que emitiu palavras que seriam escritas em linguagem de lei pelas nações do mundo”. Mais da metade das empresas Fortune Global 500 agora reportam usando IFRS (DELOITTE, 2014).

Atualmente o cenário da convergência das normas contábeis se encontra em constante progresso, porém, voltado agora para projetos e publicação de normativos mais específicos.

## **2.2 Apresentação das Demonstrações Financeiras**

Uma das principais normas emitidas pelo IASB é a IAS 1 – *Presentation of Financial Statements* (Apresentação das Demonstrações Financeiras), divulgada em 18 de dezembro de 2003. Ela estabelece os fundamentos gerais para demonstrações contábeis, incluindo como estas devem ser estruturadas, os requisitos mínimos do seu conteúdo e os conceitos básicos ligados ao assunto (*INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD, 2007*).

Quase quatro anos mais tarde, em 6 de setembro de 2007, uma versão revisada foi publicada, com seus efeitos valendo a partir de 1º de janeiro de 2009 e a adoção prévia permitida. Nessa versão, uma das principais alterações foi a inclusão dos Outros Resultados Abrangentes, cuja forma de apresentação poderia ser feita de duas maneiras: (i) separada, a Demonstração do Resultado Abrangente ou (ii) em uma única demonstração, em conjunto com a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

Em 2009, o projeto IASB denominado “Apresentação das demonstrações financeiras – outros resultados abrangentes”, tinha a proposta de eliminar a possibilidade de apresentação dos Outros Resultados Abrangentes separados da DRE. Sua proposta não foi cumprida, mas gerou mais uma alteração na IAS 1, que foi publicada em junho de 2011: ao invés de eliminar a forma de apresentação separada, ela revisou a forma com que os Outros Resultados Abrangentes são apresentados (*INTERNATIONAL ACCCOUNTING STANDARDS BOARD, 2007*).

Em 17 de julho 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, exercendo sua função de emissão de pronunciamentos, levando em conta o processo de convergência às normas internacionais, aprovou a criação do CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. O pronunciamento foi elaborado com base na IAS 1, conforme a própria instituição cita no seu termo de aprovação: O Pronunciamento foi elaborado a partir do IAS 1 – *Presentation of Financial Statements* (IASB), e sua aplicação, no julgamento do Comitê, produz reflexos contábeis que estão em conformidade com o documento editado pelo IASB (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTABILIDADE, 2009).

O CPC dispõe para fins de adoção de seus pronunciamentos técnicos, que seja referendado pelas entidades reguladoras brasileiras. Em 2009 o CFC aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em 2011, com a alteração ocorrida na norma internacional, as instituições brasileiras também tiveram que se adaptar. Foi o que ocorreu. O CPC publicou uma edição revisada o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e o CFC, através da Resolução CFC Nº 1.376/11 tratou de modificar a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a fim de que ela também sofresse as alterações ocorridas.

A CVM tem, entre seus principais objetivos, disciplinar o mercado de valores mobiliários e a atuação das companhias abertas (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2014). Para garantir ao público a confiabilidade das demonstrações contábeis e o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade, a CVM adota os pronunciamentos técnicos do CPC. Nesse sentido, a adoção do CPC 26 foi feita através da Deliberação Nº 595, de 15 de setembro de 2009 e do CPC 26 (R1) através da Deliberação Nº 676, de 13 de dezembro de 2011 (que também revogou a deliberação Nº 595/2009, fazendo uma “atualização” da normativa). Com isso, as companhias abertas ficaram obrigadas a apresentar a Demonstração do Resultado Abrangente junto as suas demonstrações financeiras, já que ela faz parte do conjunto completo de demonstrações contábeis disposto na norma.

### **2.3 Demonstração do Resultado Abrangente**

Nesta seção serão apresentados os conceitos e principais pontos da NBC relativos à Demonstração do Resultado Abrangente. A NBC TG 26 (R1), seguindo o modelo do IASB e do CPC, define os conceitos utilizados no pronunciamento e

apresenta duas definições para Resultado Abrangente:

Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários. [...] Resultado abrangente compreende todos os componentes da “demonstração do resultado” e da “demonstração dos outros resultados abrangentes” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

Essa segunda definição trata mais do conceito financeiro, considerando o resultado abrangente como o “lucro abrangente”. Os Outros Resultados Abrangentes compreendem

itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

Segundo Iudícibus (2010, p.4), os “outros resultados abrangentes” citados na norma são as variações do patrimônio líquido da entidade (reservas de reavaliação, certos ajustes de instrumentos financeiros, variações cambiais de investimentos no exterior e outros) que poderão transitar no futuro pelo resultado do período ou reconhecidos direto no Patrimônio Líquido das entidades.

Em termos de sua estrutura, o demonstrativo deve, no mínimo, incluir as seguintes rubricas (IUDÍCIBUS, 2010; CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011):

- a) o resultado líquido do período;
- b) cada item dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza (exceto montantes relativos ao item c);
- c) a parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método da equivalência patrimonial; e
- d) resultado abrangente do período.

A norma abre, ainda, possibilidade para criação de outras rubricas e contas, títulos e subtotais quando tal apresentação for relevante para compreensão do desempenho da entidade ou então para adaptar nomenclaturas à atividade da instituição (como pode ser o caso de uma instituição financeira, por exemplo).

Os componentes tratados em Outros Resultados Abrangentes incluem (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011):

- a) variações na reserva de reavaliação quando permitidas legalmente (NBC TG 27 – Ativo Imobilizado e NBC TG 04 – Ativo Intangível);
- b) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos conforme item 93A da NBC TG 33 – Benefícios a Empregados;
- c) ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior (NBC TG 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis);
- d) Ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda (NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração); e

e) efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa (NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

As referidas normas específicas, seguindo o exemplo da NBC TG 26, têm sua redação baseada em normas emitidas pelo IASB, que foram adaptadas através de pronunciamentos do CPC e adotadas como Norma Brasileira de Contabilidade pelo CFC, posteriormente.

Consta ainda, na NBC TG 26 (R1), que a Demonstração do Resultado Abrangente pode ser apresentada tanto (i) incluída na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), quanto (ii) através de relatório próprio, ou (iii) na DRE, sendo vedada a apresentação apenas na primeira forma (IUDÍCIBUS, 2010, p. 483).

Assim, a DRA evidencia de forma clara uma conciliação entre o resultado líquido do período, afetado pelos outros resultados abrangentes, decorrentes do tratamento contábil de outros fatos que não transitam pelo resultado no exercício de competência.

Exemplos da estrutura e evidenciação da DRA são evidenciados nos Quadros 2 e 3, respectivamente.

Descrição	Capital Social	[...]	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Consolidado
<b>Saldos Iniciais</b>					
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>					
<b>Lucro Líquido do Período</b>					
Ajustes Instrumentos Financeiros					
Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros					
Equivalência Patrimonial sobre ganhos abrangentes de coligadas					
Ajustes de Conversão do Período					
Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período					
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>					
Reclassificação. p/ Resultado – Ajustes Instrumentos Financeiros					
<b>Resultado Abrangente Total</b>					
Constituição de Reservas					
Realização da Reserva Reavaliação					
Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação					
[...]					
<b>Saldos Finais</b>					

Quadro 2 – Demonstração do Resultado Abrangente apresentada na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

[...] Outros subgrupos e mutações do patrimônio líquido

O Quadro 3 exemplifica a divulgação dos resultados abrangentes em demonstrativo próprio.

Demonstração do Resultado Abrange	Exercício x1	Exercício x0
<b>Resultado líquido do período</b>		
<b>(+/-) Outros resultados abrangentes</b>		
Variações na reserva de reavaliação		
Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido reconhecidos		
Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior		
Ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda		
Efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de <i>hedge</i> em <i>hedge</i> de fluxo de caixa		
<b>(+/-) Parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método da equivalência patrimonial</b>		
<b>(=) Resultado abrangente do período</b>		

Quadro 3 – Demonstração do Resultado Abrangente apresentada em relatório próprio

Fonte: Adaptado de CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (2011).

Cada item dos “outros resultados abrangentes”, ilustrados no Quadro 3, é composto de determinada forma e tem sua base normativa específica. A fim de fornecer subsídios teóricos ao receptor da informação contábil, cada item é analisado nas alíneas a seguir (IUDÍCIBUS, 2010, CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2013).

#### **a) Variações na reserva de reavaliação quando permitidas legalmente:**

Primeiramente cabe ressaltar que a reserva de reavaliação foi extinta por força da Lei nº 11.638/07, logo, as variações que ocorrerem nesta conta são referentes a seu saldo (BRASIL, 2007). Variações essas que podem ocorrer devido a reavaliações de bens do ativo imobilizado (as quais são tratadas pela NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado) ou do ativo intangível (as quais são tratadas pela NBC TG 04 – Ativo Intangível).

A reavaliação pode ocorrer desde que o item (tanto do imobilizado como do intangível) já tenha sido reconhecido com ativo. Ela tem por fim apresentar seu valor contábil (do item) sem divergência em relação ao seu valor justo na data de divulgação, obtido no mercado ativo (IUDÍCIBUS, 2010).

Caso não exista mercado ativo ainda é possível verificar seu valor justo através de cálculos de especialistas. Já a reavaliação de ativos intangíveis se apresenta mais difícil, já que nem sempre há um mercado ativo para determinado item.



Nestes casos é feita uma recomendação no item 81 da NBC TG 04: “Caso um ativo intangível em uma classe de ativos intangíveis reavaliados não possa ser reavaliado porque não existe mercado ativo para ele, deve ser reconhecido pelo custo menos a amortização acumulada e a perda por desvalorização.” (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2013).

A Reserva de Reavaliação é reconhecida em contrapartida da reavaliação dos ativos imobilizado e intangível quando (IUDÍCIBUS, 2010):

- a. O valor contábil do ativo aumentar em virtude da reavaliação. Esse aumento deve ser creditado diretamente à conta própria do patrimônio líquido.
- b. O valor contábil diminuir em virtude da reavaliação. Essa diminuição deve ser debitada diretamente à conta própria do patrimônio líquido, até o seu limite (após isso, ou caso não houver saldo, deve ser reconhecida em resultado).

As normas (NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado e NBC TG 04 – Ativo Intangível) instruem o procedimento contábil de transferência do saldo relativo à reavaliação para lucros acumulados:

O saldo relativo à reavaliação acumulada do item do ativo imobilizado/intangível incluído no patrimônio líquido somente pode ser transferido para lucros acumulados quando a reserva é realizada. As transferências para lucros acumulados não transitam pelo resultado.

Em decorrência da transferência não transitar pelo resultado, conforme supracitado, essa receita/despesa referente à reavaliação de ativos não sensibiliza a Demonstração do Resultado do Exercício. Logo, através da Demonstração do Resultado Abrangente é possível dar ao usuário uma visão do resultado da empresa com essas variações inclusas.

#### **b) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido:**

Primeiramente, cabe estabelecer o que são “Planos de pensão com benefício definido”. Segundo a NBC TG 33 – Benefícios a Empregados os conceitos acerca do assunto são os seguintes:

Benefício a empregado: toda forma de compensação proporcionada aos empregados de determinada empresa em troca dos serviços prestados por esses empregados.

Plano de benefício definido: é o plano de benefício pós-emprego (que será pago após o período de emprego) em que as contribuições são calculadas de forma a garantir – podendo, assim, podem serem alteradas - que o pagamento dos benefícios seja feito (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2013).

A empresa que opta por criar um plano de benefícios definidos deve, conforme a norma citada acima, mensurar seus ganhos ou perdas atuariais. Essa mensuração pode ser feita do modo indicado na norma ou então através de qualquer método que permita reconhecimento mais rápido desses ganhos ou perdas (contando que a mesma base seja aplicada tanto para ganhos como para perdas e que seja aplicada constantemente a cada exercício).

Há então, dependendo do método que a empresa utiliza para mensurar seus ganhos e perdas atuariais, um impacto da taxa de juros da economia e outros indicadores que balizam os investimentos. Nogueira da Costa (2013) explica:

Se uma taxa real mais baixa torna mais difícil para cada pessoa acumular recursos para sua aposentadoria – exigindo mais economia, mais tempo de acumulação e diversificação -, o mesmo se aplica, em escala muito maior, para empresas que se comprometeram a pagar valores fixos como remuneração a milhares de empregados depois do desligamento por tempo de serviço. Ou seja, a reserva que o fundo de pensão precisa ter hoje para pagar os benefícios ao longo do tempo tem de ser maior do que em um cenário de juros mais altos.

Caso a empresa opte pela segunda opção, (adotar uma política própria de mensuração de ganhos ou perdas atuariais), ela pode reconhecê-los em Outros Resultados Abrangentes, na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme descrito no item 93A.

### **c) Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior:**

A NBC TG 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis estabelece que, caso a empresa precise converter suas demonstrações contábeis para determinada moeda, a fim de realizar uma consolidação de demonstrações. A entidade deve seguir as seguintes etapas (VENDRUSCOLO; NASCIMENTO, 2013):

1. Ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado (incluindo os balanços comparativos) devem ser convertidos, utilizando-se a taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço;
2. Receitas e despesas para cada demonstração do resultado abrangente ou demonstração do resultado apresentada (incluindo as demonstrações comparativas) devem ser convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações; e
3. Todas as variações cambiais resultantes devem ser reconhecidas em outros resultados abrangentes.

### **d) Ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda:**

A NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece, que após o reconhecimento inicial, a empresa deve mensurar seus ativos financeiros, incluindo derivativos que sejam ativos, pelos seus valores justos sem nenhuma dedução dos custos de transação que possa incorrer na venda ou em outra alienação. O ganho ou perda decorrente da alteração no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda deve ser reconhecido na Demonstração do Resultado Abrangente - exceto nos casos de perda no valor recuperável e de ganhos e perdas cambiais - até que o ativo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou a perda cumulativo anteriormente reconhecido com outros resultados abrangentes deve ser reconhecido no resultado.

### **e) Efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa:**

Também tratada na NBC TG 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, uma operação de *hedge* só pode ser contabilizada caso preencha alguns requisitos dispostos na norma, tais como existir documentação formal, objetivo e estratégia da gestão de riscos em relação ao instrumento, identificação do risco a ser coberto, entre outros. Para os *hedge* de fluxo de caixa, o requisito é que a transação objeto do *hedge* – que vai ganhar “cobertura” – seja altamente provável e apresente exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam, em última análise, afetar o resultado. A parte do ganho ou perda resultante do *hedge* deve ser reconhecida diretamente em Outros resultados abrangentes.

É destacado que os itens dos Outros Resultados Abrangentes devem ser apresentados líquidos dos seus respectivos efeitos tributários ou então antes de seus respectivos efeitos tributários, sendo apresentado em um montante único o efeito tributário total relativo a esses componentes.

## **3 I PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para atingir os objetivos do presente trabalho foram utilizados os procedimentos metodológicos de pesquisa que são descritos nessa seção. Segundo Gil (2007, p. 17), uma pesquisa compreende

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

### **3.1 Classificação da Pesquisa**

Quanto à natureza a pesquisa é aplicada, visto que visa gerar conhecimento para aplicação prática da área contábil sobre a Demonstração do Resultado Abrangente. No caso desse demonstrativo, há um *gap* no que se refere a trabalhos acadêmicos e até mesmo de referências bibliográficas sobre o assunto. Quanto à abordagem do problema a pesquisa é qualitativa, pois a partir de uma base de dados, busca-se investigar as informações divulgadas da Demonstração do Resultado. Em relação aos seus objetivos é descritiva ao estabelecer comportamentos das entidades analisadas através da estrutura e dos conteúdos do demonstrativo (TRIVIÑOS, 1987).

No tocante aos procedimentos técnicos, a pesquisa empregou os procedimentos bibliográficos e documentais. O estudo foi desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos - embora escassos sobre o tema, além de reportagens de revistas, sítios e outras fontes especializadas na área; e, principalmente, dos demonstrativos contábeis de companhias de capital aberto (GIL, 2010, p. 44; FONSECA, 2002, p. 32).

### 3.2 População, Amostra e Coleta de Dados

A população da pesquisa são as empresas de capital aberto com ações listadas na B3, bolsa de valores do Brasil. A amostra foi selecionada pelas empresas que compõem o Índice Brasil 50, mais conhecido como IBRX -50. Esse índice mede o retorno total de uma carteira teórica composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas na B3 em termos de liquidez, ponderadas na carteira pelo valor de mercado das ações disponíveis à negociação (BM&F BOVESPA, 2014).

Em 17 de maio de 2014, data utilizada para seleção da amostra, a carteira que compunha o índice IBRX -50, era composta pelos setores econômicos e ativos, descritos na Tabela 1. Analisando a listagem, percebe-se que algumas empresas possuem mais de uma ação (é o caso da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás, Vale S.A. e da Banco Bradesco S.A.). Sendo assim, a amostra das companhias de capital aberto analisadas nesse estudo, composta por 47 empresas integrantes do índice IBRX -50.

Os dados analisados foram as informações de resultados abrangentes contidas nas Demonstrações do Resultado Abrangente (DRA) e nas Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) da amostra, extraídos das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) das empresas disponíveis no sítio da CVM, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Após a extração das DFP de todas as companhias selecionadas, foram analisados os seguintes pontos: se a companhia divulga a DRA (sim ou não), qual sua forma de apresentação (dentro da DMPL, separada ou em ambas), quais itens dos Outros resultados abrangentes estão divulgados, se apresenta esses itens líquidos de imposto ou com imposto destacado, bem como a variação do Resultado Líquido Consolidado do Período para o Resultado Abrangente Consolidado do Período. Os resultados dessa análise estão apresentados na próxima seção.

Setor	Empresa	Código da Ação
Bens industriais	Embraer S.A.	EMBR3
Construção e Transporte	CyrelaBrazilRealty S.A. Empreend e Part	CYRE3
	Gafisa S.A.	GFSA3
	MRV Engenharia e Participações S.A.	MRVE3
	PDG Realty S.A. Empreend e Part	PDGR3
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR S.A)	CCRO3
	Petróleo Brasileiro S.A. Petróleo Brasileiro S.A.	PETR3 PETR4
Consumo Não Cíclico	BRF S.A.	BRFS3
	Cosan S.A. Indústria e Comércio	CSAN3
	JBS S.A.	JBSS3
	Ambev S.A.	ABEV3
	Companhia Brasileira de Distribuição Natura Cosméticos S.A.	PCAR4 NATU3

	Hypermarcas S.A.	HYPE3
Consumo Cíclico	Lojas Americanas S.A.	LAME4
	Lojas Renner S.A.	LREN3
	Cia Hering.	HGTX3
	Anhanguera Educacional Participações S.A.	AEDU3
	Estácio Participações S.A.	ESTC3
	Kroton Educacional S.A.	KROT3
	Localiza Rent a car S.A.	RENT3
Materiais Básicos	Fibria Celulose S.A.	FIBR3
	Klabin S.A.	KLBN11
	Suzano Papel e Celulose S.A.	SUZB5
	Vale S.A.	VALE3
	Vale S.A.	VALE5
	Braskem S.A.	BRKM5
	Gerdau S.A.	GGBR4
	CIA Siderurgica Nacional Usiminas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.	CSNA3 USIM5
Financeiro e Outros	BR Malls Participações S.A.	BRML3
	BR Properties S.A.	BRPR3
	Bradespar S.A.	BRAP4
	Ultrapar Participações S.A.	UGPA3
	Banco Bradesco S.A.	BBDC3
	Banco Bradesco S.A.	BBDC4
	Banco do Brasil S.A.	BBAS3
	Itaúsa Investimentos Itau S.A.	ITSA4
	Itaú Unibanco Holding S.A.	ITUB4
	Banco Santander (Brasil) S.A.	SANB11
	BB Seguridade Participações S.A.	BBSE3
	BM&F Bovespa S.A.	BVMF3
	Cetip S.A. - Mercados Organizados	CTIP3
Cielo S.A.	CIEL3	
Telecomunicações	Oi S.A.	OIBR4
	Telefonica Brasil S.A.	VIVT4
	Tim Participações S.A.	TIMP3
Utilidade Pública	CIA Saneamento Básico Estado de São Paulo	SBSP3
	CIA Energética de Minas Gerais - CEMIG	CMIG4

Tabela 1 – Composição do índice IBrX-50 em 17 de maio de 2014

Fonte: Elaborado a partir da Comissão de Valores Mobiliários (2014).

#### 4 | ANÁLISE DOS DADOS

Constatou-se, após análise, que a totalidade das companhias analisadas (47) apresenta a Demonstração do Resultado Abrangente em sua Demonstração Financeira Padronizada, estando elas, assim, de acordo com as normas da entidade que as regula: a CVM. As empresas que apresentaram valores em Outros Resultados Abrangentes divulgaram tanto na forma separada e na modalidade inserida na DMPL. Já as empresas que não apresentaram valores divulgaram apenas da forma separada,

conforme opção prevista no referencial teórico.

A Tabela 2 apresenta as empresas (10, 21% do total analisado) que não apresentaram valores no título “Outros Resultados Abrangentes”, o que não significa que essas empresas estejam omitindo informações. As despesas e receitas das empresas no período foram apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício e todas alterações em seu Patrimônio Líquido podem ser verificadas através da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

<b>Companhias</b>	<b>Código da Ação</b>
Gafisa S.A.	GFSA3
MRV Engenharia e Participações S.A.	MRVE3
Companhia Brasileira de Distribuição	PCAR4
Hypermarcas S.A.	HYPE3
Anhanguera Educacional Participações S.A.	AEDU3
Estácio Participações S.A.	ESTC3
Kroton Educacional S.A.	KROT3
Localiza Rent a Car S.A.	RENT3
BR Malls Participações S.A.	BRML3
BR Properties S.A.	BRPR3

Tabela 2 – Companhias sem valores em Outros Resultados Abrangentes

Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2014).

Estão na relação acima todas as empresas do setor de Consumo Cíclico da amostra voltadas para a área educacional (Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A. e Kroton Educacional S.A.) – que são prestadoras de serviço. Ou seja, pode-se constatar que nesse setor e nesse tipo de atividade não ocorreram, comumente, operações relacionadas com os itens dos Outros Resultados Abrangentes.

Na sequência, foram analisadas as 37 empresas que apresentam valores no título Outros Resultados Abrangentes. Apurou-se que 25 empresas (68%), com valores no título Outros Resultados Abrangentes, apresentam ganhos ou perdas derivados da conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior. Essas empresas são, em sua maioria, multinacionais do setor de Materiais Básicos (no qual estão inseridas Vale S.A., Braskem S.A., Gerdau S.A. e Petróleo Brasileiro S.A.) e do setor Financeiro e Outros (no qual estão inseridas BM&F Bovespa S.A., Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco Holding S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.).

Destaca-se que 23 empresas (62%) têm ganhos ou perdas referentes a planos de pensão com benefício definido. Conforme descrito na seção 2, aliena b, a taxa de juros da economia e outros indicadores que balizam investimentos afetam diretamente esse item.

Outras rubricas também foram apresentadas pelas empresas: “ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de investimentos” e “parcela de outros resultados



abrangentes de controladas” foram os que mais apareceram.

Os itens que as empresas mais divulgaram na rubrica Outros Resultados Abrangentes, estão evidenciados na Figura 1.

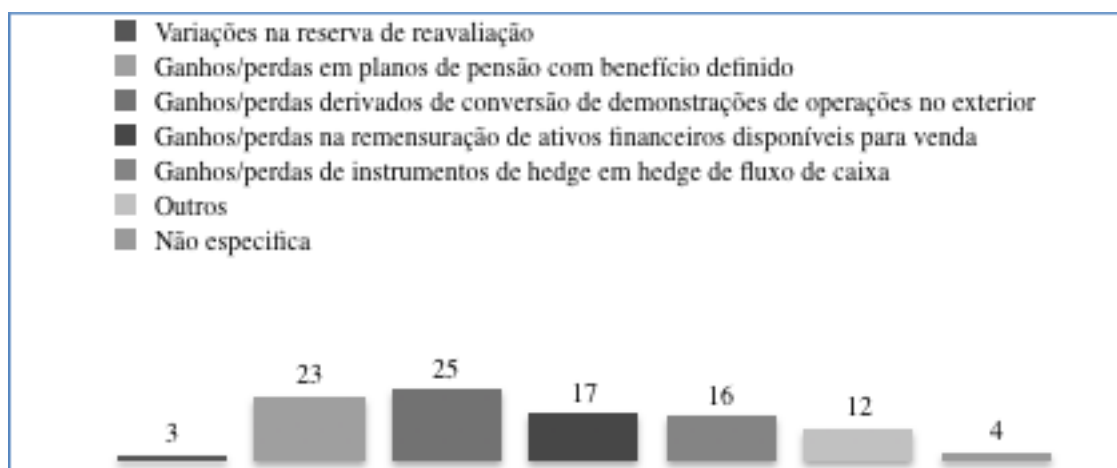


Figura 1 – Itens dos Outros Resultados Abrangentes apresentados

Legenda apresentada na mesma ordem do gráfico

Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2014).

Outros itens apurados são os ganhos ou perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda (17 das 37 empresas – 46%) e ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa (16 das 37 empresas – 43%). Os setores que mais apresentam esses itens são o de Materiais Básicos, com suas multinacionais, e o Financeiro e Outros, com seus bancos e instituições ligadas ao mercado financeiro.

Adicionalmente, a Figura 1 ilustra que 4 empresas (Natura Cosméticos S.A., BB Seguridade Participações S.A., Tim Participações S.A. e CIA Saneamento Básico Estado de São Paulo) apresentaram em sua DRA valores totais a título de Outros Resultados Abrangente, sem especificarem quais os itens que compõem o montante.

Em termos numéricos, as variações provocadas pelos Outros resultados abrangentes entre o Lucro Líquido Consolidado do Período e o Resultado Abrangente Consolidado do Período não são uniformes. Há empresas em que a variação absoluta não chega a 1%, enquanto em outras ultrapassa os 100%. Abaixo as menores e maiores variações registradas estão apresentadas nas Tabelas 3 e 4, respectivamente.

Companhia	Lucro Líquido Consolidado*	Outros resultados abrangentes*	Resultado abrangente consolidado*	Variação absoluta
Cielo S.A.	2.680.676	469	2.681.145	0,02%

Lojas Americanas S.A.	402.617	-151	402.466	0,04%
Tim Participações S.A.	1.505.614	2.245	1.507.859	0,15%
Cetip S.A. - Mercados Organizados	360.778	-822	359.956	0,23%
Telefonica Brasil S.A.	3.715.945	13.321	3.729.266	0,36%
Cyrela Brazil Realty S.A. Empreend e Part	893.999	-6.461	887.538	0,72%
BB Seguridade Participações S.A.	2.473.752	-21.787	2.451.965	0,88%

Tabela 3 - Variações em relação ao resultado líquido do exercício inferiores a 1%

\* valores em R\$ mil

Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2014).

Empresa	Lucro Líquido Consolidado*	Outros resultados abrangentes*	Resultado abrangente consolidado*	Variação absoluta
Gerdau S.A.	1.693.702	1.989.531	3.683.233	117,47%
Embraer S.A.	786.410	1.030.110	1.816.520	130,99%
Braskem S.A.	507.038	-1.386.297	-879.259	273,41%
Bradespar S.A.	-47.709	386.479	338.770	810,08%
Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S.A.	16.791	147.848	164.639	880,52%
Vale S.A.	-257.964	8.488.736	8.230.772	3290,67%

Tabela 4 – Variações superiores a 100%

\* valores em R\$ mil

Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2014).

As informações constantes nas Tabelas 3 e 4 ilustram a relevância da apresentação da DRA para avaliação do desempenho consolidado da entidade, uma vez que o efeito de suas informações afetam o resultado das companhias analisadas de forma variada. Conforme preconizado em estudos anteriores (WEFFORT, 2005, SANTOS; FERNANDES; SCHMIDT, 2006; NYAMA, 2008), cada ambiente setorial apresenta características que influenciem o sistema contábil.

Os resultados da análise de dados também evidenciaram que 26 empresas, correspondente a 70%, apresentam os itens do demonstrativo já líquidos de efeitos tributários e o restante (11 empresas – 30%) em rubricas redutoras. Tais fatos estão em consonância como referencial teórico apresentado (IUDÍCIBUS, 2010; CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

A Tabela 5 evidencia as empresas que apresentam itens dos Outros Resultados Abrangentes antes dos efeitos tributários.

Companhia	Código da Ação	Segmento Governança Corporativa
BRF S.A.	BRFS3	Novo Mercado
Lojas Renner S.A.	LREN3	Novo Mercado

Banco Bradesco S.A.	BBDC3	Nível 1
Banco do Brasil S.A.	BBAS3	Novo Mercado
Banco Santander (Brasil) S.A.	SANB11	Nível 2
BM&F Bovespa S.A.	BVMF3	Novo Mercado
Cetip S.A. - Mercados Organizados	CTIP3	Novo Mercado
Braskem S.A.	BRKM5	Nível 1
Gerdau S.A.	GGBR4	Nível 1
Petróleo Brasileiro S.A.	PETR3	-
Telefonica Brasil S.A.	VIVT4	-

Tabela 5 – Empresas que apresentam itens dos Outros Resultados Abrangentes antes dos efeitos tributários

Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2014).

Percebe-se, através da listagem constante na Tabela 5, que praticamente a totalidade das empresas está inserida em níveis de governança corporativa da B3. Esse fato explica, de certa forma, a intenção das entidades em fazer com que suas demonstrações sejam mais transparentes para análise de seus *stakeholders*.

Em síntese, pela análise realizada nesse estudo, conclui-se que a divulgação das naturezas e dos montantes relativos às transações que transitam por Outros Resultados Abrangentes, conforme preconizado na IAS 1, e nas demais IFRS específicas que estabelecem o tratamento contábil, fornecem subsídios relevantes aos usuários das informações contábeis para a tomada de decisão.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica que revelou escassos materiais disponíveis sobre o tema (sendo esses compostos, principalmente, por trabalhos de grandes empresas de auditoria) e pelas normas internacionais e nacionais de Contabilidade. Após, analisou-se um grupo composto por 47 empresas que compõem o índice IBrX-50 da B3 para verificar a evidenciação da DRA. Assim, o presente trabalho integrou a pesquisa teórica com dados empíricos ao investigar a Demonstração do Resultado Abrangente da amostragem e relacionar com o grupo de normativas que a fundamenta.

Constatou-se que a Demonstração do Resultado Abrangente, apesar da divulgação obrigatória apenas para empresas de capital aberto, traz aos usuários da Contabilidade informações contábeis relevantes sobre operações realizadas pelas empresas. O item dos Outros Resultados Abrangentes “Ganhos ou perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido”, por exemplo, expõe o risco atuarial das empresas que dispõem esse tipo de benefício aos seus empregados. Neste caso, como citado no trabalho, há uma forte influência da taxa de juros da economia. Sendo assim, faz-se essencial a divulgação desta informação no resultado abrangente da

entidade.

A DRA ao divulgar o “Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior”, possibilita informações abrangentes do resultado consolidado condizente com as paridades entre as diferentes moedas.

Quanto mais amplo o detalhamento dos Outros Resultados Abrangentes mais transparente se torna a Demonstração Financeira Padronizada da empresa e maior consonância com os padrões internacionais de Contabilidade ela vai apresentar. Relaciona-se, também, a divulgação dessas operações com o nível de governança corporativa, através do qual as empresas buscam fornecer aos seus *stakeholders* alto padrão de qualidade das suas informações publicadas ao mercado.

Através da análise dos dados das empresas da amostra selecionada foi possível perceber a existência de um movimento em direção a esse alto padrão de qualidade de informação contábil, visto que grande parte das empresas apresenta a DRA de forma clara e concisa, inclusive com os efeitos tributários destacados.

A qualidade da evidenciação contábil da DRA permite uma maior comparabilidade das informações contábeis produzidas pelas empresas e facilita o processo de tomada de decisões pelos usuários. Ela decorrente da divulgação detalhada de mutações no patrimônio líquido das entidades resultantes de transações e outros eventos ocorridos no período, que não afetaram seu resultado.

O presente estudo não pretende ser definitivo. Muito pelo contrário, abre a possibilidade de confecção de novos estudos sobre a temática. Suscita investigações sobre alterações no resultado abrangente do período, decorrentes de fatores ambientais diversos que afetam a informação contábil. Sendo assim, sugerem-se pesquisas que investiguem a divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente em empresas de capital aberto de outros países, fazendo uma análise comparativa entre os itens mais evidenciados, com os apresentados nas companhias abertas brasileiras.

## REFERÊNCIAS

BARROS, G. S. C.; ADAMI, A. C. O.; ZANDONÁ, N. F. Faturamento e volume exportado do agronegócio brasileiro são recordes em 2013. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada** - Cepea, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/macro/>>. Acesso em: 23 jun 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Companhias abertas**. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 17 mai 2014.

\_\_\_\_\_. **CADERNOS CVM**. Rio de Janeiro, 2014. Disponíveis em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 17 mai 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC-TG 02 (R1) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis**. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG02\(R1\).doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG02(R1).doc)>. Acesso em: 15 mar 2014.

\_\_\_\_\_. **NBC-TG 04 (R1) – Ativo Intangível**. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG04\(R1\).doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG04(R1).doc)>. Acesso em: 15 mar 2014.

\_\_\_\_\_. **NBC-TG 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.** Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26\(R1\).doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG26(R1).doc)>. Acesso em: 15 mar 2014.

\_\_\_\_\_. **NBC-TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado.** Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG27\(R1\).doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG27(R1).doc)>. Acesso em: 12 abr 2014.

\_\_\_\_\_. **NBC-TG 33 (R1) – Benefícios a empregados.** Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_1425.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1425.doc)>. Acesso em: 12 abr 2014.

\_\_\_\_\_. **NBC-TG 38 (R1) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.** Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_1196.doc](http://www.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1196.doc)>. Acesso em: 12 abr 2014.

CURSINO, G. M.; LEMES, S.; BOTINHA, R. A. **Efeito do Resultado Abrangente nos Indicadores de Desempenho das Companhias Abertas Brasileiras.** In: XI CONGRESSO USP INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE. São Paulo, *Anais ...* São Paulo: Congresso USP, 2014.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU LIMITED. **IFRS ao seu alcance.** 2013. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/en/publications/brazil/other/iyp-smes-2013>>. Acesso em: 23 jun 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais.** São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. **IAS 1 – Presentation of Financial Statements.** Londres: IASB, 2007.

NYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional.** São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A.; SCHMIDT, P. **Fundamentos da Contabilidade Internacional.** 1. ed, vol. 12. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, J. L.; FERNANDES, L. A.; SCHMIDT, P. **Harmonização das normas internacionais de contabilidade.** In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. Disponível em: <[http://www.aedb.br/seget/artigos09/58\\_HARMONIZACAO\\_DAS\\_NORMAS\\_INTERNACIONAIS\\_DE\\_CONTABILIDADE.pdf](http://www.aedb.br/seget/artigos09/58_HARMONIZACAO_DAS_NORMAS_INTERNACIONAIS_DE_CONTABILIDADE.pdf)>. Acesso em: 15 mar 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VENDRUSCOLO, M. I.; NASCIMENTO, A. M. Conversão de balanços para moeda estrangeira. In: NASCIMENTO, A. M.; REGINATO, L. **Controladoria: um enfoque da eficácia organizacional.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a Harmonização Contábil Internacional.** São Paulo: Atlas, 2005.

WEFFORT, E. F. J. **Exportação do agronegócio é recorde em 2013 e eleva superávit do Brasil.** Disponível em: <<http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2014/02/exportacao-do-agronegocio-e-recorde-em-2013-e-eleva-superavit-do-brasil-4412770.html>>. Acesso em: 14 jun 2014.





## DETERMINANTES DE *REAL EARNINGS MANAGEMENT*: O CASO DAS EMPRESAS NÃO COTADAS EUROPEIAS

**Cristina Gaio**<sup>1</sup>

Advance/CSG, ISEG, Universidade de Lisboa

**Tiago Gonçalves**

Advance/CSG, ISEG, Universidade de Lisboa

**Ana Castelhana**

ISEG, Universidade de Lisboa

**RESUMO:** Este estudo pretende analisar os determinantes da prática de real earnings management (REM) nas empresas não cotadas. Para tal, foram estudadas 9.378 empresas não cotadas da União Europeia, para um período de análise compreendido entre 2005 a 2014. Como medidas de REM, foram usadas os *abnormal levels* do *cash flow* operacional e do custo de produção, com base na metodologia desenvolvida por Roychowdhury (2006). Os resultados sugerem que o setor de actividade, o nível de endividamento, as oportunidades de crescimento, a rendibilidade do activo, o passivo corrente operacional, o nível de inventário e clientes e a dimensão da empresa constituem importantes determinantes à prática de REM. Concluiu-se ainda que as empresas auditadas por uma *Big4* apresentam menor tendência para gerirem os resultados de forma ascendente. Este estudo contribui para a ainda

escassa literatura em REM bem como para a, igualmente escassa, literatura que analisa a qualidade do relato financeiro das empresas não cotadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** gestão por operações reais, empresas não cotadas, empresas europeias

**ABSTRACT:** This study analyses the determinants of real earnings management (REM) of unlisted firms. Using a sample of 9,378 unlisted firms in the European Union for the period between 2005 and 2014, we tested the methodology developed by Roychowdhury (2006), based on abnormal levels of cash flow from operations and abnormal production costs, the most common metrics used to calculate REM. Results suggest that industry, leverage, growth opportunities, return on assets, current operating liabilities, level of inventory and receivables as well as size determine the practice of REM. We also conclude that firms audited by the Big4 have lower levels of income-increasing earnings management. Our paper contributes to literature on REM as well as to the scarce literature on financial reporting quality of unlisted firms.

**KEYWORDS:** real earnings management, unlisted firms, European firms

<sup>1</sup> \* Corresponding author address: ISEG, Rua Miguel Lupi 20, 1249-078 Lisboa, Portugal. E-mail: [cgaio@iseg.ulisboa.pt](mailto:cgaio@iseg.ulisboa.pt). Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto de financiamento com a Referência UID/SOC/04521/2013.

## 1 | INTRODUÇÃO

No início do século XXI, com a ocorrência de vários escândalos financeiros, nomeadamente os casos da Enron e da WorldCom nos E.U.A. e da Parmalat na Europa, intensificou-se a preocupação em torno da qualidade do relato financeiro prestado pelas empresas, afetando a confiança dos investidores e o bom funcionamento dos mercados financeiros.

Apesar do esforço dos organismos de normalização contabilística, nacionais e internacionais, na elaboração de um conjunto de normas que permita que a contabilidade proporcione uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das empresas, os normativos continuam a possibilitar alguma flexibilidade na aplicação e escolha de políticas contabilísticas, possibilitando assim a prática de gestão de resultados (*Earnings Management*) por parte dos gestores.

Estudos anteriores referem que existem duas formas distintas de efetuar gestão de resultados. Por um lado, existe o *accruals-based earnings management* (AEM), baseado no uso de estimativas e de juízos de valor na aplicação das normas contabilísticas; e por outro, o *real earnings management* (REM), quando os gestores executam ações que alteram o período de execução e/ou a estruturação de uma operação, investimento ou financiamento (GUNNY, 2010). Ambas as formas de gestão de resultados envolvem tentativas dos gestores para aumentarem ou diminuïrem o resultado reportado. No entanto, os AEM não têm efeito sobre as atividades operacionais enquanto as práticas de REM afetam as atividades operacionais e os *cash flows* da empresa (GUNNY, 2010).

Apesar dos numerosos estudos sobre gestão de resultados, a literatura existente é maioritariamente direcionada para as empresas cotadas e com base na análise de AEM. Neste sentido, e dada a crescente preocupação em torno da prática e das consequências económicas de REM (ROYCHOWDHURY, 2006), torna-se relevante estudar quais os determinantes que levam os gestores à prática deste tipo de gestão de resultados nas empresas não cotadas que, na realidade, representam a maioria do tecido empresarial europeu. Para tal, foram estudadas 9.378 empresas não cotadas da União Europeia (U.E), durante um período de 10 anos (2005-2014). Para o cálculo da medida de REM foi utilizada a metodologia desenvolvida por Roychowdhury (2006).

Os principais resultados sugerem que o setor de atividade, o nível de endividamento, as oportunidades de crescimento, a rendibilidade do ativo, o passivo corrente operacional, o nível de inventário e de clientes e a dimensão da empresa constituem importantes determinantes da prática de REM. Os resultados sugerem também que as empresas auditadas por uma *Big4* apresentam menor tendência para gerirem os resultados de forma ascendente.

Este estudo encontra-se dividido em cinco secções. Na segunda secção é feito

uma breve revisão da literatura e formuladas as hipóteses de estudo. Na terceira secção, é caracterizada a amostra e apresentada a metodologia. Na quarta secção temos a análise e discussão dos resultados, e por fim, na quinta, são apresentadas as conclusões, as limitações do estudo e algumas sugestões para pesquisas futura.

## 2 | REVISÃO DA LITERATURA

Nos últimos anos foram publicados diversos estudos sobre gestão de resultados, sendo estes maioritariamente direccionados para os AEM e referentes a empresas cotadas em bolsa. De facto, estudos sobre a prática de REM, bem como sobre o relato financeiro de empresas não cotadas, são ainda escassos na literatura. Dos poucos estudos que investigam a gestão de resultados nas empresas não cotadas destacam-se os estudos realizados por Ball e Shivakumar (2005), Burgstahler et al. (2006) e Tendeloo e Vanstraelen (2008).

Ball e Shivakumar (2005) analisaram a qualidade dos resultados nas empresas cotadas e não cotadas do Reino Unido e concluem que o nível de conservadorismo é substancialmente menor nas empresas não cotadas. Burgstahler et al. (2006) examinaram a gestão de resultados numa amostra de empresas europeias cotadas e não cotadas, concluindo que as empresas cotadas apresentam menores níveis de gestão de resultados. Os resultados também apontam para um menor nível de gestão de resultados em países com sistemas legais mais eficazes, tanto nas empresas cotadas como nas não cotadas. Já Tendeloo e Vanstraelen (2008) estudaram a gestão de resultados e qualidade de auditoria em empresas europeias não cotadas, concluindo que as empresas auditadas por uma *Big4* envolvem-se menos em práticas de gestão de resultados quando comparado com as empresas auditadas por uma não *Big4*. Porém, os autores defendem que este argumento só é válido em países com um alinhamento fiscal elevado, onde a probabilidade de deteção pelas autoridades fiscais de uma falha por parte dos auditores é maior. Os autores, à semelhança de Burgstahler et al. (2006), também constataram que as empresas situadas em países com um forte ambiente legal envolvem-se menos em gestão de resultados.

### 2.1 REM versus AEM

De acordo com Zang (2012), AEM consiste na alteração de métodos contabilísticos ou estimativas utilizadas na apresentação de uma determinada transação nas demonstrações financeiras, assim como a aplicação incorreta dos princípios contabilísticos da materialidade, da prudência e do acréscimo. Os gestores podem também manipular os resultados através de técnicas de REM que, segundo Roychowdhury (2006), consiste em ações que desviam a empresa do seu funcionamento normal, levadas a cabo pela gestão, com o objetivo de alcançar certo nível de resultados, induzindo os *stakeholders* a acreditarem que os resultados alcançados foram obtidos no curso normal do negócio.

Roychowdhury (2006) fornece evidência que os gestores evitam relatar perdas anuais ou não atingir as previsões dos analistas através de práticas de REM, nomeadamente: (1) manipulação das vendas, aumentando as vendas oferecendo descontos de preços e/ou condições de crédito mais favoráveis; (2) superprodução, quando a empresa manipula os seus resultados produzindo mais do que o necessário para responder à procura esperada, reduzindo assim o custo das vendas, de forma a obter melhores margens operacionais; e finalmente; (3) redução de despesas discricionárias (despesas de I&D, publicidade e SG&A) para melhorar as margens reportadas. Segundo o autor, esta situação é mais verosímil de ocorrer quando tais despesas não geram receitas e lucros de uma forma imediata.

Vários outros estudos fornecem evidência de que os gestores reduzem as despesas discricionárias e o custo das vendas para alcançar as metas pretendidas. Baber et al. (1991) apresentam resultados que sugerem que as despesas de I&D são significativamente menores quando as despesas comprometem a capacidade de comunicar um resultado positivo ou de apresentar um acréscimo relativamente ao período anterior. Dechow e Sloan (1991) mostram que regra geral, os CEO's reduzem as despesas de I&D nos últimos anos do seu cargo, de forma a aumentar os resultados no curto prazo. Bens et al. (2002) demonstram que os gestores reduzem as despesas de I&D e de capital quando, devido à prática de stock options, ocorre diluição dos resultados por ação. Cheng (2004) fornece evidência de que os sistemas de remuneração da administração incentiva de forma oportunista a manipular os gastos em I&D e ajusta os pacotes de remuneração dos gestores de forma a mitigar os efeitos de REM. Por outro lado, Holthausen et al. (1995) concluíram que os gestores não reduzem as despesas de I&D, publicidade ou despesas de capital para aumentar o bônus remuneratório. Thomas e Zhang (2002) relatam indícios de superprodução nas empresas, pois sugerem que os gestores reduzem o custo das vendas relatado.

Zang (2012) analisou o *trade-off* entre AEM e REM, concluindo que as empresas utilizam mais AEM, uma vez que estas ações não afetam os *cash flows*, pelo menos diretamente, e enquanto REM é mais caro, devido ao facto das empresas apresentarem um *status* menos competitivo na indústria; apresentarem condições financeiras desfavoráveis, níveis mais elevados de monitorização dos investidores institucionais e incorrerem em maiores despesas fiscais no período corrente. Também Gunny (2010) sugere que em certas circunstâncias os gestores preferem AEM, uma vez que este tipo de estratégia pode ocorrer apenas no final do ano fiscal, quando é mais observável a necessidade de gestão de resultados, ao passo que REM deve ocorrer antes do final do ano fiscal.

No entanto, outros autores apresentam resultados opostos. A ideia de que as empresas se envolvem em REM é suportada por Graham et al. (2005) que, num estudo realizado com base em inquéritos e entrevistas a mais de quatrocentos executivos financeiros dos E.U., referem que 80% dos CFO's entrevistados afirmaram que, a fim de atender aos earnings benchmarks, tenderiam a reduzir despesas de

I&D, publicidade e vendas, enquanto 55% iriam adiar um novo projeto, sendo que ambas são REM. Cohen et al. (2008) também corroboram a tendência das empresas preferirem REM a AEM, pois apesar destas técnicas serem mais dispendiosas são provavelmente mais difíceis de detetar pelos auditores e reguladores. Também Roychowdhury (2006) aponta duas razões para os gestores preferirem REM: (1) a auditoria da empresa, dado que é pouco provável que os auditores discutam com a gestão sobre, por exemplo, a adoção de políticas de I&D; e (2) a impossibilidade de se atingir determinados objetivos somente através de REM.

A literatura também sugere que a aprovação da *Sarbanes-Oxley Act* (SOX) foi bem-sucedida em impedir AEM (AONO e GUAN, 2007; ZHOU, 2007; COHEN et al., 2008). Concretamente, Cohen et al. (2008) investigaram o comportamento de AEM e REM antes e depois da entrada da SOX. Os autores identificaram um aumento significativo de REM na era pós-SOX em simultâneo com um declínio de AEM, o que sugere que as empresas trocaram métodos de AEM por REM, após a passagem da SOX.

Também Zang (2012) argumenta que as mudanças no rigor da normalização contabilística não implicam necessariamente uma redução da gestão de resultados, mas sim uma modificação da estratégia de gestão, com os gestores a utilizar AEM e REM como substitutos para gerir resultados. A autora conclui que existe uma relação positiva entre o nível de REM e os custos associados com AEM, suportando a hipótese de que os gestores escolhem entre as duas estratégias de gestão de resultados de acordo com os seus custos. Deste modo, quando os custos de AEM são elevados, *ceteris paribus*, as empresas estão mais dispostas a se envolver em REM.

Por fim, alguns estudos têm alertado para as possíveis consequências negativas de REM, nomeadamente quando os gestores alteram o timing e / ou a estrutura de suas atividades de negócio, desviando-se das práticas comerciais normais e, assim, afetando negativamente o desempenho operacional futuro da empresa (EWERT e WAGENHOFER, 2005; GUNNY, 2010) e o seu valor no longo prazo, uma vez que as ações tomadas pela gestão para aumentar resultados, pode ter um efeito negativo nos *cash flows* de períodos futuros (ROYCHOWDHURY, 2006). Por sua vez, Taylor e Xu (2010) argumentam que as empresas envolvem-se em REM apenas ocasionalmente, e que tais práticas podem não ter necessariamente impacto negativo no seu desempenho operacional futuro.

## 2.2 Determinantes de REM

Estudos anteriores identificam vários determinantes da prática de REM, nomeadamente: setor de atividade, endividamento, oportunidades de crescimento, rendibilidade do ativo, passivo corrente operacional, nível de inventário e de clientes, dimensão, e empresa de auditoria.

Segundo Roychowdhury (2006), a superprodução e os descontos de preços geram



custos de produção anormalmente altos relativamente às vendas. O autor refere que as empresas dos setores transformador e não-transformador podem oferecer descontos de preço para impulsionar as vendas, mas a superprodução enquanto estratégia de gestão de resultados está disponível apenas para empresas pertencentes ao setor transformador. Neste âmbito, procurou-se analisar se as empresas não cotadas europeias apresentam comportamentos de gestão de resultados consoante o setor de atividade. Assim, classificou-se os setores de atividade de acordo com o código NAICS 2007 (*core code*) e formulou-se a seguinte hipótese:

**Hipótese 1:** O setor de atividade está associado à prática de REM.

Relativamente ao impacto do nível de endividamento na gestão de resultados, a literatura tem apresentado resultados mistos. O endividamento pode constituir um incentivo para que as empresas alisem os seus resultados. Este argumento é consistente com a ideia de que os gestores de empresas com elevados níveis de endividamento provavelmente alisam o resultado de forma a minimizar o risco percebido pelos credores ou para respeitar as restrições impostas pelos contratos de endividamento. Na mesma linha de pensamento, Roychowdhury (2006) considera a possibilidade dos contratos de financiamento incluírem cláusulas que se tornam mais rígidas quando as empresas incorrem em perdas. Desta forma, o autor conclui que as empresas com cláusulas restritivas que exibem perdas indesejáveis apresentam um maior incentivo para se envolver em REM do que as empresas que não possuem tais cláusulas, sugerindo assim que o nível de dívida é positivamente correlacionada com REM. Por outro lado, Zamri et al. (2013), sugerem que existe uma associação significativa negativa entre o endividamento e a prática de REM, concluindo que as empresas mais endividadas têm baixos níveis de REM. De acordo com os autores, o endividamento é um dos sistemas de controlo e monitoramento que limita a prática de REM. Contrariamente, Zgarni et al. (2014) concluíram que as práticas de REM não são significativamente associadas com o endividamento. Dado que, não existe consenso na literatura relativamente ao impacto do endividamento, e à semelhança de outros estudos, formula-se a segunda hipótese da seguinte forma:

**Hipótese 2:** O nível de endividamento está associado à prática de REM.

Segundo Skinner e Sloan (2002) as empresas com oportunidades de crescimento são mais penalizadas pelo mercado de capitais quando falham os limiares de resultados. Apesar do estudo focar-se principalmente nas previsões dos analistas, é provável que as empresas em crescimento sintam maior pressão em cumprir os objetivos de resultados. Na mesma linha de pensamento, Butler et al. (2004) sugere que as empresas em crescimento poderão sofrer pressões no sentido de manterem elevadas taxas de rendibilidade, ou estabilidade nos resultados contabilísticos, podendo desta forma originar situações de gestão de resultados. Também Tendeloo e Vanstraelen (2008) e Boone et al. (2010) demonstram que as empresas com maiores níveis de crescimento praticam mais gestão de resultados. Assim, prevê-se que empresas com níveis de crescimentos maiores pratiquem mais REM:



**Hipótese 3:** O nível crescimento está positivamente associado à prática de REM.

À semelhança do endividamento, também o impacto do nível de rendibilidade na gestão de resultados não é consensual. Chen et al. (2010) encontraram evidência de que as empresas com baixo desempenho económico têm maior tendência para desenvolver comportamentos de gestão de resultados. Também Tendeloo e Vanstraelen (2008) sugerem que as empresas com maior rendibilidade dos ativos envolvem-se menos em gestão de resultados. Em contraste, Carlson e Bathala (1997) argumentam que o aumento da rendibilidade permite alcançar uma melhor gestão dos rendimentos o que facilita a prática de gestão de resultados. Desta forma, define-se a quarta hipótese da seguinte forma:

**Hipótese 4:** O nível de rendibilidade do ativo está associado à prática de REM.

Segundo Roychowdhury (2006), o facto dos resultados reportados ficarem abaixo de um limiar específico, como zero, põe em risco a capacidade da empresa em pagar aos fornecedores e em continuar a ter um potencial cliente no futuro. De acordo com o autor, esta situação leva os fornecedores a serem mais rígidos, nomeadamente, nas condições de crédito. Assim, é mais provável que os gestores se preocupem com a reação negativa dos fornecedores quanto maior for o crédito comercial e outras dívidas a curto-prazo. Deste modo, o autor conclui que existe uma relação positiva entre o valor do passivo corrente operacional e REM, sendo a nossa quinta hipótese:

**Hipótese 5:** O passivo corrente operacional está positivamente associado à prática de REM.

De acordo com Roychowdhury (2006), quando a empresa mantém por norma um elevado volume de inventário, é mais fácil obter a produção em excesso para absorver os custos fixos do inventário, tal como é mais provável que essa prática não seja detetável. De igual forma, o autor refere que uma empresa com vendas a crédito substanciais a revendedores pode, com maior facilidade, por exemplo acelerar as vendas através do envio antecipado dos produtos aos revendedores. Assim, é possível que a empresa tenha de oferecer descontos adicionais no preço aos revendedores de forma a compensá-los por custos adicionais com o inventário. Roychowdhury (2006) também argumenta que um alto nível de clientes aumenta a capacidade de acelerar vendas, com uma probabilidade baixa de ser detetada por reguladores e acionistas. Assim, o autor conclui que o nível de inventários e clientes está positivamente correlacionado com a capacidade dos gestores procederem a REM, o que nos leva a definir a sexta hipótese assim:

**Hipótese 6:** O nível de inventário e clientes está positivamente associado à prática de REM.

Relativamente à auditoria, DeAngelo (1981) sugere que as empresas de auditoria *Big4* realizam auditorias de maior qualidade, devido às sanções disciplinares a que os auditores estão sujeitos, de forma a manter uma boa reputação junto do mercado. Também Tendeloo e Vanstraelen (2008) corroboram este argumento, pois referem que as empresas auditadas por uma *Big4* apresentam menores níveis de gestão de

resultados quando comparado com empresas que não são auditadas por uma *Big4*. Contrariamente, Chi et al. (2011) concluem que as empresas de auditoria *Big4* estão associadas a maiores níveis de REM, dado restringirem mais a prática de gestão de resultados através de AEM. Relativamente à relação entre a empresa de auditoria e a prática de REM, formulamos a seguinte hipótese:

**Hipótese 7:** As empresas auditadas pelas *Big4* estão negativamente associadas às práticas de REM.

Lee e Choi (2002) sugerem que as empresas de menor dimensão têm maior probabilidade em gerir os resultados, por forma a evitar reportar perdas e Tendeloo e Vanstraelen (2008) e Bonne et al. (2010) concluem que empresas de maior dimensão estão menos envolvidas em gestão de resultados. Também Zgarni et al. (2014) sugerem uma relação negativa entre a dimensão da empresa e a prática de REM. Como tal, formulamos a seguinte hipótese:

Hipótese 8: A dimensão da empresa está negativamente associada à prática de REM.

### 3 | AMOSTRA E MODELO EMPIRICO

#### 3.1 Caracterização da amostra

A amostra inicial abrangia todas as empresas não cotadas da U.E., com exceção das pertencentes ao setor financeiro e ao setor da administração, dado serem setores extremamente regulamentado bem como às suas especificidades em termos de relato financeiro. Os dados foram recolhidos da base de dados Amadeus para um período de 10 anos, de 2005 a 2014.

De forma a evitar o enviesamento dos resultados causado pela existência de pequenas empresas, foram excluídas da amostra as empresas com um ativo total anual inferior a 43 milhões de euros, no seu último ano de publicação dos dados (2014). Esta seleção foi efetuada tomando como base a definição prevista na Recomendação da Comissão 2003/361/CE, de 6 de Maio de 2003. Foram também excluídas da amostra inicial as empresas que não possuíam dados suficientes para calcular as medidas de REM. À semelhança de estudos anteriores, foram eliminados da amostra os países e os setores de atividade com menos 10 e 8 empresas, respetivamente (COHEN et al., 2008, entre outros).

Por fim, foram excluídos os outliers (os valores abaixo do percentil 1 e acima do percentil 99) de todas as variáveis necessárias para o estudo. A amostra final é constituída por 9.378 empresas, de 17 setores de atividades e de 12 países da U.E., num total de 53.486 observações.

A Tabela I apresenta a composição da amostra por país. Os países com maior representatividade são: França (20,45%), Itália (17,79%), Reino Unido (16,99%) e Espanha (13,39%), e os setores mais representativos são o setor Transformador (NAICS 31 a 33), com 31,87%, e o setor do Comércio por Grosso (NAICS 42), com

13,68% (valores não tabulados).

País	Total da amostra	
	Nº de empresas	Porcentagem
Alemanha	441	4,70%
Bélgica	713	7,60%
Espanha	1.256	13,39%
Finlândia	170	1,81%
França	1.918	20,45%
Grécia	270	2,88%
Itália	1.668	17,79%
Polónia	76	0,81%
Portugal	311	3,32%
Reino Unido	1.593	16,99%
República Checa	267	2,85%
Suécia	695	7,41%
<b>Total de empresas</b>	<b>9.378</b>	<b>100%</b>

Tabela I – Composição da amostra por país

### 3.2 Medidas de REM

Roychowdhury (2006) desenvolveu uma medida com base em três métricas para estudar o nível de REM: os *abnormal levels* do *cash flow from operations* (CFO), do custo de produção, e das despesas discricionárias. Estudos posteriores evidenciam que estas medidas capturam bem as atividades de REM (COHEN e ZARWIN, 2010, entre outros). Neste estudo, serão apenas analisadas as duas primeiras métricas pois a base de dados Amadeus não possui informação suficiente para o cálculo das despesas discricionárias.

Segundo Roychowdhury (2006), os *abnormal levels* do CFO consistem na tentativa dos gestores aumentarem as vendas oferecendo descontos de preços ou condições de crédito mais favoráveis. Esta situação gera, temporariamente, maiores *cash flows* que são diminuídos quando a empresa restabelece a atividade normal.

Relativamente aos *abnormal levels* do custo de produção ocorrem quando a empresa manipula os seus resultados produzindo mais do que o necessário para responder à procura esperada. Com maiores níveis de produção, os custos indiretos fixos são distribuídos por um número maior de unidades, reduzindo assim os custos fixos por unidade. Assim, enquanto a redução dos custos fixos por unidade não for compensada por qualquer aumento no custo marginal por unidade, o custo total por unidade diminui. Isto implica que a empresa apresenta um custo das vendas menor, possibilitando assim melhores margens operacionais.

De acordo com Roychowdhury (2006), Cohen et al. (2008), Cohen e Zarowin (2010) e Zamri et al. (2013), as empresas com valores baixos de *abnormal levels* de CFO praticam mais REM, devido ao aumento de descontos no preço ou condições de crédito mais favoráveis para acelerar vendas no período corrente; e as empresas com

altos abnormal levels de custos de produção praticam menos REM, uma vez que os gestores reduzem o custo das vendas de forma a aumentar as margens operacionais do período corrente.

Para o cálculo do *normal level* do CFO e do custo de produção utilizámos o modelo desenvolvido por Dechow et al. (1998) tal como implementado por Roychowdhury (2006). Para a estimação de cada modelo recorre-se a uma regressão cross-sectional para cada ano e indústria. Os desvios dos níveis normais, segundo Roychowdhury (2006), são considerados os *abnormal levels* do CFO e do custo de produção.

O *normal level* do CFO é expresso como uma função linear das vendas e variação das vendas e foi calculado da seguinte forma:

$$\frac{CFO_{t,i}}{A_{t-1,i}} = \alpha_0 + \alpha_1 \frac{1}{A_{t-1,i}} + \beta_1 \frac{Sales_{t,i}}{A_{t-1,i}} + \beta_2 \frac{\Delta Sales_{t,i}}{A_{t-1,i}} + \varepsilon_{t,i} \quad (1)$$

em que:  $CFO_{t,i}$  = *cash flow from operations* no ano t da empresa i;  $A_{t-1,i}$  = ativo total no período t-1;  $Sales_{t,i}$  = vendas totais no período t da empresa i;  $\Delta Sales_{t,i}$  = variação das vendas entre o período t e t-1 da empresa i;  $\varepsilon_{t,i}$  = resíduos de estimativa no período t.

O *actual* CFO foi calculado como se segue:

$$Act\_CFO_{t,i} = NI_{t,i} - (\Delta CA_{t,i} - \Delta CL_{t,i} - \Delta Cash_{t,i} + \Delta Debt_{t,i} - Dep_{t,i}) \quad (2)$$

Em que  $NI_{t,i}$  = resultado líquido no ano t da empresa i;  $\Delta CA_{t,i}$  = variação do ativo corrente entre o ano t-1 e o ano t da empresa i;  $\Delta CL_{t,i}$  = variação do passivo corrente entre o ano t-1 e o ano t da empresa i;  $\Delta Cash_{t,i}$  = variação de caixa e equivalentes de caixa entre o ano t-1 e o ano t da empresa i;  $\Delta Debt_{t,i}$  = variação da dívida financeira de curto prazo incluída no passivo corrente entre o ano t-1 e o ano t da empresa i;  $Dep_{t,i}$  = depreciações e amortizações no ano t da empresa i.

Assim, o *abnormal* CFO não é mais do que o *actual* CFO menos o *normal level* do CFO calculado na equação (1), ou seja:

$$Abn\_CFO_{t,i} = Act\_CFO_{t,i} - CFO_{t,i} \quad (3)$$

O *normal level* do custo de vendas é expresso como uma função linear das vendas atuais e foi determinado da seguinte forma:

$$\frac{COS_{t,i}}{A_{t-1,i}} = \alpha_0 + \alpha_1 \frac{1}{A_{t-1,i}} + \beta_1 \frac{Sales_{t,i}}{A_{t-1,i}} + \varepsilon_{t,i} \quad (4)$$

Uma vez que a base de dados Amadeus não continha o custo das vendas para grande parte das empresas presentes na amostra, e de forma a não reduzir significativamente o número de empresas na mesma, o custo das vendas (COS) foi determinado segundo Burgstahler et al. (2006), como se segue:

$$COS_{t,i} = Sales_{t,i} - OI_{t,i} \quad (5)$$

em que  $OI_{t,i}$  é o resultado operacional no ano t da empresa i.

Similarmente, o *normal level* do crescimento de inventários é expresso como uma função linear das vendas atuais e foi determinado da seguinte forma:

$$\frac{INV_{t,i}}{A_{t-1,i}} = \alpha_0 + \alpha_1 \frac{1}{A_{t-1,i}} + \beta_1 \frac{\Delta Sales_{t,i}}{A_{t-1,i}} + \beta_2 \frac{\Delta Sales_{t-1,i}}{A_{t-1,i}} + \varepsilon_{t,i} \quad (6)$$

Assim, utilizando as equações (4) e (6) foi estimado o *normal level* dos custos de produção da seguinte forma:

$$\frac{PROD_{t,i}}{A_{t-1,i}} = \alpha_0 + \alpha_1 \frac{1}{A_{t-1,i}} + \beta_1 \frac{Sales_{t,i}}{A_{t-1,i}} + \beta_2 \frac{\Delta Sales_{t,i}}{A_{t-1,i}} + \beta_3 \frac{\Delta Sales_{t-1,i}}{A_{t-1,i}} + \varepsilon_{t,i} \quad (7)$$

em que  $PROD_{t,i}$  é o custo de produção no ano t da empresa i.

De acordo com Roychowdhury (2006), o atual custo de produção é calculado da seguinte forma:

$$Act\_PROD_{t,i} = COS_{t,i} - INV_{t,i} \quad (8)$$

sendo que o *abnormal* custo de produção é o atual custo de produção menos o *normal level* do custo de produção calculado na equação (7), isto é:

$$Abn\_PROD_{t,i} = Act\_PROD_{t,i} - PROD_{t,i} \quad (9)$$

De forma a tornar o estudo mais completo, consideramos as medidas de REM quer em valor absoluto, *Abs\_CFO* e *Abs\_PROD*, quer com sinal, *Abn\_CFO* e *Abn\_PROD*. Assim, será possível analisar *não só* a intensidade das práticas da gestão de resultados, como também a seu sentido: se as práticas de REM são usadas para gerir os resultados de forma ascendente ou descendente.

### 3.3 Modelos Empíricos

Para testar as hipóteses de estudo foram desenvolvidos os seguintes modelos:

$$Abs\_CFO_{i,t} (Abn\_CFO_{i,t}) = \alpha_0 + \beta_1 Industry_i + \beta_2 Debt_{i,t} + \beta_3 \Delta Growth_{i,t} + \beta_4 ROA_{i,t} + \beta_5 CL_{i,t} + \beta_6 InvCli_{i,t} + \beta_7 Big4_{i,t} + \beta_8 Size_{i,t} + \beta_9 Country_i + \beta_{10} Year_t \quad (10)$$

$$Abs\_PROD_{i,t} (Abn\_PROD_{i,t}) = \alpha_0 + \beta_1 Industry_i + \beta_2 Debt_{i,t} + \beta_3 \Delta Growth_{i,t} + \beta_4 ROA_{i,t} + \beta_5 CL_{i,t} + \beta_6 InvCli_{i,t} + \beta_7 Big4_{i,t} + \beta_8 Size_{i,t} + \beta_9 Country_i + \beta_{10} Year_t \quad (11)$$

em que as variáveis dependentes são as medidas de REM tal como definidas anteriormente; *Industry* é uma variável *dummy* que assume o valor “1” se a empresa pertencer ao setor transformador e “0” caso contrário; *Debt* mede o nível de endividamento e é o rácio entre a dívida financeira e o total do ativo; *ΔGrowth* mede as oportunidades de crescimento e é a variação do volume de negócios em percentagem; *ROA* mede a rentabilidade do ativo através do rácio entre o resultado líquido e o total do ativo; *CL* mede peso do passivo corrente operacional da empresa no total do ativo; *InvCli* mede o peso do nível de inventário e clientes no total do ativo; *Big4* é uma variável *dummy* que toma o valor “1” se uma empresa é auditada por uma *Big4* e “0” caso contrário; e *Size* é o logaritmo do total do ativo. Por fim, foram adicionadas duas variáveis *dummy*, *Country* e *Year*, por forma a controlar para o efeito na gestão de resultados das diferenças institucionais entre países e das diferentes características dos anos, respetivamente.

Os *standard errors* foram agrupados (*clustered*) ao nível da empresa e ao nível

do ano, de forma a corrigir a autocorrelação *dos standard errors* nas regressões.

## 4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

### 4.1 Estatísticas descritivas

A Tabela II apresenta as estatísticas descritivas das variáveis que integram os modelos.

Variável	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
<i>Abs_CFO</i>	0,358	0,417	0,234	1,66e-06	1,909
<i>Abs_PROD</i>	0,006	0,054	0,039	6,02e-07	0,355
<i>Abn_CFO</i>	-0,207	0,509	-0,091	-3,406	1,909
<i>Abn_PROD</i>	0,001	0,078	0,003	-0,346	0,355
<i>Debt</i>	0,260	0,222	0,215	1,86e-09	0,899
<i>Growth</i>	0,053	0,204	0,039	-0,577	1,282
<i>ROA</i>	0,050	0,061	0,041	-0,145	0,267
<i>CL</i>	0,307	0,212	0,262	0,011	0,907
<i>InvCli</i>	0,345	0,248	0,329	0,000	0,923
<i>Size</i>	11,743	1,036	11,489	9,935	15,441

Tabela II - Estatística descritiva das variáveis dos modelos

A média negativa do *Abn\_CFO* sugere que os níveis esperados de *Abn\_CFO* são mais baixos do que é esperado, e por isso as empresas utilizam REM para gerir os resultados para cima. Também a média positiva para a variável *Abn\_PROD* sugere que as empresas manipulam o custo das vendas de forma a gerir os resultados de forma ascendente. Estes valores são consistentes com os apresentados em estudos anteriores (COHEN et al., 2008; GUNNY, 2010).

De uma forma geral, as variáveis apresentam uma correlação fraca entre si (resultados não tabulados), sugerindo a não existência de problemas de multicolinearidade. As variáveis *Abn\_CFO* e *Abn\_PROD* são negativamente correlacionadas (-0,11), consistente com os resultados encontrados por Roychowdhury (2006) e Chi et al. (2011), o que pode indicar que maiores níveis de *Abn\_CFO* estão associados a menores níveis de *Abn\_PROD*.

A variável dependente *Abn\_CFO* está positivamente correlacionada com as variáveis *Growth*, *ROA*, *CL* e *Size*, e negativamente correlacionada com as variáveis *Debt* e *InvRec*. Os resultados sugerem que empresas de maior dimensão, com maiores níveis de *performance*, passivo corrente operacional e oportunidades de crescimento apresentam maiores níveis de *Abn\_CFO*. Os resultados sugerem também que as empresas menos endividadas e com níveis de inventário e clientes



mais baixos apresentam maiores níveis de *Abn\_CFO*.

Por outro lado, a variável dependente *Abn\_PROD* está positivamente correlacionada com as variáveis *Debt*, *CL*, *InvRec* e *Size*, e negativamente correlacionada com as variáveis *Growth* e *ROA*. Os resultados indicam que as empresas de maior dimensão, mais endividadas, com maiores níveis de inventário e clientes e passivo corrente operacional, mas com perspectivas de *performance* e níveis de rentabilidade do ativo menores, manifestam maiores níveis de *Abn\_PROD*.

## 4.2 Análise de resultados

### 4.2.1 Variáveis dependentes em valores absolutos

A Tabela III apresenta os resultados das regressões lineares estimadas (10) e (11), tendo como variáveis dependentes as medidas em valor absoluto.

Na coluna (2) e (4) todas as variáveis incluídas no modelo são estatisticamente significativas a diferentes níveis (1%, 5% e 10%), no entanto nem todas apresentam o sinal esperado na literatura.

No que diz respeito ao setor de atividade, a variável *Industry* apresenta um coeficiente positivo e significativo para ambas as medidas de REM em valor absoluto, sugerindo assim que o setor transformador é o setor que mais recorre às práticas de REM. Este resultado corrobora o estudo de Albrecht e Richardson (1990), que concluíram que existe uma relação entre o setor de atividade e a prática de gestão de resultados e o estudo de Roychowdhury (2006) que sugere que o setor transformador é o que tem maior probabilidade de incorrer em práticas de REM.

Quanto ao endividamento, a variável *Debt* apresenta um coeficiente positivo (0,043) e estatisticamente significativo a 5% para a variável dependente *Abs\_CFO* indicando assim, que a dívida está associada positivamente à prática de *Abs\_CFO*. Este resultado está em linha com o estudo de Roychowdhury (2006) que conclui que a dívida influencia positivamente a prática de REM. Quando a variável dependente é o *Abs\_PROD* o coeficiente é negativo (-0,008) e significativo, sugerindo que quanto maior a dívida menor o nível de *Abs\_PROD*. Este resultado embora contrário ao esperado está de acordo com Zamri (2013).

	<i>Abs_CFO</i>		<i>Abs_PROD</i>	
	(1)	(2)	(3)	(4)
<i>Constant</i>	0,426 (0,000)	0,436 (0,000)	0,053 (0,000)	0,055 (0,002)
<i>Industry</i>	0,277 (0,000)	0,272 (0,000)	0,004 (0,000)	0,004 (0,000)
<i>Debt</i>	0,035 (0,044)	0,043 (0,018)	-0,008 (0,906)	-0,008 (0,000)

<i>Growth</i>	0,062 (0,000)	0,066 (0,000)	0,019 (0,000)	0,019 (0,000)
<i>ROA</i>	-0,287 (0,000)	-0,249 (0,000)	0,134 (0,000)	0,129 (0,000)
<i>CL</i>	0,035 (0,097)	0,011 (0,062)	0,009 (0,000)	0,011 (0,000)
<i>InvCli</i>	0,020 (0,175)	0,034 (0,026)	0,037 (0,000)	0,037 (0,000)
<i>Big4</i>	0,035 (0,000)	0,033 (0,000)	0,004 (0,000)	0,003 (0,000)
<i>Size</i>	-0,014 (0,000)	-0,013 (0,000)	-0,002 (0,000)	-0,002 (0,000)
<i>Country dummy</i>	No	Yes	No	Yes
<i>Year dummy</i>	Yes	Yes	Yes	Yes
<i>Nº observações</i>	53.486	53.486	53.486	53.486
<i>F test</i>	0,000	0,000	0,000	0,000
<i>R<sup>2</sup> ajustado</i>	0,101	0,106	0,092	0,099

Tabela III- Resultados dos modelos de regressão: medidas **REM** em valor absoluto

Nota: *p-values* em parênteses.

No que diz respeito à variável *Growth*, esta mostrou-se estatisticamente significativa para ambas as medidas de REM em valor absoluto, o que sugere que quanto maior as oportunidades de crescimento das empresas em análise, maior o nível de REM. Este resultado está em linha com o esperado e corrobora o estudo de Butler (2004) e Boone (2010).

Relativamente à variável *ROA*, quando a variável dependente é o *Abs\_CFO* esta apresenta um coeficiente negativo (-0,249) e estatisticamente significativo, o que indica que o *ROA* está negativamente associado com a prática de *REM*. Desta forma, a variação em 1% no *ROA* resulta numa variação de -0,249 no *Abs\_CFO*. O sinal desta variável está de acordo com o estudo de Tendeloo e Vanstraelen (2008) que sugerem que as empresas com maior rendibilidade do ativo envolvem-se menos em gestão de resultados. Por outro lado, quando a variável dependente é o *Abs\_PROD*, o coeficiente é positivo (0,129) e estatisticamente significativo, sugerindo que quanto maior o *ROA* maior o nível de *Abs\_PROD* nas empresas em estudo. Este resultado está em linha com o estudo de Carlson e Bathala (1997) que concluem que o aumento da rendibilidade possibilita às empresas uma maior facilidade para incorrer em práticas de gestão de resultados.

Quanto ao passivo corrente operacional, também a variável *CL* apresenta um coeficiente positivo e estatisticamente significativo para ambas as medidas de REM, sugerindo que quanto maior for o passivo corrente operacional das empresas maior é a probabilidade dessas incorrerem em práticas de REM. Este resultado está em linha com o que era esperado e é consistente com o estudo de Roychowdhury

(2006).

Relativamente à variável *InvCli* os coeficientes positivos e estatisticamente significativos para ambas as medidas de REM sugerem que maiores níveis de inventário e clientes estão associados positivamente à prática de REM. Este resultado está em linha com o esperado e é consistente com o estudo de Roychowdhury (2006).

Relativamente à auditoria da empresa, os resultados evidenciam um coeficiente positivo e significativo para ambas as medidas de REM, indicando que as empresas auditadas pelas *Big4* apresentam maiores níveis de REM em valor absoluto. Este resultado, embora contrário ao esperado, está de acordo com o estudo de Chi et al. (2011). Os autores concluíram que as empresas de auditoria *Big4* estão associadas a maiores níveis de REM.

No que diz respeito à dimensão da empresa, o coeficiente negativo e significativo para ambas as medidas de REM, indicam que as empresas de maior dimensão apresentam menores níveis de REM em valor absoluto. Este resultado está em linha com o esperado e está de acordo com os estudos de Albrecht e Richardson (1990), Tendeloo e Vanstraelen (2008), Bonne et al. (2010) e Zgarni et al. (2014) que concluíram que as empresas de maior dimensão estão menos envolvidas na prática de gestão de resultados.

De forma a controlar o efeito das diferentes características dos países na prática de REM, foram realizadas regressões com e sem as *dummies* por país. Deste modo, podemos concluir que as características do país não são suficientemente explicativas da prática de REM, pois o acréscimo do  $R^2$  não é muito acentuado passando de 10,1% para 10,6% para o *Abs\_CFO* e de 9,2% para 9,9% para o modelo do *Abs\_PROD*. Este resultado está em linha com o estudo de Gaio (2010) que conclui que as características da empresa e da indústria explicam muito mais a variação da qualidade dos resultados do que as características do país.

Através da observação do valor do  $R^2$  ajustado podemos concluir que a variação do *Abs\_CFO* e do *Abs\_PROD* podem ser explicados em 10,6% e 9,9%, respectivamente, pelas variáveis incluídas no modelo. Os resultados indicam também que rejeitamos a hipótese da nulidade conjunta dos coeficientes das variáveis explicativas, já que o *p-value* da estatística F são nulos, o que comprova a validade dos modelos para explicar a variação de ambas as medidas de REM.

#### 4.2.2 Variáveis dependentes com sinal

A Tabela IV apresenta os resultados das regressões lineares estimadas (10) e (11) tendo como variáveis dependentes as medidas com sinal, o que nos permite analisar se as empresas realizam REM de forma ascendente ou descendente, ou seja, se usam estas técnicas para aumentar ou reduzir os resultados reportados. Tal como em estudos anteriores, nomeadamente Kim e Sohn (2013), multiplicamos a *Abn\_CFO* por -1, sendo que valores mais elevados significam mais gestão de resultados de

forma ascendente.

Pode-se verificar que todas as variáveis explicativas revelam significância estatística a 1% e 5% com exceção das variáveis *Debt* para o *Abn\_PROD* e *Growth* para o *Abn\_CFO*.

	<i>Abn_CFO</i>		<i>Abn_PROD</i>	
	(1)	(2)	(3)	(4)
<i>Constant</i>	-0,695 (0,000)	-0,668 (0,000)	0,012 (0,000)	0,004 (0,002)
<i>Industry</i>	-0,481 (0,000)	-0,475 (0,000)	0,010 (0,000)	0,012 (0,000)
<i>Debt</i>	-0,088 (0,000)	-0,101 (0,000)	-0,000 (0,906)	-0,001 (0,439)
<i>Growth</i>	-0,012 (0,307)	-0,014 (0,244)	0,033 (0,000)	0,032 (0,000)
<i>ROA</i>	0,850 (0,000)	0,791 (0,000)	0,957 (0,000)	0,964 (0,000)
<i>CL</i>	0,137 (0,000)	0,175 (0,000)	0,011 (0,000)	0,013 (0,000)
<i>InvCli</i>	0,114 (0,000)	0,100 (0,000)	0,043 (0,000)	0,046 (0,000)
<i>Big4</i>	-0,021 (0,017)	-0,019 (0,038)	-0,001 (0,043)	-0,001 (0,049)
<i>Size</i>	0,054 (0,000)	0,051 (0,000)	0,001 (0,000)	0,001 (0,000)
<i>Country dummy</i>	<i>No</i>	<i>Yes</i>	<i>No</i>	<i>Yes</i>
<i>Year dummy</i>	<i>Yes</i>	<i>Yes</i>	<i>Yes</i>	<i>Yes</i>
<i>Nº observações</i>	53.486	53.486	53.486	53.486
<i>F test</i>	0,000	0,000	0,000	0,000
<i>R<sup>2</sup> ajustado</i>	0,232	0,237	0,556	0,559

Tabela IV- Resultados dos modelos de regressão: medidas **REM** com sinal

Nota: *p-values* em parênteses.

No que diz respeito ao setor de atividade, e à semelhança do estudo de Albrecht e Richardson (1990), os resultados demonstram que o setor de atividade influencia a prática de gestão de resultados. O coeficiente negativo (-0,475) e estatisticamente significativo da variável *Industry*, para a variável dependente *Abn\_CFO*, sugere que as empresas do setor transformador manipulam menos as vendas. Quanto ao *Abn\_PROD* verificamos um coeficiente positivo (0,012) e significativo que indica que as empresas do setor transformador apresentam maiores níveis de *Abn\_PROD*, quando comparado com as empresas dos restantes setores. Esta conclusão é coerente com Roychowdhury (2006) que refere que a superprodução enquanto estratégia de gestão de resultados está apenas disponível para as empresas do setor transformador. Assim, o setor de atividade influencia a prática de *REM* e são as

empresas que operam no setor transformador que mais recorrem a estas práticas.

Relativamente ao impacto do endividamento na prática de *REM*, os resultados não são consensuais. Quando a variável dependente é *Abn\_CFO*, o coeficiente negativo (-0,101) e significativo sugere que a presença de endividamento está associada negativamente a *Abn\_CFO*, o que está em conformidade com o estudo de Zamri (2013) que sugere que as empresas mais endividadas manipulam menos as vendas, ou seja, fazem menos gestão de resultados de forma ascendente. No entanto, quando a variável dependente é o *Abn\_PROD*, o coeficiente negativo (-0,001) não revela significância estatística ( $p\text{-value} = 0,439$ ), tal como no estudo de Boone et al. (2010).

No que diz respeito às oportunidades de crescimento, no modelo de *Abn\_CFO* a variável *Growth* não é estatisticamente significativa ( $p\text{-value}=0,244$ ), concluindo assim que não existe associação entre o crescimento e as práticas de *Abn\_CFO*. Quando a variável dependente é *Abn\_PROD*, o coeficiente positivo (0,032) e estatisticamente significativo da variável *Growth* demonstra que as oportunidades de crescimento aumentam a probabilidade das empresas incorrerem em superprodução para aumentar os resultados. Este resultado está de acordo com o esperado e está em linha com os estudos de Butler (2004), Tendeloo e Vanstraelen (2008) e Boone et al. (2010).

Quanto à variável *ROA*, esta apresenta um coeficiente positivo e estatisticamente significativo para ambas as medidas de *REM*. Este resultado está de acordo com Carlson e Bathala (1997) que concluem que o aumento da rendibilidade permite alcançar uma melhor gestão dos rendimentos possibilitando, às empresas uma maior facilidade para incorrer em práticas de gestão de resultados. Assim, os níveis de rendibilidade das empresas também influenciam a prática de *REM*, e são as empresas com maiores níveis de rendibilidade que apresentam maiores níveis de *REM*, de forma ascendente.

No que diz respeito ao passivo corrente operacional, também a variável *CL* apresenta um coeficiente positivo e estatisticamente significativo para ambas as medidas de *REM*, sugerindo que quanto maior for o passivo corrente operacional das empresas maior é a probabilidade dessas incorrerem em práticas de *REM* de forma a aumentarem os resultados. Este resultado está em linha com o que era esperado e é consistente com o estudo de Roychowdhury (2006).

Também para a variável *InvCli* os coeficientes são positivos e estatisticamente significativos para ambas as medidas de *REM*, sugerindo que maiores níveis de inventário e clientes estão associados positivamente à prática de *REM*, isto é, maiores níveis de inventário e clientes influencia as empresas a efetuarem *REM* de forma ascendente. Mais uma vez, este resultado é consistente com Roychowdhury (2006).

Relativamente à auditoria da empresa, os resultados evidenciam um coeficiente negativo e significativo a 5% para ambas as medidas de *REM*, indicando que as empresas auditadas pelas *Big4* tendem a fazer menos gestão de resultados de forma ascendente. Este resultado está de acordo com o esperado e corrobora o estudo

de Tendeloo e Vanstraelen (2008) de que as empresas auditadas por uma *Big4* apresentam menores níveis de gestão de resultados.

Finalmente, o coeficiente positivo e significativo de *Size* para ambas as medidas de REM, sugerem que as empresas de maior dimensão apresentam maiores níveis de REM de forma ascendente.

Tal como na secção anterior, foram efetuadas regressões com as dummies de cada país de forma a controlar as características dos países na prática de REM, e as conclusões são semelhantes. De facto, o acréscimo do  $R^2$  quando introduzidas as variáveis *dummies* por país é bastante ligeiro, passando de 0,232 para 0,237 no modelo do *Abn\_CFO*, e de 0,556 para 0,559 para o modelo do *Abn\_PROD*.

Os valores dos  $R^2$  ajustados encontram-se bem apoiados na literatura. Dos artigos que utilizam a mesma metodologia tem-se como exemplo os  $R^2$  de Cohen et al. (2008) que obtiveram 64,90% e 73,40% para *Abn\_CFO* e *Abn\_PROD*, respetivamente e de Zgarni et al. (2014) que deram 6,56% e 31,25% para o *Abn\_CFO* e *Abn\_PROD*, respetivamente. Os resultados indicam, também, que rejeitamos a hipótese de nulidade conjunta dos coeficientes das variáveis independentes, dado que o p-value das estatísticas F são nulos ( $p\text{-value}=0,0000$ ), o que comprova a validade dos modelos para a explicação de REM.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi o de analisar os determinantes à prática de REM nas empresas não cotadas europeias, dado que este é um tema que ainda não foi muito explorado na literatura. Para atingir o objetivo, foi definido um modelo empírico usando como variáveis dependentes duas métricas de REM, os *abnormal levels* do CFO e do custo de produção, calculados através do modelo de Roychowdhury (2006), utilizando uma amostra composta por 9.378 empresas, num período temporal de 10 anos compreendido entre 2005 a 2014.

Os resultados sugerem que empresas de menor dimensão, mais endividadas, com maiores oportunidades de crescimento e que operam no setor transformador incorrem mais em práticas de REM. Em termos de direção da gestão de resultados, a evidência sugere que empresas de maior dimensão e mais rentáveis tendem a gerir os resultados de forma ascendente. Porém, o nível de endividamento e o facto de a empresa ser auditada por uma *Big4* tende a atenuar essa tendência, ou seja, as empresas mais endividadas e auditadas por um *Big4* fazem menos REM no sentido ascendente.

Estes resultados contribuem para a literatura que analisa as práticas de REM, e em particular, para a escassa literatura que analisa a qualidade do relato financeiro das empresas não cotadas. Este estudo pode assim ser do interesse dos diferentes utilizadores de informação financeira e entidades normalizadoras, já que o tecido



empresarial europeu é maioritariamente constituído por empresas não cotadas.

O estudo contém algumas limitações. Uma delas é o facto da base dados Amadeus não possuir dados suficientes para o cálculo das despesas discricionárias. Assim, não foi possível calcular as três medidas de REM que Roychowdhury (2006) sugere. A diferença entre os normativos contabilísticos das empresas também pode constituir uma limitação. No entanto, ao controlarmos pelas diferenças institucionais entre os países, através de uma variável *dummy* por país, esperamos mitigar esta limitação. Outra limitação é o período em análise, de 2005 a 2014, pois o mesmo é influenciado pela crise financeira mundial. Mais uma vez, ao utilizarmos *dummy* por ano, esperamos de certa forma contornar esta limitação.

Em termos de investigação futura, seria interessante aprofundar um pouco mais este tema, que se encontra muito atual, pois existem poucos estudos direcionados para as práticas de REM e ainda menos orientados para as empresas não cotadas. Nomeadamente, seria interessante verificar se as práticas de gestão de resultados via AEM e REM são complementares ou substitutas. Ou seja, empresas que praticam mais AEM também usam mais REM como forma de gerir resultados. Seria igualmente interessante alargar o período temporal de forma a verificar se a crise tem impacto no tipo de gestão de resultados efetuado pelas empresas.

## REFERÊNCIAS

AONO J.; GUAN, L. (2007). The impact of Sarbanes-Oxley act on cosmetic earnings management. *Research in Accounting Regulation*, 20, pp. 205-215.

ALBRECHT, W.; RICHARDSON, F. (1990). Income smoothing by economy sector. *Journal of Business Finance & Accounting*, 17(5), pp. 713-730.

BABER, W.; FAIRFIELD, P.; HAGGARD, J. (1991). The effect of concern about reported income on discretionary spending decisions: The case of research and development. *The Accounting Review*, 66(4), pp. 818-829.

BALL, R. e SHIVAKUMAR, L. (2005). Earnings quality in UK private firms. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), pp. 83-128.

BENS, D.; NAGAR, V.; WONG, M. (2002). Real investment implications of employee stock option exercises. *Journal of Accounting Research*, 40(2), pp. 359-393.

BOONE, J., KHURANA, I. e RAMAN, K. (2010). Do the Big 4 and the Second-tier firms provide audits of similar quality?. *Journal of Accounting and Public Policy*, 29(4), pp. 330-352.

BUTLER, M., LEONE, A. e Willenborg, M. (2004). An empirical analysis of auditor reporting and its association with abnormal accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 37(2), pp.139-165.

BURGSTAHLER, D.; HAIL, L.; e LEUZ, C. (2006). The Importance of Reporting Incentives: Earnings Management European Private and Public Firms. *The Accounting Review*, 81(5), pp. 983-1016.

CARLSON, S.; BATHALA, C. (1997). Ownership differences and firms' income smoothing behaviour. *Journal of Business Finance and Accounting*, 24 (2), pp.179-196.

- CHENG, S. (2004). R&D expenditures and CEO compensation. *The Accounting Review*, 79(2), pp. 305–328.
- CHEN, C.; WANG, L.; LIU, K.; CHEN, T. (2010). Application of project cash management and control for infrastructure. *Journal of Marine Science and Technology*, 18 (5), pp. 644-651.
- CHI, W.; LISIC, L.; PEVZNER, M. (2011). Is enhanced audit quality associated with greater real earnings management?. *Accounting Horizons*, 25(2), pp. 315-335.
- COHEN, D.; DEY, A.; LYS, T. (2008). Real and accrual-based earnings management in the pre-and post-Sarbanes Oxley periods. *The Accounting Review*, 83(3), pp. 757-787.
- COHEN, D.; ZAROWIN, P. (2010). Accrual-based and real earnings management activities around seasoned equity offerings. *Journal of Accounting and Economics*, 50(1), pp. 2-19.
- DEANGELO, L. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), pp.183-199.
- DECHOW, P.; KOTHARI, S.; WATTS, R. (1998). The relation between earnings and cash flows. *Journal of Accounting and Economics*, 25, pp.133-168.
- DECHOW, P.; SLOAN, R. (1991). Executive incentives and the horizon problem. *Journal of Accounting and Economics*, 14(1), pp. 51-89.
- EWERT, R.; WAGENHOFER, A. (2005). Economic effects of tightening accounting standards to restrict earnings management. *The Accounting Review*, 80(4), pp. 1101-1124.
- GAIO, C. (2010). The relative importance of firm and country characteristics for earnings quality around the world. *European Accounting Review*, 19 (4), pp. 693-738.
- GRAHAM, J.; HARVEY, C.; RAJGOPAL, S. (2005). The economic implications of corporate financial reporting. *Journal of Accounting and Economics*, 40, pp. 3-73.
- GUNNY, K. (2010). The relation between earnings management using real activities manipulation and future performance: Evidence from meeting earnings benchmark. *Contemporary Accounting Research*, 27 (2), pp. 855-888.
- HOLTHAUSEN, R.; LARCHER, D.; SLOAN, R. (1995). Annual bonus schemes and the manipulation of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 19, pp. 29-74.
- KIM, J-B.; SOHN, B. (2013). Real earnings management and cost of capital. *Journal of Accounting and Public Policy*, 32, pp. 518-543.
- LEE, B.; CHOI, B. (2002). Company size, auditor type, and earnings management. *Journal of Forensic Accounting*, 3, pp. 27-50.
- MOSES, O. (1987). Income smoothing and incentives: Empirical tests using accounting changes. *The Accounting Review*, 62 (2), pp. 358-377.
- ROYCHOWDHURY, S. (2006). Earnings management through real activities manipulation. *Journal of Accounting and Economics*, 42, pp. 335-370.
- SKINNER, D.; SLOAN, R. (2002). Earnings surprises, growth expectations and stock returns or don't let an earnings torpedo sink your portfolio. *Review of Accounting Studies*, 7(2-3), pp. 289-312.

TAYLOR, G.; XU, R. (2010). Consequences of Real Earnings Management on Subsequent Operating Performance. *Research in Accounting Regulation*, 22(2), pp.128-132.

TENDELOO, B.; VANSTRAELEN, A. (2008). Earnings Management and Audit Quality in Europe: Evidence from the Private Client Segment Market. *European Accounting Review*, 17 (3), pp. 447-469.

THOMAS, J.; ZHANG, H. (2002). Inventory changes and future returns. *Review of Accounting Studies*, 7(2), pp.163-187.

ZAMRI, N.; RAHMAN, R.; ISA, N. (2013). The impact of leverage on real earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, 7, pp. 86-95.

ZANG, A. (2012). Evidence on the trade-off between Real Activities Manipulation and Accrual-Based Earnings Management. *The Accounting Review*, 87(2), pp. 675-703.

ZGARNI, I.; HALIOUI, K.; ZEHRI, F. (2014). Do the characteristics of board of directors constrain real earnings management in Emerging Markets? - Evidence from the Tunisian Context. *IUP Journal of Accounting Research & Audit Practices*, 13(1), pp. 46-61.

ZHOU, J. (2007). Financial reporting after the Sarbanes-Oxley Act: Conservative or less earnings management?. *Research in Accounting Regulation*, 20, pp. 187-192.

## FATORES DISCRIMINANTES ENTRE O ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL E OS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE ENERGIA E PAPEL E CELULOSE

### **Cleston Alexandre dos Santos**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas

Três Lagoas – MS

Universidade Regional de Blumenau (FURB) – SC

Blumenau – SC

### **Inês Francisca Neves Silva**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas

Três Lagoas – MS

### **Marialva Tomio (In Memoriam)**

Universidade Regional de Blumenau (FURB) – SC

**RESUMO:** Estudos têm relatado que as atenções de gestores e de investidores estão voltadas para a inclusão de abordagens ambientais nos planejamentos e atividades gerenciais das organizações, com foco para a evidenciação de práticas de sustentabilidade e desempenho econômico-financeiro das organizações. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo evidenciar os fatores discriminantes entre o índice de sustentabilidade empresarial e os indicadores econômico-financeiros das empresas brasileiras de energia e de papel e celulose. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como descritivo, realizado por meio de análise documental e abordagem quantitativa. A amostra que foi composta de 61 empresas listadas na BM&FBovespa do setor

de Energia Elétrica e Papel e Celulose, por meio da Análise Discriminante revelou que as variáveis mais discriminantes dos grupos são: o ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL). De modo contrário, retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), composição do endividamento (CE), retorno sobre o ativo (ROA), participação capital terceiro sobre recursos totais (PCT) e liquidez geral (LG) são as variáveis que tem menos força para discriminá-los, pois apresentam os maiores Lambdas de Wilks. Ainda foi constatado a existência de uma função, sendo que contribui para demonstrar as diferenças entre os grupos de empresas que não participam do ISE e empresas que participam do ISE, e a variável ebitda (EBIT) é a que apresenta mais destaque na função.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fatores Discriminantes; ISE; Indicador Econômico-Financeiro.

### 1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem predominado a tendência do interesse de investidores aplicarem seus recursos em organizações que sejam social e ambientalmente responsáveis. Como os recursos aplicados normalmente contemplam um período de médio e longo prazo, os investidores têm demonstrado preferências

por organizações voltadas às práticas de sustentabilidade, de tal forma que essas empresas possam ter condições de gerar e agregar valor ao longo dos anos, inclusive com capacidade de superação em períodos de instabilidade (MORAES et al., 2014).

Elkington (2012) destaca que as empresas têm como propósito alcançar a sustentabilidade nas dimensões econômica, social e ambiental, dessa forma, surge à preocupação sistêmica conhecida como *triple bottom line*. Nunes et al. (2010) evidenciam que a partir desse contexto, as organizações tornam-se mais cobradas pela sociedade, e assim, tornam-se necessárias algumas atitudes, como uma maior evidenciação dos relatórios de sustentabilidade para prestação de contas.

Na visão de Ponte e Oliveira (2004, p. 9), “as organizações podem aderir a diferentes formas de evidenciação, mas devem disponibilizar informações em quantidade e qualidade que possam atender às necessidades de todos os usuários das demonstrações contábeis”. E nesse sentido, há organizações que são mais cobradas na prestação de contas, pois atuam em áreas de maiores impactos ambientais, como por exemplo, organizações do setor de energia elétrica que tem uma grande representatividade e responsabilidade para a economia nacional, como também produzem um grande impacto ambiental (KPMG, 2011).

Outra área que movimenta de forma relevante a economia, mas também gera um grande impacto ambiental são as organizações que exploram papel e celulose. Torna-se evidente a necessidade de uma consciência ambiental, como também uma produção sustentável de florestas plantadas (MELO et al., 2012). Em se tratando de medidas voltadas para atenção na área ambiental do setor florestal, Melo et al. (2012) argumentam que é necessário ter atitudes tanto por parte do governo quanto de organizações, com a finalidade dar proteção às áreas de mananciais e reservatórios de água.

A implementação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) nos mercados de capitais foi como uma motivação para a relação do bom desempenho empresarial com a adoção de práticas sustentáveis pelas organizações (BARBOSA, 2007). Ao relacionar o ISE e Desempenho Econômico-financeiro, Silva (2008) argumenta que a avaliação do desempenho econômico-financeiro, tem na análise das demonstrações contábeis das organizações a principal fonte de dados, cuja análise é considerada como um artefato de suporte à avaliação do desempenho de uma organização. Silva (2008) destaca ainda que a geração de informações contábeis confiáveis reduz a incerteza e a assimetria informacional. Com base nesse raciocínio, Melo et al. (2012) ressaltam que em situações que a organização apresenta indicadores econômicos-financeiros favoráveis, é maior a chance de uma empresa participar do ISE.

Diante do contexto analisado, surge a seguinte questão norteadora da pesquisa: **quais são os fatores discriminantes entre o índice de sustentabilidade empresarial e os indicadores econômico-financeiros das empresas brasileiras de energia e de papel e celulose?** Deste modo, o objetivo principal do presente trabalho é evidenciar os fatores discriminantes entre o índice de sustentabilidade empresarial e

os indicadores econômico-financeiros das empresas brasileiras de energia e de papel e celulose.

O campo acadêmico apresenta trabalhos que buscam evidenciar análises do ISE e desempenho econômico-financeiro das organizações, o que contribui para o entendimento sobre as organizações que estão comprometidas com a prática conjunta da sustentabilidade empresarial e gestão ambiental (HACKSTON; MILNE, 1996; REZENDE et al., 2008; NUNES et al., 2010; MELO et al., 2012; FAVARO; ROVER, 2014; FASOLIN et al., 2014; MORAES et al., 2014), e abre espaço para novos estudos, com novas evidenciações e percepções.

O presente trabalho está estruturado em quatro partes sendo esta a primeira, a segunda o referencial teórico, na terceira parte têm-se a metodologia da pesquisa, em seguida na quarta parte o resultado e análise dos dados, e por fim, as considerações finais.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Como forma de subsidiar a investigação de pesquisa proposta nesse estudo, inicialmente será discutido o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), na sequência, Desempenho Econômico-financeiro das Organizações, e por fim, Estudos Anteriores.

### 2.1 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

A exigência por parte da sociedade e a relevância de práticas de sustentabilidade e responsabilidade social empresarial tem direcionado a atenção de gestores, como também de investidores para a inclusão de abordagens ambientais nos planejamentos e atividades gerenciais das organizações (MARCONDES; BACARJI, 2010; MELO et al., 2012). Os autores destacam que essa visibilidade, exigência e necessidade induziram os mercados a adotarem índices capazes de evidenciar o desempenho dessas organizações.

A partir da necessidade exposta acima, em 2005 a BM&FBovespa (2012) em conjunto o Instituto Ethos, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), desenvolveram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). O ISE foi criado com financiamento do *International Finance Corporation* (IFC), tendo como finalidade ser um indicador do retorno de ações de organizações com comprometimento junto à responsabilidade social e sustentabilidade empresarial (BM&FBOVESPA, 2012).

Marcondes e Bacarji (2010) destacam que o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) foi considerado o quarto indicador de sustentabilidade criado no mundo e o primeiro na América Latina, sendo que para o desenvolvimento do ISE, foi feita uma parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação



Getúlio Vargas, que ficou responsável para desenvolver a metodologia aplicada ao indicador. Moraes et al. (2014, p.45) evidenciam que a missão do ISE é a de “induzir as organizações a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial e apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis”.

Para Marcondes e Bacarji (2010, p. 26), o ISE mensura “o retorno de uma carteira de ações de organizações que operam no Brasil, e que estão posicionadas entre as mais líquidas negociadas na BOVESPA, que se submetem voluntariamente a uma avaliação de desempenho”. A BM&FBovespa (2012) evidencia que o ISE é um índice que mede o retorno médio de uma carteira teórica, composta por ações de organizações que estão listadas na bolsa e que chamam a atenção pelos planos estratégicos voltados à sustentabilidade e práticas relacionadas.

A metodologia desenvolvida e aplicada ao ISE possibilita uma avaliação transversal (comparativa) junto ao desempenho das organizações em aspectos da sustentabilidade que contempla o equilíbrio ambiental, justiça social, eficiência econômica e a governança corporativa (MORAES et al., 2014). Vale destacar que as organizações com as melhores práticas em sustentabilidade, objetivam fazer uso do ISE como um instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável como referência (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Para fins de classificação, de acordo com critérios do Conselho Deliberativo do Índice de Sustentabilidade Empresarial, são consideradas as organizações que possuem os papéis com melhor posicionamento em termos de responsabilidade social e sustentabilidade, sendo que tais critérios questionam (MORAES et al., 2014, p.45): i) a publicação de balanços sociais; ii) a natureza do produto; iii) a posição da empresa perante acordos globais; iv) a ausência de danos e riscos do produto para a saúde dos consumidores; v) critérios de governança corporativa.

O questionário do ISE utilizado para classificação das organizações tem sido aprimorado e revisado de forma constante quando da avaliação e reavaliação das organizações, com o propósito de atender as necessidades da sociedade (MORAES et al., 2014). Marcondes e Bacarji (2010) evidenciam que ao surgir o ISE, foi gerado um impacto positivo em torno da importância da sustentabilidade e das práticas de governança na observação dos investidores e sociedade. Como o ISE avalia as organizações por meio do questionário, a metodologia tem sido considerada como um instrumento de aprendizagem contínua para as organizações que buscam melhorar os resultados por meio de iniciativas, o que gera oportunidade de reflexão sobre as ações praticadas, e ainda, o instrumento gera confiabilidade e seriedade das práticas junto ao mercado e sociedade (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Vários estudos sobre esse instrumento revelam os ganhos e benefícios que uma organização que participa da carteira pode conseguir. Esses ganhos podem considerados como tangíveis quando tratam de desempenho econômico-financeiro, por meio de indicadores de liquidez, de rentabilidade como o retorno sobre o ativo, investimentos e sobre o patrimônio líquido, e ainda, quanto aos indicadores

de endividamento. Podem também ser considerados como intangíveis, por meio da vantagem competitiva no mercado, reputação, como também o conhecimento (BM&FBOVESPA, 2012).

## 2.2 Desempenho Econômico-financeiro

Estudos recentes de âmbito nacional e internacional têm mostrado que a evidenciação de práticas de sustentabilidade e o desempenho econômico-financeiro das organizações são assuntos de grande repercussão e atenção (FASOLIN et al., 2014). Além das questões ambientais e sociais, tem-se o enfoque no desempenho econômico-financeiro, que segundo Helfert (2000, p.77) esse desempenho contempla “a medição das consequências financeiras e econômicas das decisões passadas de gestões que esquematizaram investimentos, operações e financiamentos ao longo do tempo”.

A atenção voltada à análise do desempenho das empresas tem sido considerada um aspecto que tem evidenciado a atuação das empresas no Brasil, como também no mundo. Silva Macedo e Corrar (2012) argumentam que para a sobrevivência e continuidade em prol de resultados positivos, a análise de desempenho econômico-financeiro torna-se primordial no ambiente globalizado e competitivo em que as organizações estão inseridas. Nessa perspectiva, as demonstrações contábeis possuem uma gama de informações em torno da situação econômico-financeira das organizações que são utilizadas para o processo decisório (MATARAZZO, 2010). E por meio da análise do desempenho econômico-financeiro, os gestores das organizações são capazes de controlar, comparar e corrigir o desempenho da empresa (SILVA MACEDO; CORRAR, 2012).

O desempenho organizacional pode ser caracterizado como a capacidade que a organização tem de atingir seus objetivos implantados no planejamento, o que faz surgir à demanda por indicadores que possibilitem o auxílio do nível de sucesso da gestão estratégica (FISCHMANN; ZILBER, 1999). Gitman (2010) evidencia que os indicadores econômicos- financeiros são divididos em índices de liquidez, de atividade, de endividamento e de lucratividade. Os índices de liquidez, atividade e lucratividade são relevantes para mensuração e análise da organização no curto prazo, já os de endividamento, tornam-se relevantes na análise a longo prazo (GITMAN, 2010).

Marion (2010) discorre que a situação econômico-financeira de uma empresa é observada por meio dos três pontos de análise: liquidez, rentabilidade e endividamento, conforme apresentado na Figura 1 - tripé da análise.

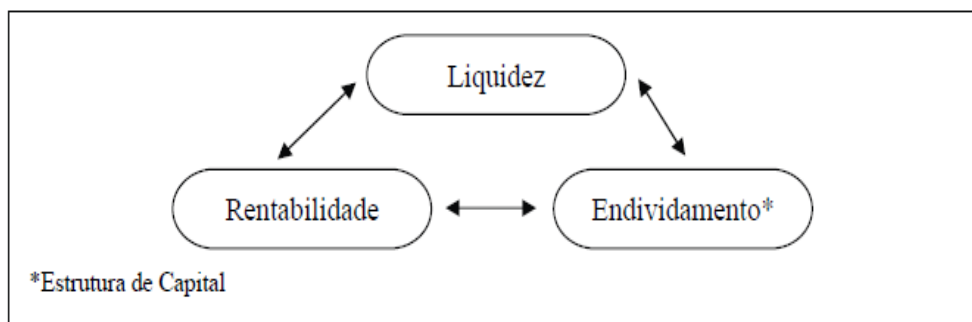


Figura 1 - Tripé da Análise

Fonte: Marion (2010).

A Figura 1 que apresenta o tripé de análise evidencia o equilíbrio entre os indicadores, que tem por finalidade entender a situação econômico-financeira da organização, como também possibilitar a avaliação da capacidade da empresa em honrar seus compromissos, o nível de endividamento em relação aos recursos próprios e de terceiros, como também o potencial de gerar resultados, entre outros (MARION, 2010). Portanto, os indicadores econômicos-financeiros são de extrema relevância para avaliação de uma organização e para utilização em decisões gerenciais de forma tempestiva, como também em comparação com dados históricos e por setor.

### 2.3 Estudos Anteriores

Estudos vêm sendo desenvolvidos, na intenção de analisar o ISE e o desempenho econômico-financeiro das organizações, em destaque pode-se citar Hackston e Milne (1996), Rezende et al. (2008), Nunes et al. (2010), Melo et al. (2012), Favaro e Rover (2014), Fasolin et al. (2014) e Moraes et al. (2014).

No estudo de Hackston e Milne (1996) os autores analisaram os determinantes da evidenciação social e ambiental das 50 maiores empresas da Nova Zelândia. Para o alcance do objetivo utilizaram variáveis como rentabilidade, tamanho e setor. Como resultado, os autores apontaram que o setor e o tamanho justificam o nível de evidenciação das empresas analisadas.

Rezende et al. (2008) desenvolveram uma pesquisa intitulada "Um estudo sobre o desempenho financeiro do índice Bovespa de sustentabilidade empresarial", com o objetivo de investigar se o retorno do índice de sustentabilidade empresarial é semelhante aos índices de ações convencionais da Bovespa. Os achados mostram que apesar de o ISE ter uma carteira teórica diferenciada, relacionada ao tema social, ambiental e ético, contempla um retorno similar aos índices de ações convencionais.

No estudo de Nunes et al. (2010) que objetivou investigar as variáveis que influenciam a adesão das empresas ao Índice Bovespa de Sustentabilidade Empresarial (ISE), utilizou o modelo logit de regressão linear múltipla para mensurar a contribuição de cada variável na possibilidade de aderir ao ISE. Como achados, foi constatado que o tamanho e o setor de atividade das organizações são determinantes que influenciam para a adesão das organizações ao ISE. Os resultados apontaram

ainda que as variáveis: localização, concentração acionária, ser emissora de ADR e ser de propriedade estatal, não demonstraram relação de influência para a inclusão das empresas ao ISE.

Melo et al. (2012), por meio da utilização de um modelo de regressão logística que contempla como variáveis explicativas, diferentes indicadores financeiros de 20 empresas do ramo florestal de 2010, encontraram que indicadores de desempenho financeiro como liquidez corrente e ebitda exercem influência positiva para uma organização produtora de papel e celulose fazer parte do ISE.

Favaro e Rover (2014) objetivaram identificar os indicadores econômico-financeiros das empresas que estão associados à sua entrada no ISE. Com a utilização da técnica de Análise de Correspondência (ANACOR) e a Análise de Homogeneidade (HOMALS), o estudo revelou os seguintes indicadores associados à entrada das empresas no ISE: tamanho do ativo, valor de mercado, receita e lucro.

Com base em uma amostra composta por 31 empresas que enviaram seus relatórios de sustentabilidade do ano de 2010 para a Aneel e por meio da regressão linear múltipla, Fasolin et al. (2014) constaram que os indicadores econômico-financeiros tamanho, rentabilidade e endividamento das organizações geradoras e distribuidoras de energia elétrica brasileira não influenciam o nível de evidenciação das práticas de sustentabilidade.

Moraes et al. (2014) compararam a probabilidade de insolvência das empresas que compõem o ISE com a probabilidade de insolvência das demais organizações da BM&FBOVESPA. A amostra que foi composta de 585 empresas, no período de 2006 e 2011, por meio da regressão logística foi constatado que as organizações participantes do ISE têm menor probabilidade de *default* quando comparadas com suas correspondentes setoriais, tanto isoladamente quanto em conjunto.

### 3 | METODOLOGIA DA PESQUISA

A presente pesquisa está classificada em três categorias: a pesquisa quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema. No que se refere aos objetivos, o estudo pode ser classificado na tipologia descritiva, pois tem como objetivo principal apresentar as características de determinadas populações ou fenômenos. De acordo com Cooper e Schindler (2003), a pesquisa tendo como objetivo principal evidenciar as características de determinadas populações ou fenômenos.

Com relação aos procedimentos, é utilizada pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica se caracteriza pela leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, com a finalidade de conhecer e fazer uso das diferentes contribuições científicas disponíveis sobre o tema. Já a pesquisa documental consiste na utilização de materiais com informações relevantes, sendo que ainda não recebeu tratamento analítico ou científico (COOPER; SCHINDLER, 2003). Por fim, na abordagem do problema, a pesquisa está classificada como quantitativa, pois utiliza meios estatísticos

para alcançar a precisão dos resultados e evitar distorções de análise e interpretação.

Na Tabela 1, consta a população e amostra do estudo, composta com base nas empresas listadas na BM&FBovespa do setor de Energia Elétrica e Papel e Celulose.

BM&FBovespa	População	% da População	Amostra	% da Amostra
Energia Elétrica	56	91,80%	56	91,80%
Papel e Celulose	5	8,20%	5	8,20%
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>100,00%</b>	<b>61</b>	<b>100,00%</b>

Tabela 1– População e Amostra da pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

O período da análise compreende o ano de 2014. Já como variáveis do estudo, têm-se as variáveis: dependente e independentes, conforme Quadros 1 e 2.

Variável dependente	Operacionalização	Fonte de coleta de dados
ISE	Variável dummy, sendo 0 para não participa do ISE, 1 para participa do ISE	Bovespa

Quadro 1– Variável dependente

Fonte: Dados da pesquisa.

O Quadro 2 apresenta as variáveis independentes do estudo.

Variável independente	Operacionalização	Fonte de coleta de dados	Autores
Tamanho (TAM)	Logaritmo natural do ativo total	Economática®	Cunha e Ribeiro (2008); Rover et al. (2008).
Liquidez Geral (LG)	Razão entre o somatório do ativo circulante e o realizável a longo prazo pelo somatório do passivo circulante e exigível a longo prazo	Economática®	Assaf Neto (2010).
Capital Circulante Líquido (CCL)	Ativo circulante menos passivo circulante	Economática®	Assaf Neto (2010); Matarazzo (2010).
Composição do Endividamento (CE)	A relação entre o passivo circulante e o exigível total	Economática®	Cunha e Ribeiro (2008); Matarazzo (2010).
Participação Capital Terceiro sobre Recursos Totais (PCT)	A relação entre o exigível total e o somatório do exigível total com o patrimônio líquido	Economática®	Lanzana (2004); Cunha e Ribeiro (2008).
Ebitda (EBIT)	Ebitda	Economática®	D’Arcimoles; Trebucq (2002); Cunha e Ribeiro (2008).
Retorno sobre o ativo (ROA)	A relação entre o resultado operacional e o ativo total	Economática®	D’Arcimoles; Trebucq (2002); Cunha e Ribeiro (2008).

Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	A relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido	Economática®	D’Arcimoles; Trebucq (2002); Cunha e Ribeiro (2008).
--	--	--------------	--

Quadro 2 – Variáveis de desempenho econômico-financeiro

Fonte: Dados da pesquisa.

Para alcance do objetivo foi adotada a análise descritiva dos dados, na sequência, foi aplicado o teste de Análise Discriminante, utilizando-se o software SPSS versão 22.0. “A Análise Discriminante (AD) é uma técnica multivariada utilizada quando a variável dependente é categórica, ou seja, qualitativa (não métrica) e as variáveis independentes são quantitativas (métricas)” (FÁVERO et al., 2009, p. 401). Fávero et al. (2009) descrevem que essa técnica possibilita a elaboração de previsões a respeito do grupo a que pertencerá certa observação, gerando funções discriminantes que ampliam a discriminação dos grupos descritos pelas categorias de determinada variável dependente.

Maroco (2007) destaca que a análise discriminante objetiva: a identificação das variáveis que melhor diferenciam entre grupos de indivíduos estruturalmente diferentes e mutuamente exclusivos; uso das variáveis para criar uma função discriminante (ou índice) que represente as diferenças entre os grupos; e por fim, para classificar à priori novos indivíduos nos grupos.

Corrar, Paulo e Dias Filho (2007) e Fávero et al. (2009) argumentam que antes de se fazer a segregação de amostras, como pressuposto da análise discriminante, é necessário verificar se a combinação linear das variáveis explicativas apresenta uma distribuição normal. Portanto, por meio do Teste de Kolmogorov-Smirnov que analisa se os dados da amostra foram extraídos de uma população com uma distribuição peculiar de frequências, como a distribuição normal, foi constatado que as variáveis do estudo apresentam níveis de significância superior a 0,05, dessa forma, não se pode rejeitar a hipótese nula,  $H_0$ , que estabelece os fatos das variáveis terem distribuição normal.

Conforme mencionado acima, como a análise do teste de normalidade indicou uma distribuição normal dos dados, as variáveis independentes (métricas) utilizadas na análise discriminante compreendem: Liquidez Geral (LG), Capital Circulante Líquido (CCL), Tamanho (TAM), Composição do Endividamento (CE), Participação Capital Terceiro sobre Recursos Totais (PCT), Ebitda (EBIT), Retorno sobre o Ativo (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). Já a variável dependente (categórica), ou seja, não métrica, é o ISE.



## 4 | RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Análise Descritiva dos Dados

Os dados econômico-financeiros das empresas de energia e de papel e celulose brasileiras foram extraídos por meio da base de dados Economática®. A partir destes dados coletados foi realizada a análise descritiva, considerando cada variável, conforme apresentado na Tabela 2.

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
<b>LG</b>	61	0,00	48,90	2,53	6,36
<b>CCL</b>	61	-3.568.939,00	11.267.185,00	547.727,25	1.832.086,08
<b>TAM</b>	61	2,51	8,16	6,48	0,98
<b>CE</b>	61	0,00	1,00	0,37	0,23
<b>PCT</b>	61	-1,24	32,66	3,10	5,00
<b>EBIT</b>	61	-442.797,00	6.381.316,00	875.048,07	1.186.609,26
<b>ROA</b>	61	-0,92	0,23	0,02	0,15
<b>ROE</b>	61	-5,06	0,87	0,01	0,72

Tabela 2 - Estatísticas descritivas

Fonte: Dados da Pesquisa

Por meio da Tabela 2, a variável que trata do tamanho da entidade é representada pelo logaritmo natural do ativo total (TAM), possuindo uma média de representatividade de 6,48. As variáveis que representam a liquidez da empresa são: liquidez geral (LG) e capital circulante líquido (CCL). A LG demonstra um índice de 2,53, em média, já o CCL apresenta um valor médio de 547.727,25.

As variáveis que evidenciam o endividamento da amostra deste estudo são compostas pelas variáveis que demonstram o endividamento em relação ao capital próprio (PCT) e a composição do endividamento no curto prazo (CE). A variável PCT possui um índice de 3,10 em média, o que revela que as organizações de distribuição e geração de energia e de papel de celulose estão com o endividamento elevado em relação ao seu patrimônio líquido. A variável CE demonstra que em média 37% do total das dívidas da empresa, ou seja, capital de terceiros, faz parte do curto prazo, com um mínimo de 0% e um máximo de 100%.

Por fim, as variáveis que representam a rentabilidade da empresa são: ebitda (EBIT), retorno sobre o ativo (ROA) e retorno sobre o patrimônio líquido (ROE). O EBIT apresenta um valor médio de 875.048,07, já o ROA e ROE apresentam índices médios de 0,02 e 0,01, respectivamente, e, além disso, ROA e ROE possuem índices negativos em seus mínimos.

### 4.2 Fatores Discriminantes entre o Índice de Sustentabilidade e os Indicadores Econômico-financeiros

A Tabela 3 evidencia o teste de médias dos grupos para cada variável explicativa,

referente à liquidez geral (LG), capital circulante líquido (CCL), tamanho (TAM), composição do endividamento (CE), participação capital terceiro sobre recursos totais (PCT), ebitda (EBIT), retorno sobre o ativo (ROA) e retorno sobre o patrimônio líquido (ROE). O teste também identifica as variáveis que são as melhores discriminantes do índice de sustentabilidade empresarial (empresa que não participa do ISE, empresa que participa do ISE).

	Lambda de Wilks	Z	df1	df2	Sig.
<b>LG</b>	0,982	1,086	1	59	0,302
<b>CCL</b>	0,933	4,220	1	59	0,044
<b>TAM</b>	0,844	10,922	1	59	0,002
<b>CE</b>	0,994	0,373	1	59	0,544
<b>PCT</b>	0,987	0,781	1	59	0,380
<b>EBIT</b>	0,660	30,344	1	59	0,000
<b>ROA</b>	0,990	0,575	1	59	0,451
<b>ROE</b>	0,993	0,400	1	59	0,529

Tabela 3 - Testes de igualdade de médias de grupo

Fonte: Dados da Pesquisa

Segundo Fávero et al. (2009), o Lambda de Wilks varia de 0 a 1 e tem como propósito testar a existência de diferenças nas médias entre os grupos para cada variável. O autor destaca que valores elevados indicam ausência de diferenças entre os grupos.

Portanto, com base nos resultados, constata-se na Tabela 3 que as variáveis mais discriminantes dos grupos são o ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL), pois apresentam os menores valores de Lambda de Wilks. De modo contrário, retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), composição do endividamento (CE), retorno sobre o ativo (ROA), participação capital terceiro sobre recursos totais (PCT) e liquidez geral (LG) são as variáveis que representam menor grau de discriminação. Vale destacar que os indicadores ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL) podem ser considerados baixos e apresentam boa diferença entre os outros.

Fávero et al. (2009) destacam que o Sig. F expressa às diferenças entre as médias e é calculado por meio da relação entre a soma dos quadrados dos erros totais dentro dos grupos e da soma dos quadrados dos erros totais. Dessa forma, considerando uma probabilidade de erro de 5% (nível de significância  $\alpha = 0,05$ ), os resultados da Tabela 3 do presente estudo revelam que as variáveis ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL) se mostraram possíveis discriminantes dos grupos. O resultado do fator discriminante da variável tamanho (TAM) junto as empresas que não participam do ISE e das que participam do ISE, corrobora com os achados de Hackston e Milne (1996), Nunes et al. (2010) e Favaro e Rover (2014). Já os resultados

das variáveis ebitda (EBIT) e capital circulante líquido (CCL), corroboram com os de achados Melo et al. (2012).

A Tabela 4 evidencia a matriz de correlação para avaliação das variáveis.

		LG	CCL	TAM	CE	PCT	EBIT	ROA	ROE
Correlação	LG	1,000							
	CCL	0,004	1,000						
	TAM	-0,446	0,228	1,000					
	CE	0,412	-0,214	-0,201	1,000				
	PCT	-0,203	-0,089	0,087	-0,005	1,000			
	EBIT	-0,138	-0,170	0,388	-0,139	-0,072	1,000		
	ROA	0,232	0,007	0,181	0,431	-0,057	0,172	1,000	
	ROE	0,060	0,068	0,025	0,026	-0,720	0,208	0,265	1,000

Tabela 4 - Matrizes dentro de grupos em pool<sup>a</sup>

Fonte: Dados da Pesquisa

A literatura destaca que a existência de correlações muito elevadas entre as duas variáveis denotam a presença de multicolinearidade (FÁVERO et al., 2009). Os resultados da Tabela 4 revelam que não há problemas de elevadas correlações entre duas variáveis, o que indica ausência de multicolinearidade. A maior correlação positiva ocorreu entre a composição de endividamento (CE) e retorno sobre o ativo (0,431), o que induz à conclusão de que maiores composição de endividamento (CE) estão relacionados a maiores retornos sobre o ativo (ROA).

Na Tabela 5 é evidenciado os autovalores da função discriminante. Os autovalores (*eigenvalues*) representam o percentual de variância explicada em termos de diferenças entre os grupos e consiste em uma medida relativa de quão diferentes os grupos são na função discriminante. Os resultados apontam que a primeira função discriminante apresenta um percentual de 100%, ou seja, contribuiu de forma significativa para demonstrar as diferenças entre os grupos.

Função	Autovalor	% de variância	% cumulativa	Correlação canônica
1	0,740 <sup>a</sup>	100,0	100,0	0,652

a. As primeiras 1 funções discriminantes canônicas foram usadas na análise.

Tabela 5 - Valores próprios

Fonte: Dados da Pesquisa

Ainda na Tabela 5, a última coluna apresenta a correlação canônica, que, de acordo Fávero et al. (2009), mostra à razão da variação entre os grupos e a variação total. Os resultados indicam que a função discriminante apresenta percentual elevado, corroborando para um maior poder discriminante ao relacionar com a coluna de variância.

Na sequência, a Tabela 6 apresenta o valor de Lambda de Wilks, sendo que a

função apresenta-se significativa (nível de significância  $\alpha = 0,000$ ).

Teste de funções	Lambda de Wilks	Qui-quadrado	df	Sig.
1	0,575	30,469	8	0,000

Tabela 6 - Lambda de Wilks

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Tabela 7 são identificados os coeficientes não padronizados da função discriminante para cada uma das variáveis explicativas.

1	Função
LG	-0,073
CCL	0,000
TAM	0,039
CE	1,134
PCT	-0,058
EBIT	0,000
ROA	-0,468
ROE	-0,466
(Constante)	-1,427

Coeficientes não padronizados

Tabela 7 - Coeficientes de função discriminante canônica

Fonte: Dados da Pesquisa

Os coeficientes para construção da função discriminante é significativa para separar as observações em grupos. Essa estatística tem relevância para apontar se a função discriminante selecionada reflete as diferenças entre os grupos.

Por meio da Tabela 7, é possível estruturar a função discriminante, como segue:

$$Z^1: -1,427 - 0,073.lg + 0,000.ccl + 0,039.tam + 1,134.ce - 0,058.pct + 0,000.ebit - 0,468.roa - 0,466.roe$$

A Tabela 8 evidencia a contribuição de cada variável para a função discriminante.

	Função
	1
EBIT	0,834
TAM	0,500
CCL	0,311
LG	-0,158
PCT	-0,134
ROA	0,115
ROE	0,096
CE	-0,092

Correlações entre grupos no conjunto entre variáveis discriminantes e funções discriminantes canônicas padronizadas. Variáveis ordenadas por tamanho absoluto de correlação na função.

Tabela 8 - Matriz de estruturas

Fonte: Dados da Pesquisa

A Tabela 9 apresenta a posição de cada um dos centróides dos grupos em um mapa territorial.

ISE	Função
<b>Não Participa do ISE</b>	-0,419
<b>Participa do ISE</b>	1,710

Funções discriminantes canônicas não padronizadas avaliadas em médias de grupo

Tabela 9 - Funções em centroides de grupo

Fonte: Dados da Pesquisa

Na Tabela 10, é apresentado os coeficientes das funções de classificação, que, de acordo com Maroco (2007), tem como propósito classificar observações, não tendo interpretação discriminante.

	ISE	
	Não Participa do ISE	Participa do ISE
<b>LG</b>	3,364	3,210
<b>CCL</b>	-1,512	-8,868
<b>TAM</b>	13,963	14,046
<b>CE</b>	11,551	13,965
<b>PCT</b>	0,461	0,337
<b>EBIT</b>	-3,318	-1,157
<b>ROA</b>	-32,172	-33,168
<b>ROE</b>	4,222	3,230
<b>(Constante)</b>	-48,192	-54,011

Funções discriminantes lineares de Fisher

Tabela 10 - Coeficientes de função de classificação

Fonte: Dados da Pesquisa

Assim, a partir dos resultados apresentados na Tabela 10, para o enquadramento em um dos níveis, uma nova organização a ser observada seria classificada no grupo em que o escore discriminante fosse maior, calculado da seguinte maneira:

**Não Participa do ISE:**

$$-48,192 + 3,364.lg - 1,512.ccl + 13,963.tam + 11,551.ce + 0,461.pct - 3,318.ebit - 32,172.roa + 4,222.roe$$

**Participa do ISE:**

$$-54,011 + 3,210.lg - 8,868.ccl + 14,046.tam + 13,965.ce + 0,337.pct - 1,157.ebit - 33,168.roa + 3,230.roe$$

A Tabela 11 mostra os resultados da classificação.

ISE			Associação ao grupo prevista		Total
			Não Participa do ISE	Participa do ISE	
Original	Contagem	Não Participa do ISE	47	2	49
		Participa do ISE	5	7	12
	%	Não Participa do ISE	95,9	4,1	100,0
		Participa do ISE	41,7	58,3	100,0

a. 88,5% de casos agrupados originais classificados corretamente.

Tabela 11 - Resultados da classificação<sup>a</sup>

Fonte: Dados da Pesquisa

Com base na Tabela 11, constata-se que 88,5% das observações foram classificadas corretamente. Com a existência de dois grupos de estudo, uma função foi estimada.

Portanto, com base nos resultados apresentados, o autovalor (medida relativa de quão diferentes são os grupos em estudo) associado a essa função foi 0,740. Pelos resultados apresentados, a função discriminante apresenta 100% de contribuição para demonstrar as diferenças entre os grupos.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral consistiu em evidenciar os fatores discriminantes entre o índice de sustentabilidade empresarial e os indicadores econômico-financeiros das empresas brasileiras de energia e de papel e celulose listadas na BM&FBovespa.

Na Análise Discriminante, considerando que o Lambda de Wilks varia de 0 a 1 e tem como propósito testar a existência de diferenças nas médias entre os grupos para cada variável, foi possível observar que há diferença, ou seja, separação entre os grupos. Dentro da amostra, as variáveis que melhor representam a separação são: o ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL). Por outro lado, retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), composição do endividamento (CE), retorno sobre o ativo (ROA), participação capital terceiro sobre recursos totais (PCT) e liquidez geral (LG) são as variáveis que tem menos força para discriminá-los, pois apresentam de forma próxima os maiores Lambdas de Wilks. Os resultados revelam que os indicadores ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL) podem ser considerados baixos e apresentam boa diferença entre os outros.

Pode-se observar a existência de uma função discriminante, o que denota a existência dos seguintes grupos: organizações que não participam do ISE e organizações que participam do ISE. As variáveis ebitda (EBIT), tamanho (TAM) e o capital circulante líquido (CCL) são as que apresentam mais destaque na função. Isso significa que contribuem com maior importância para a separação entre os grupos em



empresas que não participam do ISE e empresas que participam do ISE. O resultado do fator discriminante da variável tamanho (TAM) junto as empresas que não participam do ISE e das que participam do ISE, corrobora com os achados de Hackston e Milne (1996), Nunes et al. (2010) e Favaro e Rover (2014). Já os resultados das variáveis ebitda e capital circulante líquido (CCL), corroboram com os de achados Melo et al. (2012).

Conclui-se que os resultados da função discriminante contribuem para demonstrar as diferenças entre os grupos de empresas de energia e de papel e celulose (não participa do ISE e participa do ISE). E com base no exposto, conclui-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, e que a temática sustentabilidade tem sido foco de discussões frequentes no âmbito acadêmico e empresarial. Dessa forma, atitudes e práticas mais transparentes nas abordagens sociais e ambientais estão sendo exigidos pela sociedade, o que faz com que as organizações se preocupem mais com fatores sustentáveis e financeiros.

Para estudos futuros estudos, sugere-se que outras variáveis sejam consideradas para evidenciar os fatores discriminantes entre o índice de sustentabilidade empresarial e os indicadores econômico-financeiros das empresas. Sugerem-se também estudos comparativos e a inclusão de outros grupos de empresas.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura de análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARBOSA, P. R. A. **Índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores de São Paulo (ISE-BOVESPA): exame da adequação como referência para aperfeiçoamento da gestão sustentável das empresas e para formação de carteiras de investimento orientadas por princípios de sustentabilidade corporativa**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto COPPEAD de Administração, 2007.

Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Índice de Sustentabilidade Empresarial. **O Valor do ISE**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/O-Valor-do-ISE.pdf>>. Acesso em 30 ago. 2015.

Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). (2012). **O que é sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/novo-valor/pt-br/o-que-e.asp>. Acesso em: 20 ago. 2015.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P. S.. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre, Bookman, 2003.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M.. **Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, , 2007.

CUNHA, J. V. A.; RIBEIRO, M. S.. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração**, v.1, n.1, p.1-23, 2008.

D'ARCIMOLES, C.; TREBUCQ, S. **The Corporate Performance – Financial Performance Link: Evidence from France**. Univ. of Bordeaux Dept. of Int'l Acc'tg. Working Paper no. 02-01. Mar. 2002.

Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/abstract=306599>>. Acesso em: 20 Ago. 2015.

MELO, E. C.; DE ALMEIDA, F. M.; DA SILVA SANTANA, G. A.. Índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e desempenho financeiro das empresas do setor de papel e celulose. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 4, n. 3, p.95-112, 2012.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

FASOLIN, L. B.; KAVESKI, I. D. S.; CHIARELLO, T. C.; MARASSI, R. B.; HEIN, N. Relação entre o Índice de Sustentabilidade e os Indicadores Econômico-financeiros das empresas de energia brasileiras. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 18, n. 2, p.955-981, 2014.

FAVARO, L. C.; ROVER, S.. Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE): a associação entre os indicadores econômico-financeiros e as empresas que compõem a carteira. **Contabilometria - Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting**, v. 1, n. 1, p. 39-55, 2014.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. F.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FISCHMANN, A. A.; ZILBER, M. A. Utilização de indicadores de desempenho como instrumento de suporte à gestão estratégica. XXIII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD). Foz do Iguaçu, **Anais...**, 1999.

GITMAN, L.J.. **Princípios de Administração Financeira**. 12º Ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

HACKSTON, D.; MILNE, M. J. Some determinants of social and environmental disclosure in New Zealand companies. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v.9, n.1, p.77-108, 1996.

HELFERT, E. A. **Técnicas de análise financeira: um guia prático para medir o desempenho dos negócios**. 9 ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

KPMG. **International survey of corporate responsibility reporting**. 2011. Disponível em: <http://www.kpmg.com/PT/pt/IssuesAndInsights/Documents/corporate-responsibility2011.pdf>. Acessado em: 20 ago. 2015.

LANZANA, A. P. **Relação entre evidenciação e governança corporativa das empresas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo - FEA/USP, São Paulo, 2004.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D.. **ISE - Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. São Paulo: Report, 2010.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. 3. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORAES, L. F. S.; PERERA, L. C. J.; DO MILANI FILHO, M. A. F.; KERR, R. B. Desenvolvimento Sustentável e Insolvência: Um Estudo de Empresas Brasileiras. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade-GeAS**, v. 3, n. 2, p. 39-57, 2014.

NUNES, J. G.; TEIXEIRA, A. J.; NOSSA, V.; GALDI, F. C. . Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&FBOVESPA de sustentabilidade empresarial. **BASE-Revista de**

**Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 7, n. 4, p. 328-340, 2010.

PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 36, p. 7-20, 2004.

REZENDE, I. A. C.; NUNES, J. G.; PORTELA, S. S.. Um estudo sobre o desempenho financeiro do Índice BOVESPA de Sustentabilidade Empresarial. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 2, n. 1, p. 71-93, 2008.

ROVER, S.; BORBA, J. A.; MURCIA, F. D.; VICENTE, E. F. R. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre a evidenciação das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, FEARP/USP, v. 2, n. 3, p. 53-72, 2008.

SILVA, J. P.. **Análise financeira das empresas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA MACEDO, M. A; CORRAR, L. J. Análise Comparativa do Desempenho Contábil-Financeiro de Empresas com Boas Práticas de Governança Corporativa no Brasil. **Revista Contabilidade e Controladoria - RC&C**, v. 4, n. 1, p 42-61, 2012.

## FATORES EXPLICATIVOS DA REDUÇÃO DE CUSTOS PÚBLICOS DOS PRODUTOS CONTRATADOS POR PREGÃO ELETRÔNICO NO MERCADO BRASILEIRO

**Silvio Paula Ribeiro**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
(UFMS) Três Lagoas (MS)

**Clari Schuh**

Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)  
Santa Cruz do Sul (RS)

**Clóvis Antônio Kronbauer**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)  
São Leopoldo(RS)

**Viviane da Costa Freitag**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
(Unisinos) São Leopoldo(RS)

**RESUMO:** O estudo analisa fatores determinantes na redução dos custos nas compras públicas, na modalidade “pregão eletrônico”. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental e quantitativa. A questão principal foi: verificar se é possível explicar a redução dos custos públicos ao utilizar-se da modalidade de compras pregão eletrônico pelas variáveis estudadas? Os resultados foram mais explicativos que outros estudos encontrados, algumas das variáveis estudadas, tais como: número de processos, (PIB) produto interno bruto e valor total das compras por pregão, explicam a redução de preços nas compras efetuadas pelo governo no período estudado. Vale ressaltar que variáveis como o número de fornecedores não mostraram significância, contrariando outros achados na literatura e para

cada 1% de variação no número de processos ocorre a economia de 0,99%. Já 1% de variação positiva em relação ao PIB, a redução dos custos públicos é de 0,32% no valor pago.

**PALAVRAS-CHAVE:** Compras Públicas; Licitações; Compras Governamentais.

**ABSTRACT:** The study analyzes the determining factors in reducing costs in public procurement, in “electronic trading” mode. The research is characterized as descriptive, document and quantitative. The main question was: see if you can explain the reduction of public costs to be used in electronic trading shopping mode the variables? And the results were more explanatory than other studies found some of the variables, such as number of cases (GDP) gross domestic product and total value of purchases for trading, explain the price reduction in the purchases made by the government during the study period . Note that variables such as the number of suppliers no significance, contrary to other findings in the literature and for each 1% change in the number of processes is the economy of 0.99%. Already 1% positive growth in GDP, reduction of public costs is 0.32% on the amount paid.

**KEYWORDS:** Public Purchases; Auctions; Government Purchases.

## 1 | INTRODUÇÃO

A eficiência do gasto público deve ser um aspecto relevante da política fiscal e um elemento essencial para estabelecer o desenvolvimento do Estado, assim as compras na área pública tornam-se um aspecto chave. (SILVA, 2007, p. 38). O governo tem procurado, em todas as esferas, a redução dos gastos públicos. (BATISTA & MALDONADO, 2008). Uma forma de redução pode ocorrer por meio da otimização das compras, diante deste contexto (FARIA *et al.*, 2010, p. 1406), afirma que “em qualquer organização, o setor de compras constitui um componente importante para o alcance dos objetivos institucionais. As compras governamentais estão organizadas na forma de sistema, integrado por unidades administrativas distribuídas por todos os ministérios, autarquias e fundações públicas da administração federal (BRASIL, 2002).

As compras na área pública ocorrem por meio de licitação e estas apresentam diversas características, entre essas a definida como “Pregão”. A definição desta modalidade para (SILVA, 2007, p. 15) corresponde à destinação de “aquisição de bens e serviços comuns e apresenta como importante característica a celeridade nos processos licitatórios, minimizando custos para a Administração Pública, e vem se consolidando como a principal forma de contratação do Governo Federal Brasileiro”.

Já em relação às compras realizadas em 2014, o pregão eletrônico respondeu por 59,7% das compras governamentais, com um gasto de R\$ 37,08 bilhões, sendo empregado em 33,8 mil processos (17,1%). Se comparado apenas às modalidades licitatórias, essa forma de contratação foi responsável por 91,1% dos gastos em aquisições, resultando numa economia para os cofres públicos da ordem de R\$ 7,9 bilhões (18%). Em relação ao número de certames licitatórios, o pregão eletrônico respondeu por 94% dos certames. (COMPRASNET, 2015).

Diante do contexto das pesquisas (PEREIRA, 2000; FERNANDES, 2003; SILVA, 2007; BATISTA & MALDONADO, 2008; FARIA, FERREIRA, SANTOS & SILVEIRA, 2010; FERNANDES, 2010; BORGES, 2011; PEREIRA, SENNA, ALVES & GRACIOLI, 2014; HENGEMBER, 2013; COGO, 2015) observa-se a formação de duas correntes. A primeira corrente aborda os seguintes aspectos das políticas de compra e contratação da área pública: trajetória, legislação, redução de preços, desempenho, regime das licitações, ética e o sistema de compras eletrônicas. A segunda corrente trata das nuances sustentáveis utilizadas no processo, entre elas: meio ambiente, licitações sustentáveis, impacto ambiental, desenvolvimento sustentável, compras públicas sustentáveis e critérios sustentáveis. Cabe lembrar que estas pesquisas foram produzidas por diversas áreas do conhecimento: Administração, Ciências Contábeis, Economia, Direito e apresentam na maioria uma abordagem qualitativa como meio de análise dos dados.

O estudo teve como premissa analisar fatores determinantes na redução dos custos nas compras públicas, na modalidade “pregão eletrônico”. A questão principal foi verificar se é possível explicar a redução dos custos públicos ao utilizar-se da

modalidade de compras pregão eletrônico pelas variáveis estudadas? Para tanto foi realizado um resgate da literatura sobre custos públicos, pregão eletrônico e pesquisa empíricas sobre pregão eletrônico, para esse estudo foram coletados dados secundários do ministério do planejamento, por meio dos sites [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br). A análise compreendeu o período de 2008 a 2014.

## 2 | REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

O Referencial foi subdividido sob os temas: custos de transação e a gestão pública; o pregão eletrônico; principais pesquisas sobre pregão eletrônico; Modelos econométricos utilizados em pesquisas sobre o pregão eletrônico.

### 2.1 Custos de Transação e a gestão pública.

Os custos de transação econômicos não só são aplicados em nível de organizações industriais, mas também em diversos setores da economia, tais como: emprego, finanças públicas, comparativos de sistemas econômicos e reforma e desenvolvimento econômico. (WILLIAMSON, 2011, p. 32).

Uma das principais questões na área de gestão, que está ligada com os custos de transação, reside em saber: o que leva uma empresa a internalizar suas atividades e essa baseia-se no mercado? Diante do contexto, (WILLIAMSON, 1981) contribuiu com o núcleo dos custos de transação ao destacar que os pressupostos comportamentais dos agentes são: o oportunismo e a racionalidade limitada. E os aspectos da transação são: a especificidade dos ativos, a frequência das transações e a incerteza que permeia as relações dos agentes econômicos.

O pressuposto comportamental da racionalidade limitada é disposto por Simon (1945), que especifica que uma decisão administrativa só pode ser considerada correta se escolher os meios adequados para atingir as finalidades preestabelecidas. O processo decisório racional envolve a comparação dos meios alternativos em função dos fins respectivos que se espera alcançar.

Alguns indivíduos são oportunistas, que é uma expressão profunda do agir em interesse próprio (WILLIAMSON *in* WILLIAMSON; WINTER, 1996). O comportamento oportunista foi apresentado por (WILLIAMSON, 1985, p. 47) como uma ação proposital onde “os agentes econômicos buscam os seus próprios interesses nas transações, agem em benefício próprio aproveitando-se de lacunas ou omissões contratuais em detrimento dos parceiros”.

Como consequência, os agentes fazem esforços de seleção ex-ante e se acreditam salvaguardar ex-post por meio dos contratos, a fim de evitar que os agentes, os quais têm menos princípios, (os mais oportunistas) possam explorar excessivamente quem tem mais princípios. (WILLIAMSON, 1985).

O questionamento essencial em relação a essa teoria é, o que de fato é uma transação? De acordo com (WILLIAMSON 2011, p. 552), “a transação ocorre quando



um bem ou serviço é transferido por meio de uma lógica. Uma fase termina e outra começa”. Entende-se que, as relações dos agentes responsáveis pela realização do referido processo, seja esse, na atividade comercial, industrial, serviço ou área pública, são regidos por um contrato, que por sua vez proporcionam o surgimento de outros custos, além dos conhecidos custos de produção.

Cada transação tem um custo, a informação nessas transações sempre será incompleta, os indivíduos são racionais de forma limitada e oportunistas, os contratos regem as relações, cada transação tem um custo *ex-ante* e *ex-post* (COASE *in* WILLIAMSON, WINTER; 1996).

Ao analisar os custos de transação procura-se apresentar a dinâmica de determinados aspectos relacionados a troca de um bem ou serviço entre os agentes econômicos. A unidade ou o objeto de análise da teoria dos custos de transação é o contrato. O contrato tem um custo que inclui prever as incertezas geradas pela subjetividade da decisão entre internalizar a produção ou comprar externamente (WILLIAMSON, 1981).

A incerteza na atividade pública pode aumentar os custos no processo licitatório, inclusive na modalidade denominada pregão eletrônico, uma vez que o agente público pode não ter cadastro de fornecedores concorrentes, ou parte dos agentes desconhecerem o certame. Porém o número de fornecedores concorrentes pode não representar uma redução de custos, se esses agirem de forma oportunista e “organizarem-se” fornecendo preços combinados. Essa prática pode ser tratada como crime, onde não há concorrência apesar do número de fornecedores.

A especificidade dos ativos pode fazer com que os custos do produto sejam maiores. O grau de especificidade do ativo para (WILLIAMSON, 1981) apresenta o grau de rigidez da relação contratual, quanto maior a especificidade, maiores os custos diante da necessidade de uso ou consumo deste ativo.

A especificidade do ativo na área pública pode proporcionar mais custos aos cofres públicos e uma opção seria a produção interna do produto ou serviço, ou ainda, em última hipótese o incentivo por parte do governo com o propósito de criação de novos fornecedores deste serviço ou produto específico.

A teoria dos custos de transação é relevante nos estudos sobre pregão eletrônico e devem ser aprofundados, pelo fato da possibilidade de explicação quanto aos pressupostos teóricos: incerteza, especificidade dos ativos e oportunismo. O problema em relação as compras por pregão eletrônico corresponde a assimetria de informação entre os agentes envolvidos na transação. O contexto justifica o conflito de interesses pelo fato do órgão público pretender pagar menos e o vendedor no caso, apesar da lógica inversa de leilão, tem o propósito de ofertar o menor lance, o suficiente para vencer a concorrência. Alguns modelos econométricos foram utilizados neste tema, como (SILVA, 2007; FARIA *et al.*, 2010). Porém, os estudos devem ser aprimorados, no sentido de melhorar o poder explicativo dos resultados.

Os administradores do setor público necessitam de um conjunto de informações

gerenciais para cumprir com eficiência, eficácia e efetividade as políticas públicas. (MACHADO e HOLANDA, 2010, p. 792). Portanto, os profissionais da área de custos públicos devem analisar a incerteza, as especificidades dos ativos e os aspectos associados ao oportunismo dos agentes no momento de gerir os recursos públicos, com o propósito de minimizar os custos. Assim, a modalidade de compras definida como “pregão eletrônico” foi criada com o propósito de proporcionar mais transparência e eficiência das compras públicas. Pelo fato, de variáveis como: quantidade de produtos, número de processos, quantidade de fornecedores cadastrados, produto interno bruto (PIB) entre outros fatores, que se administrados podem proporcionar melhores pregões nas compras e conseqüentemente menores valores de custos públicos.

## 2.2 O pregão eletrônico

Essa modalidade de licitação foi instituída pela Lei 10.520 de 2002. Ao ser instituída, alterou o dispositivo de Lei de 8.666/93 que tinha como premissa proibir a criação de outras modalidades de licitação, nessa Lei, o fornecimento de bens era realizado em sessões públicas, de caráter nacional, por meio de propostas que poderiam ser realizadas de forma eletrônica ou presencial, estabelecendo um leilão ao contrário, no qual ao estabelecer o menor preço, os licitantes podiam oferecer valores, possibilitando a disputa aberta de preços entre os concorrentes.

Essas modalidades de licitação são fundamentadas na legislação brasileira e devem seguir determinados critérios, a modalidade, objeto de estudo dessa investigação é o “Pregão”. As características desta modalidade, segundo (SILVA, 2007) são: inversão das fases de licitação; possibilidade de leilão reverso; prazo para abertura de licitação; utilização de meios eletrônicos; qualquer valor estimado de contratação e por fim, essa modalidade admite como critério de contratação o de menor preço.

No setor público, as compras também atendem atividades fundamentais e dentre as várias modalidades possíveis para a realização das compras, elenca-se a: concorrência; tomada de preços; pregão; convite; concurso e leilão. Dentre essas, destaca-se o “pregão eletrônico” (BRASIL 2002).

O pregão na forma eletrônica é realizado em sessão pública, utilizando-se de tecnologia da informação que promove a comunicação pela *internet*. É um procedimento que permite aos licitantes encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. (SILVA, 2007, p. 17). A área pública brasileira tem-se preocupado com a organização deste mecanismo, adaptando-se e oferecendo novos suportes ao seu público.

Para organizar o sistema de compras, o Brasil conta com o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) que trata-se de um mecanismo de suporte informatizado aos processos de compras e contratações. Disseminado por todos os ministérios, autarquias e fundações e corresponde a uma experiência bem-sucedida de informatização dos procedimentos de compra e contratação governamental no âmbito

do Governo Federal Brasileiro. Outra ação de organização do sistema de compras, se dá pelo portal de compras do Governo Federal denominado *comprasnet* (BRASIL, 2002).

Portanto, o SIASG pode ser entendido como o sistema onde são realizadas as operações das compras governamentais dos órgãos integrantes do Sistema de Serviços Gerais (SISG). O Sistema é formado por subsistemas para as diferentes etapas do processo licitatório, como a divulgação e a realização das licitações, a emissão de notas de empenho, o registro dos contratos administrativos, a catalogação de materiais e serviços e o cadastro de fornecedores. (BRASIL, 2015).

Conforme o *Comprasnet* (2015), a quantidade de pregões eletrônicos permaneceu acima dos trinta mil processos no período (2008 a 2013), já as outras modalidades de compras apresentaram uma queda significativa de duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sete volumes, em 2008, para cento e sessenta e três mil, cento e dezessete processos, em 2013. Enquanto os valores atribuídos aos pregões eletrônicos cresceram, os valores das outras modalidades apresentaram uma queda em relação ao valor total das compras nesse período. Este contexto pode fazer com que a sociedade brasileira preocupe-se com os caminhos tomados pelos indivíduos e em relação ao processo em si de compras na área pública.

### **2.3 As principais pesquisas sobre pregão eletrônico**

Inicialmente essa investigação procedeu a um levantamento do estado da arte da pesquisa direcionada ao tema pregão eletrônico. A busca iniciou-se pelas bases de dados Portal de Periódicos da Capes e EBSCOhost.

As pesquisas relacionadas ao pregão eletrônico apresentam um caráter incipiente em relação a quantidade e qualidade das pesquisas. Assim, realizou-se busca por meio de portais e junto as revistas da área de administração pública e aos programas de mestrado e doutorado em administração pública foram identificados dez artigos, cinco dissertações e apenas uma tese

Pereira (2000) realizou uma pesquisa bibliográfica apresentando os aspectos legais das licitações por pregão e entre as considerações destacou que esta tem como principal objetivo a inversão do procedimento, não é aquela em que a empresa vencedora apresenta o lance mais alto, e sim a do menor valor oferecido. Este procedimento evita os litígios tornando mais rápido o procedimento.

Fernandes (2003) abordou o desenvolvimento, desempenho e resultados alcançados por sistemas de compras eletrônicas no contexto dos governos, focalizando o caso do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e seu portal na Internet, o *Comprasnet*. Com relação ao seu desempenho e resultados, são apresentadas diversas evidências de avanços em especial, a redução de preços nas licitações realizadas em meio eletrônico, a ampliação do acesso e da participação dos fornecedores, a melhoria de eficiência dos procedimentos de licitação e a ampliação

da transparência e do controle sobre as compras.

Silva (2007) propôs a hipótese que um número maior de concorrentes proporciona um menor preço para os compradores. Os principais determinantes para que o preço final de um pregão eletrônico seja inferior ao preço estimado pela administração pública são o número de fornecedores e o número de lances, ressaltou que o número ideal de fornecedores para a administração pública está situado em um intervalo de 11 a 15 fornecedores.

O estudo de Batisita e Maldonado (2008) contemplaram características e causas que potencializam os contextos da gestão das compras institucionais, os aspectos da administração pública brasileira, a função administrativa de compra, o papel do comprador público no processo, o seu perfil, o seu comportamento ético, bem como a possibilidade de redução de custos na aquisição de materiais para a pesquisa científica.

Faria et. al. (2010) testaram a relação da variação dos preços com as variáveis: número de fornecedores, especificidade dos ativos, frequência das transações, quantidade, oportunismo dos agentes, tempo de existência e faturamento da empresa ganhadora e número de lances da disputa. As variáveis de números de fornecedores, especificidade dos ativos, quantidade e frequência das transações apresentaram um poder de explicação conjunta de 67,4% das variações dos preços. Assim, os órgãos públicos devem desenvolver ações que busquem maximizar o efeito destas variáveis com o objetivo de reduzir os preços pagos.

A investigação de Fernandes (2010) com base no modelo de *John Kingdon*, desdobrou a análise em fluxos do processo político, dos problemas emergentes e das soluções, em cada contexto histórico específico. Esse estudo, descreveu seis casos para elucidar como se desenvolveu o processo de mudança, quais os atores relevantes, ideias, modelos e eventos políticos que explicam suas circunstâncias e resultado.

Borges (2011) realizou um estudo sobre licitações sustentáveis no âmbito das Instituições Federais do Brasil, baseado no caso da Universidade Federal do Paraná, com o objetivo de diagnosticar como vem sendo aplicada a instrução normativa 01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão os resultados apontam que a política de sustentabilidade ainda não é tão efetiva por questões culturais.

Rodrigues Junior (2012) realizou uma abordagem do tema licitações sob a ótica do direito administrativo, e verificou que houve um tempo muito grande para encerrar os pregões eletrônicos e para confecção de ata de registro de preços quando o certame tinha mais de 200 itens.

Utilizando a Teoria dos Custos de Transação, Faria, Ferreira e Gonçalves (2013) classificaram os fornecedores de certames em três grupos: alto risco, baixo risco e risco moderado. Os autores concluíram que os Órgãos Públicos devem criar salvaguardas contra atitudes oportunistas. Por isso destacaram a importância da especificação correta dos produtos para não dar margem para a cotação de produtos de qualidade inferior, e também que sejam aplicadas, aos fornecedores oportunistas, as sanções

previstas na lei.

Ferreira, Medina e Reis (2014) concluíram que o pregão eletrônico é um instrumento capaz de minimizar ações oportunistas de agentes contratuais, pois dificulta a formação de cartéis e a promoção de fraudes, contribuindo para eficiência nos gastos públicos municipais.

Ao analisar as licitações sustentáveis realizadas pelas organizações militares do Exército brasileiro e verificar os critérios ambientais aplicados nas compras públicas por estas instituições (PEREIRA *et al.*, 2014) visualizaram que as licitações sustentáveis foram pouco representativas nas aquisições executadas pelo Exército. Além disso, constataram que há pouca variedade de itens licitados, e que a característica ambiental mais cobrada nas licitações foi de itens oriundos de matéria prima reciclada sinalizando que as compras públicas sustentáveis deverão ser implementadas de forma gradual na economia nacional.

Ao analisar a implantação de compras públicas sustentáveis em universidades federais brasileiras Hengenber (2013) verificou que a implantação encontra-se em estágio inicial e embrionário e que não existe uma política de compra sustentável claramente definida. As ações são pontuais e não ocorrem de forma estratégica e planejada, e constituem tentativas de adequação às demandas normativas.

Cogo (2015) propôs a adoção de critérios de sustentabilidade nas aquisições de bens e contratações de serviços na Gestão Pública Federal, contribuindo para o aprimoramento da conceituação e efetivação das considerações ambientais, econômicas e sociais nos contratos públicos, de acordo com os princípios e as práticas internacionalmente aceitas. Como principal resultado, o presente trabalho relacionou critérios de sustentabilidade a serem adotados nas compras públicas.

Com exceção a (SILVA, 2007; FARIA *et al.*, 2010), os estudos sobre a modalidade de pregão eletrônico seguem como propósito essencial a busca por contribuições qualitativas. Porém, a proposta principal deste trabalho é fazer uma abordagem quantitativa. Assim, no próximo item foram explorados os modelos econométricos utilizados nessa temática

## **2.4 Modelos econométricos utilizados em pesquisas sobre o pregão eletrônico**

Silva (2007) com objetivo de quantificar a influência do número de fornecedores e de lances nos descontos obtidos pela administração, nos diversos pregões eletrônicos realizados pelo município de Fortaleza em 2006, utilizou dois modelos lineares com dados transversais pelo método dos mínimos quadrados. Em ambos os modelos a variável explicativa foi a diferença percentual do valor estimado pela administração e o valor do menor lance. Em outras palavras a variável dependente reflete o ganho percentual em favor da administração pública.

O primeiro modelo de Silva (2007) as variáveis explicadas foram os números de lances e o de fornecedores em cada pregão.

$$(1) \quad Y_i = a_0 + a_1 \text{Forn} + a_2 \text{Lanc} + E_i$$

Variáveis	Significado
$Y_i$	ganho obtido pela administração pública no pregão;
$a_1 \text{Forn}$	número de fornecedores do pregão $i$ ;
$a_2 \text{Lanc}$	número de lances do pregão $i$ ;
$E_i$	erro aleatório normalmente distribuído com média zero e variância constante.

Quadro 1 Variáveis Modelo Silva (2007)

Fonte: (SILVA, 2007)

No segundo modelo o número de fornecedores foram divididos em grupos por meio de variáveis binárias (SILVA, 2007, p. 33):

$$(2) \quad Y_i = 10.1 + 1,07 \text{Forn} + 0,14 \text{Lanc} + E_i$$

(4,8)                      (3,8)                      (5,6)

Para verificar se o efeito do número de fornecedores é linear, o autor optou por estimar um segundo modelo no qual o número de fornecedores foram divididos em grupos através de variáveis binárias (SILVA, 2007, p. 33).

$$(3) \quad Y_i = B_0 \text{Lanc}_i + B_1 D_1 + B_2 D_2 + B_3 D_3 + B_4 D_4 + B_5 D_5 + B_6 D_6 + B_7 D_7 + E_i$$

$a_0 + a_1 \text{Forn} + a_2 \text{Lanc} + E_i$

Com a exceção das variáveis  $D_1$ , até a  $D_7$  as demais variáveis se repetem do modelo anterior essas são variáveis binárias.

Variáveis	Significado
$D_1$	é igual a 1 para os pregões de 1 até 5 fornecedores, e zero caso não se enquadre;
[...] $D_7$	é igual a 1 para os pregões de 31 até 35 fornecedores, e zero caso não se enquadre;
$Y_n$	Variável a ser explicada pelo modelo. Ela corresponde à variação percentual que o pregão eletrônico proporcionou ao preço de venda do produto. O seu cálculo se deu pela diferença entre o preço praticado na empresa ganhadora ( $pv$ ) e o preço praticado na licitação ( $pl$ ) sobre o ( $pv$ ), conforme equação a $Y_n = (pv - pl)/(pv)$ . Esta variável reflete o ganho ou perda que o órgão público teve ao comprar através desta modalidade de licitação.
$Forn_n$	Número de fornecedores que competiram pelo item $n$ de um pregão.
$Lanc_n$	Número de lances dados na disputa do item $n$ de um pregão.
$Quant_n$	Quantidade comprada do item $n$ de um pregão.
$Fat_n$	Faturamento da empresa vencedora na disputa do item $n$ de um pregão.
$Exist_n$	Tempo de existência, em anos, da empresa vencedora do item $n$ de um pregão.
$Especif_n$	Escore de especificidade dos ativos da empresa vencedora do item $n$ de um pregão.
$Oportunn$	Escore de oportunismo da empresa vencedora do item $n$ de um pregão.
$Freqn$	Escore de frequência da empresa vencedora do item $n$ de um pregão.

Quadro 2 Variáveis Modelo Faria *et al.*, (2010)

Fonte: Adaptado de Faria *et al.*, (2010)



Assim, como Silva (2007), Faria et al., (2010) estimaram o modelo pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO). E o modelo seguiu a equação:

$$(4) \quad Y_n = \text{Forn}_n + 1\text{Lanc}_n + \text{Quant}_n + \text{Fat}_n + \text{Exist}_n + \text{Especif}_n + \text{Oportun}_n + \text{Freq}_n + \varepsilon_n$$

Este modelo utilizou-se de dados primários e secundários para analisar as variáveis estudadas. Porém, o estudo não apresentou os meios utilizados para organizar os dados secundários para confirmação do modelo, ou seja, nota-se a falta de detalhes em relação a elaboração do questionário e a formatação dos dados coletados.

No decorrer das pesquisas verificam-se alguns detalhes nos modelos econométricos, os quais diferem-se em algumas peculiaridades, destacadas no quadro três a seguir:

ITENS	MODELO DE SILVA	MODELO DE FARIA E OUTROS
Dados coletados	Utiliza apenas dados secundários.	Utiliza dados primários e secundários.
O $R_2$ ajustado	17,6%	0,487; 0,622; 0,654; 0,674
Cálculo da variável explicada	Utilizada a diferença entre o valor estimado e o valor da licitação.	A diferença percentual entre o preço de venda da empresa ganhadora e o preço praticado na licitação.
Variável lance	Incluída	Não incluída
Modelo	Mínimos Quadrados Ordinários	Mínimos Quadrados Ordinários
Equação	$Y_i = a_0 + a_1\text{Forn} + a_2\text{Lanc} + E_i$ $Y_i = B_0\text{Lanc}_i + B_1D_1 + B_2D_2 + B_3D_3 + B_4D_4 + B_5D_5 + B_6D_6 + B_7D_7 + E_i$ $a_0 + a_1\text{Forn} + a_2\text{Lanc} + E_i$	$Y_n = \text{Forn}_n + 1\text{Lanc}_n + \text{Quant}_n + \text{Fat}_n + \text{Exist}_n + \text{Especif}_n + \text{Oportun}_n + \text{Freq}_n + \varepsilon_n$

Quadro 3 Comparativo entre Modelos

Fonte: Silva (2007); Faria et al., (2010).

O estudo dos modelos permitiu afirmar que estes diferem-se em relação a coleta dos dados, o  $R_2$  ajustado, o cálculo da variável explicada e em relação ao uso de variáveis. E apresentam diferenças significativas em relação aos resultados apresentados nos modelos.

O trabalho de Faria et al., (2010) utilizou-se de duas fontes e coletas de dados, a primária, junto ao site comprasnet, e a secundária, a qual corresponde a um questionário enviado as empresas vencedoras de leilões para contratação de produtos no período entre setembro e dezembro de 2008. Das 195 empresas vencedoras no período estudado, 75 responderam o questionário, mas apenas 59 foram utilizados para a composição do modelo, devido a problemas como ausência de informações pertinentes e questionários *outliers*.

O questionário utilizado foi composto por perguntas correspondentes às características da empresa e outras questões fazendo uso de escala *Likert* para a elaboração dos escores de oportunismo, frequência e especificidade dos ativos de acordo com os princípios da ECT. (FARIA et al., 2010). A crítica em relação aos

dados secundários refere-se ao fato de que, na pesquisa pública essas são as únicas referências aos tais dados, o estudo não detalha o número de questões e também não informa, os procedimentos utilizados para elaboração dos escores, que permitem analisar as variáveis oportunidade, frequência e especificidade dos ativos de acordo com os princípios da ECT. Esta ausência de informações na pesquisa limita de forma relevante a compreensão do estudo. Vale ressaltar que a variável oportunidade não foi confirmada pelo modelo utilizado.

Outro fator relevante é o poder explicativo do modelo ser de no máximo 67%, e o estudo não apresenta possibilidade de melhorar esse índice. Diante deste fato, pode aparecer dúvidas em relação aos testes de *outlier*, afinal no texto os autores destacam a preocupação dos *outlier*, em relação aos dados secundários, mais e quanto aos primários, não houve problemas dessa ordem?

Faria *et al.*, (2010) afirma que o modelo de (SILVA, 2007) “possui um viés científico, pois na prática as pessoas responsáveis pela estimativa dos bens a serem comprados não utilizam critérios para o levantamento deste valor, utilizando dados de licitações passadas, o que deixa estes valores desatualizados, sem refletir a lógica dos preços do mercado”. Assim, diante desta observação a aplicação do modelo de (SILVA, 2007) em dados atualizados pode viabilizar o modelo para outros estudos.

Diante das observações realizadas aos modelos apresentam-se no próximo tópico os procedimentos a serem realizados nesta pesquisa.

### 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

Os resultados pesquisados podem ser úteis para tomada de decisão dos usuários, neste caso os gestores públicos, assim, caracteriza-se como de natureza aplicada (ZIMMERMAN, 2001). Em relação à abordagem do problema a pesquisa classifica-se como quantitativa, por conta da aplicação de um modelo econométrico para alcançar o objetivo. A abordagem quantitativa é aquela em que a averiguação busca o desenvolvimento de conhecimento, que emprega estratégia de investigações como experimentos e utiliza-se de dados pré-determinados, coletados por meio de instrumentos para análise estatística (CRESWELL, 2010).

A pesquisa tem a preocupação de identificar fatores que contribuem para a ocorrência de um fenômeno (KERLINGER, 1979), no caso, os fatores que explicam a redução dos custos na área pública, em específico nas compras por pregão eletrônico, assim, caracteriza-se como sendo uma pesquisa explicativa.

Em relação aos procedimentos, o estudo classifica-se como documental, pelo fato de se amparar na seleção, organização e obtenção de dados que ainda não receberam nenhum tratamento para o objeto que se pretende. E *ex-post facto*, pois a análise com os dados se realiza após a ocorrência dos fatos (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDINI, 2009).

Ainda o trabalho objetivou analisar fatores determinantes na redução dos custos

nas compras públicas, na modalidade “pregão eletrônico”. A análise compreendeu o período de 2008 a 2014 e os dados são de natureza secundária e correspondem ao valor da redução dos custos obtido pela diferença do valor previsto e do realizado pelo governo através do pregão eletrônico, no modelo definido como, economia; o número de pregões realizados nessa modalidade, como se fossem “lotes”, com vários itens, em um único “processo”, denominados aqui, processos; o Produto Interno Bruto (PIB) calculado pelo IBGE, o PIB e o valor total das compras realizadas no período, pela modalidade, e corresponde ao valor efetivamente pago nos “processos” adquiridos na ocasião da realização do pregão, pelo Valor total do pregão. O modelo base dessa pesquisa utilizou-se dos mínimos quadrados ordinários para atender ao propósito principal do estudo.

Os dados foram analisados por meio do software estatístico Eviews.

#### 4 | ANÁLISE DOS DADOS

Diante do contexto, e estudando as equações apresentadas em estudos anteriores, a equação abaixo<sup>1</sup> foi a que mostrou maior coeficiente de explicação, e melhores valores para *Akaike*, *Schwarz* e *Hannan-Quinn* e também estatísticas inferiores de erro de previsão como o *Mean Absolute Error* (MAE), *Mean Absolute Percentage Error* (MAPE) e *Root Mean Square Error* (RMSE), permanecendo os coeficientes relevantes.

$$(5) \quad \text{Log}(e) = \begin{matrix} -0,33 & + 0,99\log(p) & + 2,71\log(\text{PIB}(-4)) & + 0,32\log(vp) \\ (4,26) & (4,26) & (0,29) & (0,12) \end{matrix}$$

As variáveis que foram utilizadas para estimar o modelo e que se mostraram significativas:

C(1)	Redução no preço/ Economia (e)	O desconto obtido pelo governo através do pregão eletrônico.
C(2)	Processos (p)	Referem-se ao número de pregões na modalidade realizados, como se fossem “lotes”, com vários itens, em um único “processo”. (COMPRASNET, 2015).
C(3)	PIB	Foi utilizado o Produto Interno Bruto calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (tabela 1846 – valores a preços correntes), obtidas no (SIDRA, 2015).
C(4)	Valor total do pregão (vp)	Representa o valor total das compras realizadas no período, pela modalidade. Aqui, corresponde ao valor efetivamente pago nos “processos” adquiridos na época”. (COMPRASNET, 2015).

Quadro 4 Variáveis utilizadas no modelo

Fonte: Autores (2018)

Representa o valor total das compras realizadas no período, pela modalidade. Aqui, corresponde ao valor efetivamente pago nos “processos” adquiridos na época”. (COMPRASNET, 2015).

<sup>1</sup> O número entre parênteses, logo abaixo de cada variável, representa o desvio padrão da mesma.

Vale lembrar que quando se coloca *log* em ambos os lados da equação, obtêm-se a elasticidade de uma variável em relação a outra, ou seja, a sensibilidade de uma variável frente as variações de outra. Desta forma, esta sempre apresenta quantos pontos percentuais uma variável variará caso, a outra varie em 1%. (um por cento).

Destaca-se que a regressão estimada não apresenta heteroscedasticidade e autocorrelação. Desta forma, o Teste do Multiplicador de Langrange (LM) indica a não existência de autocorrelação, uma vez que  $LM(1) = 0,09[0,76]$  e  $LM(2)=1,17[0,55]$ . Ainda, não se pode rejeitar a hipótese nula de homocedasticidade, visto que a estimação de volatilidade foi testada pelo modelo *Autoregressive Conditional Heterocedasticity* (ARCH)(1)=2,06[0,15] e ARCH(2)=4,96[0,08].

	<b>Coefficient</b>	<b>Std. Error</b>	<b>t-statistic</b>	<b>Prob.</b>
<b>C(1)</b>	-33.36875	4.263771	-7.826112	0.0000
<b>C(2)</b>	0.999894	0.468949	2.132204	0.0488
<b>C(3)</b>	2.712530	0.295294	9.185853	0.0000
<b>C(4)</b>	0.323789	0.128719	2.515472	0.0229
R-Squared	0.944665	Mean Dependent Var	21.09797	
Adjusted R-Squared	0.934290	S. D. Dependent Var	0.301747	
S.E. of Regression	0.077350	Akaike Info Criterion	-2.104104	
Sum Aquared Resid	0.095728	Schwarz Criterion	-1.904957	
Log Likelihood	25.04104	Hannan – Quinn Criter	-2.065228	
F - statistic	91.04962	Duarbin – Watson Stat	1.600964	
Prob (F-Statistic)	0,000000			

Quadro 5 Resultado do Modelo Mínimos Quadrados Ordinários

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados da pesquisa mostram que uma variação de 1% no número de processos representa aumento da economia do governo em 0,99%, já que quanto maior o lote, maior a concorrência, e, portanto, maior a economia. Estudos anteriores indicam que quanto maior a frequência de ocorrência do fato melhor é a possibilidade de redução dos custos (RODRIGUÊS JÚNIOR, 2003; ARBAGE, 2004; REILEY, 2007). O modelo apresenta uma relação neste sentido ao apresentar que o aumento no número de processos licitados, verifica-se redução no valor pago pelo governo. (SILVA *et al.*, 2010, p. 1420) afirmaram “quanto maior for a quantidade vendida, mais interessa à empresa abrir mão de margens de lucros maiores para obter vantagens através do volume de vendas. Ou seja, um claro *trade off* entre margem e giro, comum nos grandes negócios”.

Em relação ao valor total das compras, a variável estudada mostra relação com a redução do preço pago, pelo fato, de que quanto maior o valor, melhor será a redução do valor efetivamente pago pelo órgão público. Este fato vai ao encontro da afirmação

de (SILVA *et al.*, 2010, p. 1422) “a quantidade comprada também é determinante para a redução do valor das compras públicas”. Outros autores (FERREIRA, MEDINA & REIS, 2014, p. 1) afirmaram” o pregão eletrônico é um instrumento capaz de minimizar ações oportunistas de agentes contratuais, pois dificulta a formação de cartéis e a promoção de fraudes, contribuindo para eficiência nos gastos públicos municipais.

Os resultados desta pesquisa corroboram com (FERREIRA, MEDINA & REIS, 2014), pelo fato de confirmar a importância do pregão eletrônico para a eficiência nos gastos públicos, por conta de se tratar de um mecanismo, o qual possibilita a melhor gestão dos recursos públicos na aquisição de bens e serviços.

A variável PIB, também mostrou-se satisfatória pelo fato de apontar que a cada 1% de aumento no PIB de um ano anterior, há uma economia de 32%, nos valores pago pelo governo, nas compras. Isto pode indicar que o governo utiliza o PIB de quatro trimestres anterior para fazer previsões de gastos no presente e, portanto, isso acaba impactando na economia. Desta forma, a economia gerada é muito mais sensível ao PIB em  $t-4$  do que em relação as demais variáveis.

Em relação aos modelos de (SILVA, 2007) o poder de explicação das variáveis apresentadas é de 17%, enquanto a equação de (FARIA *et al.*, 2010), proporcionaram entendimento de 48% a 67% das variáveis. Assim, este é muito mais explicativo, pelo fato da capacidade de explicação ( $R^2$ ) ser de 93%.

Apesar de os esforços por parte do governo, em relação a transparência e informações a sociedade, este é um dos pontos negativos destacados nesta pesquisa, pela dificuldade de encontrar os dados necessários para a realização das considerações. Outro aspecto negativo, refere-se as poucas pesquisas quantitativas sobre o assunto “pregão eletrônico” no país.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou fatores determinantes na redução dos custos nas compras públicas, na modalidade “pregão eletrônico”. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com análise documental e abordagem quantitativa. A questão principal neste trabalho foi verificar se é possível explicar a redução dos custos públicos ao utilizar-se da modalidade de compras pregão eletrônico pelas variáveis estudadas?

Os resultados foram explicativos em 97% dos casos, o que é maior do que os estudos anteriores. Os achados citam que algumas das variáveis estudadas, tais como: número de processos, (PIB) produto interno bruto e valor total das compras por pregão, explicam a redução de preços nas compras efetuadas pelo governo no período estudado.

Vale ressaltar que variáveis como o número de fornecedores não são significativas, contrariando outros achados na literatura pesquisada. Portanto, os mesmos permitem afirmar que: a cada 1% de variação no número de processos ocorre uma economia de 0,99%; Já 1% de variação positiva em relação no PIB, a redução dos custos públicos

é de 0,32% no valor pago.

Por fim, recomenda-se a continuidade do estudo incluindo outras variáveis, como por exemplo, a corrupção, permitindo dessa forma a ampliação do campo de pesquisa, em um conjunto maior de dados, inclusive com a análise de outras peculiaridades do assunto, as quais evidenciam os fatores determinantes na redução de custos públicos nas compras pela modalidade de pregão eletrônico.

## REFERÊNCIAS

ARBAGE, A.P. Custos de transação e seu impacto na formação e gestão da cadeia de suprimentos: estudo de caso em estruturas de governança híbridas do sistema agroalimentar no Rio Grande do Sul. 267 f. Tese (Doutorado em Administração) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004.

BATISTA, M. A. C; & MALDONADO, J. A. S. de V. O Papel do Comprador no Processo de Compras em Instituições Públicas de Ciência e Tecnologia em Saúde (C&T/S). RAP, Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 42(4):681-99. 2008.

BORGES, J. C. P. Licitações Sustentáveis seus Desdobramentos no Âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES): O Caso da Universidade Federal do Paraná. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração Pública) Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Brasília: Diário Oficial da União.

COGO, G. A. R. Critérios de Sustentabilidade nas Organizações de Bens e Contratações de Serviços da Gestão Pública Federal. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2015.

COMPRAS NET. Pregão Eletrônico compras públicas. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/noticias>> Acesso em: 10 ago. 2015.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman. 2010.

FARIA, E. R. de F; FERREIRA, E. R. de; SANTOS, L. M. dos; SILVEIRA, S. de F. R. Fatores determinantes na variação dos preços dos produtos contratados por pregão eletrônico. **Revista de Administração Pública**, 44(6), 1405-1428. 2010.

FARIA, E. R. de; FERREIRA, M. A. M; GONÇALVES, M. A. Avaliação dos riscos do Pregão Eletrônico: Uma Abordagem pela Teoria da Nova Economia Institucional. **Revista de Ciências da Administração**, vol. 15, núm. 37, pp. 211-227. 2013.

FARIA, M. DE F. & MALDONADO, J. M. S. DE V. O pregão eletrônico e as contratações de serviços contínuos. **Rev. Adm. Pública**, 47(5):1265-281. 2013.

FERNANDES, C. C. C. Sistemas de Compras Eletrônicas e sua Aplicação à Administração Pública - O Caso do SIASG/Comprasnet. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Brasília, 2003.

FERNANDES, C. C. C. Política de Compras e Contratações: trajetória e mudanças na administração pública federal brasileira. Tese (Doutorado em Administração) Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2010.

FERREIRA, M. A. M., MEDINA, S. A., & REIS, A. O. Pregão Eletrônico e Eficiência nos Gastos



- Públicos Municipais. **Administração Pública e Gestão Social**, 6(2), 74-81 ISSN 2175-5787. 2014.
- HEGENBER, J. T. As Compras Públicas Sustentáveis no Brasil: Um Estudo Nas Universidade Federais. (Dissertação) Mestrado em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnologia Federal do Paraná. Curitiba, 2013.
- KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: PU/EDUSP. 1979.
- PEREIRA, C. A. G. O Regime Jurídico das Licitações no Brasil e no Mercosul. **A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, p. 47-68, 2007.
- PEREIRA, A. de O; SENNA, A. J. T; ALVES, R. R; GRACIOLI, C. R. Análise do perfil das licitações sustentáveis realizadas por organizações militares do exército brasileiro. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental - REGET**, V. 18 n. 1, p.607-628. 2014.
- REILEY, D. L. Pennies from eBay: the determinants of price in online auctions. **The Journal of Industrial Economics**, v. 45, n. 5, p. 567-596. 2007.
- RODRIGUÊS JÚNIOR, R. J. C.; MACHADO, R.T.M. Acordos Contratuais sob a Ótica da Economia dos Custos de Transação: o caso de uma agroindústria canavieira no estado de Pernambuco. In: Congresso Internacional de Economia e Gestão de Redes Agroalimentares, IV. **Anais...** Ribeirão Preto. 2003.
- RODRIGUES JÚNIOR, Jorge da Silva. Utilização do pregão eletrônico nas aquisições da administração pública. **COMUNICAÇÃO & MERCADO**, v. 1, n. 1, p. 52, 2012.
- SÁ-SILVA, J.R. Almeida, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, 1 (1). 2009.
- SIMON, H. **Administrative Behavior**. New York: The Macmillan Company, 1957.
- SILVA, A. A. DA. A Economia da Compras Governamentais em Decorência do Pregão Eletrônico: Uma Abordagem Econométrica. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2007
- SILVA, A. A.; FERREIRA, R. T. Pregões Eletrônicos Realizados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza em 2006 - Um Ensaio Econométrico. Prêmio *Sefin* de finanças municipais, Fortaleza. 2007.
- WILLIAMSON, E. O. The Economics of Organization: The Transaction Cost Approach. **American Journal of Sociology**, Vol. 87, No. 3, pp. 548-577. 1981.
- WILLIAMSON, O. E. **The Economics Institutions of Capitalism**. Free Press. 1985.
- WILLIAMSON, E. O. Economia del costo las transacciones: orígenes, aplicaciones Y desafíos. Extractos del discurso de Oliver Williamson, Prêmio Nobel de Economía 2009. *Economía y Sociedad* 79, CIES, marzo 2011.
- WILLIAMSON, O. E. WINTER, S. **La Naturaleza de la Empresa. Orígenes, evolución Y desarrollo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- ZIMMERMAN, J. L. Conjectures Regarding Empirical Managerial Accounting Research. **Journal of Accounting and Economics**, 32, p. 411-427. 2001.

## INFLUÊNCIA DA CRISE FINANCEIRA DE 2008 NO CONSERVADORISMO CONTÁBIL DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

**Bradlei Ricardo Moretti**

Universidade Regional de Blumenau – FURB  
Blumenau – SC

**Bianca Cecon**

Universidade Regional de Blumenau – FURB  
Blumenau – SC

**Roberto Carlos Klann**

Universidade Regional de Blumenau – FURB  
Blumenau – SC

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo verificar a influência da crise financeira de 2008 no conservadorismo contábil das empresas brasileiras, conforme o arranjo dos setores da economia e os níveis de governança corporativa. Para tal, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa. A população do estudo compreendeu todas as empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), sendo a amostra composta por 245 organizações. Para fins de análise foram realizadas regressões lineares múltiplas por meio do software SPSS. Por meio dos resultados encontrados não foi possível concluir se a crise financeira de 2008 impactou de modo diferente o conservadorismo contábil conforme o nível de governança das empresas. Porém, os resultados sugeriram que a crise financeira de 2008 impactou de maneira diferente o conservadorismo contábil

conforme os setores da economia. Cabe destacar ainda os resultados encontrados no setor de Construção, uma vez que mesmo antes do período de crise foi considerado o setor mais conservador e após a mesma ter ocorrido, as empresas pertencentes ao mesmo, apresentaram uma redução considerável no nível de conservadorismo. Por fim, os resultados permitiram sugerir que a crise financeira de 2008 influenciou no conservadorismo contábil na maioria das empresas brasileiras analisadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise Financeira; Conservadorismo Contábil; Setores de Atuação; Níveis de Governança Corporativa.

### 1 | INTRODUÇÃO

As crises econômicas surgiram há muitos anos e já sinalizavam perdas econômicas futuras às empresas. Diante disso, gestores precisavam tomar decisões sobre como reconhecer antecipadamente estas desagradáveis notícias na contabilidade, como forma de proteção aos acionistas. Para tanto, independente da ocorrência de tais fatos econômicos, que implicariam na realização das perdas previstas, era preciso que os gestores contábeis apresentassem uma postura de reconhecimento tempestivo das perdas econômicas, tendo em vista a prudência

contábil. Nesse sentido, o conservadorismo é exposto pela inclusão das medidas de precaução na realização de julgamentos (SAMPAIO; COELHO; HOLANDA, 2015).

Para Gul, Srinidhi e Shieh (2002), uma série de fatores, incluindo as crises financeiras, influenciam o grau de conservadorismo praticado pelos gestores. Durante a crise prevalece o pessimismo dos investidores e as notícias ruins sempre são mais impactantes em relação às notícias boas. Dessa forma, investidores pessimistas já reagem às notícias ruins, reduzindo o acesso da empresa ao capital. Para tanto, os gestores, para tentar evitar este fato, recebem um incentivo para reconhecer a notícia mais positiva do que normalmente fariam.

No período de crise financeira, tanto captar empréstimos e financiamentos, como realizar investimentos, torna-se uma tarefa árdua às empresas. O papel do conservadorismo contábil, reforçando a capacidade de endividamento e restringindo o oportunismo gerencial, leva a esperar que as empresas com experiência mais conservadora apresentem retornos de ações menos negativos durante a crise. Watts e Zuo (2011) destacam que o conservadorismo contábil desempenhou um papel essencial na crise financeira global de 2008, sendo que a característica saliente da crise foi a perda de liquidez no sistema bancário.

Apesar de no Brasil, o conservadorismo contábil estar presente há muitos anos no conjunto de práticas e procedimentos contábeis, poucas são as pesquisas que foram desenvolvidas com o objetivo de investigar o efeito da regulamentação da contabilidade e outras causas sobre o conservadorismo contábil, como a estrutura acionária, a política econômica, a força da profissão contábil, entre outros fatores internos (SAMPAIO; COELHO; HOLANDA, 2015).

Localizaram-se estudos nacionais e internacionais que buscaram evidenciar a relação entre as crises financeiras e o conservadorismo das empresas. Em âmbito nacional, evidenciou-se apenas a pesquisa de Sampaio, Coelho e Holanda (2015), tiveram por objetivo analisar se os gestores das empresas brasileiras adotaram medidas prudenciais no reconhecimento contábil devido à crise financeira mundial, obtendo como resultado que as decisões dos gestores não se condicionam a más notícias específicas, ou a um momento que caracterize crise.

Já no contexto internacional, Gul, Srinidhi e Shieh (2002), analisaram os impactos da crise financeira de 1996 nas empresas de Hong Kong, associando o momento de crise com uma diminuição no conservadorismo contábil, na pesquisa de Vichitsarawong, Eng e Meek (2010), examinou o conservadorismo contábil no período da crise asiática de 1997, identificando que medidas conservadoras são consistentes com o período de crise, já Warganegara e Vionita (2010), analisaram as empresas da Indonésia no período anterior e posterior a crise de 1997, evidenciando que nenhum dos períodos exibiu um nível de conservadorismo impactado pela crise, já Watts e Zuo (2011), estudaram o efeito do conservadorismo durante a crise financeira global de 2008, evidenciando uma associação positiva entre ambos, por fim, Broekhof (2013) e Francis, Hasan e Wu (2013) analisaram se a crise afetou, influenciou ou apresentou-

se relacionada com o conservadorismo contábil, identificando uma relação positiva e significativa. Contudo, não foram encontrados estudos que investigaram se a crise de 2008 influenciou o conservadorismo contábil das empresas de forma diferente entre os setores da economia e os níveis de governança das empresas.

Dessa forma, notou-se uma lacuna de pesquisa a partir desses estudos, relacionada à influência da crise financeira de 2008 no conservadorismo, cuja abordagem ainda é pouco observada na literatura, principalmente brasileira. Vale ressaltar que os estudos desenvolvidos apresentaram resultados contraditórios. Diante do exposto, esta pesquisa visa responder à seguinte questão: Qual a influência da crise financeira de 2008 no conservadorismo contábil das empresas conforme o arranjo dos setores da economia e os níveis de governança corporativa? No intuito de responder a esta questão, o objetivo do estudo consiste em verificar qual a influência da crise financeira de 2008 no conservadorismo contábil das empresas brasileiras conforme o arranjo dos setores da economia e os níveis de governança corporativa.

O estudo justifica-se a partir de Brito (2010), tendo em vista que, apesar do conservadorismo não ser uma prática recente na contabilidade, os fatores que motivam o mesmo e as suas consequências econômicas ainda são discutidas na literatura. No Brasil, diversas pesquisas já foram e continuam sendo realizadas nos últimos anos com o propósito de identificar os fatores que explicam a adoção de práticas conservadoras pelas empresas. Contudo, a influência da crise financeira de 2008 no conservadorismo das empresas brasileiras é pouco discutida e carece de investigações detalhadas.

## 2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Para fundamentar o presente estudo, o referencial teórico contempla inicialmente a crise financeira de 2008. Além disso, apresenta-se uma abordagem do conservadorismo contábil e, por fim, os estudos correlatos que tratam desse assunto, tanto em âmbito nacional, quanto internacional.

### 2.1 Crise financeira de 2008

A crise financeira de 2008 foi a maior depois da Grande Depressão que iniciou em 1920 e ainda, do colapso da Bolsa de Nova York no ano de 1929 (FARIA, 2009). Tal crise, iniciada em 2007, foi vista como a pior crise financeira dos Estados Unidos. Em nível internacional, ficou conhecida como a Crise de 2008, Crise do Crédito e Crise Americana. A mesma teve origem no mercado imobiliário dos EUA e, ao longo do ano de 2008, se tornou uma crise mundial, na qual as empresas e a sociedade não tinham mais recursos para quitar suas dívidas. Diante disso, as agências bancárias dos EUA realizaram a hipoteca, ou seja, se apropriaram das casas para conseguirem recuperar ao menos um pouco do que tinham a receber, mesmo que não tinha muita utilidade o acúmulo de casas, a não ser que fosse para vendê-las. Muitas agências bancárias na época colocaram as casas à venda, mas os preços baixaram de forma significativa,

visto que o mercado de imóveis estava saturado (DOWBOR, 2009).

Faria (2009) destaca que foram vários os fatores responsáveis por essa crise, dentre eles o crédito farto relacionado ao aumento do preço dos ativos residenciais, a elevação da riqueza dos proprietários e a participação de intermediários financeiros, a utilização sem limites da securitização de operações de crédito ao setor privado, dentre outros. A crise ultrapassou os limites setoriais dos empréstimos imobiliários *subprime* americano e provocou grandes e históricas quebras de instituições financeiras.

De forma resumida, Bresser-Pereira (2009) afirma que a crise financeira mundial, que teve início em 2007, se originou no mercado norte-americano de hipotecas de alto risco, o denominado *subprime*. Iniciou como uma crise de crédito local e acabou tornando-se uma crise financeira que atingiu os países de todo o mundo em 2008. Foi considerada a crise mais severa enfrentada após o ano de 1929 e elevou o número de desempregados para 50 milhões até o final de 2009 (BRESSER-PEREIRA, 2010).

A crise financeira que atingiu os EUA, bem como outras economias ocidentais, deixou a preocupação no que diz respeito ao seu forte impacto, inclusive sobre os países em desenvolvimento. Entretanto, vale destacar que nem todos os países sentiram o efeito da crise e dos que foram afetados, alguns se recuperaram antes do esperado (NAUDÉ, 2009).

O aprofundamento da crise e a dificuldade dos bancos em restabelecer a liquidez fez com que a valorização dos ativos ficasse bloqueada. Da mesma forma, o crédito e o crescimento da economia ficou estabilizado no mundo inteiro. No final de 2008, o desempenho econômico-financeiro dos Estados Unidos apresentava o efeito da destruição nos mais variados setores e de diversas maneiras (CAGNIN, 2009).

Conforme Sampaio, Coelho e Holanda (2015), a crise econômica mundial, que teve seu auge em setembro de 2008, provocou muitos gastos e estourou o período econômico de recessão em nível internacional. Tais efeitos não eram notados desde a Grande Depressão que ocorreu em 1930.

O resultado da crise financeira foram os desdobramentos econômicos que proporcionaram o alcance no ambiente de gestão dos negócios, ou seja, a instabilidade no segmento produtivo, recessão da economia, incerteza em relação ao consumo e decisões de investimento, dentre outras (NASCIMENTO, 2011).

A crise financeira global de 2008 apresenta uma oportunidade para investigação de efeitos de valorização do conservadorismo contábil. No período de crise, existe uma limitação substancial na capacidade de endividamento de uma empresa, impactando assim, na importância do conservadorismo contábil de uma organização, traduzindo em criação de valor por meio da mitigação de investimento inadequados em período de crise (WATTS; ZUO, 2011).

No Brasil, o impacto da crise financeira foi percebido na divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) no último trimestre de 2008, tendo em vista que em comparação ao PIB do terceiro trimestre de 2008, caiu 3,6%. A queda do PIB gerou temor de uma forte desaceleração da economia brasileira para 2009 e 2010, tendo em vista que a



atividade econômica brasileira estava passando por um dos seus mais longos ciclos de crescimento das duas últimas décadas (FERRARI FILHO, 2009).

Nesse mesmo contexto, Pochmann (2009) ressalta que no setor industrial a redução foi de 11,6% no período. Já no setor agropecuário houve uma leve expansão de 0,6% e o setor terciário cresceu 4,2%. Assim, depreende-se que enquanto a queda da produção atingiu principalmente o setor industrial, que representa quase 31% da produção e 22% da ocupação do país, o setor de serviços, que responde por mais de dois terços da produção do país e quase 60% da ocupação nacional, apresentou expansão. Como resultado, no Brasil, além do aumento do desemprego, houve o crescimento dos postos de trabalho informais e rotatividade nos empregos assalariados formais.

Freitas (2009) salienta ainda que a crise internacional atingiu a economia brasileira quando esta estava em destaque, completando uma sequência de seis trimestres de crescimento em aceleração. Contudo, a partir da crise os bancos reagiram com o excesso de prudência e retraíram de forma drástica o crédito, levando as empresas a reverem seus planos de produção e investimento. Conseqüentemente, no último trimestre do ano houve rápida desaceleração das atividades econômicas.

## 2.2 Conservadorismo Contábil

O conservadorismo contábil é o resultado que reflete inicialmente as más notícias, também conhecidas como *bad news*, antes das boas notícias, ou seja, *good news*, em relação ao fluxo de caixa. Dessa forma, os contabilistas devem ser mais criteriosos ao reconhecer um ganho, do que ao reconhecer uma perda (BASU, 1997). Sobre o conservadorismo, Ludícibus (2000) frisa que entre duas ou mais alternativas igualmente relevantes para a empresa, o contador deverá escolher aquela que apresentar o menor valor para o ativo ou para o lucro e/ou o maior valor para o passivo.

De acordo com Brito (2010), o conservadorismo é considerado uma das práticas mais tradicionais, bem como, mais importantes da contabilidade. Além disso, exerce um importante papel nas relações contratuais e aumenta a utilidade das demonstrações contábeis para os seus usuários, especialmente para os que se preocupam com o risco da empresa. Na contabilidade, o termo conservadorismo é utilizado para embasar as situações em que o contador, que elabora as demonstrações contábeis, ao se defrontar com alternativas igualmente prováveis, deve sempre optar por aquela que implique no menor valor para os ativos e receitas e, no maior para os passivos e despesas.

Hendriksen e Breda (1999) criticam a utilização do conservadorismo na contabilidade, afirmando que apresenta limitações e uma destas é a falta de comparabilidade, visto que não há padrões uniformes para sua implantação.

Conforme Brito (2010), as críticas ao conservadorismo são frequentes no meio acadêmico contábil. A justificativa para as críticas é que a prática traz um viés aos números contábeis e isso acaba comprometendo a neutralidade e prejudicando as



decisões dos usuários.

Para Costa, Lopes e Costa (2006), os incentivos para a sua utilização podem estar relacionados à legislação do país. Entretanto, vale ressaltar que a utilização excessiva do conservadorismo contábil pode levar à divulgação de informações falsas aos usuários.

A necessidade de conservadorismo é normalmente relacionada à divulgação confiável dos eventos passados. (SANTOS et al., 2011). Nesse sentido, Sterzeck (2011) salienta que a regulação contábil fornece incentivos para que as demonstrações contábeis das organizações sejam mais conservadoras. Para os usuários da informação contábil, a utilização do conservadorismo pode ser vista como uma maneira de garantir a transparência das informações evidenciadas.

No período da crise financeira, torna-se desafiador para as empresas captarem empréstimos ou realizar investimentos. O papel do conservadorismo contábil, restringindo o oportunismo gerencial, leva a esperar que, empresas com experiência mais conservadora apresentem retornos de ações menos negativos durante a crise.

O conservadorismo contábil pode beneficiar os usuários das demonstrações contábeis de diversas maneiras, mesmo em períodos de crise, como por exemplo, mitigando assimetria da informação, impactando em mecanismos de governança mais eficientes e auxiliando em conflitos de agência. Deve-se levar em consideração que a demanda por conservadorismo se difere por país. Contudo, a partir do conservadorismo é possível resolver o problema da assimetria de informação (BROEKHOF, 2013).

### **2.3 Estudos anteriores**

Alguns estudos nacionais e internacionais já foram desenvolvidos levando em consideração a influência das crises financeiras no conservadorismo contábil e o nível de governança corporativa. Gul, Srinidhi e Shieh (2002) avaliaram o comportamento de gestores de empresas de Hong Kong em relação à divulgação de resultados no período da crise asiática que ocorreu nos anos de 1996 e 1997, comparando-o com a divulgação de lucros no período anterior a essa crise, ou seja, de 1990 a 1995. A partir dos resultados os autores conseguiram identificar sinais de que os gestores são menos conservadores em períodos de crise econômica. Além disso, concluíram que a crise financeira colocou pressão sobre os gestores para transmitir notícias mais positiva aos investidores.

Warganegara e Vionita (2010) examinaram a extensão do conservadorismo em empresas de capital aberto da Indonésia antes e depois da crise financeira asiática. Os resultados indicaram que antes da crise os resultados contabilísticos não mostravam ser conservadores. Já no período pós-crise, houve algumas melhorias, não muito significativas. Além disso, as práticas contábeis na Indonésia ainda não apresentavam um nível aceitável de conservadorismo.

Watts e Zuo (2011) buscaram investigar o efeito do comportamento dos

gestores na adoção do conservadorismo contábil nas empresas dos EUA, durante a crise de 2008. A amostra foi composta por 2.983 empresas não financeiras norte-americanas. Os resultados revelaram que durante a crise de 2008 as empresas mais conservadoras foram as que apresentavam retornos negativos, contudo, apresentaram maior aumento do seu valor de mercado, o que pode significar o reconhecimento do mercado devido à medida de prudência adotada. Houve uma associação positiva entre o conservadorismo contábil e a crise.

Na pesquisa de Broekhof (2013) foi investigado se as crises econômicas afetam o nível de conservadorismo. A amostra foi composta por 64.457 empresas da Austrália, Canadá e EUA durante o período 1980 a 2011. Austrália e Canadá foram classificados como países mais sensíveis a crises econômicas do que os EUA. Como resultado, o autor obteve uma associação estatisticamente significativa e positiva entre o conservadorismo e as crises nos países sensíveis. Ainda, as empresas que apresentavam maior nível de conservadorismo tinham maior probabilidade de ter seus resultados futuros afetados pelas más notícias.

Maia (2014) analisou o impacto da crise financeira de 2008 na qualidade dos resultados relatados em empresas europeias não cotadas. A amostra foi constituída por 86.161 observações empresa/ano de Portugal, Espanha, Irlanda, Itália, Grécia, Alemanha e França, no período de 2003 a 2012. Os resultados sugerem que a crise financeira não teve impacto no nível de conservadorismo utilizado pelas empresas. Os resultados indicam também que as empresas dos países sem ajuda financeira apresentaram informações financeiras mais conservadoras do que as empresas dos países que receberam ajuda financeira.

O estudo de Sampaio, Coelho e Holanda (2015) objetivou analisar se os gestores das empresas brasileiras adotaram medidas prudenciais no reconhecimento contábil devido à eclosão de crise financeira mundial. A amostra foi composta por 459 empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa durante o período de 2003 a 2012. Verificaram que foram adotadas medidas de conservadorismo no período posterior à crise, indicando que tais decisões de reconhecimento de perdas esperadas não se condicionam a más notícias específicas, ou a um momento que caracterize o início ou ápice da crise.

Além dos estudos que focam o efeito direto da crise no nível de conservadorismo, como os citados anteriormente, há também pesquisas que procuram examinar o efeito conjunto da crise com outras variáveis sobre o conservadorismo. É o caso, por exemplo, do estudo de Herrmann, Pornupatham e Vichitsarawong (2008), que teve por objetivo examinar as diferenças de conservadorismo entre empresas auditadas por Big 4 e não-Big 4 nos períodos de crise e pós-crise financeira na Tailândia. Os resultados indicaram um aumento significativo no conservadorismo depois da crise financeira asiática. Além disso, as empresas auditadas por Big 4 foram mais conservadoras do que as auditadas pelas não Big 4 durante o período de crise. A principal justificativa se deve ao fato de que nas empresas auditadas pelas Big 4 há maiores exigências em

relação aos níveis de conservadorismo, com vistas a evitar riscos legais e preservar a qualidade da auditoria. No período pós-crise não houve diferença significativa entre os dois grupos.

No estudo de Vichitsarawong, Eng e Meek (2010), os autores examinaram o conservadorismo e os ganhos no período de 1997, ano da crise financeira asiática, em Hong Kong, Malásia, Singapura e Tailândia. A partir dos resultados concluíram que os gestores tendem a ser mais agressivos ao relatar uma boa notícia durante a crise financeira. Além disso, verificaram que depois da crise, estes quatro países implementaram medidas de governança corporativa para estabilizar seus sistemas financeiros e melhorar a regulação e supervisão. Contudo, o mais interessante é que o conservadorismo e a oportunidade dos ganhos no período pós-crise foram ainda maiores do que no período pré-crise. No geral, os resultados indicaram que as reformas de governança corporativa nesses quatro países apresentaram um impacto positivo no conservadorismo e na oportunidade de ganhos.

Francis, Hasan e Wu (2013) tiveram por objetivo investigar se a contabilidade conservadora apresenta impacto no valor aos acionistas e a dimensão no contexto de crise nos Estados Unidos entre os anos de 2007 e 2009, período da crise financeira. Os autores concluíram que há relação positiva entre o conservadorismo das empresas e o desempenho de suas ações durante a crise. Verificaram também que empresas com maior nível de conservadorismo antes da crise sofreram menos perdas no mercado de capitais. Os resultados também evidenciaram que o conservadorismo é um mecanismo de governança que protege os acionistas quando as empresas apresentam fraco sistema de governança corporativa, ou quando existe elevada assimetria de informação.

Diante disso, a partir desses estudos nacionais e internacionais que verificaram os impactos da crise no conservadorismo e levaram em consideração o nível de governança corporativa das empresas, estabeleceu-se a primeira hipótese desta pesquisa:

**Hipótese 1:** A crise financeira de 2008 impactou de forma diferente no conservadorismo contábil conforme o nível de governança das empresas.

O estudo de Kaiser et al. (2009) objetivou investigar se a aplicação do conservadorismo é diferente entre empresas do setor elétrico brasileiro que sofrem incidência de regulamentação contábil específica daquelas que não sofrem incidência de regulamentação contábil específica. A amostra compreendeu as empresas do setor elétrico brasileiro e as empresas brasileiras que não sofrem incidência de regulamentação contábil específica, sendo que os dados foram coletados no banco de dados da Economática. O período analisado foi de 1998 a 2006. Os autores verificaram que existe menor aplicação do conservadorismo nas empresas dos outros setores, quando comparadas as do setor elétrico. Concluíram que a incidência de

regulamentação contábil específica pode influenciar na aplicação do conservadorismo nas empresas analisadas.

Assim, de acordo com o estudo identificado na literatura, que utilizou apenas um setor da economia brasileira, elaborou-se a segunda hipótese do estudo, tendo em vista a crise financeira, o conservadorismo e todos os setores da economia brasileira:

**Hipótese 2:** A crise financeira de 2008 influenciou o conservadorismo contábil nos relatórios das empresas brasileiras de forma diferente entre os setores da economia.

### 3 | METODOLOGIA

Para verificar a influência da crise financeira de 2008 no conservadorismo contábil das empresas brasileiras, conforme o setor de atuação das empresas e o seu nível de governança, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem quantitativa e realizada por meio de pesquisa documental.

#### 3.1 População e amostra

A população do estudo compreende todas as empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Já a amostra é composta pelas empresas que apresentaram classe de ações ON na base de dados Economatica e que possuíam todas as informações necessárias para o cálculo das variáveis do estudo, ou seja, as informações necessárias para o cálculo do Lucro Líquido e Ativo Total. A partir da Tabela 1 apresenta-se o processo de seleção da amostra de acordo com os setores de atuação das empresas.

		CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA AMOSTRA			
		Quantidade inicial de empresas/ classe na base de dados Economática	Empresas com classe de ações ON na Bovespa	Empresas que possuíam todas as informações necessárias para o cálculo das variáveis	AMOSTRA
EMPRESAS POR SETOR	AP	12	7	2	2
	AB	100	40	9	9
	CM	74	29	10	10
	CN	65	35	10	10
	EL	41	11	5	5
	EE	175	62	41	41
	FS	237	60	3	3
	FU	6	3	0	0
	MI	16	7	4	4
	MN	29	11	2	2
	MM	14	8	4	4
	PC	32	9	5	5
	PG	30	11	4	4
	QU	89	27	7	7
	SM	105	40	20	20
	SD	18	8	0	0
	TL	133	45	15	15
	TT	74	33	21	21
	TS	112	30	11	11
	VP	55	21	16	16
OU	322	135	56	45	
SS	310	0	0	0	
<b>TOTAL</b>	<b>2049</b>	<b>632</b>	<b>245</b>	<b>245</b>	

Tabela 1 – Critérios de seleção da amostra por setor

AP – Agro e Pesca; AB – Alimentos e Bebidas; CM – Comércio; CN – Construção; EL – Eletroeletrônicos; EE – Energia Elétrica; FS – Finanças e Seguros; FU – Fundos; MI – Máquinas Industriais; MN – Mineração; MM – Minerais não Metálicos; PC – Papel e Celulose; PG – Petróleo e Gás; QU – Química; SM – Siderurgia e Metalurgia; SD – Software e Dados; TL – Telecomunicações; TT – Têxtil; TS – Transporte e Serviços; VP – Veículos e Peças; OU – Outros; SS – Sem Setor.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme apresentado na Tabela 1, percebe-se que há 20 setores na base de dados Economática, sendo Agro e Pesca, Alimentos e Bebidas, Comércio, Construção, Eletroeletrônicos, Energia Elétrica, Finanças e Seguros, Fundos, Máquinas Industriais, Mineração, Minerais não Metálicos, Papel e Celulose, Petróleo e Gás, Química, Siderurgia e Metalurgia, *Software* e Dados, Telecomunicações, Têxtil, Transporte e Serviços e Veículos e Peças. Além destes setores, a base de dados apresentou também empresas de outros setores, as quais foram incluídas no setor Outros (OU). Há também empresas que não apresentaram seus respectivos setores e ficaram classificadas como Sem Setor (SS).

Para testar a Hipótese 2 do estudo, de verificar se a crise financeira de 2008 impactou de forma diferente no conservadorismo contábil das empresas conforme o

setor, foi necessário realizar as Regressões 1 e 2, apresentadas no tópico 3.3. Por este motivo, foram analisados apenas os setores que apresentaram mais de 10 empresas em sua amostra, ou seja, os setores de: Comércio (CM), Construção (CN), Energia Elétrica (EE), Siderurgia e Metalurgia (SM), Telecomunicações (TL), Transporte e Serviços (TS), Têxtil (TT), Veículos e Peças (VP) e Outros (OU). As empresas dos setores que apresentaram uma quantidade inferior a 10 empresas foram incluídas no setor Outros (OU) para se realizar a análise. Além disso, não foram analisadas as empresas que não apresentaram os seus respectivos setores. Logo, a amostra final das empresas por setor de atuação para a realização deste estudo é apresentada na Tabela 2.

SETOR	QUANTIDADE DE EMPRESAS
COMÉRCIO (CM)	10
CONSTRUÇÃO (CN)	10
ENERGIA ELÉTRICA (EE)	41
SIDERURGIA E METALURGIA (SM)	20
TELECOMUNICAÇÕES (TL)	15
TRANSPORTE E SERVIÇOS (TS)	11
TÊXTIL (TT)	21
VEÍCULOS E PEÇAS (VP)	16
OUTROS (OU)	101
<b>TOTAL</b>	<b>245</b>

Tabela 2 – Amostra final das empresas por setor de atuação

Fonte: Dados da pesquisa.

Para verificar se a Hipótese 1 do estudo foram utilizadas todas as empresas apresentadas na amostra da Tabela 1 (448), sendo que nesse caso a amostra foi dividida conforme o nível de governança e não conforme os setores de atuação. A Tabela 3 apresenta a amostra final das empresas por nível de governança.

NÍVEL DE GOVERNANÇA	QUANTIDADE DE EMPRESAS
CIA. BALCÃO ORG. TRADICIONAL (MB)	34
CIA. NÍVEL 1 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (N1)	22
CIA. NÍVEL 1 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (N2)	8
CIA. NOVO MERCADO (NM)	30
NÃO POSSUI (NP)	151
<b>TOTAL</b>	<b>245</b>

Tabela 3 – Amostra final das empresas por nível de governança

Fonte: Dados da pesquisa.

Os níveis de governança apresentados na Tabela 3 foram obtidos por meio da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). Percebe-se que o nível de governança que apresentou maior quantidade de empresas foi o MB, ou seja, o nível Tradicional



com 34 empresas. Já o que apresentou menor quantidade de empresas foi o nível de governança N2. Além disso, 151 empresas não constam em nenhum dos níveis de governança da BM&FBovespa.

### 3.2 Modelo para determinação do conservadorismo contábil

Para verificar a aceitação das hipóteses do estudo foi utilizado o modelo desenvolvido por Basu e Shivakumar (2005) o qual mensura o conservadorismo contábil das empresas. A equação do modelo é descrita da seguinte forma:

$$\Delta NI_{it} = \beta_0 + \beta_1 D\Delta NI_{it-1} + \beta_2 \Delta NI_{it-1} + \beta_3 \Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1} + \varepsilon_{it} \quad \text{Equação 1}$$

Em que:

$\Delta NI_{it}$  = variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano t-1 para o ano t, ponderada pelo valor do ativo total no início do ano t;

$\Delta NI_{it-1}$  = variação no lucro líquido contábil da empresa i do ano t-2 para o ano t-1, ponderada pelo valor do ativo total no início do ano t-1;

$D\Delta NI_{it-1}$  = variável *dummy* para indicar se existe variação negativa no lucro líquido contábil da empresa i do ano t-1 para o ano t, assumindo valor 1 se  $\Delta NI_{it} < 0$ , e 0 nos demais casos;

$\varepsilon_{it}$  = erro da regressão.

Conforme Ball e Shivakumar (2005), o reconhecimento oportuno dos ganhos econômicos é verificado quando  $\beta_2 = 0$  e o reconhecimento oportuno das perdas é mensurado pelo coeficiente  $\beta_3$ . Para mensurar se as organizações apresentam conservadorismo em seus relatórios, o coeficiente  $\beta_3$  deverá ser inferior à zero e o somatório de  $\beta_2$  e  $\beta_3$  também deverá ser inferior à zero, o que indica que as perdas serão reconhecidas mais oportunamente do que os ganhos (BALL; SHIVAKUMAR, 2005).

O modelo desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005), apresentado anteriormente, não mensura a influência da crise financeira no conservadorismo contábil. Por este motivo, foi necessário realizar algumas adaptações no modelo original, a fim de alcançar o objetivo pretendido neste estudo. Tais adaptações referem-se à inclusão de uma variável *dummy* (DC) referente à crise de 2008.

$$\Delta NI_{it} = \beta_0 + \beta_1 D\Delta NI_{it-1} + \beta_2 \Delta NI_{it-1} + \beta_3 (\Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1}) + \beta_4 DC + \beta_5 (DC * D\Delta NI_{it-1}) + \beta_6 (DC * \Delta NI_{it-1}) + \beta_7 (DC * \Delta NI_{it-1} * D\Delta NI_{it-1}) + \varepsilon_{it} \quad \text{Equação 2}$$

As variáveis  $\Delta NI_{it}$ ,  $\Delta NI_{it-1}$  e  $D\Delta NI_{it-1}$  permanecem representando as variações apresentadas do modelo original de Ball e Shivakumar (2005). A nova variável DC é uma *dummy* que assumirá o valor de 1 no período pré-crise (2003-2007) e 0 no período pós-crise (2008-2012).

Conforme Santana e Klann (2014), que utilizaram um modelo adaptado semelhante a este, contudo, para observar a influência da adoção das IFRS no conservadorismo de empresas familiares e não familiares, os coeficientes de interesse referem-se aos betas  $\beta_2$ ,  $\beta_3$ ,  $\beta_6$  e  $\beta_7$ . De acordo com os autores, se o somatório dos coeficientes  $\beta_2$ ,  $\beta_3$ ,  $\beta_6$  e  $\beta_7$  do modelo ajustado for menor do que o somatório dos betas  $\beta_2$  e  $\beta_3$  do modelo original desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005), indicará que a crise influenciou no aumento do conservadorismo contábil das empresas.

A análise do artigo foi dividida em dois momentos distintos. O primeiro momento refere-se à verificação da Hipótese 2 do estudo, de que a crise influenciou no conservadorismo contábil de forma diferente conforme o setor de atuação da empresa. Para tal, as regressões foram realizadas de forma individualizada para cada um dos setores apresentados na Tabela 2. Já o segundo momento da análise refere-se ao teste da Hipótese 1, de que a crise influenciou o conservadorismo contábil de forma diferenciada conforme o nível de governança corporativa das empresas. As regressões foram realizadas por meio do *software Statistical Package for the Social Sciences*<sup>®</sup> (SPSS).

## 4 | DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados obtidos em relação à influência da crise de 2008 no conservadorismo contábil em diferentes níveis de governança pelos diferentes setores da economia.

### 4.1 Influência da crise de 2008 no conservadorismo contábil em diferentes níveis de governança

Com o intuito de verificar se a crise financeira de 2008 influenciou de forma diferente no conservadorismo contábil das empresas de acordo com o nível de governança corporativa, a amostra foi dividida em cinco grupos (MB, N1, N2, NM e NT). A equação original e a equação ajustada pela variável *dummy* DC foram utilizadas para comparar as diferenças desta relação entre as empresas de níveis de governança distintos. A Tabela 4 apresenta os resultados da Equação 1 juntamente com o somatório dos betas  $\beta_2$  e  $\beta_3$ :

SETOR	MB	N1	N2	NM	NT
<b>CONSTANTE</b>	0,330*	-0,018	20,927**	0,050*	0,324*
<b>D<math>\Delta</math>NI<sub>t-1</sub></b>	-1,015*	-0,106*	-20,996	-0,131*	-0,631*
<b><math>\Delta</math>NI<sub>t-1</sub></b>	-0,163**	-2,409*	11,554	-0,328*	-0,153*
<b>D<math>\Delta</math>NI<sub>t-1</sub>*<math>\Delta</math>NI<sub>t-1</sub></b>	0,107	2,424*	-11,815	0,280*	0,154*
<b><math>\beta_2 + \beta_3</math></b>	-0,056	0,015	-0,261	-0,048	0,001
<b>R<sup>2</sup></b>	0,088	0,775	0,023	0,347	0,041
<b>D-W</b>	2,034	1,809	2,030	1,456	1,996
<b>SIG</b>	0,000	0,000	0,616	0,000	0,000

Tabela 4 - Resultados da Equação 1 conforme o nível de governança das empresas

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme é possível observar na Tabela 4, as empresas que apresentaram o maior valor no somatório de  $\beta_2$  e  $\beta_3$  foram as com nível de governança N1. Já as que apresentaram menor valor na soma dos coeficientes foram as empresas com nível de governança N2. Logo, conforme Ball e Shivakumar (2005) explica, há indícios de que as empresas com nível de governança N1 reconhecem mais oportunamente as perdas econômicas do que as empresas que possuem os demais níveis de governança corporativa.

Na Tabela 5 são apresentados os resultados encontrados por meio do modelo de regressão adaptado de Ball e Shivakumar (2005), isto é, modelo com a inclusão da variável *dummy* de crise. Além disso, apresentam-se as somas dos coeficientes para conclusões quanto à Hipótese 1 do estudo.

SETOR	MB	N1	N2	NM	NT
<b>CONSTANTE</b>	0,393**	-0,009	32,052*	0,054*	0,470*
<b>D<math>\Delta</math>NI<sub>t-1</sub></b>	-1,049*	-0,075	-32,076	-0,088*	-0,624*
<b><math>\Delta</math>NI<sub>t-1</sub></b>	-0,408*	-2,418*	16,954	-0,347*	-0,211*
<b>D<math>\Delta</math>NI<sub>t-1</sub>*<math>\Delta</math>NI<sub>t-1</sub></b>	0,328*	2,411*	-17,175	0,329*	0,139**
<b>DC</b>	-0,144	0,036	-32,004	0,003	-0,349*
<b>DC*D<math>\Delta</math>NI<sub>t-1</sub></b>	0,376*	2,395**	-17,313	0,334	0,160*
<b>DC*<math>\Delta</math>NI<sub>t-1</sub></b>	0,094	-0,090	31,938	-0,082*	0,099
<b>DC*D<math>\Delta</math>NI<sub>t-1</sub>*<math>\Delta</math>NI<sub>t-1</sub></b>	-0,349**	-2,371*	17,212	-0,704*	-0,087*
<b><math>\beta_2 + \beta_3 + \beta_6 + \beta_7</math></b>	-0,335	-2,468	48,929	-0,804	-0,060
<b>R<sup>2</sup></b>	0,103	0,779	0,042	0,407	0,052
<b>D-W</b>	2,025	1,814	2,043	1,526	2,004
<b>SIG</b>	0,000	0,000	0,865	0,000	0,000

Tabela 5 - Resultados da Equação 2 conforme o nível de governança das empresas

Fonte: Dados da pesquisa

Dos cinco níveis de governança analisados, percebe-se que a soma dos coeficientes  $\beta_2 + \beta_3 + \beta_6 + \beta_7$  do modelo adaptado de Ball e Shivakumar (2005), quatro apresentaram resultados menores comparado com a soma dos betas  $\beta_2$  e  $\beta_3$  apresentados na Tabela 4, sendo estes o MB, N1, NM e NT, indicando que a crise

impactou o conservadorismo contábil na maioria das empresas, diferindo o impacto nas empresas com nível N2, isto é, 8 empresas somente. Diante disso, entende-se que a crise financeira de 2008 impactou de forma diferente, conforme o nível de governança das empresas, o que permite aceitar a Hipótese 1 do estudo, de que a crise financeira de 2008 impactou de forma diferente no conservadorismo contábil conforme o nível de governança das empresas.

Os achados da presente pesquisa corroboram os resultados encontrados por Herrmann, Pornupatham e Vichitsarawong (2008), Vichitsarawong, Eng e Meek (2010) e Francis, Hasan e Wu (2013). Herrmann, Pornupatham e Vichitsarawong (2008) notaram um aumento significativo no conservadorismo depois da crise financeira asiática. Os autores sustentam que esse fato pode ser explicado pela adoção consciente das normas internacionais de contabilidade, pelo controle mais rigoroso de órgãos reguladores e pelas melhorias na governança corporativa do país analisado. Vichitsarawong, Eng e Meek (2010) verificaram que o conservadorismo no período pós-crise é ainda maiores do que no período pré-crise. Assim, as reformas de governança corporativa nos países apresentaram um impacto positivo no conservadorismo e oportunidade de ganhos. Francis, Hasan e Wu (2013) também identificaram relação positiva do conservadorismo com o sistema de governança corporativa durante a crise. Verificaram ainda que o conservadorismo é um mecanismo de governança que protege os acionistas quando as empresas apresentam possuem fraco sistema de governança corporativa, ou quando existe elevada assimetria de informação.

#### **4.2 Influência da crise de 2008 no conservadorismo contábil em diferentes setores**

Para verificar se houve um impacto diferente da crise financeira de 2008 no conservadorismo contábil das empresas entre os setores de atuação, a amostra foi dividida em nove setores: Comércio, Construção, Energia Elétrica, Siderurgia e Metalurgia, Telecomunicações, Transporte e Serviços, Têxtil, Veículos e Peças e, Outros. A equação original e a equação ajustada pela variável *dummy* DC foram utilizadas para analisar estes nove setores respectivamente e fazer comparações.

Na Tabela 6 são apresentados os resultados encontrados por meio do modelo desenvolvido por Ball e Shivakumar (2005).

SETOR	CM	CN	EE	SM	TL	TT	TS	VP	OU
<b>CONSTANTE</b>	0,057**	0,056*	0,034	0,094*	0,449*	0,132*	13,940	0,594*	0,371*
<b><math>D\Delta NI_{t-1}</math></b>	-0,157*	-0,109*	-0,190*	-0,206*	-0,752*	-0,304*	-14,050	-1,012*	-0,834*
<b><math>\Delta NI_{t-1}</math></b>	-0,524*	-0,209**	-0,604*	-0,173*	0,740*	-0,412*	5,503	-0,706*	-0,111*
<b><math>D\Delta NI_{t-1} * \Delta NI_{t-1}</math></b>	0,533*	-0,428*	0,583*	-0,134	0,746*	0,065	-5,536	0,541*	0,112*
<b><math>\beta_2 + \beta_3</math></b>	0,009	-0,637	-0,021	-0,307	1,486	-0,347	-0,033	-0,165	0,001
<b>R<sup>2</sup></b>	0,420	0,498	0,061	0,330	0,324	0,381	0,015	0,352	0,035
<b>D-W</b>	0,837	1,769	2,042	1,578	2,069	2,191	1,978	2,077	2,006
<b>SIG</b>	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,663	0,000	0,000

Tabela 6 – Resultados da Equação 1 conforme o setor de atuação das empresas

Legenda: CM = Comércio; CN =

Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da Tabela 6 observa-se que as empresas dos setores de Telecomunicações, Comércio e Outros apresentaram a maior soma dos coeficientes, respectivamente, em relação aos outros setores. Conforme o modelo utilizado de Ball e Shivakumar (2005), isto indica de que estes três setores reconhecem mais oportunamente as perdas econômicas do que os demais setores. Além disto, a maioria dos coeficientes apresentou-se significativo.

Na Tabela 7 são apresentados os resultados da regressão utilizando o modelo adaptado de Ball e Shivakumar (2005), o qual inclui a variável *dummy* de crise, juntamente com o cálculo do somatório dos betas  $\beta_2$ ,  $\beta_3$ ,  $\beta_6$  e  $\beta_7$ :

SETOR	CM	CN	EE	SM	TL	TT	TS	VP	OU
<b>CONSTANTE</b>	0,088*	0,068*	0,047**	0,102*	0,657*	0,171*	19,600**	0,806*	0,552*
<b><math>D\Delta NI_{t-1}</math></b>	-0,111*	-0,123*	-0,020	-0,136*	-0,920*	-0,371*	-19,639	-1,124*	-0,757*
<b><math>\Delta NI_{t-1}</math></b>	-0,483*	-0,202	-0,617*	-0,165*	-0,737*	-0,404*	5,743	-0,699*	-0,160*
<b><math>D\Delta NI_{t-1} * \Delta NI_{t-1}</math></b>	0,443*	-0,515*	-3,980*	-0,167	0,741*	0,040	-5,980	0,571*	0,157**
<b>DC</b>	-0,069	-0,030	-0,024	-0,021	-0,486*	-0,090	-19,529	-0,613	-0,401
<b>DC*<math>\Delta NI_{t-1}</math></b>	-0,124	0,289	0,304	-0,029	0,651	0,116	-5,758	-0,114	0,112
<b>DC*<math>\Delta NI_{t-1}</math></b>	-0,069	0,042	-0,090	-0,104**	0,413	0,134	19,422	0,616	-0,055
<b>DC*<math>\Delta NI_{t-1}</math></b>	0,035	0,685	4,293*	-0,099	-0,653	0,024	5,942	-2,150	-0,109
<b><math>\beta_2 + \beta_3 + \beta_6 + \beta_7</math></b>	-0,074	0,010	-0,394	-0,535	-0,236	-0,206	25,127	1,662	-0,167
<b>R<sup>2</sup></b>	0,503	0,542	0,885	0,374	0,349	0,392	0,024	0,406	0,044
<b>D-W</b>	0,938	1,877	1,944	1,758	2,112	2,156	1,962	2,069	2,019
<b>SIG</b>	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,921	0,000	0,000

Tabela 7 - Resultados da Equação 2 conforme o setor de atuação das empresas

Fonte: Dados da pesquisa

Por meio da comparação da soma dos coeficientes  $\beta_2$ ,  $\beta_3$ ,  $\beta_6$  e  $\beta_7$  da Equação 2 evidenciados na Tabela 7 com a soma dos coeficientes  $\beta_2$  e  $\beta_3$  da Equação 1

apresentados anteriormente na Tabela 6, percebe-se que nos setores de Comércio, Energia Elétrica, Siderurgia e Metalurgia, Telecomunicação e Outros houve indícios de que a crise de 2008 influenciou o conservadorismo contábil para estes setores. Já em relação aos demais setores, o somatório dos coeficientes  $\beta_2$ ,  $\beta_3$ ,  $\beta_6$  e  $\beta_7$  do modelo ajustado foi maior do que o somatório dos betas  $\beta_2$  e  $\beta_3$  do modelo original, o que nos permite aceitar a Hipótese 2 do estudo, de que a crise financeira de 2008 influenciou o aumento do conservadorismo contábil nos relatórios das empresas brasileiras de forma diferente entre os setores.

Este resultado vai ao encontro dos achados de Kaiser et al. (2009), visto que identificaram que existe uma menor aplicação do conservadorismo nas empresas dos outros setores, quando comparadas as do setor elétrico, até porque, pode-se notar que o  $R^2$  do setor de Energia Elétrica corresponde a 88,5% da variação do conservadorismo contábil das empresas brasileiras no que diz respeito a crise financeira de 2008. Além disso, complementaram que a incidência de regulamentação contábil específica do setor elétrico pode influenciar na aplicação do conservadorismo nas empresas.

## 5 | CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo verificar qual a influência da crise financeira de 2008 no conservadorismo das empresas brasileiras conforme o arranjo dos setores da economia e os níveis de governança corporativa. Para responder aos objetivos do estudo realizou-se uma pesquisa descritiva, documental com uma abordagem quantitativa dos dados. A população de pesquisa compreendeu todas as empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Já a amostra foi composta pelas empresas que apresentaram classe de ações ON na base de dados Economatica e que possuíam todas as informações necessárias para o cálculo das variáveis do estudo, ou seja, as informações necessárias para o cálculo do Lucro Líquido e Ativo Total.

A Hipótese  $H_1$ , de que a crise financeira de 2008 impactou de forma diferente no conservadorismo contábil conforme o nível de governança das empresas foi aceita. Esse resultado contribui com os achados de Herrmann, Pornupatham e Vichitsarawong (2008), Vichitsarawong, Eng e Meek (2010) e Francis, Hasan e Wu (2013), salientando que houve um aumento significativo no conservadorismo depois da crise financeira, as reformas de governança corporativa nos países apresentaram um impacto positivo no conservadorismo e oportunidade de ganhos e que há relação positiva do conservadorismo com o sistema de governança corporativa durante a crise financeira.

Com relação a Hipótese  $H_2$ , de que a crise financeira de 2008 influenciou o aumento do conservadorismo contábil nos relatórios das empresas brasileiras de forma diferente entre os setores da economia também pode ser aceita, sendo que este resultado corrobora com os achados de Kaiser et al. (2009), pois identificaram que existe uma menor aplicação do conservadorismo nas empresas dos outros setores,



quando comparadas as do setor elétrico.

. De forma geral, o resultado vai ao encontro dos achados de Watts e Zuo (2011) e Broekhof (2013), que verificaram que houve uma associação positiva e significativa entre o conservadorismo contábil e a crise. Contudo, contradiz os resultados de Gul, Srinidhi e Shieh (2002), que verificaram que os gestores são menos conservadores em períodos de crise econômica. Além disso, concluíram que a crise financeira colocou pressão sobre os gestores para transmitir notícias mais positiva aos investidores. Além disso, vai de encontro com o resultado de Maia (2014), pois os resultados sugerem que a crise financeira não tem impacto no nível de conservadorismo utilizado pelas empresas. Ainda, contradiz com os resultados de Sampaio, Coelho e Holanda (2015), que verificaram que foram adotadas medidas de conservadorismo no período posterior à crise, indicando que tais decisões de reconhecimento de perdas esperadas não se condicionam a más notícias específicas, ou a um momento que caracterize o início ou ápice da crise.

Diante disso, é possível concluir que houve influência da crise financeira de 2008 no conservadorismo contábil das empresas brasileiras conforme o arranjo dos setores da economia e os níveis de governança corporativa. Isso se deve ao fato de que vários setores influenciaram, sendo que o setor Energia Elétrica é o que mais influenciou. Porém, o único que não influenciou foi o setor Transporte e Serviços (TS). Da mesma forma, os níveis de governança também influenciam, contudo, o nível 2 (N2) não apresentou significância estatística.

Como limitações tem-se a amostra do estudo que limitou-se as empresas que possuíam todas as informações necessárias para o cálculo das variáveis do estudo. Sugere-se para pesquisas futuras, uma análise que abranja outra amostra, utilizando outras empresas, períodos ou até mesmo outros países, a fim de comparar os resultados.

## REFERÊNCIAS

BALL, R.; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and economics*, v. 39, n.1, p. 83 – 128, 2005.

BASU, Sudipta. The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of accounting and economics*, v. 24, n. 1, p. 3-37, 1997.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira de 2008. *Revista de economia política*, v. 29, n. 1, p. 133-149, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?. *Novos Estudos-CEBRAP*, n. 86, p. 51-72, 2010.

BRITO, Giovani Antonio Silva. **Conservadorismo contábil e o custo do crédito bancário no Brasil**. 163 f. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis). Universidade de São Paulo, 2010.

BROEKHOF, Casper. **Accounting Conservatism and Economic Crises**: Examination of the

Association between Conservatism and Crises Sensitivity of Countries. 31 f. 2013. Master (Accountancy & Control: specialization Accountancy) - Accountancy & Control: specialization Accountancy, 2013.

CAGNIN, Rafael Fagundes. Ciclo dos imóveis e o crescimento econômico nos Estados Unidos 2002-2008. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 147-168, 2009.

DA COSTA, Fábio Moraes; LOPES, Alexsandro Broedel; COSTA, Alessandra Cristina De Oliveira. Conservadorismo em cinco países da América do Sul. **R. Cont. Fin.–USP**, São Paulo, n. 41, p. 7-20, 2006.

DOS SANTOS, Luis Paulo Guimarães; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; FREITAS, Sheizi Calheira de; LIMA, Iran Siqueira. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.

DOWBOR, Ladislau. A crise financeira sem mistérios: Convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais. **Economia Global e Gestão**, v. 13, n. 3, p. 09-38, 2009.

FARIA, José Eduardo. Poucas certezas e muitas dúvidas: o direito depois da crise financeira. **Revista Direito GV**, v. 5, n. 2, p. 297-323, 2009.

FERRARI FILHO, Fernando. Como era de se esperar, a crise internacional chegou ao Brasil. E agora, o que fazer para mitigarmos os impactos da crise em 2009 e retomarmos o rumo do crescimento em 2010. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 5, n. 2, p. 27-32, 2009.

FRANCIS, Bill; HASAN, Iftekhar; WU, Qiang. The benefits of conservative accounting to shareholders: Evidence from the financial crisis. **Accounting Horizons**, v. 27, n. 2, p. 319-346, 2013.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos avançados**, v. 23, n. 66, p. 125-145, 2009.

GUL, Ferdinand A.; SRINIDHI, Bin; SHIEH, Tony. The Asian financial crisis, accounting conservatism and audit fees: Evidence from Hong Kong. **Accounting Conservatism and Audit Fees: Evidence from Hong Kong** (Undated), 2002.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antônio Z. Sanvicente, 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HERRMANN, Donald R.; PORNUPATHAM, Sompong; VICHITSARAWONG, Thanyaluk. The impact of the Asian financial crisis on auditors' conservatism. **Journal of international accounting research**, v. 7, n. 2, p. 43-63, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KAIZER, Carolina Viguini Cantarela; NOSSA, Sylvania Neris; TEIXEIRA, Aridélmo J. C.; BAPTISTA, Ézio C. S.; NOSSA, Valcemiro. O impacto da regulamentação contábil sobre o conservadorismo nas empresas do setor elétrico do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 3, n. 1, p. 1-24, 2009.

KRUGMAN, Paul. A crise de 2008 e a economia da depressão. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 1, p. 180, 2010.

MAIA, João Manuel Borges. **O impacto da crise financeira na qualidade dos resultados**. 34 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Contabilidade Fiscalidade e Finanças Empresariais)-School of Economics & Management Lisbon, Lisboa, 2014.

MOREIRA, Rafael de Lacerda; COLAUTO, Romualdo Douglas; AMARAL, Hudson Fernandes. Conservadorismo condicional: estudo a partir de variáveis econômicas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 21, n. 54, p. 64-84, 2010.

NASCIMENTO, Cristiano do. **Estrutura financeira de empresas pós crise de 2008**: mudanças e perspectivas. 158 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Curitiba, 2011.

NAUDÉ, Wim. **The financial crisis of 2008 and the developing countries**. Wider Discussion Papers, World Institute for Development Economics (UNU-WIDER), 2009.

POCHMANN, Marcio. O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais. **Estudos avançados**, v. 23, n. 66, p. 41-52, 2009.

SAMPAIO, Tibério Cesar Queiroz; COELHO, Antonio Carlos; HOLANDA, Allan Pinheiro. Adoção de conservadorismo nos lucros em períodos de crise financeira: evidências no Brasil. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 34, n. 1, p. 71-86, 2015.

SANTANA, André. G. ; KLANN, Roberto Carlos . Conservadorismo Contábil e a adoção das IFRS: evidências em empresas brasileiras familiares e não familiares. In: Congresso Iberoamericano de Administración Empresarial y Contabilidad, 2014, Medellín. X Congresso Iberoamericano de Administración Empresarial y Contabilidad, 2014.

STERZECK, Gisele. **Efeito da convergência contábil sobre o conservadorismo das instituições financeiras**. 85 f. 2011. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

VICHITSARAWONG, Thanyaluk; ENG, Li Li; MEEK, Gary K. The impact of the Asian financial crisis on conservatism and timeliness of earnings: Evidence from Hong Kong, Malaysia, Singapore, and Thailand. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v. 21, n. 1, p. 32-61, 2010.

WARGANEGARA, Dezie L.; VIONITA, V. The Effects of the Asian Financial Crisis on Accounting Conservatism in Indonesia. **Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance**, v. 6, n. 1, p. 69-88, 2010.

WATTS, Ross L. Conservatism in accounting part I: Explanations and implications. **Accounting horizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, 2003.

WATTS, Ross L.; ZUO, Luo. Accounting conservatism and firm value: Evidence from the global financial crisis. **MIT Sloan School Working Paper**, 2011.

## MODELO DECISÓRIO NO MERCADO FINANCEIRO: UM ESTUDO À LUZ DA TEORIA DOS PROSPECTOS E DA RACIONALIDADE LIMITADA

### Alex Diego Souza Queiroz

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Ciências Contábeis  
Salvador – Bahia

### Joseílton Silveira da Rocha

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Ciências Contábeis  
Salvador – Bahia

### Marília Oliveira dos Reis

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Ciências Contábeis  
Salvador – Bahia

**RESUMO:** O objetivo desta pesquisa foi verificar se os modelos de tomada de decisão presentes na Teoria dos Prospectos e da Racionalidade Limitada podem ajudar os gerentes das instituições financeiras a identificar e controlar as emoções e as limitações racionais que envolvem o processo de concessão de crédito no mercado financeiro. Para isso foi feito um estudo com 17 gerentes de bancos, grupo experimental, e mais 31 gestores de diferentes áreas, grupo de controle. Os questionários foram enviados por meio eletrônico para diversas agências bancárias, adotando-se uma abordagem quantitativa de pesquisa. Assim foram compostos cinco cenários que buscavam identificar a influência de variáveis comportamentais nas decisões, em situações

de risco. Ademais, gatilhos emocionais foram incluídos em algumas perguntas a fim de verificar a influência desse componente nas respostas. Os resultados expostos nos cinco cenários indicaram que as emoções e a limitação racional em ambientes complexos tendem a influenciar os gestores em seu processo de tomada de decisão, visto que as evidências da pesquisa apontaram que há mudança na tomada de decisão de acordo com a forma como o problema é apresentado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tomada de Decisão, Teoria dos Prospectos, Teoria da Racionalidade Limitada, Instituições Financeiras.

**ABSTRACT:** The objective of this research was to determine whether the decision-making models present in Prospect Theory and Limited Rationality could help managers of financial institutions to identify and control the emotions and rational limitations involving the credit granting process in the financial market. For it was made a study with 17 bank managers, experimental group, and 31 more managers from different areas, control group. Questionnaires were sent electronically to several bank branches, adopting a quantitative approach to research. Therefore, they were composed five scenarios that sought to identify the influence of lifestyle factors in decisions on risk situations. Moreover, emotional triggers were included in

some questions in order to verify the influence of this component in the responses. Results were treated with SPSS software, using the descriptive analysis of data, and the statistical test Chi-square ( $\chi^2$ ). The results presented in the five scenarios indicated that emotions and rational limitation in complex environments tend to influence managers in their decision-making process. Since the survey evidence indicated that, no change in decision making in accordance with the way the problem is presented.

**KEYWORDS:** Decision Taking, Prospect Theory, Theory of Rationality Limited, Financial Institution.

## 1 | INTRODUÇÃO

É notório que pessoas a todo o momento têm que decidir ante as mais diversas situações e problemas mais diferentes possíveis, e para isso utilizam-se de suas experiências passadas, seus valores e crenças, seus conhecimentos técnicos, suas habilidades e filosofias, as quais norteiam a forma pela qual tomam decisões (Gontijo e Maia, 2004). Algumas pessoas são mais conservadoras, outras possuem características inovadoras e empreendedoras e estão mais dispostas a assumir riscos em potencial e há também aquelas que possuem ambas as características, que podem variar de acordo com o tipo de decisão a ser tomada ou do ambiente onde estão inseridas. Essas características que influenciam o processo de tomada de decisão dos indivíduos poderiam representar tanto o sucesso como o fracasso daqueles que decidem e dos envolvidos no contexto da decisão.

A expansão do crédito como medida econômica para aumentar o consumo e alavancar a economia impulsionou a atividade bancária, sobretudo na concessão de créditos e financiamentos. As instituições financeiras alcançaram nos últimos anos grande notoriedade no cenário econômico como peças-chaves do sucesso da política econômica adotada no país. Adicionalmente, bancos públicos e privados vivenciaram um incremento nos seus resultados, influenciados pela flexibilidade nas regras para liberação de recursos financeiros à população.

Nesse contexto, revela-se a grande responsabilidade dos profissionais de finanças que atuam no ambiente bancário, pois as análises realizadas por esses profissionais resultarão na concessão ou não do crédito aos clientes, o que poderá influenciar significativamente tanto no resultado da instituição, quanto no nível de endividamento da população e das empresas. Os gerentes de banco convivem com um processo de tomada de decisão que, considerando o aspecto humano, está cercado de variáveis comportamentais que influenciam nesse processo.

A influência dessas variáveis é objeto de estudo de algumas teorias, entre elas a Prospect Theory, desenvolvida por Kahneman e Tversky (1979) e a Teoria da Racionalidade Limitada de Simon (1955). Essas variáveis têm se revelado de extrema importância no estudo da influência dos vieses comportamentais no processo decisório, pois influenciam na forma como um gestor decide num determinado ambiente, uma

vez que elas podem desviar o foco da decisão ótima. Segundo essa teoria, os vieses cognitivos podem influenciar a maneira como os gestores decidem além da sua capacidade técnica e informações disponíveis para tal.

Assim, esta pesquisa se justifica por poder contribuir para o desenvolvimento da contabilidade sob o foco comportamental, pois os resultados obtidos podem apontar caminhos para auxiliar no processo de tomada de decisão dos gestores dos bancos brasileiros. Este trabalho tem por pressuposto desenvolver pesquisa sob este enfoque. A diminuição dos vieses na tomada de decisão tem sido objeto de estudo ao longo dos anos, sobretudo os vieses de origem comportamental, aqueles que envolvem fatores emocionais e estão relacionados a uma série de fatores que muitas vezes são pessoais e estão estritamente relacionados com a formação do indivíduo ao longo da sua vida ou mesmo ao ambiente em que está inserido. Além disso, a pesquisa pode contribuir também para uma melhor compreensão de aspectos relativos ao sistema financeiro nacional e do modo como é operacionalizada a concessão de crédito pelos gerentes de diversos agentes financeiros.

O objetivo deste artigo é verificar se os modelos descritivos de decisão auxiliam os gestores de banco a identificar e controlar as emoções e as limitações racionais que envolvem o processo de concessão de crédito no mercado financeiro a partir da Teoria dos Prospectos e da Teoria da Racionalidade Limitada. O trabalho está dividido em cinco tópicos: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Análise dos Resultados e Conclusão.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Ferreira Júnior (2012), o processo de tomada de decisão gerencial tem ganhado mais atenção no contexto organizacional, devido à complexidade dos processos organizacionais, bem como ao alto grau de exigência por resultados, cada vez mais eficientes, e ao acirrado processo de competição entre as organizações, além de outras variáveis não menos importantes.

Segundo Pucci (2012), num cenário com inúmeras possibilidades, poderiam ser alcançadas mais de uma solução se houvesse uma medição bem justa dos custos e recompensas que cada alternativa pudesse proporcionar. Assim, os indivíduos seriam motivados a aperfeiçoar a escolha e o sujeito mais persistente provavelmente encontraria a melhor solução e seria considerado o mais racional. Todavia, os indivíduos não conseguem apurar, de forma acurada, nem quais são todas as alternativas possíveis, nem quais são os resultados esperados de cada uma delas. Por isso, Simon propõe conceito de racionalidade limitada (Simon, 1955).

A limitação da racionalidade humana está relacionada aos aspectos comportamentais que envolvem o processo de tomada de decisão. Esses aspectos são considerados causadores de vieses nesse processo. Sob essa ótica, a Prospect Theory, proposta por Kahneman e Tversky (1979), foi uma das mais influentes



proposições sobre a tomada de decisão sob risco. Os citados autores afirmam que os tomadores de decisão tendem a ter aversão ao risco quando a decisão envolve a possibilidade de potenciais ganhos. Por outro lado, elas teriam propensão ao risco quando as alternativas se apresentam em forma de possíveis perdas (Pereira, Macêdo, Libonati e Lagiola, 2010, p. 133).

As decisões diante do risco são objeto de estudo sobre os mais variados aspectos, sobretudo no campo dos investimentos, onde há suscetibilidade a maiores variações entre perdas e ganhos. Uma pesquisa realizada por Silva e Domingos (2010) com 1605 estudantes, encontrou evidências de que o indivíduo tende a assumir maiores riscos num contexto de perda a depender do percentual de conclusão de um projeto onde tenha investido, ou seja, há possibilidade de que seja mantido investimento num projeto deficitário, quanto maior for o seu percentual de conclusão. O mesmo ocorreu quando o ambiente era de decisão pessoal, onde os indivíduos deveriam decidir sobre o destino de uma viagem, considerando o montante já pago por ela. Os resultados mostraram que a maioria dos respondentes optaria pela viagem paga mesmo que o segundo destino fosse sem desembolso e considerado mais divertido. O estudo sugere que a maneira como o cenário é apresentado pode modificar a decisão.

As pesquisas de Simon (1965) e Kahneman e Tversky (1979) sugerem que os gestores em seu processo decisório possuem um grau de racionalidade limitada e são influenciados por reações de afeto que podem comprometer a melhor tomada de decisão. Corroborando com essa premissa, um estudo desenvolvido por Bruni, Sampaio, Lima Filho e Cordeiro Filho (2010), sobre os vieses comportamentais dos tomadores de decisão, a análise dos resultados da pesquisa demonstrou que, com uma amostra de 99 estudantes, pode-se confirmar as indicações de racionalidade limitada propostas por Simon (1965) o qual diz que, “quando os indivíduos expostos em situações de incerteza e diante de um número limitado e complexo de informações buscam simplificações para os processos mentais, obtendo resultados equivocados, levando-os a tomarem decisões que provoquem um afastamento dos objetivos estabelecidos”.

Analisando também as reações de afeto, em um estudo desenvolvido por Pereira et al. (2010), revela como as reações afetivas em um ambiente de negócio podem influenciar em decisões gerenciais. Os autores dessa pesquisa se utilizaram da teoria dos prospectos para tentar explicar os aspectos comportamentais no processo decisório dos tomadores de decisão. E investigou-se possíveis influências das reações afetivas, sejam elas positivas ou negativas, e como ela pode interferir no processo de tomada de decisão nas empresas. Levando em consideração processos decisórios que envolvem riscos tanto “no contexto para ganho, quanto no de perda, por meio da abordagem da Teoria Prospectiva”.

Os vieses no processo decisório no ambiente de negócios podem se apresentar de diversas maneiras. Como explica um estudo realizado Barreto et al. (2013), é possível que haja alteração na escolha se for omitida uma possibilidade de perda,

pois nesse cenário o tomador de decisão pode ser acometido pelo Efeito Certeza e ignorar o fato de estar escolhendo a opção menos favorável. Essa visão se aplica à apresentação das demonstrações contábeis e relatórios gerenciais que atingirão aos mais diversos usuários, que apresentarão diferentes percepções de uma mesma informação, o que sugere também uma tomada de decisão construída de maneiras diferentes, considerando os aspectos comportamentais nela envolvidos.

## 2.1 Teoria da Racionalidade Limitada

A partir dos estudos de Hebert Simon, o precursor dos estudos em economia comportamental, surge a Teoria da Racionalidade Limitada em 1955, tendo por base os estudos da psicologia social. O trabalho de Simon teve como o propósito analisar o comportamento humano no processo de tomada de decisões nas organizações.

Para Gontijo e Maia (2004) os dirigentes tomam decisão num processo organizacional limitado e fragmentado, tornando impossível a racionalidade total. Eles ainda dizem que os dirigentes gostariam de ser mais racionais, mas que são surpreendidos, dentre outras coisas, pela fragmentação do processo decisório.

Segundo Pucci (2012), a racionalidade limitada foi a base para construção de novos enfoques para Teorias de Decisão que consideram o comportamento do indivíduo ou de grupos de indivíduos que estão tomando decisões em organizações. Com a proposta de Simon começa-se a estudar o processo de Tomada de Decisão de forma descritiva, adotando-se uma visão bastante diferente das teorias clássicas sobre decisão, que eram normativas. O foco da proposta de Simon (1955) está na análise das simplificações que os indivíduos fazem no contexto do mundo real da tomada de decisão, apresentando as discrepâncias encontradas no dia a dia dos decisores (comparação entre o modelo normativo versus a realidade) bem como a forma como essas discrepâncias servem para explicar muitos dos fenômenos do comportamento organizacional (Simon, 1955).

Simon (1955, p. 99) aponta que a teoria tradicional em economia assume a existência de um “homem econômico” que tem um conjunto organizado de preferências e que tem a capacidade computacional de calcular os cursos de ação que o levem ao ponto mais alto de sua escala de preferências. Para Simon os indivíduos buscam a satisfação e não a otimização em suas tomadas de decisão.

Segundo Mendonça Neto, Cardoso e Ferreira (2013) a maior parte das atividades humanas, desde as mais simples às mais complexas, está associada a um processo de escolha, o que implica uma tomada de decisão. Simon (1955, p. 102) afirma que os modelos racionais de tomada de decisão requerem que exista um conjunto de alternativas para decisão, que o tomador de decisão conheça essas alternativas, que tenha capacidade de analisar o que poderá ocorrer se uma das alternativas for escolhida, que calcule o valor ou a utilidade esperada para cada uma das alternativas e que ainda tenha informações sobre a probabilidade de um resultado ocorrer se uma

determinada alternativa for escolhida. Contudo, ao ver de Simon, isto não ocorre nas decisões tomadas diariamente, principalmente se elas envolverem fatores complexos.

Dessa forma, assume-se que os indivíduos são limitadamente racionais. E o resultado de ser limitadamente racional faz com que os indivíduos frequentemente não possam considerar todas as alternativas possíveis (Pucci 2012).

Simon (1955, citado por Lima, 2012), propõe que o valor de retorno é igual a valores pré-determinados, como ganho, empate ou perda; o decisor busca por uma série de possíveis resultados considerados satisfatórios para os resultados possíveis; enquanto o valor esperado pode ser conhecido, o mapeamento de todas as possíveis alternativas não o são; um elemento importante no processo de decisão é o refinamento da busca da informação; dificilmente é possível organizar todos os resultados esperados em apenas uma variável, como lucro por exemplo, devendo as dimensões de uma decisão serem vetorizadas; durante o processo de avaliação das alternativas de uma decisão, o nível de satisfação pode elevar-se ou até mesmo ser reduzido conforme as alternativas apresentem facilidade ou dificuldade para atender os níveis pré-determinados; durante o processo de decisão o decisor pode chegar à conclusão de que as alternativas geradas para a solução do problema não são suficientes, e o decisor pode ter que retornar ao processo de busca por alternativas.

Ademais pode-se constatar, pelos estudos de Simon 1971, que os limites da racionalidade decorrem da incapacidade da mente humana em aplicar a uma decisão todos os aspectos de valor, conhecimento e comportamento que poderiam ter importância para essa decisão. Assim, segundo Simon 1971, o modelo de escolha dos seres humanos é mais parecido com o sistema de estímulo-resposta e a racionalidade humana opera dentro do limite de um ambiente psicológico (Gontijo e Maia 2004).

Simon (1971, citado por Gontijo e Maia, 2004), ainda diz que a “decisão não é um processo racional de considerar todas as alternativas possíveis, mas de simplificar a realidade de forma a ajustá-la à mente humana”.

## **2.2 Teoria dos Prospectos**

A Teoria dos Prospectos postula que os tomadores de decisão tenderão a ter aversão ao risco quando a decisão está entre alternativas que poderão trazer potenciais ganhos e rendas. E que eles terão propensão ao risco quando as alternativas resultarem em possíveis perdas (Kahneman e Tversky, 1979).

Para Berger e Pessali (2010 citado por Pereira, 2011), a Prospect Theory ou teoria da perspectiva é uma explicação psicológica que descreve como as pessoas tomam decisões em condições de incerteza.

Kahneman e Tversky (1979) demonstraram que as pessoas apresentavam uma forte aversão às perdas. Essas perdas eram observadas com muito mais seriedade do que os ganhos de igual dimensão. Segundo Weyland (2000), as pessoas no contexto da perda imbuem o status quo de legitimidade, defendendo-o mais intensamente do

que procurando melhorias futuras. Dessa forma, as decisões dependeriam de variáveis que atribuíssem como uma pessoa encara a perspectiva de ganhos ou perdas. A pesquisa de Kahneman e Tversky (1979) demonstrou que, uma vez diante da escolha entre diferentes possibilidades de ganhos, as pessoas tendem a selecionar opções que evitam riscos, isto é, efetuar “apostas seguras”. Elas preferem um ganho certo numa magnitude menor do que um risco mais incerto de uma magnitude muito maior, mesmo se a utilidade esperada da última opção exceder aquela da primeira. (Pereira et al., 2010, p. 141).

A forma como o indivíduo percebe e analisa o problema é influenciada por diversas variáveis ambientais como hábitos do indivíduo e da sociedade como um todo, o código de ética estabelecido, as normas e leis, as expectativas e aspirações pessoais do indivíduo, entre outros. Entretanto, Kahneman e Tversky (1979) ressaltam que há uma tendência de que as pessoas sejam mais afetadas pelas perdas do que pelos ganhos. Isso denota que o ser humano tem mais aversão ao risco do que ao ganho. Isto é, preferem ter um ganho pequeno, porém sem correr risco, do que ter um ganho maior com risco de não alcançar este ganho. Por outro lado, são mais predispostos a correr mais risco quando tem a possibilidade de excluir a perda. (Ferreira Junior, 2012, p. 65)

Kahneman e Tversky (1979) desenvolveram estudos, com o objetivo de descobrir como as pessoas escolhem entre as perspectivas de risco, explorando uma lacuna deixada em 1957, por Simon (1965), que estudou apenas como as organizações afetam o processo de tomada de decisões do indivíduo e não como este realmente toma suas decisões (Ferreira Junior, 2012, p. 63).

Tomar decisão sob risco pode ser visto como uma escolha entre perspectiva ou apostas. Segundo Kahneman e Tversky (1979), uma perspectiva é um contrato que produz um determinado resultado com certa probabilidade. Entretanto, ressaltaram que a presença de vieses cognitivos influencia o processo de tomada de decisão dos indivíduos (Ferreira Junior, 2012, p. 63).

A Teoria do Prospecto prediz o efeito da certeza, mostrando que pessoas atribuem maior peso a resultados certos do que a resultados que são apenas prováveis; apresenta o efeito reflexivo, no qual postula que o reverso dos prospectos reverte a ordem de preferência, com a certeza aumentando a aversão à perda e o desejo de ganhos; discute o efeito de isolamento, no qual as pessoas deixam de lado os aspectos que são compartilhados por diferentes resultados, focando nos componentes que os distinguem (Kahneman e Tversky, 1979, pp. 263-273, citado por Cesar, Vidal, Perez e Coda, 2009, p. 3).

De acordo com Kahneman e Tversky (1979), na Teoria dos Prospectos, existem duas fases no processo de escolhas: (a) uma onde ocorre a estruturação e edição das decisões; e (b) outra fase de avaliação. A primeira fase consiste numa análise preliminar do problema decisório, quando o indivíduo estrutura os atos efetivos, as possíveis contingências e resultados. A estruturação é controlada pela maneira com que o problema decisório é apresentado, bem como as normas, hábitos, além das

expectativas do decisor. Os autores ainda apresentam a fase de avaliação, destacando que nesta, os prospectos estruturados são avaliados e o prospecto com maior valor é selecionado. Assim, a teoria distingue duas alternativas a serem escolhidas entre os prospectos, detectando o dominante, ou comparando seus valores (Carvalho Junior, 2009, p. 67).

Para Kahneman e Tversky (1979), o sentimento de prazer com o ganho ou de desprazer com a perda é percebido de forma diferente pelas pessoas, isto é, as pessoas sentem muito mais a perda do que o prazer de um ganho equivalente. Ou seja, o indivíduo é avesso ao risco para ganhos, preferem um ganho menor sem riscos, a um ganho maior com o risco de não obterem ganho, e propenso para perdas, preferem correr mais risco caso percebam que existe a possibilidade de eliminar a perda, (Carvalho Junior, 2009, pp. 67-68).

Diversas pesquisas têm sido desenvolvidas na área da Contabilidade no Brasil, tendo como base teórica os pressupostos da teoria dos prospectos. Uma dessas é o estudo de Pereira et al., 2010. Eles desenvolveram uma pesquisa que tiveram como objetivo investigar possíveis influências das reações afetivas seja elas positivas ou negativas, e como ela pode interferir no processo de tomada de decisão nas empresas, levando em consideração um contexto na área da contabilidade. Para tal, os autores propuseram cenários de tomadas de decisão, utilizando de variáveis emocionais e levantaram duas hipóteses em relação ao resultado obtido, uma hipótese nula que não apresenta resultados diferentes em relação aos grupos de controle e de interesse e outra hipótese alternativa que apresenta resultados diferentes.

E dessa forma, o estudo de Pereira et al. (2010), revela como as reações afetivas em um ambiente de negócio podem influenciar em decisões gerenciais. Os autores se utilizaram da Prospect Theory para tentar explicar os aspectos comportamentais no processo decisório dos tomadores de decisão.

### **2.3 Mercado de Crédito no Brasil**

A estabilidade econômica alcançada com a adoção do Plano Real permitiu o crescimento da atividade de crédito no mercado interno, o que resultou no surgimento de várias modalidades de concessão e também do cálculo dos riscos e retornos dos capitais envolvidos nas operações. As instituições financeiras, guiadas pelo Banco Central do Brasil, criaram modelos de avaliação de risco e retorno a fim de manterem-se competitivas no mercado e proporcionar condições que signifiquem um maior resultado. Segundo Sardenberg (2014), as operações de crédito no Brasil representaram 56% do PIB, com predominância dos bancos públicos na concessão dos recursos. Entre as operações realizadas com pessoas físicas, o crédito pessoal e para aquisição de veículos e outros bens lideram as concessões. Entre as pessoas jurídicas a modalidade predominante é de recursos para capital de giro.

De acordo com Gerali et al. (2010), a captação dos recursos é feita através de

depósitos de um grupo denominado “famílias pacientes”, enquanto que os empréstimos dos recursos são feitos às “famílias impacientes” e “empreendedores”. Os recursos captados são remunerados a uma taxa denominada markdown, enquanto que os empréstimos são pagos à taxa mark-up, utilizando a taxa política do Banco Central. As famílias pacientes são aquelas poupadoras, cujos dispêndios são representados pelo consumo corrente, a variação do patrimônio imobiliário e os depósitos efetuados no período. Para essas famílias, a expansão da renda é representada pela remuneração do trabalho e o rendimento dos depósitos efetuados em períodos anteriores. As famílias impacientes têm como restrição orçamentária o seu consumo individual e agregado, além do reembolso dos empréstimos e patrimônio imobiliário. Já para os empreendedores as restrições orçamentárias são representadas pelo consumo e pelo custo do capital.

Os mecanismos utilizados pelas instituições financeiras para medir o risco sobre uma carteira são baseados em modelos internacionais, aplicados em mercados sólidos e com pouco nível de oscilação das taxas de juros. De acordo com Arcoverde (2002), esses modelos possuem algumas deficiências quando aplicados a determinados produtos bancários, principalmente em países emergentes. Um dos motivos para essas deficiências é a taxa de inadimplência, já que alguns desses modelos esses dados são abordados em suas funções. Outros modelos exigem simulações como a de Monte Carlo sempre que haja uma correlação entre o risco de inadimplemento dos tomadores. Essa metodologia pode tornar a medição inviável, uma vez que o modelo de Monte Carlo utiliza a dimensão dos tomadores individuais e que o índice de inadimplência mantém alta correlação com fatores macroeconômicos como desemprego, demanda agregada, entre outros. Esse cenário sugere a necessidade de novas metodologias que se adequem ao cenário econômico atual do Brasil.

Outro fator de grande influência no mercado de crédito é a competitividade entre os bancos. A grande demanda por crédito ocasionou o surgimento das mais diversas modalidades de operações com o objetivo de atender aos mais diversos perfis de clientes. Um estudo realizado por Nóbrega (2008) revelou que apesar da flexibilização das normas pelo Banco Central, ainda há uma grande fidelização de clientes, o que poderia resultar em ganhos informacionais que auxiliariam no cálculo do mark-up das operações de crédito. Ainda segundo o estudo, essa conduta das instituições financeiras justificaria por si só uma série de medidas antitruste editadas pelo BACEN nos últimos anos. Sugere-se que haveria situações de risco moral na utilização das informações em práticas anticompetitivas. O estudo analisou as práticas de concessão de crédito pessoal de uma amostra das nove maiores instituições financeiras atuantes no Brasil a fim de verificar se essas instituições exerciam algum poder de mercado diante das alterações de cunho regulatório divulgadas pelo Banco Central.

O caráter regulatório do Banco Central exerce grande influência na percepção do risco pelas instituições financeiras que compõem o Sistema Financeiro Nacional. Segundo Vieira (2006), a especificidade da atividade bancária requer alguma forma



de regulação. Porém, deve haver um equilíbrio nesse processo, uma vez que o seu excesso pode inibir investimentos a esse tipo de empreendimento; por outro lado, a sua falta pode colocar em risco a segurança do sistema financeiro. O sistema regulatório doméstico deve preocupar-se ainda com a competitividade internacional, uma vez que um sistema muito rígido encareceria o capital e provocaria uma perda de competitividade externa.

A democratização do crédito no Brasil provocou uma grande heterogeneidade nos perfis dos tomadores de recursos e, conseqüente na adequação das instituições para atendimento desses perfis. Além do processo de avaliação do risco e do retorno da carteira, há que se avaliar ainda o processo de negociação para a concessão ou recuperação de valores. Sob esse aspecto, surgem as variáveis comportamentais que influenciam as variáveis risco e retorno. Conforme pesquisa realizada por Pires (2012), sobre o processo de tomada de decisão dos agentes no mercado financeiro, além da possibilidade de diferentes estratégias de negociação, considerou-se que os agentes poderiam ter os seus níveis alterados no decorrer do tempo. O estudo buscou, através da simulação de um mercado financeiro artificial, evidenciar as principais críticas de Finanças Comportamentais à Teoria Neoclássica de Finanças. O modelo desenvolvido simula um mercado acionário e o seu aspecto psicológico é evidenciado através da utilização das diversas estratégias de negociação.

### 3 | METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa foi verificar se os modelos de tomada de decisão presentes na Teoria dos Prospectos e da Racionalidade Limitada podem ajudar os gerentes das instituições financeiras do Brasil a identificar e controlar as emoções e as limitações racionais que envolvem o processo de concessão de crédito no mercado financeiro. Para tanto a amostra foi composta de 48 indivíduos que foram divididos em dois grupos, o primeiro formado por gerentes de banco que foi o grupo de interesse e o segundo, denominado grupo de controle, composto por outros gestores. A classificação da pesquisa será apresentada em quatro tópicos distintos, a saber: quanto à sua natureza; quanto à forma de abordagem do problema; quanto aos seus objetivos e; quanto aos seus procedimentos técnicos.

Por fim, discute-se o planejamento da pesquisa, a fim de complementar a classificação metodológica em conformidade com o recomendado por Silva e Menezes (2005). Do ponto de vista da sua natureza, as pesquisas podem ser classificadas como básicas ou aplicadas. Nesse sentido, este trabalho está classificado como pesquisa aplicada, objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos, nesse caso os reflexos dos modelos descritivos de tomada de decisão nas instituições financeiras.

## Forma de Abordagem

Quanto à forma de abordagem do problema uma pesquisa pode ser classificada como quantitativa ou qualitativa. Dessa forma essa pesquisa possui mais as características de uma pesquisa quantitativa. A qual, segundo Oliveira (1997), são aquelas em que se faz necessário o emprego de recursos e técnicas estatísticas que podem variar em termo de complexidade desde as mais simples até as mais robustas.

## Natureza dos Objetivos

Quanto à natureza dos objetivos a pesquisa será exploratória, pois proporcionará um maior conhecimento nas pesquisas sobre as reações de afeto no processo de tomada de decisão. Além disso, a pesquisa exploratória busca responder questões e analisá-las sobre outros pontos de vista, conforme afirmam Saunders, Lewis e Thornhill (2000). Não obstante, a pesquisa também será descritiva, pois através da aplicação de questionários procurará investigar as possíveis influências das reações de afeto na tomada de decisão dos gerentes das instituições financeiras.

## Procedimentos Técnicos

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo pode ser classificado como pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, levantamento. A qual Gil (1991) define da seguinte forma:

**Pesquisa Bibliográfica:** quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet.

**Pesquisa Documental:** quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico. Conforme afirma Silva, França e Pinheiro (2009), a pesquisa documental ocorre quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações e o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise, segue etapas e procedimentos, além de organizar e sintetizar as informações.

**Levantamento:** quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.

## Instrumento de Coleta de Dados

O próximo passo foi a realização de uma pesquisa de campo em sete instituições financeiras no estado da Bahia. E o instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário enviado por meio eletrônico e em loco, que continha cinco cenários sobre as influências dos vieses emocionais na tomada de decisão. Utilizou-se instrumento adaptado a partir dos estudos de Pereira, Macêdo, Libonati e Lagiola (2010, p. 144-

146) para o primeiro e segundo cenário e de Silva e Domingos (2010, p. 51-53) para o quarto e quinto cenários. Já o terceiro cenário foi elaborado pelos próprios autores com base nos estudos de Simon (1955 e 1971). Para tanto, foi realizado um pré-teste com um gerente de banco, um economista, três contadores e dois estudantes de graduação em arquitetura para validação do questionário.

Assim, os respondentes se defrontaram com cinco perguntas que apresentavam situações diversas de risco tanto no contexto de ganho quanto no de perda. No primeiro e quarto cenário, que envolviam apenas dados financeiros, foi aplicado somente ao grupo de controle, com o intuito de estabelecer um ambiente de laboratório, sem a influência de vieses emocionais, dessa forma espera-se que nos resultados da pesquisa o comportamento desse grupo seja correspondente com as premissas da Teoria dos Prospectos.

De forma detalhada, no primeiro cenário, o indivíduo deveria decidir entre dois investimentos em um contexto de ganho ou perda, em que o risco de um maior ganho também resultaria em uma maior perda, ou seja, eles deveriam decidir entre uma opção mais conservadora ou mais arrojada. Espera-se que os resultados corroborem com a Teoria dos Prospectos de Kahneman e Tversky (1979), a qual afirma que as pessoas apresentam uma forte aversão às perdas.

No quarto cenário, apresentou-se um casal que possuía filhos de 03 e 08 anos com duas opções de pacote para viagem, em que eles deveria optar entre dois pacotes que apresentavam vantagens para crianças de uma determinada faixa etária. No pacote 01, há um desconto de 30% para crianças de 0 a 5 anos e 70% de desconto para crianças de 05 a 10 anos. No pacote 02, crianças de 0 a 05 anos não pagam. Com o intuito também de testar o conservadorismo do ser humano proposto pela Teoria dos Prospectos, a qual afirma que as pessoas diante da escolha entre diferentes possibilidades, irão optar por “apostas seguras”, evitando risco. Espera-se que os resultados sejam condizentes com a teoria proposta.

Já no segundo e quinto cenários foram introduzidos vieses emocionais e aplicado somente ao grupo experimental, a fim de testar se as emoções e a limitação racional em ambientes complexos influenciam na tomada de decisão e, por conseguinte, se são condizentes ou não com as premissas da Teoria dos Prospectos, visto que foram introduzidos vieses emocionais nos cenários. O segundo cenário apresentou-se de forma semelhante ao primeiro cenário, contudo fora adicionado um viés emocional na questão. Assim, um indivíduo teria R\$ 1.000.000,00 para decidir entre dois investimentos, no primeiro seria optar pela indústria Gama, esse investimento oferecia um maior risco, tanto de ganho quanto de perda, o indivíduo poderia ter uma perda de R\$100.000,00 ou um ganho de R\$200.000,00. O viés emocional inserido, era que a empresa era nova no mercado, mas que seus sócios eram pessoas de bons relacionamentos e projetam um crescimento de seu Patrimônio Líquido em aproximadamente 50% nos próximos 2 anos. A segunda opção de investimento era a indústria Delta, que oferecia uma possibilidade de risco menor, tanto para perdas

quanto para ganhos, nesse investimento o indivíduo pode ter uma perda de 20% do capital investido ou um ganho R\$ 300.000,00. O viés emocional adicionado foi que essa empresa era consolidada no mercado, mas que por possuir mais da metade do mercado de seus clientes, seus sócios majoritários eram pessoas arrogantes e de difícil relacionamento e ainda controlam todo o dinheiro da empresa.

O quinto cenário apresentou aos respondentes um jovem que gastou R\$ 5.000,00 na compra de uma viagem a Paris para aproveitar o período de férias, entretanto, uma semana antes da viagem ele fora sorteado numa promoção da companhia aérea e ganhou uma viagem com tudo pago para Dubai no mesmo período. O viés emocional inserido, foi uma informação adicional que dizia que era sabido que Dubai fora considerado o melhor destino para viagens internacionais naquele ano e que não havia possibilidade de reembolso do valor pago pela viagem a Paris. Dessa forma, fora indagado qual destino os respondentes optariam.

No terceiro cenário foi apresentado que um indivíduo pretendia abrir um pequeno negócio e, para isso pretendia utilizar linhas de créditos disponibilizadas no seu banco de relacionamento. A linha de crédito A possuía um limite de R\$ R\$200.000, com possibilidade de perda por inadimplência de 3% ou comissão de 5% sobre o valor disponibilizado. A linha de crédito B possui limite de R\$ 100.000 com possibilidade de perda por inadimplência de 1% ou comissão de 10% sobre o valor disponibilizado. Dessa forma fora questionado aos respondentes se eles fossem um funcionário do banco, qual linha de crédito você indicaria para o indivíduo em análise. Esse cenário também foi aplicado somente ao grupo de interesse da pesquisa, o qual era foco da pesquisa, a fim de testar se diante de situações de incerteza e de um número limitado e complexo de informações os indivíduos buscam simplificações em seus processos mentais, conforme preconiza Simon (1955) na Teoria da Racionalidade Limitada.

### **Tratamento e Análise de Dados**

Para os procedimentos de tratamento e análise de dados, utilizou-se o software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 20. Ademais fez-se a análise descritiva dos dados, sendo aplicadas: distribuições de frequência; tabelas de referências cruzadas; além do teste estatístico do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ), que foi utilizado para verificar se há associação entre as variáveis ou se elas ocorreriam devido ao acaso.

O passo final foi analisar detalhadamente o caso em estudo, através de um levantamento direto de dados, numa realidade prática, a fim de analisar e interpretar os dados, questionários e observações para a confrontação dos resultados práticos com a teoria, na busca da investigação dos reflexos dos modelos descritivos de tomada de decisão nas instituições financeiras.

## População e Amostra

Diante do exposto, a pesquisa aconteceu entre os dias 25 de fevereiro a 11 de março de 2015, foram feitas sete visitas a agências bancárias localizadas nas cidades de Salvador, Feira de Santana e Capim Grosso no estado da Bahia, a fim de manter um contato direto com os gerentes, o qual era o foco da pesquisa. Foi pedido também que esses gestores divulgassem a pesquisa para os demais colegas. A partir dessas visitas foi obtido outros contatos com gerentes de diferentes agências do estado da Bahia. Ademais também foi feito contato direto, por telefone e via e-mail para gestores de diferentes áreas que possuíam experiência e conhecimentos similares aos primeiros com a finalidade de fazer uma comparação nos resultados utilizando um ambiente de laboratório. Assim o questionário foi enviado por e-mail com o link para as respostas por meio eletrônico.

Dessa forma, a amostra final foi composta de 48 indivíduos que foram divididos em dois grupos, o primeiro formado por 17 gerentes de diversos bancos, que chamamos de grupo experimental, e o segundo formado por 31 gestores que atuavam em áreas distintas, denominado grupo de controle.

## 4 | APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa de campo coletou informações junto a uma amostra composta por 17 gerentes de bancos e 31 gestores de diferentes áreas totalizando 48 respondentes, sendo a amostra dividida em dois grupos, o de interesse e o de controle. Ambos eram compostos por indivíduos com formações diversas, contudo a maioria (58%) dos respondentes dos dois grupos tinham graduação em Administração, Economia ou Ciências Contábeis. Sendo 27 do sexo masculino e 21 do sexo feminino. A pesquisa foi composta por cinco cenários que buscavam identificar a influência de variáveis comportamentais nas decisões, sobretudo quando envolvem situações de risco. E com o intuito de aferir se existiria associação entre as variáveis ou se ocorreriam devido ao acaso, utilizou-se o teste estatístico do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ), conforme apresenta Tabela 01.

Cenários	Teste	Significância	Decisão
Cenário 01	Não Paramétrico	0,000*	Rejeita Ho
Cenário 02	Não Paramétrico	,312*	Não Rejeita Ho
Cenário 03	Não Paramétrico	0,000*	Rejeita Ho
Cenário 04	Não Paramétrico	,312*	Não Rejeita Ho
Cenário 05	Não Paramétrico	0,014*	Rejeita Ho

Tabela 1 - Teste de Aderência – Chi - Quadrado

No primeiro cenário, o indivíduo deveria decidir entre dois investimentos que revelavam possibilidade de maiores ganhos e significariam, também, uma possibilidade de maior perda. A maioria (87%) dos respondentes optou pelo investimento com possibilidade de perdas menores, mesmo a alternativa apresentando uma oportunidade de ganhos maior. O resultado sugere que os indivíduos diante de situações de risco optam por uma opção de investimento mais conservadora, rejeitando a possibilidade de ganho maior.

No segundo cenário a pergunta se apresentou de forma semelhante ao primeiro cenário, contudo fora adicionado um viés emocional na questão. Na alternativa A, o investimento que oferecia um maior risco, tanto de ganho quanto de perda, era de uma empresa nova no mercado e seus sócios eram pessoas de bons relacionamentos e projetam um crescimento de seu Patrimônio Líquido em aproximadamente 50% nos próximos 2 anos. Na alternativa B, o investimento que oferecia possibilidade de risco menor, tanto para perdas quanto para ganhos, era de uma empresa consolidada no mercado, mas que por possuir mais da metade do mercado de seus clientes, seus sócios majoritários são pessoas arrogantes e de difícil relacionamento e ainda controlam todo o dinheiro da empresa. Nesse cenário a maioria dos respondentes (59%) optou por um investimento de risco maior, o que sugere que os indivíduos são influenciados por fatores emocionais e dessa forma ficam mais propensos ao risco do negócio em detrimento da opção mais conservadora.

O teste estatístico do Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) calculado apresentou um valor de 11,206, com P-value < 0,001. Para um nível de significância ( $\mu$ ) de 0,05 e um grau de liberdade (g.l.) no valor de 1. Dessa forma, rejeita-se a hipótese nula. As variáveis dos cenários com e sem o viés emocional não estariam associadas ao acaso. O que pode indicar que a presença dessa variável afetiva interfere no espectro das variáveis que envolvem a decisão e de forma significativa, para o cenário e delimitação estatística em questão.

O terceiro cenário apresentava uma situação típica do ambiente bancário, onde um gerente de banco deveria indicar ao seu cliente a melhor linha de crédito para montar um negócio. As opções envolviam percentuais de perda por inadimplência e comissão para o gerente a depender da linha de crédito escolhida. Nesse cenário, 82% dos respondentes optaram pela linha de crédito com menor percentual de perda por inadimplência, conforme indica a Tabela 02. A opção pela linha de crédito com menor percentual de perda por inadimplência sugere que o indivíduo tenha tendência a evitar o risco diante de decisões de cunho financeiro.



Cenários	Frequência	%
Cenário 02		
Empresa Delta	10	59
Empresa Gama	7	41
Cenário 03		
Linha de Crédito A	3	18
Linha de Crédito B	14	82
Cenário 05		
Dubai	12	70
Paris	5	30

Tabela 2 – Tabela de Frequência – Grupo Experimental

De formas congruentes ao cenário 1 e 2 se apresentaram o quarto e o quinto cenários. No quarto cenário foi demonstrado duas opções de pacote para viagem. Um casal deveria optar entre dois pacotes que apresentavam vantagens para crianças de uma determinada faixa etária. Um deles oferecia desconto para duas faixas etárias; o outro a isenção do pagamento para uma delas. Apesar de os dois pacotes apresentarem o mesmo valor final, a maioria (55%) dos respondentes optou pelo pacote que concedia a isenção do pagamento de uma faixa etária, rejeitando a opção que representaria desembolso para ambas as faixas, conforme indica a Tabela 03. O resultado sugere que diante de fatores complexos os indivíduos tendem a tomar uma decisão mais simplificada possível evitando riscos.

Cenários	Frequência	%
Cenário 01		
Empresa A	26	87
Empresa B	5	13
Cenário 04		
Pacote 01	14	45
Pacote 02	17	55

Tabela 03 – Tabela de Frequência – Grupo de Controle

Já no quinto cenário, o respondente deveria optar entre uma viagem já paga para Paris ou uma viagem para Dubai, considerada melhor destino na alta temporada, esta última, prêmio de um sorteio realizado pela agência de viagem. A maioria (70%) dos respondentes optou pela viagem a Dubai, mesmo já tendo pago a viagem para Paris. O resultado sugere que o fato de haver uma informação adicional sobre a viagem a Dubai pode ter influenciado na escolha por esse destino.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou verificar se os modelos descritivos de decisão auxiliam os gestores de banco a identificar e controlar reações de afeto e limitações racionais que envolvem o processo de concessão de crédito no mercado financeiro a partir da Teoria dos Prospectos de da Racionalidade Limitada. Foram respondidos quarenta e oito questionários e as pessoas foram divididas entre gerentes de banco e outros gestores, que representavam o grupo de controle. Os respondentes opinaram sobre cinco cenários, que apresentavam situações diversas de risco, principalmente no contexto de perdas e ganhos. Gatilhos emocionais foram incluídos em algumas perguntas a fim de verificar a influência desse componente nas respostas.

No primeiro e quarto cenário foi observado que diante de fatos puramente matemáticos que envolviam situação de risco, os respondentes optaram por uma situação mais conservadora com possibilidade de perda menor. No primeiro cenário, os respondentes optaram por um ganho mais certo mesmo que com um retorno menor do que um risco mais incerto com a possibilidade de um retorno maior. Corroborando assim com a Teoria dos Prospectos, proposta por Kahneman e Tversky (1979), esses autores demonstraram que as pessoas apresentavam uma forte aversão às perdas e essas perdas eram observadas com muito mais seriedade do que os ganhos de igual dimensão. Eles também afirmaram que diante da escolha entre diferentes possibilidades, como apresenta o quarto cenário, as pessoas tendem a selecionar opções que evitam riscos, optando por efetuar “apostas seguras”.

Já no segundo e quinto cenário quando foram introduzidos vieses de fatores emocionais os respondentes tiveram uma maior propensão ao risco, influenciando assim na tomada de decisão. No segundo cenário mesmo diante de situações em que envolvem um contexto de ganho os respondentes optaram pela opção de maior risco, o que de certa forma vai de encontro ao que preconiza a Teoria dos Prospectos. E no quinto cenário os respondentes também demonstraram reações de afeição diante de fatores externos que os fizeram mudar sua decisão.

Nota-se que o primeiro e segundo cenários foram estruturados de maneira similares, com percentuais de ganhos e perdas iguais e com risco de negócios equivalentes. A diferença é que no segundo cenário foram introduzidas variáveis de reações de afeto, o que de certa forma acabaram influenciando e alterando a forma como os gestores tomaram sua decisão.

No terceiro cenário foi constatado que os respondentes quando expostos a uma situação de incerteza e diante de fatores complexos tenderam a optar por uma opção de risco menor, o que os fizeram distanciar do objetivo proposto que era o de indicar ao seu cliente a melhor linha de crédito para ele montar seu negócio. Tal viés é confirmado pela Teoria da Racionalidade Limitada proposta por Simon (1955), que preconiza que “diante de fatores complexos quando os indivíduos expostos em situações de incerteza e diante de um número limitado e complexo de informações buscam simplificações

para os processos mentais, obtendo resultados equivocados, levando-os a tomarem decisões que provoquem um afastamento dos objetivos estabelecidos”.

Os resultados expostos nos cinco cenários indicam que as emoções e a limitação racional em ambientes complexos tendem a influenciar os gestores em seu processo de tomada de decisão. Visto que as evidências da pesquisa apontaram que há mudança na tomada de decisão de acordo com a forma como o problema é apresentado, tanto no grupo de interesse como no grupo de controle.

Para futuras pesquisas, recomenda-se o aumento da amostra e a utilização de testes alternativos para verificar a consistência dos resultados encontrados e o perfil da amostra.

## REFERÊNCIAS

ANHAIA, Artur Vitoriano Gaiessi de. **Os Riscos sobre Investimentos do Mercado Financeiro Brasileiro**. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2006.

ARCOVERDE, Guilherme Lins. **O Mercado de Crédito no Brasil**. Notas Técnicas Banco central do Brasil. N.15. Brasília: Banco Central do Brasil, 2002. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/notastecnicas/port/2002nt15creditmarketbrazilp.pdf>. Acesso em 20 jan. 2015.

BRUNI, Adriano Leal; SAMPAIO, Márcio Santos; LIMA FILHO, Raimundo Nonato; CORDEIRO FILHO, José Bernardo. **A Presença do Excesso de Confiança em Práticas Orçamentárias: Um Estudo Experimental**. In: Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 4., 2010, Natal. Anais... Natal: ANPCONT, 2010. 1 CD-ROM.

CARVALHO JUNIOR, César Valentim de Oliveira. **Aprendizagem formal, controladoria e vieses cognitivos: um estudo experimental**. 2009. 161 f. Dissertação. (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Ciências Contábeis – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCont.), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

CÉSAR, Ana Maria Roux; VIDAL, Patricia Gonçalves; PEREZ, Gilberto; CODA, Roberto. **Neuroaccounting: Modelando a Tomada de Decisão em Ambientes Contábeis**. In: Congresso da International Association for Accounting Education & Research e da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, 3., 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPCONT, 2009. 1 CD-ROM.

FERREIRA JÚNIOR, Gerson. **Contador conservador ou ser humano conservador? Um estudo sob a perspectiva da Contabilidade Comportamental**. 2012. 181 f. Dissertação. (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Ciências Contábeis – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCont.), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONTIJO, Colen Arimar; MAIA, Claudia Santos Castro. **Tomada de Decisão, do Modelo Racional ao Comportamental: Uma Síntese Teórica**. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, v. 11, nº 4, p. 13-30, outubro/dezembro 2004.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. **Prospect theory: an analysis of decision under risk**. *Econometrica*, New York, v. 47, n. 2, p. 263-291, mar.1979.

LIMA, Fabricio G.; PEREZ, Gilberto; IMONIANA, Joshua Onome; CÉSAR, Ana Maria Roux. **Aspectos que influenciam a tomada de decisão relacionada a metas orçamentárias em Organizações do Primeiro e Terceiro Setores**. In: 12o. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2012, São

Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos122012/171.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2014.

MENDONÇA NETO, Octavio Ribeiro de; CARDOSO, Ricardo Lopes; FERREIRA, Jandira Sandra. **Processo de tomada de decisão e seus desdobramentos na pesquisa contábil internacional**. Revista Contemporânea de Contabilidade. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v.10, n.19, p.141-156, jan./abr. 2013.

NÓBREGA, Lourinaldo Bezerra da. **Competitividade no Mercado Nacional de Crédito Pessoal: Uma abordagem fundamentada na Teoria da Demanda Residual**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2008.

NORMAS de Apresentação Tabular. São Paulo: Universidade Metodista. 13p. Disponível em:< <https://portal.metodista.br/biblioteca/servicos/normas-de-apresentacao-tabular>>. Acesso em 09 jul. 2015.

NORMAS de Apresentação de Tabelas. São Paulo: Unesp.12p. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/bibliotecafoa/normas-de-apresentao-de-tabelas>> Acesso em 09 jul. 2015.

NORMALIZAÇÃO Técnica de Documentos. São Paulo: USP. 22p. Disponível em: <[http://www.bcq.usp.br/fotos/manual\\_referencias.pdf](http://www.bcq.usp.br/fotos/manual_referencias.pdf)>. Acesso em 11 jul. 2015.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: PROJETOS DE PESQUISAS, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997.

PEREIRA, Antonio Gualberto. **Aspectos intuitivos, preferências intertemporais e decisões orçamentárias: um estudo quase-experimental envolvendo práticas de alocação de recursos**. 2011. 164 f. Dissertação. (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Ciências Contábeis – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCont,), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PEREIRA, Fernando Batista. **Microcrédito e a Democratização do Mercado Financeiro: O caso do Banco Popular de Ipatinga**. Dissertação de Mestrado. UFMG, 2004.

PEREIRA, Luiz Arthur Cavalcanti; MACÊDO, João Marcelo Alves; LIBONATI, Jeronymo José; LAGIOLA, Umbelina Cravo Teixeira. **Reações de Afeto no Processo Decisório Gerencial das Organizações: Uma Abordagem a Partir da Prospect Theory**. Revista Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 21, n. 1, p. 131-155, jan./mar. 2010.

PIRES, Felipe Roberto. **Finanças Comportamentais e Modelos Baseados em Agentes. Dissertação de Mestrado**. Unesp, 2012.

PLOUS, Scott. **The Psychology of Judgment e Decision Making**. New York: McGraw-Hill.1993.

PUCCI, Marcos. **Análise do processo de tomada de decisão orçamentária no setor de saúde**. 2012. 117 f. f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

SARDENBERG, Rubens. **Panorama do Mercado de Crédito. São Paulo: Febraban, 2014**. Disponível em: <[https://www.febraban.org.br/LerArquivo.asp?Tabela=Home\\_Arquivos&codigo=id\\_arquivo&campo1=arquivo&campo2=QtdeAcessos&id\\_codigo=3424&campo3=arquivos/](https://www.febraban.org.br/LerArquivo.asp?Tabela=Home_Arquivos&codigo=id_arquivo&campo1=arquivo&campo2=QtdeAcessos&id_codigo=3424&campo3=arquivos/)>. Acesso em 22 jan. 2015.

SILVA, Gilvan Cândido da. **Analisando o Mecanismo de Transmissão da Política Monetária por meio do Canal de Crédito: Estimação Bayesiana em Modelos DSGE com Fricções Financeiras**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2012.

SILVA, Angela Maria; FRANÇA, Maria Nani; PINHEIRO, Maria Salete de Freitas. **Guia para**

**normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses.** 5 ed. rev. ampl. Uberlândia: UFU, 2009, 145 p.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; DOMINGOS, Naiára Tavares. **Sunk cost e insistência irracional: o comportamento face às decisões de alocação de recursos.** Advances in Scientific and Applied Accounting, v. 3, p. 41-64, 2010.

SIMON, Herbert Alexander. **A behavioral model of rational choice.** The Quarterly Journal of Economics, v. 69, n. 1, p. 99-118, fev. 1995.

SIMON, Herbert Alexander. **Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas.** Tradução: Aluizio Loureiro Pinto. Rio de Janeiro: FGV, 1965. 311 p.

SIMON, Herbert Alexander. **Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas.** v.9. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1971. 311 p.

VIEIRA, Leonardo. **Impacto da Reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro no Risco Agregado dos Bancos Comerciais.** Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2006.

## MOTIVOS DA NÃO SOLICITAÇÃO DE RESSARCIMENTO DO ICMS PELAS EMPRESAS

### Oderlene Vieira de Oliveira

Universidade de Fortaleza, Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Administração, Fortaleza – CE

### Marcella Gonçalves Furtado

Universidade de Fortaleza, Graduação em Ciências Contábeis, Fortaleza - CE

**RESUMO:** O objetivo geral da presente investigação consistiu em identificar os principais motivos da não solicitação de ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuárias. Este trabalho se justifica pela delimitação da pesquisa sobre o ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuária, o qual se torna um assunto bastante complexo, pois há várias atividades em que não existe fácil acesso a legislação, onde muitas vezes existem dúvida em como proceder diante dessa operação. A relevância de se discorrer sobre os aspectos normativos, legais, os tipos de atividades e operações que podem existir nas organizações agropecuárias, dá-se pelo fato de muitas empresas usarem formas incorretas de tributar e acabarem tendo recolhimento duplo de um mesmo imposto. Assim, utilizou-se de pesquisa descritiva que teve como base a pesquisa de campo. Os resultados possibilitaram concluir que os principais motivos da não solicitação

do ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuárias são: excesso de burocracia e a dificuldade imposta pela legislação, dificultando o acesso do contribuinte a este direito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Legislação Tributária. ICMS. Restituição.

### 1 | INTRODUÇÃO

A legislação tributária no Brasil envolve vários setores e vários tipos de operações (AFONSO et al., 1998). É comum se dizer que, para toda situação existe um tipo de tributação diferente; que a legislação tributária se refere às leis relativas à definição de tributos, atribuição de responsabilidade tributária e à cobrança de tributos no País, incluindo as fiscalizações e penalidades sobre quem não cumpre a lei.

A legislação tributária abrange todos os tributos, sejam eles diretos e indiretos. Dentre os tributos indiretos, cabe destaca o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). O ICMS é de competência do governo dos estados e do Distrito Federal. Ele é destacado nas Notas Fiscais Eletrônicas (NFEs) de operações internas, ou interestaduais (AFONSO, 2000).



Especialmente os tributos indiretos, têm suscitado diversos questionamentos em torno da restituição de valores pagos indevidamente. Isso porque a Fazenda Pública cria embaraços ou dificuldades à sua restituição. É interessante observar, porém, que tais dificuldades não são criadas apenas pelo Fisco brasileiro. Argumentos semelhantes são (ou já foram) utilizados pelas Fazendas Públicas de outros países. A principal diferença está na forma como são considerados pelas Cortes encarregadas de apreciar os conflitos deles decorrentes. Em última análise, é o entendimento dos Tribunais que define a forma como a restituição do tributo indireto é tratada em cada país (SEGUNDO, 2012).

Frente a esse contexto, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais os principais motivos da não solicitação de ressarcimento do ICMS pelas empresas?

Dentre os tipos de operações, existem as operações no ramo da agropecuária, que abrangem vários setores: agricultura, pesca, pecuária e mineração em geral, onde são consideradas atividades do setor primário que é denominado como o segmento da economia que é movimentado pela extração e/ou produção de matéria prima. Assim, definiu-se como objetivo geral identificar os principais motivos da não solicitação de ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuárias.

Este trabalho se justifica pela delimitação da pesquisa sobre o ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuária, o qual se torna um assunto bastante complexo, pois há várias atividades em que não existe fácil acesso a legislação, onde muitas vezes existem dúvida em como proceder diante dessa operação.

A relevância de se discorrer sobre os aspectos normativos, legais, os tipos de atividades e operações que podem existir nas organizações agropecuárias, dá-se pelo fato de muitas empresas usarem formas incorretas de tributar e acabarem tendo recolhimento duplo de um mesmo imposto. Enfim, espera-se que o resultado da presente pesquisa possa auxiliar os setores tributários dessas organizações.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Tributos**

A carga tributária no Brasil é composta por 92 tributos, dentre eles os diretos e os indiretos (ALMEIDA et al., 2015). Pode-se identificar o que são tributos no art. 5º do Código Tributário Nacional (CTN), em que tributos consiste em Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria (BRASIL, 1966).

O art. 16 do CTN estabelece que imposto “é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação que independe de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte” (BRASIL, 1996, s.p.). Ou seja, o imposto não é contraprestação. Paga-se o imposto e diretamente pouco se recebe do Estado. A Constituição Federal (CF) outorga competência para a União, estados e municípios instituírem impostos (arts. 153, 155 e 156 CF/88) (AMARO, 2009).

As taxas são cobradas em razão do exercício do poder de polícia ou pela

utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição. A contribuição de melhoria é decorrente de obras públicas. Onde caso uma obra pública tenha rendimento de valorização nos imóveis das redondezas da mesma, deverão recolher a contribuição de melhoria devido a esta valorização (SANTOS, 2011).

As contribuições parafiscais, ou especiais, integram o Sistema Tributário Nacional (STN), já que a CF ressalva quanto à exigibilidade da contribuição sindical (art. 80, inciso IV), das contribuições previdenciárias (art. 201), sociais (art. 149), para a seguridade social (art. 195) e para o Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) (art. 239) (OLIVEIRA, 1991).

Como contribuições especiais, tem-se ainda as exigidas em favor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho Regional de Contabilidade (CRC), Conselho Regional de Medicina (CRM) e outros órgãos reguladores do exercício de atividades profissionais (MARTINS, 2012). Os empréstimos compulsórios são regulados como os tributos, conforme art. 148 da Constituição Federal de 1988, o qual se insere no Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional (OLIVEIRA, 2012).

Tributos indiretos no Brasil, são tributos que serão recolhidos pelo contribuinte de direito, mas que serão repassados para o contribuinte de fato. Contribuinte de direito é a pessoa designada pela lei para pagar o imposto, e contribuinte de fato é a pessoa que suporta o ônus fiscal. Por exemplo, pode-se considerar o contribuinte de fato como o consumidor final e o contribuinte de direito como a indústria (REZENDE, 2010).

O IPI e o ICMS são impostos indiretos, uma vez que o consumidor final é quem, de fato, acaba por suportar a carga tributária, embora não seja designado pela lei como contribuinte desses impostos (VIANNA, 2000).

### 2.1.1 ICMS

O ICMS é um tributo indireto, imposto que tem suas principais diretrizes oriundas da Constituição Federal de 1988, que enuncia que este imposto é não cumulativo compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores. Vale dizer, a não cumulatividade destes impostos ocorre com o crédito na escrita fiscal do montante do imposto pago e destacado nas notas fiscais de entrada e que sofre nova incidência em etapa posterior da cadeia (AMARO, 2009).

O fato gerador do ICMS será no momento da industrialização dos produtos, como também pela circulação das mercadorias, inclusive no fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares, nas prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores, nas prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive na geração, na emissão, na recepção, na transmissão,

na retransmissão, na repetição e na ampliação de comunicação de qualquer natureza, no fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios (BATISTA, 2011).

Incide também no fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual, nas entradas de mercadorias importada do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda quando se tratar de bem destinado a consumo ou ativo permanente do estabelecimento, no serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior e na entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente (OLIVEIRA, 1991).

Existe as exceções na incidência, como no caso das operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão, operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados, ou serviços, operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização, operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar, operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie, operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor, operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário, operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras (MIRANDA, 2009).

Equipara-se às operações de que trata a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a empresa comercial exportadora, inclusive *tradings* ou outro estabelecimento da mesma empresa e armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro (DONATO, 2013).

De acordo com o exposto no art. 150, parágrafo 6º, c/c o art. 155, parágrafo 2º, inciso XII, letra “g” da Constituição de 1988 e o art. 1º da Lei 44 Complementar no 24/1975, vislumbra-se que os benefícios fiscais do ICMS somente poderão ser revogados ou concedidos por intermédio de convênios celebrados pelos Estados e pelo Distrito Federal (BRASIL, 1975; 1988).

Peres e Mariano (2008, p. 47) destacam que são realizadas reuniões periódicas

entre um representante de cada Estado e do Distrito Federal, e um representante do Governo Federal, formando o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Os autores ainda observam que para a entrada em vigor dos aludidos convênios, devem ser cumpridas formalidades consistentes na publicação no Diário Oficial da União dos textos dos convênios celebrados; na ratificação estadual dos convênios firmados, assim como na sua ratificação nacional.

### *2.1.1.1 Ressarcimento do ICMS*

O ICMS é um tributo de relevante importância para o Sistema Tributário Nacional, tendo tratativa constitucional e infraconstitucional, o que o torna um tributo complexo, tanto na atividade fiscal, quanto nas discussões jurídicas a respeito. O reflexo desta complexidade são os inúmeros questionamentos levantados com relação ao fenômeno da substituição tributária, ao aumento de alíquotas e a sua consequente possibilidade de restituição, quando estas são declaradas inconstitucionais (MAGALHÃES; MAGALHÃES, 2012).

Carrazza (2003) destaca que é economicamente mais importante, na medida que envolve maiores quantias de dinheiro e, certamente por isso, aquele que, de longe, mais controvérsia suscita.

O fenômeno da substituição tributária com relação ao ICMS é deveras importante, sobretudo para que se defina exatamente quem é o contribuinte de fato (real) e quem é o contribuinte de direito (empresário), o que gera consequências cotidianamente vivenciadas no meio jurídico, concernentes ao sujeito que fará jus à restituição de valor erroneamente ou indevidamente pago, seja pela compensação do tributo, seja pela repetição do indébito. (MAGALHÃES; MAGALHÃES, 2012, p. 47).

Esse valor não devido é que os contribuintes têm direito de recuperar, mas na maioria das vezes não os fazem por dois motivos: a) por desconhecimento da legislação; e b) por excesso de burocracia e dificuldade imposta pela legislação dificultando o acesso do contribuinte a este direito. O nome deste procedimento de recuperação do ICMS pago sobre uma operação que não ocorreu é ressarcimento. Se os contribuintes olharem para os últimos 05 (cinco) anos, verificarão que se trata de uma volumosa quantia deixada para trás e que têm totais chances de reaverem estes valores através de um processo administrativo sem a necessidade de recorrerem ao judiciário (GALHARDO, 2015).

Em muitas situações, o valor recolhido a título de tributo pode ser indevido, seja porque não ocorreu o fato imponible, seja por exceder ao montante da dívida, ou por não existir o dever de se cumprir aquela obrigação tributária, surgindo, assim, a questão do tributo indevido (MAGALHÃES; MAGALHÃES, 2012).

Os créditos tributários relacionados as empresas agropecuárias, se resumem as compras das máquinas, destinadas ao parque fabril e nas compras de insumos para a produção, onde só poderão se creditar do que tem destaque no ICMS na nota fiscal. O valor do ICMS das máquinas, não é creditado pelo valor integral da nota

fiscal, esse crédito será realizado em 48 parcelas através do Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP), que atualmente foi substituído pela nomenclatura Ativo Imobilizado. Na legislação estadual do Ceará, as operações que envolvem o CIAP estão previstas no art. 13 do Decreto 24.569/97, ele foi criado por conta do alto valor do imposto sobre o valor das máquinas, para garantir que a empresa que está o adquirindo não obtenham um crédito muito alto em determinado mês, portanto foi criada esse método do 1/48 avos.

Tem-se também a particularidade do ICMS diferencial de alíquotas, que é a forma dos estados recolherem a diferença entre as alíquotas, nas entradas dos produtos destinados ao uso e consumo ou ao ativo imobilizado. Nas entradas destinadas ao uso e consumo será destacado o imposto na entrada na apuração mensal do ICMS, onde o valor ficará alocado na conta gráfica de outros débitos, aumentando o valor a recolher de ICMS Operações Próprias. Antes de recolher o ICMS diferencial de alíquotas, deverá verificar se realmente aquele produto terá esta destinação, pois a Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ) poderá cobrar indevidamente (OLIVEIRA; FURTADO; SILVEIRA FILHO, 2016).

Será necessária a verificação de que aquele imposto não foi pago por ICMS Substituição Tributária, ou seja, quando verificar o produto destinado a uso e consumo e ativo fixo, identificar se existe o destaque da substituição, caso tenha terá de fazer o cálculo do diferencial de alíquotas, pois se for o mesmo, a empresa recebedora não precisará recolher este valor, devido já ter sido pago por substituição. Se o produto que for compor o ativo imobilizado for destinado ao processo produtivo, o valor do diferencial de alíquota poderá ser creditado no controle do CIAP.

O cálculo do ICMS diferencial de alíquotas é feito da seguinte forma:

$$\text{ICMS DIFAL} = (\text{Alíquota do destino} - \text{Alíquota da Origem}) \times (\text{Total dos Produtos} + \text{Vr. Do IPI})$$

Fonte: elaborado própria.

As empresas agropecuárias, na sua grande maioria, precisam de um setor específico de planejamento tributário, para que não gere impacto negativo nas suas contas patrimoniais, despesas, custos e conseqüentemente no seu resultado líquido. Com a ausência de um planejamento tributário, muitas empresas acabam não tendo conhecimento dos erros que poderão ou que estão ocorrendo na tributação das transações, dentro da organização (OLIVEIRA; FURTADO; SILVEIRA FILHO, 2016).

## 2.2 Planejamento Tributário

Planejamento tributário é a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das operações legais disponíveis (MENDES; SILVA; NIYAMA, 2011).

Já para Young (2005, p. 76):

O planejamento tributário é o conjunto de condutas, comissivas ou omissivas, da pessoa física ou jurídica, realizadas antes ou depois da ocorrência do fato gerador, destinadas a reduzir, mitigar, transferir ou postergar legal e lícitamente os ônus dos tributos.

Assim, fica claro o entendimento de que o planejamento tributário é o estudo das alternativas lícitas de formalização jurídica de determinada operação, antes da ocorrência do fato gerador, para que o contribuinte possa optar pela que apresente o menor ônus tributário (OLIVEIRA et al., 2012).

Com o mercado em frequente crescimento e o corte nos custos cada vez mais necessário, é de suma importância se ter um bom planejamento tributário (CARDOSO, 2014). Cotejando as várias opções legais, o administrador procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal (LATORRACA, 2000).

Oliveira, Furtado e Silveira Filho (2006) ressaltam que o planejamento tributário de uma empresa é de extrema importância para conseguir identificar os créditos e débitos tributários da empresa. Se eles foram identificados de forma correta junto a legislação, a organização irá diminuir de forma significativa suas despesas tributárias.

Para Borges (2001) a natureza ou essência do planejamento tributário, ou fiscal, consiste em organizar os empreendimentos econômico-mercantis da empresa, mediante o emprego de estruturas e formas jurídicas capazes de bloquear a concretização da hipótese de incidência tributária ou, então, de fazer com que sua materialidade ocorra na medida ou tempo que lhe sejam mais propícios. Trata-se, assim, de um comportamento técnico-funcional, adotado no universo dos negócios, que visa excluir, reduzir ou adiar os respectivos encargos tributários.

Por ser um dos tópicos mais importantes de qualquer negócio, o planejamento tributário deve ser muito bem detalhado, afinal é ele quem define a vida ou a morte, a sobrevivência ou a falência de qualquer empresa. Por vislumbrar alternativas para maximização dos lucros e por ser um procedimento legal, o planejamento tributário tem seu papel estratégico na preservação da empresa, estando ao alcance de todas elas, inclusive das pequenas e médias. As empresas de grande porte, visando evitar a incidência do tributo, reduzir sua base de cálculo, retardar a alíquota do tributo ou adiar o pagamento dos impostos sem a incidência de juros ou multas, já contemplam, em sua estrutura organizacional, uma área ou um departamento específico para essa função (CHIOMENTO, 2011).

O planejamento tributário deve ser aplicado como ferramenta de otimização dos resultados das empresas, sem, entretanto, afrontar as diversas legislações (OLIVEIRA et al., 2012). Assim, a vontade das partes não pode ser alterada ou modificada, após o fato gerador. Contudo, nada impede que o contribuinte antecipe a ocorrência do fato gerador e comece a projetá-lo e dimensioná-lo objetivando a economia de imposto. Dessa maneira, o planejamento tributário pode ser visto como o estudo das alternativas lícitas para que se possa encontrar, dentro dos ditames da lei, uma alternativa menos onerosa no aspecto tributário (MENDES; SILVA; NIYAMA, 2011).

Para incentivar o planejamento tributário, alguns requisitos são indispensáveis



como os comparativos das modalidades tributárias determinadas pela legislação, o conhecimento prévio das atividades empresariais, além dos impostos que o empreendimento está sujeito a pagar (CHIOMENTO, 2011).

### 3 | METODOLOGIA

Quanto a abordagem, trata-se de uma pesquisa quantitativa, que possibilitou aos pesquisadores mensurar opiniões, hábitos, atitudes e reações por meio de uma amostra estatística que representou o universo pesquisado (TERENCE; ESCRIVÃO-FILHO, 2006).

Quanto ao tipo, a pesquisa adotada foi a descritiva, na qual os pesquisadores apenas registraram e descreveram os fatos observados sem interferir neles; procurando descobrir a frequência com que os fatos ocorreram, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto a natureza dos procedimentos metodológicos, foi aplicado por meio da pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica foi elaborada a partir de material já publicado, como por exemplo, livros, revistas acadêmicas, TCCs, anais de eventos etc. Já a pesquisa de campo foi utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca dos motivos da não solicitação do ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuárias (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A população-alvo consistiu nas empresas agropecuárias listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa (atual B3), num total de 13 companhias, expostas no Quadro 1. Vale salientar que o levantamento das empresas listadas foi realizado no dia 10 de dezembro de 2015. Adicionalmente a pesquisa foi aplicada a profissionais de contabilidade com o intuito de corroborar ou refutar os achados.

Razão Social	Nome no Pregão	Setor
POMIFRUTAS S/A	POMIFRUTAS	Agricultura
SLC AGRICOLA S.A.	SLC AGRICOLA	
VANGUARDA AGRO S.A.	V-AGRO	
BIOSEV S.A.	BIOSEV	Açúcar e álcool
COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	COSAN	Alimentos diversos
SAO MARTINHO S.A.	SAO MARTINHO	
M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	M.DIASBRANCO	
TEREOS INTERNACIONAL S.A.	TEREOS	Carnes e derivados
BRF S.A.	BRF SA	
JBS S.A.	JBS	
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	MARFRIG	
MINERVA S.A.	MINERVA	
VIGOR ALIMENTOS S.A.	VIGOR FOOD	Laticínios

Quadro 1: Empresas agropecuárias, listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa

Fonte: elaborada com dados da BM&FBovespa (2015).

A coleta de dados foi efetuada por meio de questionário, aplicado no período de dezembro de 2015 e janeiro de 2016. O questionário foi encaminhado por *e-mail* para

os diretores de relacionamento com investidores das empresas agropecuária e para profissionais de contabilidade. Obteve-se um retorno de doze empresas, de um total de treze; e de 27 profissionais da contabilidade.

A técnica de análise adotada consistiu na distribuição de frequência, de acordo com Stevenson (1981). “Uma distribuição de frequência é um método de grupamento de dados em classes, ou intervalos, de tal forma que se possa determinar o número, ou a porcentagem (isto é, a frequência) de cada classe” (STEVENSON, 1981, p. 32).

#### 4 | MOTIVOS DA NÃO SOLICITAÇÃO DE RESSARCIMENTO DO ICMS PELAS EMPRESAS AGROPECUÁRIAS

Nesta seção são expostos os dados coletados por meio de questionário aplicado com as 12 empresas do ramo agropecuário e com 27 profissionais de contabilidade.

Observa-se na Tabela 1 que, das 12 empresas respondentes, nove apontaram o excesso de burocracia e a dificuldade imposta pela legislação, dificultando o acesso do contribuinte a este direito, como sendo os motivos determinante da não solicitação de ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuárias.

Esse resultado corrobora em parte com o exposto por Galhardo (2015) quando explicita que as Secretarias de Fazenda colocam obstáculos para que o contribuinte desista desse crédito. Mas, ressalta que existem bons especialistas que realizam com êxito esse levantamento financeiro, proporcionando uma boa recuperação para as empresas.

Opção	Quantidade
O desconhecimento da legislação	3
O excesso de burocracia	9
Dificuldade imposta pela legislação dificultando o acesso do contribuinte a este direito	9
Outro	0
<b>Total</b>	<b>12</b>

Tabela 1: motivos da não solicitação de ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuárias: visão das empresas

Fonte: dados da pesquisa (2016).

O motivo “desconhecimento da legislação” também foi apontado, mas por um número menor de empresas, apenas três. Vale ressaltar que não foi apontado nenhum outro motivo pelas empresas respondentes.

Já a Tabela 2 traz a visão dos profissionais de contabilidade em relação aos motivos determinantes da não solicitação de ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuárias. Observa-se que de 27 profissionais respondentes 15 apontaram o excesso de burocracia e a dificuldade imposta pela legislação dificultando o acesso do contribuinte a este direito, indo ao encontro da visão das empresas do ramo agropecuário e o exposto na literatura.

Opção	Quantidade
O desconhecimento da legislação	11
O excesso de burocracia	15
Dificuldade imposta pela legislação dificultando o acesso do contribuinte a este direito	15
Outro (o fato de que o fisco pode abrir uma fiscalização para apurar o crédito tributário, sendo que com isso a empresa pode sofrer penalidades caso existam erros)	1

Tabela 2: motivos da não solicitação de ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuárias: visão dos profissionais de contabilidade

Fonte: dados da pesquisa (2016).

Um exemplo de dificuldades pertinentes a esse fato é explicitado por Magalhães e Magalhães (2012) quando comentam que importantes questões atinentes à substituição tributária demonstram a necessidade de se identificar exatamente quem é o contribuinte de fato e quem é o de direito, a fim de se permitir analisar, por exemplo, a legitimidade do pedido de restituição de quantias indevidamente pagas. Isso porque, somente o contribuinte de fato, neste caso, terá condições de exigir a restituição, por razões lógicas, relacionadas ao fato de que tão somente aquele que efetivamente pagou a mais é que terá condições de exigir a devolução da respectiva quantia.

Magalhães e Magalhães (2012) ainda ressaltam que a regulamentação harmônica do ICMS não é tarefa fácil, como na existência das normas dos mais variados *status*, por vezes, ocasionam conflitos com relação às normas que permeiam o tributo. A Lei Complementar nº 87/96 não conseguiu resolver muitos dos problemas afetos ao ICMS, permanecendo constantes os conflitos judiciais entre o fisco e o contribuinte, em discussões calcadas em temas tais como as hipóteses de restituição dos valores indevidamente pagos.

Vale destacar ainda na Tabela 2, que acrescentado um outro motivo - o fato de que o fisco pode abrir uma fiscalização para apurar o crédito tributário, sendo que com isso a empresa pode sofrer penalidades caso existam erros, sendo este mais um motivo apontado para a não solicitação de ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuárias.

## 5 | CONCLUSÃO

O objetivo geral dessa pesquisa consistiu em identificar os principais motivos da não solicitação de ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuárias. Para tanto contou-se com o apoio de 12 empresas agropecuárias e 27 profissionais da contabilidade.

Os resultados possibilitaram concluir que os principais motivos da não solicitação do ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuárias são: o excesso de burocracia e a dificuldade imposta pela legislação, dificultando o acesso do contribuinte a este direito. Essa conclusão foi unânime nos dois públicos pesquisados bem como vem

sendo ressaltada pela literatura pertinente.

Vale destacar ainda que, se identificou um motivo ainda não apontado na literatura, sendo ele: o fato de o fisco poder abrir uma fiscalização para apurar o crédito tributário, sendo que com isso a empresa pode sofrer penalidades caso existam erros. Assim, a presente investigação contribui para a academia com mais um motivo para a não solicitação de ressarcimento do ICMS pelas empresas agropecuárias.

Espera-se que os resultados possam auxiliar os setores de planejamento tributário na condução das operações fiscais e contábeis dentro da organização do ramo agropecuário. Para futuros estudos sugere-se replicar esta pesquisa em empresas de outros ramos.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, José Roberto R. et al. Municípios, arrecadação e administração tributária: quebrando tabus. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 3-36, dez. 1998.

AFONSO, José Roberto R. et al. A tributação brasileira e o novo ambiente econômico: a reforma tributária inevitável e urgente. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 2000.

ALBUQUERQUE, Carlos Eduardo Rocha Drumon. **Criação, abate e comercialização de animais silvestres**. Brasília, 2009.

AMARO, Luciano. Direito tributário. **Núcleo**, v. 30, p. 1, 2009.

ANDRADE, Dalcio Ricardo; YASUI, George Shigueki. O manejo da reprodução natural e artificial e sua importância na produção de peixes no Brasil. **Revista Brasileira de Reprodução Animal**, Rio de Janeiro, v.27, n.2, p.166-172, 2003.

BATISTA, Neimar. **Aspectos jurídicos do fato gerador do ICMS no que se refere à circulação de mercadorias**. Estação Business School – IBMEC, Programa De Pós-Graduação – LLM. Brasília, 2011.

BRASIL. Congresso. Senado. (1966). Lei N° 5172, De 25/10/1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **LEI N° 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966**: Código Tributário Nacional. Brasília, DF: 27/10/1966. Seção 1.

BORGES, Antônio de Moura. Considerações sobre a dupla tributação internacional, Jus Navigandi, Teresina, a. 5, n. 51, out. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2088>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

BORGES, Iran; GONÇALVES, Lúcio Carlos. **Manual prático de caprino e ovinocultura**. Belo Horizonte: UFMG, Escola de Veterinária, 2002.

BUENO, Guilherme Wolff et al. Estado trófico e bioacumulação do fósforo total no cultivo de peixes em tanques-rede na área aquícola do reservatório de Itaipu **Acta Scientiarum. Biological Sciences**, v. 30, n. 3, p. 237-243, 2008. DOI: 10.4025/actascibiolsci. v.30 i3. 519.

CARDOSO, Mario Vicente da Silva. **Planejamento tributário e reorganização societária**: estudo de caso em uma empresa do sul de Santa Catarina. 2014. Disponível em: < <http://repositorio.unesc.net/handle/1/2159>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

CEARÁ. (Estado). (1997). Decreto N° 24569, De 04/08/1997. Consolida e regulamenta a legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de

Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências. **Decreto Nº 24569 DE 31/07/1997**: Regulamento do ICMS do Estado do Ceará. Fortaleza, CE: 04/08/1997.

CEARÁ. (Estado). (2015). Instrução Normativa Nº 43, De 28/10/2015. Este ato estabelece os valores líquidos para recolhimento do ICMS no regime de Substituição Tributária, relativamente às operações subsequentes com gado, suíno e produtos dele derivados. **INSTRUÇÃO NORMATIVA 43 SEFAZ, DE 28-10-2015**: (DO-CE DE 28-10-2015). Fortaleza, CE: 28/10/2015.

CHIOMENTO, Domingos Orestes. **A importância do Planejamento Tributário**. São Paulo, 2011.

CRUZ, Maria Lucia da. **Agricultura familiar no contexto da lavoura capitalista**. 2010, 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Campo Mourão/PR, 2010.

DONATO, Paulo da Silva. **Crédito Presumido na operação de exportação triangular de trigo em grãos**. Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Estadual de Maringá, p. 16-19. Maringá, 2013.

GUALHARDO, Alexandre. **Crédito do ICMS esquecido pelas empresas – ressarcimento do ICMS substituição tributária**. 2015. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/icmsressarcimento.htm>>. Acesso em: 01 jan. 2016.

GUEDES, MARLON H. PAIVA et al. Frequência de anticorpos anti-Neospora caninum em vacas e fetos provenientes de municípios do sul de Minas Gerais. **Revista Brasileira Parasitol Vet**, v. 17, n. 4, p. 189-194, 2008.

IBGE (Brasil). **Agricultura e Pecuária no Brasil**. 2014. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 26 nov. 2015.

LATORRACA, Nilton. **Direito tributário: imposto de renda das empresas**. 15. ed. São Paulo: Atlas 2000.

MAGALHÃES, Conrado H. C. de; MAGALHÃES, Márcio C. Aspectos relevantes sobre o sistema legal do ICMS: substituição tributária, majoração de alíquotas e possibilidade de restituição do tributo indevidamente recolhido. **Revista de Direito Público**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 41-54, maio/ago. 2012.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **A força da agricultura**. Brasília, 2010.

MARTINS, Joaquim de Campos. **A isenção do imposto sobre serviços para advogados autônomos**. Brasília, 25 jul. 2012.

MENDES, Paulo Cesar de Melo; SILVA, Antonio Batista; NIYAMA, Jorge Katsumi. A aderência do conteúdo da disciplina contabilidade tributária ministrada nos cursos de graduação em ciências contábeis do Brasil ao conteúdo do currículo internacional proposto pela ONU. **Revista Ambiente Contábil**, UFRN, Natal/RN, v.3, n.1, p.1-19, jan./jun. 2011.

MIRANDA, Maria Bernadete. Princípios Constitucionais do Direito Tributário. **Revista Virtual Direito Brasil** v.3, n.1, 2009.

NASCIMENTO, Sandra Carla Oliveira Do, e Rogério César Pereira de Araújo. Avaliação da sustentabilidade do projeto de piscicultura Curupati-peixe no açude Castanhão, Jaguaribara-CE. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, SOBER, 46, **Anais...** 2008.

OLIVEIRA, José Marcos Domingues. Espécies de Tributos. **Revista de Direito Administrativo da Pós-Graduação da FGV**, v.183, n.1, p.4-14, 1991.

OLIVEIRA, Luís Martins de et al. **Manual de Contabilidade Tributária**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Oderlene Vieira de; FURTADO, Marcella Gonçalves; SILVEIRA FILHO, Sérgio Seabra. Motivos da Não Solicitação de Ressarcimento do ICMS pelas Empresas Agropecuárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 20, Fortaleza-CE, 2016. **Anais...** Fortaleza: CFC, 2016.

PINHEIRO, Francisco Kermedy et al. **Avaliação da sustentabilidade de sistemas de produção apícolas diagnóstico participativo em associações de apicultores da região central do Ceará**. 2011, 168f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção)-Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, R. C. **Contabilidade tributária**. Entendendo a lógica dos tributos e seus reflexos sobre os resultados das empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Saulo Gonçalves. Taxa pelo exercício do poder de polícia: necessidade de efetiva fiscalização. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 3103, 30 dez. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/20750>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

SARMENTO, José Lindenberg Rocha et al. Fatores genéticos e de ambiente sobre o intervalo de partos de cabras leiteiras no semi-árido nordestino. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 32, n. 4, p. 875-879, 2003.

SEGUNDO, Hugo de B. M. Ainda a restituição dos tributos “indiretos”. **Nomos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, v.32, n.2, p. 223-259, 2012.

SILVA, Roberto Carlos Prazeres. **Estudo da Cadeia Produtiva do Mel no Contexto da Apicultura**. p. 1-29. Curitiba, 2010.

SILVA, Roberto de Andrade. **Análise de Conjuntura Agropecuária. Avicultura de Postura**. Paraná, 2013.

SIDONIO, Luiza et al. Panorama da aquicultura no Brasil: desafios e oportunidades. **BNDES Setorial**, v. 35, p. 421-463, 2012.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. 1. ed. São Paulo: 1981.

TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO-FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 26, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ENEGEP, 2006. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEG\\_EP2006\\_TR54\\_036\\_8\\_8017](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEG_EP2006_TR54_036_8_8017)>. Acesso em: 20 dez. 2015.

VIANNA, Salvador Werneck et al. **Carga tributária direta e indireta sobre as unidades familiares no Brasil: avaliação de sua incidência nas grandes regiões urbanas em 1996**. 2000.



## PROPOSTA DE USO DE FILMES SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO CONTEXTO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

### **Wellington Silva Porto**

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE  
Recife – PE

### **Fernanda de Assis Dutra**

Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
Vilhena – RO

### **Marco Túlio José de Barros Ribeiro**

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE  
Recife – PE

### **Umbelina Cravo Teixeira Lagioia**

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE  
Recife – PE

### **José Arilson de Souza**

Universidade Federal de Rondônia – UNIR  
Vilhena – RO

**RESUMO:** Diante da obrigatoriedade de incluir a educação ambiental em todos os níveis de ensino como uma disciplina integrada às demais, o objetivo central desta pesquisa é verificar como os temas relacionados a responsabilidade socioambiental podem ser discutidos a partir da ótica do cinema em sala de aula. Para alcançar os resultados esperados, buscou-se conhecer os aspectos teórico-pedagógicos quanto ao uso do cinema em ambientes de aprendizagem; abordar a responsabilidade socioambiental em sala de aula no ensino superior a partir do contexto da transversalidade; mapear filmes que ilustram a questão da responsabilidade

socioambiental; e propor um modelo de uma tabela de filmes compilados, minutados e contextualizados para uso em sala de aula. Trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa e documental, pois os filmes são documentos cinegráficos que consistem em um tipo de obra literária no formato de imagens em movimento. A coleta de dados se deu com uma amostra não probabilística intencional, com a análise de 21 filmes, cujo escopo foi a catalogação, filtragem, seleção, edição, tabulação e apresentação de cenas que ilustram os temas relacionados à responsabilidade socioambiental, e que poderão ser utilizadas no contexto da sala de aula. Como resultado, a pesquisa organizou a minutagem de 64 cenas editadas e dispostas em uma tabela adaptada de Luz e Peternela (2012), contextualizando cada cena e vinculando-as às possíveis abordagens teóricas dos temas relacionados à responsabilidade socioambiental, que o docente poderá utilizar para ministrar as disciplinas dessa natureza no curso de Ciências Contábeis.

**PALAVRAS-CHAVE:** Responsabilidade socioambiental. Cinema. Ensino. Contabilidade.

**ABSTRACT:** In view of the obligation to include environmental education at all levels of education as an integrated discipline, the main objective of this research is to verify how the themes related to socio-environmental responsibility can be

discussed from the point of view of the cinema in the classroom. To reach the expected results, we sought to know the theoretical-pedagogical aspects regarding the use of cinema in learning environments; addressing socio-environmental responsibility in the classroom in higher education from the context of transversality; map films that illustrate the issue of socio-environmental responsibility; and propose a model of a compiled, minuted and contextualized table of films for use in the classroom. This is an exploratory, qualitative and documentary research, since the films are cinegraphic documents that consist of a type of literary work in the format of moving images. The data collection was done with an intentional non-probabilistic sample, with the analysis of 21 films, whose scope was the cataloging, filtering, selection, edition, tabulation and presentation of scenes that illustrate the themes related to socio-environmental responsibility, and which could be used in the context of the classroom. As a result, the research organized the minution of 64 scenes edited and arranged in a table adapted from Luz and Peternela (2012), contextualizing each scene and linking them to the possible theoretical approaches of the topics related to socio-environmental responsibility, which the teacher can use to disciplines of this nature in the course of Accounting Sciences.

**KEYWORDS:** Socio-environmental responsibility. Movie theater. Teaching. Accounting.

## 1 | INTRODUÇÃO

Nas cadeiras universitárias, professores enfrentam um grande desafio no processo de ensinar e aprender que é a escolha da melhor metodologia de ensino entre os diversos mecanismos disponíveis no âmbito pedagógico. Para Cortella (2013) a postura ideal do professor universitário no século XXI é aquela que, além de uma insatisfação positiva e humildade, tem coragem para negar aquilo que é arcaico, proteger a tradição e elevá-la. É se adaptar a esse mundo de mudanças tecnológicas e velocidade da informação sem se tornar refém dele. Nesse processo de aprendizagem o cinema pode ser visto como uma alternativa viável à adaptação dessa nova realidade por consistir importante ferramenta de treinamento e desenvolvimento pois poucos veículos mexem tanto com a emoção como o cinema.

Em função da exigência legal de inserção da educação ambiental em todos os níveis de ensino como uma disciplina integrada às demais, conceitos ligados à gestão empresarial, sustentabilidade, ética e responsabilidade socioambiental, têm um amplo campo de exploração, sendo fundamental que os docentes utilizem de metodologia de ensino criativa capaz de despertar o interesse do aluno. Este estudo chama a atenção para a relação pedagógica proposta pela inclusão da arte cinematográfica como forma de linguagem simbólica que busca, por meio de seus limites e possibilidades, ser um viés de apoio ao processo de aprendizagem. Logo, este estudo se ocupou com a seguinte questão: como os temas relacionados a responsabilidade socioambiental podem ser discutidos a partir da ótica do cinema em sala de aula?

Assim, o objetivo central deste estudo é verificar como os temas relacionados a

responsabilidade socioambiental podem ser discutidos a partir da ótica do cinema em sala de aula. Para alcançar os resultados esperados buscou-se descrever os aspectos teórico-pedagógicos quanto ao uso do cinema em ambientes de aprendizagem; demonstrar como a responsabilidade socioambiental pode ser aplicada no ensino superior a partir do contexto da transversalidade presente na legislação; mapear filmes que ilustram a questão da responsabilidade socioambiental; e por fim, propor um modelo de tabela de filmes compilados, minutados e contextualizados para uso em todas as disciplinas do curso de Ciências Contábeis que tenham a temática socioambiental em sua ementa. O artigo se baseia na mesma fundamentação de Davel, Vergara e Ghadiri (2007), Luz e Peternela (2012) e Brandão (2009a) quando afirmam que as experiências envolvendo a arte no ensino da Administração, por exemplo, têm transformado significativamente as práticas de ensino-aprendizagem, pois administrar com eficácia exige, no mínimo, sutileza, sensibilidade e maturidade, atributos presentes quando a arte é utilizada no ensino-aprendizagem. O mesmo pode-se afirmar em relação às Ciências Contábeis, que é uma ciência social sujeita aos engajamentos socioambientais demandados pela sociedade.

Dessa forma, o presente estudo proporciona uma contribuição às possibilidades de inovações propostas ao processo de formação docente com o auxílio da arte, como fonte inspiradora ao fortalecimento do relacionamento entre o professor e o aluno e melhorando sua eficácia pedagógica. Além disso, se apresenta como um relevante instrumento auxiliar aos docentes na missão de ensinar e conscientizar os alunos que serão futuros profissionais formadores de opiniões, e que no caso do contador, possui papel fundamental, pois terá que conciliar os interesses econômicos da empresa com as demandas socioambientais.

O artigo está dividido em mais quatro seções. A seção 2 apresenta aspectos teórico-pedagógico sobre o cinema e a educação ambiental em sala de aula de cursos superiores. A seção 3 descreve a metodologia da pesquisa. A seção 4 apresenta o modelo de quadro de minutagem de cenas proposto. A seção 5 expressa as considerações finais e perspectivas para pesquisas futuras.

## **2 | REFERENCIAL TEÓRICO**

Esta seção visa apresentar os aspectos teórico-pedagógicos relacionados ao uso do cinema em ambientes de aprendizagem, bem como abordar o tema da responsabilidade socioambiental em sala de aula no ensino superior a partir do contexto da transversalidade.

### **2.1 O contexto pedagógico do cinema em sala de aula**

O cinema não se mostra como um espaço exclusivo de representação fictícia da realidade. Nem mesmo as demais formas de artes (cênicas, pintura, escultura etc.). Na verdade, temos como característica inerente ao nosso desenvolvimento psicossocial a

interpretação de papéis na vida real. “Temos uma personalidade de confecção, *ready made*. Vestimo-la como se veste um fato e vestimos um fato como quem desempenha um papel. Representamos um papel na vida, não só perante os outros, mas também (e sobretudo) perante nós próprios” (MORIN, 2014, p. 112). O cinema, na verdade, desde sua concepção, tem mexido com o emocional e imaginário das pessoas por séculos; através dele é possível viajar no tempo, conhecer outras culturas e vivenciar experiências antes inimagináveis capazes de mexer com valores, sonhos e fantasias (HOLLEBEN, 2008). Nas palavras de Morin (2014, pp. 124-139), “o cinema é realidade talvez, mas também é outra coisa: gerador de emoções e sonhos[...]. O mundo ao alcance das mãos[...]. O cinema se abriu a todas as participações: adaptou-se a todas as necessidades subjetivas. Por isso ele é a técnica ideal para a satisfação afetiva[...]. À imobilidade extrema do espectador iria se juntar, então, a mobilidade extrema da imagem, constituindo o cinema, o espetáculo dos espetáculos”.

Holleben, (2008, p. 14) confirma que “do apenas ‘registro do movimento’ como pensavam os irmãos Lumière ao projetar o primeiro filme, o cinema passa a ser o registro da própria vida e de tudo que a envolve”. O cinema consiste em importante ferramenta de treinamento e desenvolvimento, pois poucos veículos mexem tanto com a emoção como o cinema, podendo contribuir muito no aprendizado e aprimoramento do conteúdo pelos discentes. “É a sétima arte a serviço da aprendizagem e do desenvolvimento das potencialidades humanas.” (LUZ e PETERNELA, 2012, p.2).

O cinema não deve ser reduzido a um instrumento de ensino ou de inovação tecnológica na educação, ele deve ser tido como uma criação artística, uma maneira de olhar o mundo organizado em imagens através da qual damos sentido às coisas. “Escolarizar” ou “didatizar” o cinema é o mesmo que restringi-lo; ele participa da história como arte e ideologia, como uma maneira de reconstruir o mundo e expor a realidade como ela é. Estudos anteriores ressaltam a importância da maturidade que o educador precisa ter na inserção eficaz do uso do cinema na sala de aula. Holleben (2008, p. 8) evidencia que, “embora isso pareça óbvio, não é demais considerar que toda ação humana é potencialmente geradora de significados, no entanto, nem toda ação humana pode reservar seu lugar no futuro do outro como a educação[...].” O educador precisa ter uma insatisfação positiva e humildade, saber que para ser grande tem que se conhecer pequeno, ou seja, ter a cabeça aberta às mudanças do mundo e levar essa mudança em conta sem se tornar refém dela (CORTELLA, 2013; TEIXEIRA e LOPES, 2008). Barche e Almeida (2015, p.110), afirmam que “o papel dos professores nesse novo contexto educacional, considerando sua prática de ensino internalizada, deve sair do *status quo* para assumir novos rumos, construídos com a utilização da tecnologia”.

O que se percebe nas experiências relatadas em pesquisas anteriores, é que os estudantes estabelecem um vínculo com a arte, que os ajudam a terem melhor posicionamento perante a realidade, favorecendo o convívio entre estudantes e professores, pois a arte proporciona uma aprendizagem recíproca decorrente da

interação, que altera a tradicional relação na qual um ente detentor do conhecimento o transmite a outro ente carente de conhecimento (DAVEL, VERGARA e GHADIRI, 2007). O que se discute, no entanto, é qual a estratégia de uso do cinema em sala de aula que surte efeito de maneira mais eficaz e contributiva no processo de ensino-aprendizagem. Nos estudos de Brito (2013), o argumento principal do autor reforça a importância de exibir cenas curtas que proporcionem um debate sobre o tema e não discutir o filme como fariam os cinéfilos e os críticos do cinema, também pressupor que os participantes não conheçam o filme já que o debate trará novas percepções mesmo para aqueles que já assistiram ao filme. Napolitano (2010) corrobora tal argumento, quando afirma que o professor não pode ficar preso a intenção do autor, ele tem que perceber no filme suas narrativas internas, seus valores, muitas vezes além daquilo que se fala do filme.

Brandão (2009b) enfatiza alguns pontos que devem ser considerados pelo educador na escolha do filme: o tema objeto de treinamento, o perfil da turma, a faixa etária e o tempo de duração. É importante também uma breve explicação sobre o filme antes de assisti-lo, bem como efetuar um debate sobre o tema após o filme. O autor diz que a aprendizagem não passa apenas pelo intelecto, mas também pelas emoções, valores e percepções, que a utilização de filmes tem enfatizado a tese que “cada espectador vê um filme”, dependendo de sua história de vida e percepção de mundo, como é o caso da temática de responsabilidade social empresarial, na qual cada indivíduo tem uma percepção e um despertar diferente sobre o seu papel no contexto da sustentabilidade, como abordado no próximo tópico.

## **2.2 O despertar do mundo para a responsabilidade social empresarial**

Os debates acerca do crescimento sustentável se intensificaram, impulsionados pelas mudanças nas relações sociais que, nos últimos 50 anos, causaram sérios problemas ambientais. O desenvolvimento tecnológico, científico e de comunicação proporcionaram um aumento da população e do consumo. O resultado foi um crescimento na demanda por matérias-primas como minérios, energia e terra, acompanhado pela produção de resíduos e poluentes dos mais diversos (BARTHOLOMEU e CAIXETA-FILHO, 2011).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano (conferência de Estocolmo-Suécia, 1972), apresentou um relatório que apontava um cenário catastrófico, defendendo o “crescimento zero” como a solução, sendo rejeitado pelos países em desenvolvimento. O termo “ecodesenvolvimento” surgiu pela primeira vez, no mesmo ano, naquela conferência, defendendo a possibilidade de harmonização do crescimento econômico com a preservação ambiental. Surge então, nos anos 80, o conceito de desenvolvimento sustentável a partir do trabalho da Comissão Brundtland, que não se limitou apenas às questões ambientais, mas também se preocupou com o desenvolvimento econômico, afirmando serem duas

coisas inseparáveis. Após o trabalho dessa comissão, ocorreram várias conferências com diversos documentos propostos como a ECO-92, que aprovou a Agenda 21 e o Protocolo de Kyoto – o acordo mais recente foi assinado em Paris – sendo o primeiro pacto universal sobre as mudanças climáticas, a qual busca substituir o protocolo de Kyoto em 2020, estabelecendo como meta a manutenção da temperatura média mundial abaixo de 2°C (REIS e MEDEIROS, 2007; BERTÉ, 2009; BARTHOLOMEU e CAIXETA-FILHO, 2011; G1, 2016).

A polêmica, no entanto, gira em torno da cultura do consumo, na qual o desenvolvimento se baseia no crescimento econômico, que tem sido apontada como a responsável pela degradação ambiental, por explorarem os recursos como se fossem infinitos, tornando essa cultura insustentável. Foi nesse contexto que as discussões sobre desenvolver o consumo de maneira sustentável foram iniciadas (OLIVEIRA, CORREIA e GOMES, 2016).

Bartholomeu e Caixeta-Filho (2011), afirmam que desenvolver de maneira sustentável significa crescer de forma condizente com a capacidade de suporte dos recursos e do desenvolvimento tecnológico, objetivando o aumento da produtividade em contrapartida da redução dos insumos produtivos e do consumo de energia. Independentemente das definições a sustentabilidade deve estar ancorada no tripé que corresponde a um equilíbrio entre aspectos sociais, econômicos e ambientais. O papel regulador do Estado aliado as forças de mercado são fundamentais para estimular práticas sustentáveis.

Embora muitos empresários considerem utópica a ideia de crescimento econômico com proteção ambiental, é crescente o número de empresas que estão incorporando a variável ambiental em suas políticas de crescimento. A responsabilidade social das empresas atua no campo da ética, que são os valores e princípios que regem suas decisões. Além de uma obrigação, as empresas devem se preocupar com as consequências sociais de suas atitudes bem como com a opinião pública (REIS e MEDEIROS, 2007; BERTÉ, 2009).

A adesão dos trabalhadores e a conscientização em relação as políticas socioambientais adotadas pela empresa é de extrema importância para que ela se concretize. É necessário para que a empresa obtenha sucesso, ouvir os trabalhadores e debater suas opiniões antes da implementação de novas políticas socioambientais, pois muitas medidas que serão adotadas significarão mudanças em suas rotinas, sendo, portanto, necessário o engajamento por parte de todos (RIBEIRO, PALÁCIOS e FERREIRA, 2015).

Ferreira, Siqueira e Gomes (2009) criticam aqueles que defendem que o respeito pelas leis é o que se espera de pessoas físicas e jurídicas, citam como exemplo, um país que possua uma legislação frágil na qual o trabalho infantil não seja proibido, caso a empresa se utilizasse dessa mão de obra para suas atividades não agiria de maneira ilegal, mas prestaria um desserviço à sociedade que apesar de lícita não seria uma conduta moral. Com o fortalecimento da ideia de responsabilidade social



das empresas surgiu a necessidade de publicar um demonstrativo que fornecesse informações sobre a interação da empresa com o meio social e ambiental, sendo a França o primeiro país a desenvolver uma legislação acerca do balanço social, que no início era voltado apenas para a relação capital-trabalho. Atualmente, o balanço social (BS) possui um foco mais abrangente, abordando além dos recursos humanos, os investimentos socioambientais, proporcionando maior transparência em suas informações beneficiando todos os *stakeholders* (OLIVEIRA, PORTELLA, FERREIRA e BORBA, 2016; GONZAGA, LIMA, REBELO e SOUZA, 2012).

### **2.3 A educação socioambiental no Brasil**

Dentre o tripé da sustentabilidade, a responsabilidade ambiental destaca-se no Brasil, uma vez que sua área geográfica contém uma grande diversidade da fauna e da flora. Contudo, a deficiência na educação ambiental faz com que a proteção ao meio ambiente brasileiro ainda permaneça distante da realidade dos cidadãos. A educação ambiental abrange conceitos de valores e ética, influenciando todas as vertentes do contexto social (SANTANA e LEMOS, 2009).

Por outro lado, a preocupação do Brasil com os problemas ambientais não é recente. Em 1964 foi criado o Estatuto da Terra que estabeleceu a reforma agrária e a implantação de reservas florestais. Em 1965, o país instituiu o Código Florestal Brasileiro pois já se preocupava com a degradação das florestas. A partir de 1969, com o novo governo, o país passou por um momento de crescimento econômico a qualquer preço, no qual as questões ambientais foram deixadas para se resolver no futuro. Entre 1986 e 1988, muitos autores já denunciavam os problemas ambientais e a degradação da natureza (BERTÉ, 2009).

Com o advento da nova Constituição Federal de 1988, o art. 225 afirmou que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”. Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é um direito da coletividade que alcança todas as formações sociais. Por se tratar de valores fundamentais indisponíveis é conhecido como direito de 3ª geração ou mesmo direito de solidariedade (STF, Pleno, MS nº 22.164-SP, Relator Min. Celso de Mello. DJ 17.11.95).

Gelain, Lorenzetti, Neuhaus e Rizzatti (2012), analisaram se a legislação brasileira é eficiente na redução do desmatamento. Os autores concluíram que, apesar de o Brasil possuir um Código Florestal desde 1965, o desmatamento atual deixa claro que a lei não vem sendo cumprida, o que exige uma fiscalização e punição mais efetiva por parte do poder público. Verificaram também que no Brasil não existe um padrão de educação ambiental que contextualize os conceitos de desenvolvimento sustentável com a realidade do local onde os indivíduos vivem, de forma a ensiná-los e conscientizá-los sobre a importância de desenvolver buscando o equilíbrio ambiental.

Diante das pressões por uma atuação empresarial sustentável, a divulgação de

informações tornou-se necessária. O balanço social é utilizado pelas instituições para a demonstração de suas práticas sociais. Ferreira, Siqueira e Gomes (2009, p.59), compreendem que “a falta de uma obrigatoriedade na publicação de informações sociais é um indício da prevalência do econômico sobre o social”. Os autores criticam os balanços sociais brasileiros, afirmando que estes não contemplam as informações que a sociedade demanda, pois muitas empresas divulgam o balanço social como uma peça de marketing, divulgando apenas informações positivas, negligenciando a verdadeira evidenciação de seu papel social.

Gonzaga *et al.* (2012), avaliaram se o BS divulgado no relatório anual expressava a responsabilidade social das empresas brasileiras de capital aberto. O estudo identificou que a maioria das empresas divulgava apenas informações convenientes para a empresa, como receita bruta, distribuição do valor adicionado, gênero, quantidade de empregados e gastos com estes, em detrimento de informações como quantidade de processos trabalhistas, ambientais, administrativos e judiciais contra a corporação. “Quando visitamos empresas, geralmente nos deparamos com o banner de valores. E, em alguns, podemos ler: HONESTIDADE, CRIATIVIDADE, TRANSPARÊNCIA; em seguida, o invariável: FOCO NO RESULTADO” (CORTELLA e BARROS FILHO, 2014, p. 13). Os autores afirmam que, ao enfatizar o foco no resultado, os demais itens ficam anulados e que em um possível conflito, o resultado prevalecerá, em detrimento dos demais valores. Criticam a escola, que incentiva esse pensamento quando valoriza o resultado.

Embora o Brasil tenha incentivado a adoção de uma cultura de responsabilidade socioambiental, e as pesquisas comprovarem que as empresas têm demonstrado preocupação com o tema, na prática percebe-se que os resultados ainda estão longe do ideal. Mintzberg (2015), afirma que, após as corporações obterem direitos com igualdade de proteção perante a lei sendo reconhecidas como “pessoas”, deu-se início ao que o autor chama de marcha rumo ao desequilíbrio, onde a ganância prevaleceu e o “homem econômico” predominou.

Para Cortella (2016), “o homem precisa ser humilde para saber que não é dono da vida, mas apenas a compartilha. Uma pessoa humilde sabe que não tem todos os direitos sobre a vida, mas muitos deveres. As pessoas estão confundindo abundância com desperdício e que o homem tem perdido o respeito ao alimento e à terra, que é o seu lugar de vida”.

## **2.4 A abordagem transversal da RSA no curso de Ciências Contábeis**

Com a preocupação atual de governos, associações e grandes empresas com um desenvolvimento de maneira sustentável, a Contabilidade tem se comprometido em assumir responsabilidades concernentes a tratar de assuntos ambientais. Nesse contexto, o profissional de contabilidade tem papel fundamental, cabendo a ele orientar seus clientes sobre a melhor forma de conciliar os interesses econômicos da empresa

com as necessidades sociais e ambientais. Embora a contabilidade ambiental seja um assunto novo, é extremamente importante, pois, além de ser um benefício para a empresa e para a sociedade, o rigor legal tem aumentado no que tange à questão socioambiental (NAUJACK, FERREIRA e STELA, 2011).

Portanto, é mister que haja uma cultura de educação socioambiental global. Tanto o contador como o administrador, os empresários, os trabalhadores e toda a sociedade precisam estar conscientes e engajados no mesmo propósito. “Formar pessoas e profissionais preocupados com os problemas socioambientais deve estar entre as responsabilidades educacionais das instituições de ensino” (SILVA, MEIRELES, REBOUÇAS e ABREU, 2015).

A educação ambiental deve ser reconhecida por seu papel transformador e emancipatório que não se limita às questões ambientais, mas que “visa à construção de conhecimentos ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído” (BRASIL, 2012, p.2).

O Governo Brasileiro tem enfatizado a importância da educação ambiental em todos os níveis de ensino, exigindo que os sistemas de ensino promovam condições para que as instituições educacionais se constituam em espaços educadores sustentáveis (BRASIL, 2012). “Para isso, as instituições de ensino necessitam de estratégias disciplinares como ferramenta para a inclusão da educação ambiental, em sua integralidade, no seu projeto pedagógico, objetivando mudar o comportamento do seu público-alvo: os alunos” (SILVA *et al.*, 2015, p.3).

Para Bernardes e Pietro (2010) a educação ambiental deve ser envolvida em todas as demais disciplinas como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, não sendo ministrada em apenas uma disciplina específica, atendendo, portanto, às diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental (1999) que define a educação ambiental como tema transversal, que é um conjunto de conteúdos educativos que não estão ligadas a uma determinada disciplina, mas que são comuns a todas.

O ensino fundamental e o superior precisam promover mudanças de conceitos e valores influenciando o interesse pela sustentabilidade inserindo no ensino das disciplinas tradicionais através de políticas educacionais que aborde essa temática de forma transversal. Várias instituições de ensino têm reconhecido a importância de integrar as questões de sustentabilidade à educação, que se inicia com a sensibilização da extensão do problema buscando mudanças de comportamentos (MOTKE, ROSA, LENGELER, MAINARDI e TREVISAN, 2016).

A inserção da educação ambiental propagará mudanças de comportamentos, habilidades e competências através da consciência sobre a importância de respeitar o meio em que vivem não só pelos alunos, mas por toda a coletividade (SILVA *et al.*, 2015). O ensino superior é responsável por formar profissionais de diversas especialidades, devendo todos os cursos incorporar a temática ambiental na formação universitária, estimulando a conhecerem e pesquisarem os problemas e as soluções

em conjunto (BERNARDES e PIETRO, 2010).

Diante da necessidade de utilizar a educação como uma ferramenta de transformação cultural e conscientização da responsabilidade socioambiental, questiona-se acerca das práticas pedagógicas de ensino adotadas pelos docentes. Em pesquisa realizada com 390 alunos de Universidades de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, concluiu-se que os alunos percebem nos docentes um interesse pelo estímulo à inovação e ao uso de práticas adequadas à criatividade em sala de aula, proporcionando um ambiente de reflexão (CASSOL, CANELA, RUAS, BIZZARIAS e SILVA, 2015).

Nesse sentido, o subsídio pedagógico para a construção de uma nova relação entre homem e meio ambiente deveria se dar por meio da inserção das questões ambientais de forma transversal, na estrutura curricular dos conteúdos tradicionais, mas enriquecida com exemplos, práticas, experiências, materiais educativos, mídias e atividades extraclasse que aproximem o aluno com o ambiente em que ele vive (BERNARDES e PIETRO, 2010, pp 179-180). Na busca por práticas criativas de metodologia de ensino, o cinema pode ser uma ótima opção por expor o assunto de uma maneira que desperta o interesse por parte dos alunos, conseguindo mexer com suas emoções. “O cinema facilita a relação de ensino-aprendizagem devido ao fato de que o entendimento do observador é maior em função da aprendizagem ocorrer de forma lúdica” (ANACLETO, SELLMER e FERREIRA, 2012, p. 6).

Para Moreira, Porto, Custódio e Souza (2014), a arte cinematográfica é uma inovação no processo pedagógico que aproxima o docente da realidade por trazer vida aos exemplos práticos. A arte tem poder de transformar matérias complexas puramente teóricas e cansativas, em momentos de entretenimento e prazer, que associado aos debates proporcionam maior absorção do conteúdo. Corroborando essa afirmação, o senador Cristóvão Buarque quando propôs projeto de lei para regulamentar a lei 13.006, que obrigou a utilização de filmes na educação básica, afirmou que “sem cultura a educação fica limitada”, que a cultura deve levar alegria a sala de aula (FRESQUET, 2015). A formação de profissionais que saibam respeitar a coletividade e o meio ambiente que estão inseridos proporcionará uma mudança cultural de todos, visto que esses profissionais serão formadores de opiniões e futuros empresários, contadores, trabalhadores e consumidores que não só cobrarão uma atitude socioambiental responsável por parte do governo e das empresas, mas que também terão suas atitudes pautadas na responsabilidade socioambiental.

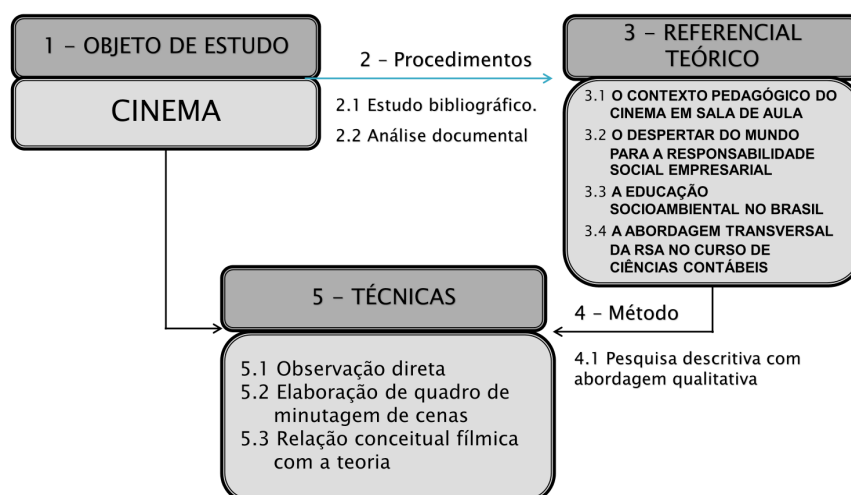
### 3 | METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa é qualitativa, uma vez que se caracterizou pela construção de um quadro que abordou cenas de filmes que contextualizam os principais temas da responsabilidade socioambiental, sugerindo-se como uma proposta pedagógica a ser adotada pelos docentes visando a transversalidade da disciplina. Trata-se de um

estudo de objetivo descritivo, que busca apresentar e discutir a utilidade do modelo proposto, e de natureza documental, pois os filmes são documentos cinegráficos que consistem em um tipo de obra literária no formato de imagens em movimento – livro ou documento animado (GIL, 2010; CUSTÓDIO, SOUZA e PORTO, 2010; MARCONI e LAKATOS, 2017).

O objeto de estudo seletivo foi o cinema, por ser uma prática criativa de ensino que consegue aproximar o conteúdo da realidade por prender a atenção do espectador e mexer com suas emoções. O cinema modifica a tradicional relação de aprendizagem, acelerando esse processo de uma forma mais prazerosa e possibilitando uma troca de conhecimentos entre aluno e professor durante os diálogos e discussões. Transforma matérias complexas puramente teóricas e cansativas, em momentos de entretenimento e prazer, que associado aos debates proporcionam maior absorção do conteúdo. A coleta de dados se deu com uma amostra não probabilística intencional, com a análise de 21 filmes, divididos em 64 cenas, cujo escopo foi a catalogação, filtragem, seleção, edição, tabulação e apresentação de cenas que ilustram os temas relacionados à responsabilidade socioambiental, e que poderão ser utilizadas no contexto da sala de aula, visando a transversalidade de disciplinas do curso de Ciências Contábeis que venham a tratar do tema de responsabilidade socioambiental, a partir de suas respectivas ementas. Um esquema breve do desenho da pesquisa pode ser melhor concebido na Figura 1.

Figura 1 – Desenho da pesquisa



O critério de escolha dos filmes se deu pela acessibilidade de um acervo de aproximadamente 1.200 títulos, assistidos e catalogados ao longo do período de 2009 a 2017, dos quais foram escolhidos filmes que abordam a temática da responsabilidade socioambiental direta ou indiretamente em seu enredo. Não foi o foco da pesquisa estreitar a amostra para filmes ou documentários premiados ou que de alguma forma fossem classificados em gênero específico. Priorizou-se a escolha de cenas que melhor ilustrem alguns dos principais e mais importantes conceitos relacionados à responsabilidade socioambiental, independente de gênero, orçamento ou outro

critério de qualidade cinematográfica. A organização das cenas procurou utilizar-se do diferencial de minutagem proposto por Luz e Peternela (2012), e uma adaptação foi feita, onde são descritas as cenas e sugeridas as formas de utilização, de acordo com os temas e possíveis referenciais teóricos, conforme o Quadro 1.

FILME	TEMA	CENA	CONTEXTO	UTILIZAÇÃO
-------	------	------	----------	------------

Quadro 1 – Estrutura de Organização dos Filmes Utilizados

Fonte: Adaptado de Luz e Peternela (2002)

#### 4 | RESULTADOS OBTIDOS

A responsabilidade socioambiental pode ser vista, na prática, em diversas películas cinematográficas, e em diferentes contextos. O que se propõe é que as ilustrações fílmicas possam ser utilizadas em sala de aula como recurso pedagógico para facilitar a assimilação dos conceitos relacionados à temática da responsabilidade socioambiental. Como sugestão de organização e utilização dos filmes com tal propósito, e para ilustrar tais conceitos, propõe-se a utilização do Quadro 2, considerando uma ordem lógica de construção e fixação do conhecimento que se destina a contribuir para o pleno entendimento e assimilação dos conceitos relacionados a responsabilidade socioambiental, separados por momentos de abordagem de cada tema. Todas as cenas selecionadas contêm a contextualização e sua respectiva forma de utilização. A ideia é que o docente utilize o filme de forma objetiva, eliminando cenas que não contribuam com a discussão dos temas, e focando em cenas que tratem especificamente do conceito que se deseja ilustrar.

O Quadro 2 possui em sua 1ª coluna o título do filme, com o intuito de facilitar a busca da mídia em seus diversos formatos (DVD, Blu-Ray, Mp4, Mkv etc.). A 2ª coluna procura trazer as temáticas que foram identificadas nos filmes escolhidos, as quais podem ser exploradas e discutidas pelo docente. O primeiro filme relacionado, por exemplo (A Qualquer Preço), apresenta em seu enredo cinco temáticas relacionadas ao contexto da responsabilidade socioambiental, separadas em três cenas diferentes, e que ilustram satisfatoriamente os conceitos discutidos a partir da visualização de cada cena, não sendo necessariamente sugerido seu uso no mesmo momento, uma vez que as temáticas podem ser abordadas pelo docente em aulas diferentes. A 3ª coluna relaciona as cenas selecionadas de cada filme, com a minutagem (tempo de início e fim da cena) especificada com precisão, a fim de que o docente tenha liberdade de editar a cena, incluindo legendas explicativas no início, durante e/ou no final da cena, inclusive atribuindo os créditos necessários ou ficha técnica do filme, como forma de citar a fonte. A 4ª coluna apresenta a contextualização de cada cena selecionada. Tal contextualização beneficia o trabalho de escolha do filme e da cena pelo docente, uma vez que é possível saber o que ocorre na cena selecionada, e



assim, planejar seu uso, complementando a orientação de Brandão (2009b) quanto à escolha de um filme para discutir em sala de aula. Recomenda-se nesse caso, que o docente assista a cena com a finalidade de conferir a contextualização explicada no Quadro 2, para inclusive obter sua própria percepção emocional e lógica da cena, conforme recomendam Davel, Vergara e Ghadiri (2007), Napolitano (2010) e Brito (2013). A 5ª e última coluna apresenta uma sugestão de utilização da cena, utilizando seu contexto para ilustrar um conceito ou teoria relacionado à temática indicada na segunda coluna. Busca-se com isso, proporcionar, conforme os relatos de Holleben (2008), Luz e Peternela (2012) e Morin (2014), uma melhor assimilação de teorias e conceitos sobre responsabilidade socioambiental, por meio da emoção que o cinema oferece, na qual seja possível estabelecer vínculo entre teoria, conceito, ficção e realidade, facilitando assim o processo de discussão, construção do conhecimento e estreitamento relacional entre discentes e docentes.

Dentre as vantagens da utilização do Quadro 2, ressaltam-se:

- a. Praticidade na escolha dos filmes;
- b. Organização didática das cenas selecionadas;
- c. Foco no conteúdo a ser abordado em sala;
- d. Facilidade com a busca dos títulos;
- e. Ganho de tempo na preparação de cenas para discussão;
- f. Possibilidade de ampliação de filmes e cenas acerca do tema; e
- g. Potencial de inovação na qualidade das aulas.

FILME	TEMA	CENA	CONTEXTO	UTILIZAÇÃO
A Qualquer Preço	Legitimidade Responsabilidade Socioambiental Ética Sistemas Sustentáveis Corporativismo	<b>Parte 1</b> Início: 45:47 Término: 47:53 <b>Parte 2</b> Início: 01:09:00 Término: 01:11:00 <b>Parte 3</b> Início: 01:43:00 Término: 01:46:52	A cena mostra o desenrolar de uma ação civil de um grupo de famílias contra um grupo empresarial ( <i>Beatrice Foods</i> e <i>W. R. Grace &amp; Co.</i> ) que foi acusado de contaminar a água de uma cidade inteira com solventes industriais em Woburn, Massachusetts. A primeira parte mostra o relato de funcionários das empresas, que contam como acontecia a contaminação. A segunda parte mostra juiz encarregado de julgar o caso, formulando perguntas para os jurados responderem, e a contestação do advogado das famílias. A terceira parte mostra o processo de apelação sendo feito pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, após encaminhamento do advogado Jan Schlichtmann.	As cenas podem ser usadas para discutir o conceito de responsabilidade socioambiental, sob a ótica da teoria geral dos sistemas, estudada por Bertalanffy (1975), bem como para debater as relações entre as divulgações de relatórios contábeis e os passivos ambientais, baseadas na teoria da legitimidade, abordada nos estudos de Deegan e Unerman (2006).
A Última Hora	Aquecimento Global MDL Créditos de Carbono	<b>Parte 1</b> Início: 12:48 Término: 25:40 <b>Parte 2</b> Início: 39:16 Término: 01:03:10	A primeira parte ilustra os problemas causados pelo uso de combustíveis fósseis (à base de petróleo) e a polêmica do aquecimento global. Na segunda parte do documentário, a discussão se estende ao desenvolvimento econômico com foco no crescimento desenfreado, sem levar em consideração os custos ambientais para se obter esse desenvolvimento. Os participantes concluem sobre a necessidade urgente de mudança de mentalidade sobre sustentabilidade.	As cenas podem reforçar o debate sobre aquecimento global, Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e sobre mercado voluntário de carbono, inclusive do ponto de vista da evidência contábil, com foco na sustentabilidade.
O Livro de Eli	Sustentabilidade Responsabilidade socioambiental	<b>Parte 1</b> Início: 41:28 Término: 45:25 <b>Parte 2</b> Início: 01:06:01 Término: 01:11:48	Na primeira e segunda partes, Eli, um viajante, passa a noite em uma cidade, onde explica para uma moça como era a vida na Terra antes da explosão nuclear que ocorreu há 30 anos, e é possível perceber a ignorância da geração atual em relação à crença em Deus. Mais adiante, em uma caverna, ele continua sua explicação, dizendo que o livro que carrega é o último exemplar existente no mundo e que disseram que o livro foi a causa da guerra, que culminou na explosão nuclear.	O contexto ambiental futurista pode ser explorado com as cenas selecionadas, uma vez que se pode ter uma noção de uma sustentabilidade precária num futuro pós-apocalíptico. A responsabilidade socioambiental pode ser tratada nesse caso.
FILME	TEMA	CENA	CONTEXTO	UTILIZAÇÃO

Em Terreno Selvagem	Legitimidade Responsabilidade Socioambiental Ética Sistemas Sustentáveis Corporativismo	<b>Parte 1</b> Início: 02:21 Término: 19:25 <b>Parte 2</b> Início: 28:02 Término: 29:38 <b>Parte 3</b> Início: 01:28:50 Término: 01:32:20	Esse filme mostra a história de um empresário ambicioso do ramo de exploração de petróleo, sem nenhum escrúpulo, que não se preocupa com vazamentos de petróleo nos oceanos ou sobre a terra, desde que esteja ganhando mais dinheiro. A primeira parte mostra um acidente ocorrido em uma das plataformas de exploração e logo em seguida a antecipação do empresário em realizar um comercial se fazendo passar por ambientalista. A segunda parte mostra um pronunciamento à imprensa que procura minimizar o impacto do acidente ocorrido. Na terceira parte o protagonista fala à imprensa, ambientalistas e aos Esquimós, alertando-os sobre a importância de salvar a Terra.	Essas cenas podem ser usadas para ilustrar o problema da poluição e desastres ambientais que são provocados por grandes corporações, que manipulam a mídia para vender uma falsa imagem de responsabilidade socioambiental, a fim de legitimar as atividades predatórias praticadas em detrimento do meio ambiente. Discussão pertinente à teoria da legitimidade.
Mad Max: Estrada da Fúria	Ética Sustentabilidade Relações de poder	<b>Parte 1</b> Início: 00:21 Término: 10:02 <b>Parte 2</b> Início: 01:15:24 Término: 01:22:03 <b>Parte 3</b> Início: 01:49:30 Término: 01:52:27	A cenas selecionadas mostram um mundo com extrema escassez de recursos naturais, e ao mesmo tempo, o poder oriundo do domínio do combustível, o qual permite a manipulação e opressão das massas desfavorecidas. A primeira cena mostra a gasolina como moeda e fonte de poder, e a água como recurso controlado por uma minoria. A segunda parte mostra a desolação de uma região verde, terra natal de uma das personagens, que foi suprimida pelo deserto. A terceira parte revela o encerramento do ciclo de poder do antagonista, ao mesmo tempo que mostra a esperança do povo desfavorecido, ao saciarem-se com a distribuição de água para todos.	Essas cenas podem ser usadas na disciplina para abrir debates sobre ética social, escassez de recursos naturais, exploração de combustíveis fósseis obsoletos e, sobretudo, ilustrar aspectos práticos da responsabilidade socioambiental, fundamentados em artigos seminais da área, como por exemplo, os estudos de Widmer Krapf, Sinha-Khetriwalb, Schnellmann e Böni (2005), ou Pnuma (2012).
Explosão Ártica	Responsabilidade Socioambiental Empresarial Ética empresarial	<b>Parte 1</b> Início: 01:25 Término: 26:20 <b>Parte 2</b> Início: 53:35 Término: 56:16 <b>Parte 3</b> Início: 01:21:04 Término: 01:25:35	O filme simula o que aconteceria com a Terra, caso a camada de ozônio, devido à poluição, fosse rompida e o ar supergelado da mesosfera entrasse em contato com os seres humanos. A primeira parte mostra o fenômeno do ar supergelado e a explicação para sua ocorrência. A segunda parte mostra o agravamento da situação e uma possível solução para o problema. A terceira parte mostra a aplicação efetiva da solução para a superfrente fria: explodir nitrato de amônia diretamente na camada de ozônio, para que a própria camada se reconstitua sozinha. A tentativa se mostra bem-sucedida e salva o planeta Terra de uma provável extinção da espécie humana.	Esse trecho serve para ilustrar os conceitos de aquecimento global, efeito estufa e efeitos das liberações de gases tóxicos na atmosfera da Terra (dióxido de carbono, clorofluorcarbono, metano etc.). A responsabilidade socioambiental pode ser tratada no âmbito da ética empresarial, levando o aluno a se posicionar.
<b>FILME</b>	<b>TEMA</b>	<b>CENA</b>	<b>CONTEXTO</b>	<b>UTILIZAÇÃO</b>

Interestelar	Escassez de recursos naturais  Sustentabilidade  Ciência e Meio Ambiente	<p><b>Parte 1</b> Início: 02:40 Término: 19:45</p> <p><b>Parte 2</b> Início: 01:38:40 Término: 01:46:14</p> <p><b>Parte 3</b> Início: 02:34:00 Término: 02:36:14</p>	O filme mostra a luta de cientistas para encontrar planetas habitáveis para salvar a espécie humana da extinção provocada pelo esgotamento dos recursos naturais na Terra. A primeira parte mostra os relatos de pessoas sobre como os alimentos se tornaram escassos, e também sobre as constantes nuvens de poeira que passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas. A segunda parte se passa no planeta Mann, onde os astronautas se informam, a fim de saber se a humanidade sobreviveria à atmosfera do planeta. A terceira parte mostra o protagonista acordando décadas depois numa estação espacial da NASA, um cilindro de O'Neill que orbita Saturno e serve de base para a humanidade viajar pelo buraco de minhoca.	As cenas podem ser exploradas para demonstrar a fragilidade do planeta Terra, frente à financeirização de commodities ambientais, conforme abordado nos estudos de Khalili (2009). Também pode ser discutida a conscientização ambiental e formas de exploração sustentáveis para que, ao invés da financeirização de commodities ambientais, haja o financiamento de negócios sustentáveis.
O Dia Seguinte	Teoria da Restrição  Teoria da Agência  Custo da Oportunidade	<p><b>Parte 1</b> Início: 35:40 Término: 58:12</p> <p><b>Parte 2</b> Início: 01:12:30 Término: 01:28:37</p> <p><b>Parte 3</b> Início: 01:33:15 Término: 01:37:50</p>	O filme se passa na década de 80, auge da guerra fria, e mostra o desencadeamento da guerra nuclear total entre os americanos e os soviéticos, com consequências desastrosas para ambos os lados. Na primeira parte, são mostradas as notícias que os americanos começam a ouvir sobre o alerta iminente de um conflito nuclear entre EUA e URSS. As notícias levam as pessoas aos supermercados a fim de estocar mantimentos em suas casas. As segunda e terceira partes mostram as consequências desastrosas do impacto dos mísseis nucleares nas cidades, animais e pessoas que se encontram na zona de impacto, e também o pronunciamento do presidente após o desastre.	A cena pode ser usada para mostrar o grau de responsabilidade governamental na questão ambiental como reflexo de uma decisão de uso do arsenal nuclear em seu poder. O assunto pode ser abordado sob a ótica da teoria da restrição, teoria da agência, bem como das relações custo-benefício e custo de oportunidade na tomada de decisão.
Lixo Extraordinário	Logística Reversa  Saúde  Políticas Públicas para o Meio Ambiente	<p><b>Parte 1</b> Início: 44:00 Término: 49:53</p> <p><b>Parte 2</b> Início: 51:31 Término: 59:45</p> <p><b>Parte 3</b> Início: 01:20:55 Término: 01:23:46</p>	A primeira parte desse documentário mostra as dificuldades e condições de vida subumanas dos catadores de lixo numa metrópole, por meio da vida de uma jovem catadora. Na segunda parte do documentário, o espectador é levado à reflexão sobre alternativas de redução do lixo. A cena mostra a arte que pode sair do lixo. A terceira parte do documentário trata de apresentar o resultado do uso do lixo para fazer arte, culminando com uma exposição dos trabalhos num museu de arte moderna, onde catadores expressam suas opiniões e sentimentos ao verem seu trabalho, ao mesmo tempo que vivenciam a reação das pessoas presentes à exposição.	Recomenda-se utilizar essa sequência para mostrar a realidade de uma classe importante dentro do processo de logística reversa: os catadores. Aspectos que podem ser abordados e confrontados com artigos seminais são: o impacto do ambiente de trabalho na saúde dos catadores; políticas públicas de incentivo ao trabalho dos catadores sua e humanização.

FILME	TEMA	CENA	CONTEXTO	UTILIZAÇÃO
Para Onde Vai Nosso Lixo	Disclosure Accountability Estrutura Conceitual Básica IAS 37	<b>Parte 1</b> Início: 04:22 Término: 18:42 <b>Parte 2</b> Início: 20:37 Término: 26:45 <b>Parte 3</b> Início: 32:40 Término: 47:10 <b>Parte 4</b> Início: 50:13 Término: 01:04:19	Esse filme traz reflexões sobre o destino dos resíduos que geramos, os impactos que causamos na Terra e a nossa consciência ambiental. O narrador viaja por vários continentes mostrando a realidade do descarte irresponsável do lixo. Na primeira parte o narrador expõe o caos do lixo no oriente médio e o <i>lobby</i> por trás das grandes indústrias do lixo no Reino Unido. A segunda parte mostra os aterros de resíduos perigosos e suas consequências para a saúde humana, além de tratar dos incineradores de lixo. A terceira parte revela o problema de emissão de gases tóxicos (dioxina) pelas incineradoras ao redor do mundo, os problemas causados e como as agências governamentais de proteção ambiental lidam com a situação. A quarta parte mostra a dimensão de lixo a base de derivados de petróleo, como o plástico, nos oceanos, superando a quantidade de vida marinha (plâncton), estimando-se que hajam 46 mil unidades de lixo plástico por km <sup>2</sup> nos oceanos.	Recomenda-se a utilização dessa cena para ilustrar o custo de recuperação de áreas degradadas, bem como alternativas viáveis e economicamente para reduzir impactos ambientais causados pela emissão de gases tóxicos e produtos não biodegradáveis liberados no meio ambiente de forma irresponsável. E como a contabilidade pode ajudar na apresentação e divulgação de seus relatórios, inclusive, fazendo-se um paralelo com o disposto na Exposure Draft da IASB e no IAS 37.
A Era da Estupidez	Sustentabilidade Aquecimento global Responsabilidade socioambiental	<b>Parte 1</b> Início: 03:40 Término: 23:46 <b>Parte 2</b> Início: 27:40 Término: 42:03 <b>Parte 3</b> Início: 46:19 Término: 56:04	A primeira parte mostra as mudanças climáticas e seus reflexos provocadas pela poluição e o aquecimento global. Também mostra a exploração de petróleo e extração de recursos naturais em detrimento da qualidade de vida de populações locais de países subdesenvolvidos, como a Nigéria. Na segunda parte, o documentário mostra a guerra desenfreada por recursos naturais e suas consequências ao longo dos anos. Também é abordado o tema consumismo como estratégia de prosperidade das grandes corporações. A terceira parte mostra o dilema das soluções de redução de emissão de poluentes na atmosfera e a resistência de certos grupos de interesse.	Essas cenas podem ser exploradas para ilustrar o agravamento da questão ambiental ao longo das últimas décadas, ao mesmo tempo que pode levar o docente e os discentes a uma reflexão sobre a resposta individual que cada cidadão pode dar para reduzir o impacto que o extrativismo, industrialização e consumismo têm causado ao planeta Terra até os dias atuais.
Alimentos S/A	Impactos sociais Consumismo	Início: 00:40 Término: 16:57	Neste trecho, o documentário revela a indústria dos alimentos processados e do fast food, abordando o Market share dos principais produtores mundiais desse tipo de alimento. O empoderamento econômico é tratado em função do volume de produção.	A cena pode ser usada para discutir o impacto do consumismo e x a g e r a d o de alimentos processados e fast food na saúde e economia.

A História das Coisas	Consumismo Sustentabilidade	Tudo	Esse documentário merece ser visto na íntegra, porque dura apenas 21 minutos e 17 segundos, e revela as conexões entre diversos problemas ambientais e sociais, e é um alerta sobre a urgência em discutir sustentabilidade.	Oportunidade de discutir valores de consumo com foco na sustentabilidade, com base em Motke et al. (2016).
<b>FILME</b>	<b>TEMA</b>	<b>CENA</b>	<b>CONTEXTO</b>	<b>UTILIZAÇÃO</b>
Uma Verdade Inconveniente	Responsabilidade Socioambiental Empresarial Sustentabilidade Teoria Institucional Teoria da Agência Teoria dos Contratos Teoria da Legitimidade	<b>Parte 1</b> Início: 03:07 Término: 25:21 <b>Parte 2</b> Início: 27:39 Término: 39:45 <b>Parte 3</b> Início: 41:54 Término: 54:36 <b>Parte 4</b> Início: 01:06:50 Término: 01:14:25 <b>Parte 5</b> Início: 01:21:01 Término: 01:29:04	Na 1ª parte, o documentário esclarece o conceito de aquecimento global e apresenta estimativas de elevação da temperatura global para os próximos 50 anos. Na 2ª parte, a formação de furacões e grandes tempestades são apresentadas como as consequências das altas temperaturas nos oceanos. A 3ª parte mostra o efeito do aquecimento global nas calotas polares, ao mesmo tempo que demonstra as declarações de procrastinação dos líderes governamentais americanos quanto ao problema alertado pelos ambientalistas. Também são apresentadas as doenças decorrentes do aquecimento global e o que está ocorrendo com a flora e fauna terrestres. A 4ª parte aborda a evolução da exploração irresponsável de recursos naturais, ao mesmo tempo que mostra os continentes que mais contribuem para o aquecimento global, bem como pesquisas científicas que corroboram com a tese da existência do aquecimento global e a manipulação de informações feita pelo governo americano. Na 5ª parte, Al Gore discorre sobre as soluções para preservar a Terra, levando o espectador à autorreflexão.	As cenas destacadas são oportunas, desde que inseridas intercaladamente (uma cena por aula) para incitar um amplo debate sobre responsabilidade socioambiental (resposta empresarial, governamental, individual), gestão de recursos naturais renováveis, sustentabilidade, implicações e relações dos fatos e dados científicos apresentados e a teoria da agência, teoria institucional, teoria dos contratos e teoria da legitimidade, usando-se como base, os estudos de Deegan e Unerman (2006) e artigos seminais da área.



O Grande Milagre	Teoria da legitimidade  Teoria da agenda  Responsabilidade socioambiental	<b>Parte 1</b> Início: 05:47 Término: 07:21 <b>Parte 2</b> Início: 14:25 Término: 30:45 <b>Parte 3</b> Início: 45:16 Término: 47:38 <b>Parte 4</b> Início: 01:12:08 Término: 01:19:36	A primeira parte mostra um leilão de leasing de petróleo para exploração na baía de Bristol, organizado pelo Ministério do Interior, no então governo do presidente Ronald Reagan. Ao ser divulgado o resultado da empresa vencedora, uma ativista do <i>Greenpeace</i> , Rachel Kramer, protesta veementemente. Na segunda, terceira e quarta partes, após descobrir que três baleias estão presas em um buraco no ártico, Rachel, procura meios para resgatar as baleias, e acaba por chamar a atenção da mídia nacional de tal maneira que o empresário J.W. McGraw, proprietário de uma empresa de exploração de petróleo da região, se une à campanha com o intuito de melhorar sua imagem em relação às questões ambientais. Até o povo esquimó da região, que sobrevive da caça às baleias, entende a importância de apoiar o resgate das baleias presas. Os soviéticos surgem como uma relevante opção no resgate.	O contexto das cenas destacadas pode levar ao interesse do docente em explorar a Teoria da Legitimidade, sobretudo se tomar como base o desastre provocado pela Exxon Mobil quando derramou petróleo no mar através do Exxon Valdez, e que no filme, o empresário J.W. McGraw, procura minimizar os danos causados em 1989, legitimando suas ações para retomar a exploração petrolífera na região, melhorando sua imagem como empresa responsável.
Horizonte Profundo	Custos ambientais	Início: 27:18 Término: 34:53	Na cena, executivos da BP negligenciam testes de segurança na plataforma Deepwater Horizon, no golfo do México, em 2010, para atender acionistas, ocasionando no maior desastre ambiental da história dos EUA.	A cena pode ser usada para ilustrar o conceito de custos ambientais, bem como passivos contingentes, conforme IAS 37.
<b>FILME</b>	<b>TEMA</b>	<b>CENA</b>	<b>CONTEXTO</b>	<b>UTILIZAÇÃO</b>

Fluxo: Por Amor à Água	<p>Commodities Ambientais</p> <p>Sustentabilidade</p> <p>Responsabilidade sócio ambiental</p> <p>Custos ambientais</p>	<p><b>Parte 1</b> Início: 01:35 Término: 11:58</p> <p><b>Parte 2</b> Início: 27:18 Término: 47:03</p> <p><b>Parte 3</b> Início: 01:03:57 Término: 01:05:27</p> <p><b>Parte 4</b> Início: 01:13:39 Término: 01:15:57</p>	<p>Neste documentário, a primeira parte mostra a importância da água para a manutenção da vida, e também mostra como a água potável está se tornando escassa em algumas regiões do planeta Terra e como ela está contaminada por agentes microbiológicos e herbicidas. Na segunda parte, a desigualdade social é retratada através da ótica de tratamento e distribuição da água potável. Expõe também a commoditização, ou financeirização da água no mundo, tornando-a comparável ao petróleo, no que tange ao poder que se pode obter quando se consegue controlá-la. A terceira parte mostra uma argumentação que caracteriza e diferencia os conceitos de propriedade e tutela dos recursos naturais comuns. A quarta parte traz uma reflexão sobre a responsabilidade socioambiental que todos os cidadãos da Terra têm em relação à água, seja como indivíduos ou como organizações. Mudança é o que se espera do povo.</p>	<p>As diversas cenas destacadas podem ser usadas em diversos contextos de discussão. Entre eles, a polêmica sobre o direito das águas, onde esta pode ser considerada como bem comum ou como mercadoria. Os estudos de Khalili (2009) podem ser úteis para fundamentar os debates. Com o mesmo fundamento teórico, associado a outras publicações seminiais, podem ser tratados os conceitos de propriedade, tutela, responsabilidade, commodity ambiental e financeirização.</p>
Erin Brockovich: Uma Mulher de Talento	<p><i>Disclosure</i> ambiental</p> <p>Teoria da legitimidade</p>	<p><b>Parte 1</b> Início: 44:19 Término: 46:04</p> <p><b>Parte 2</b> Início: 01:09:25 Término: 01:14:24</p> <p><b>Parte 3</b> Início: 01:42:29 Término: 01:47:15</p>	<p>A primeira parte mostra Erin Brockovich contando à uma das famílias do município de Hinkley, Califórnia, que suas doenças diagnosticadas foram causadas pela contaminação da água por uma substância cancerígena chamada cromo hexavalente pela Pacific Gas and Electric (PG&amp;E), contrariando a opinião do médico, pago pela PG&amp;E, que dizia que era tudo coincidência. Na segunda parte, Erin e Ed Marsy (advogado das famílias) se reúnem para discutir o processo de contaminação da água de Hinkley e a estratégia de ação judicial. A terceira parte mostra um ex-funcionário da PG&amp;E contando e comprovando que a matriz da empresa sabia da contaminação e não fez nada.</p>	<p>As cenas são importantes para tratar responsabilidade socioambiental, bem como abordar comparativamente o <i>disclosure</i> ambiental da PG&amp;E antes, durante e depois do processo judicial que tornou Erin Brockovich famosa. O tema do filme também pode levar o docente a debater junto com os discentes a posição da PG&amp;E à luz da teoria da Legitimidade.</p>

Conspiração: O Segredo da Sustentabilidade	Assimetria informacional  Teoria da agência  Sustentabilidade  Ética de responsabilidade	<b>Parte 1</b> Início: 00:29 Término: 17:52 <b>Parte 2</b> Início: 30:55 Término: 37:16 <b>Parte 3</b> Início: 44:41 Término: 52:21	A primeira parte do documentário alerta, por meio de estudos publicados, que a maior causa de destruição ambiental tem origem na atividade agropecuária, devido aos altos índices de emissão de metano pelo gado. Mostra também que governo e ONGs não comentam o assunto. Na segunda parte, aborda a forte influência de grupos de interesse na atividade agropecuária para calar os ativistas ambientais quanto à questão. ONGs que dependem de financiamentos preferem calar-se ou desviar o foco do problema. A terceira parte mostra declarações de produtores e empresas comprovando a insustentabilidade da atividade pecuária	As três cenas se mostram como uma oportunidade de ilustrar a assimetria informacional, associada à Teoria da Agência. Outro tema que pode despertar um bom debate em sala de aula é a ética de responsabilidade sob a ótica do governo, das ONGs, das indústrias e dos produtores rurais e da (in)sustentabilidade do agronegócio global.
FILME		CENA	CONTEXTO	UTILIZAÇÃO
2012	Ética de responsabilidade  Teoria da agenda  Teoria da agência  Assimetria informacional	<b>Parte 1</b> Início: 07:20 Término: 12:11 <b>Parte 2</b> Início: 42:35 Término: 54:29 <b>Parte 3</b> Início: 01:05:52 Término: 01:12:39 <b>Parte 4</b> Início: 02:00:48 Término: 02:08:46	Na 1ª parte, é possível ver uma reunião do G8, em 2010, sobre a provável destruição da Terra em 2012. Ao mesmo tempo em que observamos as tratativas e providências tomadas em favor de um pequeno grupo de homens poderosos no mundo, enquanto o restante da população mundial permanece desprovida de informações sobre o evento catastrófico que está por vir. A 2ª parte ocorre em dezembro de 2012 e mostra grandes catástrofes se confirmando, ao passo que a mídia procura tranquilizar os cidadãos comuns com informações fabricadas. A 3ª parte mostra o debate ético das decisões tomadas na esfera do governo americano. A 4ª parte mostra a difícil decisão de abrir as portas da arca para que as pessoas comuns possam ter uma chance de salvação antes que ocorra o choque da arca com as águas do oceano. A decisão é tomada e as portas são abertas.	As cenas têm um forte impacto na discussão de temas ambientais que se relacionam com assimetria informacional e Teoria da Agência, e também levantam debates acerca da ética da responsabilidade no contexto da sobrevivência e manutenção da civilidade. A Teoria da Agência também possibilita abordar o poder de manipulação de informações pela mídia, com o objetivo de legitimar os fatos ocorridos e decisões tomadas pelo governo.

A Corporação	<p>Ética de responsabilidade</p> <p>Sustentabilidade</p> <p>Commodities ambientam</p> <p>Lucratividade da responsabilidade socioambiental</p>	<p><b>Parte 1</b> Início: 03:02 Término: 24:58</p> <p><b>Parte 2</b> Início: 27:10 Término: 46:54</p> <p><b>Parte 3</b> Início: 51:36 Término: 54:31</p> <p><b>Parte 4</b> Início: 01:00:08 Término: 01:09:12</p> <p><b>Parte 5</b> Início: 01:40:48 Término: 01:51:10</p> <p><b>Parte 6</b> Início: 01:58:58 Término: 02:04:54</p>	<p>A primeira parte mostra como é conceituada a corporação teoricamente e como ela realmente é na prática, segundo a visão do documentarista. Também é mostrada a história da corporação que se formou até chegar aos moldes atuais. Alguns exemplos de corporações e seus objetivos financeiros são apresentados. Na segunda parte, um conjunto de características são apresentadas fazendo relação com as corporações e a personalidade de um psicopata. A terceira parte mostra a busca das corporações pela legitimidade de suas ações, por meio da criação de políticas ambientais em seus negócios. A quarta parte apresenta a visão corporativa de privatizar empresas públicas e commoditizar recursos naturais comuns. Apresenta também a estratégia de incentivo ao consumismo infantil e adulto, com a criação de desejos e a imposição da filosofia da futilidade. A quinta parte mostra a intenção das corporações em privatizar a água do planeta, e a influência das corporações nos levantes fascistas no século XX, sem se preocuparem com as questões morais envolvidas. Na sexta parte, importantes declarações mostram o verdadeiro sentido da responsabilidade social para as corporações, e como o mercado reage às revelações de corporações que agem de maneira contrária aos princípios da responsabilidade social ditados pela sociedade e governo.</p>	<p>As cenas destacadas podem ser exploradas intercaladamente, para aprofundar discussões sobre ética de responsabilidade, sobre o papel das corporações na sociedade, sobre o papel da contabilidade na sustentabilidade dos processos produtivos e comerciais, sobre as políticas públicas para o meio ambiente e o papel da contabilidade na formação dessas políticas. Os aspectos positivos e negativos da lucratividade com base no consumismo e na criação de necessidades também podem ser discutidos. A financeirização de recursos naturais de uso comum pode ser debatida à luz do pensamento de Khalili (2009). A teoria da Legitimidade pode ser debatida sob a ótica da responsabilidade socioambiental.</p>
--------------	---	---	---	---

Quadro 2 – Proposta de filmes que elucidam os conceitos relacionados à responsabilidade socioambiental

Fonte: Dados da Pesquisa.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se estabeleceu com o objetivo de mostrar como o cinema pode ser utilizado como instrumento pedagógico na abordagem dos temas da responsabilidade socioambiental no curso de Ciências Contábeis, e consiste em uma sugestão de uso para auxiliar o trabalho docente, propondo o uso do cinema como ferramenta estratégica de ensino-aprendizagem.

Esse estudo possui como foco a catalogação, filtragem, seleção, edição, tabulação e apresentação de cenas (imagens em movimento) relacionadas ao tema Responsabilidade Socioambiental em disciplinas que requisitem tal tema em suas

ementas, no curso de Ciências Contábeis, diante da necessidade de incluir a educação ambiental como uma temática integrada às demais.

Organizado didaticamente no formato de quadro, como sugestão de uso para auxiliar o trabalho docente, não constituiu escopo deste estudo implementar, nem mensurar a eficiência do uso do Quadro 2 sugerido. As sugestões apresentadas podem ser vistas como um pontapé inicial na garimpagem de cenas sobre o assunto, inclusive com sugestões dos próprios alunos. Outros títulos podem agregar esse rol de cenas à medida que o professor vai agregando o cinema na preparação de suas aulas. Como recomendações para futuras pesquisas, sugerimos o aumento do Quadro 2, com a busca e inserção de outros filmes que retratam o assunto, dado o “leque” de opções no meio cinematográfico, bem como a utilização e adaptação do Quadro 2 para outros assuntos correlatos à área das Ciências Contábeis, como por exemplo, gestão estratégica de custos, comportamento organizacional, perícia contábil, mercado de capitais e a hipótese do mercado eficiente. Enfim, é vasto o campo de exploração do instrumento proposto para utilização das tecnologias audiovisuais no sentido de aumentar a produtividade do conhecimento científico em sala de aula, estimulando o debate e as experiências proporcionadas no imaginário coletivo da comunidade acadêmica universitária.

Conclui-se que o Quadro 2 proposto tem potencial para contribuir com o entendimento mais eficiente da teoria e pode proporcionar aos discentes estabelecerem um vínculo com a arte, ajudando-os a se posicionarem melhor perante a realidade, favorecendo o convívio entre discentes e docentes, na medida em que a arte proporciona uma aprendizagem recíproca decorrente da interação, que altera a tradicional relação na qual um ente detentor do conhecimento o transmite a outro ente carente de conhecimento. Mas, convém enfatizar o conselho de Napolitano (2010), o qual alerta que o uso do audiovisual em nenhum momento seja pensado para substituir a leitura, ou mesmo como um estímulo para quem não gosta de ler. As duas coisas devem caminhar juntas.

## REFERÊNCIAS

ANACLETO, A.; SELLMER, A. C.; FERREIRA, B. R. S. O uso pedagógico do cinema na disciplina de planejamento estratégico no Ensino Superior. In: **4º CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO**. CIEPG, 2012.

BARCHE, C. K.; ALMEIDA, C. Adoção de recursos tecnológicos inovativos na educação: um estudo sob a ótica da teoria institucional. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia – RACE**, Joaçaba, vol. 14, n. 1, jan/abr 2015, pp. 103-120.

BARTHOLOMEU, D. B.; CAIXETA-FILHO, J. V. **Logística ambiental de resíduos sólidos**. São Paulo: Atlas, 2011.

BERNARDES, M. B. J.; PRIETO É. C. Educação ambiental: disciplina versus tema transversal. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – REMEA**, vol. 24, jan/jul 2010.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Vozes, 1975.

BERTÉ, R. **Gestão socioambiental no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRANDÃO, M. S. **Luz, Câmera, Gestão: a arte do cinema na arte de gerir pessoas**. 2. reimp. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Leve seu gerente ao cinema: filmes que ensinam**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 225º, caput, 1988.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, p. 70, 2012.

BRITO, M. H. Debates em contabilidade com filmes. In: **XXXVII EnANPAD**. Rio de Janeiro, 2013.

CASSOL, A.; CANELA, R.; RUAS, R. L.; BIZZARIAS, F. S.; SILVA, J. G. O grande desafio das instituições de ensino superior: as práticas pedagógicas criativas são capazes de estimular a inovação nos discentes? **Revista Alcance**, vol. 22, n. 3, jul/set 2015.

CORTELLA, M. S.; BARROS FILHO, C. **Ética e vergonha na cara!** Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2014.

CORTELLA, M. S. **Ética e sustentabilidade**. Vídeo (13 min.). Programa terraviva sustentável. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZFMzla35Ero>>. Acesso em 16 set. 2016.

CUSTÓDIO, E. M. O.; SOUZA, J. A.; PORTO, W. S. **Manual de Orientações para Elaboração e Apresentação de Projetos de Pesquisa: curso de Ciências Contábeis**. Vilhena: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2010.

DAVEL, E.; VERGARA, S. C.; GHADIRI, D. P. **Administração com arte: experiências vividas de ensino-aprendizagem**. São Paulo: Atlas, 2007.

DEEGAN, C.; UNERMAN, J. **Financial Accounting Theory**. Reino Unido (UK): McGraw-Hill Education, 2006.

FERREIRA, A. C. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; GOMES, M. Z. **Contabilidade ambiental e relatórios sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

FRESQUET, A. **Cinema e educação: a lei 13.006 Reflexões, perspectivas e propostas**. Belo Horizonte: Universo produções, 2015.

GELAIN, A. J. L.; LORENZETT, D.B.; NEUHAUS, M.; RIZZATTI, C.B. Desmatamento no Brasil: um Problema Ambiental. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCC-e)**. Guarapuava/PR, vol. 10, n. 1, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZAGA, F. M.; LIMA, A. S.; REBELO, L. M. B.; SOUZA, W. A. R. O balanço social e a responsabilidade social nas empresas brasileiras: avaliação em empresas de capital aberto. In: **IX Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração**, 2012.

G1. Central Globo de Jornalismo. **Acordo do clima em Paris entra oficialmente em vigor nessa sexta-feira**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2016/11/acordo-do-clima-de-paris-entra-oficialmente-em-vigor-nesta-sexta-feira.html>>. Acesso em 16 set. 2016.



HOLLEBEN, I. M. A. S. **Cinema & Educação**: diálogo possível. (Material didático), 2008.

KHALILI, A., E. **Commodities Ambientais**. São Paulo: Nova Consciência, 2009.

LUZ, M.; PETERNELA, D. **Outras lições que a vida ensina e a arte encena**: 106 filmes para treinamento & desenvolvimento. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MINTZBERG, H. **Renovação radical**: uma estratégia para restaurar o equilíbrio e salvar a humanidade e o planeta. Tradução: Francine Faccin Esteves. Porto Alegre: Bookman, 2015.

MOREIRA, D., C.; PORTO, W., S.; CUSTÓDIO, E. M. O.; SOUZA, J. A. A arte cinematográfica integrada ao ensino da auditoria contábil. **Revista EDUCAmazônia**, vol. 13, n. 2, 2014.

MORIN, E. **O cinema ou o homem imaginário**: ensaio de antropologia sociológica. São Paulo: É realizações, 2014.

MOTKE, F. D.; ROSA, L. A. B.; LENGLER, L.; MAINARDI, J.; TREVISAN, M. Valores de consumo para a sustentabilidade: um estudo com os acadêmicos do curso de ciências contábeis da universidade federal de santa maria. **Revista de Administração da UFSM**. Santa Maria/RS, vol. 9 (Ed. Especial), pp. 107-121, 2016.

NAPOLITANO, M. **Cultura é currículo**: análise de filmes em sala de aula. (palestra). Vídeo (56 min.). Centro Cultural São Paulo. 06 maio 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n1UTnjFnBws>>. Acesso em 20 fev. 2017.

NAUJACK, J.; FERREIRA, J. L.; STELA, E. R. Contabilidade ambiental: uma revisão de conceitos. In: **VII ENPEX- II Seminário dos cursos de ciências sociais aplicadas da Fecilcam**. Paraná: Unespar, 2011.

OLIVEIRA, M. C.; PORTELLA, A. R.; FERREIRA, D. D. M.; BORBA, J. A. Comunicação de responsabilidade socioambiental na missão, visão e valores de empresas da BM&FBovespa e da Fortune 500. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília-DF, vol. 19, n. 2, pp. 192-210, maio/ago 2016.

OLIVEIRA, V. M.; CORREIA, S. É. N.; GOMEZ, C. R. P. Cultura de consumo, sustentabilidade e práticas empresariais: como as empresas podem contribuir para promover o valor simbólico da sustentabilidade nas atividades de consumo? **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**, vol. 5, n. 1, pp. 61-77, jan/abr 2016.

**PNUMA. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Panorama Ambiental Global – GEO 5**. Nairóbi/Quênia: ONU, 2012.

REIS, C. N.; MEDEIROS, L. E. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, P. E. C. D.; PALACIOS, K. E. P.; FERREIRA, T. V. A. Responsabilidade socioambiental nas organizações: uma medida de práticas organizacionais e endosso dos trabalhadores. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, vol. 9, n. 1, pp. 36-50, jan/abr 2015.

SANTANA, C. C.; LEMOS, R. M. Educação ambiental no contexto educacional no município de Eunápolis: dificuldades e desafios. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, vol. 23, pp. 18-28, jul-dez 2009.

SILVA, A. M.; MEIRELES, F. R. S.; REBOUÇAS, S. M. D. P.; ABREU, M. C. S. Comportamentos ambientalmente responsáveis e sua relação com a educação ambiental. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS**, vol. 4, n. 1, pp. 1-16, jan/abr 2015.

TEIXEIRA, I. A. C.; LOPES, J. S. M. **A escola vai ao cinema**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

WIDMER, R.; OSWALD-KRAPF, H.; SINHA-KHETRIWALB, D.; SCHNELLMANN, M.; BÖNI, H. Global perspectives on e-waste. **Environmental Impact Assessment Review**, vol. 25, pp. 436-458, 2005.

## SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA E ESTRATÉGIA: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DE MODELOS DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO

### Solange Garcia

Universidade de São Paulo USP, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP), Ribeirão Preto – São Paulo

### Fernanda Dandaro

Universidade de São Paulo USP, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP), Ribeirão Preto – São Paulo

**RESUMO:** A abordagem *Triple Bottom Line* (TBL) define sustentabilidade corporativa como a busca pelo equilíbrio entre três pilares interligados: sucesso econômico, qualidade ambiental e justiça social. Com base neste conceito, as empresas precisam de ferramentas de gestão que consideram múltiplos objetivos organizacionais para implementar com sucesso estratégias de sustentabilidade. É por meio do sistema de controle gerencial (SCG) que as estratégias são formuladas, implantadas e têm seu desempenho medido, o que requer instrumentos de mensuração de desempenho (MMD). Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é a análise qualitativa de propostas de MMD que propõem integrar sustentabilidade e estratégia. A partir da revisão bibliográfica foi desenvolvida uma estrutura para análise dos modelos considerando duas categorias: (1) características relacionadas à arquitetura dos

modelos, (2) requisitos para a sua vinculação com o SCG. A técnica de análise de conteúdo foi empregada para analisar uma amostra intencional de três artigos. Como resultado, é apresentada a análise descritiva dos artigos, destacando as características que são coerentes com os requisitos da literatura. O presente trabalho contribui para ampliar o entendimento do campo de pesquisa da sustentabilidade corporativa e seu relacionamento com SCG e MMD.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sustentabilidade, Sistema de Controle Gerencial, Mensuração de desempenho, Estratégia.

**ABSTRACT:** *The Triple Bottom Line (TBL) approach defines corporate sustainability as the search for balance between three interrelated pillars: economic success, environmental quality, and social justice. Based on this concept, companies need management tools that consider multiple organizational goals to implement successfully their sustainability strategies. Which are formulate, implement and measure through the management control system (MCS), and therefore companies need performance measurement models (PMM). In this sense, the aim of this research it is perform a qualitative analysis of PMM proposals that intend to integrate sustainability and strategy. From the bibliographic review, we developed a*

*structure to analyze the models considering two categories: (1) characteristics related to the architecture of the models, (2) requirements for its linkage with MCS. We use the content analysis technique to analyze an intentional sample of three articles. As a result, the descriptive analysis of the articles presented highlight the characteristics that are consistent with the literature's requirements. The present work contributes to broaden the understanding of the research field of corporate sustainability and its relationship with MCS and PMM.*

**KEYWORDS:** Sustainability, Management Control System, Performance measurement, Strategy.

## 1 | INTRODUÇÃO

Na busca da sustentabilidade, de acordo com a abordagem *Triple Bottom Line* (TBL), as empresas precisam de ferramentas de gestão para implementar com sucesso estratégias de sustentabilidade. Conforme abordado por Epstein e Roy (2001), as estratégias de sustentabilidade corporativa são estratégias que propõem equilibrar os aspectos sociais, ambientais e econômicos da companhia e da sociedade.

Embora os gestores estejam cada vez mais preocupados em abordar a sustentabilidade, Epstein e Wisner (2001) afirmam que, na maioria das vezes, os gestores não sabem como implementar estratégias de sustentabilidade, uma vez que essas estratégias precisam ser planejadas e alinhadas aos objetivos da empresa. Para Bonacchi e Rinaldi (2007), sustentabilidade requer a tradução da estratégia em ações gerenciais pela definição de passos que devem ser seguidos para atingir objetivos estratégicos. Engert e Baumgartner (2016) reconhecem que a formulação de estratégias pode ser até considerada amplamente conhecida pela gerência, no entanto, como traduzir o conceito em ação continua sendo um desafio.

É por meio do sistema de controle gerencial (SCG) que as estratégias são formuladas, implantadas, controladas e têm seu desempenho medido (ANTHONY; GOVINDARAJAN, 2002). Portanto, para serem sustentáveis, as empresas precisam incorporar aspectos de sustentabilidade em seus SCG e alcançar um desempenho equilibrado nos aspectos ambientais, sociais e econômicos, o que requer instrumentos de mensuração de desempenho (MMD) que consideram múltiplos objetivos organizacionais (HANSEN; SCHALTEGGER, 2012). MMD fazem parte do SCG, pois proporcionam aos gestores a capacidade de estabelecer parâmetros, medir o desempenho e comparar os resultados obtidos com as metas estabelecidas anteriormente no planejamento estratégico (NEELY *et al.*, 1995).

Considerando a importância do processo de incorporação da sustentabilidade no ambiente corporativo e a carência da literatura abrangente sobre o tema, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise qualitativa de MMD que propõem integrar sustentabilidade e estratégia. Para tanto, foi realizada uma análise de conteúdo em artigos publicados na literatura internacional, buscando compreender

como a sustentabilidade tem sido abordada. A estrutura de análise dos modelos foi desenvolvida a partir de conceitos-chave presentes na literatura, consistindo de onze perguntas, distribuídas em duas categorias: (1) características relacionadas à arquitetura dos modelos e, (2) requisitos de vinculação com o SCG, apontados como relevantes pelos autores na revisão de literatura.

O trabalho está estruturado em cinco seções, depois dessa introdução, na segunda seção são apresentados os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa. A terceira seção traz a descrição da metodologia e a quarta, os resultados obtidos a partir da análise dos modelos propostos por Krajnc e Glavič (2005), Bonacchi e Rinaldi (2007) e Garcia *et al.* (2016). A quinta seção apresenta as conclusões, limitações e recomendações para futuros trabalhos.

## 2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 Sustentabilidade corporativa

A partir da década de 70 a questão da sustentabilidade passou a ser discutida com ênfase no crescimento econômico, que não deveria ser considerado de maneira isolada, mas sim relacionado com a preservação do meio ambiente e com o bem-estar dos indivíduos e populações que nele estão inseridas (AMAZONAS, 2016).

Com essa nova mentalidade sendo amadurecida, durante a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) em 1987, surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, como sendo um desenvolvimento que deve satisfazer as necessidades presentes sem comprometer as necessidades futuras (WCED, 1987).

A partir daí muitos pesquisadores buscaram relacionar o conceito de desenvolvimento sustentável com a prática das empresas. Em 1998, Elkington definiu sustentabilidade corporativa como a busca de equilíbrio entre três pilares interligados: sucesso econômico, qualidade ambiental e justiça social. Essa abordagem da sustentabilidade para o ambiente corporativo é conhecida como *Triple Bottom Line* (TBL).

De acordo com Elkington (1998) esses três pilares representam: (1) perspectiva econômica, que aborda o resultado econômico da empresa e os impactos no bem-estar econômico dos *stakeholders*; (2) perspectiva social, a qual se refere ao comportamento justo e benéfico da empresa para com os empregados, credores e a comunidade e; (3) perspectiva ambiental, que se refere aos impactos causados pela companhia nos ecossistemas, solo, ar e água. A abordagem TBL, em outras palavras, indica que uma empresa sustentável seria aquela capaz de gerar lucros para os acionistas, e ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida das pessoas (SAVITZ, 2007).

O termo *stakeholders*, cuja tradução para o português é “partes interessadas”, foi definido por Freeman (1984) como sendo os indivíduos que afetam e são afetados

pela empresa. Como, por exemplo, os clientes, os fornecedores, os funcionários, o governo e a comunidade em que a companhia está inserida. Os *stakeholders* podem ser classificados em diretos, como um grupo relacionado à empresa por meio de fluxos diretos de recursos materiais, ou indiretos, para os quais não é estabelecido esse fluxo (FIGGE *et al.*, 2002).

Almeida (2002) sugere que a empresa sustentável inclui entre seus objetivos o cuidado com o meio ambiente, com o bem-estar dos *stakeholders* e com a constante melhoria da sua própria reputação. Seus procedimentos devem levar em conta os custos futuros e não apenas os custos presentes. O autor afirma ainda que, a adesão à sustentabilidade exige uma postura não imediatista, mas sim, uma visão de planejamento e de operação capaz de contemplar o curto, o médio e o longo prazo.

Atualmente, tem aumentado a demanda, por parte dos vários *stakeholders* e do governo, por informações mais completas, que abranjam aspectos de sustentabilidade, forçando as companhias a se adaptarem (ACCENTURE, 2011). Para atender a demanda crescente por informações, a instituição conhecida como *Global Reporting Initiative* (GRI) criou um modelo de divulgação (Padrão GRI) que orienta as empresas na elaboração de informações econômicas, sociais e ambientais em uma demonstração única, facilitando o *accountability* da sustentabilidade. O Padrão GRI se tornou um instrumento internacionalmente utilizado para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. No entanto, além da divulgação de informações, muitos pesquisadores têm discutido que é essencial o desenvolvimento de modelos e medidas para incorporar aspectos de sustentabilidade ao controle gerencial das empresas.

## **2.2 Controle gerencial, estratégia e sustentabilidade**

O controle gerencial é o processo pelo qual os executivos influenciam outros membros da organização para que obedeçam às estratégias adotadas pela empresa. A finalidade do controle gerencial é assegurar que as estratégias sejam seguidas, de forma que os objetivos da organização sejam atingidos (ANTHONY; GOVINDARAJAN, 2002).

Simons (2000) caracteriza o SCG como sendo procedimentos baseados em informações, que são utilizados pela gerência para controlar os padrões de atividade da organização. O SCG está presente nas empresas, como destaca Merchant e Van der Stede (2003), para garantir que os comportamentos e decisões dentro das organizações, por parte de seus integrantes, são consistentes com as estratégias e os objetivos.

Algumas das atividades relacionadas com o SCG são: planejar o que a organização deve fazer; coordenar as atividades das várias partes da empresa; comunicar as informações aos funcionários; avaliar a informação, e influenciar as pessoas para que alterem seu comportamento. Portanto, o SCG sugere um ciclo composto pelo



planejamento estratégico, pela execução e controle dos programas e pela respectiva avaliação. O planejamento estratégico configura o processo de formulação dos programas que serão realizados para implantar as estratégias, gerando ao final do processo o plano estratégico. A execução e o controle ocorrem simultaneamente, informando a evolução desses programas usando as informações de controle gerencial. Após a execução, são elaborados os relatórios para o processo de avaliação, nessa fase serão comparados os valores reais e os estimados na primeira etapa do ciclo. E por fim, como uma maneira de influenciar os funcionários, podem ser usados sistemas de recompensas (ANTHONY; GOVINDARAJAN, 2002).

A formulação das estratégias, durante o planejamento estratégico, é o processo pelo qual são traçados os objetivos e as formas para atingi-los. São elaboradas a partir da análise das capacidades da empresa, das oportunidades e dos riscos do ambiente. As estratégias descrevem a direção geral que a empresa planeja se mover para atingir seus objetivos (ANTHONY; GOVINDARAJAN, 2002, p.24). Gond *et al.* (2012) afirmam que o SCG contribui tanto para a criação da estratégia como para a sua implantação.

O *Balanced Scorecard* (BSC) desenvolvido por Kaplan e Norton (1997) é um dos modelos de SCG mais conhecidos na literatura acadêmica. O BSC é adotado por companhias no mundo todo para ajudá-las a implantar estratégias (EPSTEIN; WISNER, 2001). O BSC também é um modelo de mensuração de desempenho (MMD), que apresenta o desempenho da empresa sob quatro perspectivas, para que, além do aspecto financeiro, também seja possível avaliar aspectos relacionados aos clientes, processos internos e aprendizado e crescimento, sendo capaz de unir a visão de curto prazo com a de longo prazo. O BSC possui uma arquitetura hierárquica, demonstrando que o desempenho financeiro é consequência do desempenho das demais perspectivas, percorrendo um caminho de causa e efeito, de baixo para cima.

Apesar das contribuições mais abrangentes de modelos como o BSC, pesquisadores tem destacado a grande negligência para com os objetivos sociais e ambientais, uma vez que esses modelos focam, principalmente, nos aspectos financeiros. Hansen e Schaltegger (2012) abordam essa questão, sugerindo que, a falta de atenção adequada para com questões não financeiras, pode prejudicar a sobrevivência da organização e seu desempenho financeiro no longo prazo. Sendo assim, é necessário atualizar esses modelos, incorporando aspectos de sustentabilidade nos SCG, principalmente na elaboração das estratégias. De um modo geral, estratégias de sustentabilidade corporativa são estratégias que buscam balancear as necessidades ambientais, sociais e econômicas, tanto para a companhia, quanto para a sociedade (EPSTEIN; ROY, 2001). Bonn e Fisher (2011) argumentam que, na verdade, a sustentabilidade é o ingrediente que faltava na estratégia corporativa, devendo ser considerada para a tomada de decisão e, portanto, integrada ao SCG.

Porém, integrar a sustentabilidade corporativa e estratégias causa transtornos e, além disso, escolher uma estratégia sustentável ainda é uma tarefa muito difícil. Na prática, as estratégias de sustentabilidade precisam ser cuidadosamente adaptadas,

para representar a conjuntura da empresa, o que torna o processo ainda mais complexo (ENGERT; BAUMGARTNER, 2016).

### 2.3 Modelos de mensuração de desempenho e sustentabilidade

Um MMD é um conjunto de princípios ou práticas adotadas para coletar dados e medir o desempenho da companhia por meio de indicadores, que podem constituir uma medida única ou várias medidas. Para a sustentabilidade corporativa esses modelos de mensuração serão capazes de mostrar se as estratégias de sustentabilidade empregadas conseguiram atingir os objetivos (HENRI, 2006).

A partir da abordagem TBL muito tem se discutido sobre a necessidade de um balanceamento de desempenho nas perspectivas econômica, social e ambiental para promover a sustentabilidade corporativa. As discussões contrapõem as vantagens de se criar uma medida única para representar a sustentabilidade e as desvantagens de se lidar com várias medidas. Schaltegger e Burrit (2010) afirmam que uma medida única pode acabar se tornando muito ampla, mas pode ser útil para responder a questões específicas, prover informações sobre a *performance* da companhia, auxiliar no entendimento das situações e fazer comparações. Enquanto, Jensen (2001) afirma que, no contexto da sustentabilidade, múltiplos indicadores não ajudariam no processo de tomada de decisão, uma vez que nenhuma teoria pode dizer para o gestor como escolher dentre as opções aquela que seria a melhor para a empresa.

Bebbington, Unerman e O'Dwyer (2011) afirmam que, assim como a contabilidade financeira e gerencial são ferramentas de mensuração de desempenho para o controle gerencial e para a divulgação dos aspectos econômicos de uma organização, técnicas mais abrangentes, como a contabilidade da sustentabilidade, podem ser ferramentas poderosas no planejamento, controle e *accountability* de aspectos sociais e ambientais, além dos aspectos econômicos.

Schaltegger e Burrit (2010) discutem a contabilidade da sustentabilidade como um sistema que fornece informações para melhorar o processo de tomada de decisão. Os autores apresentam duas abordagens para a concepção de um MMD para a contabilidade da sustentabilidade, a abordagem *top-down* e a abordagem dirigida pelo *stakeholder* (*stakeholder driven approach*). Na abordagem *top-down* a definição de sustentabilidade é mais ampla e, a partir dessa visão, a própria organização desenvolve os indicadores. Na abordagem dirigida pelo *stakeholder*, o significado de sustentabilidade, bem como, os indicadores usados para medi-la, são determinados com a participação dos *stakeholders*. Os autores concluíram que ao combinar as duas abordagens, formando o que eles chamaram de abordagem *twin track*, é possível “verificar se todas as questões relevantes das partes interessadas são abordadas, bem como se a estratégia de negócios relativa às principais questões de sustentabilidade é realista” (SCHALTEGGER; BURRIT, 2010, p. 382).

Uma proposta de MMD bastante conhecida na literatura, que incorpora a

sustentabilidade corporativa, é o *Sustainability Balanced Scorecard* (SBSC). O SBSC foi proposto por Figge *et al.* (2002), como um aprimoramento do BSC capaz de integrar aspectos ambientais e sociais, consistindo em uma ferramenta de mensuração e gestão estratégica de desempenho. Esse modelo, explicitamente incorpora objetivos estratégicos relacionados à sustentabilidade no controle gerencial, para que outros aspectos sejam considerados na tomada de decisão, além do aspecto financeiro. O SBSC é composto por seis perspectivas, além das quatro apresentadas no BSC (financeira, clientes, processos internos, e aprendizado e crescimento) acrescenta a perspectiva social e a perspectiva ambiental (FIGGE *et al.*; 2002).

A fim de aprofundar o conhecimento a respeito de MMD, Hansen e Schaltegger (2012) conduziram uma revisão bibliográfica sobre pesquisas que abordam o SBSC, buscando entender melhor a gestão dos múltiplos objetivos por parte das organizações. Os autores analisaram artigos conceituais e empíricos das últimas duas décadas e, a partir deles, construíram uma tipologia de arquiteturas genéricas do SBSC. Eles demonstram que a arquitetura está relacionada com o sistema de valores que as organizações operam (*Profit-driven; Care-driven e Systemic-driven*) e com as estratégias de sustentabilidade adotadas por elas (*Defense; Accommodation e Proaction*), conforme mostrado na Figura 1.

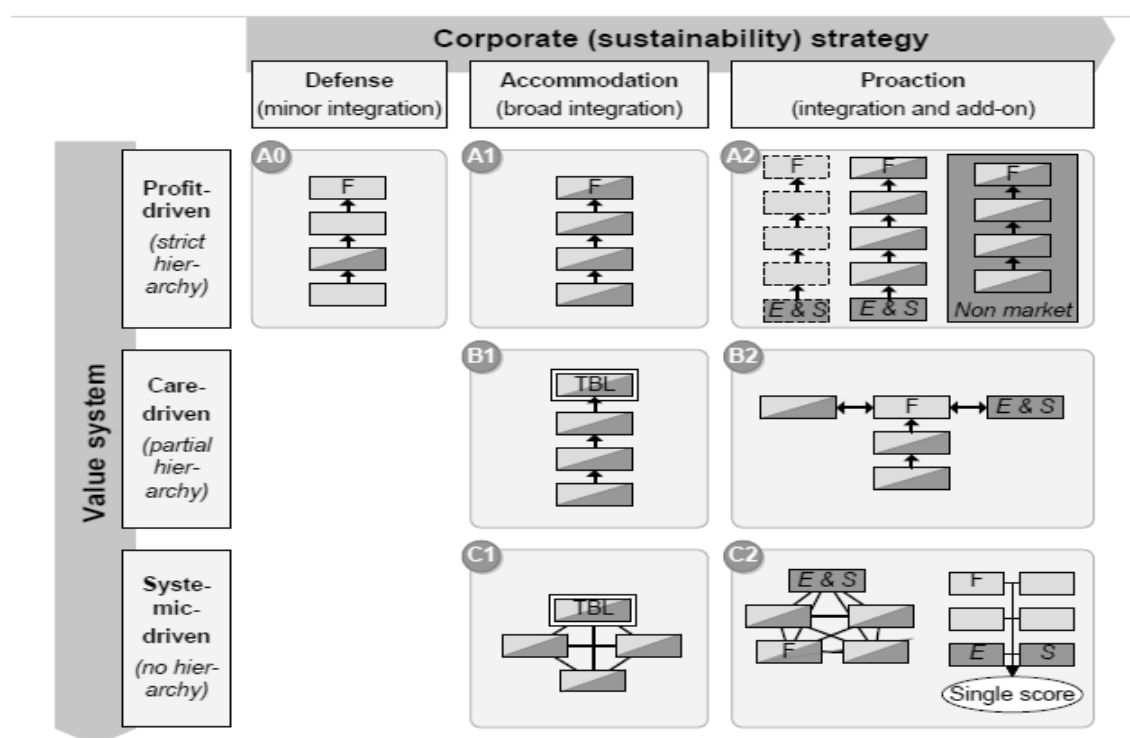


Figura 1. Arquitetura genérica dos SBSCs

Fonte: Hansen e Schaltegger, 2012, p.17.

Segundo Hansen e Schaltegger (2012), dois aspectos da arquitetura dos modelos são importantes para caracterizar a integração de sustentabilidade e estratégia: a forma como os objetivos sociais e ambientais são considerados nas perspectivas adotadas (Perspectivas) e como a hierarquia das perspectivas é desenhada (Processo

hierárquico).

Com relação às perspectivas, elas são definidas como: dedicadas; com potencial integração e com nenhuma integração. Se os objetivos sociais e ambientais são considerados em uma perspectiva original do BSC (entre as quatro originais), os autores classificam a perspectiva como sendo com “potencial integração”, já que os objetivos sociais e ambientais serão incorporados às outras perspectivas como, por exemplo, a financeira. Se as perspectivas são voltadas exclusivamente para os objetivos ambientais e sociais são classificadas como “dedicadas”. Se os objetivos sociais e ambientais não são considerados, as perspectivas são classificadas como “nenhuma integração”. Segundo os autores, a ocorrência de perspectivas dedicadas indica maior relevância dos aspectos sociais e ambientais para a empresa.

O processo hierárquico é caracterizado como: estritamente hierárquico, parcialmente hierárquico ou sem hierarquia (formando uma estrutura de rede). A hierarquia demonstra a relação de subordinação ou não entre as perspectivas. Essa subordinação envolve a ponderação dos aspectos ambientais, sociais e econômicos da empresa de acordo com a importância dada a cada um. Alguns autores defendem que a subordinação das demais perspectivas à perspectiva econômica é necessária para mostrar que o modelo não é apenas um instrumento de relações públicas, mas sim um instrumento de gestão (FIGGE *et al.*, 2002). Contudo, Hansen e Schaltegger (2012) alertam que o sucesso financeiro é um foco estreito, que acaba relegando a contribuição dos aspectos sociais e ambientais a uma visão somente de curto prazo, enquanto mudanças radicais são necessárias para que as empresas possam competir no futuro.

Desenvolver MMD na abordagem TBL é uma tarefa complexa, uma vez que envolve a escolha de indicadores para representar as perspectivas; questões sobre como as medidas serão desenvolvidas, se serão financeiras ou não financeiras; se as perspectivas seguirão um esquema de subordinação ou não; se haverá uma medida única ou várias medidas. Muitos algoritmos de cálculo têm sido encontrados na literatura, desde uma média ponderada para medir as perspectivas do BSC, até modelos matemáticos mais sofisticados, incluindo modelos multicriteriais de apoio à decisão (MCDA), que são considerados adequados para lidar com a sustentabilidade (GARCIA *et al.*, 2016).

### 3 | METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise qualitativa de MMD que propõem integrar sustentabilidade e estratégia. A análise qualitativa aborda aspectos da realidade que não podem ser quantificados, com o intuito de produzir novas informações a partir do conhecimento já produzido sobre o tema. Sendo assim, foi realizada uma revisão bibliográfica no campo de pesquisa sobre sustentabilidade corporativa, especificamente em artigos internacionais que tratam da incorporação de

aspectos de sustentabilidade nos sistemas de controle gerencial e propõem métricas para avaliação do desempenho das empresas.

Ao realizar a revisão bibliográfica é possível usar informações espalhadas em diversas publicações para construir ou definir conceitos relacionados à questão estudada (GIL, 2002). Cummings e Daellenbach (2009) sustentam que as revisões são importantes para melhorar o campo de pesquisa acadêmico e para prover novas práticas e conceitos ao ambiente gerencial.

A análise de conteúdo consiste em um método de investigação, ou uma técnica, usada para interpretar qualquer tipo de documento, desde livros e jornais até filmes e fotografias. Para Campos (2004, p. 611) “O método de análise de conteúdo constitui-se em um conjunto de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos”, a fim de compreender o sentido de um documento.

A técnica de análise de conteúdo foi utilizada para detalhar e interpretar os artigos da amostra, buscando compreender as características dos modelos propostos e como propõem integrar aspectos de sustentabilidade nas estratégias corporativas. Para tanto, foram elaboradas onze perguntas, divididas em dois blocos. O primeiro bloco traz as questões relacionadas às características da arquitetura dos modelos propostos e o segundo bloco, traz questões referentes a requisitos apontados por diversos autores como relevantes para a incorporação de aspectos de sustentabilidade nos SCG. Os conceitos-chave abordados nas perguntas foram definidos, principalmente, de acordo com o artigo de Hansen e Schaltegger (2012). Outros artigos utilizados para sustentar os requisitos das ferramentas de mensuração estão apresentados na seção 2 deste trabalho. A Tabela 1 apresenta a estrutura de análise.

PERGUNTA	JUSTIFICATIVA	FONTE
<b>I - Características descritivas</b>		
1 - O modelo propõe, como resultado, uma medida única?	Algumas discussões sobre a TBL é a possibilidade de haver uma medida única para representar a sustentabilidade ou várias medidas.	Schaltegger e Burrit 2010; Jensen 2011
2 - Apresenta hierarquia de indicadores?	Alguns autores defendem que a sustentabilidade deve ser avaliada por indicadores representados de forma hierárquica.	Hansen e Schaltegger 2012; Krajnc e Glavic 2005
3 - Quais as perspectivas ou perspectivas abordadas no modelo?	Como a sustentabilidade corporativa é definida na TBL por três perspectivas interligadas. É importante verificar a aderência a esta abordagem.	Hansen e Schaltegger 2012
4 - Há relação de subordinação entre as perspectivas abordadas no modelo?	O modelo pode apresentar uma subordinação entre as perspectivas como, por exemplo, a perspectiva financeira sendo mais relevante do que as outras, ou uma arquitetura em que as perspectivas teriam a mesma relevância.	Figge <i>et al.</i> 2002; Hansen e Schaltegger 2012; Krajnc e Glavic 2005
5 - As perspectivas são dedicadas ou com potencial integração?	As perspectivas podem incorporar aspectos ambientais e sociais ou pode haver uma ampliação das perspectivas, incorporando perspectivas exclusivas para aspectos ambientais e sociais.	Hansen e Schaltegger 2012

6 - O modelo apresenta método matemático?	Os modelos podem abordar algoritmos variados, desde aparatos matemáticos complexos, até os mais simples como uma média aritmética, ou não apresentar métodos matemáticos.	Hansen e Schaltegger 2012
7 - Metodologia teórica, estudo de caso ou caso ilustrativo?	Para analisar a metodologia	
<b>II - Requisitos de vinculação com o SCG</b>		
8 - O modelo considera a participação dos <i>stakeholders</i> na definição das estratégias? Como?	Os <i>stakeholders</i> participam do processo de tomada de decisão nas empresas. É importante analisar se o modelo propõe uma abordagem <i>top-down</i> ou dirigida pelo <i>stakeholder</i> . Alguns autores sugerem que os <i>stakeholders</i> ao serem incluídos no modelo o tornarão mais relevante.	Freeman e McVea 2001; Schaltegger e Burrit 2010; Bonacchi e Rinaldi 2007; Henri e Journeault 2010
9 - O modelo propõe vinculação com o planejamento estratégico? Como?	Segundo autores, o desempenho do modelo depende da vinculação com o processo de planejamento, controle e avaliação.	Hansen e Schaltegger 2012; Gond et al. 2012; Bonacchi e Rinaldi 2007
10 - O modelo propõe a vinculação com o sistema de controle? Como?		
11 - O modelo propõe vinculação com a avaliação e o sistema de recompensas? Como?		

Tabela 1- Perguntas elaboradas para a análise dos modelos

A amostra de artigos foi coletada por meio de palavras-chave, as quais foram definidas a partir da frequência em que apareceram em uma inspeção inicial em publicações internacionais relacionadas à questão abordada neste trabalho. O levantamento foi efetuado na Base de Periódicos da CAPES, abrangendo o período de 2005 a 2016, combinando as palavras-chaves conforme mostrado na Tabela 2, a seguir:

1o. Caixa de busca	2o. Caixa de busca	
<i>Sustainability</i>	<i>Balanced Scorecard</i>	<i>Decision-making</i>
<i>Corporate Social Responsibility</i>	<i>Corporate Strategy</i>	<i>Managerial Decision</i>
<i>Sustainable Development</i>	<i>Corporate Strategies</i>	<i>Performance measurement</i>
	<i>Control</i>	<i>Multi-criteria</i>
	<i>Assessment</i>	
	<i>Performance measurement</i>	

Tabela 2 - Busca de Artigos

Foram encontrados 74 artigos e, após a análise dos resumos, foi considerada uma amostra intencional de três artigos: Krajnc e Glavič (2005), Bonacchi e Rinaldi (2007) e Garcia *et al.* (2016). A amostra intencional foi selecionada de acordo com os seguintes critérios: a) Confirmação de que o objetivo do estudo apresentava, de forma explícita, a proposição de um MMD; b) Abrangência corporativa do modelo proposto, uma vez que alguns artigos apresentam modelos destinados a uma decisão de negócios específica, a um determinado processo organizacional ou departamento,



e não para o desempenho da empresa como um todo e; c) Complexidade da métrica utilizada no modelo, buscando ilustrar um modelo com métrica simples e outros que utilizam um aparato matemático mais complexo.

## 4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Krajnc e Glavič (2005) – *A model for integrated assessment of sustainability development* – *Periódico Resources, Conservation and Recycling*

Krajnc e Glavič (2005) propõem um modelo que apresenta um índice composto de desenvolvimento sustentável denominado de *Composite Sustainable Development Index (Icsd)*. O *Icsd* busca acompanhar as informações integradas do desempenho econômico, ambiental e social da empresa ao longo do tempo. Ou seja, o índice avalia o desempenho da empresa como uma função do tempo. O foco do artigo é sugerir uma forma de integrar indicadores relevantes para a tomada de decisão, que consideram conceitos de desenvolvimento sustentável. A estrutura do modelo proposto é apresentada na Figura 2.

O procedimento de cálculo descrito pelos autores segue as seguintes etapas: 1) seleção dos indicadores que a empresa julga serem mais relevantes; 2) separação dos indicadores em três grupos: social, ambiental e econômico; 3) avaliação do impacto positivo ou negativo dos indicadores, por exemplo, o aumento das emissões de gases poluentes por unidade produzida possui um impacto negativo; 4) normalização dos indicadores para que todos sejam expressos em uma mesma unidade, para que posteriormente sejam agregados; 5) atribuição de pesos aos indicadores, já que cada companhia possui estratégias de sustentabilidade diferentes; 6) cálculo de um sub índice para cada grupo por meio da combinação de indicadores; e 7) combinação dos sub índices formando o *Icsd*.

Conforme análise resumida na Tabela 3, o modelo proposto por Krajnc e Glavič (2005) apresenta uma medida única, o *Icsd*, o qual é composto por indicadores de cada perspectiva. As três perspectivas da abordagem TBL estão presentes no modelo, a perspectiva econômica, social e ambiental. Os autores apontam que os tomadores de decisão em cada empresa possuem interesses distintos e, portanto, atribuem pesos diferentes aos indicadores de cada perspectiva, mostrando que há certa subordinação entre as perspectivas. Além disso, o modelo apresenta perspectivas dedicadas, ou seja, os aspectos sociais e ambientais são abordados em perspectivas diferentes. Eles apresentam um modelo com método matemático e testam o modelo em um estudo de caso, por meio da análise do Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa Henkel (empresa alemã do setor químico).

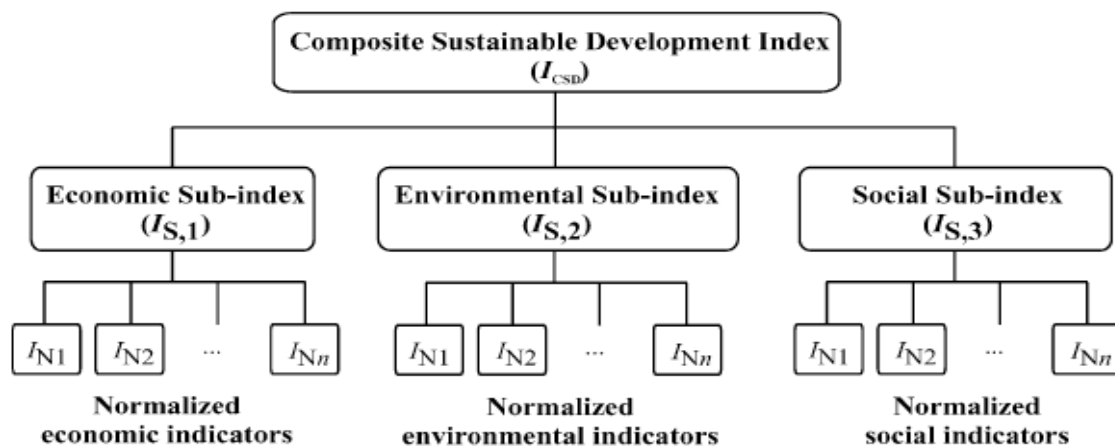


Figura 2. Estrutura de cálculo do índice I<sub>CSD</sub>

Fonte: Krajnc e Glavič, 2005, p. 193.

Os autores não mencionam a participação de um grupo mais abrangente de *stakeholders* durante o processo de escolha das estratégias e dos indicadores, já que eles citam apenas os tomadores de decisão:

*Decision-makers of the companies have different views and are interested in diferente indicator [...] they focus on different indicators attributing different weights to individual indicators. These weights should reflect hierarchies and/or priorities in the opinion of the decisionmakers (KRAJNC; GLAVIČ, 2005, pp. 195 e 197).*

PERGUNTA	RESPOSTA
<b>I - Características descritivas</b>	
1 - O modelo propõe, como resultado, uma medida única?	Sim
2 - Apresenta hierarquia de indicadores?	Sim
3 - Quais as perspectivas abordadas no modelo?	Econômica, ambiental e social
4 - Há relação de subordinação entre as perspectivas abordadas no modelo?	Não
5 - As perspectivas são dedicadas ou com potencial integração?	Dedicadas
6 - O modelo apresenta método matemático?	Sim
7 - Metodologia teórica, estudo de caso ou caso ilustrativo?	Estudo de caso
<b>II - Requisitos de vinculação com o SCG</b>	
8 - O modelo considera a participação dos <i>stakeholders</i> na definição das estratégias?	Não
9 - O modelo propõe vinculação com o planejamento estratégico?	Sim
10 - O modelo propõe a vinculação com o sistema de controle?	Sim
11 - O modelo propõe vinculação com a avaliação e o sistema de recompensas?	Apenas com a avaliação

Tabela 3 - Resultado da avaliação do modelo de Krajnc e Glavič (2005)

O modelo propõe a vinculação com o planejamento estratégico e com o sistema de controle, porque na atribuição de pesos aos indicadores, os autores afirmam que: “As indicators guide management control and strategic planning, they must be defined

with care and must take the specific interests of the company into account” (KRAJNC; GLAVIČ, 2005, p. 195).

Além disso, o modelo propõe vinculação com o processo de avaliação, pois os autores afirmam que as organizações devem usar os indicadores em termos absolutos para a divulgação e os indicadores normalizados para a avaliação interna: “As a general principle, however, reporting companies should still present indicator data in absolute terms and use normalized data for internal evaluation of the data” (KRAJNC; GLAVIČ, 2005, p. 206). Contudo, o sistema de recompensas não é mencionado.

#### 4.2 Bonacchi e Rinaldi (2007) - *DartBoards and Clovers as New Tools in Sustainability Planning and Control* - *Periódico Business, Strategy and Environment*

Bonacchi e Rinaldi (2007) propõem um MMD baseado em dois instrumentos gerenciais que organizam conjuntos de medidas primárias e secundárias conectadas com a satisfação dos *stakeholders* e com os processos de negócios. Segundo os autores, o modelo é indicado para identificar situações de *trade-off* entre os interesses dos *stakeholders*, promover a discussão e avaliação das soluções e possibilitar duplo ganho (*win-win*), ou seja, a escolha daquelas que não prejudicam nenhum *stakeholder*.

Primeiramente os autores discutem o conceito de sustentabilidade para a contabilidade gerencial e desenvolvem uma estrutura para o modelo, conforme mostrado na figura 3.

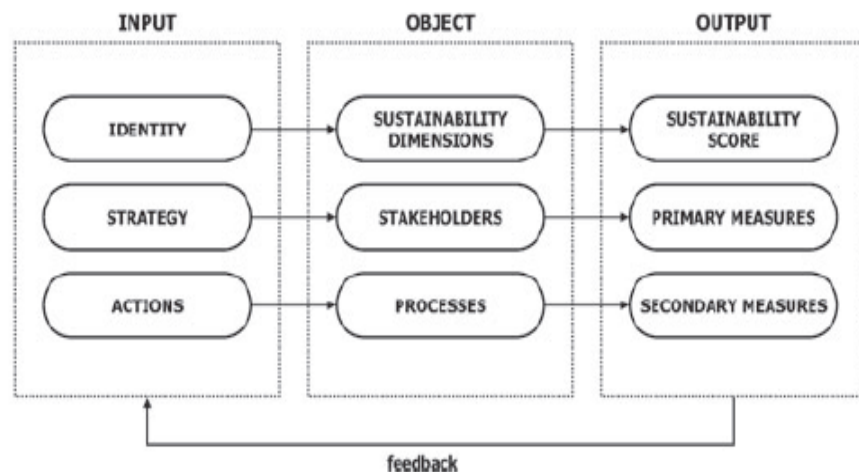


Figura 3. Estrutura do modelo

Fonte: Bonacchi e Rinaldi, 2007, p. 466.

O método usado pelos autores para desenvolver o modelo consiste em três etapas: (1) identificação de *inputs*, (2) identificação dos objetos a serem mensurados e, (3) identificação dos *outputs*. Na primeira etapa, consoante a missão, valores e visão da organização são definidos os principais objetivos, as estratégias e ações específicas necessárias para realizar esses objetivos. Na segunda etapa, as três dimensões da sustentabilidade são vinculadas às estratégias dos *stakeholders* e

essas, aos processos internos necessários para traduzir as estratégias em ações operacionais. Na terceira etapa, é a definição do sistema de mensuração, formado por três conjuntos de medidas em três níveis: as medidas secundárias são relacionadas com indicadores dos processos e são específicas de cada empresa, podendo ter qualquer unidade de medida; as medidas primárias são parâmetros de satisfação dos *stakeholders* e; o *score* da sustentabilidade não é uma medida única, mas sim um conjunto de medidas que representa as dimensões econômica, social e ambiental no nível corporativo.

Os autores propõem dois instrumentos para gerenciar a eficiência e a eficácia da sustentabilidade: *Sustainability Dartboard* e o *Sustainability Clover*, ilustrados nas figuras 4 e 5. O primeiro instrumento mostra a posição de cada *stakeholder* em cada uma das dimensões da sustentabilidade e permite que comparações sejam feitas entre eles e em relação aos níveis de atingimentos de metas planejadas e atingidas. O segundo instrumento permite visualizar as conexões entre os três níveis de medidas considerados no modelo: as medidas dos processos; dos parâmetros dos *stakeholders* e das dimensões econômica, social e ambiental, possibilitando identificar problemas e soluções.

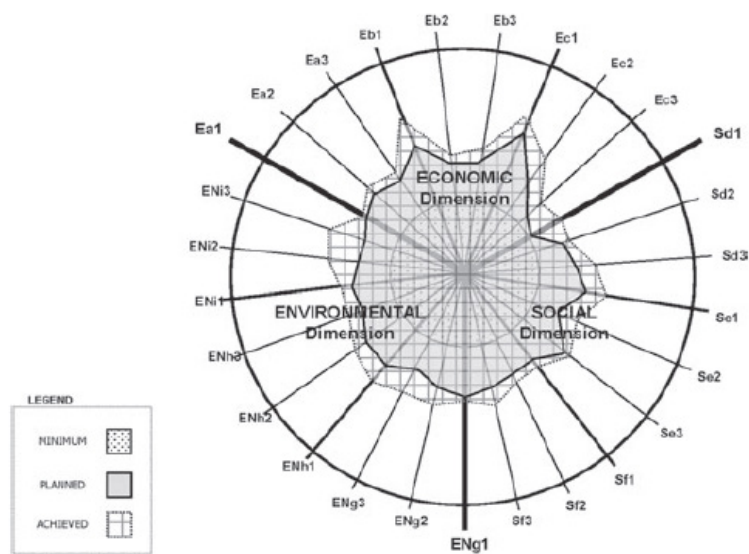


Figura 4. Sustainability Dartboard

Fonte: Bonacchi e Rinaldi, 2007, p. 469.

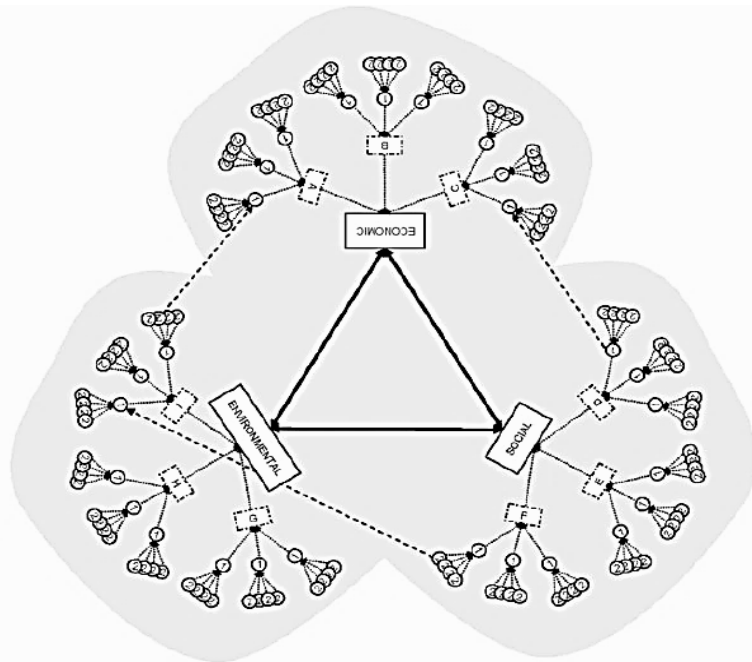
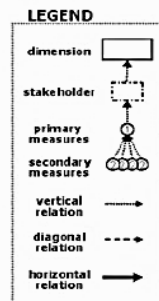


Figura 5. Sustainability Clover

Fonte: Bonacchi e Rinaldi, 2007, p. 469.

Conforme análise resumida na Tabela 4, o modelo de Bonacchi e Rinaldi (2007) não apresenta uma medida única para a sustentabilidade, mas sim um conjunto de medidas. Além disso, não propões métodos matemáticos de agregação de medidas. O modelo não apresenta uma relação de subordinação entre as perspectivas econômica, social e ambiental porque, segundo os autores, para internalizar o conceito de sustentabilidade não deve haver subordinação entre as perspectivas. As perspectivas são dedicadas, já que são identificados indicadores para cada uma delas.

PERGUNTA	RESPOSTA
<b>I - Características descritivas</b>	
1 - O modelo propõe, como resultado, uma medida única?	Não
2 - Apresenta hierarquia de indicadores?	Não
3 - Quais as perspectivas abordadas no modelo?	Econômica, ambiental e social
4 - Há relação de subordinação entre as perspectivas abordadas no modelo?	Não
5 - As perspectivas são dedicadas ou com potencial integração?	Dedicadas
6 - O modelo apresenta método matemático?	Não
7 - Metodologia teórica, estudo de caso ou caso ilustrativo?	Metodologia teórica
<b>II - Requisitos de vinculação com o SCG</b>	
8 - O modelo considera a participação dos <i>stakeholders</i> na definição das estratégias?	Sim
9 - O modelo propõe vinculação com o planejamento estratégico?	Sim
10 - O modelo propõe a vinculação com o sistema de controle?	Sim
11 - O modelo propõe vinculação com a avaliação e o sistema de recompensas?	Apenas com a avaliação

Tabela 4 - Resultado da avaliação do modelo de Bonacchi e Rinaldi (2007)

Os autores consideram a participação dos *stakeholders*, pois propõem a inclusão e a vinculação das necessidades dos *stakeholders* com as atividades rotineiras de gestão, e afirmam que um dos problemas do SBSC é não inclui-los:

*However, even if adapted, the Balanced Scorecard still does not include all strategic stakeholders. For this reason, it seems inadequate for managing strategies aimed at satisfying a diverse group of stakeholders, and also for supervising strategies related to each specific principle of sustainability (BONACCHI; RINALDI, 2007, p. 464).*

O modelo propõe a vinculação com o planejamento, indicando que o primeiro passo para a formalização do método é identificar a identidade organizacional, por meio de informações ligadas ao planejamento estratégico como, por exemplo, a missão, visão e valores da empresa.

O modelo ainda propõe a vinculação com o sistema de controle e avaliação, pois apresenta um método que permite avaliar se as estratégias adotadas foram eficientes e eficazes ao comparar o que foi planejado e alcançado pela empresa, além de indicar se os *stakeholders* estão satisfeitos: “[...] *the primary measures help to evaluate the degree of stakeholder satisfaction; at the middle management level, the secondary measures show the results of the processes, evaluating whether they are operating as intended*” (BONACCHI; RINALDI, 2007, p. 468).

#### **4.3 Garcia et al. (2016) – Corporate Sustainability Management: a proposed multi-criteria model to support balanced decision-making – Journal of Cleaner Production**

Garcia et al. (2016) propõem o modelo para auxiliar o processo de tomada de decisão corporativa considerando a abordagem TBL e a visão dos *stakeholders*. Os autores desenvolvem o modelo e testam sua validade na CBL (nome fictício de uma companhia de energia elétrica), no período de 2010 a 2013, construindo um caso ilustrativo.

O modelo é denominado *Integrated Environmental Evaluation of Sustainability in Business* (IEE-SB). O modelo IEE-SB fornece uma medida única de sustentabilidade, o SB *index*, com o propósito de mensurar o equilíbrio entre as três perspectivas da abordagem TBL, e fornece ainda um índice de desempenho para cada uma das perspectivas, os quais se desdobram em vários índices diferentes. A estrutura do modelo é apresentada na Figura 6.

O procedimento de cálculo consiste em: 1) selecionar indicadores básicos considerando as perspectivas econômica, social e ambiental, 2) normalizar os indicadores, pois esses podem ser de natureza qualitativa ou quantitativa e se apresentar em diferentes unidades de medida; 3) agregar os indicadores normalizados em 3 níveis, obtendo o SB *index* e os demais índices de desempenho. O cálculo é realizado para avaliar o estado atual de equilíbrio da empresa e para avaliar estados futuros. São criadas opções alternativas e o procedimento de cálculo é aplicado para mensurar o desempenho em cenários futuros, a fim de auxiliar na escolha da



melhor opção, em conjunto com as estratégias de negócios, durante o processo de planejamento anual da empresa.

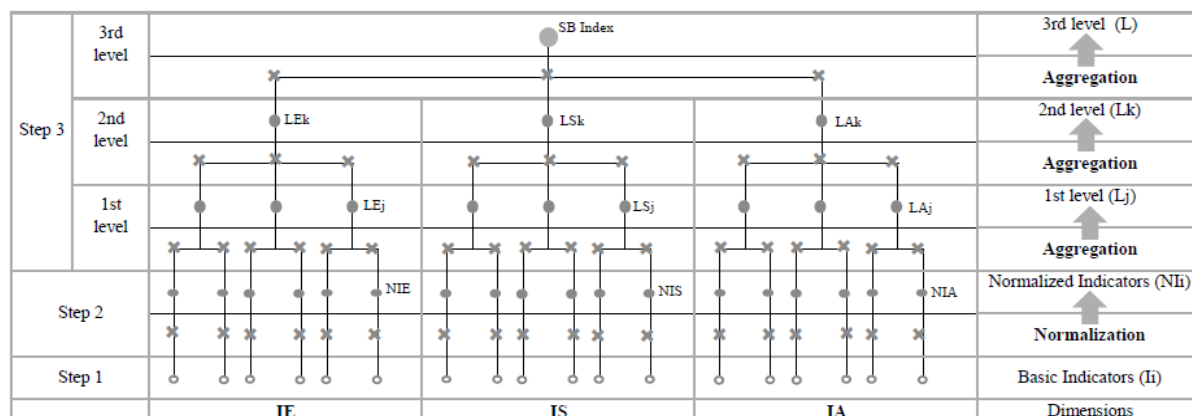


Figura 6. Procedimentos do modelo IEE-SB

Fonte: Garcia, Cintra, Torres & Lima, 2016

Conforme análise resumida na Tabela 5, os autores propõem, por meio de um método matemático, uma medida única, o *SB index*, a partir dos indicadores básicos, caracterizando uma estrutura hierárquica de indicadores em três níveis, que representam as perspectivas econômica, social e ambiental, como mostrado na Figura 6. As três perspectivas da abordagem TBL são dedicadas e apresentam uma relação de subordinação, porque para calcular o *SB index* é necessário atribuir pesos de acordo com a importância relativa de cada perspectiva para a empresa. Os autores sugerem que os *stakeholders* devem participar direta ou indiretamente na definição dos indicadores básicos:

*In order to incorporate the stakeholders view, they should participate directly or indirectly in the definition of the BI. This can be achieved by adoption of sustainability disclosure protocols such as GRI's, legal requirements or through the company's stakeholder engagement process (GARCIA et al., 2016).*

PERGUNTA	RESPOSTA
<b>I - Características descritivas</b>	
1 - O modelo propõe, como resultado, uma medida única?	Sim
2 - Apresenta hierarquia de indicadores?	Sim
3 - Quais as perspectivas abordadas no modelo?	Econômica, ambiental e social
4 - Há relação de subordinação entre as perspectivas abordadas no modelo?	Sim
5 - As perspectivas são dedicadas ou com potencial integração?	Dedicadas
6 - O modelo apresenta método matemático?	Sim
7 - Metodologia teórica, estudo de caso ou caso ilustrativo?	Caso ilustrativo
<b>II - Requisitos de vinculação com o SCG</b>	
8 - O modelo considera a participação dos <i>stakeholders</i> na definição das estratégias?	Sim
9 - O modelo propõe vinculação com o planejamento estratégico?	Sim
10 - O modelo propõe a vinculação com o sistema de controle?	Sim

Tabela 5 - Resultado da avaliação do modelo de Garcia et al. (2016)

O modelo IEE-SB, segundo os autores, deve ser incluído no processo de planejamento e controle, mais precisamente na revisão do planejamento anual das estratégias:

*In the business context, we situate the use of the IEE-SB model in the planning and control function of the firm [...]. During the revision of the strategies, the index is indicated to verify the TBL sustainability balancing and introduce targets that can improve the performance (GARCIA et al., 2016).*

O modelo também apresenta a possibilidade de um *feedback*, propondo a vinculação com o sistema de avaliação, mas não é mencionada a vinculação com o sistema de recompensas: *“In the planning process of the subsequent year, the goals of the indicators are compared against actuals, providing analyses of the performance and feedback” (GARCIA et al., 2016).*

## 5 | CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa foi analisar propostas de MMD que propõem integrar estratégia e sustentabilidade. Este é um tema que se insere no âmbito da contabilidade gerencial, uma vez que MMD são instrumentos para o processo de controle das empresas. Não obstante, no levantamento realizado somente 6,7% dos artigos foram publicados em periódicos específicos de contabilidade. A maior proporção foi publicada no *Journal of Cleaner Production* (21,6%) e os demais distribuídos em pequenas proporções em revistas de administração, estratégia, ética, gestão ambiental e ecologia.

A análise dos modelos da amostra permite constatar que conceitos gerenciais importantes têm sido discutidos em MMD para a sustentabilidade corporativa. As três perspectivas da abordagem TBL são consideradas, bem como, a vinculação dos indicadores de desempenho com o sistema de planejamento, controle e avaliação. Este é um requisito destacado como relevante para a incorporação de aspectos de sustentabilidade nos SCG e para o sucesso na implementação das estratégias (HANSEN; SCHALTEGGER, 2012; GOND *et al.* 2012; BONACCHI; RINALDI, 2007).

Todos os modelos apresentam perspectivas dedicadas exclusivamente aos aspectos econômicos, sociais e ambientais e nenhum modelo propõe a subordinação entre perspectivas, demonstrando a relevância dos aspectos sociais e ambientais, conforme destacado por Hansen e Schaltegger (2012). Contudo, a participação dos *stakeholders*, de forma mais abrangente ou mais restrita (considerando somente os gestores), é considerada nos modelos. As diferenças de preferências dos *stakeholders*

podem ser introduzidas pela atribuição de pesos ou por meio de processos de discussão entre as partes, buscando alinhar interesses externos com a visão de negócios da empresa, conforme indicado por Schaltegger e Burrit (2010).

A questão da multiplicidade de medidas de desempenho é retratada, em dois dos modelos analisados, pela proposta de uma medida única agregada e, no outro modelo, pela proposta de um conjunto de medidas. Contudo, nenhum dos modelos propõe a substituição de medidas financeiras tradicionais por uma medida única de desempenho sustentável, o que é coerente com a abordagem de Schaltegger e Burrit (2010), que consideram a utilidade de medidas de sustentabilidade para responder questões específicas, para contribuir com o entendimento de situações e prover informação para o gerenciamento do desempenho corporativo.

Uma limitação deste estudo é a quantidade de modelos analisados. Foi realizada, por meio da técnica de análise de conteúdo, a análise descritiva de três modelos com características diferentes, seguindo critérios que possibilitaram ilustrar conceitos gerenciais apresentados na revisão de literatura. Portanto, estudos futuros poderiam analisar uma amostra maior, para permitir conclusões mais abrangentes sobre o estado da arte dos MMD que buscam incorporar aspectos de sustentabilidade nos SCG das empresas.

Nenhum artigo em língua portuguesa foi identificado no levantamento. Não obstante o processo de busca tenha sido efetuado por meio de palavras-chaves em língua inglesa, os trabalhos poderiam ser identificados pelo seu resumo em língua inglesa. Esta constatação representa oportunidade para o desenvolvimento de pesquisas nacionais relacionando contabilidade, controle gerencial, estratégia e sustentabilidade.

Este trabalho buscou contribuir para ampliar o entendimento do campo de pesquisa da sustentabilidade corporativa e o seu relacionamento com SCG e MMD das empresas. Além de propor uma estrutura de análise de MMD que pode ser aplicada em futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ACCENTURE. **UN Global Compact - Accenture CEO Study**. Towards a New Era of Sustainability in the Automotive Industry, 2011.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2002.

AMAZONAS, M. C. **O que é economia ecológica**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. (2016), 3p. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/economia/index.php> Acesso em: 23 de fevereiro de 2016.

ANTHONY, R. N.; GOVINDARAJAN, V. **Sistemas de Controle Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2002. 905 p.

BEBBINGTON, J., UNERMAN, J., & O'DWYER, B. **Sustainability accounting and accountability**. New York: Routledge, 2011.

BONACCHI, M.; RINALDI, L. **Dartboards and Clovers as New Tools in Sustainability Planning and Control**. Business, Strategy and the Environment, v. 16, p. 461 – 473, 2007.

BONN, I.; FISHER, J. **Sustainability: the missing ingredient in strategy**. Journal of business strategy, 32(1), 5-14, 2011.

CAMPOS, C. J. G. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**. Rev Bras Enferm, 57(5), 611-4, 2004.

CUMMINGS, S.; DAELLENBACH, U. **A guide to the future of strategy? The history of long range planning**. Long Range Planning, 42(2), 234-263, 2009.

ELKINGTON, J. **Cannibals with Forks: the Triple Bottom Line of the 21st Century Business**. Capstone, Oxford, 1998, 424 p.

ENGERT, S. BAUMGARTNER, R. J. **Corporate Sustainability Strategy: bridging the gap between formulation and implementation**. Journal of Cleaner Production, v. 113, p. 822 – 834, 2016.

EPSTEIN, M.J.; ROY, M.J. **Sustainability in Action: identifying and measuring the key performance drivers**. Long Range Planning, v. 34, p. 585 – 604, 2001.

EPSTEIN, M. J.; WISNER, P. S. **Using a Balanced Scorecard to Implement Sustainability**. Environmental Quality Management, p. 1 – 10, 2001.

FIGGE, F.; HAHN, T.; SCHALTEGGER, S., WAGNER, M. **The Sustainability Balanced Scorecard: linking sustainability management to business strategy**. Business, Strategy and the Environment, v. 11, p. 269 – 284, 2002.

FREEMAN, R.E. **Strategic management: a stakeholder perspective**. Boston, MA: Pitman Publishing Inc, 1984

FREEMAN, R. E.; McVEA, J. **A stakeholder approach to strategic management**. Virginia: Darden Graduate School of Business Administration, 2001, 32 p.

GARCIA, S.; CINTRA, Y. C.; TORRES, R. C. R.; LIMA, F. G. **Corporate Sustainability Management: a proposed multi-criteria model to support balanced decision-making**. Journal of Cleaner Production, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002, 184p.

GOND, J. P.; GRUBNIC, S.; HERZIG, C.; MOON, J. **Configuring Management Control Systems: theorizing the integration os strategy and sustainability**. Management Accounting Research, v. 23, p. 205 – 223, 2012.

HANSEN, E.; SCHALTEGGER, S. **Pursuing Sustainability with the Balanced Scorecard: Between Shareholder Value and Multiple Goal Optimisation**. Centre for Sustainability Management, 2012.

HENRI, J. F. **Management Control Systems and Strategy: a resource-based perspective**. Accounting, Organizations and Society, v. 31, p. 529 – 558, 2006.

HENRI, J. F.; JOURNEAULT, M. **Eco-control: The influence of management control systems on environmental and economic performance**. Accounting, Organizations and Society, 35(1), 63-80, 2010.

JENSEN, M. C. **Value Maximisation, Stakeholder Theory, and the Corporate Objective Function**. European Financial Management, V. 7, p. 297–317, 2001.

KAPLAN, R.; NORTON, D. P. **The Balanced Scorecard: translating strategy into action**. Boston, 1996, 322 p. KRAJNC, D.; GLAVIČ, P. **A Model for Integrated Assessment of Sustainable Development**. Resources, Conservation and Recycling, v. 43, p.189 – 208, 2005.

MERCHANT, K. A.; VAN DER STEDE, W. A. **Management control systems: performance measurement, evaluation and incentives**. Prattice Hall, 2003.

NEELY, A.; GREGORY, M.; PLATTS, K. **Performance Measurement System Design: a literature review and research agenda**. International Journal of Operations and Production Management, v. 15, p. 80–116, 1995.

SAVITZ, A. W.; WEBER, K. **A Empresa Sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007, 288 p.

SCHALTEGGER, S.; BURRIT, R. L. **Sustainability Accounting for Companies: catchphrase or decision support for business leaders?** Journal of World Business, v. 45, p. 375 – 384, 2010.

SIMONS, R. **Performance Measurement and Control Systems for Implementing Strategy: text and cases**. 1ª ed. Englewood: Prentice Hall, 2000. 792 p.

WCED – **World Commission on Environment and Development. Our Common Future**. Oxford University Press, 1987.

## TARGET COSTING: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ARTIGOS PUBLICADOS ENTRE OS ANOS 2006 E 2015

**Laiane Silva Santos**

Faculdade Independente do Nordeste – Vitória da Conquista-BA

**Kleber da Silva Cajaíba**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Vitória da Conquista-BA

**RESUMO:** O presente estudo visou analisar a produção científica sobre *target costing* por meio de um estudo bibliométrico do período entre 2006 e 2015. A amostra foi composta a partir de 130 periódicos, com Qualis/CAPES igual ou superior a B4, dos quais apenas 14 deles publicaram um ou mais trabalhos a respeito do tema. A base de dados foi de 21 artigos científicos. Na análise bibliométrica utilizou-se de estatística descritiva, alinhada à lógica da Lei de Bradford sobre produtividade dos periódicos; de Lotka sobre a produtividade de autores; e, de Zipf sobre frequência de ocorrência de palavras. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa. Os resultados apontaram como autores mais citados: Cooper, Ansari e Slagmulder. O periódico que possuiu maior número de publicações foi a *Brazilian Business Review – BBR*. As palavras-chave mais utilizadas foram custeio alvo, custo alvo e gestão de custos. Houve predominância de pesquisas exploratórias e um equilíbrio entre uso das abordagens quantitativa/empírica e

qualitativa. Pôde-se visualizar que a maioria dos autores publica eventualmente sobre o tema e que a concentração de artigos observada no período foi inferior ao previsto pela Lei de Lotka. Espera-se que os resultados auxiliem pesquisadores interessados a direcionarem suas pesquisas sobre o assunto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bibliometria. Custeio-meta. Gestão de Custos.

**ABSTRACT:** The present study aimed to analyze the scientific production on target costing through a bibliometric study of the period between 2006 and 2015. The sample was composed of 130 journals, with Qualis / CAPES equal to or greater than B4, of which only 14 of them have published one or more works on the subject. The database was 21 scientific articles. In the bibliometric analysis we used descriptive statistics, in line with the logic of the Bradford Law on newspaper productivity; of Lotka on the productivity of authors; and, of Zipf on frequency of occurrence of words. It is a descriptive research, with a quantitative approach. The results pointed out as the most cited authors: Cooper, Ansari and Slagmulder. The journal that had the largest number of publications was the Brazilian Business Review - BBR. The most commonly used keywords were target costing, target cost, and cost management. There was a predominance of exploratory research and



a balance between the use of quantitative / empirical and qualitative approaches. It was possible to visualize that the majority of the authors publishes eventually on the subject and that the concentration of articles observed in the period was inferior to the one predicted by the Law of Lotka. It is hoped that the results will help interested researchers to direct their research on the subject.

**KEYWORDS:** Bibliometrics. Cost-goal. Costs management.

## 1 | INTRODUÇÃO

Hoje utilizado em todo o mundo, o *Target Costing* (TC) surgiu no Japão, em meados da década de 1960, como ferramenta de gestão de custos da empresa Toyota. E, por sua reconhecida eficiência, disseminou-se rapidamente por toda indústria japonesa, alcançando outros países que tinham empresas instaladas naquele país e possuíam as mesmas dificuldades das firmas locais. (BRITO; GARCIA; MORGAN, 2008)

Para Teixeira e Hansen (2001) o *Target Costing* é o custo máximo que se pode incorrer em um produto ou serviço, levando-se em consideração que os clientes determinam um preço máximo de venda e a empresa produtora ou prestadora do serviço deseja certa margem de lucro. Na aplicação do custo-meta, a partir do preço de venda imposto pelo mercado, o produtor deve se adaptar e ajustar seus custos (diminuindo ou aumentando) para alcançar a satisfação das necessidades, desejos ou demandas dos seus clientes e, conseqüentemente, a lucratividade planejada.

O custeio-meta - ou *Genka Kikaku*, em japonês - não teve seu nascimento em meios acadêmicos, sendo concebido e desenvolvido em ambientes empresariais por grandes multinacionais, como: NEC, Sony, Nissan, Sharp e principalmente a já citada Toyota. (FREITAS, 2004).

Mesmo não sendo genuinamente acadêmico, o TC tem sido amplamente utilizado na gestão de custos e estudado na literatura dos negócios. E, conforme Kremer, Uhlein e Dalbello (2016), os acadêmicos que buscam áreas de Contabilidade de Custos como foco em suas pesquisas, encontram problemas para organizarem sua revisão de literatura, por desconhecerem quais autores possuem reconhecida importância no estudo do tema e, conseqüentemente, direcionam a produção científica sobre o assunto. Neste sentido, análises bibliométricas se mostram bastante relevantes.

Kremer *et al* (2016) buscaram realizar um mapeamento da produção científica da grande área: Contabilidade de Custos, através da análise bibliométrica das publicações do Congresso Brasileiro de Custos, entre os anos 2004 a 2013, e gerar pontos de referências que direcionassem novas pesquisas.

Diferentemente, para a elaboração do presente artigo, buscou-se investigar trabalhos que abordassem especificamente a gestão de custos por meio do *Target Costing* (TC), ao invés da área macro Contabilidade de Custos. Foram utilizados artigos publicados entre os anos 2006 e 2015, em periódicos com Qualis/CAPES igual ou superior a B4, na área de avaliação: Administração, Ciências Contábeis e Turismo,

estratificados através da Plataforma Sucupira.

A análise bibliométrica realizada utilizou-se de estatística descritiva, alinhada à lógica das Leis de Bradford sobre produtividade de periódicos, de Lotka sobre a produtividade de autores e de Zipf sobre frequência de ocorrência de palavras. Neste tipo de análise, a contribuição principal é a de parametrizar a gestão da informação e do conhecimento, organizando-os e sistematizando-os (GUEDES; BORSCHIVER, 2005).

Esta pesquisa teve como questão norteadora: Quais as características da produção científica sobre o tema *Target Costing*, ocorrida no período entre 2006 e 2015, publicada em revistas brasileiras de avaliação mínima B4 pelo Qualis/CAPES?

O objetivo do trabalho foi evidenciar as características da produção científica sobre o tema *Target Costing*, ocorrida no período entre 2006 e 2015, publicada em revistas brasileiras de avaliação mínima B4 pelo Qualis/CAPES.

## 2 | REVISÃO DE LITERATURA

A seguir, discorre-se sobre o sistema de classificação Qualis/CAPES. A origem, conceitos, definições, os objetivos, funcionalidade, características e pesquisas sobre *Target Costing* no Brasil.

### 2.1 Sistema de classificação Qualis/ CAPES

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) foi instituída pelo decreto nº 29.741 de 11 de julho de 1951 com o nome Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Criado pelo governo federal, sob coordenação do Ministério da Educação, tem a função de desempenhar a expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu*, que se refere a programas de mestrado e doutorado no país.

Os resultados de avaliações realizadas servem de base para a formulação das políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios).

Para estratificar a qualidade dos trabalhos intelectuais produzidos a CAPES utiliza-se de um sistema de mensuração denominado Qualis. O selo Qualis “afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos e anais de eventos” (INSTITUCIONAL, 2016).

A classificação de periódicos e eventos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero. A área de Ciências Contábeis está classificada no colégio de humanidades, na área das ciências sociais aplicadas: Administração, Ciências Contábeis e Turismo, tendo como coordenadora a professora doutora Eliane Pereira Zamith Brito. (INSTITUCIONAL,

2016).

## 2.2 Origem do *Target Costing*

Para Teixeira e Hansen (2001) o sentido do *Target Costing* é intuitivo e está inculcado na filosofia de vida do homem, sendo o seu conceito básico utilizado em escolhas cotidianas. Ou seja, colocando-se à disposição de um comprador uma gama de opções para aquisição de um item que supra um determinado objetivo, este comprador optará por aquela opção que esteja dentro do seu orçamento. Esta mentalidade, associada a um cenário difícil para a economia japonesa pós-segunda guerra mundial e incorporada aos meios empresariais, teria impulsionado o surgimento do custeio-meta naquele país, durante a década de 1960.

Conforme Teixeira e Hansen (2001), o *Target Costing* (TC) surgiu com base na ideia americana de Engenharia de Valor e originalmente foi aplicado na empresa Toyota com a finalidade de oferecer produtos de qualidade aos consumidores, com preços acessíveis que possibilitassem o consumo.

De acordo com Atkinson (2000), o custeio-meta ganhou notoriedade mundial a partir do início da década de 1980, momento em que sua utilização se expandiu mais fortemente em países como a Alemanha e EUA. Nos Estados Unidos, o custeio-meta está difundido como modelo gerencial, não somente como um método de controle de custo, mas principalmente como uma abordagem abrangente da gestão de custo e de lucro. Empresas como a *Boeing*, *Eastman Kodak*, *Texas Instruments* e *Chrysler* adotaram o custeio-meta nos seus negócios.

No Brasil, trabalhos como os de (Machado, Fiorentin e Scarpin, 2013; Prates, 2014; Ferreira e Machado, 2015; Marques e Rocha, 2015) conotam um aumento recente do interesse empresarial e acadêmico sobre o tema, o que não ocorria no início da primeira década deste século. De acordo com Ono e Robles Junior (2004, p. 69): “No Brasil, não se tem notícia se existe alguma empresa que utiliza o *Target Costing* como Sistema de Gerenciamento de Custos. Existem algumas literaturas que tratam do tema, elaboradas por autores japoneses, como Sakurai e Monden e alguns artigos publicados de autoria do professor Welington Rocha”.

## 2.3 Conceito de *Target Costing*

Segundo Scarpin (2000), O *Target Costing* é um modelo de gestão de lucros e custos, utilizado principalmente para desenvolvimento de novos produtos, ou produtos que sofram alterações em seu projeto, com o intuito de coloca-los no mercado, tendo um preço competitivo, trazendo mais confiabilidade ao retorno do investimento, a um custo aceitável, ditado pelo preço de venda aceito pelos clientes.

Segundo Sakurai (1997) *apud* Cruz e Rocha (2008) a definição sobre o método destaca o TC como sendo um processo estratégico de gerenciamento de custos para reduzir os custos totais, nos estágios de planejamento e de desenho do produto.

Ansari (1997) *apud* Teixeira e Hansen (2001) defende o *Target Costing* como sistema de planejamento de lucros e gerenciamento de custos guiado pelo preço, com foco no cliente. O custeio-meta inicia o gerenciamento de custos para o desenvolvimento de um produto, acompanhando-o durante o seu ciclo de vida, observando toda a cadeia de valor.

Teixeira e Hansen (2001) afirmam que o *Target Costing* é entendido como um processo de gerenciamento estratégico de custos e planejamento de lucros criado e aplicado na fase de projetos para produtos novos ou reprojitados, baseado no preço de venda estabelecido pelo mercado, buscando a satisfação das necessidades do cliente. Além, o TC envolve toda a estrutura organizacional da entidade, considera o ciclo de vida do produto e envolve por completo a cadeia de valor.

Frente a isso, Martins e Rocha (1999, p. 83) afirmam que o custeio-meta “[...]é uma metodologia que objetiva a obtenção de custo máximo admissível de um produto ou serviço para que, dado o preço de venda que o mercado oferece consiga-se o mínimo de rentabilidade que se quer, antes do início da produção”.

Freitas (2004, p. 5) apresenta *Target Costing* como sendo sistema de gestão estratégica de custos e planejamento de lucros centrado principalmente nas fases de pesquisa, desenvolvimento e engenharia do produto que, guiado pelo preço de mercado, tem por finalidade obter o custo máximo aceitável de um produto, de maneira a alcançar uma rentabilidade razoável, satisfazendo clientes, considerando todo o ciclo de vida do produto e envolvendo toda a estrutura organizacional e cadeia de valor da empresa. Portanto, o TC tem como pilar fundamental o preço de mercado, desprezando no primeiro momento a estrutura de custos necessários para a elaboração de um bem ou serviço.

Camacho (2004, p.18) define o custeio-meta como “[...] um processo de gerenciamento de custos por meio do qual se busca o alcance do custo-alvo.” Em síntese o *Target Costing* almeja a interação e harmonização dos diversos setores das empresas, de modo que todos se voltem para o gerenciamento e a otimização dos lucros e custos de produção estabelecidos como máximos, sem que haja o comprometimento da qualidade do produto oferecido.

## **2.4 Funcionalidades do Target Costing**

Hansen (2002) diz que um dos objetivos do TC é o de basilar, ou seja, alcançar o lucro-alvo. O *Target Costing* tem a finalidade de garantir a margem de lucro objetivada pela organização e atender o preço máximo absorvido pelo mercado.

Ainda conforme doutrina do referido autor, o custeio-meta se torna funcional quando se consegue alcançar o lucro estimado, observando os paradigmas de: visão de formação do preço de venda, em que o custo é determinado pelo preço; a promoção de uma completa integração de todos os setores da empresa; a realização de uma análise de custos considerando todo o ciclo de vida do produto visando à otimização

do custo total do consumidor; e, por fim, a otimização do custo total do produto, sem, entretanto, prejudicar a qualidade.

De acordo com Freitas (2004), o *Target Costing* funciona como um processo inverso aos sistemas de custeio tradicionais, pois estes sistemas a priori determinam os custos totais para produção de um bem/serviço, em seguida a sua margem de lucro para somente no final da cadeia produtiva determinar o preço de venda que os produtos assumirão.

Para Teixeira e Hansen (2001, p. 2) “o *Target Costing*, ou custeio-alvo, é o processo, ou sistema, utilizado para se encontrar o custo-alvo”.

Para Cruz e Rocha (2008) os passos para determinação e gestão de um sistema de custeio-meta eficiente podem ser considerados os seguintes: (a) Estabelecimento do custo máximo admissível; (b) Determinação do custo-alvo e (c) Processo de eliminação ou, se necessário, aumento do custo-alvo.

Ainda de acordo com Freitas (2004), o *Target Costing* é um sistema de custeio e de planejamento de lucros que tem como seu principal objetivo a garantia de preços competitivos no mercado consumidor, a garantia de uma margem de lucro que possibilite retorno sobre o investimento realizado e a redução dos custos de produção, desde que estes não comprometam a qualidade dos bens fabricados.

## 2.5 - Pesquisas sobre *Target Costing* no Brasil

Scarpin (2000) alertava no fim do século passado que no Brasil o estudo do custeio-meta era quase nulo. Havia somente livros traduzidos de autores japoneses, notadamente Sakurai e Mondem. Outros livros se dedicavam ao *Target Costing*, mas de maneira muito superficial, como o livro *Contabilidade de Custos*, do autor Eliseu Martins, Editora Atlas. O pesquisador brasileiro que mais estudava o tema era o professor Wellington Rocha, com alguns artigos publicados.

Para Teixeira e Hansen (2001, p. 3): “Hoje na Europa, principalmente na Alemanha, há um grande interesse pelo tema. Entretanto, no Brasil, isto ainda não acontece”.

Ono e Robles Junior (2004, p. 69): “No Brasil, não se tem notícia se existe alguma empresa que utiliza o *Target Costing* como Sistema de Gerenciamento de Custos. Existem algumas literaturas que tratam do tema, elaboradas por autores japoneses, como Sakurai e Mondem e alguns artigos publicados de autoria do professor Wellington Rocha”.

Corroborando as afirmações dos autores supracitados, Rocha, Wienhage e Scarpin (2010), ao estudarem a produção científica sobre custeio-meta e custeio kaizen, encontraram 23 artigos publicados sobre os dois temas, entre os anos 2002 e 2009, no Congresso Brasileiro de Custos. Os resultados da pesquisa apontaram predominância da citação de livros e a quase nulidade de redes de cooperação, o que indicava a existência de poucas publicações científicas no período estudado.

Ferreira e Machado (2015) apontam que apesar de ter surgido na Ásia há

mais de 50 anos, de ser utilizado e estudado em larga escala no ocidente (Europa e EUA) desde a década de 1980, nos países emergentes o *Target Costing* ainda não é amplamente difundido, embora, apresente tendência de crescimento na sua utilização. Ferreira e Machado (2015) ainda indicam que existem empresas que utilizam o TC de forma diferente à relatada na teoria, em contrapartida também reconhecem benefícios não descritos pela literatura.

Embora na primeira década deste século não se tenha como afirmar que houve volumosa utilização prática ou muitas pesquisas científicas no Brasil sobre custeio-meta, trabalhos como os de (Machado, Fiorentin e Scarpin, 2013; Nascimento e Bernardes, 2013; Prates, 2014; Ferreira e Machado, 2015; Marques e Rocha, 2015;) conotam um aumento recente do interesse empresarial e acadêmico sobre o tema.

### 3 | METODOLOGIA

Esse artigo foi construído fundamentalmente por meio de pesquisa bibliométrica. De acordo com Araújo (2006, p. 12), este tipo de análise é pautado “na aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas para descrever aspectos da literatura e outros meios de comunicação (análise quantitativa da informação)”.

O objetivo do estudo bibliométrico é buscar mensurações e indicadores que tenham validade e que contribuam positivamente com a construção do conhecimento (OKUBO, 1997). Segundo Araújo (2006, p. 13), o estudo bibliométrico possibilita a “promoção do controle bibliográfico (conhecer o tamanho e as características dos acervos, elaborar previsões de crescimento, etc.)”.

O presente estudo classifica-se como descritivo, já que procurou realizar “descrição das características de uma determinada população ou fenômeno” (GIL, 2002, p. 42) e também bibliográfico, pois foi realizado “com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Quanto à abordagem, a pesquisa é quantitativa, pois, conforme Richardson (2008, p. 70), “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, [...] às mais complexas [...]”.

Inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica para levantar dados que possibilitassem analisar como o tema *Target Costing* foi abordado nos periódicos qualificados pela Qualis/CAPES, no período entre 2006 e 2015. Para isto, utilizou-se a relação de periódicos da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, disponível por meio eletrônico na internet, através da Plataforma Sucupira, no portal da CAPES.

A amostra foi composta a partir de 130 periódicos, com Qualis/CAPES igual ou superior a B4, dos quais apenas 14 deles publicaram um ou mais trabalhos a respeito do tema. A base de dados foi de 21 artigos científicos, obtidos após a aplicação de filtros com as palavras “*Target Costing*”, “custeio-alvo”, “custeio-meta”, “custo-meta”,



“custo-alvo”, em cada periódico. Fez-se a leitura dos resumos e resultados de todos os artigos. O critério de seleção foi o tema, ou seja, as abordagens das pesquisas constantes da amostra versam sobre a Gestão de Custos, com utilização do *Target Costing*.

Para responder à pergunta de pesquisa e atingir o objetivo do artigo, em consonância ao entendimento de Guedes e Borschiver (2005) sobre bibliometria, houve leitura e tabulação dos dados, através da planilha eletrônica Microsoft Excel.

O processo de identificação das variáveis considerou as seguintes características:

Característica das Variáveis
Número de vezes em que cada autor foi citado;
Palavras-chave mais utilizadas nos trabalhos que compõem a amostra;
Revistas que mais efetuaram publicações no espaço de tempo estudado;
Metodologia adotada para concretização de cada trabalho

Quadro 1: Características das variáveis da amostra

Fonte: Os autores

Para analisar e interpretar os dados utilizou-se de estatística descritiva, alinhada à lógica da Lei de Lotka, com intuito de apurar a produtividade dos autores. As Leis de Bradford e de Zipf, também foram levemente observadas, a primeira na intenção medir a produtividade dos periódicos e a segunda para verificar a frequência de palavras-chave.

A análise de conteúdo foi outra ferramenta utilizada para interpretação dos dados, corroborando a visão de Richardson (1999, p. 224 *apud* Beuren, 2006, p. 137) que “infere que a análise de conteúdo busca compreender melhor um discurso, aprofundar suas características gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas” e extrair os momentos mais importantes [...]”.

## 4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após levantamento dos dados, observou-se, conforme o quadro 2, que a revista que mais publicou sobre o TC, no período, foi a *Brazilian Business Review - BBR* (Edição em português. Online). Essa revista efetuou um total de 4 publicações o que representa 19% do total da amostra, sendo: 1 publicação realizada no ano de 2010 com estrato Qualis B1, 2 publicações no ano de 2014, sendo uma estratificada como A2 e outra em B1 e uma publicação no ano de 2015, classificada no estrato B1.

Revista	Quantidade de artigos publicados
Brazilian Business Review – BBR	4
Contabilidade, Gestão e Segurança	2
ConTexto	2
Custos e Agronegócios Online	2
Revista de Contabilidade e Organizações	2
Ambiente Construído	1
Nucleus	1
Revista Brasileira de Contabilidade e Negócios	1
Revista Contabilidade & Finanças	1
Revista Contemporânea de Contabilidade	1
Revista de Contabilidade da UFBA	1
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)	1
Revista Gestão e Tecnologia	1
ABCustos Associação Brasileira de Custos	1

Quadro 2: Revistas que compõe a amostra

Fonte: Os autores

É possível notar no quadro 2 que outras quatro revistas efetuaram duas publicações, totalizando 40% da amostra, são elas: Revista Contabilidade, Gestão e Governança (2012: B2 / 2015: B2); Revista ConTexto (2010: B3 / 2013: B3); Revista Custos e Agronegócio Online (2013: B1 / 2015: B2) e a Revista de Contabilidade e Organizações (2008: B1 / 2009: B1).

As demais revistas realizaram uma única publicação cada, o que representa individualmente 4,8% da amostra, sendo essas revistas responsáveis por aproximadamente 43% do total das publicações analisadas.

Palavras-Chave	Percentual de menção nos artigos
Custeio-alvo	38%
Gestão de custos	19%
Custo-alvo	19%
Custo-meta	14%
Agronegócio	10%
Custeio-meta	10%
Engenharia de valor	10%
Gestão Estratégica de Custos	10%

Quadro 3: Palavras-chave

Fonte: Os autores

A palavra-chave mais utilizada foi custeio-alvo, sendo utilizada em 8 artigos dentre os 21 estudados, o que equivale dizer que o termo custeio-alvo esteve presente

em 38% dos artigos da amostra, como palavra-chave. Custo-alvo e Gestão de custos foram utilizadas em 4 dos artigos analisados, sendo cada palavra-chave mencionada em 19% dos artigos estudados.

O termo custeio-meta foi utilizado em 3 artigos o que equivale à presença em 14% dos trabalhos da amostra. Outras palavras como: gestão estratégica de custos, engenharia de valor e agronegócio se destacam menos entre as palavras citadas, e cada uma foi utilizada em 2 dos artigos analisados, correspondendo individualmente à aproximadamente 10% do total. Outras palavras também foram utilizadas pelos autores, mas tornam-se pouco relevantes, visto que foram citadas somente uma vez.

Autores Citados	Percentual de citações por autor, em relação ao total de citações da amostra
Cooper	10,18%
Ansari	7,59%
Slagmulder	7,41%
Sakurai	4,11%
Monden	4,02%
Hansen	3,75%
Porter	3,57%
Rocha	3,39%
Cinquini	2,95%
Govindarajan	2,95%
Tenucci	2,95%
Souza	2,59%
Langfied-Smith	2,50%
Camacho	2,41%
Shank	2,41%
Guilding	2,23%
Kaplan	2,23%
Martins	2,23%
Snow	1,96%
Bell	1,88%
Cherhall	1,79%
Milles	1,79%

Quadro 4: Autores Citados

Fonte: Os autores

Observa-se por meio do quadro 4 que o autor mais mencionado nos trabalhos foi R. Cooper, sendo referenciado 115 vezes dentro da amostra, o que equivale a 10,18% das citações feitas. Pode-se chamar atenção também para o autor Ansari, este mencionado 85 vezes, o que equivale a 7,59% do total das citações, o terceiro autor com maior número de citações na amostra analisada é Slagmulder que foi citado 84 vezes, correspondendo assim à 7,41% das menções realizadas nos trabalhos.

Outros autores que merecem menção, são: Monden, com 4,02%, Sakurai mencionado 49 vezes o que equivale a 4,11% das citações, Hansen que foi mencionado 43 vezes nos artigos estudados, o que corresponde a 3,75% das menções e Rocha, com 3,39%, do total de citações.

Objetivo	Descritivo	9
	Exploratório	11
	Explanatório - Descritivo	1
Característica	Bibliográfica	6
	Bibliométrica	1
	Empírica	13
	Teórica	1
Abordagem	Qualitativa	11
	Quantitativa	10

Quadro 5: Análise da Metodologia

Fonte: Os autores

A análise dos dados coletados acerca da metodologia dos arquivos analisados foi subdividida em 3 grupos. Avaliou-se o objetivo, as características e a abordagem metodológica das pesquisas. Observou-se que dos 21 artigos estudados, 52 % foram exploratórios. Segundo Gil (2012, p. 27) as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Dentre os artigos estudados, 9, o que equivale a 43% da amostra, têm como objetivo ser descritivo, que ainda segundo Gil (2012, p. 27), têm como objetivo a descrição das características de determinada população.

Das características dos trabalhos, verifica-se que as pesquisas empíricas correspondem a aproximadamente 62% dos trabalhos, portanto foi desenvolvida em 13, dos 21 artigos estudados. A característica bibliográfica foi aplicada em 6 dos artigos analisados, correspondendo a 29% do universo da amostra.

Quanto à abordagem, dos 21 artigos analisados, 10 possuem abordagem quantitativa o que representa, aproximadamente, 50% da amostra. Para Lakatos e Marconi (2011) *apud* Richardson (1999) as pesquisas quantitativas caracterizam-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

A abordagem qualitativa foi utilizada em 11 dos artigos estudados e representa, aproximadamente, 52% da amostra.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como questão norteadora: Quais as características da produção científica sobre o tema *Target Costing*, ocorrida no período entre 2006 e 2015, publicada em revistas brasileiras de avaliação mínima B4 pelo Qualis/CAPES? O objetivo do trabalho foi evidenciar as características da produção científica sobre o tema *Target Costing*, ocorrida no período entre 2006 e 2015, publicada em revistas brasileiras de avaliação mínima B4 pelo Qualis/CAPES.

Pôde-se observar uma clara concentração de publicações na Revista *BBR* –

*Brazilian Business Review*, as demais revistas ou periódicos apresentaram produção bastante dispersa. Isto leva ao entendimento de que, no período, a *BBR* pode ser considerada a revista mais ativa do Brasil, em publicações relacionadas ao *Target Costing*.

A palavra-chave mais presente foi: custeio-alvo, o que revela o forte uso do termo em português. Mas, mostra também uma relação incoerente do termo escrito “custeio-alvo”, com o conceito de *Target Costing*. Afinal, o TC é uma ferramenta de gestão e não apenas um método de custeio. Apesar de coerências conceituais, pesquisadores interessados em buscar pelo tema devem se ater, principalmente, ao termo custeio-alvo, como palavra-chave de busca e seleção de trabalhos, sem desprezar: custo-alvo, Gestão de Custos e custeio-meta.

Conforme verificado no trabalho de Rocha, Wienhage e Scarpin (2010) e corroborando toda a Revisão de Literatura realizada, Sakurai (japonês, escritor de livro) é o autor com citação mais antiga, sendo referência em diversos trabalhos. Entretanto, os autores mais citados foram Cooper, Ansari e Slagmulder e por isso, há grande propensão de que sejam os autores com produções mais relevantes para entendimento do tema. Característica marcante neste grupo de autores é que todos são estrangeiros, isto sugere uma forte influência da literatura estrangeira sobre os trabalhos brasileiros, o que não pode ser considerada uma surpresa.

Os pesquisadores brasileiros mais citados foram Wellington Rocha, professor da Universidade de São Paulo e diretor-presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, e Jens Erik Hansen, membro da Academia Mineira de Ciências Contábeis, ocupando a cadeira 68. Merece menção o autor Jorge Eduardo Scarpin, professor adjunto da Universidade Federal do Paraná, que produziu três artigos sobre *Target Costing*, no período estudado.

As metodologias das pesquisas têm sido, na última década, predominantemente exploratórias e descritivas, com características bibliográficas e viés empírico/estatístico em 60% dos trabalhos. A abordagem qualitativa esteve presente em, aproximadamente, 50% dos trabalhos pesquisados.

Pôde-se visualizar que a maioria dos autores publica eventualmente sobre o tema e que a concentração de artigos observada no período foi inferior ao previsto pela Lei de Lotka. Por fim, percebe-se que quase metade dos trabalhos estudados foi publicada em periódicos A2 ou B1 e mais de 30% da amostra é recente e data dos anos de 2013, 2014 ou 2015.

O presente estudo não pretende esgotar a discussão, mas, lançar luz sobre o perfil bibliométrico do *Target Costing* no cenário nacional. Espera-se que os resultados auxiliem pesquisadores interessados a direcionarem suas pesquisas sobre o assunto.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Revista Em

**Questão.** Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.

ARAUJO, Elisson Alberto Tavares; SILVA, Wendel Alex Castro. **Pesquisa científica em contabilidade gerencial nos ENANPADs de 2003 a 2008.** *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 6, n. 3 p. 29-44, Jul./Set. 2010.

AVELAR, Ewerton Alex; SANTOS, SANTOS, Thiago de Sousa; RIBEIRO, Livia Maria de Pádua; OLIVEIRA, Clédison Carlos de. **Pesquisa em contabilidade: Uma análise dos estudos empíricos publicados em periódicos nacionais entre 2000 e 2009.** *Revista Universo Contábil*, Blumenau, v. 8, n. 3, p. 06 – 23, Jul./Set. 2012.

BAIOCHI, Salette Verginia Fontana; OLIVEIRA, Neuza Corte de; GONÇALVES, Merguit Neumann; FAIA, Valter da Silva. **Produzir ou não produzir, eis a questão – Um caso de ensino sobre o gerenciamento de custos.** *Contabilidade Vista & Revista*. v. 26, n. 1, p. 123-137, Jan./Abr. 2015.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BIAZEBETE, Célia Martelli; BORINELLI, Márcio Luiz; CAMACHO, Reinaldo Rodrigues. **Análise da aplicação do custeio alvo e do custeio pleno em indústria de confecções: um estudo de caso.** *Revista de Contabilidade e Organizações*. v. 3, n. 5, p. 44-61, Jan./Abril. 2009.

BRITO, Rigel dos Santos; GARCIA, Solange; MORGAN, Beatriz Fátima. **Custeio alvo: utilização do sistema de gerenciamento de lucro pelos fabricantes de veículos automotores com indústria no Brasil.** *Revista de Contabilidade e Organizações*. v. 2, n. 2, p. 71-86, Jan./Abril. 2008.

BRUNI, Adriano Leal; CARVALHO J.; César Valentim de Oliveira; PAIXÃO, Roberto Brasileiro; FIGUEIREDO, Moreno; SILVA J.; José Valdir Garcia. **Percepção de valor e custeio alvo: Um estudo no segmento de móveis planejados.** *Revista de Contabilidade da UFBA*. v. 2, n. 3, p. 35-49, Set./Dez. 2008.

CAMACHO, R. R. **Custeio alvo em serviços hospitalares: um estudo sob o enfoque da gestão estratégica de custos.** São Paulo, 2004. 166 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CAMACHO, R. R. **Custeio-alvo em serviços hospitalares: um estudo sob o enfoque da gestão estratégica de custos.** 2004. 166p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAMACHO, Reinaldo Rodrigues; ROCHA, Wellington. **Custeio-Alvo em serviços hospitalares um estudo sob o enfoque da gestão estratégica de custos.** *Revista Contabilidade & Finanças*. v. 19, n. 47, p. 19-30, maio/agost. 2008.

CARDOSO, R. L. *et al.* **Pesquisa científica em Contabilidade entre 1990 e 2003.** *Revista de Administração de Empresas*, v. 45, n. 2, p. 34-45, jun. 2005.

CARDOSO, Rodrigo dos Santos; BEUREN, Ilse Maria. **O custo meta no desenvolvimento de novos produtos: Um caso em indústria de conserva de pescado.** *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*. v. 8, n. 22, p. 13-22, Set./Dez. 2006.

CHRISTOVÃO, C. E. **Custo-meta.** In: **CONGRESO INTERNACIONAL DE COSTOS**. 7, 2001, Espanha. *Anais...* Espanha, 2001.

CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves; ROCHA, Wellington. **Custeio-alvo: reflexões sobre definições, finalidades e procedimentos.** *Revista Contemporânea de Contabilidade (UFSC)*. v. 1, n. 10, p. 31-51, Jul./Dez. 2008.

DUARTE, Sérgio Lemos; FEHR, Lara Cristina Francisco de Almeida; TAVARES, Marcelo; REIS, Ernando Antônio dos. **Comportamento das variáveis dos custos de produção da cultura do café no período de formação da lavoura.** *Contabilidade Vista & Revista*. v. 24, n. 4, p. 15-33, Out./Dez.



2013.

FERREIRA, Anelisa de Carvalho; MACHADO, Maria João Cardoso Vieira. **Custeio Alvo (Target Costing): Revisão de Bibliografia**. Revista Gestão & Tecnologia. v. 15, n. 1. p. 101-126, Jan/Abr. 2015.

FREITAS, T. A. P. A. **Muito prazer! Target Costing**. In: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4, 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2004.

**Fundação CAPES**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. Atlas, 2012.

GUEDES, Vânia L. S.; BORSCHIVER, Suzana. **Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica**. In: CIFORM – Encontro Nacional de Ciência da Informação, 6, 2005, Salvador. *Anais...* Salvador: ICI/UFBA, 2005. Disponível em: <http://www.feg.unesp.br/~fmarins/seminarios/Material%20de%20Leitura/Bibliometria/Artigo%20Bibliometria%20-%20Ferramenta%20estat%EDstica%20VaniaLSGuedes.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

HANSEN, Jens Erik. **Aplicação do custeio alvo em cursos de pós-graduação lato sensu: um estudo sob o enfoque da gestão estratégica de custos**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2002.

JACOMIT, Ana Mitsuko; GRANJA, Ariovaldo Denis. **Análise crítica da aplicação do custeio-meta no desenvolvimento de empreendimentos de habitação de interesse social**. Ambiente Construído. v. 10, n. 1, p. 143-162, Jan./ Mar. 2010.

KREMER, Jhessica Tamana; UHLEIM, Angélica; DALBELLO, Liliane. **Análise bibliométrica de artigos científicos da área de contabilidade de custos publicados no congresso brasileiro de custos nos anos de 2004 a 2013**. Revista de Contabilidade da Universidade Federal da Bahia. v. 10, n. 1, p. 72-85, Jan./Abr. 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina A. **Metodologia Científica**. 6. Ed. Atlas, 2011.

LORANDI, Joisse Antônio; BORNIA, Antônio Cezar. **Metodologia do custeio-alvo canalizado com o uso do QFD (Quality Function Deployment)**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ. v. 16, n. 2, p. 96-115, Maio/Agost. 2011.

MACHADO, Débora Gomes; FIORENTIN, Marlene; SCARPIN, Jorge Eduardo. **Custeio-meta e engenharia de valor: Análise da percepção de empresas do setor metalúrgico do estado de Santa Catarina**. ConTexto. v.13, n. 25, p. 32-44, set./dez. 2013.

MARQUES, Kelly Cristina Mucio; ROCHA, Welington. **Custeio Alvo e sua Contribuição para a Implementação das Estratégias de Negócio de uma Subsidiária de Origem Asiática**. Contabilidade, Gestão e Governança. v. 18, n. 2. p. 160-180, Maio/Agost. 2015.

MELO, Maurilio; LEONE, Rodrigo. **Alinhamento entre as Estratégias Competitivas e a Gestão de Custos: um Estudo em Pequenas Empresas Industriais do Setor de Transformação**. Brazilian Business Review, [s.l.], v. 12, n. 5, p.78-96, 1 set. 2015.

NASCIMENTO, João Carlos Hipólito Bernardes do; BERNARDES, Juliana Reis; SOUSA, Wellington Dantas de; LANCINI, Simone Piton. **Custeio alvo, ferramenta estratégica de suporte às decisões de produção? Um estudo multi casos no Vale do São Francisco**. Custos e Agronegócio On line. v. 9, n. 3, p. 242-269, Jul/Set. 2013.

OKUBO, Y. **Bibliometric indicators and analysis of research systems: methods and examples**.

Paris, *OECD Science, Technology and Industry Working Papers*, v.1, n. 1, p. 1-70, jan. 1997.

ONO, Koki; Robles J., Antonio. **Utilização do *Target Costing* e de outras técnicas de custeio: um estudo explanatório em municípios de Santa Catarina.** Revista de Contabilidade e Finanças. v. 15, n. Spe, Junho. 2004.

**Plataforma Sucupira.** Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

PRATES, Gláucia Aparecida. **Métodos de Custeio–Alvo (*Target Costing*) e Kaizen (*Kaizen costing*) apoiado por QFD (*Quality Function Deployment*) como ferramentas para redução de custos no desenvolvimento de produtos e na produção.** Nucleus, [s.l.], v. 11, n. 1, p.7-20, 30 abr. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHA, Irani; WIENHAGE, Paulo; SCARPIN, Jorge Eduardo. **Investigação da produção científica relacionada ao custeio-meta e custeio kaizen no período de 2002 a 2009.** ConTexto. v. 10, n. 18, p. 75-86, 2º semestre. 2010.

ROCHA, W. **Contribuição ao estudo de um modelo conceitual de sistema de informação de gestão estratégica.** 1999. 148p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROCHA, W.; MARTINS, E. A. **Custeio Alvo (“*Target Costing*”).** Revista Brasileira de Custos. São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 83-94 – 1º Semestre, 1999.

SCARPIN, Jorge Eduardo. **“*Target Costing*” e sua utilização como mecanismo de formação de preços para novos produtos.** Londrina. 2000. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Norte do Paraná.

SCARPIN, Jorge Eduardo; Pinto, Juliana; Boff, Marinelúcia. **Utilização do *Target Costing* e da previsão de demanda como ferramenta de gestão estratégica de custos na indústria de concreto: Um estudo de caso.** ABCustos Associação Brasileira de Custos, Blumenau, v. 3, n. 1, Jan./Abril. 2008.

SILVA, A. C. R. *et al.* **Uma comparação entre os períodos Revista Contabilidade & Finanças. USP: 1989/2001 e 2001/2004.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 16, n. 39, p. 20-32, set./dez., 2005.

SILVA, Franciny Moizéis da; LUNKES, Rogério João. **Análise dos artigos científicos brasileiros sobre o alinhamento estratégico: um estudo das publicações nos principais eventos de contabilidade no período de 2004 a 2009.** *Enf.: Ref. Cont.*, [s.l.], v. 30, n. 1, p. 35-48, Jan./Abril. 2011.

SOUZA, Marcos Antônio de; FONTANA, Fernando Batista; BOFF, Caroline Dal Sotto. **Planejamento e Controle de Custos: Um estudo sobre as práticas adotadas por empresas industriais de Caxias do Sul - RS.** Contabilidade Vista & Revista. v. 21, n. 2, p. 121-151, Abr./Jun. 2010.

SOUZA, Marcos Antônio de; RASIA, Kátia Arpino; ALMEIDA, Lauro Brito de. **Práticas de gestão estratégica de custos adotadas por empresas brasileiras de segmentos do agronegócio.** Custos e Agronegócio on-line. v. 11, n. 3, Jul./Set. 2015.

SOUZA, Marcos Antônio; HEINEN, Ana Cristine. **Práticas de Gestão Estratégica de Custos: Uma análise de estudos empíricos internacionais.** Contabilidade, Gestão e Governança. v. 15, n. 2. p. 23-40, Mai./Ago. 2012.

VERGARA, S.; **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 4ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, p. 48, 2003.

TAVEIRA, Lis Daiana Bessa; MEDEIROS, Ayrton Wanderley; CAMARA, Renata Paes de Barros; MARTINS, Joana Darc Medeiros. **Uma análise bibliométrica dos artigos científicos em perícia contábil publicados entre os anos de 1999 a 2012.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online), v. 18, n. 2, p. 49 - 64, Mai./Ago. 2013.

TEIXEIRA, Fabrícia Souza; HANSEN, Jens Erik.. **O processo do *Target Costing* no auxílio à Sobrevivência Empresarial: Estudo de Caso Madaso Ltda.** Anais do I Seminário USP de Contabilidade. São Paulo: FEA/USP, 2001.

## TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA E SOCIOMÉTRICA DE PERIÓDICOS INTERNACIONAIS

**Juliano Francisco Baldissera**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Cascavel – Paraná

**Clóvis Fiirst**

Universidade Regional de Blumenau  
Blumenau – Santa Catarina

**Denis Dall Asta**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Cascavel – Paraná

**Udo Strassburg**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Cascavel – Paraná

**RESUMO:** A transparência governamental busca aproximar e criar entendimentos pelos cidadãos das ações do governo, melhorando a qualidade da informação recebida por estes. O objetivo desta pesquisa é analisar a produção científica internacional sobre a transparência governamental por meio de uma análise bibliométrica e sociométrica. Delineou-se esta pesquisa como um estudo descritivo, por meio de procedimentos documentais, sob uma abordagem quantitativa. Os artigos para a análise bibliométrica e sociométrica foram obtidos nos periódicos internacionais na base de dados *Scopus*, abrangendo o período de 2002 a 2016. As pesquisas sobre este tema têm se intensificado nos últimos anos, o que demonstra que esse assunto tem demonstrado

relevância e é importante ser discutido. A maioria das publicações tem se concentrado em poucos periódicos. A sociometria indicou que existem 88 instituições e 126 autores ligados a estes estudos, sendo concentradas nos pesquisadores Albert J. Meijer, Gregory Porumbescu e Stephan Grimmelhuisen. Os principais pontos de discussão estão associados à Transparência das Organizações Públicas, Transparência Fiscal, Governança Eletrônica, Governo Aberto e Lei de Acesso à Informação. Esta pesquisa confirmou as três leis da bibliometria, lei de *Zipf*, *Lotka* e *Bradford*. A transparência é um assunto dinâmico e complexo, envolve a interação entre diversos grupos, ainda precisa ser estudada e discutida, a mesma busca melhorar a eficiência na alocação de recursos, diminuindo a assimetria de informação existente entre os cidadãos e gestor público.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade; Transparência; Divulgação; Bibliometria; Sociometria.

**ABSTRACT:** Government transparency seeks to approximate and create understandings by citizens of government actions, improving the quality of the information received by them. The objective of this research is to analyze the international scientific production on government transparency through a bibliometric

and sociometric analysis. This research was delineated as a descriptive study, through documentary procedures, under a quantitative approach. The articles for bibliometric and sociometric analysis were obtained in international journals in the Scopus database, covering the period from 2002 to 2016. Research on this subject has intensified in recent years, which demonstrates that this subject has shown relevance and is important to be discussed. Most publications have focused on few journals. Sociometry indicated that there are 88 institutions and 126 authors related to these studies, being concentrated in the researchers Albert J. Meijer, Gregory Porumbescu and Stephan Grimmelikhuijsen. The main points of discussion are associated with Transparency of Public Organizations, Fiscal Transparency, Electronic Governance, Open Government and Access to Information Law. This research confirmed the three laws of bibliometry, law of Zipf, Lotka and Bradford. Transparency is a dynamic and complex subject, it involves interaction among several groups, it still needs to be studied and discussed, it seeks to improve efficiency in resource allocation, reducing the information asymmetry between citizens and public managers.

**KEYWORDS:** Accounting; Transparency; Disclosure; Bibliometria; Sociometry.

## 1 | INTRODUÇÃO

A informação é fundamental em um ambiente democrático, já que as ações do governo devem ser transparentes e de conhecimento do povo, permitindo responsabilizá-los, cobrá-los e puni-los pelos atos que não melhorem as condições da sociedade (CROSS, 1953). Dessa forma, é necessário o debate para a compreensão das vantagens e desvantagens da transparência do governo para entender a dinâmica e complexidade deste fenômeno (BANNISTER; CONNOLLY 2011; ETZIONI 2010; GRIMMELIKHUIJSEN; WELCH 2012; MEIJER 2009).

A transparência pode ser definida como a disponibilização de informações de forma contínua para as partes interessadas externas que serve para melhorar sua compreensão sobre o que o governo está fazendo (MEIJER, 2013; PORUMBESCU, 2015). Apesar dos movimentos em direção a transparência, a abertura do setor público ainda é considerada uma condição crítica para a formulação eficiente de políticas e para a distribuição equitativa de recursos (STIGLITZ, 2002).

Existem evidências que comprovam que a divulgação das informações é necessária, mas insuficiente para alcançar os objetivos do governo em termos de uma estratégia efetiva de abertura e transparência, o que poderia ter impacto na eficiência e valor público (LIU; SHRUM, 2002; PIOTROWSKY; VAN RYZIN, 2007). Os governos devem envolver os cidadãos nos processos de controle e governança, tentando entender quem são seus usuários e usuários potenciais, como eles devem ser atendidos e quais informações eles precisam (KIM; LEE, 2012). Assim, a aliança entre a transparência e o controle dos cidadãos pode ajudar a melhorar a alocação e eficiência das ações do poder público.

A transparência aproxima e cria entendimentos pelos cidadãos das ações de

governo (NYE et al., 1997). A confiança dos cidadãos é balanceada pelos níveis de transparência, visto que a falta de divulgação de documentos sobre processos e desempenho do governo suscita a desconfiança da população (BLENDON et al., 1997; BOK, 1997; COOK et al., 2010). Assim, a transparência do governo é construída através de interações complexas entre diversos atores políticos e sociais, dentro do conjunto de regras formais e informais, com a disponibilidade de uma variedade de tecnologias novas e em constante evolução (MEIJER, 2013).

No Brasil, assim como em outras nações, a transparência visa aperfeiçoar o Estado Democrático de Direito, tornando mais clara a atuação dos gestores tanto em âmbito municipal como federal garantindo um direito já exposto no art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988 (BALDISSERA et al. 2017). Nesse sentido, a transparência assume papel fundamental na consolidação democrática e na sustentabilidade macroeconômica, por isso é evidente a importância de se conhecer as produções acadêmicas internacionais em relação a esse conhecimento (ZUCCOLOTTO; RICCIO; SAKATA, 2014).

Dessa forma, considerando a dinâmica, complexidade e as melhorias na gestão pública que a transparência pode fornecer, tem-se como problema de pesquisa: **como se apresenta a produção científica internacionais sobre a transparência governamental?** Considerando o problema de pesquisa proposto, o objetivo da pesquisa é analisar a produção científica internacional sobre a transparência governamental por meio de uma análise bibliométrica e sociométrica.

Este artigo está delimitado a pesquisa nos periódicos internacionais base dados da *Scopus*, restringido nas áreas das ciências sociais, econômicas, econométricas, finanças, de negócios, gestão e contabilidade. A produção observada está compreendida no período de 2002 a 2016, somando o total de 15 anos de publicações, o que permitirá uma análise detalhada e aprofundada da produção relacionada a transparência, possibilitando conhecer as principais discussões sobre este tema.

## 2 | REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 Transparência Governamental

A transparência governamental pode ser definida como a provisão de informações de forma contínua aos *stakeholders* externos de modo que estes possam utilizar para melhorar sua compreensão sobre as ações do governo (MEIJER, 2013; PORUMBESCU, 2015). Por isso, a transparência é considerada de grande valor no governo como meio para reforçar a relação entre a administração pública e seus *stakeholders* externos (CUCCINIELLO; NASI, 2014).

Muitos governos estão adotando a liberdade de informação por lei e divulgando as informações (CUCCINIELLO; NASI, 2014). No entanto, apesar de diversos estudos afirmarem o aumento da transparência em vários graus de extensão e profundidade



(LA PORTE; DEMCHAK; DE JONG, 2002; PINA; TORRES; ROYO, 2010), permanece a questão de quão eficaz é essa transparência (CUCCINIELLO; NASI, 2014).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tem sido ferramentas úteis na melhoria da divulgação das informações prestadas pelo governo, os governos devem utilizar vários recursos de transparência e responsabilidade em seus portais eletrônicos, posto que isso pode aumentar a confiança e legitimidade do público (GANT; GANT, 2002). No estudo realizado por West (2004) sobre o uso da administração em linha e da exposição dos gerentes às questões do governo eletrônico, concluiu que aqueles que visitam *sites* do governo federal aumentaram sua crença de que o governo é efetivo.

Apesar disso, os estudos têm demonstrado que a divulgação de informações é necessária, mas insuficiente, para alcançar os objetivos de um governo e que os cidadãos têm o direito de solicitar a divulgação de mais informações sobre atividades governamentais, se percebem o governo como uma entidade fechada (LIU et al., 2002; PIOTROWSKY, 2007; CUCCINIELLO; NASI, 2014). Entretanto, se percebe que os cidadãos geralmente não estão interessados na definição do processo de tomada de decisão do governo e as decisões são tomadas sem considerar as preferências e as trajetórias requeridas, geralmente sendo conduzidas pelos critérios de eficiência e contenção de custos (CUCCINIELLO; NASI, 2014).

Assim, a participação cidadã indica várias vantagens, tanto para governos quanto para os cidadãos (IRVIN; STRANSBURY, 2004), visto que o envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão estratégica pode melhorar o processo de decisão e produzir benefícios de eficiência para toda a sociedade (BEIERLE, 1999; RANDOLPH; BAUER, 1999). A cooperação dada por essa participação cidadã melhora a condução e escolhas das políticas públicas, mas esta só poderá ocorrer se a transparência permitir (CUCCINIELLO; NASI, 2014).

No estudo desenvolvido por Heald (2006), buscando esclarecer os conceitos e discussões sobre o tema, ele conceitua as direções da transparência em duas dimensões, dimensão vertical (para cima e para baixo) e dimensão horizontal (para dentro e para fora).

A dimensão vertical pode ser visualizada sob os pressupostos da relação entre agente-principal. Assim, a transparência é um mecanismo por meio do qual o principal pode exercer vigilância sobre as ações de um agente. Na dimensão horizontal, as ações dentro da estrutura de vidro deveriam ser observadas por quem está de fora, caracterizando um meio de vigilância eficiente das ações de quem está dentro (HOOD, 2006). Assim, a transparência “totalmente simétrica” ocorreria quando as quatro direções estão simultaneamente presentes (HEALD, 2006).

Apesar de se obter diferentes conceitos a partir dos estudos encontrados na literatura, percebe-se que o significado ainda permanece fluido (ZUCCOLOTTO, 2014). Dessa forma, a transparência não deve ser vista apenas como uma ideia desenvolvida por filósofos, legisladores e funcionários públicos. Mais do que isso, é um objeto que

suscita grandes debates entre políticos, governos, *stakeholders*, jornalistas, cientistas, cidadãos, etc.

A dinâmica complexa dessas interações entre os vários grupos precisa ser estudada para entender as formas específicas de transparência (MEIJER, 2015). A dinamicidade e complexidade fornecida pelo tema sugere a avaliação da produção científica sobre o tema, a bibliometria e sociometria podem ser ferramentas úteis nessa avaliação.

## 2.2 Bibliometria e Sociometria

O conhecimento científico sobre um assunto específico pode ser expandido e desenvolvido a partir dos estudos em geral, este se trata do processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico (SANTOS; LEAL; SILVA, 2014). A bibliometria e sociometria surgem como formas de se avaliar a produção científica sobre um determinado tema.

A bibliometria avalia as produções científicas de áreas específicas (SILVA et al., 2012), por isso se trata de um recurso essencial na difusão da ciência. Esta técnica objetiva medir a influência de pesquisadores ou periódicos, possibilitando traçar o perfil e as tendências, evidenciando áreas temáticas de interesse de determinado assunto, bem como outras características peculiares sobre o assunto (OLIVEIRA et al., 2013).

Já a sociometria analisa os pesquisadores e suas relações por meio de uma representação de um conjunto de nós (atores) e seus laços (relações sociais) (GRANOVETTER et al., 1973). Este método auxilia na compreensão da interação entre pesquisadores e como se desenvolve a geração de conhecimento entre eles (CUNHA; TOIGO; PICCOLI, 2016).

A padronização dos procedimentos em estudos bibliométricos seguem três leis tradicionais: lei de *Lotka*, que parte do pressuposto que há um pequeno número de autores altamente produtivos sobre um assunto e uma grande maioria de autores menos produtivos; lei de *Zipf*, mensura a frequência de palavras, sendo a palavra-chave a que indica o nível de profundidade de discussão de cada assunto; lei de *Bradford*, identifica a dispersão de produção científica em periódicos voltados para determinados temas, visto que os periódicos voltados para um tema, normalmente apresentam publicações de maior qualidade para aquela área (SANTOS; KOBASCHI, 2009).

## 3 | METODOLOGIA

Considerando o objetivo desta pesquisa, foi desenvolvido uma pesquisa descritiva. Optou-se pela estratégia de coleta de dados documentais, já que os artigos foram obtidos a partir da base de dados da *Scopus*. Para abordar o problema de pesquisa, utilizou-se dos métodos quantitativos, visto que estes métodos utilizam instrumental estatístico na coleta e tratamento de dados, mas, não por isso, deixa de abordar de

forma aprofundada os estudos sob análise (RAUPP; BEUREN, 2008).

Para a realização da análise dos artigos publicados sobre a transparência governamental, foi efetuado um estudo bibliométrico e sociométrico. Essa modalidade de estudos permite a aplicação da estatística para a análise de bibliografia, caracterizando-se em um aspecto quantitativo da análise da produção científica (FONSECA, 1986). A análise de redes sociais procura analisar a interação entre autores e entidades, de modo a analisá-los a partir de um único esquema, o qual é representado por meio de figura, o que permite reconhecer tanto autores, como instituições centrais na pesquisa a respeito de determinado tema, evidenciando os respectivos vínculos existentes (WASERMANN; FAUST, 1994).

O universo pesquisado constitui-se dos artigos publicados em periódicos internacionais indexados na base de dados da *Scopus*, na categoria de áreas relacionados à “*Social Sciences*”, “*Economics, Econometrics and Finance*” e “*Business, Management and Accounting*”, compreendendo todas as publicações identificadas na base que contenham em seu título, resumo ou palavras-chave as expressões “*governmental transparency*”, “*government transparency*”, “*fiscal transparency*”, “*public transparency*”, “*political transparency*” e “*policy transparency*” no período de 2002 a 2016, somando o total de 15 anos. A classificação utilizada para definir os mecanismos de busca dos artigos foram escolhidos de acordo com o estudo Zuccolotto, Riccio e Sakata (2014)

O filtro utilizado permitiu obter o total de 240 artigos. A partir da leitura dos resumos, introdução e conclusão destes artigos, foi identificado os artigos com pertinência sobre o tema transparência governamental. Esta seleção permitiu obter a amostra de pesquisa, a qual ficou limitada a 66 artigos.

Como se trata, também, de uma pesquisa bibliométrica, este artigo busca verificar a aplicação das Leis de *Lotka*, de *Zipf e Bradford*, as quais padronizam a análise desse modelo de pesquisa (ARAUJO, 2006).

Feita a leitura dos resumos, introdução e conclusão dos artigos selecionados, adotou-se como estratégia de pesquisa o fichamento adaptado do estudo de Oliveira e Boente (2012), o qual coleta informações a respeito dos autores, sendo a quantidade de autores, instituições vinculadas, ano de publicação periódicos, temas das pesquisas e citações, considerando a quantidade de vezes que o artigo foi citado, conforme a base de dados consultada. Além disso, buscando obter profundidade nas análises realizadas, identificou-se o objetivo, método e principais resultados da pesquisa.

A análise realizada foi feita a partir da tabulação dos dados em planilha eletrônica por meio do *software Microsoft Excel®*, coletando as informações referentes ao título, tema, objetivo, metodologia, principais resultados, ano da publicação, periódico, nome dos autores e vinculação acadêmica e citações dos artigos na referida base.

O desenho das redes sociais foi elaborado através do uso do *software UCINET®* 6, o que possibilitou a formação da representação em forma de figuras da interação entre autores. Efetuou-se a contagem da frequência de palavras, apresentando-a por

meio de uma wordcloud, utilizando-se o *software* NVIVO® 11, o qual permitiu testar os pressupostos da lei de Zipf. Por fim, realizou-se a análise de similitude utilizando o *software* Iramuteq®, a qual baseia-se na teoria dos grafos e possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura da representação (MARCHAND; RATINAUD, 2012).

## 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Publicações e Citações

A análise da quantidade de publicações e citações é importante, visto que permite observar a evolução da produção de pesquisa sobre transparência governamental. A Tabela 1 demonstra o número de artigos por periódico no período de 2002 a 2016.

Periódicos	2002-2004	2005-2007	2008-2010	2011-2013	2014-2016	
<i>Government Information Quarterly</i>			2		3	5
<i>Local Government Studies</i>		1		2	1	4
<i>Public Administration Review</i>				4		4
<i>Public Administration</i>	1			1	1	3
<i>Communication Law and Policy</i>				2		2
<i>International Journal of Public Administration</i>					2	2
<i>International Studies Quarterly</i>	1	1				2
<i>Public Management Review</i>				1	1	2
<i>Revista de Administración Pública</i>				1	1	2
<i>Revista Espacios</i>					2	2
<i>World Development</i>			1	1		2
Demais Periódicos	1	3	3	11	18	36
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>23</b>	<b>29</b>	<b>66</b>

Tabela 1 – Número de artigos por periódico

Fonte: Os autores (2017).

As publicações sobre este tema somaram o total de 66, as quais foram publicadas em 47 periódicos. Observa-se que 36 periódicos contam com apenas uma publicação, por isso que se resumiu na tabela para não a tornar extensa. Entretanto, observa-se que existe uma centralidade maior de publicar no periódico *Government Information Quarterly* com cinco ocorrências. Na sequência, os periódicos *Local Government Studies* e *Public Administration Review* também apresentaram um número mais elevado de publicações (4). Estes periódicos, portanto, se mostram relevantes para as pesquisas sobre transparência governamental, visto que concentraram maior número de pesquisas.

Este resultado confirma os pressupostos da lei de Bradford, em que se percebe uma grande dispersão de estudos sobre o tema, e concentrando um maior número em casos isolados (SANTOS; KOBASCHI, 2009). Outra constatação, é que se observa um aumento no número de pesquisas na área, o que pode ser explicado pela tendência dos governos estarem adotando a liberdade da informação como lei (CUCCINIELLO; NASI, 2014).

De forma exemplificativa, tem-se a Figura 1, a qual demonstra a evolução das publicações sobre transparência governamental e a respectiva quantidade de citações no período de 2002 a 2016.



Figura 1 – Citações x publicações ao ano

Fonte: Os autores (2017).

Percebe-se que existe uma evolução alta no número de pesquisas publicadas a partir de 2012, ainda que não tenha se mostrado constante no número de publicações nestes últimos anos (2012 a 2016). Os anos de 2004 e 2005 não apresentaram estudos sobre o tema. Já os anos de 2013 e 2015, com 12 e 15 publicações, respectivamente, foram os anos com maior discussão e publicação sobre transparência, visto que está se dando maior importância ao tema de 2012 a 2016, com uma média de publicações de 8,2 por ano, enquanto a média de publicação dos anos de 2002 a 2011 foi de 2,1 por ano.

O grande número de pesquisas se justifica pela necessidade de discussão sobre o tema, já que apesar de diversos estudos perceberem o aumento de transparência nos diversos países, tanto em nível nacional como local, ainda permanece em discussão a questão da eficácia que a transparência praticada está provocando, permitindo profundidade (LA PORTE; DEMCHAK; DE JONG, 2002; PINA; TORRES; ROYO, 2010; CUCCINIELLO; NASI, 2014).

No que se refere a quantidade de citações por artigo, tem-se a Tabela 2 a qual demonstra os respectivos artigos e a frequência com que os mesmos são citados.

Titulo do artigo	Autor	Ano	Cit.
<i>Is Transparency the Key to Reducing Corruption in Resource-Rich Countries?</i>	Kolstad, I., Wiig, A.	2009	143
<i>Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries</i>	Alt, J.E., Lassen, D.D.	2006	129
<i>Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government</i>	Bertot, J.C., Jaeger, P.T., Grimes, J.M.	2012	109
<i>Perceptions of transparency of government policymaking: A cross-national study</i>	Relly, J.E., Sabharwal, M.	2009	87
<i>Fiscal Transparency: Concepts, Measurement and UK Practice</i>	Heald, D.	2003	58
<i>International Organizations and Government Transparency: Linking the International and Domestic Realms</i>	Grigorescu, A.	2003	54
<i>The Effect of Transparency on Trust in Government: A Cross-National Comparative Experiment</i>	Grimmelikhuijsen, S., Porumbescu, G., Hong, B., Im, T.	2013	54
<i>E-Government as an Instrument of Fiscal Accountability and Responsiveness: Do the Best Practitioners Employ the Best Practices?</i>	Justice, J.B., Melitski, J., Smith, D.L.	2006	51
<i>Developing and Testing a Theoretical Framework for Computer-Mediated Transparency of Local Governments</i>	Grimmelikhuijsen, S.G., Welch, E.W.	2012	46
<i>The Determinants of Local Government's Financial Transparency</i>	Guillamón, M.-D., Bastida, F., Benito, B.	2011	38
<i>Effects of Transparency on the Perceived Trustworthiness of a Government Organization: Evidence from an Online Experiment</i>	Grimmelikhuijsen, S.G., Meijer, A.J.	2014	37
<i>Fiscal Transparency, Gubernatorial Approval, and the Scale of Government: Evidence from the States</i>	Alt, J.E., Lassen, D.D., Skilling, D.	2002	36
<i>Why is transparency about public expenditure so elusive?</i>	Heald, D.	2012	35
<i>Determinants of corporate social disclosure in Spanish local governments</i>	García-Sánchez, I.-M., Frías-Aceituno, J.-V., Rodríguez-Domínguez, L.	2013	35
<i>Transparency of Intergovernmental Organizations: The Roles of Member States, International Bureaucracies and Nongovernmental Organizations</i>	Grigorescu, A.	2007	34
<i>Understanding the Complex Dynamics of Transparency</i>	Meijer, A.	2013	34
<i>Government transparency and policymaking</i>	Fox, J.	2007	31
<i>Fool the markets? creative accounting, fiscal transparency and sovereign risk premia</i>	Bernoth, K., Wolff, G.B.	2008	27
<i>The institutional, economic and social determinants of local government transparency</i>	del Sol, D.A.	2013	22
<i>Citizens, Legislators, and Executive Disclosure: The Political Determinants of Fiscal Transparency</i>	Wehner, J., de Renzio, P.	2013	19
<i>Budget Transparency in Local Governments: An Empirical Analysis</i>	Caamaño-Alegre, J., Lago-Peñas, S., Reyes-Santias, F., Santiago-Boubeta, A.	2013	13
<i>Big and Open Linked Data (BOLD) in government: A challenge to transparency and privacy?</i>	Janssen, M., van den Hoven, J.	2015	12
<i>A comparison of political, cultural, and economic indicators of access to information in Arab and non-Arab states</i>	Relly, J.E., Cuillier, D.	2010	11
<i>Local government transparency in East Central Europe</i>	Dowley, K.M.	2006	10



<i>Budget Slack, Institutions, and Transparency</i>	Rose, S., Smith, D.L.	2012	10
<i>The impact of functional decentralization and externalization on local government transparency</i>	Cuadrado-Ballesteros, B.	2014	10
<i>Fiscal Transparency: (Why) does your local government respond?</i>	Esteller-Moré, A., Polo Otero, J.	2012	9
<i>Data disclosure and transparency for accountability: A strategy and case analysis</i>	Lourenço, R.P.	2013	9
<i>The impact of open data in the UK: Complex, unpredictable, and political</i>	Worthy, B.	2015	6
<i>New development: Fiscal transparency in China—government policy and the role of social media</i>	Zhang, Q., Chan, J.L.	2013	5
<i>Government Transparency in Historical Perspective: From the Ancient Regime to Open Data in The Netherlands</i>	Meijer, A.	2015	5
<i>Evaluating the role of online data availability: The case of economic and institutional transparency in sixteen Latin American nations</i>	Murillo, M.J.	2015	5
<i>Informing the Masses and Heeding Public Opinion: China's New Internet-Related Policy Initiatives to Deal with Its Governance Crisis</i>	Ding, S.	2009	4
<i>Government transparency and expenditure in the rent-seeking industry: The case of Japan for 1998-2004</i>	Yamamura, E., Kondoh, H.	2013	4
<i>La contribución de las TIC a la mejora de la transparencia administrativa</i>	Cerrillo-i-Martínez, A.	2012	3
<i>Fiscal Transparency, Fiscal Performance and Credit Ratings</i>	Arbatli, E., Escolano, J.	2015	3
<i>Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings</i>	Araujo, J.F.F.E., Tejedo-Romero, F.	2016	3
<i>Shining the Light From the Inside: Access Professionals' Perceptions of Government Transparency</i>	Kimball, M.B.	2012	2
<i>Avaliação, informação e responsabilização no setor público</i>	Ceneviva, R., Farah, M.F.S.	2012	2
<i>Fiscal transparency at the chinese provincial level</i>	Deng, S., Peng, J., Wang, C.	2013	2
<i>Measuring Local Government Transparency</i>	Cruz, N.F., Tavares, A.F., Marques, R.C., Jorge, S., de Sousa, L.	2016	2
<i>Suspicion and Secrecy: political attitudes and their relationship to support for freedom of information</i>	Cuillier, D., Pinkleton, B.E.	2011	1
<i>Freedom of Information Law and Its Application in Indonesia: A Preliminary Assessment</i>	Butt, S.	2014	1
<i>Dificultades de la aproximación de la transparencia como una política de comando y control: experiencia chilena con los municipios</i>	Valdivieso, P., Bernas, J.	2014	1
<i>Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010</i>	Costa Bairral, M.A., Coutinho e Silva, A.H., dos Santos Alves, F.J.	2015	1
<i>Gobierno abierto y transparencia: construyendo un marco conceptual</i>	Sandoval-Almazán, R.	2015	1
<i>Assessing Public Preferences and the Level of Transparency in Government Using an Exploratory Approach</i>	Cucciniello, M., Bellè, N., Nasi, G., Valotti, G.	2015	1
<i>Factors influencing social media use in local governments: The case of Italy and Spain</i>	Guillamón, M.-D., Ríos, A.-M., Gesuele, B., Metallo, C.	2016	1

<i>Citizens' Use of Social Media in Government, Perceived Transparency, and Trust in Government</i>	Song, C., Lee, J.	2016	1
<i>Fiscal transparency puzzle and electoral institutions: applying a 3Ds approach for tracking the action cycle in Egypt</i>	Abdellatif, L., Hassan, M., Youssef, N., Zaky, M.	2016	1
* Os artigos sem nenhuma citação foram excluídos da tabela.			

Tabela 2 – Citações por artigo

Fonte: Os autores (2017).

Neste grande número de pesquisas, existem algumas com maior número de citações e outras com menor, sendo que 16 artigos não apresentaram nenhuma citação. A pesquisa denominada “*Is Transparency the Key to Reducing Corruption in Resource-Rich Countries?*”, publicada em 2009, pelos autores Kolstad e Wiig e obteve 143 citações, sendo a mais citada desta amostra. Esta pesquisa trata sobre o tema corrupção, tem como objetivo analisar os principais mecanismos através dos quais a transparência pode reduzir a corrupção. Os autores concluem que a transparência é ferramenta útil no combate a corrupção, entretanto é insuficiente em si mesmo e precisaria ser complementada por outros tipos de políticas públicas.

Outra pesquisa que também é referência nos estudos desenvolvidos sobre o tema, é a pesquisa intitulada “*Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries*”, dos autores Alt e Lassen, publicada em 2006, com 129 citações. A pesquisa trata sobre as questões que envolvem a transparência fiscal, e analisa se um maior grau de transparência fiscal está associada à menor dívida pública. Concluiu-se que o aumento na transparência fiscal se transforma em um elemento importante para melhorar o desempenho fiscal e que as instituições fiscais realmente afetam os resultados fiscais.

A terceira pesquisa mais citada, é a “*Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government*”, publicada em 2012, dos autores Bertot, Jaeger e Grimes, com 109 citações. Esta pesquisa já aborda sobre a governança eletrônica. O objetivo do trabalho é examinar as formas como os governos desenvolvem as mídias sociais e as tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas iniciativas de transparência do governo eletrônico, para promover a colaboração com os membros do público e as formas em que os membros do público são capazes de empregar as mesmas mídias sociais para monitorar as atividades do governo. Esta pesquisa identifica iniciativas-chave, impactos potenciais e desafios futuros para o governo eletrônico colaborativo como meio de transparência.

Pesquisar sobre o tema da transparência não é comumente um assunto tratado e estabelecido nas discussões da área contábil e afins, mas tem-se percebido que as discussões estão aumentando em períodos mais recentes e por isso estes estudos estão começando a ser mais citados e publicados. Alguns estudos estão se consolidando no número de citações e se tornado referência sobre o tema. As

pesquisas mais citadas que foram publicadas em 2012 e 2013 já tem demonstrado sua importância e demonstram uma das direções que a discussão está tomando. Os principais temas debatidos foram a corrupção, transparência fiscal, governança eletrônica e transparência governamental.

#### 4.2 Redes entre Instituições e Autores

As pesquisas que investigam o tema da transparência governamental têm sido publicadas por diferentes instituições e autores. As instituições envolvidas nos estudos dessa temática somam o número de 88, estando localizadas entre diferentes países, como Portugal, Holanda, Reino Unido, Brasil, Estados Unidos, Dinamarca, Espanha, entre outros.

Diferentes instituições têm formado laços de cooperação para publicações. A rede entre as instituições fica evidente na Figura 2.

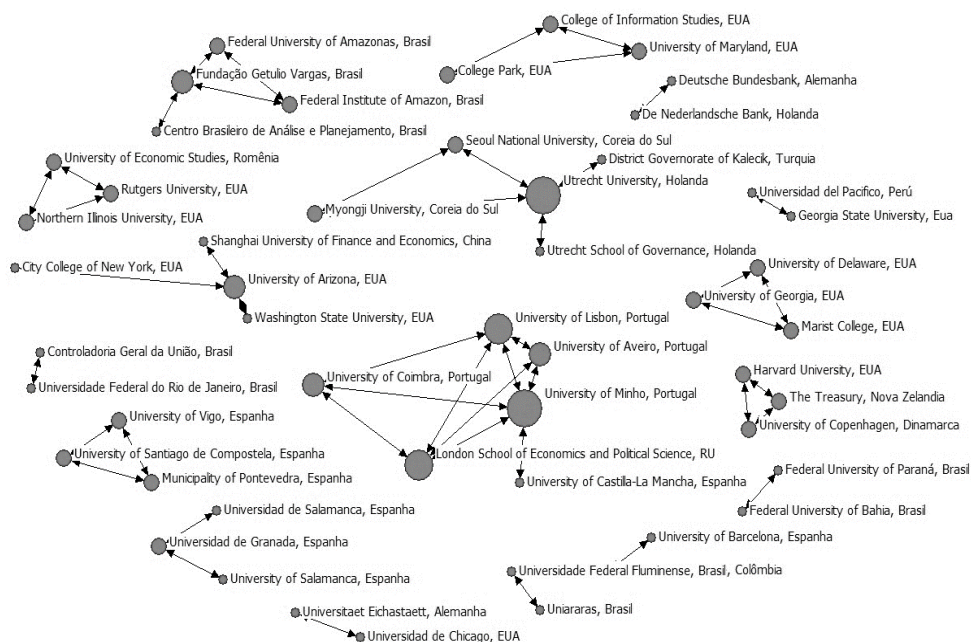


Figura 2 – Rede de cooperação entre instituições

Fonte: Os autores (2017).

Esta rede de cooperação evidencia somente os laços formados, mas apesar de não estar representado, as instituições que não apresentaram nenhum laço, somam o total 36, aproximadamente 40% do total de instituições. Apesar disso, percebe-se que algumas destas tem se destacado e centralizado as redes com as demais, como é o caso da University of Minho de Portugal e a Utrecht University da Holanda.

Apesar de se observar 66 estudos, a rede de cooperação ainda não apresenta muitas ligações, muitas destas se isolam em si mesmas e não alcançam outras instituições. Por isso, além de observar estas redes, é importante identificar a quantidade de laços formados por essas cooperações.

Dentre estas instituições com maior número de laços, percebe-se que algumas delas são representadas por autores seminais sobre o tema. A Utrecht University, da

Holanda, é representada pelos autores Stephan Grimmelikhuijsen e Albert Meijer, os quais já publicaram mais de uma pesquisa e que tem se demonstrado como autores representativos sobre o tema, já que suas pesquisas são bastante referenciadas. Entretanto, a University of Minho, de Portugal, apesar de ter obtido cinco laços, os mesmos são formados por apenas duas pesquisas, e os autores vinculados a estas instituições não são tão representativos como a primeira instituição.

Da mesma forma que é importante analisar a cooperação entre as instituições, os autores também podem ser visualizados a partir de suas redes. Assim, tem-se a Figura 3, a qual demonstra as redes de cooperação entre os autores.

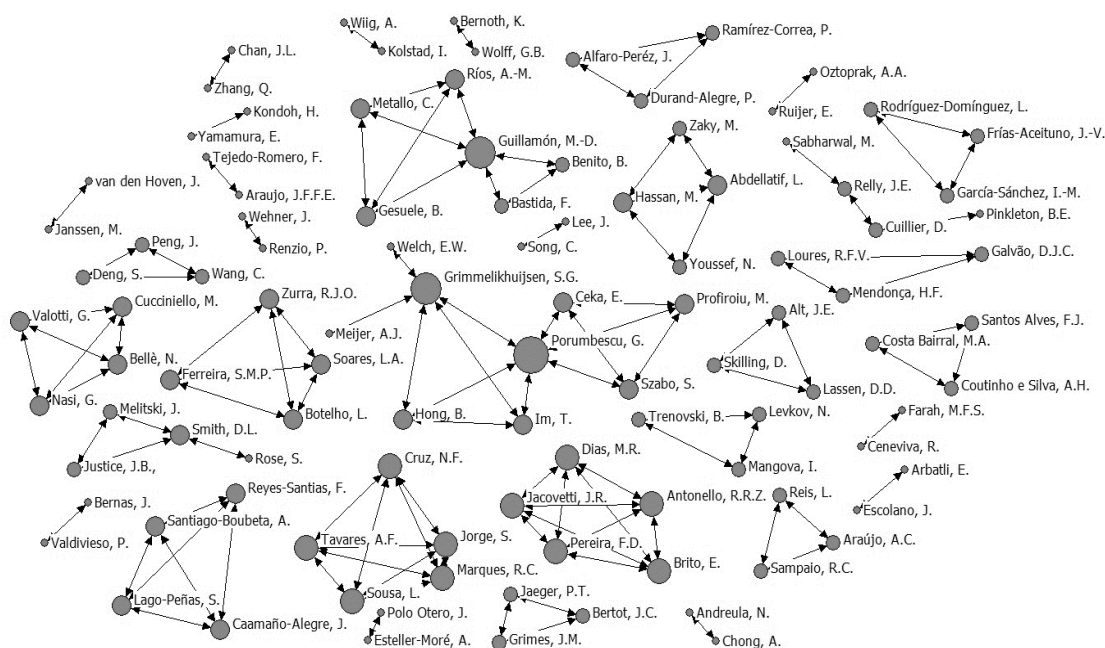


Figura 3 – Rede de cooperação entre autores

Fonte: Os autores (2017).

Na amostra analisada, 126 autores já publicaram pesquisas em periódicos internacionais a respeito da transparência governamental. As redes entre os autores são mais estabelecidas e difundidas do que as instituições, por isso, percebe-se que as mesmas estão mais espalhadas e foram um maior número de laços.

O autor que se mostra com característica de centralidade nas pesquisas sobre transparência governamental é Gregory Porumbescu. Este autor realizou as pesquisas “*The Effect of Transparency on Trust in Government: A Cross-National Comparative Experiment*” em 2013, e a pesquisa “*Linking Objective-Oriented Transparency to Political Leadership and Strategic Planning*” em 2016.

Outro autor representativo nessa amostra e que tem estabelecido mais de uma relação, se mostrando central em algumas pesquisas, é o Stephan Grimmelikhuijsen. O autor está associado a Utrecht University, também com maior quantidade de laços, o que demonstra sua relevância nas pesquisas sobre o tema.

Corroborando com a análise realizada a partir da Figura 3, tem-se a Tabela 3, que demonstra a quantidade destes laços entre os autores.

<b>Autores</b>	<b>Laços</b>	<b>Autores</b>	<b>Laços</b>
Porumbescu, G.	6	Cucciniello, M.	4
Grimmelikhuijsen, S.	5	Dias, M.R.	4
Guillamón, M.-D.	5	Jacovetti, J.R.	4
Tavares, A.F.	4	Jorge, S.	4
Antonello, R.R.Z.	4	Marques, R.C.	4
Brito, E.	4	Pereira, F.D.	4
Cruz, N.F.	4	Sousa, L.	4

Tabela 3 - Quantificação de laços entre autores

Fonte: Os autores (2017).

A Tabela 3 demonstra os autores com maior número de laços. Gregory Porumbescu foi o autor com maior número de laços, somando o total de seis, enquanto Stephan Grimmelikhuijsen e Maria-Dolores Guillamón foram o total de cinco laços, também sendo considerados representativos sobre o tema.

Assim, percebe-se que estes autores estão se estabelecendo como centrais nas pesquisas que discutem a transparência governamental. A Tabela 3 também divulga outros autores, não menos importantes, mas que formaram quatro laços. Além disso, dos 126 autores desta amostra, 22 deles, aproximadamente 17%, não formaram nenhum laço de cooperação nas suas publicações.

Expandido a análise de redes, para confirmar a centralidade de laços e também o número de publicações dos autores que mais produzem sobre o tema, tem-se a Tabela 4, a qual evidencia o número de publicações dos autores.

<b>Autores</b>	<b>Quantidade Publicações</b>	<b>Autores</b>	<b>Quantidade Publicações</b>
Albert J. Meijer	3	David Heald	2
Stephan G. Grimmelikhuijsen	3	Gregory Porumbescu	2
Alexandru Grigorescu	2	James E. Alt	2
Daniel L. Smith	2	Jeannine E. Relly	2
David Cuillier	2	Maria-Dolores Guillamón	2

Tabela 4 – Quantidade de Publicações por autores

Fonte: Os autores (2017).

Os autores que tiveram maior número de publicações foram Albert J. Meijer e Stephan G. Grimmelikhuijsen, o que confirma uma das centralidades percebidas com



a Figura 3. Estes autores têm demonstrado relevância sobre o tema, se mostrando como referência para pesquisas futuras.

Outra constatação observada, é que nem sempre os autores que formam mais laços foram os que tiveram maior número de publicações, já que estas redes de cooperação foram formadas a partir de tão somente um artigo. Por isso, justifica-se analisar além da rede de cooperação, também o número de laços estabelecidos.

Esses resultados podem confirmar a lei de *Lotka*, a qual estabelece que a maior produção ocorre nas mãos dos que publicam pouco e que poucos publicam muito (Araujo, 2006), visto que apenas 11 autores, 8% do total, publicaram mais do que uma pesquisa. Esta análise permite que futuras pesquisas sobre este tema possam visualizar alguns autores que mais discutem sobre o tema, indicando um autor de referência.

### 4.3 Áreas Temáticas

A análise dos temas é importante de se verificar visto que demonstra os principais pontos de discussão que tem sido abordado sobre as pesquisas que envolvem a transparência. Dessa forma, tem-se a Tabela 5, a qual divulga estes temas, e a quantidades de publicações respectivas.

Tema do artigo	Quantidade de Publicações	%
Transparência das Organizações Públicas	22	33,85%
Transparência Fiscal	16	24,62%
Governança eletrônica	4	6,15%
Governo Aberto	3	4,62%
Lei de Acesso à Informação	3	4,62%
Corrupção	2	3,08%
Orçamento	2	3,08%
Transparência	2	3,08%
Transparência Eletrônica	2	3,08%
Acesso à informação	1	1,54%
Controle da Gestão Pública	1	1,54%
Governança	1	1,54%
Regulação e Transparência	1	1,54%
Responsabilidade social corporativa	1	1,54%
Tecnologias da Informação e Comunicação	1	1,54%
Transparência das Organizações Intergovernamentais	1	1,54%
Transparência Financeira	1	1,54%
Transparência Política	1	1,54%
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>100%</b>

Tabela 5 – Temas abordados

Fonte: Os autores (2017).





transparência estão relacionadas aos aspectos de transparência governamental, a informação, características políticas e aspectos fiscais. Esse resultado confirma as palavras-chave utilizadas e os temas centrais de cada pesquisa, demonstrando também em que aspectos que se relaciona a transparência.

Além disso, a Figura 4 permite confirmar a hipótese trazida pela lei de Zipf, já que foi possível observar que com a frequência de palavras que mais se repetiram, são os temas centrais de discussão do assunto.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar a produção científica internacional sobre a transparência governamental por meio de uma análise bibliométrica e sociométrica no período de 2002 a 2016 na base de dados *Scopus*. Por meio de uma pesquisa descritiva, abordando o problema de forma quantitativa, utilizando-se de procedimentos documentais, alcançou-se o objetivo proposto.

O estudo conclui que os debates têm se intensificado nos últimos anos, visto a necessidade de se perceber as vantagens e desvantagens da transparência do governo, além de explorar e entender melhor a complexidade deste fenômeno (BANNISTER; CONNOLLY 2011; ETZIONI 2010; GRIMMELIKHUIJSEN; WELCH 2012; MEIJER 2009). A transparência demonstra seu valor, e reforça a relação entre a administração pública e seus cidadãos (CUCCINIELLO; NASI, 2014).

As pesquisas estão concentradas em 36 periódicos. O periódico de maior destaque e publicações foi o *Government Information Quarterly*, com cinco publicações, seguido pelos periódicos *Local Government Studies* e *Public Administration Review*, com quatro publicações cada um. Esta pesquisa confirma os pressupostos da lei de Bradford, visto que se percebeu uma grande dispersão de estudos sobre o tema, concentrando um maior número de pesquisas em periódicos específicos (SANTOS; KOBASCHI, 2009).

Apesquisa com maior número de citações foi “*Is Transparency the Key to Reducing Corruption in Resource-Rich Countries?*”, publicada em 2009, pelos autores Kolstad e Wiig conteve 143 citações. Essa pesquisa tem se mostrado como uma referência, contribuindo nas discussões posteriores sobre a transparência. Pesquisar sobre o tema da transparência não é comumente um assunto tratado e estabelecido nas discussões da área contábil e afins, mas já percebe-se que o número de trabalhos aumentou nos últimos anos, inclusive trabalhos de grande relevância como as pesquisas: “*Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries*” e “*Promoting transparency and accountability through ICTs, social media, and collaborative e-government*”.

Diversas instituições estiveram envolvidas nestas pesquisas, ao todo, somaram o número de 88 instituições, sendo localizadas em diferentes países. Das instituições ligadas aos autores que pesquisaram sobre transparência, 60% delas estabeleceu redes de cooperação. A University of Minho de Portugal e a Utrecht University da

Holanda, foram as duas instituições que centralizaram maior número de cooperações (5 laços).

Da mesma forma, 126 autores publicaram pesquisas em periódicos internacionais a respeito da transparência. O autor Gregory Porumbescu foi o que centralizou o maior número de cooperações (6 laços) com demais pesquisadores, por isso tem se mostrado um importante pesquisador neste tema. Outro autor de destaque, é Stephan Grimmelikhuijsen, associado à Utrecht University, que se mostrou presente em mais de um pesquisa, formando 5 laços. Corroborando com esta análise, tem-se que os autores que tiveram maior número de publicações foram Albert J. Meijer e Stephan G. Grimmelikhuijsen, com três publicações cada um. A análise realizada sobre os autores permitiu confirmar também a lei de *Lotka*, já que o maior número de produções ocorreram com aqueles que publicam pouco e que poucos publicam muito (Araujo, 2006).

No que se refere ao tema das pesquisas, as questões de maior discussão são a Transparência das Organizações Públicas (33,85%), Transparência Fiscal (24,62%), Governança Eletrônica (6,15%), Governo Aberto (4,62%) e Lei de Acesso à Informação (4,62%). Percebeu-se que a discussão tem tratado sobre a relação entre os gestores públicos e cidadãos, as TIC como ferramentas de divulgação das informações e os avanços legais que normatizam e estabelecem regras para a transparência (GANT; GANT, 2002; CUCCINIELLO; NASI, 2014). Além disso, a *Wordcloud* e a análise de similitude permitiu confirmar a Lei de Zipf, demonstrando os aspectos centrais de discussão e como eles se associam (SANTOS; KOBASCHI, 2009).

Portanto, a transparência é um assunto dinâmico e complexo, envolve a interação entre diversos grupos e ainda precisa ser estudado e discutido, nos seus diferentes contextos, sempre observando a realidade que se busca explicar, já que a mesma almeja melhorar a eficiência na alocação de recursos, diminuindo a assimetria de informação existente entre os cidadãos e gestor público (CUCCINIELLO; NASI, 2014; BAIRRAL; SILVA; ALVES, 2015; MEIJER, 2015).

Este estudo preenche uma lacuna no tema relacionado à transparência ao apresentar os principais autores, principais instituições, linhas de pesquisa e a quantidade de produção elencada no período, uma vez que outros estudos não fizeram a análise das produções científicas sobre este tema. Essa pesquisa restringe-se a expressar as características deste determinado grupo que se desejou conhecer o que limita a análise, a características desse conjunto dos artigos selecionados, não representando outras realidades.

Percebeu-se que a produção e discussões estão aumentando, a transparência tem se tornando ponto de interesse e está sob o olhar de diversos pesquisadores, sugere-se acompanhar a evolução destes estudos em pesquisas futuras, além de mudar a abrangência de estudos a serem considerados, como os publicados em congressos, outras bases e também em periódicos nacionais. Outra sugestão é realizar uma revisão teórica sobre a tema, o que pode permitir maiores detalhes dos

debates sobre a transparência.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em questão**, v. 12, n. 1, 2006.
- BALDISSERA, J. F.; FIIRST, C.; DEFAVERI, I. R.; FOLADOR, E. L. Transparência na gestão pública: aplicação da LAI no município de Cascavel sob a abordagem da Teoria Contingencial. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 4, n. 1, p. 47-62.
- BANNISTER, F.; CONNOLLY, R. The trouble with transparency: a critical review of openness in e-government. **Policy & Internet**, v. 3, n. 1, p. 1-30, 2011.
- BEIERLE, T. C. Using social goals to evaluate public participation in environmental decisions. **Review of Policy Research**, v. 16, n. 3-4, p. 75-103, 1999.
- BLENDON, R. J.; BENSON, J. M.; MORIN, R.; ALTMAN, D. E.; BRODIE, M.; BROSSARD, M.; JAMES, M. **Changing attitudes in America**. In Why people don't trust government, Nye, J; Zelikow, P. K.; King, D. C. Harvard University Press, 1997.
- BOK, D. **Measuring the performance of government**. In Why people don't trust government, Nye, J; Zelikow, P. K.; King, D. C. Harvard University Press, 1997.
- Cross, H. L. **The people's right to know: Legal access to public records and proceedings**. Columbia University Press. 1953.
- COOK, F. L.; JACOBS, L. R.; KIM, D. Trusting what you know: Information, knowledge, and confidence in Social Security. **The Journal of Politics**, v. 72, n. 2, p. 397-412, 2010.
- CUCCINIELLO, M.; NASI, G. Transparency for trust in government: How effective is formal transparency?. **International Journal of Public Administration**, v. 37, n. 13, p. 911-921, 2014.
- CUNHA, P. R.; TOIGO, L.; PICOLLI, M. R. Produção Científica sobre Comitê de Auditoria: uma análise bibliométrica e sociométrica de periódicos internacionais. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 8, n. 1, 2016.
- ETZIONI, A.. Is transparency the best disinfectant?. **Journal of Political Philosophy**, v. 18, n. 4, p. 389-404, 2010.
- FONSECA, E. N. **Bibliometria: teoria e prática**. São Paulo: Cultrix, 1986.
- GANT, D. B.; GANT, J. P. **Enhancing e-service delivery e-government series, state web portals: delivering and financing e-service: Pricewaterhouse Coopers endowment**. 2002.
- GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American journal of sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.
- GRIMMELIKHUIJSEN, S. G.; WELCH, Eric W. Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. **Public administration review**, v. 72, n. 4, p. 562-571, 2012.
- HEALD, D. **Varieties of transparency**. Oxford University Press for The British Academy, 2006.
- HOOD, C. **Transparency in historical perspective**. Oxford University Press, 2006.

- IRVIN, R. A.; STANSBURY, J. Citizen participation in decision making: Is it worth the effort?. **Public administration review**, v. 64, n. 1, p. 55-65, 2004.
- KIM, S.; LEE, J. E-participation, transparency, and trust in local government. **Public Administration Review**, v. 72, n. 6, p. 819-828, 2012.
- LA PORTE, T. M.; DEMCHAK, C. C.; DE JONG, Martin. Democracy and bureaucracy in the age of the web: empirical findings and theoretical speculations. **Administration & Society**, v. 34, n. 4, p. 411-446, 2002.
- LIU, Y.; SHRUM, L. J. What is interactivity and is it always such a good thing? Implications of definition, person, and situation for the influence of interactivity on advertising effectiveness. **Journal of advertising**, v. 31, n. 4, p. 53-64, 2002.
- MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française (septembre-octobre 2011). **Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles. JADT**, v. 2012, p. 687-699, 2012.
- MEIJER, A. Understanding modern transparency. **International Review of Administrative Sciences**, v. 75, n. 2, p. 255-269, 2009.
- MEIJER, A. Understanding the complex dynamics of transparency. **Public Administration Review**, v. 73, n. 3, p. 429-439, 2013.
- MEIJER, A. Government transparency in historical perspective: from the ancient regime to open data in the Netherlands. **International Journal of Public Administration**, v. 38, n. 3, p. 189-199, 2015.
- NYE, J. S.; ZELIKOW, P.; KING, D. C. **Why people don't trust government**. Harvard University Press, 1997.
- RANDOLPH, J.; BAUER, M. Improving Environmental Decision-making Through Collaborative Methods. **Review of Policy Research**, v. 16, n. 3-4, p. 168-191, 1999.
- SANTOS, M. E.; LEAL, E. A.; SILVA, D. A. Produção Científica em gestão de custos em hospitais uma análise nos principais eventos acadêmicos na área contábil no período de 2007 A 2011. **RAHIS**, V. 11, n. 1, p. 42-57, 2014.
- SANTOS, R. N. M.; Kobashi, N. Y. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Tendências da Pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 155-172, 2009.
- SILVA, A. P. F.; NASCIMENTO, A. N.; PINHO, M. A. B.; FALK, J. A. Estudo bibliométrico sobre custo em organizações da construção civil: contribuições do congresso brasileiro de custo de 1996 a 2010. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**, Bento Gonçalves, RS, Brasil, 19, 2012.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Contábeis. In I. M. Beuren (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. (3a. ed). São Paulo: Atlas, 2008.
- OLIVEIRA, E. K. F; BOENTE, D. R. Análise bibliométrica da produção científica recente sobre contabilidade gerencial. **Revista Organizações em Contexto-online**, v. 8, n. 15, p. 199-212, 2012.
- OLIVEIRA, S. C. M.; SOUSA BARBOSA, E.; REZENDE, I. C. C.; SILVA, R. P. A.; Lbuquerque, L. S. Bibliometria em artigos de contabilidade aplicada ao setor público. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**, Uberlandia, MG, Brasil, 20, 2013.

PINA, V.; TORRES, L.; ROYO, S. Is e-government leading to more accountable and transparent local governments? An overall view. **Financial Accountability & Management**, v. 26, n. 1, p. 3-20, 2010.

PIOTROWSKI, S. J.; VAN RYZIN, G. G. Citizen attitudes toward transparency in local government. **The American Review of Public Administration**, v. 37, n. 3, p. 306-323, 2007.

PORUMBESCU, G. A. Using transparency to enhance responsiveness and trust in local government: Can it work?. **State and Local Government Review**, v. 47, n. 3, p. 205-213, 2015.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: Methods and applications**. Cambridge university press, 1994.

ZUCCOLOTTO, Robson. **Fatores determinantes da transparência do ciclo orçamentário estendido: evidências nos estados brasileiros**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ZUCCOLOTTO, R.; RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G.. Characteristics of scientific production on governmental transparency. **International Journal of Auditing Technology**, v. 2, n. 2, p. 134-152, 2014.



## TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA: APLICAÇÃO DA LAI NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL SOB A ABORDAGEM DA TEORIA CONTINGENCIAL

**Juliano Francisco Baldissera**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Cascavel – Paraná

**Clóvis Fiirst**

Universidade Regional de Blumenau  
Blumenau – Santa Catarina

**Ivan Rafael Defaveri**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Cascavel - Paraná

**Everton Luiz Folador**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Cascavel - Paraná

**RESUMO:** Este trabalho teve como objetivo avaliar as ações adotadas pela gestão pública municipal de Cascavel ao efetivo cumprimento da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011), quanto à transparência ativa e passiva, sob a abordagem da Teoria Contingencial. Este estudo classifica-se como descritivo, estudo de caso e qualitativo, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas. Além disso, utilizou-se como base o Questionário LAI Social (TCE/PR, 2014) publicado por esse Tribunal. O município de Cascavel não cumpre a LAI, estando classificado em 35º de 69 municípios do *ranking*, apresentando um grau de transparência de 28,02%. A Teoria Contingencial foi utilizada para observar a sua influência na implementação da LAI. Observou-

se que os fatores contingenciais, estratégia e tecnologia, se mostram mais evidentes no desenvolvimento da lei. No entanto, é necessário observar a realidade de cada município, buscando um equilíbrio entre as variáveis, mas devendo ter atenção quanto às variáveis tecnologia e estratégia, as quais são fundamentais à implementação da LAI.

**Palavras-chave:** Transparência; Lei de Acesso à Informação; Teoria Contingencial.

**ABSTRACT:** The objective of this study was to evaluate the actions taken by the municipal public administration of Cascavel to effectively comply with the Law on Access to Information - LAI (Law 12,527 / 2011), regarding active and passive transparency, under the Contingency Theory approach. With regard to the typology of study, it is classified as descriptive, case-study and qualitative. As a research instrument, the choice of semi-structured interview was chosen. In addition, the LAI Social Questionnaire (TCE / PR, 2014) published by this Court was used as a basis. It was identified that the municipality of Cascavel has not been sufficiently fulfilling the law, according to the LAI ranking (TCE / PR, 2014), it is classified in the 35th position, of a sample of 69 municipalities, that aimed to evaluate the degree of Active and passive transparency, achieving a percentage of transparency of 28.02%, which can be

considered deficient. The Contingency Theory was used to observe its influence in the implementation of LAI. It was observed that the contingency factors, strategy and technology, are more evident in the development of the law. However, it is necessary to observe the reality of each municipality, seeking a balance between variables, but should be aware of the variables technology and strategy, which are fundamental to the implementation of LAI.

**KEYWORDS:** Transparency; Law of Access to Information; Contingency theory.

## 1 | INTRODUÇÃO

A cultura da transparência se faz presente no cenário atual do Brasil. Com a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei Federal nº 12.527/2011, houve a regulamentação na gestão pública, que evidenciou de forma indireta os conceitos referentes à transparência ativa e passiva.

Segundo a Controladoria Geral da União [CGU] (2013), transparência ativa pode ser conceituada como a divulgação de informações à sociedade por iniciativa do setor público, independente de requerimento, utilizando principalmente a internet. Contudo, nem todas as informações podem ser viabilizadas de forma ativa, situação a qual surge o conceito da transparência passiva, que caracteriza a divulgação de informações públicas em atendimento às solicitações da sociedade (CGU, 2013).

A transparência na gestão pública é um procedimento a longo prazo, suas mudanças devem ocorrer gradativamente, pois até então a cultura identificada no Brasil era de tratar a informação com sigilo (ALVES, 2012). Nesse sentido, a mudança de paradigmas não é fácil de ser trabalhada na administração pública, visto que se faz necessário um período de tempo para que se torne eficaz nas suas concepções.

Assim como acontece no ambiente privado, existem fatores contingenciais que também podem influenciar na administração. Nesse sentido, foi utilizada a Teoria Contingencial para explicar quais fatores afetam a implementação da LAI no setor público municipal.

Na análise dos fatores contingenciais que podem afetar a administração de uma entidade, algumas variáveis têm maior destaque, são elas: ambiente, tecnologia, estrutura organizacional, porte e estratégia. Essas são as variáveis que esse estudo buscou identificar no ambiente público municipal em relação à implementação da LAI. A partir da evolução vista na administração pública, percebe-se a mudança de concepções adotadas por esta – desde o modelo patrimonial, depois para o estilo burocrático e, atualmente, o gerencial. Dessa forma, assim como a forma de administrar mudou, também as contingências que afetam a administração são outras. A informação tratada como pública é uma das características adotadas na estratégia da administração pública gerencial para a formação de um novo Estado, que se caracteriza, basicamente, por meio da administração *a priori*, ou seja, o controle por meio de resultados.

Desde a vigência da LAI, a partir de 16 de maio de 2012, os municípios não vêm cumprindo de forma efetiva com o que está disposto na lei, conforme é visualizado pelas auditorias realizadas pelos órgãos do controle externo, pois ainda existe muita dificuldade por parte desses em disponibilizar as informações à sociedade, com agilidade, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Entretanto, mesmo com a regulamentação, com a elaboração de regras, de diretrizes, de deveres e de direitos para o acesso à informação, o que é visto, atualmente, é que os municípios não vêm seguindo o que está disposto na lei (PARANÁ, 2014). Nesse sentido, esse trabalho justifica-se pela necessidade da avaliação da transparência ativa e passiva no município de Cascavel, no Paraná. Essa pesquisa busca proporcionar uma oportunidade para verificar o efetivo cumprimento da LAI, como a gestão pública do município está trabalhando em relação à transparência e, além disso, de que forma as políticas públicas adotadas estão direcionadas ao desenvolvimento da transparência na cidade de Cascavel.

A pesquisa é relevante por levantar evidências através da teoria contingencial, no sentido de descobrir os fatores dificultadores que afetam a implementação da LAI em municípios, visto que os municípios são responsáveis por vários serviços finalísticos à sociedade, e recebem de forma “*topdown*” (de cima para baixo) a implantação de procedimentos.

Dentre as pesquisas realizadas na área, destacasse a do Professor DaMatta (2011), onde percebe-se que há grande movimento em curso de abertura e conscientização sobre a transparência no setor público. Tem-se preocupação com o mau uso das informações pelo público, com a má interpretação ou com a descontextualização das informações, bem como com as práticas adotadas na gestão de informações, as quais são bastante diversificadas, observando-se, ainda, que o poder executivo já dispõe de sistemas de informações e bancos de dados modernos, processos digitalizados, sistemas e vários canais de comunicação com a sociedade. No entanto, essa não é uma característica observada em todos os municípios, uma vez que, para outros, essa implementação ainda está no papel e, além disso, nota-se a preocupação quanto ao custo que envolve a efetivação do acesso à informação, principalmente com pessoal qualificado, destinado exclusivamente para a manutenção do atendimento de solicitações e de aspectos contingenciais.

Outro estudo é o de Paiva e Zuccolotto (2009), que buscaram identificar quais são os fatores determinantes da transparência na gestão pública dos municípios brasileiros, evidenciando o nível de transparência fiscal, dividindo em alto, médio e baixo, obtendo os seguintes percentuais, respectivamente: 9,71%, 19,88% e 70,41%. Fica exposto, portanto, um baixo índice de transparência nos municípios, onde apenas 9,71% conseguiram se enquadrar no nível alto de transparência, conforme os parâmetros da pesquisa.

Entretanto observa uma lacuna de pesquisa que necessita ser explorada no sentido de contribuir para o entendimento dos fatores contingenciais que podem

afetar a implantação da LAI e ainda contribuir com a continuidade da pesquisa na área temática com o uso de teorias organizacionais.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa foi estabelecido como problema de pesquisa: *como o município está cumprindo com as obrigações dispostas na Lei de Acesso à Informação, quanto à Transparência Ativa e Passiva, e quais os fatores contingenciais afetam a implementação da Lei?* Dessa forma, esta pesquisa tem por objetivo avaliar as ações adotadas pela gestão pública municipal ao efetivo cumprimento da Lei de Acesso à Informação, quanto à Transparência Ativa e Passiva, sob a abordagem da Teoria das Contingências.

Através desse objetivo buscará observar a realidade do município quanto à observância da Lei nº 12.527/2011, tendo em vistas os cinco fatores contingenciais que afetam na implementação da lei.

O presente estudo está delimitado a cidade de Cascavel, observando-se tão somente a Prefeitura do município, órgão do poder Executivo. Para avaliar a transparência ativa foi observado o portal eletrônico do município, enquanto que para avaliar a transparência passiva observou-se documentos como a legislação, procedimentos internos e respostas aos pedidos de informação. Os aspectos contingenciais foram analisados tendo em vista as entrevistas com os gestores públicos selecionados. A pesquisa foi realizada nos anos de 2014 e 2015.

## **2 | REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 Acesso à informação**

O acesso à informação pública tornou-se evidente a partir da publicação da Constituição Federal (1988), por meio do artigo 5º, inciso XXXIII, em que foi garantido a todos os cidadãos. Foi possível observar que o país buscava caminhar em direção a uma cultura que fortalecesse a transparência da gestão pública, em que fosse possível o controle social pelos cidadãos a partir das informações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O legislador buscou retomar o termo do acesso à informação em outro momento da Constituição, ainda no artigo 5º, inciso XIV, “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”.

O acesso à informação pode ser entendido como um direito básico de todo o cidadão, sendo, portanto, dever do governo que as informações existentes sejam compreensíveis pelos cidadãos para que a participação destes seja possível no governo, isto é, para que ocorra o controle social (Stiglitz, 1999). Nesse sentido, não basta a apresentação de dados para os cidadãos, é necessário que esses sejam compreensíveis e passíveis de utilização pelo cidadão.

A transparência, enquanto prática de governança pública, deve representar toda a atividade realizada pelos gestores públicos, de tal forma que possibilite aos

cidadãos o acesso e a compreensão daquilo que está sendo realizado pelos gestores governamentais (CRUZ; SILVA; SANTOS, 2009).

De acordo com o manual da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a informação como uma forma de participação do cidadão na formulação das políticas públicas é o que deve prevalecer, portanto, é imprescindível que esses assumam um papel na formulação de políticas (OCDE, 2002). A participação dos cidadãos, aliada à melhoria da transparência governamental, tende a reduzir consideravelmente a assimetria de informação e, conseqüentemente, os abusos cometidos por autoridades governamentais.

A informação pública é uma necessidade para a realização de um governo popular que realmente atende aos interesses do povo e visa desenvolver as concepções do *new public management*.

## 2.2 Teoria Contingencial

Diante das incertezas que podem ser observadas na gestão de uma empresa é possível identificar diversos fatores que interferem a tomada de decisões de cada entidade, sendo, portanto, pressupostos da Teoria Contingencial. Guerra (2007) apresenta que a melhor forma de gerir as empresas requer profunda análise das características das situações que se apresentam para elas.

A Teoria da Contingência enfatiza que nas organizações tudo é relativo, tudo depende de algo (CHIAVENATO, 2004). Essa teoria diz que não existe a maneira ideal de se administrar ou a melhor escolha, pois o ambiente interno e externo afeta diretamente nessas escolhas, de modo que seja possível observar diversas variáveis a serem consideradas e tendo em vista todos esses cenários, a empresa deve buscar adaptar a sua realidade às escolhas e optar pelo rumo que seja mais vantajoso.

Esta teoria considera que a administração será tanto mais eficaz quanto maior a capacidade de seus membros em escolher a forma adequada a cada tipo de situação que seja apresentada (CHIAVENATO, 1979). Por meio desse pressuposto, é possível observar que as contingências não são presentes tão somente na gestão da entidade privada, ela também está inserida na gestão da administração pública, tendo em vista que também precisa fazer escolhas e dar continuidade em suas políticas (MOLINARI; GUERREIRO, 2004).

No estudo dessas contingências, identifica-se diversas variáveis que influenciam nas escolhas de cada entidade, os quais são diferentes para cada tipo de organização. A administração pública, por exemplo, encontra diferentes fatores que a afetam, mas também apresenta fatores em comum com entidades privadas. Dessa forma, alguns fatores são comumente elencados na literatura, como por exemplo, o ambiente, a estratégia, o porte, a tecnologia, a estrutura e os estágios do ciclo de vida organizacional

Os fatores contingenciais podem ser variáveis tanto internas, como, por exemplo, a estrutura, o tamanho e a estratégia, quanto externas, como a globalização dos

mercados, os avanços tecnológicos, o aumento de concorrência e a complexidade de arranjos produtivos que podem modelar características específicas da empresa em determinado momento (JUNQUEIRA, 2010). Esses fatores são identificados de maneira interna e externa à empresa a partir de cada realidade, alterando-se com o passar do tempo e dos diversos cenários econômicos.

No Brasil, a implementação da Lei de Acesso à Informação é um desafio enfrentado pelos entes políticos, pois a realidade de cada município, estado ou país, é diferente. Portanto, as suas dificuldades não são as mesmas, mas, ainda assim, observa-se fatores comuns entre eles, os quais podem ser compartilhados e, por isso, é importante realizar o estudo da teoria contingencial aplicado a entidades públicas.

Chiavenato (2004) postula que, como a organização é um sistema aberto, ela mantém transações e intercâmbio com seu ambiente. Isso faz com que tudo que ocorre externamente no ambiente passe a influenciar internamente o que ocorre na organização. Portanto, essa realidade é, de certa forma, observada na administração pública, ao passo que a sociedade exige políticas públicas eficientes e efetivas, bem como o cenário econômico de um país afeta a gestão dessa administração.

Diferentemente do fator contingencial ambiente, a estrutura é um fator controlável pela empresa. Essa variável é associada, normalmente, ao grau de descentralização da organização. Dessa forma, um maior grau descentralizador conduz a uma estrutura orgânica, já um menor grau gera uma estrutura mecânica.

Assim como a estrutura, o fator interno estratégia é, também, controlável. Na análise desse fator, autores como Porter (1986) e Mintzberg (1995) defendem duas classificações: estratégias conhecidas como genéricas, abordadas na Teoria da Administração, e outras denominadas de grupos estratégicos de empresas da Economia Industrial. Sendo assim, é importante observar o modelo atual da administração pública brasileira, o gerencial, e buscar conhecer e adaptar as teorias mencionadas nesse modelo atual de gestão.

Outra variável que pode ser considerada é o porte. No Brasil é comum avaliar essa variável de acordo com o faturamento operacional bruto da entidade (ESPEJO, 2008). Dessa forma, a partir desses dois entendimentos, seja pelo número de funcionários ou pelo faturamento, tem-se as realidades observadas nas entidades públicas. O faturamento, mesmo que não esteja intrinsecamente relacionado à finalidade dessas entidades, também é observado a partir das receitas de tributos, de contribuições, patrimoniais, entre outras.

A tecnologia também se apresenta como um fator contingencial, a qual pode ser analisada sobre dois aspectos: o primeiro avalia a tecnologia da informação presente na empresa e o segundo analisa a tecnologia aplicada na manufatura dos produtos da empresa (ESPEJO, 2008). No contexto da gestão da coisa pública percebe-se que a aplicação se dá sobre o primeiro aspecto, principalmente, pois é por meio da tecnologia da informação que a entidade pública traduz o seu dia a dia.

Junto à necessidade de dar transparência às informações, há a necessidade



de meios eficazes que instrumentalizem esse processo de disponibilização desses dados. Dessa forma, a tecnologia de informação é de suma importância para facilitar a implementação da LAI, com a disponibilização imediata das informações por meio da internet, por exemplo.

Em outra vertente, Chiavenato (2012) estabelece que a tecnologia se desenvolve nas organizações por meio de conhecimentos acumulados e desenvolvidos sobre o significado e a execução de tarefas e por suas manifestações físicas, constituindo um complexo de técnicas usadas na transformação dos insumos recebidos pela empresa em resultados.

Tendo em vista o desafio da implementação de uma gestão transparente, é importante observar as melhores práticas diante desse contexto pelo qual estão inseridos os entes políticos. Assim, a Teoria Contingencial apresenta os fatores que surgem diante dessas incertezas e ajuda na escolha das melhores decisões para essas mudanças. Para tanto, se faz necessário o estudo e a compreensão dessa teoria pelos gestores públicos na implementação da transparência, facilitando a compreensão das variáveis envolvidas para, então, reconhecer os dispêndios necessários a essas mudanças.

### **3 | METODOLOGIA**

Os objetivos dessa pesquisa exigiram adotar um delineamento de pesquisa adequado. Assim, essa pesquisa classifica-se como descritiva, utilizando-se das técnicas de um estudo de caso, tratando-se os resultados e a solução do problema de forma qualitativa.

Os resultados obtidos na pesquisa foram descritos conforme as características do tema, as disposições da LAI e a abordagem contingencial. Esse estudo tem como base a pesquisa do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (PARANÁ, 2014), que apresentou uma pesquisa em relação aos níveis de transparência nos municípios do estado, incluindo, portanto, a cidade de Cascavel.

Optou-se por esse modelo devido às características da pesquisa, pelo fato de que foi aplicado o estudo no município de Cascavel – PR, em que se observou as características que esse município apresenta quanto à Lei Federal nº 12.527/2011 e aos aspectos contingenciais que afetam a sua implementação, onde permitiu reconhecer a realidade e avaliar as ações do município em observância a LAI e aos aspectos relacionados à abordagem contingencial.

Como instrumentos de pesquisa optou-se pela utilização de entrevista semiestruturada, de forma que fosse possível obter contribuições positivas para essa pesquisa qualitativa e responder à questão de pesquisa e alcançar os objetivos específicos. Esse tipo de entrevista se caracteriza por um conjunto de perguntas ou questões definidas em um roteiro flexível em torno de um ou mais assuntos do interesse de uma pesquisa para elucidação do objeto (TRIVINOS, 1995).

Portanto, a utilização deste instrumento foi útil para coletar a percepção do Secretário de Assuntos Jurídicos e dos agentes responsáveis pelos setores de informática e do controle interno, sujeitos envolvidos com a transparência no município, buscando observar os procedimentos adotados, aspectos contingenciais, planejamentos e concepções adotadas pelo poder executivo.

Para a análise da Transparência foi utilizado o “Questionário LAI Social - Avaliação da Métrica dos Sítios e Portais dos Municípios”, com métrica própria do TCE-PR, utilizado na pesquisa do LAI SOCIAL, que avaliou 69 municípios do Paraná. Esse questionário resultou no *ranking* da LAI e contou com 35 questões fechadas, divididas em três grupos: Transparência Ativa, Transparência Passiva e Requisitos do Site (PARANÁ, 2014).

Dessa forma, visualizando os níveis de transparência obtidas por meio do Questionário LAI Social e da entrevista aplicada, buscou-se, também, observar os aspectos contingenciais que afetam a implementação da LAI no município, buscando, portanto, apresentar uma pesquisa que não se restringisse tão somente na transparência do município, avaliando-a sob a abordagem da Teoria Contingencial.

Sob este enfoque, elaborou um constructo (Quadro 1) em que é possível observar as categorias de análise, definições, aspectos analisados e autores que fundamentaram cada análise.

<b>Categoria de análise</b>	<b>Definição</b>	<b>Aspectos analisados</b>	<b>Autores</b>
Transparência Ativa	A divulgação de informações à sociedade por iniciativa do próprio setor público, que se antecipa e torna pública as informações, independente de requerimento, utilizando principalmente a Internet.	Regulamentação da LAI; Informações mínimas obrigatórias.	Lei nº 12.527 (2011); CGU (2013); Alves (2013)
Transparência Passiva	É a divulgação de informações públicas em atendimento às solicitações da sociedade.	Serviço de Informação ao Cidadão (virtual e presencial); Procedimentos de atendimento às solicitações.	Lei nº 12.527 (2011); CGU (2013)
Ambiente	A organização é um sistema aberto, ela mantém transações e intercâmbio com seu ambiente, isso faz com que tudo que ocorre externamente no ambiente passe a influenciar internamente o que ocorre na organização.	Órgãos de controle externo; cobrança da sociedade organizada e geral; momento político e econômico; restrições legais; necessidades da população.	Chiavenato (2004)
Tecnologia	Conhecimento acumulados e desenvolvidos, constituindo um complexo de técnicas usadas na transformação dos insumos em resultados.	Tecnologia atual; softwares e hardwares utilizados; fluxo de informações; atualização das informações; integração e compartilhamento de dados; qualidade informação; profissionais capacitados.	Espejo (2008); Chiavenato (2012)
Estrutura	Associada ao grau de descentralização da organização	Descentralização cargos/ funções; projetos/programas/ ações; contratação e exonerações; estrutura atual.	Porter (1986); Mintzberg (1995)

Estratégias	Conjunto de mudanças competitivas e abordagens que os gestores públicos executam para atingir o melhor desempenho da instituição.	Estratégias atuais; projetos desenvolvidos; boas-práticas; efeitos das estratégias; interesse público.	Porter (1986) e Mintzberg (1995)
Porte	Relação de tamanho de um município considerando a receita bruta e seus habitantes.	Características municípios maior/menor porte.	Espejo (2008).

Quadro 1 – Constructo

Fonte: Os autores (2016)

As limitações que podem prejudicar os resultados da pesquisa são observadas nas características das informações, nos dados disponíveis, nas condições operacionais e no viés de interesse dos entrevistados. Algumas das limitações para o presente estudo pode ser a característica das informações, metodologia adotada, dados disponíveis, condições operacionais e viés de interesses dos entrevistados. Entretanto, o cuidado no desenvolvimento do estudo e a atenção aos aspectos metodológicos, permitem que os resultados sejam confiáveis.

## 4 | APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Transparência

#### 4.1.1 *Transparência ativa*

A regulamentação da LAI nos municípios é uma exigência obrigatória destes entes políticos, com esta regulamentação é que será possível dar viabilidade a esse direito. O município de Cascavel ainda não cumpre com essa exigência. Uma das justificativas por ainda não ter elaborado se deve ao fato de que ainda é necessário preparar melhor a estrutura para atender a essa demanda. O entrevistado apresenta que está buscando preparar um setor para atendimento, funcionários capacitados e treinamento necessário.

As informações dos órgãos e das entidades públicas devem ser disponibilizadas a todos, independentemente de solicitação, de modo imediato. O art. 8º da Lei nº 12.527/2011 estabelece que “é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”.

Fica claro, portanto, que as informações de sua competência devem estar disponíveis em local de fácil acesso, buscando atender ao princípio da publicidade e de modo que não dificulte o acesso. Na divulgação dessas informações do art. 8º, a própria LAI, nos incisos do §1º desse artigo, estabelece as informações mínimas que devem ser divulgadas, como registro de competências, estrutura institucional, repasses, transferências, despesas, receitas, licitações, contratos, dados gerais para

o acompanhamento de programas, ações, projetos, obras, entre outras.

Tendo em vista essas exigências da lei, no município observou-se que quanto ao conteúdo institucional, ações e programas, convênios, termos aditivos de contratos, diárias, relatórios de viagem não estão sendo apresentadas de forma adequada no portal do município. No entanto, quando as informações relacionadas ao acompanhamento da gestão fiscal, financeira e orçamentária, receitas e despesas, licitações e contratos estão sendo divulgadas.

No portal do município não é disponibilizado a remuneração, subsídios, auxílios, ajuda de custo e outras vantagens recebidas pelos seus servidores, e não divulga-se em detalhes os formatos utilizados para a estruturação da informação, nem garante autenticidade das informações disponíveis para acesso.

Dos itens avaliados pelo Questionário LAI Social observa-se que o município não atende muito dos quesitos apresentados, se mostrando, portanto, deficiente quanto ao cumprimento da transparência ativa, principal meio de acesso a informações pelos cidadãos, e também em relação à transparência passiva.

Primeiramente, umas das medidas necessárias que o município deve adotar é a regulamentação da LAI, o que pode mudar a realidade da gestão pública. Percebe-se que o município vem atendendo às disposições quanto ao conteúdo institucional, conteúdo financeiro e orçamentário, informações de licitações e ações programas, apresentando *link* que remetem a cada um desses itens. No entanto, em muitos desses casos as informações se mostram deficientes, não apresentando da forma que deveria ser dada, de modo disperso, de difícil acesso e pouco detalhada.

Quanto às informações mínimas, à identificação das informações relevantes sobre processos licitatórios e aos contratos administrativos, observa-se que elas são apresentadas no portal da transparência, bem como as informações relevantes sobre acompanhamento de gestão fiscal/financeira e orçamentária do município. Nesse sentido, observa-se que não existe *link* específico para o Portal de Acesso à Informação, o entrevistado justifica que é devido à questão de estrutura e do contrato com empresa terceiriza de tecnologia, que impossibilita a implantação efetiva do acesso à informação no *site* do município.

Portanto, conclui-se que a informação base está no portal da transparência, porém, não está em linguagem acessível. A ferramenta de busca está ineficiente. O sistema depende da empresa terceirizada, porém demora para fazer as adequações e as atualizações necessárias. Isso demonstra que a cultura do sigilo ainda é um desafio a ser superado.

#### *4.1.2 Transparência passiva*

A transparência passiva é fundamentada na Lei nº 12.527/2011 que é caracterizada quando a informação não está disponível de forma imediata, sendo necessária a requisição por meio de pedido ao órgão ou à entidade pública. O art. 9º, dessa lei, traz

que é necessário a criação de um Serviço de Informação ao Cidadão (SIC).

Percebe-se, portanto, a necessidade de criação de um serviço de informações ao cidadão, que nada mais é senão uma ferramenta de viabilizar o acesso e formular um pedido. Portanto, o SIC pode ser de modo virtual (e-SIC) ou presencial, a diferença dos dois é que o primeiro se dá por meio da formulação de um pedido com o auxílio da internet e o segundo por meio do próprio órgão ou entidade, *in loco*.

Quanto ao e-SIC, a prefeitura de Cascavel não dispõe de uma ferramenta adequada para solicitar um pedido de informação. No entanto, apesar de não ter uma ferramenta legítima para o pedido *online*, o entrevistado afirmou que atualmente esses pedidos são feitos por meio do “Fale Conosco” e o “Fale com o Prefeito”. No entanto, o Tribunal de Contas não considera esse meio adequado para dar o acesso a informações.

Dessa forma, entende-se que o e-SIC não está disponível, não é de fácil acesso independente do estágio de navegação do usuário, não tendo orientação de como obter a informação em meio físico, não apresenta formulário específico para a formulação do pedido. Não atende as exigências da lei.

Quanto ao SIC – presencial, a prefeitura de Cascavel apresenta local próprio para recepcionar os pedidos de acesso à informação. O pedido, no município, é feito por meio do Protocolo Geral situado no paço municipal, o qual possui formulário próprio para os pedidos de acesso à informação. Ainda que este não seja o mais adequado, pois não fica claro que é através desse local que é possível realizar um pedido de informação.

Foram realizados dois pedidos de informações, um no meio presencial e outro através do *site* do município. Observou-se que a prefeitura de Cascavel respondeu aos dois pedidos dentro do prazo, atendendo, portanto, às exigências da lei, que estabelece que a informação deve estar disponível de modo imediato, ou quando necessário, dentro do prazo de 20 dias, podendo ser prorrogados por mais dez.

Nesse caso, percebeu-se que os pedidos presenciais na prefeitura estão melhor formalizados, no entanto, o pedido *online* ainda merece atenção pelo município, tendo em vista que ainda se mostra deficiente. Portanto, no que diz respeito à transparência passiva, ela se mostra deficiente em diversos momentos, principalmente no sistema de informação aos cidadãos, tanto o presencial quanto o eletrônico.

Em relação às dificuldades para implantação da Lei de Acesso à Informação, alega-se, basicamente, falta de tecnologia de informação necessária para viabilizar o acesso, em que seria possível por meio de um sistema operacional apropriado. Outra justificativa é a falta de pessoal qualificado que possa atender a esses pedidos, devido à complexidade que apresentam, a prefeitura ainda precisa de pessoal específico para esse trabalho, pois dos muitos que já estão trabalhando com encargo, estão com excesso de carga de trabalho.

Os dados obtidos demonstram que a transparência passiva se mostra mais deficiente que a ativa, os gestores devem dar importância ao critério de transparência,

pois em muitos casos essa é a única forma de permitir o acesso à informação. Os gestores públicos devem dar importância a essa forma de transparência, pois em muitos casos essa é a única maneira de acesso à informação.

Tendo em vista o *ranking* geral publicado pelo TCE/PR (Paraná, 2014), que avaliou 69 municípios do estado do Paraná quanto à transparência ativa e passiva, Cascavel ficou na posição 35º do *ranking*, atingindo um grau de transparência de 28,02%, uma nota que pode ser considerada baixa para os parâmetros da lei. Essa posição e o grau de transparência do município reflete o que foi visto no Questionário LAI Social, uma vez que, em poucas ocasiões, o município conseguiu atender às exigências dispostas na lei.

Além de Cascavel é preciso observar a situação crítica dos outros municípios, somente três cidades conseguiram atingir uma média de transparência acima de 50%. Esse resultado pode ser característica de que o interesse público dos gestores não está alinhado com a necessidade de implementar a lei. Mas também pode ser devido à falta de clareza estabelecida na Lei nº 12.527/2011, a qual estabelece que a informação deve ser pública na maioria dos casos, mas não informa como deverá ser feito e, em alguns momentos, foge do que pode se considerar razoável.

Estes resultados corroboram com os estudos de Paiva e Zuccolotto (2009) e DaMatta (2011), visto que a transparência se mostrou frágil quanto a sua efetivação, não se percebeu as práticas adotadas na gestão das informações, e ainda que o poder executivo tenha sistemas de informações e banco de dados, não estão atendendo aos requisitos de divulgação e transparência de forma adequada, resultando em um índice baixo de transparência.

A teoria contingencial pode explicar algumas variáveis que afetam o processo de implementação da LAI, uma vez que considera que o ambiente, a tecnologia, a estrutura, a estratégia e o porte são fatores que afetam a tomada de decisão de um gestor, ou então, as próprias mudanças.

## 4.2 Teoria Contingencial

### 4.2.1 Ambiente

Os órgãos de controle externo, a sociedade em geral e a sociedade organizada tem ganhado força na cobrança por transparência, principalmente os tribunais de contas, poder legislativo e ministério público. A sociedade em geral está tomando conhecimento do seu direito e está participando mais na gestão pública do município, mas ainda não participa tanto em audiências públicas e na prestação de contas do município à câmara legislativa. A sociedade organizada, normalmente, atua mais que os próprios cidadãos, os observatórios sociais se mostram mais presentes nesse caso

O cenário econômico e político atual vem afetando de maneira direta e indireta o município. A crise econômica que afeta o mundo, também se mostra presente no Brasil, interferindo nos repasses que vinham sendo feitos pelos órgãos federais ao município,



o que limita a atuação municipal, dificultando o atendimento a todas as demandas, inclusive no que diz respeito à implementação da lei de acesso à informação.

Um dos entrevistados afirma que: “os recursos são limitados, no entanto as necessidades são ilimitadas”. Há a preocupação de aplicação de forma adequada dos recursos recebidos, buscando-se sempre fazer bom uso do dinheiro público, mas nem sempre esses valores são suficientes.

Considerando o fator contingencial ambiente, observou-se que a atuação dos órgãos de controle externo, população e a sociedade organizada no controle da gestão pública, afetando a implementação da LAI, fazendo com que haja uma preocupação por parte dos gestores e de autoridades públicas com a transparência, o que tem se mostrado como uma força para estruturação da transparência no município.

O que limita a atuação municipal é que os recursos são limitados, mas as necessidades são ilimitadas, o que se mostra ainda mais presente no cenário econômico atual. Há a necessidade de diminuir os gastos públicos, mas os serviços finalísticos à sociedade não podem perder qualidade e devem buscar uma abrangência suficiente para atender a maioria das demandas da população.

#### 4.2.2 Tecnologia

O porte tecnológico atual da prefeitura foi observado de forma diferente para os entrevistados, onde alguns o consideraram como forte, outros como fraco, isso pode se dever ao fato da realidade com que cada um enfrenta em suas atividades.

Tendo em vista a utilização mais eficiente e os benefícios dessas mudanças, os entrevistados apresentaram a mesma concepção. Os respondentes ressaltaram que é preciso sempre buscar novas tecnologias e manter-se atualizado tanto em *software* como em *hardware*. Foi apresentado, também, que é necessário melhorar os processos internos da prefeitura, haja vista que existem muitos processos manuais, o que exige mais tempo, trabalho e dedicação. Essa foi uma das respostas obtidas que se apresentou muito importante, pois também está ligada à implementação da LAI. O responsável pelo departamento de informática considera que a implementação da LAI só se tornará efetiva quando todos os processos a ela relacionados estiverem sendo feitos de forma automatizada e eletronicamente. Um exemplo disso, é que o atual *software* (Governança Brasil GovBR) utilizado não atende todas essas demandas.

A atualização das informações disponibilizadas na *internet* depende de cada tipo de informação. Os entrevistados apresentaram que não há um prazo certo para a frequência que elas são atualizadas no portal do município, o que depende é a característica da informação. Isso foi, inclusive, uma das deficiências observadas pelo Questionário LAI Social, onde constatou-se que muitas informações não vinham sendo atualizadas.

Percebeu-se que uma das grandes dificuldades do município na implementação da LAI é a existência dos processos não automatizados no sistema, o qual vem

limitando a atuação. Atualmente existem opções que podem atender a essas demandas, uma delas seria o Programa Brasil Transparente da CGU, que oferece apoio à implementação da LAI e ao incremento da transparência pública, além de ceder o código fonte do sistema eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), o que poderia suprir umas das deficiências observadas quanto à transparência passiva pelo Questionário LAI Social.

Quanto ao pessoal responsável pela transparência do município, os respondentes consideram que esse pessoal tem conhecimento suficiente a respeito de tecnologia, pois para cada setor existem agentes de cargo elevado e reputação considerável para cumprir com esse encargo. Além disso, foi apresentado que o departamento de informática não atua diretamente com a LAI, no entanto, também concentra esforços para atender às demandas existentes. Assim, considera-se que existe influência desse pessoal para a implementação da LAI, pois o conhecimento sobre tecnologia é uma característica fundamental desses responsáveis.

Na prefeitura de Cascavel observa-se que não existe capacitação específica para a implementação e a manutenção da LAI, somente para o sistema como de forma geral.

Os entrevistados consideram que não existe necessidade de aquisição de um *software* especializado, que poderia se tornar um gasto desnecessário, pois eles acreditam que existe a possibilidade de adaptar o sistema atual. Apesar de os respondentes terem firmado essa posição, observa-se que existe grande deficiência para atender à transparência ativa e passiva, essa constatação corrobora com o estudo de DaMatta (2011), que também identificou que não é a falta de banco de dados que dificulta a transparência, mas sim o mau uso das informações nesse processo de divulgação. Dessa forma, poderia ser considerado novas aquisições como um investimento relevante, ou então, já fazer as adaptações necessárias no programa atual para melhorar a qualidade da transparência do município.

A tecnologia é fundamental para a implementação da LAI, tendo em vista que a sua influência é notável, sendo considerada até mesmo como a principal ferramenta para a implementação da LAI. Em Cascavel existe a necessidade de melhorar os processos internos, transformá-los para que sejam mais automatizados e eletrônicos. Além disso, uma característica importante é a integração e o compartilhamento de dados, o município ainda não atende 100%.

Por meio do Questionário LAI Social observou-se grande deficiência do município para atender à transparência, uma das justificativas pode estar no fator contingencial “tecnologia”. A infraestrutura atual do município não atende a todas as demandas impostas pela lei, já que existe a necessidade de aquisições de novos *hardwares*, de adaptações e/ou de aquisições de *softwares*, bem como da capacitação de pessoal. Essas características são fundamentais à implementação da LAI.

### 4.2.3 Estrutura

Verificou-se que a estrutura atual da prefeitura descreve de forma bem definida os cargos e as funções, apresentando lei própria (Lei nº 3800/2004) que define essas características.

Quando há a necessidade de desenvolvimento de novos projetos, programas e ações normalmente obedece-se ao que está nas leis orçamentárias, existe um controle assíduo sobre novos projetos sempre que há novos gastos desse tipo são feitos os cálculos necessários para ver se o orçamento do município atenderia a esses novos custos.

Quanto à designação de um agente para implementar e/ou manter a LAI, observou-se, por meio das entrevistas, que não existe um único servidor responsável para responder aos pedidos ou implementar e/ou manter a LAI, mas há sempre um servidor responsável em cada setor, o qual busca fazer o tratamento da informação e disponibilizá-la ao usuário.

Na escolha de investimentos relevantes que criam despesas de capital, normalmente, busca-se observar sempre o que está prescrito no PPA, os quais utilizam critérios técnicos e políticos. Um investimento relevante, como por exemplo a implementação da LAI, deve ser considerado no PPA do município, para isso se faz necessário um planejamento adequado e que seja interesse da administração pública para incluir nesse instrumento de gestão pública.

Os entrevistados consideram que a atual estrutura do município atende suficientemente a LAI, pois as funções são bem distribuídas, já que existem diversos setores e para cada setor existe um agente superior que busca atender às demandas da LAI.

Portanto, a estrutura foi considerada como uma variável que não influencia a implementação da LAI no município de Cascavel, de acordo com o entendimento dos entrevistados. No entanto, esses resultados poderiam ser diferentes em outros municípios, o que até mesmo poderia ser considerado em novas pesquisas. Normalmente, a designação de servidores para atender a LAI é feita para aqueles agentes que já estão inseridos na administração pública, tornando-se apenas mais uma função para os selecionados. Essa é uma preocupação observada nos resultados de DaMatta (2011), a falta de pessoal qualificado, destinado exclusivamente para a manutenção do atendimento de solicitações e de aspectos contingencial da transparência. O que se mostrou evidente nas entrevistas, foi o fato de que os entrevistados consideraram o modelo de gestão muito engessado, o que impediria inovações e mudanças significativas.

### 4.2.4 Estratégias

As estratégias adotadas pela prefeitura para atender aos diversos tipos de demandas estão direcionadas à preocupação em gastar bem os recursos públicos.

No entanto, foi colocado pelos entrevistados que existe a necessidade de estar desburocratizando a máquina pública, ou seja, é preciso modernizar-se, diminuir o número de papéis e transformar os processos mais eletrônicos, o que a tornaria, então, mais ágil e mais eficiente.

Os respondentes colocaram que não há estratégias voltadas para a implementação da LAI, percebeu-se que os objetivos são de atender aos dispositivos da lei da melhor forma possível. Isso poderia ser uma justificativa a respeito da deficiência observada na transparência ativa e passiva do município. Ainda não foram apresentadas ideias ou estratégias voltadas para implementar a LAI. Dessa forma, há a necessidade de que o interesse público concentre esforços para adotar estratégias ou políticas públicas voltadas à implementação da LAI.

Por fim, no fator contingencial “estratégias”, se faz necessário o interesse público, o qual poderá ser evidente em futuros planos de gestão a partir do desenvolvimento do município e da LAI. Uma das principais críticas se referem ao modelo atual de gestão, o qual ainda se encontra muito preso à burocracia, não tendo ampla liberdade na atuação dos gestores públicos, limitando o surgimento de mudanças e de inovações. Existe a necessidade, portanto, de partir ainda mais para o modelo gerencial e de aproximar o órgão público do interesse da sociedade, como, por exemplo, cidadãos, contribuintes e clientes.

#### 4.2.5 Porte

O município de Cascavel tem uma população estimada de 312.778 habitantes em 2015. Sua arrecadação também é considerada relativamente alta para o município. Dessa forma, Cascavel tem um porte considerado alto, não sendo um município com baixo número de habitantes e tendo sua arrecadação representativa.

Conforme foi avaliado pelos entrevistados, eles acreditam que quanto maior o porte de um município, maior é o seu trabalho, no entanto, apresenta mais recursos, tanto pessoal quanto de infraestrutura para atender a toda essa demanda. Municípios de menor porte apresentam menos trabalho, o que, de certa forma, facilita o seu desempenho. Isso afeta, por exemplo, as aquisições, as demandas da população e a tecnologia utilizada. Apesar de os municípios de menor porte apresentarem menos trabalho, também apresentam menos recursos e servidores. Dessa forma, é importante levar em conta a realidade de cada município e suas demandas.

Os respondentes acreditam que um porte diferenciado poderia sim afetar a implementação da LAI. Um município com maiores recursos normalmente terá uma disponibilidade de valores maior para investir nessa implementação. Já os municípios menores sofrem com carência de pessoal, de *softwares* necessários e de infraestrutura adequada.

Considerando o porte de um município, este não pode escolher o porte que preferir. Assim, é importante que os gestores públicos observem as melhores práticas para

se adaptar a cada realidade existente. Essa variável afeta, sim, a implementação da LAI, no entanto ela não pode ser controlável.

## 5 | CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como objetivo geral avaliar as ações adotadas pela gestão pública municipal ao efetivo cumprimento da Lei de Acesso à Informação, quanto à Transparência Ativa e Passiva, sob a abordagem da Teoria Contingencial. Sendo que buscou-se discutir as concepções da LAI, da transparência e da Teoria Contingencial, além do fato de que buscou-se identificar e analisar como os gestores públicos estão abordando e cumprindo essa Lei, em que se visou, também, observar como os fatores contingenciais afetam a implementação da LAI no município.

Concluiu-se que o município não vem cumprindo as disposições da lei, uma vez que mostra-se deficiente, principalmente na transparência passiva, sendo que ainda é necessário desenvolver melhor a concepção da transparência ativa. Apesar de já haver informações dispostas no portal eletrônico do município, ainda não se atende aos parâmetros de boa informação, sendo que uma das justificativas que pode ser observada pela Teoria Contingencial foi a falta de estratégias e de tecnologias adequadas para atender à implementação da LAI.

O interesse público é fundamental para atender às demandas da LAI, para elaborar estratégias específicas para dar suporte ao desenvolvimento da lei, de modo que seja possível estar utilizando as tecnologias necessárias a essa implementação, tanto em *hardware* como em *software*. O programa Brasil Transparente, criado pela Controladoria Geral da União, pode ser uma das sugestões para implementar a LAI, haja vista que ele oferece apoio à implementação da lei e ao incremento da transparência pública por meio da capacitação, da disponibilização do sistema e-SIC, da orientação sobre a lei e do suporte necessário.

Ficou evidente que a transparência é característica notável dos novos modelos de gestão, para tanto é necessário se desvincular ainda mais das características burocráticas de gestão e se aproximar do modelo atual, o gerencial. A Teoria Contingencial explica que não há nada de absoluto nas organizações, tudo depende de tudo e tudo é relativo, para isso as variáveis ambiente, tecnologia, estrutura, estratégias e porte devem ser consideradas na implementação da LAI.

A prefeitura do município de Cascavel ainda não desenvolve estratégias específicas para atender à LAI, no entanto ela busca observar, na medida do possível, as exigências dessa lei. A gestão municipal busca concentrar esforços na automatização dos processos de acesso à informação, de modo que a transparência ativa seja mais evidente, o que facilita o direito dos cidadãos e também diminui a carga de trabalho com os pedidos de informação.

O município de Cascavel ainda não cumpre de forma efetiva e suficiente os requisitos mínimos da Lei nº 12.527/2011. No *ranking* disponibilizado pelo TCE/

PR (2014), de uma amostra de 69 municípios, Cascavel ficou classificada em 35º, apresentando um percentual de 28,02%, o que é considerado, portanto, deficiente, que ainda precisa ser melhorado, tanto na transparência ativa como na passiva.

Portanto, ficou claro que as variáveis ambiente e porte não são controláveis, sendo necessário ações de cada município para se adaptarem a sua realidade. Os fatores tecnologia e estratégia também se mostraram importantes no entendimento do responsável pelo departamento de informática e pelo controle interno, tendo em vista que são variáveis que podem ser controladas pela prefeitura do município e fundamentais para que ocorra a implementação da LAI.

Já a variável estrutura, também considerada controlável, teve sua importância questionada na entrevista, pois a implementação da LAI foi tida como indiferente à estrutura do município no que se refere ao plano de cargos e de carreiras. No entanto, pela experiência do presente pesquisador, por ter participado, também, do projeto LAI SOCIAL, a estrutura é um fator a ser considerado, e essa consideração pode ser efetuada em pesquisas futuras.

É importante observar que essa pesquisa ficou limitada ao município de Cascavel e, dessa forma, uma amostra diferente poderia trazer outros resultados, até mesmo os sujeitos entrevistados teriam outras contribuições para acrescentar. Além disso, como essa pesquisa teve início em 2014 e conclusão em 2015, a realidade do município quanto à transparência já é outra, onde, inclusive, foi regulamentado por meio do Decreto n.º 12.750, de 02 de fevereiro de 2016.

Dessa forma, observa-se que o município de Cascavel não cumpre, de forma efetiva, com as exigências da lei, principalmente nos aspectos relacionados à transparência passiva, no entanto, isso ocorre devido às deficiências contingenciais tecnologia e estratégias, e não à estrutura organizacional.

Recomenda-se como sugestão de pesquisa a elaboração de outros trabalhos relacionados à transparência sob a abordagem contingencial em municípios distintos, bem como sobre o desenvolvimento da LAI desde 2011 até os momentos atuais na União, nos Estados e nos Municípios.

A transparência visa aperfeiçoar o Estado Democrático de Direito tornando mais clara a atuação dos gestores públicos tanto em âmbito municipal como federal, garantindo um direito já exposto no art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988. Além disso, busca um novo modelo de gestão pública, o gerencial, que torna a atuação pública mais eficiente e eficaz, aperfeiçoando ainda mais a participação dos cidadãos na gestão da máquina pública.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. S. D. **Do sigilo ao acesso: análise tópica da mudança de cultura**. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 1, p. 120-134, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, texto constitucional promulgado em 5 de



outubro de 1988. Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_, Controladoria Geral da União, **Rumo a uma Cultura de Acesso à Informação: a Lei 12.527/2011**, módulo 2, Escola Virtual da CGU, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação previsto na Constituição Federal. Diário Oficial República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 nov. 2011.

CHIAVENATO, I. **Novas abordagens na teoria administrativa**. Revista de Administração de Empresas, v. 19, n. 2, p. 27-42, 1979.

CHIAVENATO, I. **Introdução a Teoria Geral da Administração** (7a ed.). São Paulo: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, I. **Administração Geral e Pública** (3a ed.). Barueri, SP: Manole, 2012.

CRUZ, Cláudia Ferreira; SILVA, Lino Martins; SANTOS, Ruthberg. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 12, n. 3, 2010.

DAMATTA, R. **Pesquisa Diagnóstico sobre Valores, Conhecimento e Cultura de Acesso à Informação Pública no Poder Executivo Federal Brasileiro**. Controladoria Geral da União. 2011.

ESPEJO, M. M. S. B. **Perfil dos Atributos do Sistema Orçamentário sob a Perspectiva Contingencial: uma Abordagem Multivariada**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUERRA, A. R. **Arranjos entre fatores situacionais e sistema de contabilidade gerencial sob a ótica da teoria da contingência**. 2007. Dissertação (Mestrado). FEA/USP, São Paulo.

JUNQUEIRA, E. R. **Perfil do sistema de controle gerencial sob a perspectiva da teoria da contingência**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2010.

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações**. São Paulo: Atlas, 1995.

MOLINARI, S. K.; GUERREIRO, R. **Teoria da contingência e contabilidade gerencial: um estudo de caso sobre o processo de mudança na controladoria do Banco do Brasil**. In Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil, 4, 2004.

OCDE. **O cidadão como parceiro: manual da OCDE sobre informação, consulta e participação na formulação de políticas públicas** [Manual]. Brasília: MPOG, 2002.

PAIVA, C. P. R. & ZUCCOLOTTO, R. (2009). Índice de transparência fiscal das contas públicas dos municípios obtidos em meios eletrônicos de acesso público. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, São Paulo, SP, Brasil, 33

PARANÁ. Tribunal de Contas do Estado. **Relatório de auditoria social: projeto LAI Social**. Curitiba: Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 2014.

PORTER, M. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos

Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: método e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

STIGLITZ, J.E. **On liberty, the right to know and public disclosure**: the role of transparency in public life. Oxford Amnesty Lecture, 1999.

TRIVINOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1995. 175p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

## **SOBRE OS AUTORES**

**Adriana Gabbi:** Professora na Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA); Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA); Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); E-mail para contato: [adriana@vision-rs.com.br](mailto:adriana@vision-rs.com.br)

**Alex Diego de Souza Queiroz:** Professor da Faculdade Regional de Riachão do Jacuípe – FARJ. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; Mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: [alexdiegofsa@hotmail.com](mailto:alexdiegofsa@hotmail.com)

**Ana Luiza Sallai:** Graduação em Estatística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Graduação em Ciências Atuariais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Especialista em Gestão de Saúde - Fundação Getúlio Vargas; Especialista em Finanças - Fundação Getúlio Vargas; Especialista em Perícia Judicial e Atuarial – ITCP/Faculdade Mauá; Graduação em Ciências Atuariais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal Fluminense; E-mail: [ana.sallai@gmail.com](mailto:ana.sallai@gmail.com).

**Ana Sofia Castelhana:** Licenciatura em Gestão pelo ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa; Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais pelo ISEG

**Bianca Cecon:** Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau (FURB); Graduada em Matemática pela Universidade Regional de Blumenau (FURB)

**Bradlei Ricardo Moretti:** Mestre em Contabilidade pela Universidade Regional de Blumenau – FURB; MBA no Setor Elétrico pela Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP; MBA em Administração pela Fundação Getúlio Vargas - FGV/RJ; Pós-Graduado em Contabilidade Gerencial e Finanças pela FAE/PR; Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau - FURB/SC; Professor do Curso de Pós-Graduação do Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). Certificação Project Management Professional – Certificado pelo PMI - Project Management Institute – nº 1245352; Certification in Control Self Assessment – CCSA; Certification in Risk Management Assurance – CRMA; Membro do Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA; Membro do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON;

**Clari Schuh:** Docente na UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul. Graduada em Ciências Contábeis pela UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, RS. Especialização em Controladoria pela UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, RS. Mestrado em Ciências Contábeis pela UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos-RS. Doutoranda em Ciências Contábeis na UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos-RS. Realizou estágio de doutoramento na Universidad de Sevilla, na Espanha, subsidiado pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da CAPES. E-mail: [clarischuh@uol.com.br](mailto:clarischuh@uol.com.br)

**Cleston Alexandre dos Santos:** Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL); Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Mestrado em Contabilidade pela

Universidade Federal do Paraná (UFPR); Doutorando em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau (FURB); E-mail para contato: cleston.alexandre@hotmail.com

**Clóvis Antônio Kronbauer:** Docente no PPG em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos; Graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Alto Taquari de Ensino Superior; Licenciatura para exercer o magistério em nível médio nas disciplinas de Contabilidade, Estatística e Organização e Técnica Comercial pela Fundação Alto Taquari de Ensino Superior; Especialização em Administração Financeira pela UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Mestrado em Ciências Contábeis pela UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Doutor em Contabilidad y Auditoría pela Universidad de Sevilla-España, Doutorado Reconhecido pela USP - Universidade de São Paulo. E-mail: clovisk@unisinos.br

**Clóvis Fiirst:** Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestrado em Contabilidade pela Universidade Regional de Blumenau; Grupo de pesquisa: Contabilidade Gerencial; E-mail para contato: cfiirst@gmail.com

**Cristina Gaio:** Professora no ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa; Membro de Coordenação do Mestrado de Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais; Licenciatura em Gestão e Organização de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa; *Master of Accountancy* pela *University of Wisconsin-Madison (USA)*; Doutoramento em Gestão pelo ISCTE - *Business School* - Instituto Universitário de Lisboa; Centro de Investigação: Advance/CSG, ISEG, Universidade de Lisboa

**Delci Grapegia Dal Vesco:** Graduação em Ciências Contábeis (1992), Especialização em Controladoria e Administração Financeira (1997) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE. Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná, PR. Doutora em Contabilidade e Administração pela Universidade Regional de Blumenau, SC. Pós-doutora em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Coordenadora e Professora do Mestrado em Contabilidade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus de Cascavel-PR. Professora do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - Campus de Cascavel-PR. Professora do curso de graduação de Ciências Contábeis e do Membro do Núcleo de Pesquisas em Controladoria e Sistemas de Controle Gerencial da UFSC. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis. Publicou 5 livros, destes 4 foram pela editora Atlas. E-mail: delcigrape@gmail.com

**Denis Dall Asta:** Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina; Grupo de pesquisa: Contabilidade Financeira e Finanças; E-mail para contato: Denis.Asta@unioeste.br

**Ederlei da Silva Miranda:** Graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade

de Rondônia – UNIR; E-mail para contato: ederro2010@hotmail.com  
E-mail para contato: laiane.ss@hotmail.com

**Ernani Marques de Almeida:** Professor da Universidade Faculdades Integradas Aparício Carvalho; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Rondônia; E-mail para contato: ernanimil@yahoo.com.br

**Everton Luiz Folador:** Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; E-mail para contato: evertonfolador@hotmail.com

**Fernanda Dandaro:** Mestranda em Contabilidade na Universidade de São Paulo USP, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEA-RP; Graduação em Economia Empresarial e Controladoria pelo Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – USP FEA-RP; Email: fernanda.dandaro@gmail.com

**Fernanda de Assis Dutra:** Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR; E-mail: fernandaenobre@hotmail.com  
Graduado em Ciências Contábeis pela FEV – Fundação Educacional de Votuporanga-SP. Especialização em Gestão Contábil e Controladoria pela UNIFEV – Centro Universitário de Votuporanga-SP. Mestrado em Engenharia de Produção pela UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba - SP. Doutorando em Ciências Contábeis pela UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos-RS. E-mail: spribeiro@hotmail.com

**Idalberto José das Neves Júnior:** Professor do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília (UCB); Graduações em Ciências Contábeis e Tecnologia em Processamento de Dados pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Especialista em Aprendizagem Cooperativa e Tecnologia Educacional pela Universidade Católica de Brasília (UCB); Especialista em Didática e Metodologia pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Especialista em Análise de Sistemas pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Especialista em Administração Contábil e Financeira pela Associação Cultural e Educacional de Barretos (ACEB); Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação pela Universidade Católica de Brasília (UCB); Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB); Membro dos Grupos de Pesquisas “Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos (CEEDE)” e “A contribuição do pensamento ecossistêmico no exercício da docência na educação superior”; Coordenador do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Brasília (UCB); Gerente de Divisão da Diretoria de Controladoria do Banco do Brasil; E-mail: jneves@ucb.br.

**Inês Francisca Neves Silva:** Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL); Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE).

**Ismael Paulo Heissler:** Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM; Mestrando em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Especialização em Controladoria e Contabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Grupo de pesquisa: Grupo de estudos em contabilidade societária.

**Israel Dal Ri:** Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

**Ivan Rafael Defaveri:** Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestrado em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Grupo de pesquisa: Contabilidade Gerencial e Controle em Organizações; E-mail para contato: ivandefaveri@hotmail.com

**José Arilson de Souza:** Professor da Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Grupo de pesquisa: Estudos Contemporâneos em Contabilidade e Gestão - ECCONT; E-mail: professorarilson@hotmail.com

**Joseilton Silveira da Rocha:** Professor Associado III da Universidade Federal da Bahia - UFBA; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal da Bahia - UFBA; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; Mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo - USP; Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

**Juliano Francisco Baldissera:** Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestrado em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Grupo de pesquisa: Contabilidade Financeira e Finanças; E-mail para contato: juliano.baldissera@hotmail.com

**Juliano Francisco Baldissera:** Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestrado em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Grupo de pesquisa: Contabilidade Financeira e Finanças; E-mail para contato: juliano.baldissera@hotmail.com

**Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de Lima:** Professor do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia (*Campus* José Ribeiro Filho); Graduação em Ciências Contábeis pela Devry Brasil (Faculdades Nordeste-FANOR); Mestrado em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará; Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia; Membro do Grupo de pesquisa: Estudos Interdisciplinares em Contabilidade e Gestão Organizacional do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia (*Campus* José Ribeiro Filho); E-mail para contato: juocerlee@unir.br



**Katia Aparecida Alves Pacheco:** Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Anhanguera de Goiânia; Graduação em Direito pela Universidade Anhanguera de Goiânia; Especialista em Perícia Judicial e Atuarial – ITCP/Faculdade Mauá; E-mail: ktpacheco@gmail.com.

**Kleber da Silva Cajaíba:** Professor e Pesquisador da Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR; Graduado pela Universidade estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; MBA em Auditoria Fisco-Contábil pela Fundação Visconde de Cairu – FVC; Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE Business School. E-mail para contato: klebercajaiba@fainor.com.br

**Laiane Silva Santos:** Graduada pela Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR; Especialista em Planejamento e Gestão Tributária - UNIGRAD

**Lucas Gurgel Mota Saraiva:** Professor da Faculdade Fametro; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú; Mestrado em Ciência Contábeis pela FUCAPE; E-mail para contato: lgmsaraiva@gmail.com

**Maico Schnell:** Possui graduação em Direito pela União Educacional de Cascavel (2008), graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário da Grande Dourados (2011), graduação em Formação Pedagógica pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2013). Especialização em Tecnologias em Educação a Distância pela Universidade Cidade de São Paulo (2012), Especialização em Contabilidade, Perícia e Auditoria pela Universidade Norte do Paraná (2014). Especialização em EJA - Educação de Jovens e Adultos pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2013). Mestrado em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2017). Atualmente é Professor da Secretária de Educação do Estado do Paraná e Professor da Universidade Norte do Paraná. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis. Atuando principalmente nos seguintes temas: Motivação Intrínseca, Extrínseca e Desmotivação, Teoria da Autodeterminação, Instituições de Ensino Privada e Pública, Ensino de Ciências contábeis. E-mail: schnell.adv@hotmail.com

**Marcella Gonçalves Furtado:** Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Especialização em Gestão Fiscal e Tributária pela Universidade Estácio de Sá; E-mail para contato: marcellagfurtado@gmail.com

**Marcelo Daia Barreto:** Graduação em Ciências Contábeis pela União Educacional de Brasília (UNEB); Especialista em Controladoria, Auditoria, Perícia e Docência pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP); Coordenador do Curso de Perícia Judicial e Atuarial do ITCP Cursos & Pós-Graduação; Perito Contador; E-mail: mdaia@bol.com.br.

**Marco Túlio José de Barros Ribeiro:** Professor da Faculdade Frassinetti de Recife – FAFIRE; Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Salesiana do Nordeste – FASNE; Graduação em Matemática pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; E-mail: marcot\_ribeiro@yahoo.com

**Maria Ivanice Vendruscolo:** Professora Adjunta do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Controladoria e Contabilidade PPGCONT/UFRGS; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em em Controladoria e Contabilidade PPGCONT/UFRGS; Graduação em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do RS; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Doutorado em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Coordenadora, Líder CNPQ e pesquisadora do Grupo de Estudos em Contabilidade Societária/UFRGS, atuando principalmente nos seguintes temas: Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade (NBC/IFRS), controladoria, conversão para moeda estrangeira, teoria da contabilidade e Educação em Contabilidade. Pesquisadora dos Grupos de Trabalho Política Industrial e Internacionalização e Gestão Pública, Município e Federação do Centro de Governo CEGOV/UFRGS.

**Marialva Tomio (*In Memoriam*):** Professora da Universidade Regional de Blumenau (FURB); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (FURB); Graduação em Administração pela Universidade Regional de Blumenau (FURB);

**Marília Oliveira dos Reis:** Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Especialização em Contabilidade Gerencial pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: marilliareis@gmail.com

Mestrado em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

**Oderlene Vieira de Oliveira:** Professora Adjunta da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Graduação em Administração e Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Doutorado em Administração pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Cursando Pós Doutorado em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC); Coordenadora do grupo de pesquisa: Governança Corporativa e Governança Pública; E-mail para contato: oderlene@unifor.br

**Renata Lúcia Basso:** Graduação em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA); Especialista em Auditoria e Controladoria pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA); Aluna especial do Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); E-mail para contato: renatalucia91@hotmail.com

**Roberto Carlos Klann:** Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau; Coordenador e Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau - FURB. Professor nos Cursos de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração e Mestrado em Ciências Contábeis. Professor Titular do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Brusque

(UNIFEBE). É Membro Associado ao European Accounting Review desde 2013, e da American Accounting Association desde 2017. Autor de artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. É avaliador de diversos congressos e periódicos na área de Contabilidade e Administração.

**Roberto Francisco de Souza:** Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena – AJES (2009). Especialização em Contabilidade Gerencial e Controladoria em andamento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Contabilidade (2017) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), participante do Grupo de Pesquisa em Contabilidade Gerencial e Controle em Organizações do Mestrado em Contabilidade (UNIOESTE). Professor na Faculdade de Ciências Gerenciais da Bahia. E-mail: robertofsouzajr@gmail.com

**Rodrigo Oliveira Miranda:** Professor da Faculdade Fametro; Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Integrada do Ceará; Mestrado em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará; Doutorando em Administração de Empresa pela Universidade Fortaleza; E-mail para contato: ro.miranda87@hotmail.com

**Sandro Augusto Martins Bittencourt:** Professor na Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA); Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Especialização em Controladoria e Finanças pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); E-mail para contato: sandrob@vision-rs.com.br

**Silvio Paula Ribeiro:** Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Campus de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul.

**Solange Garcia:** Professora do Departamento de Contabilidade da Universidade de São Paulo USP Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – FEARP; Graduação em Bacharelado em Matemática, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, SP, 1987. Mestrado em Matemática na Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1990; Doutorado em Controladoria e Contabilidade na Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, SP, 2000. Pós Doutorado na Heriot-Watt University (Visiting Scholar), Accounting Department, Edinburgh, Scotland, 2016; Grupos de Pesquisa: AME4S Brazil - Accounting and Management Education for Sustainability; <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6776305049388088>; MP4S Brazil - Metrics and Process for Corporate Sustainability <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6776305049388088>; Email: solange Garcia@fearp.usp.br

**Tiago Gonçalves:** Professor no ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa; Membro de Coordenação do Mestrado de Finance; Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do pelo ISCTE - *Business School* - Instituto Universitário de Lisboa; *MBA* pelo ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa; Doutoramento em Gestão pelo ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa; Centro de Investigação: Advance/CSG, ISEG, Universidade de Lisboa

**Udo Strassburg:** Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestrado em Ciências Contábeis pela Fundação Alvaro de Azevedo; Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Grupo de pesquisa: Contabilidade Financeira e Finanças; E-mail para contato: Udo.Strassburg@unioeste.br

**Umbelina Cravo Teixeira Lagioia:** Professora da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP; Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de pesquisa: Convergência Contábil e Mercado de Capitais; E-mail: umbelinalagioia@gmail.com

**Vanessa Fernanda Rios De Almeida:** Graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade de Rondônia – UNIR; MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria Fiscal e Contábil pela Faculdade Católica de Rondônia. Mestranda em Administração pelo Programa de pós-graduação em administração – PPGMAD, da Fundação Universidade de Rondônia – UNIR. E-mail para contato: vanessaunir.almeida@yahoo.com

**Viviane da Costa Freitag :** Docente do Curso de Ciências Contábeis Faculdades da Indústria (IEL); Graduado em Ciências Contábeis pela UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestrado em Ciências Contábeis pela UFPR – Universidade Federal do Paraná; Doutorando em Ciências Contábeis pela UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos-RS. E-mail: vivifreitag@gmail.com

**Wellington Silva Porto:** Professor da Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB; Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Doutorando em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de pesquisa: Estudos Contemporâneos em Contabilidade e Gestão – ECCONT; e Gestão de Inovação e Tecnologia – GEITEC; Bolsista do programa PRODOUTORAL da CAPES; E-mail: wspotto@unir.br

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-09-3



9 788585 107093